

Gustavo Ximenes Cunha

# **A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA EM REPORTAGENS**

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2013



Gustavo Ximenes Cunha

## **A CONSTRUÇÃO DA NARRATIVA EM REPORTAGENS**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Linguística.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Orientadora: Profa. Dra. Janice Helena Chaves Marinho.

Belo Horizonte

Faculdade de Letras da UFMG

2013



Ficha catalográfica elaborada pelos Bibliotecários da Biblioteca FALE/UFMG

C972c

Cunha, Gustavo Ximenes.

A construção da narrativa em reportagens [manuscrito] / Gustavo Ximenes Cunha. – 2013.

601 f., enc. : il., p&b., tabs.

Orientadora: Janice Helena Chaves Marinho.

Área de concentração: Linguística do Texto e do Discurso.

Linha de pesquisa: Análise do Discurso.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 379-397.

Anexos: 399-601.

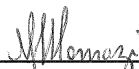
1. Análise do discurso – Teses. 2. Discurso jornalístico – Teses. 3. Narrativa (Retórica) – Teses. 4. Periódicos brasileiros – Teses. 5. Reportagens e repórteres – Teses. 6. Textos jornalísticos – Teses. I. Marinho, Janice Helena Silva de Resende Chaves. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD: 418

Tese intitulada *A Construção da Narrativa em Reportagens*, defendida por GUSTAVO XIMENES CUNHA em 14/03/2013 e aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos Professores:



**Dra. Janice Helena Chaves Marinho - UFMG**  
**Orientadora**



**Dra. Micheline Mattedi Tomazi - UFES**



**Dra. Maria dos Anjos Lara e Lanna - PUC-MG**



**Dra. Maria Beatriz Nascimento Decat - UFMG**



**Dra. Emília Mendes Lopes - UFMG**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização desta tese e que me mostraram que uma pesquisa não é resultado apenas de esforço individual, constituindo antes um trabalho conjunto, que implica muito diálogo e parcerias. Em especial, agradeço à minha orientadora, professora Janice Helena Chaves Marinho, que, desde a iniciação científica, vem contribuindo de forma tão generosa e competente para a minha formação e que sempre acreditou e confiou no meu trabalho. Nesses vários anos de convivência, a Janice tem sido sempre um exemplo de seriedade e competência.

Também merece meu agradecimento muito especial minha mãe, Simone, por todos os incentivos, por todo o carinho e pela paciência necessária para conviver com as angústias e as ansiedades de um doutorando, criando um ambiente sempre propício ao desenvolvimento do meu trabalho. A meu pai, Jairo, também sou muito grato, porque, se ele não pode me ver cursando o doutorado, sempre acreditou em mim e me incentivou a seguir a carreira acadêmica. De uma forma ou de outra, acredito que ele sempre esteve a meu lado.

Agradeço aos membros da banca de qualificação, Gláucia Muniz Proença Lara, Janaína de Assis Rufino e Maria dos Anjos Lara e Lanna, pelas valiosas contribuições que me possibilitaram refletir sobre vários pontos da pesquisa e repensar aspectos do percurso que, na ocasião, vinha sendo seguido. À Janaína agradeço ainda a amizade e os ensinamentos passados em inúmeras ocasiões.

De importância central para a realização desta pesquisa foram as reuniões do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (Geartd), em cujas sessões de discussão pude “testar” várias hipóteses deste trabalho. Gostaria de agradecer particularmente as estimulantes observações e sugestões de Janice Helena Chaves Marinho, Janaína de Assis Rufino, Rejane Júlia Duarte, Geruza Corrêa Daconti, Fernanda Teixeira Mendes, Elisabeth Gonçalves de Souza e Lea Dutra Costa. São todas queridas amigas que o doutorado me deu.

Sou bastante grato ainda aos professores que, em suas disciplinas, me permitiram expor pontos da minha pesquisa ou debater questões sobre o tipo narrativo e as sequências narrativas de reportagens. Em especial, agradeço à professora Beatriz Decat, que sempre se mostrou tão generosa em compartilhar comigo sua amizade e seus conhecimentos. Merecem um agradecimento afetuoso também as professoras Adriana Tenuta e Delaine Cafiero.

Expresso meu agradecimento ainda a todos os amigos e familiares pela torcida constante. Faço um agradecimento especial aos meus amigos de toda a vida, Amanda, Daniel e Mariana. Desde o ensino médio, esses amigos me incentivam a procurar ser uma pessoa cada vez melhor e a não desistir ou duvidar das escolhas feitas ao longo desses quase vinte anos de amizade.

Por fim, agradeço ao CNPq pela concessão da bolsa de estudos.





Na verdade, qualquer que seja a enunciação considerada, mesmo que não se trate de uma informação factual (a comunicação, no sentido estrito), mas da expressão verbal de uma necessidade qualquer, por exemplo a fome, é certo que ela, na sua totalidade, é socialmente dirigida. Antes de mais nada, ela é determinada da maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa; a situação dá forma à enunciação, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc. A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação. Os estratos mais profundos da sua estrutura são determinados pelas pressões sociais mais substanciais e duráveis a que está submetido o locutor.

(BAKHTIN, M./VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*, 1986[1929], p. 117-118)



## RESUMO

Subjaz a este trabalho a hipótese de que as noções de gênero do discurso e de tipo de discurso são de tal forma imbricadas que cada gênero possui tipos específicos. De acordo com essa hipótese, os tipos não são universais e atemporais, como defendem abordagens contemporâneas do texto e do discurso, mas são tão sócio-historicamente determinados quanto os gêneros, de cuja composição participam. Com base nessa hipótese, esta pesquisa tem o objetivo geral de investigar como se caracteriza o tipo narrativo específico do gênero reportagem e como esse tipo se atualiza na construção de sequências narrativas extraídas de exemplares desse gênero. Essa investigação se baseia na análise de um corpus constituído por dezesseis reportagens publicadas nas edições de janeiro de 2010 das revistas semanais de informação Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja. Compreender de maneira aprofundada o modo como se narra em reportagens implica a consideração de um conjunto extenso de informações situacionais, textuais e linguísticas. Por isso, foi necessária a adoção de um arcabouço teórico e metodológico que conceba o discurso como uma forma de organização bastante complexa, que, em virtude dessa complexidade, deve ser estudada de maneira progressiva. Em vista dessa exigência, esta pesquisa tomou por base postulados teóricos e metodológicos do Modelo de Análise Modular do Discurso e se fez em três etapas, que correspondem às análises das formas de organização sequencial, composicional e estratégica. Com os resultados de cada uma das etapas, a pesquisa conseguiu alcançar seu objetivo geral, mostrando que, de fato, há um modo típico de narrar no gênero reportagem. Com a análise da forma de organização sequencial, chegou-se à identificação do tipo narrativo da reportagem e das sequências em que esse tipo se manifesta. Em seguida, com a análise da forma de organização composicional, levantou-se uma série extensa de propriedades textuais e linguísticas típicas das sequências narrativas das reportagens. Por fim, com a análise da forma de organização estratégica, foi possível verificar como as representações que definem o tipo narrativo da reportagem se atualizam em sequências narrativas particulares, tendo em vista a função que exercem em um dado contexto.

## RÉSUMÉ

Ce travail est basé sur l'hypothèse selon laquelle les notions de genre de discours et de type de discours sont si liées que chaque genre possède des types spécifiques. Selon cette hypothèse, les types ne sont ni universels ni atemporels, conformément suggèrent certaines études contemporaines de textes et de discours, mais, au contraire, ils sont socialement et historiquement déterminés, ainsi que les genres, desquels ils en participent. Fondée sur cette hypothèse, cette recherche a pour but général d'étudier comment se caractérise ce type narratif spécifique du genre reportage et comment ce type s'actualise dans la construction des séquences narratives prélevées d'exemples de ce genre. On y analyse un *corpus* constitué de seize reportages publiés dans les éditions de janvier 2010 des magazines hebdomadaires d'informations Carta Capital, Época, IstoÉ et Veja. Comprendre profondément la façon dont on narre dans le genre reportage entraîne la prise en compte d'un grand ensemble d'informations situationnelles, textuelles et linguistiques. Ainsi, cette étude demande l'adoption d'un cadre théorique et méthodologique qui conçoit le discours comme une forme d'organisation très complexe, et qui, à cause de cette complexité, doit être étudiée de façon progressive. De même, on a utilisé, en tant que cadre théorique et méthodologique pour cette étude, le Modèle d'Analyse Modulaire du Discours. La recherche a été faite en trois étapes, qui correspondent aux analyses des formes d'organisation séquentielle, compositionnelle et stratégique. Avec les résultats de chacune des étapes, la recherche a réussi son objectif général, en révélant que, en effet, il y a une façon particulière de narrer dans le genre reportage. Par l'analyse de la forme d'organisation séquentielle, on a pu identifier le type narratif du reportage et les séquences narratives dans lesquelles ce type se manifeste. Ensuite, par l'analyse de la forme d'organisation compositionnelle, on a appréhendé une série étendue de propriétés textuelles et linguistiques typiques des séquences narratives des reportages. Finalement, par l'analyse de la forme d'organisation stratégique, on a vérifié la façon dont les représentations qui définissent le type narratif du reportage s'actualisent dans des séquences narratives particulières, en considérant la fonction qu'elles exercent dans un contexte donné.

## LISTA DE FIGURAS

|                                                                       |     |
|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 Protótipo narrativo de Adam                                         | 49  |
| 2 Arquitetura do Modelo de Análise Modular do Discurso                | 62  |
| 3 Cadeia culminativa de acontecimentos                                | 71  |
| 4 Esquema do processo de negociação                                   | 73  |
| 5 Estrutura praxeológica                                              | 76  |
| 6 Estrutura hierárquica                                               | 77  |
| 7 Estrutura hierárquico-relacional                                    | 82  |
| 8 Macroestrutura hierárquico-relacional                               | 84  |
| 9 Representação conceitual do gênero reportagem                       | 106 |
| 10 Representação praxeológica do gênero reportagem                    | 108 |
| 11 Representação praxeológica do tipo narrativo da reportagem         | 111 |
| 12 Estrutura praxeológica                                             | 116 |
| 13 Estrutura hierárquica                                              | 118 |
| 14 Enquadre acional da reportagem “Desvios subterrâneos”              | 137 |
| 15 Enquadre interacional da reportagem “Desvios subterrâneos”         | 140 |
| 16 Esquema da proposta para o estudo da heterogeneidade composicional | 148 |
| 17 Estrutura conceitual de sequência descritiva                       | 169 |
| 18 Representação praxeológica do tipo narrativo da reportagem         | 207 |
| 19 Estrutura hierárquica (sn2/r2/c/Com/sn1)                           | 214 |
| 20 Estrutura hierárquica (sn4/r2/c/Com/sn3)                           | 214 |
| 21 Estrutura hierárquica (sn12/r4/i/Su/sn11)                          | 214 |
| 22 Estrutura hierárquica (sn2/r3/i)                                   | 219 |
| 23 Estrutura hierárquica (sn7/r1/v)                                   | 220 |
| 24 Sistemas temporais linguísticos                                    | 225 |
| 25 Estrutura hierárquica (sn11/r2/i)                                  | 251 |
| 26 Estrutura hierárquico-relacional (sn4/r3/e)                        | 256 |
| 27 Estrutura hierárquico-relacional (sn7/r3/i)                        | 260 |
| 28 Estrutura hierárquico-relacional (sn3/r2/c)                        | 270 |
| 29 Estrutura hierárquico-relacional (sn1/r3/v)                        | 273 |
| 30 Estrutura informacional (sn1/r2/c)                                 | 280 |

|                                                                                       |     |
|---------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 31 Estrutura informacional (sn1/r3/e)                                                 | 284 |
| 32 Estrutura informacional (sn2/r3/e)                                                 | 286 |
| 33 Estrutura informacional (sn2/r3/v)                                                 | 286 |
| 34 Correlação entre marcação linguística e grau de acessibilidade dos referentes      | 289 |
| 35 Estrutura informacional (sn2/r3/i)                                                 | 291 |
| 36 Contínuo das formas de discurso formulado                                          | 306 |
| 37 Macroestrutura hierárquica da reportagem “O passado ainda presente”                | 326 |
| 38 Macroestrutura hierárquico-relacional da reportagem “É possível evitar?”           | 329 |
| 39 Estrutura hierárquico-relacional (sn1/r1/c)                                        | 341 |
| 40 Macroestrutura hierárquico-relacional da reportagem “A culpa não é só da Natureza” | 342 |
| 41 Estrutura hierárquico-relacional e segmento de discurso formulado (sn4/r1/c)       | 344 |
| 42 Macroestrutura hierárquico-relacional da reportagem “É possível evitar?”           | 348 |
| 43 Estrutura hierárquico-relacional (sn3/r2/e)                                        | 355 |
| 44 Estrutura hierárquico-relacional (sn10/r2/i)                                       | 361 |
| 45 Macroestrutura hierárquico-relacional de trecho de “Trágico, absurdo, previsível”  | 365 |
| 46 Estrutura praxeológica (sn3/r4/v)                                                  | 368 |
| 47 Estrutura hierárquico-relacional (sn3/r4/v)                                        | 370 |

## LISTA DE TABELAS

|                                                                                     |     |
|-------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1 Corpus definitivo                                                                 | 156 |
| 2 Corpus de cada etapa da análise                                                   | 159 |
| 3 Frequência de sequências discursivas no corpus                                    | 168 |
| 4 Frequência dos episódios do tipo narrativo                                        | 172 |
| 5 Frequência dos tipos de sumário                                                   | 177 |
| 6 Frequência dos tipos de estágio inicial                                           | 182 |
| 7 Frequência dos tipos de complicação                                               | 189 |
| 8 Frequência dos tipos de avaliação                                                 | 196 |
| 9 Frequência dos tipos de avaliação por instância enunciativa                       | 197 |
| 10 Frequência dos tipos de resolução                                                | 200 |
| 11 Frequência dos tipos de estágio final                                            | 203 |
| 12 Ordem dos episódios do tipo narrativo da reportagem                              | 208 |
| 13 Estatuto hierárquico dos episódios                                               | 213 |
| 14 Frequência de sequências encaixadas                                              | 217 |
| 15 Frequência das formas verbais (debreagem temporal)                               | 233 |
| 16 Frequência das formas verbais do sistema enunciativo por episódio                | 236 |
| 17 Frequência das formas verbais do sistema enuncivo por episódio                   | 237 |
| 18 Frequência das formas verbais (embreagem temporal)                               | 240 |
| 19 Frequência das formas verbais por episódio                                       | 245 |
| 20 Frequência das categorias de relações de discurso e coordenação                  | 248 |
| 21 Frequência das marcas das categorias de relações de discurso e da coordenação    | 250 |
| 22 Frequência de relações marcadas                                                  | 252 |
| 23 Frequência das funções dos episódios do tipo narrativo da reportagem             | 253 |
| 24 Frequência das categorias de relações de discurso e coordenação em cada episódio | 254 |
| 25 Frequência de tipos de progressões informacionais                                | 282 |
| 26 Frequência de tipos de progressões informacionais por episódio                   | 285 |
| 27 Frequência de atos com e sem traços tópicos                                      | 288 |
| 28 Frequência de expressões plenas e expressões vazias                              | 289 |
| 29 Frequência de atos com e sem traços tópicos em cada episódio                     | 292 |
| 30 Frequência de expressões plenas e expressões vazias em cada episódio             | 292 |

|    |                                                                       |     |
|----|-----------------------------------------------------------------------|-----|
| 31 | Frequência de formas de discurso representado                         | 301 |
| 32 | Frequência de formas de discurso representado em cada episódio        | 301 |
| 33 | Frequência do estatuto hierárquico das sequências narrativas          | 325 |
| 34 | Frequência da função hierárquico-relacional das sequências narrativas | 328 |
| 35 | Tipologia das sequências encaixantes                                  | 330 |



## LISTA DE ABREVIATURAS

|           |                                      |
|-----------|--------------------------------------|
| Ap -      | Ato principal                        |
| Arg -     | Argumento                            |
| As -      | Ato subordinado                      |
| Av -      | Avaliação                            |
| C -       | Carta Capital                        |
| C-a -     | Contra-argumento                     |
| Com [a] - | Comentário                           |
| Com [b] - | Complicação                          |
| DD -      | Discurso direto                      |
| DI -      | Discurso indireto                    |
| E -       | Época                                |
| EI -      | Estágio inicial                      |
| EF -      | Estágio final                        |
| FPs -     | Futuro do presente                   |
| FPt -     | Futuro do pretérito                  |
| FPtC -    | Futuro do pretérito composto         |
| I [a] -   | Intervenção                          |
| I [b] -   | IstoÉ                                |
| IN -      | Iniciativa                           |
| Ip -      | Intervenção principal                |
| Is -      | Intervenção subordinada              |
| P -       | Presente                             |
| PI -      | Pretérito imperfeito                 |
| PMP -     | Pretérito-mais-que-perfeito          |
| PMPC -    | Pretérito-mais-que-perfeito composto |
| PP1-      | Pretérito perfeito 1                 |
| PP2 -     | Pretérito perfeito 2                 |
| PPC -     | Pretérito perfeito composto          |
| Prep -    | Preparação                           |
| R -       | Reportagem                           |
| RE -      | Reativa                              |
| Ref -     | Refomulação                          |
| Res -     | Resolução                            |
| Sn -      | Sequência narrativa                  |
| Su -      | Sumário                              |
| Suc -     | Sucessão                             |
| T -       | Troca                                |
| Tem -     | Tempo                                |
| Top -     | Topicalização                        |
| V -       | Veja                                 |



# SUMÁRIO

|                  |    |
|------------------|----|
| INTRODUÇÃO GERAL | 23 |
|------------------|----|

## PARTE I FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

|           |                                                                                                            |     |
|-----------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| 1         | ABORDAGENS DA NARRATIVA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM                                                           | 39  |
| 1.1       | Abordagens linguísticas da narrativa                                                                       | 40  |
| 1.2       | Abordagens referenciais da narrativa                                                                       | 46  |
|           | Considerações finais                                                                                       | 55  |
| 2         | MODELO DE ANÁLISE MODULAR DO DISCURSO                                                                      | 57  |
| 2.1       | Modelo de Análise Modular do Discurso – panorama geral                                                     | 57  |
| 2.2       | A primeira versão do estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular                             | 63  |
| 2.2.1     | Discussão de problemas ligados à proposta de Roulet (1991)                                                 | 65  |
| 2.3       | Versão atual do estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular                                  | 69  |
| 2.3.1     | Forma de organização sequencial                                                                            | 69  |
| 2.3.1.1   | O tipo narrativo                                                                                           | 70  |
| 2.3.1.2   | As seqüências narrativas                                                                                   | 75  |
| 2.3.2     | Forma de organização composicional                                                                         | 78  |
| 2.3.2.1   | Marcação linguística                                                                                       | 78  |
| 2.3.2.2   | As funções cotextuais                                                                                      | 83  |
| 2.3.2.3   | As funções contextuais                                                                                     | 84  |
| 2.3.3     | Considerações sobre as formas de organização sequencial e composicional                                    | 86  |
| 2.4       | Discussão de problemas ligados à versão atual do estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular | 87  |
| 2.4.1     | A natureza universal e descontextualizada dos tipos de discurso                                            | 88  |
| 2.4.2     | A caracterização dos termos <i>contexto</i> e <i>gênero do discurso</i>                                    | 94  |
| 2.4.3     | As informações participantes do estudo dos efeitos composicionais                                          | 96  |
|           | Considerações finais                                                                                       | 97  |
| 3         | EM BUSCA DE UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL               | 99  |
| 3.1       | Forma de organização sequencial                                                                            | 99  |
| 3.1.1     | Os tipos de discurso                                                                                       | 101 |
| 3.1.1.1   | Os tipos de discurso: plano referencial                                                                    | 102 |
| 3.1.1.1.1 | Gêneros do discurso                                                                                        | 102 |
| 3.1.1.1.2 | Representação referencial (praxeológica) do tipo narrativo                                                 | 109 |
| 3.1.1.2   | Os tipos de discurso: plano hierárquico                                                                    | 113 |
| 3.1.1.3   | Considerações sobre os tipos de discurso                                                                   | 114 |
|           |                                                                                                            | 19  |

|         |                                                                        |     |
|---------|------------------------------------------------------------------------|-----|
| 3.1.2   | As sequências discursivas                                              | 115 |
| 3.1.3   | Considerações sobre a forma de organização sequencial                  | 118 |
| 3.2     | Forma de organização composicional                                     | 119 |
| 3.2.1   | Marcação linguístico-discursiva típica                                 | 121 |
| 3.2.1.1 | Módulo sintático                                                       | 121 |
| 3.2.1.2 | Forma de organização relacional                                        | 124 |
| 3.2.1.3 | Forma de organização informacional                                     | 125 |
| 3.2.1.4 | Forma de organização enunciativa                                       | 126 |
| 3.2.1.5 | Efeitos composicionais                                                 | 127 |
| 3.2.2   | Funções cotextuais típicas                                             | 128 |
| 3.2.3   | Considerações sobre a forma de organização composicional               | 128 |
| 3.3     | Forma de organização estratégica                                       | 129 |
| 3.3.1   | Definindo o contexto                                                   | 132 |
| 3.3.1.1 | Enquadre acional                                                       | 134 |
| 3.3.1.2 | Enquadre interacional                                                  | 138 |
| 3.3.2   | Análise da forma de organização estratégica da sequência “Mar de lama” | 142 |
| 3.3.3   | Considerações sobre a forma de organização estratégica                 | 146 |
|         | Considerações finais                                                   | 147 |

## PARTE II

### METODOLOGIA E ANÁLISES

|           |                                                         |     |
|-----------|---------------------------------------------------------|-----|
| 4         | CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E QUESTÕES METODOLÓGICAS         | 153 |
| 4.1       | Constituição do corpus                                  | 153 |
| 4.2       | Questões metodológicas                                  | 159 |
| 4.2.1     | Forma de organização sequencial                         | 159 |
| 4.2.2     | Forma de organização composicional                      | 162 |
| 4.2.3     | Forma de organização estratégica                        | 165 |
|           | Considerações finais                                    | 165 |
| 5         | ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL              | 167 |
| 5.1       | A segmentação do corpus em sequências discursivas       | 167 |
| 5.2       | Tipo narrativo da reportagem e sequências narrativas    | 170 |
| 5.2.1     | Módulo referencial                                      | 171 |
| 5.2.1.1   | Definição dos episódios do tipo narrativo da reportagem | 171 |
| 5.2.1.1.1 | Sumário                                                 | 172 |
| 5.2.1.1.2 | Estágio inicial                                         | 177 |
| 5.2.1.1.3 | Complicação                                             | 182 |
| 5.2.1.1.4 | Avaliação                                               | 190 |
| 5.2.1.1.5 | Resolução                                               | 198 |

|                                                                            |     |
|----------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.2.1.1.6 Estágio final                                                    | 200 |
| 5.2.1.1.7 Síntese da análise dos episódios do tipo narrativo da reportagem | 203 |
| 5.2.1.2 A ordem dos episódios do tipo narrativo da reportagem              | 204 |
| 5.2.2 Módulo hierárquico                                                   | 211 |
| 5.2.2.1 O estatuto subordinado ou principal de cada episódio da sequência  | 212 |
| 5.2.2.2 O processo de encaixamento de sequências narrativas                | 216 |
| Considerações finais                                                       | 221 |
| 6 ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO COMPOSICIONAL                            | 223 |
| 6.1 Módulo sintático                                                       | 223 |
| 6.1.1 O sistema verbal do português – breve apresentação                   | 224 |
| 6.1.2 Debreagem temporal                                                   | 232 |
| 6.1.3 Embreagem temporal                                                   | 239 |
| 6.1.4 Síntese da análise sintática                                         | 246 |
| 6.2 Forma de organização relacional                                        | 247 |
| 6.2.1 Resultados da análise relacional                                     | 248 |
| 6.2.2 Discussão dos resultados da análise relacional                       | 254 |
| 6.2.2.1 Preparação                                                         | 255 |
| 6.2.2.2 Tempo                                                              | 256 |
| 6.2.2.3 Contra-argumentação                                                | 261 |
| 6.2.2.4 Reformulação                                                       | 264 |
| 6.2.2.5 Comentário                                                         | 267 |
| 6.2.2.6 Topicalização                                                      | 269 |
| 6.2.2.7 Argumentação                                                       | 273 |
| 6.2.3 Síntese da análise relacional                                        | 276 |
| 6.3 Forma de organização informacional                                     | 277 |
| 6.3.1 Forma de organização informacional – breve apresentação              | 277 |
| 6.3.2 Progressões informacionais                                           | 282 |
| 6.3.3 Marcação linguística dos tópicos                                     | 287 |
| 6.3.4 Síntese da análise informacional                                     | 293 |
| 6.4 Forma de organização enunciativa                                       | 293 |
| 6.4.1 Forma de organização enunciativa – breve apresentação                | 293 |
| 6.4.2 Resultados da análise enunciativa                                    | 300 |
| 6.4.3 Discussão dos resultados da análise enunciativa                      | 302 |
| 6.4.3.1 Discursos designados                                               | 302 |
| 6.4.3.2 Discursos formulados                                               | 305 |
| 6.4.3.2.1 Discurso direto explícito                                        | 306 |
| 6.4.3.2.2 Discurso direto implícito                                        | 309 |
| 6.4.3.2.3 Discurso indireto implícito                                      | 310 |
| 6.4.3.2.4 Discurso indireto explícito                                      | 315 |

|         |                                                             |     |
|---------|-------------------------------------------------------------|-----|
| 6.4.3.3 | Discursos implicitados                                      | 318 |
| 6.4.4   | Síntese da análise enunciativa                              | 320 |
| 6.5     | Efeitos composicionais                                      | 321 |
| 6.6     | A função cotextual típica das sequências narrativas         | 324 |
| 6.6.1   | O estatuto hierárquico das sequências narrativas            | 325 |
| 6.6.2   | As relações de discurso entre as sequências                 | 327 |
| 6.6.3   | O tipo de discurso das sequências encaixantes               | 330 |
| 6.6.4   | Síntese da análise contextual                               | 331 |
|         | Considerações finais                                        | 332 |
| 7       | ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA                 | 335 |
| 7.1     | <i>A culpa não é só da Natureza</i> (Revista Carta Capital) | 337 |
| 7.2     | <i>É possível evitar?</i> (Revista Época)                   | 347 |
| 7.3     | <i>Eles não deveriam estar aqui</i> (Revista IstoÉ)         | 357 |
| 7.4     | <i>Trágico, absurdo, previsível</i> (Revista Veja)          | 364 |
|         | Considerações finais                                        | 371 |
|         | CONCLUSÃO GERAL                                             | 373 |
|         | REFERÊNCIAS                                                 | 379 |
|         | SUMÁRIO DOS ANEXOS                                          | 399 |

## INTRODUÇÃO GERAL

Esta pesquisa tem sua origem na percepção do que considero um problema de natureza teórica para os estudos da linguagem que se preocupam com o modo como os interactantes elaboram e interpretam produções discursivas. Nas últimas décadas, veio se constituindo e hoje é relativamente consensual a hipótese de que os gêneros (textuais/discursivos) dizem respeito a formas relativamente estáveis de enunciados sócio-historicamente constituídos, ao passo que os tipos (textuais/discursivos) são sequências textuais com características bem definidas, que entram na composição de exemplares de todos os gêneros. Ainda segundo essa hipótese, os gêneros são variados e quase infinitos (notícia, poema, romance, canção, bula de remédio, ata de condomínio, entrevista, reportagem, debate, etc), enquanto os tipos se limitam a meia dúzia de categorias (narração, descrição, argumentação, explicação, diálogo, injunção).

Essa hipótese é defendida por Bronckart (2007, p. 75), quando diz:

Enquanto, devido a sua relação de interdependência com as atividades humanas, os gêneros são múltiplos, e até mesmo em número infinito, os segmentos que entram em sua composição (segmentos de relato, de argumentação, de diálogo, etc.) são em número finito, podendo, ao menos parcialmente, ser identificados por suas características lingüísticas específicas.

É também com base nessa hipótese que Costa Val *et al* (2009, p. 46) afirmam:

O consenso em torno das noções de *gênero* e *tipo* vem se construindo recentemente, nos estudos acadêmicos e nos documentos de política educacional. Os *gêneros* têm sido compreendidos como modelos sociais de textos, definidos por sua função, seu contexto de uso e por suas características formais, como o modo de se organizar e o estilo de linguagem usado. Já os *tipos* têm sido tomados como estruturas formais bem características, que podem aparecer em diferentes gêneros textuais. Assim, o romance, a notícia, as instruções de uso de aparelhos eletrodomésticos, o artigo científico são alguns exemplos dos inúmeros gêneros textuais em uso em nossa sociedade. Já os tipos textuais são em número restrito – narrativo, descritivo, expositivo, argumentativo e injuntivo – e podem fazer parte de vários gêneros. Por exemplo, no romance e na carta podem estar presentes sequências narrativas, descritivas, expositivas e argumentativas.

A mesma hipótese sobre a distinção entre gênero e tipo é norteadora das pesquisas de diferentes estudiosos tanto da Linguística do Texto, quanto da Análise do Discurso. A variação que se observa nessas pesquisas é principalmente terminológica. O termo gênero é constante, variando o especificador *textual* ou *discursivo*, conforme a orientação mais linguística ou mais situacional da abordagem (ROJO, 2005). Já a

denominação das infraestruturas textuais que entram em sua composição varia enormemente (protótipos sequenciais ou sequências (ADAM, 1992, 1999, 2008; VION, 2006), tipos de sequências (MAINGUENEAU, 1996), tipos de discurso (BRONCKART, 2007; FILLIETTAZ, 1999), modos de organização (CHARAUDEAU, 1992, 2009), tipo textual (MARCUSCHI, 2008; NEVES, 2010; SILVA, 1999), tipos de textos (TRAVAGLIA, 2003, 2004, 2005, 2012)<sup>1</sup>. Mas em todas as abordagens, apesar das especificidades teóricas e metodológicas, mantém-se a hipótese de que os tipos são um conjunto reduzido de categorias bem definidas que compõem a totalidade quase infinita dos gêneros.

Como decorrência dessa hipótese geral, os gêneros são concebidos como entidades que surgem e se constituem atreladas às necessidades históricas e sociais e que, por isso mesmo, dizem respeito a “formas culturais e cognitivas de ação social corporificadas de modo particular na linguagem” (MARCUSCHI, 2008, p. 156). Ou seja, os gêneros não são nem poderiam ser universais e descontextualizados, e seu estudo, em quaisquer perspectivas teóricas, implica o conhecimento das motivações históricas, sociais, culturais de seu surgimento e de sua progressiva estabilização (DELL’ISOLA, 2009; NEVES, 2010).

Já os tipos, por serem concebidos como sequências com características linguísticas e referenciais típicas e bem conhecidas, dizem respeito a entidades universais e pouco dinâmicas, que, por isso mesmo, apresentariam, em maior ou em menor grau, as mesmas propriedades em quaisquer produções discursivas. É esse modo de conceber os tipos que leva Bonini (1999, p. 313), por exemplo, a fazer esta afirmação sobre o tipo narrativo: “Na medida em que as convenções de tempo não se alteraram substancialmente nos últimos 2.000 anos, o esquema narrativo fundamental também não se alterou, sendo dado, por estudos transculturais, como um esquema universal”.

Essa forma de encarar a problemática da relação entre os gêneros e os tipos tem feito com que, nas abordagens para as quais essas noções são relevantes, os tipos, de modo geral, sejam vistos como se fossem menos complexos do que os gêneros, de cuja composição, paradoxalmente, participam.

---

<sup>1</sup> Em um mesmo autor, pode haver variação terminológica, como ocorre em Schneuwly (2004), que emprega indistintamente os termos tipos de discurso e tipos de texto.



Assim, apesar das diferenças de objetivos, os autores que estudam os tipos trataram-nos ou como esquemas cognitivos universais ou como um conjunto definido e estável de marcas linguísticas, que, ao contrário dos gêneros, não sofreriam o impacto das diferenças culturais, nem da evolução e das mudanças por que passam as práticas discursivas ao longo do tempo. Por isso, mesmo abordagens que integram a noção de gênero em seu quadro conceitual não oferecem uma explicação satisfatória das diferenças profundas que se podem notar entre o modo como os interactantes narram, descrevem e argumentam ao construírem produções discursivas pertencentes a diferentes gêneros.

Alguns autores chegam a reconhecer o papel do gênero na configuração das sequências, como se depreende desta observação de Silva (1999, p. 101):

as sequências narrativas não se inscrevem da mesma maneira na construção do sermão, da notícia, do conto de fadas, da conversação espontânea, etc. Enquanto nas narrativas presentes em romances, contos de fadas, a ordenação cronológica dos episódios pode ser dominante (...), em textos noticiosos, tal ordenação pode não assumir essa rigidez (...).

Mas não sofre abalo a concepção de que os tipos constituem um conjunto limitado de esquemas cognitivos universais ou de padrões linguísticos característicos, os quais passariam por adaptações ou modificações apenas no momento em que o interactante deles se apropria para compor uma dada sequência. Assim, tanto as sequências narrativas dos romances e dos contos de fadas, quanto as sequências narrativas dos textos noticiosos seriam atualizações de um mesmo e único tipo narrativo.

Dessa forma, supondo que, ao longo da história, os tipos se mantiveram os mesmos, as abordagens mencionadas, uma vez elaborados os tipos, passam a tomá-los como uma espécie de padrão, com o qual as sequências em que eles se atualizam ou se manifestam devem se identificar para serem consideradas narrações, descrições ou argumentações. Em outros termos, essas abordagens procuram estudar as sequências extraindo o que elas têm em comum com um esquema abstrato (o tipo), o qual foi previamente elaborado e é independente do gênero a que pertencem as sequências.

Para Adam (1992, 1999, 2011), cuja proposta contribuiu fortemente para o estabelecimento da concepção atual sobre a relação entre gênero e tipo, esse esquema deve ser tomado como um protótipo. Na proposta desse autor, as diferenças que caracterizam, por exemplo, as sequências narrativas de gêneros diversos podem ser

explicadas apenas em termos de graus de semelhança (“gredientes de narratividade” (ADAM, 1997)) com o protótipo narrativo abstrato e universal. Por esse motivo, essa proposta não leva em conta o fato de que um gênero tem impacto profundo na forma como tipicamente se narra nas produções discursivas pertencentes a esse gênero.

Afinal, não se narra da mesma forma em um conto, em uma entrevista de emprego e em um boletim de ocorrência. Da mesma forma, o modo como os jornalistas narram nas notícias de hoje é diferente do modo como os jornalistas narravam nas notícias do início do século XX (PESSOA, 2007). E essas diferenças não parecem se dever à vontade do produtor do discurso de elaborar uma sequência mais ou menos semelhante a um protótipo narrativo universalmente compartilhado, mas antes a um processo sócio-histórico que leva o agente a saber que há maneiras típicas de narrar em cada gênero.

Ao reduzir o problema das diferenças entre as sequências pertencentes a exemplares de gêneros diversos a uma questão de maior ou menor semelhança com um esquema abstrato, essas abordagens deixam à margem o problema do impacto do gênero sobre o tipo ou o problema de como o gênero influencia na constituição das infraestruturas sequenciais típicas que participam de sua composição. Elas desconsideram, assim, que “não se descreve segundo as mesmas regras numa epopéia medieval e num romance naturalista”, porque se trata de “processos [descritivos] estritamente dependentes dos gêneros de discurso” (MAINGUENEAU, 1996, p. 166).

Quando a questão da influência do gênero sobre os tipos é abordada, faz-se referência apenas à dominância sequencial, ou seja, ao tipo de sequência (narrativo, descritivo, argumentativo) que predomina em um ou outro gênero ou à forma como as sequências tipicamente se articulam nas produções discursivas pertencentes a um gênero. Não se explicam, portanto, as diferenças que intuitivamente reconhecemos entre o modo típico de narrar, descrever ou argumentar em diferentes gêneros<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> Marcuschi (2008, p. 156) chega a constatar a profunda interdependência das noções de tipo e de gênero, como se depreende desta observação: “Os gêneros não são opostos a tipos”, e “ambos não formam uma dicotomia e sim são complementares e integrados. Não subsistem isolados nem alheios um ao outro, são formas constitutivas do texto em funcionamento”. Porém, o autor não desenvolve essa ideia e, logo após apresentá-la, expõe a análise sequencial de uma carta em que revela que, para ele, a integração de que fala entre as noções de gênero e de tipo se refere apenas à frequência maior ou menor de um tipo de sequências entre exemplares de diferentes gêneros.

Por essas razões, as abordagens que tratam os tipos como esquemas fundamentais e universais não permitem abordar de forma satisfatória o impacto de um dado gênero sobre a constituição dos tipos e sobre a construção das sequências, já que, para elas, um mesmo tipo narrativo, por exemplo, entraria na composição de todos os gêneros em que se realiza a ação de narrar, em uma perspectiva bem próxima da de Adam (1992, p. 12-13):

A estrutura elementar da sequência narrativa se encontra na base da epopeia, da fábula, da maior parte dos romances, das narrações teatrais clássicas de exposição ou de desenlace, mas igualmente da reportagem e do *fait divers* jornalístico, da narração oral ou da anedota cotidiana<sup>3</sup>.

Assim considerada, a hipótese da dicotomia entre gênero e tipo ou da transversalidade dos tipos em relação aos gêneros (SCHNEUWLY, 2004) é problemática para os estudos da linguagem, porque deixa sem respostas satisfatórias uma série de questões importantes para a compreensão do modo como elaboramos e interpretamos produções discursivas:

- qual é o modo típico de narrar, descrever, argumentar em dado gênero?
- como um dado gênero contribui para a constituição do modo típico de narrar, descrever, argumentar nesse gênero?
- quais marcas linguístico-discursivas auxiliam na caracterização ou apreensão do modo típico de narrar, descrever, argumentar em dado gênero?
- como ocorre a atualização desse modo típico de narrar, descrever, argumentar em sequências narrativas, descritivas, argumentativas pertencentes a exemplares de um dado gênero?

De modo geral, essas questões não fazem parte do rol de questões a serem respondidas pela maior parte das abordagens atuais do texto e do discurso. Isso porque, se o tipo é uma entidade descontextualizada e transversal em relação a todos os gêneros, não haveria um modo de narrar, descrever, argumentar característico ou típico de um dado gênero, mas apenas um modo geral e universal de narrar, descrever, argumentar, o qual seria comum a todos os gêneros, exatamente por ser independente de determinações

---

<sup>3</sup> Nesta tese, todas as citações extraídas de trabalhos escritos em língua estrangeira foram por mim traduzidas. Portanto, as traduções dessas citações são de minha responsabilidade.

genéricas (sociais, históricas, culturais). Assim, quando essas abordagens buscam descrever a imbricação entre os tipos e os gêneros, tratam apenas da combinação de categorias estanques e previamente elaboradas em outros quadros teóricos (TRAVAGLIA, 2012).

Porém, para constatar a inadequação dessa hipótese e a pertinência das questões colocadas anteriormente, vejamos esta sequência narrativa extraída de um exemplar do gênero reportagem<sup>4</sup>:

- (01) O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo. Ao redor dos trabalhadores, um cenário de destruição. Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro. De uniforme azul, o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta: “Hoje derrubo a casa dos outros. Amanhã pode ser a minha”.

Para as abordagens que estudam a narrativa com base em critérios linguísticos, seria difícil caracterizar essa sequência como pertencente a esse tipo. Segundo essas abordagens, esse tipo se caracteriza invariavelmente pela predominância ou exclusividade de formas verbais no pretérito perfeito para expressar acontecimentos centrais e dinâmicos (ações) e no pretérito imperfeito para expressar acontecimentos periféricos e pouco dinâmicos (estados), por relações cronológicas entre os acontecimentos centrais e dinâmicos, pela presença de marcadores temporais explicitando essas relações (*depois, em seguida, posteriormente*), pela ausência de dêiticos remetendo à pessoa, ao momento e ao lugar da enunciação, por verbos de ação cujos agentes sejam personagens antropomórficos e conscientes de suas atitudes, etc (BENVENISTE, 1976; COMBETTES, 1987; WEINRICH, 1973).

Ainda que intuitivamente seja possível afirmar que a sequência acima é narrativa, ela apresenta muito poucas marcas consideradas típicas do tipo narrativo. Nela predominam formas verbais no presente, e não se trata do presente histórico característico das narrativas de fatos históricos. A narração dos acontecimentos não se faz conforme a sua cronologia. Como consequência, não há nenhum marcador temporal expressando relação cronológica entre acontecimentos. Além disso, todo o drama narrado tem como causador um fenômeno da natureza (a megaenchente) e não um personagem

---

<sup>4</sup> Essa sequência compõe a reportagem “São Paulo na lama”, a qual foi publicada na revista Carta Capital de 20/01/2010 e integra o corpus desta pesquisa.

antropomórfico que age guiado por intenções. Por fim, elementos dêiticos, como verbos no presente e advérbios temporais, e o segmento avaliativo “um cenário de destruição” remetem à pessoa e ao momento da enunciação.

Para as abordagens que se valem de critérios referenciais para estudar a narrativa, também seria difícil caracterizar essa sequência como narrativa. Conforme essas abordagens, toda e qualquer sequência pertencente a esse tipo atualiza uma estrutura narrativa canônica, em que à apresentação do local e dos personagens da história se segue a exposição de um problema que vem desestabilizar o equilíbrio do momento inicial. Após a menção desse problema, narram-se os fatos dele decorrentes ou avalia-se a sua importância. Em seguida, apresenta-se a forma como esse problema se resolveu, para finalmente se expor uma nova situação de equilíbrio, diametralmente oposta à situação de equilíbrio inicial. Ao fim da estrutura, o narrador pode fornecer um ensinamento a ser tirado da história. A unidade dessa estrutura deve ser garantida pela presença do personagem principal (ADAM, 1992; CHAROLLES, 1976; VAN DIJK, 1976).

É bastante difícil perceber na sequência acima a atualização de uma estrutura canônica como essa ou mesmo de uma estrutura que, embora menos canônica, fosse semelhante a ela. De fato, na sequência, não há a oposição de dois momentos de equilíbrio, um no começo e outro no final. Toda a história se passa no “cenário de destruição”, o qual não sofre nenhum tipo de mudança. Se a megaenchente pode ser vista como o problema que abalou um momento de equilíbrio anterior não explicitado, não se informa como esse problema foi resolvido, já que, até a data de publicação da reportagem, nenhuma solução definitiva havia sido encontrada para o drama dos que perderam suas casas com a enchente. Além disso, Crispim Antonio de Souza poderia ser visto como o personagem principal, aquele que garante a unidade da narrativa. Mas ele só aparece ao final da história. Por fim, nenhum ensinamento parece poder ser extraído dessa sequência. Ao narrar a história, o que o narrador quer ensinar? As prefeituras devem investir na prevenção de catástrofes naturais? As pessoas não devem construir suas casas em áreas de risco? Os fenômenos naturais estão cada vez mais intensos? Não parece ser possível decidir por nenhum desses ensinamentos, porque não parece que o narrador, enquanto jornalista, esteja preocupado em ensinar alguma coisa de modo explícito, como ocorre em uma fábula, por exemplo.

As rápidas análises de uma sequência narrativa extraída de um exemplar do gênero reportagem revelam o quão problemática é a hipótese segundo a qual o mesmo tipo narrativo entraria na composição dos exemplares de todo e qualquer gênero. Ela inviabiliza uma análise satisfatória da sequência, obrigando o analista ou a adotar uma solução *ad hoc* para considerá-la um exemplar (defeituoso ou não-prototípico) do tipo narrativo ou a defini-la como não pertencente a esse tipo, ainda que intuitivamente seja evidente que o jornalista narra uma história. Assim, essas análises sugerem que, no gênero reportagem, há um modo característico de narrar que se difere do modo característico de narrar de outros gêneros, modo que as abordagens que se guiam pela hipótese da universalidade dos tipos não conseguem descrever e explicar.

Posicionando-se contra essa hipótese da universalidade e atemporalidade dos tipos, esta pesquisa levanta outra hipótese, segundo a qual as noções de gênero e de tipo são de tal forma imbricadas que cada gênero possui tipos específicos. Em outros termos, cada gênero se caracteriza por um modo típico de narrar, descrever, argumentar, etc. Nessa perspectiva, o modo típico de narrar do gênero reportagem seria diferente do modo típico de narrar do gênero conto. Da mesma forma, o modo típico de argumentar do gênero artigo científico seria diferente do modo típico de argumentar do gênero bate-papo.

Fornecendo evidências a favor dessa hipótese, trabalhos que estudaram a narrativa produzida no interior de gêneros particulares sugerem, embora não tenha sido esse o objetivo de seus autores, que há modos específicos de narrar em gêneros como a transação comercial (FILLIETTAZ, 2001), o relato oral de experiência pessoal (LABOV, 1972), o conto popular (BENTES, 2000), a entrevista midiática (BRES, 2009), a entrevista de emprego (BONU, 2001), a notícia (VAN DIJK, 1992) e o romance (BARONI, 2010)<sup>5</sup>. Esses modos de narrar são tão diversos uns dos outros e tão ligados às características dos gêneros em que se constituíram que são irredutíveis a um único e mesmo tipo narrativo.

Ainda que situados em quadros teóricos diversos, os estudiosos do texto e do discurso têm sido unânimes em afirmar que os gêneros exercem influência poderosa na regulação e na estabilização dos diferentes planos da organização discursiva, afetando tanto

---

<sup>5</sup> Esses trabalhos serão examinados mais detidamente ao final do capítulo 2.

aspectos microdiscursivos, como o emprego dos conectores (COUTINHO, 2008) e a estruturação das orações (ADAM, 2011), quanto aspectos macrodiscursivos, como a ancoragem enunciativa (BRONCKART, 2007) e a organização tópica (ROULET, 1999). Sendo assim, por que apenas o plano sequencial da organização do discurso não sofreria o impacto do gênero? Ou por que o gênero não regularia logo a forma como os interactantes narram, descrevem e argumentam? A hipótese aqui levantada busca chamar a atenção para essa incoerência, problematizando-a.

Com base nessa hipótese, um analista que, por exemplo, estude sequências descritivas do gênero resenha não deve tomar como ponto de partida o tipo descritivo universal, aquele que, conforme a hipótese contra a qual me posiciono, seria subjacente às sequências descritivas pertencentes a exemplares de quaisquer gêneros. Também não deve tomar como ponto de partida o tipo descritivo elaborado em outros estudos realizados com base na análise de exemplares de outros gêneros<sup>6</sup>.

Ao contrário, a hipótese que guia este trabalho obriga o analista a começar o estudo exatamente pela apreensão do modo como tipicamente se descreve no gênero resenha. Ou seja, deve buscar identificar o tipo descritivo da resenha, o qual, segundo a hipótese levantada, seria diferente dos tipos descritivos do poema, do sermão, da receita culinária, do guia turístico, do parecer técnico, etc. Isso porque, como os tipos não são universais e atemporais, mas são tão sócio-historicamente determinados quanto os gêneros que constituem, conhecer o tipo narrativo ou descritivo de um gênero não implica conhecer o tipo narrativo ou descritivo de outro gênero.

Como se pode notar, guiada por essa hipótese, a análise sequencial torna-se mais complexa ou menos simplista, já que a elaboração dos tipos constitui o passo central da análise, deixando de ser um pressuposto a ser buscado em alguma outra abordagem. Por esse motivo, esta pesquisa não tem a intenção de elaborar um quadro teórico que caracterize todos os tipos do maior número possível de gêneros.

Nesta pesquisa, procuro evidenciar como a hipótese que a norteia pode ser testada no estudo de um tipo de um gênero apenas. Dessa forma, o objetivo geral desta pesquisa é

---

<sup>6</sup> Na Sociolinguística, na Linguística do Texto, na Análise do Discurso e na Linguística Cognitiva, muitos estudiosos analisaram narrativas produzidas em exemplares de gêneros orais e escritos buscando caracterizá-las conforme o esquema narrativo proposto por Labov (1972), o qual foi elaborado com base na análise de relatos orais de experiência pessoal.

investigar como se caracteriza o tipo narrativo específico do gênero reportagem e como esse tipo se atualiza na construção de sequências narrativas extraídas de exemplares desse gênero. O alcance desse objetivo permitirá responder a questões que particularizam as indagações mais gerais colocadas anteriormente, por focalizarem o tipo narrativo do gênero reportagem:

- qual é o modo típico de narrar no gênero reportagem?
- como o gênero reportagem contribui para a constituição do modo típico de narrar nesse gênero?
- quais marcas linguístico-discursivas auxiliam na caracterização ou apreensão do modo típico de narrar no gênero reportagem?
- como ocorre a atualização desse modo típico de narrar em sequências narrativas pertencentes a exemplares do gênero reportagem?

O interesse em estudar o tipo narrativo se explica pela multiplicidade de trabalhos que, em diferentes disciplinas (Sociolinguística, Análise da Conversação, Linguística do Texto, Análise do Discurso, Linguística Cognitiva, Literatura), estudam esse tipo. Conforme Filliettaz (1999), esse é o tipo que, talvez em virtude da grande influência da narratologia clássica (Propp, Tomachévski, Todorov, Barthes, Bremond), mais recebeu a atenção por parte dos estudiosos do texto e do discurso. Essa concentração de estudos pode fornecer uma importante base de comparação entre o tipo narrativo da reportagem e o tipo narrativo a que outros estudiosos chegaram, a partir da análise de textos pertencentes a outros gêneros.

Quanto à escolha do gênero reportagem, ela também se deve aos vários trabalhos que, na Análise do Discurso e na Comunicação, buscam descrever e explicar suas características linguísticas e textuais, bem como as especificidades de suas condições de produção. Esses trabalhos podem, assim, ser de grande auxílio em uma definição consistente desse gênero<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> Justificativas suplementares para o estudo desse gênero serão dadas no capítulo 4, que aborda a constituição do corpus.



O estudo do tipo narrativo da reportagem e do modo como ele se atualiza em sequências narrativas específicas é complexo, porque, como não parte de um tipo narrativo previamente estabelecido, implica saber quais recursos referenciais e textuais devem ser mobilizados para a constituição do tipo, bem como qual o papel do gênero nessa constituição. Também demanda saber qual é a marcação linguístico-discursiva típica das sequências narrativas, assim como a função que tipicamente exercem em relação às sequências com que fazem fronteira. Além disso, o estudo deve se interrogar sobre o papel das sequências narrativas em um dado contexto, a fim de saber qual a influência das circunstâncias locais na atualização do tipo narrativo da reportagem em uma reportagem específica.

Dada essa complexidade, o objetivo geral da pesquisa se desdobra nos seguintes objetivos específicos, cujo alcance permitirá responder a cada uma das questões colocadas anteriormente:

- identificar o tipo narrativo com que, no gênero reportagem, os jornalistas produzem sequências narrativas.
- identificar as sequências narrativas em que esse tipo se manifesta em exemplares do gênero reportagem.
- identificar a marcação linguístico-discursiva típica e a função cotextual típica das sequências narrativas extraídas de reportagens.
- estudar a função contextual de sequências narrativas particulares extraídas de reportagens.

O alcance de todos esses objetivos pressupõe o tratamento e a articulação de diferentes planos da organização do discurso. De fato, compreender de maneira aprofundada o modo como jornalistas narram em reportagens requer a consideração de informações lexicais, sintáticas, textuais, referenciais, interacionais, enunciativas, informacionais, etc. Por isso mesmo, o alcance desses objetivos exige a adoção de um arcabouço teórico e metodológico que seja multidimensional, ou seja, exige a adoção de um modelo de análise que conceba o discurso como uma forma de organização bastante complexa, em cuja composição se articulam informações das dimensões linguística, textual e situacional.

Em vista dessa exigência, esta pesquisa toma por base os postulados teóricos e metodológicos do Modelo de Análise Modular do Discurso (FILLIETTAZ; ROULET, 2002; MARINHO, 2004; MARINHO; PIRES; VILLELA, 2007; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Exatamente porque adota uma metodologia de análise modular para o tratamento do discurso, esse modelo permite a articulação progressiva e não simultânea de todas as informações linguísticas, textuais e situacionais implicadas no estudo do modo como os jornalistas narram em reportagens.

Para apresentar a pesquisa, esta tese se divide em duas partes. A primeira se compõe dos três primeiros capítulos, os quais tratam da fundamentação teórica da pesquisa. O primeiro apresenta as abordagens sobre a narrativa que influenciaram o estudo do tipo narrativo no modelo modular. Veremos que essas abordagens podem ser separadas em duas famílias teóricas distintas. De um lado, encontra-se a que estuda a narrativa com base em critérios linguísticos. De outro lado, encontra-se a que estuda a narrativa com base em critérios referenciais.

O segundo capítulo se dedica à apresentação do modelo modular, focalizando, com particular atenção, o modo como esse modelo estudou o tipo narrativo e as sequências narrativas em diferentes etapas de sua formulação. Ao final do capítulo, proponho uma discussão de três aspectos do modelo que me parecem constituir obstáculos ao alcance dos objetivos desta pesquisa.

Com base nessa discussão, o terceiro capítulo expõe uma proposta de reformulação do modo como o modelo estuda atualmente os tipos de discurso e as sequências discursivas, a fim de, com a concepção de discurso e com os instrumentos de análise do modelo modular, obter uma abordagem que dê conta da profunda imbricação entre as noções de gênero e de tipo e, conseqüentemente, dos objetivos específicos desta pesquisa. Nessa abordagem, o estudo dos tipos de discurso e das sequências discursivas se faz em três etapas, que são as formas de organização sequencial, composicional e estratégica.

A segunda parte desta tese se constitui dos quatro capítulos seguintes, os quais se dedicam à exposição das análises do corpus, verificando como a abordagem proposta no capítulo 3, guiando-se pela hipótese de que cada gênero possui tipos específicos,

permite um estudo aprofundado do tipo narrativo e das sequências narrativas do gênero reportagem.

Assim, o quarto capítulo trata da constituição do corpus da pesquisa, que se compõe de dezesseis reportagens veiculadas nas edições de janeiro de 2010 das revistas semanais de informação Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja, e de questões metodológicas necessárias à compreensão dos capítulos posteriores. O quinto capítulo estuda a forma de organização sequencial e se dedica à elaboração do tipo narrativo da reportagem e à identificação das sequências narrativas do corpus. O sexto capítulo estuda a forma de organização composicional e trata da marcação linguístico-discursiva típica das sequências narrativas de reportagens e da sua função cotextual. O sétimo capítulo finaliza a pesquisa com o estudo da forma de organização estratégica e se ocupa da análise da função contextual de sequências narrativas específicas. Encerrando a tese, as considerações finais fazem o balanço do percurso de análise e apontam perspectivas de estudos futuros.



---

**PARTE I**

**FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

---



# 1 ABORDAGENS DA NARRATIVA NOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

A narrativa está longe de ser um objeto de estudos exclusivo da Linguística do Texto e do Discurso. Ainda que cada disciplina defina o objeto “narrativa” a seu modo e ainda que no interior de cada disciplina a complexidade desse objeto resulte na multiplicidade de definições, o estudo da narrativa mereceu e tem merecido a atenção de estudiosos da Filosofia (Ricoeur, Sartre), da Literatura (Propp, Todorov, Genette), da Psicologia (Fayol), da Antropologia (Levi-Strauss).

A diversidade e a riqueza desses estudos, que, como foi dito, têm impacto sobre a definição mesma do que seja uma narrativa, são os motivos pelos quais este capítulo se ocupa em apresentar apenas teorias sobre a narrativa desenvolvidas no interior da Linguística do Texto e do Discurso. Mas, ainda que este capítulo se restringisse somente aos estudos mais influentes sobre narrativa produzidos por linguistas, a quantidade e a diversidade desses estudos levariam apenas à produção de um inventário, que, embora exaustivo, permaneceria inevitavelmente incompleto e pouco conforme aos objetivos deste trabalho<sup>8</sup>.

Por essa razão, o objetivo deste capítulo é mais restrito, limitando-se à apresentação das teorias que influenciaram diretamente os estudos da narrativa desenvolvidos pelo modelo teórico adotado neste trabalho, o Modelo de Análise Modular do Discurso. Desse modo, este capítulo, sem desconsiderar sua importância, não se detém na apresentação de teorias desenvolvidas no contexto anglo-saxônico (Labov, Van Dijk, Hopper), nem naquelas que, embora desenvolvidas no contexto francófono, não influenciaram de forma direta o modelo em que baseio esta pesquisa (Greimas, Rabatel, Charaudeau). Mas, mesmo com todos esses recortes, veremos que as teorias de que o modelo modular se beneficiou formam um quadro complexo de influências, porque se valeram de critérios, ao mesmo tempo, diferentes e conflitantes para definir a narrativa, a ponto de ser possível reuni-las em duas famílias teóricas distintas. De um lado, Benveniste e Weinrich estudam a narrativa com o auxílio de critérios linguísticos. De

---

<sup>8</sup> Para uma apresentação panorâmica de abordagens da narrativa em diferentes perspectivas teóricas, ver Gülich; Quasthoff (1985), Toolan (1988), Bentes (2000, cap. 2), Johnstone (2001), Adam (2012).

outro lado, Adam e Bronckart estudam a narrativa com o auxílio de critérios referenciais.

Com este capítulo, procuro, então, oferecer subsídios para a compreensão das abordagens que fundamentam o estudo do tipo narrativo e das sequências narrativas no modelo modular e, conseqüentemente, para a compreensão do próprio modelo modular.

### **1.1 Abordagens linguísticas da narrativa**

Em “As relações de tempo no verbo francês”, Benveniste (1976) ocupa-se de um problema específico, que é “procurar, numa visão sincrônica do sistema verbal em francês moderno, as relações que organizam as diversas formas temporais”. Consciente das limitações das gramáticas tradicionais, que não revelam “a realidade da língua”, Benveniste observa: “Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único; distribuem-se em *dois sistemas* distintos e complementares” (p. 261-262). Segundo o autor, esses sistemas manifestam dois planos distintos, que ele distingue como sendo o da *história* e o do *discurso*.

Ao repartir as formas verbais entre dois planos de enunciação, Benveniste indica que o problema específico das relações que organizam essas formas não deve encontrar solução numa perspectiva descontextualizada, que banisse o indivíduo do estudo dos fenômenos linguísticos. Ao contrário, quando define a história e o discurso como planos de enunciação, o autor se preocupa menos em fornecer uma nova classificação dos verbos do que em descrever o seu funcionamento, no momento em que o indivíduo deles se apropria para instaurar-se como locutor e, automaticamente, instaurar o outro a quem se dirige como alocutário (MUZZI, 1999).

Nesse sentido, é possível considerar a distinção entre história e discurso como parte de um programa de pesquisa maior. Definindo a enunciação como “este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização” (BENVENISTE, 1989, p. 82), Benveniste procurou, por meio desse programa, investigar como diversos grupos de formas linguísticas, que ele chama de “indivíduos linguísticos”, têm sua significação produzida apenas na e pela enunciação. Os grupos de formas linguísticas estudados por Benveniste foram, em especial, os pronomes pessoais, as formas verbais, os pronomes demonstrativos e os advérbios de tempo e de lugar, os quais são constitutivos da enunciação, porque se referem às pessoas, aos momentos e aos lugares da situação de



uso da língua. Dada a amplitude do programa de pesquisa elaborado por Benveniste, os planos de enunciação da história e do discurso repartem entre si não só as formas verbais, mas também pronomes pessoais, pronomes demonstrativos e advérbios.

O plano da história “caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados” (1976, p. 262) e, segundo o autor, está reservado à língua escrita. Como exemplos de enunciações históricas, ele cita os romances realistas do século XIX e as obras historiográficas. Nessas obras, “Os acontecimentos são apresentados como se produziram, à medida que aparecem no horizonte da história. Ninguém fala aqui; os acontecimentos parecem narrar-se a si mesmos” (p. 267).

Uma vez que na história os acontecimentos se apresentam como se produziram,

O historiador não dirá jamais *eu* nem *tu* nem *aqui* nem *agora*, porque não tomará jamais o aparelho formal do discurso que consiste em primeiro lugar na relação de pessoa *eu* : *tu*. Assim, na narrativa estritamente desenvolvida, só se verificarão formas de “terceira pessoa” (BENVENISTE, 1976, p. 262).

Quanto aos tempos verbais, a enunciação histórica é composta por três tempos da língua francesa: “o aoristo (= *passé simple* ou *passé défini*), o imperfeito (incluindo-se a forma em *-rait* dita condicional) e o mais-que-perfeito”, sempre em formas de terceira pessoa<sup>9</sup>.

O plano do discurso, por sua vez, compreende “toda enunciação que suponha um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (p. 267). Conforme Benveniste, pertencem a esse plano todos os discursos orais, “da conversa trivial à oração mais ornamentada”, bem como os escritos que reproduzem as características de composição e a finalidade de discursos orais: cartas, peças teatrais, obras didáticas.

Como nesse plano o indivíduo “se enuncia como locutor e organiza aquilo que diz na categoria de pessoa” (p. 267), o discurso se caracteriza pela presença de pronomes de 1ª e 2ª pessoas (*eu, tu, você*). Essas pessoas, funcionando como baliza para as coordenadas espaciais e temporais, favorecem o emprego de advérbios (*aqui, agora*) e de pronomes demonstrativos (*este, isto*) que se referem ao momento e ao lugar da enunciação. Nesse

---

<sup>9</sup> Em português, os tempos verbais característicos da história são: pretérito perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito e futuro do pretérito (KOCH, 1997).

plano, admitem-se, em francês, todos os tempos verbais em todas as formas, com exceção do aoristo, que é próprio da história<sup>10</sup>.

O trabalho de Benveniste sobre a distinção entre os planos do discurso e da história constitui uma das bases da teoria de Weinrich (1973) sobre o uso dos tempos verbais, em especial, no francês. Para elaborar a teoria, o autor parte da constatação de que os morfemas que indicam os tempos verbais constituem marcas “obstinadas”, isto é, marcas altamente recorrentes. Analisando textos escritos em francês, Weinrich observa que o tempo dominante ou mais recorrente é ou o presente ou o passado simples associado ao imperfeito. Essa observação o leva a levantar a hipótese de que os verbos se repartem em dois grupos. Em francês, o primeiro grupo reúne o presente, o passado composto e o futuro, enquanto o segundo reúne o passado simples, o imperfeito, o mais-que-perfeito e o condicional<sup>11</sup>.

Na busca por explicar a recorrência, nos textos examinados, dos tempos verbais reunidos em cada um dos grupos, Weinrich (1973, p. 22) aponta que os tempos do primeiro grupo “têm afinidades com alguns temas como os temas científicos”, ao passo que os tempos do segundo grupo “combinam melhor, por exemplo, com o relato de acontecimentos de uma vida”. Nesse sentido, os tempos verbais, ao lado de outros itens “não-obstinados”, isto é, menos recorrentes, como conjunções, advérbios e expressões adverbiais (*um dia, mas, então, enfim*), constituem sinais de “mundos” específicos<sup>12</sup>. Os tempos verbais do primeiro grupo sinalizam o “mundo comentado”, e os tempos do segundo grupo sinalizam o “mundo narrado”.

Ao marcarem uma diferença de mundos, os tempos verbais sinalizam a ancoragem da situação em processos de comunicação distintos, que dizem respeito à “atitude de locução” assumida por locutor e auditor. Assim, no mundo comentado, o locutor assume uma atitude tensa e indica ao interlocutor que o texto merece uma atenção maior

---

<sup>10</sup> Em português, são tempos verbais característicos do discurso: presente, pretérito perfeito e futuro do presente (KOCH, 1997).

<sup>11</sup> Em português, a distribuição dos tempos verbais entre esses dois grupos é igual à que se dá entre os planos da história e do discurso (KOCH, 2008). Ver notas 9 e 10.

<sup>12</sup> Nessa proposta, a noção de *mundo* deve ser entendida como “esse objeto semântico x que pode tomar as formas mais variadas conforme as comunicações. (Essa fórmula não deve ser tomada num sentido ontológico; ela é um meio de resumir tudo o que pode ser objeto de comunicação)” (WEINRICH, 1973, p. 23).

e espera dele, do interlocutor, uma reação. Segundo Weinrich (p. 33), um texto pertencente ao mundo comentado “modifica a situação dos dois parceiros e os engaja, assim, um e outro”. O autor cita os seguintes gêneros como sendo representativos desse mundo: diálogo dramático, memorando político, editorial, testamento, relatório científico, ensaio filosófico, comentário jurídico e todas as formas de discurso ritual<sup>13</sup>.

Já no mundo narrado, o locutor assume uma atitude distensa ou relaxada, porque indica ao auditor que o texto “é ‘somente’ um relato” e que ambos os interlocutores são expectadores de um mundo representado e não os seus atores. Para Weinrich, são representativos do mundo narrado os seguintes gêneros: relato de caça, conto, lenda, notícia, relato histórico e romance.

Em cada um dos mundos, existem tempos verbais especializados em marcar diferentes perspectivas temporais, em relação ao tempo de base ou tempo zero. No mundo comentado, o tempo zero é o presente. Em relação a esse tempo, o futuro marca a prospecção, antecipando informações, enquanto o passado composto marca a retrospecção, sinalizando informações que supostamente já ocorreram. No mundo narrado, o imperfeito e o passado simples são os tempos zero. Em relação a esses tempos, a prospecção é marcada pelo condicional, enquanto a retrospecção é marcada pelo mais-que-perfeito e pelo passado anterior<sup>14</sup>.

Weinrich reúne a retrospecção e a prospecção, “ou mais exatamente informação reportada e informação antecipada” (p. 70), sob o conceito de “perspectiva de locução” e observa que, independentemente da atitude de locução (comentativa ou narrativa), é comum o locutor evitar marcar diferentes perspectivas temporais, empregando de forma predominante os tempos zero ou não-marcados.

No mundo narrado, os tempos zero (imperfeito e passado simples) têm por função “dar relevo a um texto, projetando em primeiro plano alguns conteúdos e repousando outros

---

<sup>13</sup> Weinrich (p. 33) utiliza o termo *gênero*, mas não esclarece qual é o conceito a que esse termo se associa. Limita-se a informar que toma esse termo “no seu sentido mais amplo”.

<sup>14</sup> Seguindo essa perspectiva teórica, Koch (1997) estabelece as seguintes equivalências para o português:

- mundo comentado: tempo zero (presente), prospecção (futuro do presente) e retrospecção (pretérito perfeito simples e composto).
- mundo narrado: tempos zero (pretérito perfeito simples e pretérito imperfeito), prospecção (futuro do pretérito) e retrospecção (pretérito mais-que-perfeito).

na sombra do segundo plano [*arrière-plan*]” (p. 107). Dessa forma, a transição temporal <imperfeito → passado simples> ajudaria o leitor a se orientar durante a leitura, permitindo a ele fazer suposições sobre “a disposição provável dos objetos narrados na sequência do relato” (p. 111).

Assim, aproximando a sua teoria sobre os tempos verbais e os estudos da narratologia literária, Weinrich propõe que, no mundo narrado, os tempos zero atuam na marcação da estrutura da narrativa. Para os estudiosos da narratologia literária (Tomachévsky, Barthes, Todorov, Bremond), a parte central da narrativa ou o seu nó traz as informações mais importantes, aquelas que justificam a existência da própria narrativa. Essas informações constituem o primeiro plano. Frequentemente, o primeiro plano é acompanhado de informações periféricas ou secundárias, cuja função é apresentar reflexões ou descrições de lugares e personagens. Essas informações constituem o segundo plano (TODOROV, 2008; TOMACHÉVSKY, 1965[1925]). Com base nessa distinção entre primeiro e segundo planos, Weinrich estabelece uma diferença de função entre os tempos zero do mundo narrado. O passado simples é o tempo que sinaliza o primeiro plano, ao passo que o imperfeito é o tempo que sinaliza o segundo<sup>15</sup>.

Na teoria de Weinrich, a análise do sistema temporal se faz com base nas três dimensões abordadas anteriormente:

- *Atitude de locução*: mundo comentado e mundo narrado.
- *Perspectiva de locução*: retrospecção – tempo zero – prospecção.
- *Relevo*: primeiro plano e segundo plano.

O conhecimento dessas três dimensões é fundamental para se compreender uma última noção da teoria proposta pelo autor, que é a da “metáfora temporal”. Segundo Weinrich, a mudança ou a transição de um tempo para outro pode afetar apenas uma dimensão do sistema temporal ou pode afetar duas dimensões. Por exemplo, se um locutor deixa de empregar o presente para empregar o pretérito imperfeito, ele promove uma mudança apenas na sua atitude de locução, que deixa de ser comentativa para ser narrativa. Mas,

---

<sup>15</sup> Weinrich (p. 225) nota que “o francês não distingue entre primeiro plano e segundo plano no mundo comentado”, porque, para o autor, a situação extralinguística se encarrega de esclarecer aos interlocutores quais informações nesse mundo são mais ou menos importantes.

se o locutor deixa de empregar o passado simples para empregar o futuro, ele promove uma mudança em duas dimensões: a atitude de locução deixa de ser narrativa para ser comentativa, e a perspectiva de locução passa do tempo zero do mundo narrado para o tempo prospectivo do mundo comentado. Para Weinrich, sempre que a transição de um tempo para outro afeta duas dimensões, ocorre o que ele chama de “metáfora temporal”.

É com base nessa noção que o autor explica, por exemplo, a transição temporal <presente → condicional> em textos pertencentes ao mundo comentado. Com essa transição, afetam-se a atitude de locução (mundo comentado → mundo narrado) e a perspectiva de locução (tempo zero → prospecção). Nesse emprego, o condicional passa a ter uma função específica, que é restringir a validade da informação expressa, introduzindo no interior do mundo comentado a ausência de compromisso com a “verdade”, ausência que seria típica do mundo narrado. Ao utilizar o condicional metafórico, o locutor pode alcançar diferentes efeitos: pôr em dúvida afirmações alheias, diminuir a sua responsabilidade sobre as informações expressas, apresentar-se como alguém polido ou diplomático, etc (WEINRICH, 1973, p. 233).

De modo geral, as críticas às propostas de Benveniste e de Weinrich se aproximam da de Adam (1992, p. 16), para quem “não se pode associar a cada tipo de sequência uma distribuição muito estrita de marcas morfossintáticas”. Isso porque segmentos de história podem apresentar elementos dêiticos, como as autobiografias (REBOUL; MOESCHLER, 1998), e o presente, tempo considerado típico do discurso ou do mundo comentado, é comum em narrativas orais (FILLIETTAZ; GROBET, 1999) e mesmo em narrativas escritas (KOCH, 1997). Ou seja, um mesmo segmento textual pode apresentar, misturados, elementos característicos da história e do discurso (BOTH-DIEZ, 1985; SIMONIN-GRUMBACH, 1975).

Fazendo críticas bastante severas às abordagens de Benveniste e de Weinrich, Reboul e Moeschler (1998) chegam mesmo a defender que essas abordagens devem ser definitivamente abandonadas, tamanhas as inadequações descritivas e explicativas que, segundo os autores, elas apresentam. Para Reboul e Moeschler (1998, p. 107): “As duas abordagens que apresentamos [a de Benveniste e a de Weinrich] são duplamente inadequadas: do ponto de vista descritivo e do ponto de vista explicativo”. Após a discussão de vários fenômenos linguísticos de que essas abordagens não dão conta (elementos dêiticos em segmentos de história, o condicional, o estilo indireto livre, a

natureza referencial dos tempos verbais) e de inconsistências teóricas e metodológicas, observam os autores: “Essas duas abordagens são não só pouco satisfatórias, mas constituem uma regressão em relação aos conhecimentos gramaticais tradicionais” (p. 103).

Os trabalhos mencionados, ao evidenciarem fragilidades nessas abordagens, mostram, assim, que “é difícil aceitar a diferenciação entre tempos do mundo narrado e do mundo comentado, já que se pode narrar com tempos do comentário e comentar com tempos da narração” (FIORIN, 2010, p. 251).

Trabalhos como esses, que relativizam, questionam ou mesmo rejeitam as propostas apresentadas neste item, fizeram com que, nas últimas duas décadas, ganhassem força abordagens que estudam a narrativa e os demais tipos ou sequências com base principalmente em critérios referenciais. No próximo item, serão apresentadas as abordagens de Adam e de Bronckart, que se valem desses critérios.

## **1.2 Abordagens referenciais da narrativa**

Na Linguística Textual de Adam, o texto é definido como “uma estrutura hierárquica complexa, que compreende N sequências – elípticas ou completas – de mesmo tipo ou de tipos diferentes” (ADAM, 1992, p. 34). Buscando contribuições em especial dos estudos da cognição (Van Dijk, Kintch, Rosch), o autor defende que tanto a produção quanto a compreensão da estrutura de um texto envolvem a ativação de conhecimentos sobre *esquemas sequenciais prototípicos*, que vão possibilitar ao sujeito identificar o tipo ou os tipos das sequências que produz ou compreende.

Segundo o próprio pesquisador (ADAM, 1999, 2008a), o grande mérito de sua proposta está em chamar a atenção para a complexidade da organização interna dos textos, opondo-se, assim, a abordagens de tipologias textuais que, em voga nas décadas de 70 e 80, postulavam a homogeneidade composicional das produções discursivas. Para essas abordagens, os textos poderiam ser classificados globalmente como narrativos, descritivos ou argumentativos. Situando a análise em um nível menos elevado da complexidade composicional, Adam defende a hipótese de que o texto é uma estrutura complexa, composta por um conjunto de sequências mais ou menos prototípicas em relação a diferentes protótipos sequenciais de base.

Assim, é com base em um protótipo descritivo, por exemplo, que uma sequência específica pode ser definida como mais ou menos descritiva. Nos termos do autor,

Da mesma maneira que o protótipo do pássaro – geralmente mais próximo do pardal ou do canário – permite distinguir uma coruja, uma cegonha ou mesmo um avestruz e um pinguim de outros animais, parece existir um esquema prototípico da sequência narrativa que permite distingui-la de uma sequência descritiva, argumentativa ou outra. É o esquema ou imagem mental do protótipo-objeto abstrato, construído a partir de propriedades típicas da categoria, que permite o reconhecimento ulterior deste ou daquele exemplo como mais ou menos prototípico (ADAM, 1992, p. 30-31).

Em sua proposta (ADAM, 1992, 1999), as sequências prototípicas são narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa e dialogal. Cada sequência prototípica é definida como um conjunto de macro-proposições hierarquicamente organizadas. A natureza dessas macro-proposições permite caracterizar os protótipos. Assim, enquanto a sequência argumentativa se compõe de macro-proposições como *tese anterior*, *dados (premissas)* e *conclusão*, a sequência descritiva é composta de macro-proposições como *aspectualização*, *estabelecimento de relação* e *tematização*. Em sequências específicas, essas macro-proposições podem ser atualizadas por uma ou várias proposições.

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, detenho-me apenas na apresentação do protótipo da sequência narrativa<sup>16</sup>. Embora a definição da noção de protótipo sequencial receba influências de estudos de orientação cognitiva, a definição do protótipo da sequência narrativa se vale particularmente de estudos da narratologia literária clássica (Aristóteles, Bremond, Eco). Com base nesses estudos, Adam seleciona seis critérios com os quais acredita ser possível definir toda e qualquer narrativa. Esses critérios são:

*(A) Sucessão de acontecimentos:*

Para que exista narrativa, é preciso haver um conjunto de acontecimentos, que devem se suceder no tempo. Em outros termos, o narrador deve ordenar os acontecimentos segundo uma ordem cronológica.

*(B) Unidade temática:*

---

<sup>16</sup> A caracterização de cada um dos protótipos sequenciais, bem como a sua aplicação na análise de diferentes discursos produzidos em português podem ser encontradas em Marinho, Daconti e Cunha (2012).

A narrativa se caracteriza pela unidade temática, a qual pode ser garantida pela presença de pelo menos um personagem antropomórfico realizando acontecimentos que se sucedem no tempo (critério A) e se caracterizando por predicados (critério C).

*(C) Predicados transformados:*

Do começo ao final da narrativa, o personagem deve sofrer uma transformação dos predicados de ser, de ter e de fazer que o caracterizem. Mas Adam observa que não é preciso haver a inversão desses predicados (por exemplo: infeliz no começo da narrativa e feliz no final).

*(D) Um processo:*

Para que a narrativa tenha unidade temática (critério B), é preciso que a transformação de predicados (critério C) ocorra ao longo de um processo com começo, meio e fim.

*(E) A causalidade narrativa de uma intriga:*

Para haver narrativa, é preciso que entre os acontecimentos representados haja, além da relação de natureza temporal (critério A), uma relação de natureza causal. Assim, acontecimentos anteriores devem funcionar como a causa de acontecimentos posteriores, dando à narrativa a tensão própria de uma intriga.

*(F) Uma avaliação final (explícita ou implícita):*

A narrativa deve sempre ser motivada pelo objetivo do narrador de produzir um determinado efeito sobre o narratário (fazer crer, fazer saber). Esse objetivo, que dá sentido à história e justifica a sua própria narração, pode ser explicitado por meio de uma avaliação final (moral) ou pode permanecer implícito.

Com base nesses seis critérios, Adam (1992, p. 57) propõe o protótipo da sequência narrativa, o qual se representa da seguinte forma:



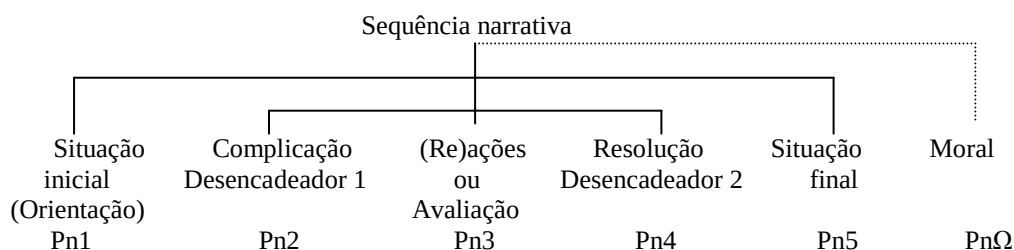


FIGURA 1 - Protótipo narrativo de Adam

Conforme esse protótipo, as macro-proposições são formadas por proposições narrativas (Pn), que trazem acontecimentos que representam um processo com começo, meio e fim (critério D). Nesse processo, os acontecimentos se sucedem um após o outro no tempo (critério A), mas também estabelecem relações de causa e consequência entre si, garantindo o estabelecimento de uma intriga (critério E). Ao longo do processo, a presença de pelo menos um personagem antropomórfico garante a unidade temática (critério B), e a realização dos acontecimentos por esse personagem implica a transformação de seus predicados do começo ao fim da narrativa (critério C). O objetivo que motiva o ato de narrar pode ou não ser verbalizado por uma moral (critério F).

Valendo-se, em especial, das contribuições teóricas da narratologia literária e da análise de textos pertencentes apenas a gêneros da literatura, Adam (1992) defende a hipótese de que esse protótipo guia os indivíduos na produção e na compreensão das sequências narrativas pertencentes a exemplares de todo e qualquer gênero do discurso.

Após a apresentação do protótipo da sequência narrativa, Adam aponta para o papel da interação sobre a constituição desse protótipo. Partindo do princípio dialógico bakhtiniano de que o discurso é sempre produzido para o outro, o autor observa que a estrutura canônica da narrativa não é homogênea, na medida em que não se compõe apenas de acontecimentos. Necessidades pragmáticas, como a vontade de favorecer a compreensão do outro ou de convencê-lo de determinado ponto de vista, são responsáveis pela inserção no protótipo narrativo de macro-proposições destinadas a descrever lugares e personagens (*Situação inicial*) e a justificar ou a explicar por que a história merece ser narrada (*Moral*).

É nesse sentido que Adam (1992, p. 62) fala de uma orientação argumentativa da narrativa, a qual constitui “o produto de uma construção textual (plano de sua estrutura sequencial própria) e de uma orientação pragmática (plano da interação languageira)”.

Considerando a dimensão pragmática da narrativa, Adam se afasta um pouco da concepção dos estruturalistas literários em que se apoia para elaborar o protótipo, concepção segundo a qual a narrativa seria imune ou impermeável ao contexto<sup>17</sup>.

Mais do que a proposta de Adam, a de Bronckart (2007) sobre os tipos de discurso desenvolve as propostas de Benveniste e de Weinrich vistas no item anterior. Entretanto, Bronckart encara o problema da heterogeneidade composicional dos textos sob um enfoque sociointeracionista, segundo o qual as condutas humanas são ações significantes, por meio das quais se elaboram as capacidades mentais e a consciência dos agentes<sup>18</sup>. É, portanto, no quadro da psicologia (Vigotsky) que Bronckart reinterpreta as teorias de Benveniste e de Weinrich.

Ao tratar especificamente dos tipos de discurso, Bronckart defende que toda atividade de linguagem se baseia na criação de mundos virtuais ou discursivos. O autor caracteriza esses mundos como

sistemas de coordenadas formais que, de um lado, são radicalmente “outros” em relação aos sistemas de coordenadas dos mundos representados em que se desenvolvem as ações de agentes humanos, mas que, de outro, devem mostrar o tipo de relação que mantêm com esses mundos da atividade humana (BRONCKART, 2007, p. 151).

Nessa perspectiva, os *mundos discursivos* se diferenciam dos *mundos ordinários*, em que se desenvolvem as ações realizadas pelos agentes.

Propondo uma definição mais precisa dos mundos discursivos, Bronckart nota que esses mundos são construídos com base em dois subconjuntos de operações psicológicas:

- *Disjunção X Conjunção.*
- *Implicação X Autonomia.*

O primeiro subconjunto de operações (*disjunção* e *conjunção*) explicita a relação entre as coordenadas gerais que organizam o conteúdo temático dos mundos discursivos e as

---

<sup>17</sup> Em Adam (1999, 2011), a dimensão pragmática das sequências ganha força com uma participação mais explícita da noção de “gênero do discurso” sobre a constituição dos planos de texto e das sequências efetivamente produzidas. Entretanto, nesses trabalhos do autor, inclusive no seu trabalho de maior profundidade sobre as sequências narrativas (ADAM, 2011), a teoria dos protótipos sequenciais e a concepção de cada protótipo permanecem inalteradas em relação à proposta de 1992.

<sup>18</sup> Para uma síntese da proposta de Bronckart, ver Machado (2005) e Bronckart (2008).

coordenadas gerais do mundo ordinário. Com esse subconjunto de operações, é possível distinguir os mundos da ordem do **narrar** e os mundos da ordem do **expor**.

Os mundos da ordem do narrar caracterizam-se pela disjunção entre o mundo discursivo e o mundo ordinário, já que “as representações mobilizadas como conteúdo referem-se a fatos passados e atestados (da ordem da História), a fatos futuros e a fatos plausíveis ou puramente imaginários” (BRONCKART, 2007, p. 153), situando-se essas representações em um “lugar” diferente daquele em que se dá a interação. Já os mundos da ordem do **expor** caracterizam-se pela conjunção entre os mundos discursivo e ordinário, uma vez que as representações mobilizadas não se ancoram em nenhuma origem específica e “organizam-se inevitavelmente em referência mais ou menos direta às coordenadas gerais do mundo da ação de linguagem em curso” (p. 153).

Quanto ao segundo subconjunto de operações (*implicação e autonomia*), ele explicita a relação entre os parâmetros do mundo discursivo (personagens, espaço e tempo representados) e os parâmetros do mundo ordinário (interlocutores, espaço e tempo efetivos). Assim, há implicação, quando os parâmetros do mundo ordinário são integrados ao conteúdo temático. Nesse caso, a compreensão do texto exige o acesso às suas condições de produção, tendo em vista a presença de referências dêiticas aos elementos do contexto. Mas há autonomia, quando não se explicita qualquer forma de relação entre os parâmetros dos mundos discursivo e ordinário. Nesse outro caso, não é preciso conhecer as condições de produção de um texto para interpretá-lo, já que não são feitas referências aos elementos do contexto.

O cruzamento desses dois subconjuntos de operações psicológicas permite a Bronckart (p. 155) estabelecer a existência de quatro mundos discursos:

- a) Mundo da ordem do **EXPOR** implicado;
- b) Mundo da ordem do **EXPOR** autônomo;
- c) Mundo da ordem do **NARRAR** implicado;
- d) Mundo da ordem do **NARRAR** autônomo.

Cada um desses mundos corresponde, respectivamente, a um dos seguintes tipos de discurso:

- a) Discurso interativo;
- b) Discurso teórico;
- c) Relato interativo;
- d) Narração.

Essa correspondência indica uma simetria entre os mundos da ordem do expor e da ordem do narrar. Na ordem do expor, há dois tipos, um implicado (discurso interativo) e um autônomo (discurso teórico). Da mesma forma, na ordem do narrar, há dois tipos, um implicado (relato interativo) e um autônomo (narração). O que distingue os tipos da ordem do expor e da ordem do narrar é que nos primeiros há conjunção entre os mundos discursivo e ordinário, enquanto nos segundos há disjunção desses mesmos mundos.

Bronckart considera que as quatro operações psicológicas que constituem os mundos discursivos são universais, porque independem das propriedades morfossintáticas de cada língua natural. Assim, independentemente da língua, a produção e a interpretação de um texto pressupõem a realização das operações psicológicas *conjunção*, *disjunção*, *implicação* e *autonomia*. Entretanto, a forma como cada mundo discursivo é semiotizado por meio de uma dada língua depende de suas propriedades morfossintáticas particulares. Por essa razão, cada tipo de discurso se compõe de um tipo psicológico e de um tipo linguístico. O tipo psicológico diz respeito às operações psicológicas já mencionadas, as quais são constitutivas de cada mundo discursivo. O tipo linguístico, por sua vez, refere-se aos recursos morfossintáticos com que cada língua semiotiza o tipo de discurso (BRONCKART, 2007).

Tendo em vista os objetivos deste trabalho, trato a seguir de forma um pouco mais pormenorizada das propriedades dos tipos de discurso da ordem do narrar: *relato interativo* e *narração*.

Como mostrado anteriormente, o relato interativo se caracteriza, do ponto de vista psicológico, pelas operações de disjunção e de implicação. Do ponto de vista linguístico, essas operações se materializam, segundo Bronckart (p. 174-179), por meio das seguintes marcas:

- Tempos verbais: *passé composé*<sup>19</sup>, pretérito imperfeito, mais-que-perfeito, futuro do presente e futuro do pretérito.
- Organizadores temporais marcando a origem espacial e temporal do mundo representado: *quando, outro dia, mais tarde*.
- Pronomes e desinências número-pessoais remetendo diretamente aos interlocutores: *eu, nós, interrogávamos*.
- Anáforas pronominais (*meu pai* ← *ele*) e anáforas nominais com repetição do sintagma antecedente (*Eu assisti em Auvergne à derrota do exército francês (...)* ← *O exército francês era uma coisa*).

O relato interativo pode ocorrer em uma interação efetiva, como, por exemplo, num relato de experiência de vida, ou pode ser representado, como, por exemplo, num romance, em que um personagem relata uma passagem de sua vida a outro personagem.

Já a narração se caracteriza, do ponto de vista psicológico, pelas operações de disjunção e de autonomia. Do ponto de vista linguístico, essas operações são materializadas pelas marcas abaixo:

- Tempos verbais: *passé simple*, imperfeito, passado anterior, mais-que-perfeito e condicional<sup>20</sup>.
- Organizadores temporais marcando a origem espacial e temporal do mundo representado: *no dia seguinte, nessa noite, no dia 5 de outubro, às 8h da noite*.
- Anáforas pronominais (*uma máquina de fabricar cometas* ← *ela*) e anáforas nominais com substituição lexical do nome-núcleo do sintagma antecedente (*Barbicané levantou-se* ← *e o orador (...)*).

Dado o seu caráter autônomo, a narração se caracteriza ainda pela ausência de pronomes e de desinências número-pessoais remetendo aos interlocutores. E, assim como Benveniste ao tratar do plano da história, Bronckart observa que a narração ocorre em textos escritos, tais como romances e obras historiográficas.

<sup>19</sup> Em português, pretérito perfeito.

<sup>20</sup> Em português, pretérito perfeito, imperfeito, mais-que-perfeito e futuro do pretérito.

Embora considere que a teoria de Adam (1992) sobre os protótipos sequenciais apresente problemas de natureza epistemológica, Bronckart busca contribuições dessa teoria para defender que os tipos de discurso estabelecem relações de interdependência com diferentes modalidades de planificação do conteúdo temático (BRONCKART, 2007; MACHADO, 1998). Segundo o autor, essa planificação tem como finalidade organizar os enunciados que pertencem a um tipo e pode ocorrer por meio de sequências convencionais (narrativa, descritiva, injuntiva, argumentativa, explicativa e dialogal<sup>21</sup>) ou por meio de formas mais elementares e não organizadas convencionalmente (scripts e esquematizações).

O conteúdo de um tipo de discurso pode ser planificado sob a forma de diferentes sequências. Entretanto, existem correspondências preferenciais. Os tipos da ordem do narrar se organizam em *scripts*, sequências narrativas e descritivas. Já os tipos da ordem do expor se organizam em esquematizações, sequências dialogais, descritivas, argumentativas, explicativas e injuntivas.

Nos últimos anos, estudiosos têm questionado alguns pontos das propostas rapidamente apresentadas neste item, revelando fragilidades tanto conceituais quanto metodológicas. Sobre a proposta de Adam, o aspecto mais atacado diz respeito à incompatibilidade das teorias que busca articular (BONINI, 2005; BRONCKART, 2007). Nessa proposta, reúnem-se proposições de formalistas russos (Propp, Tomachévski), de estruturalistas franceses (Barthes, Bremond), de cognitivistas (Rosch, Van Dijk) e de estudiosos que se inscrevem em uma perspectiva sociointeracionista (Bakhtin, Foucault). A incompatibilidade dessas proposições faz com que Adam, segundo Bronckart (2007, p. 148), sustente “que a estruturação do sistema da língua é *primeira* e que a **textualização** (...) constitui apenas uma estruturação *secundária*”, o que para Bronckart seria inadequado.

Além desse problema, questionam-se a realidade psicológica dos protótipos sequenciais<sup>22</sup>, bem como os critérios propostos para a identificação das sequências<sup>23</sup>.

---

<sup>21</sup> Bronckart (2007, p. 236-237) acrescenta a sequência injuntiva às cinco sequências propostas por Adam (1992).

<sup>22</sup> “[As sequências] Existiriam realmente como componentes cognitivos da linguagem? Embora a maioria dos estudiosos as conceba como recursos cognitivos, não há trabalhos em andamento que busquem confirmar ou negar esta possibilidade” (BONINI, 2005, p. 234). A desconfiança de Bonini tem como

Sobre a proposta de Bronckart, é o próprio autor quem chama a atenção para o problema das variações dos tipos de discurso resultantes da permeabilidade das fronteiras entre eles. A percepção dessa permeabilidade leva o autor a propor variantes e fusões dos tipos de discurso, que, a meu ver, parecem constituir soluções *ad hoc* para a impossibilidade de se estabelecer uma correspondência estrita entre mundos discursivos e marcas linguísticas<sup>24</sup>.

Outro problema diz respeito à incompatibilidade das definições de tipos de discurso como entidades universais e de gêneros de textos como entidades sócio-historicamente indexadas. Segundo Bronckart (2007, p. 210), “os gêneros são infalivelmente compostos por tipos de discurso”. Mas como os gêneros, entidades sócio-historicamente indexadas, podem ser compostos por tipos, se estes constituem, de acordo com o autor, entidades universais e, portanto, independentes do contexto e de determinações genéricas? Na proposta de Bronckart, não se esclarecem as relações que possa haver entre os gêneros e a constituição dos tipos de discurso. É como se os tipos fossem anteriores ou primitivos em relação aos gêneros e se constituíssem à revelia destes, o que vai contra a concepção sociointeracionista defendida por Bronckart. Nessa concepção, detalhadamente exposta em Bronckart (2007, cap. 1), os fatos psicológicos, como os mundos discursivos, emergem na interação languageira com o ambiente social. Por isso, a ordem do social, de que fazem parte os gêneros, e a ordem do psicológico, de que fazem parte os tipos, não deveriam ser estudadas independentemente uma da outra.

### **Considerações finais**

Como foi dito no início deste capítulo, as teorias em que o Modelo de Análise Modular do Discurso se baseou para estudar a narrativa formam um quadro complexo, em que critérios de ordem linguística e de ordem referencial concorrem para defini-la.

---

base, sobretudo, o fato de que, segundo ele, Adam se apropria da teoria dos protótipos, empregando a noção de protótipo de modo metafórico e não-experimental.

<sup>23</sup> “Outro problema observado na utilização das propostas de Adam é a extrema fluidez dos critérios de identificação das sequências, o que torna difícil a concordância entre diferentes pesquisadores sobre sua delimitação e até mesmo de um mesmo pesquisador em épocas diferentes” (MACHADO, 1998, p. 242)

<sup>24</sup> Conclusão semelhante é a de Filliettaz (1999, p. 269), para quem “a diversidade das realidades languageiras resiste em certa medida às categorizações muito unívocas, derivadas necessariamente dos tipos de discurso”.

Entretanto, vale notar que a distinção entre abordagens linguísticas e referenciais é menos estanque do que pôde parecer no começo do capítulo. Isso porque a proposta de Weinrich, por exemplo, se vale da noção de mundos, que, embora definida de forma rudimentar pelo autor, pode ser considerada uma categoria referencial. Da mesma forma, os tipos de discurso de Bronckart correspondem a conjuntos de formas linguísticas. O que a distinção proposta procurou refletir foi o peso dado a cada um dos critérios (linguísticos ou referenciais) em cada abordagem considerada.

É importante observar também que a distinção entre abordagens linguísticas e referenciais não significa uma oposição entre elas. Em outros termos, as abordagens referenciais não se opõem às linguísticas, negando-as. Em muitos aspectos, Adam e Bronckart desenvolvem ou aprimoram noções propostas por Benveniste e Weinrich, procurando maneiras mais flexíveis de descrever a realidade das produções languageiras.

No próximo capítulo, mostraremos como o modelo modular integrou as perspectivas apresentadas anteriormente nas diferentes versões que propôs para o estudo da narrativa. Mostraremos também como essas versões contribuíram para contornar alguns dos problemas que as abordagens linguísticas e referenciais colocam para esse estudo, problemas que foram rapidamente mencionados ao final de cada item.



## **2 MODELO DE ANÁLISE MODULAR DO DISCURSO**

Estudar o tipo narrativo e a construção das sequências narrativas que participam da composição de reportagens implica utilizar um modelo teórico que integre as contribuições das abordagens que, como se viu no capítulo anterior, se centraram em diferentes propriedades (linguísticas e referenciais) da narrativa. Um modelo com essa característica tem como vantagem permitir ao analista, ao mesmo tempo, dimensionar a importância atribuída a cada componente do fenômeno estudado e articular componentes que, no campo dos estudos da narrativa, têm sido investigados tradicionalmente de forma isolada, como, por exemplo, a estrutura referencial e o emprego dos tempos verbais.

Tendo em vista essas exigências, considero que o Modelo de Análise Modular do Discurso, em sua versão atual, constitui um quadro teórico, cuja concepção metodológica e cujos instrumentos de análise são adequados para fundamentar a proposta teórico-metodológica adotada neste trabalho, a qual será apresentada no capítulo 3.

Neste capítulo, que se dedica à apresentação do modelo modular, oferece-se inicialmente um panorama geral de sua concepção teórico-metodológica atual. Em seguida, apresenta-se a forma como o modelo, em versão anterior, estudou a definição das sequências discursivas, bem como os modos de articulação dessas sequências em discursos específicos. Posteriormente, o capítulo trata da versão atual do estudo da heterogeneidade composicional no modelo, a qual resultou da percepção de problemas na versão anterior. Por fim, este capítulo discute problemas de ordem teórica que a versão atual coloca para um estudo que procure investigar a construção do tipo narrativo e das sequências narrativas do gênero reportagem.

### **2.1 Modelo de Análise Modular do Discurso – panorama geral**

Desenvolvido na Universidade de Genebra por Eddy Roulet e equipe, o Modelo de Análise Modular do Discurso constitui um instrumento de descrição e explicação da complexidade discursiva. Em sua versão atual (FILLIETTAZ, 2004; FILLIETTAZ; ROULET, 2002; MARINHO, 2004; MARINHO; PIRES; VILLELA, 2007; ROULET, 1999a; ROULET, 1999b; ROULET; PIRES, 2001; ROULET; FILLIETTAZ;

GROBET, 2001), o modelo compõe um quadro teórico e metodológico que visa a reunir, em uma mesma abordagem da complexidade da organização do discurso, as contribuições de pesquisadores que se centraram em aspectos isolados dessa organização.

Essa postura integradora do modelo se manifesta na sua capacidade de propor o diálogo entre pesquisas desenvolvidas no interior de diferentes disciplinas: Linguística (Bakhtin, Ducrot, Kerbrat-Orecchioni), Sociologia (Goffman, Schegloff), Filosofia (Habermas, Ricoeur), Psicologia (Vygotsky, Bronckart) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; SOARES, 2007). O esforço pela criação de um modelo, ao mesmo tempo, tão amplo e preciso justifica-se pela constatação de que

a construção e a interpretação do discurso são submetidas a três tipos de restrições: restrições que podemos chamar **situacionais**, ligadas ao universo de referência e à situação de interação; restrições **linguísticas**, ligadas à sintaxe e ao léxico da (ou das) variedade(s) de língua(s) utilizada(s), e restrições **textuais**, ligadas à estrutura hierárquica do texto (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 44).

Por essas razões, o modelo modular constitui um instrumento de análise, que permite integrar e articular, em uma perspectiva cognitivo-interacionista, as dimensões linguística, textual e situacional da organização do discurso.

Reconhecendo que o discurso é um objeto cuja organização e cujo funcionamento envolvem aspectos dessas diferentes dimensões, Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001) encontra na modularidade um método satisfatório para dar conta da organização do discurso. Distanciando-se de abordagens cognitivistas, como a de Fodor, Roulet se vale das contribuições de estudiosos como Simon e Nølke, para os quais o estudo modular de sistemas complexos constitui uma abordagem metodológica, que visa a descrever a organização do discurso e não o funcionamento da mente. Nas palavras do autor:

o estudo modular de sistemas complexos (...) propõe uma abordagem que permite dar conta de maneira simples, progressiva e sistemática da organização de objetos complexos, decompondo-os em certo número de sistemas e de subsistemas de informações (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 30).

Com base nesse método, a identificação e a combinação dos subsistemas permitem a compreensão progressiva do objeto complexo que deu origem a esses subsistemas (FILLIETTAZ; ROULET, 2002).

Ao aplicar esse método ao estudo do discurso, o modelo modular considera ser possível descrever, por exemplo, o sistema da língua independentemente da situação de interação em que ela é utilizada, bem como descrever as estruturas sintáticas de uma produção discursiva sem fazer referência à estrutura conceitual que subjaz a ela. Descritas de modo independente as informações que participam da organização do discurso, o modelo postula ainda que essas informações podem ser combinadas, a fim de se descreverem os diferentes aspectos envolvidos na produção e na interpretação dessa organização complexa que é o discurso. Dessa forma, a abordagem modular implica uma dupla exigência:

a) decompor a organização complexa do discurso em um número limitado de sistemas (ou módulos) reduzidos a informações simples e b) descrever de maneira tão precisa quanto possível a forma como essas informações simples podem ser combinadas para dar conta das diferentes formas de organização dos discursos analisados (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 42).

Conforme essa metodologia, identificam-se inicialmente os módulos que entram na composição dos discursos. Um módulo é definido como um sistema de informações elementares, o qual deve fornecer a descrição de um domínio específico da organização discursiva. Essa descrição deve ser exaustiva, coerente, econômica e independente da descrição dos domínios de que se ocupam outros módulos (FILLIETTAZ; ROULET, 2002; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Nessa abordagem, considera-se que cada dimensão do discurso se constitui de módulos. Assim, a dimensão linguística se constitui dos módulos lexical e sintático; a dimensão textual se constitui do módulo hierárquico; e a dimensão situacional se constitui dos módulos interacional e referencial. Cada módulo se ocupa dos seguintes fenômenos:

- *lexical*: define a pronúncia, a ortografia, as propriedades gramaticais e o sentido das palavras das diferentes variedades linguísticas.
- *sintático*: trata das regras que definem as categorias e a construção das estruturas das sentenças.
- *hierárquico*: define as categorias e as regras que permitem gerar as estruturas hierárquicas de todo tipo de texto, dialogal ou monologal, oral ou escrito.

- *interacional*: descreve as propriedades materiais da interação, levando em conta o canal (oral, escrito, visual), o modo (distância ou co-presença espacial e/ou temporal) e o tipo de vínculo da interação (existência ou não de reciprocidade).
- *referencial*: estuda as relações que o discurso mantém com o mundo no qual é produzido, bem como as relações que o discurso mantém com os mundos que representa.

Definidos os módulos, é possível descrever e explicar, em seguida, como as informações modulares se combinam em formas de organização do discurso. Na produção e na interpretação de toda forma discursiva, as informações de origem modular se interrelacionam em unidades complexas de análise, que são as formas de organização. No modelo modular, distinguem-se dois tipos de formas de organização: as elementares e as complexas. As formas de organização elementares resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos e podem ser assim definidas:

- *fono-prosódica*: combina informações sobre as estruturas sintáticas com informações sobre as representações fonéticas ou gráficas dos lexemas e tem como objetivo estudar a estrutura prosódica de base do discurso.
- *semântica*: combina informações sobre as estruturas sintáticas com informações sobre as representações semânticas dos lexemas, a fim de descrever as representações semânticas das proposições.
- *relacional*: combina as informações do módulo hierárquico com informações dos módulos lexical, sintático e referencial, a fim de identificar as relações de discurso ilocucionárias e interativas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória discursiva.
- *informacional*: combina informações hierárquicas, referenciais, lexicais e sintáticas, com o objetivo de analisar a estrutura informacional do discurso,

descrevendo as diferentes formas de progressões informacionais que se manifestam na sucessão dos atos.

- *enunciativa*: combina informações lexicais, sintáticas e interacionais para distinguir e definir, nos diferentes níveis interacionais, os discursos produzidos e representados.
- *sequencial*: combina informações dos módulos hierárquico e referencial e tem como finalidade definir uma tipologia discursiva (narração, descrição, deliberação) e extrair as sequências discursivas em que os tipos de discurso se atualizam.
- *operacional*: combina informações dos módulos hierárquico e referencial, integrando as descrições dos planos verbal e acional do discurso.

Já as formas de organização complexas resultam da combinação ou acoplagem de informações extraídas dos módulos e das formas de organização elementares e/ou complexas. Essas formas de organização se definem da seguinte forma:

- *periódica*: combina informações hierárquicas e fono-prosódicas ou gráficas e trata da pontuação do discurso e do modo como os constituintes textuais são segmentados e agrupados.
- *tópica*: combina informações da forma de organização informacional e dos módulos hierárquico e referencial, para dar conta da maneira como os interlocutores fazem a gestão e o encadeamento dos objetos de discurso no desenvolvimento da interação.
- *polifônica*: combina informações enunciativas, relacionais, linguísticas, interacionais e referenciais para tratar das formas e das funções que assumem os discursos representados.

- *composicional*: combina informações sequenciais, relacionais, linguísticas e referenciais, com o objetivo de descrever as formas e as funções, cotextuais e contextuais, das diferentes sequências discursivas.
- *estratégica*: combina informações tópicas, enunciativas, relacionais, linguísticas, interacionais e referenciais, a fim de descrever a maneira como os interactantes coordenam as relações de faces, de territórios e de lugares no discurso.

Depreende-se dessa exposição que, para o modelo modular, as noções de texto e de discurso não devem ser confundidas e tomadas como sinônimas. Nessa abordagem, o texto tem uma definição bastante específica e diz respeito à forma como os constituintes textuais (trocas, intervenções e atos) se organizam hierarquicamente, sendo, portanto, o seu estudo pertencente ao domínio do módulo hierárquico. Já o discurso possui uma natureza bem mais abrangente e complexa, porque constitui o ponto de interseção das dimensões linguística, textual e situacional. Nesse sentido, o texto constitui uma dimensão específica do discurso, e a compreensão do discurso implica considerar todos os módulos e todas as formas de organização elementares e complexas (FILLIETTAZ; ROULET, 2002; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

A arquitetura do modelo é representada por meio do seguinte esquema:

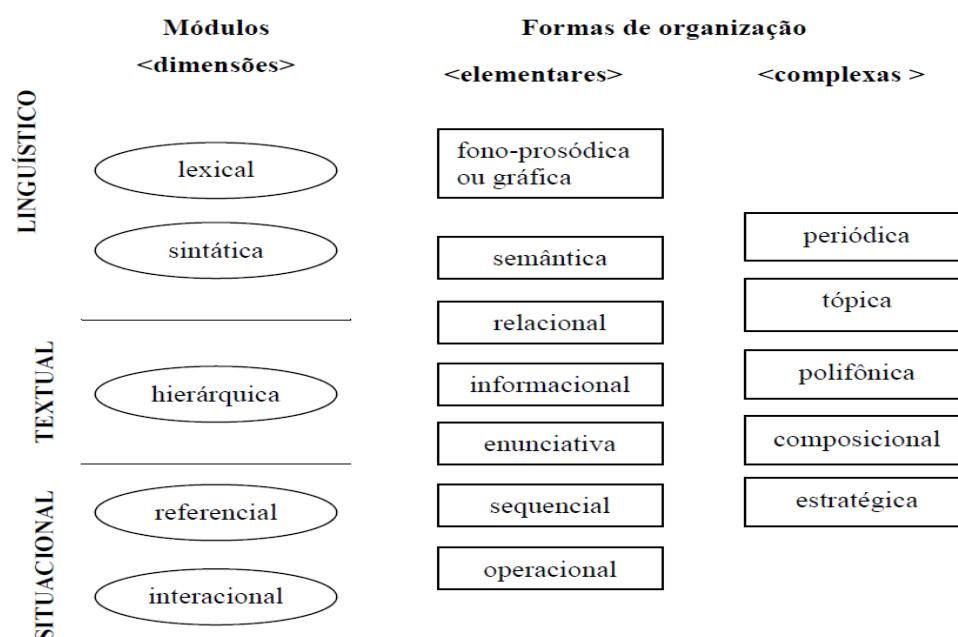


FIGURA 2 - Arquitetura do Modelo de Análise Modular do Discurso  
Fonte: RUFINO, 2011, p. 81.

Nesta apresentação, percebe-se que o Modelo de Análise Modular do Discurso é um instrumento de análise da complexidade discursiva bastante abrangente. Essa abrangência se deve ao fato de que,

com a ajuda de um número limitado de unidades, relações e princípios gerais, visa poder ser aplicado a todas as formas de discurso possíveis e realizáveis – dialógico e monológico, escrito e oral, espontâneo ou fabricado, literário ou não literário – em línguas naturais (MARINHO, 2004, p. 85).

A abrangência e a capacidade integradora do modelo modular constituem precisamente algumas de suas principais vantagens, como observa Traverso (2008, p. 339): “A elaboração de um tal modelo responde a uma das críticas mais recorrentes feitas à análise de discurso quanto à abundância das abordagens, à dificuldade em conciliá-las e em articular seus resultados”. O modelo permite, assim, um diálogo construtivo entre teorias.

Como foi dito, nessa versão do modelo, o estudo dos tipos de discurso, das sequências discursivas e das propriedades emergentes das sequências, como marcação linguística e funções cotextuais e contextuais, se faz em duas formas de organização: a sequencial e a composicional. Essas formas de organização serão descritas de modo detalhado no item 2.3. Antes, porém, é importante conhecer a primeira versão do estudo da heterogeneidade composicional do discurso no modelo modular, a fim de compreender melhor os avanços que a versão atual traz para esse estudo.

## **2.2 A primeira versão do estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular**

Na abordagem de Roulet (1991, p. 72), esse estudo era tratado no módulo composicional, o qual é definido pelo autor da seguinte maneira:

O *módulo composicional* dá conta do reconhecimento de sequências discursivas típicas (por exemplo, da distinção entre as sequências dialógica e monológica ou, em um discurso monológico, entre as sequências narrativa e deliberativa descritas por Weinrich), caracterizadas por propriedades específicas, assim como por seus modos de combinação num discurso: por exemplo, encaixamento de uma estrutura dialógica numa estrutura monológica ou encaixamento de uma sequência narrativa numa sequência deliberativa.

Como essa definição permite constatar, o tratamento das sequências discursivas e de seus modos de combinação nessa versão baseava-se, sobretudo, em informações de ordem textual e linguística.

Inicialmente, Roulet distingue a sequência dialógica das sequências monológicas, com base em informações textuais, as quais são objeto de estudo do módulo hierárquico. Assim, enquanto a sequência dialógica corresponde a uma troca textual, as sequências monológicas correspondem a uma intervenção textual, que diz respeito à unidade de nível intermediário da troca<sup>25</sup>.

Em seguida, o autor distingue as sequências monológicas (narrativas, deliberativas e procedurais) com base principalmente em informações linguísticas, que são conjuntos específicos de marcas aspecto-temporais. No sistema de tempos verbais do francês, o pretérito imperfeito e o passado simples caracterizam as sequências narrativas. Já o presente e o passado composto caracterizam as sequências deliberativas. Por fim, formas verbais no futuro, no imperativo e no infinitivo caracterizam as sequências procedurais<sup>26</sup>.

Na proposta de Roulet (1991), o módulo composicional, além de fornecer critérios para distinguir as diferentes sequências discursivas, descreve os seus modos de combinação em discursos particulares. Consideradas unidades homogêneas, as sequências não se sobrepõem, isto é, uma sequência não pode ser, ao mesmo tempo, narrativa e deliberativa. Por isso, as sequências só podem se articular, no nível macro-discursivo, por meio de dois processos, que são a coordenação e o encaixamento. Apoiando-se em informações oriundas do módulo relacional<sup>27</sup>, Roulet considera coordenadas sequências entre as quais não se verificam relações de subordinação hierárquica e considera encaixada uma sequência funcionalmente subordinada a outra.

Como exemplifica Rossari (1994, p. 278),

---

<sup>25</sup> O modelo hierárquico será descrito de forma mais detalhada no subitem 2.3.1.1.

<sup>26</sup> Para realizar essa distribuição de marcas linguísticas entre as sequências, Roulet (1991) se vale das abordagens de Benveniste (1976) e de Weinrich (1973) apresentadas no capítulo anterior (subitem 1.1).

<sup>27</sup> Na versão atual, a questão das relações de discurso deixa de ser encarada como uma problemática elementar, passível de ser tratada em um módulo, e passa a ser estudada na forma de organização relacional, a qual será apresentada adiante.



Se uma sequência deliberativa tem uma função de comentário em relação a uma sequência narrativa, ela será considerada subordinada, portanto encaixada na sequência narrativa, qualquer que seja a sua extensão. Se, por outro lado, uma sequência narrativa tem uma função ilustrativa em relação a uma sequência deliberativa, é a sequência narrativa que será subordinada.

O tipo global de um discurso é definido, de acordo com Roulet (1991), pelo tipo da sequência mais “encaixante”, ou seja, a que subordina todas as demais sequências na estrutura hierárquica. Assim, um discurso é caracterizado globalmente como narrativo não porque exiba predominância ou exclusividade de sequências narrativas, mas porque nesse discurso a sequência mais elevada na estrutura hierárquica é narrativa.

Para caracterizar de forma mais precisa a heterogeneidade do discurso, Roulet observa que as sequências, independentemente do tipo a que pertençam, podem apresentar uma quantidade maior ou menor de marcas argumentativas e/ou autotéticas. Nos termos do autor (1991, p. 74), “cada um dos tipos de sequências distinguidos pode ser modulado segundo duas dimensões, elas mesmas combináveis na mesma sequência: as dimensões argumentativa e autotética”. As marcas da dimensão argumentativa são os modalizadores, os conectores argumentativos, os operadores e o vocabulário axiológico. Já as marcas da dimensão autotética (poética) são os paralelismos fônicos, semânticos e sintáticos, tais como descritos por Jakobson (1969).

Com base nesse conjunto de noções (sequências dialógica e monológicas, modos hierárquicos de combinação sequencial e dimensões argumentativa e autotética), Roulet (1991) propõe uma primeira forma de descrever a heterogeneidade composicional em uma perspectiva modular da organização do discurso.

### **2.2.1 Discussão de problemas ligados à proposta de Roulet (1991)**

Em trabalhos posteriores conduzidos no quadro do modelo modular, a proposta de Roulet (1991) para o tratamento da heterogeneidade composicional foi alvo de reformulações. Nesses trabalhos (FILLIETTAZ, 1999; FILLIETTAZ; GROBET, 1999), discute-se a pertinência de três pontos centrais da proposta de Roulet:

- As marcas linguísticas são critérios adequados para a definição das sequências discursivas.
- O diálogo constitui um tipo de sequência discursiva.

- As sequências discursivas são estanques em relação ao contexto (ao gênero do discurso).

Sobre o primeiro ponto, Filliettaz e Grobet (1999) observam que utilizar as marcas linguísticas como critério para a definição das sequências discursivas é pressupor que essas marcas se encontram em todos os discursos e que seu emprego não varia com as diferenças culturais e com o passar do tempo. Mas, como apontam os autores, inúmeros trabalhos dedicados ao estudo da língua em uso mostram que o emprego das marcas linguísticas é sensível ao contexto de produção dos discursos. Por exemplo, sequências narrativas produzidas em situação de comunicação oral e com reciprocidade entre os interlocutores podem apresentar de forma recorrente verbos flexionados no presente e no passado composto, tempos que seriam típicos apenas das sequências deliberativas.

Além disso, segundo Filliettaz (1999), Roulet exclui as sequências descritivas de sua tipologia, por considerar que a extrema diversidade da marcação linguística das descrições impede o estabelecimento de um tipo de sequências descritivas com base em marcas aspecto-temporais. Entretanto, Filliettaz, recorrendo aos trabalhos de Adam (1987, 1992), sustenta que as sequências descritivas têm como característica comum a atualização de uma organização referencial particular que torna justificável a existência de um tipo descritivo.

Porque a marcação linguística sofre o impacto do contexto de produção dos discursos e impede a caracterização de tipos sequenciais bem descritos em outras abordagens, Filliettaz (1999) e Filliettaz e Grobet (1999) propõem, então, que o estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular abandone essa marcação como o critério único ou principal para se elaborar uma tipologia de sequências.

Quanto ao tratamento do diálogo como tipo de sequência discursiva, Filliettaz e Grobet (1999) questionam a pertinência desse tipo, com base em problemas colocados pelo estudo do diálogo representado. Segundo os autores (1999, p. 233),

diferentemente de uma sequência deliberativa encaixada numa sequência narrativa, um diálogo romanesco é estreitamente articulado à sequência narrativa encaixante pela noção de *atividade de enunciação*, que (...) pode ser explicitada por meio de verbos de atividade linguageira.

Dada essa estreita articulação do diálogo representado na sequência narrativa que o subsume, os autores observam que “o diálogo romanesco não possui estrutura dialógica

intrínseca” (FILLIETTAZ; GROBET, 1999, p. 234). Por esse motivo, rejeitam a hipótese defendida por Roulet, segundo a qual o diálogo representado se caracterizaria por uma estrutura, ao mesmo tempo, dialógica (descrevendo as relações ilocutórias entre as réplicas da troca) e monológica (descrevendo as relações interativas entre os verbos de ação linguageira ou verbos de fala).

Para Filliettaz e Grobet (1999, p. 235), “só o diálogo independente, que depende de uma interação efetiva, se caracteriza por uma estrutura de troca”. O diálogo representado constitui “um caso particular de sequência narrativa (narração de ações linguageiras)” (1999, p. 234), tendo em vista a sua natureza fundamentalmente monológica e as relações temporais e/ou causais existentes entre os eventuais verbos de fala<sup>28</sup>.

Quanto às vozes dos diferentes personagens implicados no diálogo representado, Filliettaz e Grobet (1999) propõem que sejam tratadas na forma de organização polifônica, cujo objetivo maior é analisar as formas e as funções das vozes das instâncias enunciativas mobilizadas no discurso (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Como consequência da discussão levantada, Filliettaz e Grobet defendem que a noção problemática de “sequência dialógica” seja descartada do estudo da heterogeneidade composicional, porque, de um lado, os diálogos representados são realizados por uma estrutura de intervenção e constituem narrativas de ações linguageiras e porque, de outro, os diálogos efetivos são realizados por uma estrutura de troca e, por isso, podem ser tratados no módulo hierárquico.

O terceiro e último ponto da proposta de Roulet (1991) examinada por Filliettaz e Grobet (1999) diz respeito à presumida estanqueidade das sequências discursivas em relação ao contexto ou gênero do discurso<sup>29</sup>. Na proposta de Roulet, a noção de *gêneros do discurso* é descartada do estudo da heterogeneidade composicional, por se considerar que o estudo das regularidades transfrásticas poderia ser realizado independentemente

---

<sup>28</sup> A mesma posição é assumida por Kuyumcuyan (1999, p. 378): “A inserção de um diálogo num discurso monológico modifica (...) a natureza das relações entre os atos discursivos, que passam da ordem ilocutória que é a sua no texto dialógico para as relações interativas características de uma estrutura de intervenção”.

<sup>29</sup> Em Filliettaz e Grobet (1999) e Filliettaz (1999), não se estabelece uma distinção nítida entre as noções de contexto e de gêneros do discurso. Para mais detalhes, ver subitem 2.4.2.

do contexto de produção dos discursos<sup>30</sup>. Nessa proposta, apenas as influências cotextuais são objeto de um tratamento explícito, por meio do estudo dos processos de coordenação e de subordinação intersequenciais.

Porém, Filliettaz e Grobet (1999, p. 231) defendem que os gêneros constituem “um aspecto incontornável do estudo da heterogeneidade discursiva” e apresentam alguns argumentos em favor dessa posição. Em primeiro lugar, o gênero influencia a seleção dos tipos de sequências que serão dominantes em uma produção discursiva. Enquanto as sequências deliberativas predominam num artigo científico, as sequências narrativas predominam nos contos populares.

Em segundo lugar, o gênero tem influência sobre a organização interna das sequências. As sequências narrativas produzidas em conversações espontâneas não costumam apresentar as propriedades características das sequências narrativas produzidas em fábulas, como, por exemplo, a sucessão cronológica de eventos.

Em terceiro lugar, o gênero permite caracterizar a finalidade externa ou interna das sequências. Na conversação familiar, as sequências narrativas costumam apresentar uma finalidade interna, porque têm como função única ou principal reforçar ou ampliar os laços sociais. Já nas transações comerciais, as sequências narrativas costumam exibir uma finalidade externa, já que são rotineiramente empregadas com a função de justificar a própria transação comercial, como, por exemplo, a compra de um livro (FILLIETTAZ, 1999, 2001).

Por essas razões, Filliettaz e Grobet (1999) defendem uma abordagem menos estanque das sequências discursivas, que, além das influências cotextuais, investigue ainda as relações entre os gêneros do discurso e as propriedades formais e funcionais das sequências.

A discussão das três questões levantadas pelo exame da proposta de Roulet (1991) foi o ponto de partida para a proposição de outra versão do estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular. Como será mostrado no próximo item, essa versão é, ao mesmo tempo, próxima da versão anterior, por manter alguns de seus postulados, e distante dela, por buscar soluções para os problemas discutidos acima.

---

<sup>30</sup> Essa é uma concepção semelhante à defendida pela Linguística Textual de Adam (1987, 1992, 1999).

## **2.3 Versão atual do estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular**

Em Filliettaz (1999), Roulet (1999b) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), o estudo da heterogeneidade composicional passa a ser feito no interior de duas formas de organização: a sequencial e a composicional. A distinção do estudo em duas formas de organização se explica pelas dificuldades que poderia trazer para esse estudo a consideração simultânea de todas as informações linguísticas, textuais e situacionais implicadas na heterogeneidade composicional. Com a abordagem modular, torna-se possível, então, a adoção de uma metodologia de análise cumulativa, que possibilita recompor em diferentes etapas a complexidade da heterogeneidade composicional do discurso. Na continuação deste item, será feita a descrição de cada uma dessas etapas. Inicialmente, descreve-se a forma de organização elementar sequencial. Em seguida, descreve-se a forma de organização complexa composicional.

### **2.3.1 Forma de organização sequencial**

Essa forma de organização se ocupa basicamente da segmentação do discurso em sequências. Para isso, busca, de um lado, definir uma tipologia discursiva que possa ser aplicada a todas as produções languageiras e, de outro, extrair as sequências discursivas em que os tipos de discurso se atualizam.

Evitando utilizar a marcação linguística para elaborar a tipologia, Filliettaz (1999, ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001) busca contribuições das abordagens referenciais dos tipos de discurso de Adam e de Bronckart<sup>31</sup>, para as quais “os locutores dispõem de recursos psicológicos específicos, a partir dos quais eles interpretam e produzem sequências discursivas particulares” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 314).

Entretanto, Filliettaz (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 315) observa que essas abordagens, embora tenham “a vantagem de situar a reflexão tipológica em um nível, ao mesmo tempo, trans-linguístico, trans-semiótico e não determinado contextualmente”, extraem apenas parcialmente as especificidades dos tipos de discurso. Isso porque as entidades referenciais definidas nessas abordagens, como os protótipos sequenciais de Adam (1992), são independentes de toda forma de

---

<sup>31</sup> Para esclarecimentos acerca dessas abordagens, consultar o subitem 1.2 do capítulo 1.

textualização e podem ser aplicadas na análise de produções tanto linguageiras quanto não linguageiras. Porém, segundo Filliettaz (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 315), “definir os tipos de discurso consiste não só em explicitar as operações psicológicas gerais sobre as quais se fundam as categorias pré-linguageiras, mas ainda em pôr em evidência os princípios que ancoram essas categorias em processos textuais”.

Por isso, na forma de organização sequencial, a definição dos tipos e a segmentação do discurso em sequências mobilizam informações do módulo referencial, responsável por definir as categorias pré-linguageiras, e do módulo hierárquico, responsável por definir os processos textuais em que essas categorias se manifestam. Combinando informações desses dois módulos, Filliettaz (1999, ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001) propõe uma tipologia formada por três tipos de discurso (narrativo, descritivo e deliberativo). Esses tipos constituem representações abstratas, cuja função é possibilitar a emergência das sequências discursivas (narrativas, descritivas e deliberativas). Uma vez que este estudo se centra no estudo do tipo e das sequências narrativas de reportagens, a exposição a seguir trata apenas do tipo narrativo e da sequência narrativa<sup>32</sup>.

### **2.3.1.1 O tipo narrativo**

No modelo, o tipo narrativo é definido como “o esquema de uma intervenção textual, tendo por propriedade designar uma pluralidade de acontecimentos disjuntos do mundo comum, no qual acontece o processo da comunicação” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 316). Essa definição geral revela a complexidade nocional desse tipo, o qual se caracteriza com a ajuda de noções referenciais (a *cadeia culminativa de acontecimentos* e a *disjunção de mundos*) e de uma noção textual (a *intervenção*).

Para tratar das noções referenciais, cujo estudo se faz no interior do módulo referencial, Filliettaz (1999) defende que as diferentes formas de expressão da narratividade representam acontecimentos que se articulam em uma cadeia culminativa. A hipótese dessa cadeia repousa sobre a ideia de que toda história, segundo o autor, pressupõe uma tensão entre acontecimentos desencadeadores e acontecimentos conclusivos, a qual decorre da transformação dos personagens e da situação em que se encontram

---

<sup>32</sup> Quando necessários, esclarecimentos sobre os outros tipos integrantes da tipologia serão feitos de forma pontual em notas de rodapé.

inicialmente implicados. É nesse sentido que as narrações se distinguem das listas de ações, como, por exemplo, receitas culinárias. Como observa Adam (1992), as listas de ações se organizam de forma linear, obedecendo a uma lógica simplesmente cronológica. Nas narrações, ao contrário, os acontecimentos, ainda que estejam cronologicamente ordenados, obedeceriam a uma lógica causal, em que acontecimentos anteriores funcionariam como a causa de acontecimentos posteriores. No modelo modular, essa cadeia culminativa de acontecimentos se representa da seguinte forma:

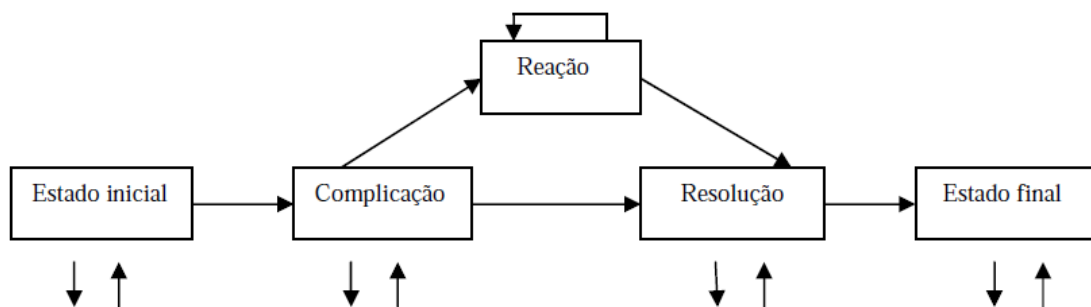


FIGURA 3 - Cadeia culminativa de acontecimentos

Para o modelo, essa cadeia de acontecimentos constitui a representação praxeológica que subjaz a todas as sequências narrativas e não a estrutura de uma sequência narrativa específica. Isso porque essa cadeia, assim como o protótipo narrativo de Adam (1992, 2011), articula de forma esquemática os acontecimentos ou os episódios que são (proto)típicos de uma representação de história. Em produções languageiras particulares, a organização dos acontecimentos de uma narração tanto pode assumir uma configuração típica, muito próxima da representação referencial de história, como pode assumir uma configuração atípica (e mais distante do protótipo), na qual nem todos os acontecimentos estão explicitamente verbalizados ou na qual se observam diferentes níveis hierárquicos <sup>33</sup>.

O que garante a variação no grau de tipicidade das produções languageiras particulares são as regras de recursividade próprias do esquema acima. Nele, um número restrito de componentes é capaz de gerar a imensa diversidade das formas narrativas, o que é representado pelas setas. A noção de cadeia culminativa de acontecimentos constitui,

<sup>33</sup> Em configurações atípicas, um dos episódios pode ser representado não por um acontecimento único, mas por uma cadeia completa de acontecimentos ou por uma sequência pertencente a outra categoria tipológica (descrição ou deliberação).

portanto, um instrumento teórico que não apresenta um caráter normativo, porque não corresponde a um padrão com que uma dada sequência discursiva deve se identificar para ser considerada uma sequência narrativa (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001)<sup>34</sup>.

A forma como uma sequência narrativa específica atualiza a cadeia culminativa de acontecimentos, aproximando-se ou afastando-se da representação típica, está intimamente ligada à segunda noção referencial com que se define o tipo narrativo: a noção de disjunção de mundos.

Seguindo as proposições de Bronckart (2007), Filliettaz considera que “toda produção linguageira conduz necessariamente à criação de um **mundo discursivo** que se distingue teoricamente das coordenadas do **mundo comum** das atividades humanas” (FILLIETTAZ, 1999, p. 281). Embora esses mundos sejam distintos, suas coordenadas espaciais e temporais podem estabelecer entre si relações de conjunção ou disjunção. Assim, se no tipo deliberativo, por exemplo, esses mundos se identificam e por isso são conjuntos, o tipo narrativo, ao contrário, conduz à criação de um mundo discursivo que é diverso daquele em que se desenvolve o processo interacional. Em outras palavras, o tipo narrativo opera uma disjunção entre o mundo que o discurso representa (o mundo da história) e o mundo no qual o discurso é produzido (mundo em que se dá a atividade de narrar a história)<sup>35</sup>.

Se, por um lado, o tipo narrativo se aproxima de outras formas semióticas de narratividade (balé, pintura, vitral) por representar uma cadeia culminativa de acontecimentos disjunta do mundo comum em que ocorre a atividade de narrar, por outro lado, esse tipo se diferencia dessas formas por se ancorar em configurações textuais (CUNHA, 2010; FILLIETTAZ, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). No modelo modular, o estudo das configurações textuais se faz no interior do módulo hierárquico.

---

<sup>34</sup> Assim como o tipo narrativo, o descritivo se caracteriza por uma representação referencial típica, a qual, com base nos trabalhos de Adam (1992), se define como uma configuração recursiva de operações cognitivas (*ancoragem, aspectualização, relação e tematização*). Já o tipo deliberativo, ao contrário do narrativo e do descritivo, não se caracteriza, segundo Filliettaz (1999) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), por configurações referenciais próprias, constituindo, por isso, “uma espécie de ‘grau zero’ de um modelo tipológico” (FILLIETTAZ, 1999, p. 292).

<sup>35</sup> As operações de conjunção e disjunção, segundo a proposta de Bronckart (2007), foram abordadas, no capítulo anterior, no subitem 1.2.



No estudo do módulo hierárquico, considera-se que toda interação verbal se caracteriza por um processo de negociação em que os interactantes iniciam proposições, reagem a elas e as ratificam. Conforme Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 57), “toda intervenção linguageira (cumprimento, pedido, asserção, etc) constitui uma PROPOSIÇÃO, que desencadeia um processo de negociação entre os interactantes”. Assim, um diálogo formado por uma pergunta (Que horas são?), por uma resposta (São nove horas.) e por um agradecimento (Obrigado.) evidencia um processo em que uma proposição (a pergunta) desencadeia uma reação (a resposta), que motiva uma ratificação (o agradecimento).

Esse processo de negociação é representado no modelo por meio do seguinte esquema:

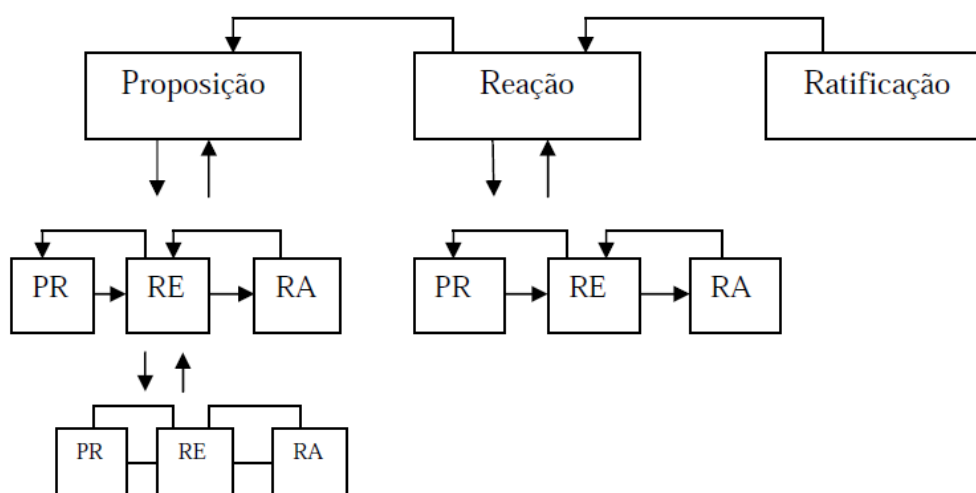


FIGURA 4 - Esquema do processo de negociação

A negociação conjunta dos interactantes leva à construção de unidades textuais complexas. Assim, toda unidade textual corresponde a uma realização efetiva do processo esquematizado acima e é representada por meio das estruturas hierárquicas. Essas estruturas são formadas pelos três tipos de constituintes que os interactantes produzem em toda interação verbal: trocas, intervenções e atos.

- Troca: unidade textual máxima, que é formada por intervenções que refletem as várias proposições, reações e ratificações de um processo de negociação.

- Intervenção: unidade constitutiva da troca, que pode ser formada por apenas um ato, mas que costuma apresentar uma configuração complexa, da qual participam outras intervenções, atos e até mesmo trocas.
- Ato: unidade textual mínima, que constitui a menor unidade delimitada por uma e outra passagem da memória discursiva<sup>36</sup> (MARINHO, 2007).

Com a estrutura hierárquica, é possível a descrição das hierarquias e das relações existentes entre os constituintes do texto – trocas, intervenções e atos. Essas relações são de três tipos: dependência, interdependência e independência.

Existe uma relação de *dependência* entre dois constituintes, quando a presença de um deles está ligada à presença do outro, ou seja, quando a presença de um depende da presença do outro. O constituinte dependente é chamado de subordinado e pode ser suprimido sem comprometer a estrutura global do texto. O outro constituinte é chamado de principal e exprime uma informação considerada de fundamental importância para o texto. Existe uma relação de *interdependência* entre dois constituintes, quando um deles não pode existir sem o outro, como ocorre, por exemplo, em uma troca formada por pergunta e resposta. Finalmente, existe uma relação de *independência*, quando a presença de um constituinte não está ligada à presença de outro, isto é, quando a presença de um não depende da presença de outro. Exemplos desse tipo de relação são as intervenções ou atos coordenados (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001)<sup>37</sup>.

Segundo Fillietaz (1999), os tipos de discurso se ligam a unidades textuais de natureza monologal, já que, em vista dos problemas expostos no item 2.2.1, a noção de “sequência dialógica” foi excluída da tipologia da forma de organização sequencial. Nesse sentido, o componente textual que entra na formulação dos tipos de discurso é a

---

<sup>36</sup> A memória discursiva é definida como “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (BERRENDONNER, 1983, p. 230). Ela compreende “os diversos pré-requisitos culturais (normas comunicativas, lugares argumentativos, saberes enciclopédicos comuns, etc) que servem de axiomas aos interlocutores para conduzir uma atividade dedutiva”, bem como “as enunciações sucessivas que constituem o discurso” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 23).

<sup>37</sup> Vale frisar que, no modelo, a subordinação e a coordenação de constituintes textuais são fenômenos discursivos, fundamentalmente ligados à interação. Assim, o que define se um constituinte do texto é principal, subordinado ou coordenado em relação a outro constituinte é a sua importância para o desenvolvimento do processo de negociação entre os agentes e não o elo sintático entre esses constituintes (CUNHA, 2011; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

intervenção, que, como foi dito, corresponde a cada uma das fases do processo de negociação.

Como se pode observar, o tipo narrativo é uma noção complexa, porque resulta da combinação de informações de naturezas diferentes. Do ponto de vista referencial, o tipo narrativo se caracteriza pelas noções de *cadeia culminativa de acontecimentos* e de *disjunção de mundos*. Do ponto de vista hierárquico, os tipos discursivos, e não só o narrativo, se caracterizam pela noção de *intervenção textual*.

### 2.3.1.2 As sequências narrativas

De acordo com Filliettaz (1999, p. 292), os tipos de discurso são “entidades abstratas, representações subjacentes”, que tratam dos aspectos esquemáticos ligados à heterogeneidade composicional. Já as sequências discursivas são segmentos textuais empíricos, que manifestam efetivamente algumas propriedades dos tipos. Nessa perspectiva, a definição de um tipo narrativo, tal como o apresentado anteriormente, só se justifica, na medida em que ele funciona como um instrumento de análise capaz de identificar as sequências narrativas presentes em discursos particulares. Em outros termos, as representações esquemáticas (referenciais e textuais) que constituem os tipos de discurso devem funcionar como princípios que permitam extrair as estruturas emergentes (referenciais e textuais) que constituem as sequências discursivas.

Para mostrar como o tipo narrativo auxilia na identificação das sequências narrativas, utilizo o segmento discursivo abaixo, retirado da reportagem “Desvios subterrâneos”, integrante do corpus desta pesquisa<sup>38</sup>.

- (01) (01) Em 1998, (02) mineiros e capixabas se animaram com o início da construção da BR-342, (03) que ligaria o norte do Espírito Santo a Minas Gerais. (04) Para pavimentar os 106 quilômetros da rodovia, (05) foram celebrados três contratos com duas empreiteiras. (06) Nos três (07) o TCU encontrou sobrepreço – sempre na casa de 50% do valor global. (08) Além disso, parte dos serviços que as empreiteiras alegam ter executado não foi fiscalizada pelo governo. (09) Por fim, o valor dos contratos aumentou sem nenhuma justificativa técnica. (10) Uma estranheza atrás da outra. (11) Como a obra se tornou um sorvedouro de dinheiro público, (12) o TCU pediu sua paralisação. (13) Hoje, (14) há apenas 33 quilômetros asfaltados. (15) Outros 27 quilômetros são transitáveis, (16) mas ainda não receberam uma gota de asfalto. (17) Nos 46 quilômetros restantes, (18) a obra nem sequer foi iniciada.

Do ponto de vista referencial, esse segmento expressa uma série de acontecimentos disjuntos do mundo em que se dá o processo de comunicação entre autor e leitor. Em

---

<sup>38</sup> A numeração indica a segmentação do discurso em atos.

outras palavras, as coordenadas espaciais e temporais do mundo que o discurso representa são diferentes das coordenadas do mundo em que o discurso se insere. No mundo representado, acontecimentos anteriores parecem funcionar como a causa de acontecimentos posteriores, obedecendo a uma lógica ao mesmo tempo causal e temporal, o que pode ser representado por meio desta estrutura praxeológica.

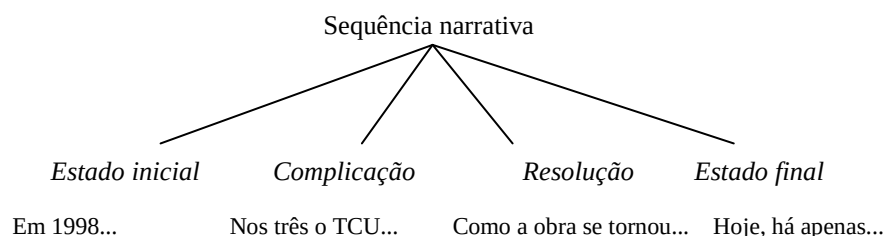


FIGURA 5 - Estrutura praxeológica

Após um *estado inicial*, em que se apresentam as coordenadas temporais (Em 1998) e espaciais (a BR-342, Espírito Santo e Minas Gerais) do mundo representado, bem como alguns personagens implicados (mineiros, capixabas e empreiteiros), segue a *complicação* da história, a qual se refere à descoberta de várias irregularidades nos contratos e na condução das obras de construção da rodovia. Como consequência dessas irregularidades, o Tribunal de Contas da União (TCU) pediu a paralisação das obras, informação que constitui a *resolução* da história. Por fim, o *estado final* traz a situação atual da rodovia.

Essa estrutura praxeológica deve ser compreendida como uma atualização da cadeia culminativa de acontecimentos (figura 3), não devendo ser confundida com essa cadeia. De fato, essa estrutura expressa apenas uma configuração particular dos inúmeros percursos possibilitados pela cadeia de acontecimentos e tem como finalidade explicitar algumas propriedades emergentes dessa sequência narrativa. Nessa sequência, o autor não explora a possibilidade de estender a *complicação*, introduzindo possíveis *reações* dela decorrentes. Também não promove o encaixamento de sequências narrativas, o que aconteceria, por exemplo, se o episódio *resolução* fosse composto por outra sequência narrativa. As propriedades estruturais emergentes dessa sequência evidenciam que ela constitui uma atualização específica da cadeia culminativa de acontecimentos.

Do ponto de vista textual, essa sequência pode ser descrita por meio da seguinte macro-estrutura de intervenção<sup>39</sup>.

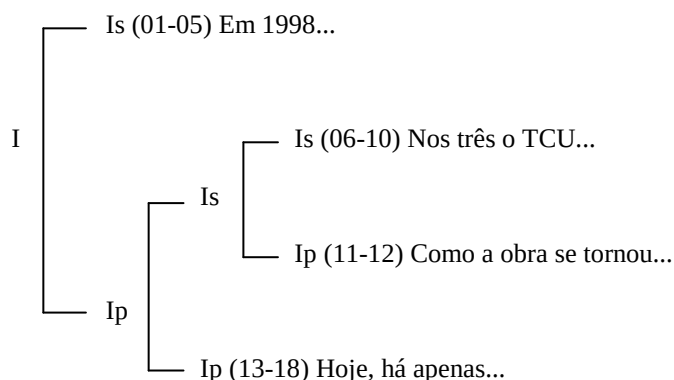


FIGURA 6 - Estrutura hierárquica

Assim como a estrutura praxeológica, essa estrutura hierárquica representa apenas uma das várias possibilidades de realização do esquema do processo de negociação (figura 4). Nessa estrutura, a função de “pano de fundo” ou de “segundo plano”, que, depois dos trabalhos de Weinrich (1973)<sup>40</sup>, tipicamente se associa às informações expressas no *estado inicial*, corresponde ao estatuto de subordinado da intervenção em que esse episódio se ancora. A intervenção que expressa a decisão do TCU de paralisar as obras (*resolução*) é principal em relação àquela que expressa as várias irregularidades envolvendo essas obras (*complicação*). Nesse caso, a importância da medida tomada pelo TCU corresponde ao estatuto de principal da intervenção que verbaliza essa medida. Finalmente, a intervenção que apresenta a situação atual da rodovia (*estado final*) subordina todas as outras intervenções, porque informa como a rodovia está hoje, após todos os acontecimentos narrados.

Assim como o tipo narrativo, a sequência narrativa constitui uma noção complexa, porque também combina informações de ordem referencial (*disjunção de mundos e estrutura praxeológica*) e de ordem textual (*estrutura hierárquica de intervenção*). A diferença entre essas noções é que a sequência, ao contrário do tipo, diz respeito a uma realização efetiva dos variados percursos previstos pelas representações abstratas e descontextualizadas que compõem o tipo.

<sup>39</sup> Intervenção = I; principal = p; subordinada = s.

<sup>40</sup> A proposta desse autor foi apresentada no subitem 1.1 do capítulo anterior.

Embora a análise promovida pela forma de organização sequencial permita identificar propriedades emergentes das sequências, ela não se ocupa do tratamento de muitas outras propriedades, como marcação linguística e funções cotextuais e contextuais. De fato, como o objetivo dessa forma de organização é segmentar as produções discursivas nas sequências (narrativas, descritivas e deliberativas) que as compõem, ela dá conta apenas de alguns aspectos da heterogeneidade composicional do discurso. Por isso, o seu estudo constitui, na abordagem modular, uma primeira etapa da análise da forma de organização composicional, a qual busca oferecer uma descrição das múltiplas propriedades emergentes das sequências discursivas.

### **2.3.2 Forma de organização composicional**

Nessa forma de organização, o objetivo é ultrapassar a análise estrutural oferecida pela etapa anterior, realizando um estudo pormenorizado das propriedades formais e funcionais das sequências discursivas efetivamente produzidas. Nesse sentido, identificados os tipos e feita a segmentação do discurso nas sequências que o compõem, busca-se agora, nesta etapa, completar a análise da heterogeneidade composicional, investigando as especificidades linguísticas e hierárquico-relacionais das sequências, bem como as funções que exercem em relação ao cotexto e ao contexto.

#### **2.3.2.1 Marcação linguística**

Como vimos em 2.2.1, a versão atual do modelo modular considera as marcas linguísticas inadequadas para a caracterização dos tipos de discurso. Entretanto, essas marcas são reintegradas ao estudo das propriedades emergentes das sequências discursivas, uma vez que as diferenças perceptíveis entre sequências pertencentes a um mesmo tipo se devem, em grande parte, às diferenças na marcação linguística. Ainda que duas sequências narrativas, por exemplo, apresentem estruturas referenciais e textuais semelhantes, o estudo de sua marcação linguística pode revelar variações de superfície relevantes para a caracterização de cada uma delas.

Para investigar as especificidades linguísticas das sequências discursivas, Filliettaz (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 340) considera que, “independentemente da categoria tipológica a que pertençam, os segmentos de discurso apresentam **efeitos**

**composicionais** que especificam as suas propriedades emergentes”<sup>41</sup>. Buscando contribuições de diferentes estudiosos das propriedades textuais e linguísticas do discurso (BENVENISTE, 1976; DUCROT *et al*, 1980; JAKOBSON, 1963; ROULET, *et al*, 1985; WEINRICH, 1973), Filliettaz observa que uma mesma sequência pode apresentar uma quantidade maior ou menor de marcas referentes a três categorias de efeitos composicionais: os argumentativos, os autotélicos e os narrativos.

Os efeitos argumentativos se manifestam em sequências que apresentam, no plano linguístico, conectores argumentativos, contra-argumentativos e reformulativos, expressões modais, vocabulário axiológico e verbos flexionados no presente e no futuro do presente. Esses efeitos se manifestam também em sequências, cujos constituintes textuais se ligam por relações discursivas de argumento, contra-argumento, reformulação, clarificação e comentário<sup>42</sup>.

Já os efeitos autotélicos se manifestam em sequências que apresentam diferentes formas de paralelismos fônicos, lexicais, semânticos, sintáticos e textuais.

Por fim, os efeitos narrativos podem se manifestar em qualquer tipo de sequência e não só nas narrativas e se caracterizam, no plano linguístico, pela presença de organizadores e de conectores temporais e de verbos flexionados no pretérito perfeito, no imperfeito, no mais-que-perfeito e no futuro do pretérito. Esses efeitos se manifestam ainda em sequências, que, no plano relacional, apresentem constituintes textuais ligados por relações discursivas de preparação e de sucessão.

Para ilustrar como os efeitos composicionais especificam as propriedades linguísticas e textuais das sequências, retomo o exemplo da sequência narrativa estudada anteriormente. Essa sequência se caracteriza por manifestar, em maior medida, efeitos argumentativos e, em menor medida, efeitos narrativos.

---

<sup>41</sup> A noção de *efeito composicional* substitui a de *dimensões argumentativa e autotélica* da proposta de Roulet (1991, ver subitem 2.2). A substituição se deve ao problema da ambiguidade do termo *dimensão* nessa proposta. Nela, o termo designa, ao mesmo tempo, a marcação linguística das sequências e cada um dos sistemas de informações elementares que participam da organização do discurso (dimensão hierárquica, dimensão referencial, etc) (FILLIETTAZ, 1999).

<sup>42</sup> O estudo das relações de discurso se faz na forma de organização relacional, que será apresentada adiante.

No plano linguístico, os efeitos argumentativos se manifestam na frequência de conectores argumentativos e contra-argumentativos (*para, além disso, como, mas*), de expressões modais (*apenas, ainda, nem sequer*), de vocabulário axiológico (*estranheza, sorvedouro de dinheiro público*) e de verbos flexionados no presente (*alegam, há, são*) e na forma passiva analítica (*foram celebrados, foi fiscalizada, foi iniciada*). Já os efeitos narrativos se manifestam apenas na frequência de verbos flexionados no pretérito perfeito (*animaram, aumentou, tornou*) e na presença de um verbo flexionado no futuro do pretérito (*ligaria*).

Para verificar os efeitos argumentativos e narrativos no plano das relações de discurso, é preciso analisar a estrutura hierárquico-relacional dessa sequência, cujo estudo se faz na forma de organização relacional.

Um dos objetivos dessa forma de organização é identificar as relações ilocucionárias e interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória discursiva. A identificação dessas relações se baseia em uma lista reduzida de categorias, as quais são consideradas suficientes para descrever todas as formas de discurso, tanto dialogal como monologal.

As relações ilocucionárias caracterizam as intervenções que constituem as trocas. Essas relações podem ser iniciativas ou reativas, dependendo do lugar da intervenção na estrutura hierárquica. Roulet distingue três categorias genéricas de relações ilocucionárias iniciativas (interrogação, pedido e informação) e duas categorias genéricas de relações ilocucionárias reativas (resposta e ratificação) (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001)<sup>43</sup>.

As relações interativas, por sua vez, caracterizam os constituintes das intervenções. Na forma de organização relacional, distinguem-se oito categorias genéricas de relações interativas: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, comentário e clarificação. O estabelecimento das categorias genéricas de relações interativas se justifica pelo fato de que, ao produzir intervenções complexas, o locutor pode realizar diferentes manobras languageiras, tais como introduzir argumentos

---

<sup>43</sup> Diferentemente da teoria dos atos de fala (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1965), as relações ilocucionárias iniciativas e reativas no modelo modular não caracterizam atos isolados, mas as intervenções constitutivas das trocas, intervenções que, como costuma acontecer com as sequências discursivas, podem assumir configurações complexas.



para reforçar um ponto de vista, rejeitar uma ideia com a apresentação de contra-argumentos, comentar partes de seu texto, reformular idéias, tornando-as mais claras para seu interlocutor, enumerar os sucessivos acontecimentos de uma história, etc (ROULET, 2002, 2006).

As categorias de relações genéricas podem ser explicitadas por marcadores linguísticos, como os conectores e as construções sintáticas. Assim, a relação interativa de contra-argumento pode ser marcada por conectores, como *mas*, *porém*, *embora*, etc. Da mesma forma, a relação ilocucionária de pedido pode ser marcada por uma construção sintática imperativa, e a relação de topicalização pode ser marcada por deslocamentos de segmentos linguísticos para a margem esquerda e por estruturas clivadas<sup>44</sup>.

A estrutura a seguir constitui o resultado do estudo da forma de organização relacional da sequência narrativa em análise<sup>45</sup>.

---

<sup>44</sup> Maiores esclarecimentos sobre essa forma de organização podem ser obtidos em Marinho (2002, 2004a, 2006), Cunha (2011, 2012) e Marinho e Cunha (2012).

<sup>45</sup> Nessa estrutura, as indicações acerca das relações de discurso – argumento (arg), contra-argumento (c-a), comentário (com) e preparação (prep) – são inseridas sob os constituintes textuais da estrutura hierárquica. Completo as informações da nota 39, informando que ato = A.



Os efeitos narrativos, por sua vez, se manifestam somente pela presença de uma relação de preparação, por meio da qual o autor liga o *estado inicial* (Is 01-05) ao restante da sequência. Nesse sentido, esse episódio, situando o mundo representado no tempo e no espaço, prepara o leitor para as informações expressas nos episódios subsequentes.

Como essa rápida análise permite notar, o estudo dos efeitos composicionais que podem caracterizar, em diferentes graus, as sequências discursivas resulta da combinação de informações da forma de organização sequencial (sobre a definição das sequências discursivas), dos módulos lexical e sintático (sobre as marcas linguísticas) e da forma de organização relacional (sobre as relações de discurso).

### **2.3.2.2 As funções cotextuais**

Assim como Roulet (1991), Filliettaz (1999, p. 308) postula que “o estudo da heterogeneidade composicional do discurso implica ultrapassar a análise das sequências isoladas para examinar, em um nível mais macro-textual, a problemática do agenciamento das sequências em uma configuração geral”. Esse exame é importante, porque permite verificar que as diferenças perceptíveis entre as sequências discursivas não se limitam à sua marcação linguística, estendendo-se à função cotextual que exercem. Além disso, permite verificar que essa marcação sofre grande influência do ambiente cotextual em que as sequências aparecem.

Também nesta versão do estudo da heterogeneidade composicional, a análise das funções cotextuais das sequências se faz com o auxílio de informações oriundas da forma de organização relacional, apresentada no subitem anterior. A combinação do estudo das formas de organização sequencial e relacional permite analisar as funções que as sequências discursivas exercem em relação ao cotexto, porque evidencia as relações de discurso existentes entre as sequências na macroestrutura do discurso.

A sequência narrativa que venho analisando permite ilustrar esse processo. Essa sequência constitui o último parágrafo de uma extensa reportagem, que busca denunciar casos de desvios de verba federal em obras localizadas em diferentes partes do país. Na parte intermediária da reportagem, o autor traz a seguinte sequência deliberativa:

- (02) Com tantos sorvedouros de dinheiro público, o TCU não consegue tapar todos os buracos. (...) É um grande trabalho, que precisa ser mantido e ampliado. Afinal, como ensina o caso do túnel do metrô de Fortaleza, citado no início da reportagem, quanto mais se analisam as obras públicas no Brasil, mais se percebe que a lama está por todos os lados.

Em seguida, o autor apresenta vários casos de obras públicas, que foram paralisadas pelo TCU, por causa de irregularidades verificadas na aplicação das verbas. O último desses casos é expresso na sequência narrativa em análise. Represento a articulação dessas sequências discursivas por meio desta macroestrutura.

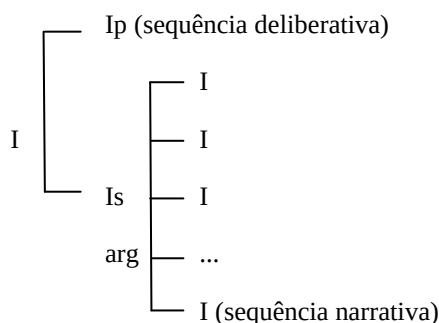


FIGURA 8 - Macroestrutura hierárquico-relacional

Essa estrutura mostra que os vários casos de desvios de verba federal são apresentados em intervenções coordenadas, como em uma lista de exemplos de irregularidades em obras públicas. Essas várias intervenções formam uma grande intervenção, cuja função é atuar como argumento (arg) para defender as informações expressas na sequência deliberativa. Por isso, essa grande intervenção é subordinada em relação à sequência deliberativa. Nessa interpretação, a narrativa sobre os problemas na construção da BR-342 funciona, na reportagem, como um exemplo de que, “quanto mais se analisam as obras públicas no Brasil, mais se percebe que a lama está por todos os lados”.

Com essa análise macro-textual, é possível relativizar a aparente estanqueidade das sequências discursivas em relação ao cotexto. Afinal, a manifestação intensa de efeitos composicionais argumentativos na sequência narrativa em estudo pode ser explicada, em grande medida, pela função de argumento que ela exerce em relação à sequência deliberativa que a subordina no nível macro-textual do discurso.

### 2.3.2.3 As funções contextuais

Tendo em vista o impacto que os gêneros do discurso exercem sobre a constituição das sequências discursivas, Filliettaz e Grobet (1999) consideram que o estudo da heterogeneidade composicional não pode prescindir do estudo das representações genéricas mobilizadas pelos agentes em uma dada situação de comunicação. Nesse

sentido, estudar as funções contextuais que uma sequência exerce é estudar o impacto do gênero do discurso sobre a emergência dessa sequência<sup>46</sup>.

Buscando contribuições de Bronckart (2007[1996]), para quem a questão dos gêneros se articula às atividades que os agentes realizam e às finalidades ligadas a essas atividades, Filliettaz e Grobet (1999, p. 250) defendem que “a problemática genérica pode ser tratada no quadro mais geral da *análise acional* e que ela se reduz, em larga medida, às questões ligadas às *visadas* que subjazem às produções discursivas”. No modelo, o estudo das visadas acionais se faz no interior do módulo referencial. Por isso, o estudo das funções contextuais das sequências discursivas resulta da combinação de informações desse módulo e da forma de organização sequencial.

Em trabalhos sobre a comunicação midiática (CHAPARRO, 2008; CHARAUDEAU, 2006; SIMUNIC, 2004), a reportagem é caracterizada como um gênero que possui uma dupla visada: informar e captar. Por um lado, o jornalista deve “fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social” (CHARAUDEAU, 2006, p. 87). Ao agir dessa forma, ele atende à visada de informação. Por outro lado, a concorrência comercial entre vários organismos de informação obriga o jornalista a se valer de estratégias para captar o maior número possível de leitores, no caso da reportagem impressa. Agindo dessa forma, ele atende à visada de captação.

Essas duas visadas, que, conforme trabalhos do modelo modular (FILLIETTAZ; GROBET, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), ajudam a definir o gênero reportagem, têm impacto sobre a construção da sequência narrativa que venho analisando<sup>47</sup>. Diferentes propriedades dessa sequência permitem perceber que o jornalista, por meio dela, busca, ao mesmo tempo, informar e captar o leitor.

Sobre a visada de informação, a cadeia de acontecimentos, representando irregularidades na construção de uma rodovia, procura chamar a atenção do cidadão para um problema que ocorreu na esfera pública, favorecendo uma reflexão geral sobre

---

<sup>46</sup> Como será mostrado em 2.4.2, as noções de *gênero* e de *contexto* são definidas de maneira imprecisa nos trabalhos sobre as formas de organização sequencial e composicional, porque essas noções ora se confundem e ora se diferenciam. Mas, neste momento, tomo essas noções como equivalentes, assim como ocorre em Filliettaz e Grobet (1999) e em Roulet, Filliettaz e Grobet (2001).

<sup>47</sup> Uma definição mais desenvolvida do gênero reportagem será proposta no próximo capítulo (subitem 3.1.1.1).

a utilização indevida de recursos públicos. Da mesma forma, a ausência de elementos dêiticos remetendo ao jornalista, como pronomes e desinências verbais de primeira pessoa, tem como fim produzir um efeito de objetividade, como se os acontecimentos se apresentassem em seu estado bruto, sem o intermédio de uma instância de recapitulação desses acontecimentos (o jornalista). Nesse sentido, a visada de informação que caracteriza o gênero reportagem explica, em parte, propriedades referenciais e linguísticas da sequência narrativa.

Sobre a visada de captação, a manifestação maciça de efeitos composicionais argumentativos, como relações argumentativas, vocabulário axiológico e advérbios modalizadores, bem como a função de argumento dessa sequência em relação ao cotexto sinalizam, por parte do jornalista, a tentativa de convencer o leitor de um ponto de vista, que pode ser traduzido da seguinte forma: “Se não fosse a fiscalização do TCU, a construção da BR-342 seria um meio para empreiteiras desviarem dinheiro público”<sup>48</sup>. Ao tentar convencer o leitor desse ponto de vista, o jornalista procura transformá-lo em um consumidor cativo do suporte que veicula a reportagem, já que o leitor, se convencido desse ponto de vista, poderá ver nesse suporte um instrumento adequado de denúncia. Como se vê, a visada de captação explica, em grande medida, a frequência de recursos argumentativos empregados na construção da sequência, assim como o seu modo de articulação na configuração macroestrutural da reportagem.

### **2.3.3 Considerações sobre as formas de organização sequencial e composicional**

Com a apresentação dessas formas de organização, é possível perceber que o estudo da heterogeneidade composicional na versão atual do modelo modular é bem mais complexo do que na versão anterior, proposta por Roulet (1991). Na versão atual, procura-se estudar o fenômeno dos tipos de discurso e das sequências discursivas, levando-se em consideração a complexidade e a abrangência das informações implicadas.

Por isso, diferentemente da versão anterior, que considerava a heterogeneidade composicional um fenômeno elementar, que poderia ser tratado em um módulo, a

---

<sup>48</sup> O jornalista explicita esse ponto de vista no resumo que inicia a reportagem: “Há uma infinidade de canteiros de obras no Brasil de onde o dinheiro público parece simplesmente desaparecer. Graças ao Tribunal de Contas da União, porém, é possível rastrear os caminhos pelos quais esses recursos escapam”.

versão atual aborda esse fenômeno por meio da análise cumulativa e não simultânea de informações oriundas de diferentes módulos e formas de organização. Na primeira etapa, o estudo da forma de organização sequencial permite, por meio da combinação de informações referenciais e hierárquicas, elaborar uma tipologia de sequências discursivas e segmentar produções discursivas particulares nas sequências que as compõem. Na segunda etapa, o estudo da forma de organização composicional permite descrever a marcação linguística das sequências, bem como as funções cotextuais e contextuais que desempenham, combinando os resultados da análise sequencial com informações dos módulos lexical, sintático e referencial e da forma de organização relacional.

Esse empreendimento abrangente tem como finalidade oferecer uma abordagem que dê conta não apenas das informações linguísticas que participam da construção das sequências. Ele busca também levar em consideração as informações textuais, que possibilitam descrever a articulação das sequências no interior de um discurso, e as informações referenciais, que permitem elaborar uma tipologia sequencial e explicitar as relações entre as sequências e o ambiente interacional e social em que emergem.

#### **2.4 Discussão de problemas ligados à versão atual do estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular**

Embora a versão atual do estudo da heterogeneidade composicional no modelo apresente os méritos já apontados, ela ainda coloca alguns problemas para uma compreensão adequada dos processos envolvidos na construção das sequências discursivas e da relação que estas estabelecem com o seu contexto de produção. Esses problemas, que constituem obstáculos para a realização desta pesquisa, são os seguintes:

- Os tipos de discurso são concebidos como entidades universais, que, embora entrem na composição dos gêneros, não sofrem a sua influência.
- Em trabalhos sobre as formas de organização sequencial e composicional, os termos *contexto* e *gênero do discurso* são definidos de forma imprecisa, porque se confundem em alguns trabalhos e se diferenciam em outros.
- O estudo dos efeitos composicionais leva em conta apenas informações de natureza lexical, sintática e relacional.

A seguir, procedo a uma discussão de cada um desses pontos.

#### **2.4.1 A natureza universal e descontextualizada dos tipos de discurso**

De acordo com Filliettaz e Grobet (1999, p 224-225),

*Os tipos de discurso* (tipo narrativo, tipo descritivo, etc) consistem em configurações textuais muito gerais, que estão na base de todas as produções languageiras (...). Ao contrário dos gêneros de discurso (fábula, romance, novela, etc), que dizem respeito às atividades do mundo, os tipos discursivos são em número limitado e podem ser classificados em uma tipologia fechada, cujos critérios definitórios apresentam uma relativa homogeneidade.

Como essa definição deixa perceber e como vimos no item 2.3.1.1, os tipos de discurso no modelo são concebidos como entidades homogêneas e abstratas, que se encontram em todas as produções discursivas, independentemente do gênero a que estas pertençam. Em outros termos, os tipos, nessa concepção, são recursos referenciais universais e não determinados sócio-historicamente e, por isso mesmo, são transversais em relação aos gêneros. Nesse sentido, a cadeia culminativa de acontecimentos, que caracteriza o tipo narrativo, constitui um esquema fundamental e universal, que, diferentemente dos gêneros do discurso, não sofreria o impacto das diferenças culturais, nem da evolução e das mudanças por que passam as práticas discursivas.

Embora, como exposto na introdução deste trabalho, essa forma de conceber os tipos de discurso seja relativamente consensual nos estudos do texto e do discurso, ela tem raízes particularmente na abordagem de Adam (1992), a qual é incorporada ao arcabouço teórico do modelo modular. Para Adam, uma sequência narrativa é a atualização de uma representação cognitiva prototípica, que estaria armazenada na memória enciclopédica de cada indivíduo. Nessa proposta, a produção e a compreensão de toda e qualquer sequência narrativa implicam a mobilização do protótipo narrativo, cuja função é atuar como medida de julgamento sobre o grau de narratividade das sequências encontradas em uma produção discursiva<sup>49</sup>.

A meu ver, o principal problema detectável nessa proposta reside no método empregado por Adam para obter o protótipo narrativo. Como apontado ao final do item 1.2 do capítulo 1, embora Adam e os estudiosos que se valem de sua proposta atribuam uma realidade cognitiva aos protótipos, eles não realizaram pesquisas experimentais ou de

---

<sup>49</sup> Maiores esclarecimentos acerca dessa abordagem podem ser encontrados no item 1.2 do capítulo anterior.



cunho psicolinguístico que forneçam evidências a favor dessa realidade. Como ressalta Bonini (2005), o termo protótipo é, então, utilizado em um sentido apenas metafórico. Da mesma forma, esses autores não basearam a elaboração do protótipo na análise, de cunho textual-discursivo, das recorrências ou regularidades observadas em um corpus extenso de sequências discursivas particulares.

Com efeito, o método utilizado por Adam para obter o protótipo narrativo consiste em, tomando a realidade cognitiva desse protótipo como um pressuposto, reunir em uma definição única observações de diferentes estudiosos, pertencentes a correntes teóricas muitas vezes incompatíveis, como nota Bronckart (2007), sobre narrativas produzidas em gêneros diversos, mas sobretudo literários. Obtido o protótipo dessa forma, parte o autor para a verificação do grau de semelhança de sequências particulares com esse protótipo. Esse método deriva do pressuposto, subjacente à Linguística Textual de Adam, de que as regularidades textuais poderiam ser estudadas desconsiderando-se o impacto do contexto de produção dos discursos sobre essas mesmas regularidades.

Os problemas inerentes a um tal método, incorporado sem ressalvas pelo modelo modular, não são poucos. O principal deles talvez esteja na hipótese (nunca problematizada) de que os protótipos sequenciais são universais ou transculturais, isto é, são inerentes a todos os seres humanos, não variam ao longo do tempo e podem ser atualizados para a produção e a interpretação de sequências pertencentes a quaisquer gêneros.

Entretanto, diferentes trabalhos que estudaram sequências narrativas de gêneros específicos apontam para o fato de que as especificidades desses gêneros têm impacto sobre a constituição da representação referencial que subjaz às sequências. Ou seja, esses trabalhos fornecem evidências de que o tipo de discurso não constitui uma entidade universal e contextualmente indeterminada e, portanto, de que é equivocada a hipótese segundo a qual a cadeia culminativa de acontecimentos (figura 3) constituiria uma representação subjacente a toda e qualquer sequência narrativa, independentemente do gênero. Esses trabalhos dão, assim, subsídios para se pensar que cada gênero possui um modo típico de narrar. A seguir, apresento alguns desses trabalhos.

No quadro do próprio modelo modular, Filliettaz (2001), estudando quatorze textos pertencentes ao gênero *transação comercial*, constata a recorrência de duas formas

narrativas. Nesse gênero, o informativo (*compte rendu*), forma narrativa pouco desenvolvida, exibe oito ocorrências, enquanto a menção (*mention*), narrativa mínima composta por apenas um enunciado, é mais frequente, apresentando dez ocorrências.

Segundo o autor, os informativos e as menções são formas narrativas recorrentes no gênero estudado, porque têm como função garantir o sucesso da transação comercial. Informando se a compra de um livro foi motivada pelo pedido de um amigo ou por uma pesquisa em andamento, o locutor especifica as propriedades referenciais da interação e possibilita o desenvolvimento da transação de compra e venda. Para Filliettaz, as sequências narrativas completas, que correspondem ao protótipo narrativo de Adam ou à cadeia culminativa do modelo modular, propiciam a expressão da subjetividade, por ser possível por meio delas representar um mundo, no qual o locutor pode se colocar em cena como personagem. Como o gênero transação comercial se caracteriza por uma menor subjetividade por parte dos interlocutores, as sequências narrativas completas não seriam típicas desse gênero.

Na sociolinguística, Labov (1972), estudando relatos orais de experiência pessoal, aponta que os estudos literários analisaram o começo, o meio e o fim das narrativas de gêneros como o conto popular e não fizeram referência a elementos estruturais encontrados nos relatos orais. Na estrutura narrativa proposta por Labov, as proposições propriamente narrativas são a *complicação* e a *resolução*. Essas proposições têm por função representar o conteúdo referencial da narrativa, e as orações que as verbalizam estão ligadas por uma “juntura temporal” ou por uma relação de sucessão temporal. Entretanto, as narrativas de experiência pessoal apresentam ainda proposições que Labov chama de livres, porque não ocupam um lugar fixo na estrutura. Essas proposições são o *resumo*, a *orientação*, a *avaliação* e a *coda* e estão diretamente ligadas ao tipo de interação face a face estudado por Labov.

Em linhas gerais, o *resumo* sinaliza para o ouvinte que um turno de maior extensão se inicia, bem como a natureza narrativa desse turno. A *orientação*, geralmente no início da narrativa, fornece indicações sobre o momento e o lugar em que se passa a história, bem como sobre as personagens. Já a *avaliação* indica a razão de ser da narrativa ou por que a história está sendo narrada. Por fim, a *coda* sinaliza o final da sequência de ações que se iniciou na *complicação* e permite ao locutor passar do mundo da narrativa para o mundo da interação.

A presença e a recorrência das proposições livres, em especial do *resumo*, da *avaliação* e da *coda*, na estrutura das narrativas de relatos orais e a ausência dessas mesmas proposições na estrutura das narrativas de gêneros literários parecem evidenciar que o esquema narrativo proposto por Labov é decorrente de propriedades interacionais típicas do gênero relato de experiência pessoal: co-presença espacial e temporal, modalidade oral, estruturação do texto por turnos, etc.

Fornecendo evidência semelhante, Bentes (2000), ao estudar as estórias do folclore amazônico, busca definir dois gêneros, o conto popular e a história oral, cercando as suas especificidades. Uma das ferramentas de que a autora se vale para realizar essa tarefa é a estrutura narrativa de Labov. Com base na análise de um total de trinta textos, a conclusão a que ela chega é a de que “a categoria ‘resolução’ pode estar ausente em estórias orais, o que não acontece nos contos populares” (2000, p. 231).

Ao analisar gêneros conversacionais, como a entrevista midiática, Bres (2009) sustenta que a estrutura narrativa laboviana não dá conta do funcionamento interativo das sequências narrativas produzidas nesses gêneros. Nas entrevistas sociolinguísticas de Labov (1972, 1997), o papel do entrevistador é reduzido, porque se limita a solicitar ao outro que fale sobre um acontecimento excepcional ou perigoso. Dessa forma, a estrutura de Labov oferece condições para o estudo de narrativas homogêneas do ponto de vista interacional e não daquelas que, à maneira das entrevistas televisivas, são encaixadas na conversação e, por isso mesmo, exibem uma série de elementos decorrentes desse encaixamento. Bres analisa esses elementos como outras proposições que se acrescentam àquelas já presentes na estrutura de Labov.

De modo geral, Bres observa que, em gêneros como as entrevistas televisivas, o resumo é antecedido pelo *protocolo de acordo*, proposição em que os interlocutores, em pares adjacentes de turnos de fala, negociam a narrativa, propondo-a ou solicitando-a. No próprio *protocolo de acordo* ou na *orientação*, o produtor da narrativa pode verificar, geralmente por meio de perguntas, conhecimentos do interlocutor acerca de informações da orientação. Esses enunciados, como, por exemplo, “Não sei se você conhece fulano” ou “Sabe onde fica X?”, constituem a proposição *apontamento* (*pointage*). No interior da narrativa, predominantemente antecedendo a *complicação*, enunciados, como “Te juro!”, “Não é mentira!” ou “Pergunte ao fulano”, têm como função sustentar a veracidade dos fatos narrados, evitando que o locutor seja acusado de

mentiroso. Para Bres, esses enunciados caracterizam a proposição *veridicção*. Por fim, a narrativa produzida em entrevistas midiáticas costuma ser seguida pela *resposta do narratário*, proposição em que o ouvinte reage à narrativa, aprovando-a, reprovando-a ou até propondo outra narrativa sobre o mesmo tema.

Também em diálogo com a proposta de Labov, Bonu (2001) estuda as narrativas produzidas em entrevistas de recrutamento por candidatos a um posto de trabalho. Especificamente, Bonu analisa a proposição *avaliação* dessas narrativas. Nas entrevistas sociolinguísticas de Labov, as avaliações interrompem o desenvolvimento da narrativa, com o fim de chamar a atenção do ouvinte para a natureza extraordinária ou impressionante do acontecimento expresso na *complicação*. Nas entrevistas de recrutamento, ao contrário, a *avaliação* é o momento da narrativa em que o candidato, em diálogo com um psicólogo, procura explicitar a adequação entre a sua biografia (formação e experiência profissionais) e o perfil necessário para o posto de trabalho. Conforme Bonu, não é apenas o candidato que se responsabiliza pela produção desse tipo de avaliação, uma vez que, enquanto este busca antecipar e refutar aspectos potencialmente negativos de sua biografia, o psicólogo procura isolar, evidenciando, os pontos problemáticos da candidatura. Nesse sentido, diferentemente das que ocorrem nas entrevistas sociolinguísticas, as *avaliações* presentes em entrevistas de recrutamento não interrompem o desenvolvimento da narrativa, mas auxiliam na sua estruturação<sup>50</sup>.

Nos estudos do discurso de linha cognitivista, Van Dijk (1992) compara os esquemas narrativos canônicos da notícia e da conversação cotidiana. Observa o autor que o esquema narrativo da notícia corresponde a uma estrutura de relevância, que obedece a um “princípio de atualidade”. Nessa estrutura, as consequências do evento principal ocorrem em primeiro lugar, por serem os acontecimentos mais recentes. Em seguida, é mencionado o evento principal. Depois da menção desse evento, vêm os seus detalhes ou os de um personagem. Posteriormente, são mencionadas as causas ou as condições do evento. Por fim, as informações contextuais ou de *background* encerram o esquema<sup>51</sup>. Diferentemente desse esquema da narrativa jornalística, o das conversações

---

<sup>50</sup> Resultados semelhantes aos de Bonu (2001) relativos ao caráter co-construído e dialogal das narrativas encontradas em entrevistas foram alcançados por Revaz e Filliettaz (2006) e por Dionisio (2009).

<sup>51</sup> Em estudo sobre a estrutura de notícias, Cotter (2001) obtém resultados próximos do de Van Dijk (1992).

espontâneas tem como finalidade criar um efeito de tensão. Por isso, ele é linear, partindo das causas do evento principal, passando por esse evento e finalizando com as suas consequências.

Nos estudos literários, Baroni (2010) advoga uma noção menos estruturalista e mais interacionista para a noção de intriga<sup>52</sup>. Com uma concepção menos estruturalista de intriga, o autor procura dar conta do *nouveau roman*, conjunto de romances produzidos na França, no período pós-guerra. Segundo Baroni, esses romances, diferentemente de romances convencionais ou de obras historiográficas, deixaram de lado a relação estereotipada entre um protagonista e um antagonista e tematizaram mais a expectativa do acontecimento do que o próprio acontecimento. Baroni nota que, para os herdeiros do estruturalismo, não haveria narrativa nesses romances, já que não é possível encaixar as histórias neles representadas em estruturas narrativas canônicas. Mas, na perspectiva do autor, essa postura é equivocada, na medida em que o que houve, por razões históricas, foi uma busca por maneiras de narrar menos rígidas e mais abertas à participação do leitor.

A partir desses trabalhos, é possível concluir que uma abordagem satisfatória da heterogeneidade composicional deve adotar uma concepção dos tipos de discurso menos cognitivista e mais sócio-historicamente determinada. Em outros termos, uma pesquisa como a que se apresenta nesta tese, que busca dar conta da forma como jornalistas produzem sequências narrativas em reportagens, deve levar em consideração a influência dos gêneros do discurso sobre a constituição dos tipos de discurso. Afinal, os trabalhos expostos fornecem indícios fortes de que a hipótese da universalidade do tipo narrativo é bem pouco defensável, já que os modos como se narra nos diferentes gêneros mencionados não podem ser reduzidos a um único e mesmo esquema ou tipo narrativo.

Ao tratar da descrição em diferentes gêneros, Maingueneau (1996, p. 166) observa: “não se descreve segundo as mesmas regras numa epopéia medieval e num romance

---

<sup>52</sup> Para Baroni (2010, p. 5), “Na maioria das abordagens estruturalistas, a intriga se resumiria ao esquematismo da ação, tal como esta pode ser recomposta, quando a história já terminou. Ela constituiria, de alguma forma, o esqueleto ou o resumo da ação”. Nessas abordagens, a intriga se reduziria a “uma ordenação do real, que transforma a cronologia (uma coisa depois da outra) em uma lógica (uma coisa por causa da outra).” A noção de intriga proposta por Adam é bem próxima dessa noção estruturalista criticada por Baroni (ver subitem 1.2, cap. 1).

naturalista”, porque se trata de “processos [descritivos] estritamente dependentes dos gêneros de discurso”. Com base nos trabalhos apresentados, parece ser possível estender o mesmo raciocínio à narração: não se narra da mesma forma em transações em livraria, em relatos de experiência pessoal, em contos populares, em entrevistas midiáticas, em entrevistas de recrutamento, em obras historiográficas, em notícias, em romances produzidos em diferentes épocas e, como defendo neste trabalho, em reportagens.

#### **2.4.2 A caracterização dos termos *contexto* e *gênero do discurso***

A observação das análises efetuadas em trabalhos sobre as formas de organização sequencial e composicional (FILLIETTAZ, 1999; FILLIETTAZ; GROBET, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, cap. 11) revela que os termos *contexto* e *gênero do discurso* são definidos, nesses trabalhos, de forma imprecisa, porque ora se diferenciam e ora se confundem, não ficando, portanto, claro qual o papel específico de cada uma dessas noções no estudo da heterogeneidade composicional.

Analizando as funções contextuais de duas sequências narrativas extraídas de uma transação comercial ocorrida em uma livraria entre cliente e livreiro, Filliettaz (1999) nota que as propriedades estruturais internas dessas sequências são indissociáveis do ambiente interacional e social em que são produzidas. Nessas sequências, cliente e livreiro não realizam nenhuma operação típica de uma transação comercial, como a de compra e venda de livros, porque o cliente parece ter como única finalidade falar de si. Nesse sentido, o cliente, no contexto dessa interação, quebra as expectativas ligadas ao gênero transação comercial, ao produzir sequências narrativas que têm como função permitir a ele contar acontecimentos relativos à sua vida privada e ao não explicitar os motivos externos à interação que justificam a compra de objetos de consumo.

Assim, a análise realizada por Filliettaz (1999) deixa perceber que os gêneros do discurso e o contexto são entidades conceituais distintas. Enquanto o gênero diz respeito às características típicas de uma atividade languageira, o contexto diz respeito às finalidades que caracterizam uma interação específica.

Já em Filliettaz e Grobet (1999) e Roulet, Filliettaz e Grobet (2001, cap. 11), os autores, analisando as funções contextuais de sequências discursivas extraídas de fábulas, apontam que esse gênero se caracteriza por duas visadas: instrução e divertimento. Por meio dessas visadas definidoras do gênero, consideram os autores ser possível definir as

funções contextuais das sequências. Enquanto as descritivas e as deliberativas exercem a visada de instrução, as narrativas exercem a visada de divertimento. Nesses trabalhos, diferentemente do anterior, os termos contexto e gênero do discurso parecem designar uma mesma entidade conceitual, que são as visadas. Em Filliettaz e Grobet (1999), a equivalência desses termos se verifica na seguinte passagem:

Na nossa perspectiva, as sequências discursivas constituem realizações verbais efetivas de tipos de discurso prototípicos e resultam igualmente dos efeitos conjuntos do **contexto (gênero do discurso)** e das sequências adjacentes ou encaixantes (influências cotextuais) (FILLIETTAZ; GROBET, 1999, p. 244, grifo nosso).

Essa flutuação conceitual em trabalhos sobre as formas de organização sequencial e composicional é problemática para o estudo das produções linguageiras, porque torna indistintos fenômenos discursivos diferentes, que são importantes para o estudo da heterogeneidade composicional. Ao produzir uma sequência discursiva, o agente ativa conhecimentos ou representações sobre situações semelhantes àquela em que se encontra e pode, de alguma forma, utilizar esses conhecimentos para orientar sua produção. Aqui, verifica-se a influência das características típicas de uma atividade linguageira ou de um gênero do discurso sobre a construção de uma sequência<sup>53</sup>.

Porém, o agente, levando em conta as propriedades particulares da interação em que se acha implicado, pode ativar as mesmas representações genéricas para produzir uma sequência discursiva que, de alguma forma, jogue com essas representações, adaptando-as ou modificando-as. Nesse caso, verifica-se a negociação ou avaliação dessas características típicas, em função dos efeitos que o agente quer produzir em uma interação específica, ou seja, em função do contexto<sup>54</sup>.

O estudo das funções das sequências discursivas deve dar conta, de forma explícita, destes dois fenômenos: a orientação por representações esquemáticas e a negociação dessas mesmas representações em contextos específicos. Uma definição clara das noções de contexto e de gênero do discurso e do papel que cada noção deve exercer no estudo da heterogeneidade composicional pode auxiliar na análise desses fenômenos, os

---

<sup>53</sup> É o caso, por exemplo, de um jornalista que, seguindo o princípio da imparcialidade disseminado no meio jornalístico (HERNANDEZ, 2006), evite empregar pronomes e formas verbais de primeira pessoa.

<sup>54</sup> É o caso, por exemplo, de um jornalista que, contrariando o princípio de imparcialidade e buscando alcançar um efeito específico (apresentar-se como testemunha ocular do fato narrado ou mostrar-se solidário às vítimas de um desastre), empregue pronomes e formas verbais de primeira pessoa.

quais são fundamentais para o estudo do impacto do gênero sobre a constituição dos tipos de discurso e do impacto do contexto sobre a constituição das sequências discursivas.

### **2.4.3 As informações participantes do estudo dos efeitos composicionais**

Para estudar a variação de superfície entre as sequências pertencentes a um mesmo tipo de discurso, Filliettaz (1999), seguindo a proposta de Roulet (1991), considera que a marcação linguística e as relações de discurso empregadas na construção de uma sequência podem torná-la mais ou menos argumentativa, narrativa e/ou autotélica. Nesse sentido, a concentração de um determinado conjunto de marcas linguísticas e de relações de discurso garantiria a produção de um dado efeito composicional (argumentativo, narrativo, autotélico).

Sem desconsiderar que as marcas linguísticas sejam portadoras de instruções convencionais capazes de modular o grau de argumentatividade ou de narratividade de uma produção discursiva, é preciso, porém, levar em conta que essas marcas manifestam um ou outro efeito somente quando participam da construção de uma dada forma de organização do discurso.

Por exemplo, o ato “Uma estranheza atrás da outra” (ato 10), presente na sequência narrativa analisada neste capítulo (subitem 2.3.2.1), contribui para a produção de efeitos composicionais argumentativos não só porque contém uma palavra, *estranheza*, que denuncia o ponto de vista do jornalista. Ela contribui para a produção desse efeito, principalmente porque, colocada estrategicamente após a menção de três irregularidades na condução de uma obra pública, retoma essas irregularidades, fazendo delas o tópico do ato. Dessa forma, a palavra *estranheza* torna a sequência mais argumentativa não simplesmente porque possui uma carga semântica intrínseca, mas também porque desempenha um papel importante na forma de organização informacional dessa sequência.

Além disso, constitui uma questão fundamental e de importância não negligenciável para o discurso jornalístico a decisão do jornalista de revelar ou não as suas fontes, bem como a decisão de como fazer a atribuição de uma informação a uma fonte, indicando o grau de confiança que deposita nessa informação. Esse aspecto delicado do discurso jornalístico se materializa em segmentos de discurso representado. Por isso, considero



fundamental para esta pesquisa a análise da forma de organização enunciativa, que se ocupa desse plano de organização do discurso.

Nessa perspectiva, o estudo das marcas que manifestam os efeitos composicionais em sequências narrativas de reportagens pode enriquecer-se, ao levar em conta os resultados das análises de outras formas de organização do discurso, como a informacional e a enunciativa.

### **Considerações finais**

Neste capítulo, o objetivo foi apresentar o modelo teórico que fornecerá as bases para a realização do estudo do tipo narrativo e das sequências narrativas de reportagens. Após apresentar um panorama do Modelo de Análise Modular do Discurso, apresentei a primeira versão do estudo da heterogeneidade composicional no modelo. Em seguida, descrevi a versão atual desse estudo, apresentando as formas de organização sequencial e composicional. Por fim, tratei de problemas que essa versão coloca para a pesquisa que proponho realizar. A discussão desses problemas no item anterior mostra que, para constituir um instrumento teórico-metodológico adequado para esta pesquisa, a versão atual do estudo da heterogeneidade composicional no modelo modular pode passar por algumas reformulações. A proposição dessas reformulações constitui o objetivo do próximo capítulo.



### **3 EM BUSCA DE UMA PROPOSTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA O ESTUDO DA HETEROGENEIDADE COMPOSICIONAL**

Este capítulo se dedica a apresentar uma proposta teórico-metodológica para o estudo da heterogeneidade composicional visando contornar os aspectos problemáticos apontados ao final do capítulo anterior, a fim de permitir a realização de um estudo que busque investigar as especificidades do modo como os jornalistas constroem sequências narrativas em reportagens.

Vimos que Filliettaz e Grobet (1999), após apontarem problemas e inconsistências na proposta inicial de Roulet (1991) para o estudo da heterogeneidade composicional, propuseram reformulações nessa proposta, as quais deram origem à versão atual desse estudo no modelo modular. Neste trabalho, procuro realizar um movimento semelhante, na medida em que, depois de discutir, ao final do capítulo anterior, problemas na versão atual, formulo neste capítulo uma proposta com que seja possível contornar esses problemas. A proposta aqui apresentada se aproxima da versão atual, porque mantém muitos de seus postulados, mas, ao mesmo tempo, se distancia dela, porque procura solucionar os problemas apontados.

Neste capítulo, proponho para o tratamento da heterogeneidade composicional estudar os tipos de discurso e as sequências discursivas em três etapas e não mais em duas. Essas três etapas, que serão apresentadas nos itens a seguir, são as formas de organização sequencial, composicional e estratégica.

#### **3.1 Forma de organização sequencial**

No estudo do módulo referencial, Filliettaz (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001) reconhece os limites da teoria dos protótipos e explicita o papel das atividades sociais na seleção dos recursos psicológicos. Por isso, nesse módulo, a noção de *prototipia* é substituída pela de *tipicidade* (SCHUTZ, 1987). Segundo Filliettaz (2000, ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), o protótipo de uma categoria é uma entidade universal, que não sofre o impacto do ambiente social em que é mobilizada. Assim, o pardal é o melhor representante ou o protótipo da categoria *pássaro*, porque possui todas as suas características prototípicas (ter bico e plumas, saber voar, etc).

Diferentemente do protótipo, uma entidade típica está ligada a um “subdomínio da vida social” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 129). Nessa perspectiva, os agentes operam uma seleção dos recursos psicológicos apropriados para a realização das atividades, o que faz com que os “protótipos” variem, dependendo da situação em que são mobilizados. Por exemplo, a representação mental de livro não constitui uma entidade ou protótipo universal, mas constitui o objeto de tipificações, conforme o subdomínio da vida social em que é mobilizado. Se mobilizado em uma transação de compra e venda em uma livraria, designa um objeto de saber. Mas, se mobilizado em operações contábeis, designa um suporte de escrituração contábil (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Entretanto, no estudo da forma de organização sequencial, Filliettaz adere globalmente às proposições de Adam (1992) e, por isso, adota uma concepção dos tipos de discurso como protótipos e não como entidades típicas ligadas a um subdomínio da vida social. Como vimos no capítulo anterior, os tipos no modelo são concebidos como entidades universais e não determinadas contextualmente. Assim, o mesmo tipo narrativo seria mobilizado durante a produção de discursos pertencentes a quaisquer gêneros.

Porém, é intuitivamente difícil admitir que o jornalista que narra os acontecimentos de uma guerra, o romancista que narra uma história fictícia e o radialista que narra uma partida de futebol mobilizem exatamente o mesmo recurso psicológico, que seria o tipo narrativo e que, no modelo, é representado pela cadeia culminativa de acontecimentos (figura 3). E as pesquisas sobre narrativas produzidas em diferentes gêneros, apresentadas no item 2.4.1 do capítulo anterior, fornecem evidências que apontam para a inconsistência dessa hipótese. As especificidades dessas narrativas sugerem que cada “subdomínio da vida social” ou gênero opera uma seleção ou uma especificação dos recursos referenciais, dos quais fazem parte os tipos de discurso.

Para superar a noção de tipo como protótipo, parece ser pertinente, então, introduzir no estudo da forma de organização sequencial a noção de gênero do discurso. Como será mostrado neste capítulo, o gênero diz respeito ao componente esquemático ou sócio-histórico das produções languageiras. Com base nessa noção, defendo que a cada gênero do discurso se associam tipos de discurso específicos e, por isso, menos gerais do que a cadeia culminativa de acontecimentos. Como consequência, os tipos passam a ser

concebidos como recursos psicológicos típicos de um gênero que os agentes selecionam para produzir um discurso pertencente a esse gênero.

Assim, o tipo narrativo da reportagem é diferente do tipo narrativo da fábula, por exemplo, já que jornalista e fabulista não mobilizam os mesmos recursos psicológicos. Em outros termos, cada gênero define quais elementos são característicos do seu tipo narrativo e quais não o são. Dessa forma, ao longo do processo de constituição histórica do gênero fábula, a moral foi selecionada como um elemento do seu tipo narrativo. O mesmo não ocorreu com o gênero reportagem, cujas propriedades definidoras não selecionaram a moral e selecionaram, como veremos adiante, o sumário como categoria típica de sua narrativa.

Observa-se que, nesta proposta da forma de organização sequencial, o gênero passa a desempenhar papel de destaque não só na seleção dos tipos de discurso, mas na constituição mesma dos tipos. Por essa razão, os objetivos dessa forma de organização são parcialmente diferentes daqueles da versão atual. Aqui, a forma de organização sequencial busca:

- definir os recursos psicológicos (tipos de discurso) com que, em uma atividade social (gênero do discurso), os agentes produzem e interpretam segmentos textuais (sequências discursivas).
- definidos os tipos, identificar as sequências discursivas em que os tipos se manifestam.

Na sequência deste item, apresento hipóteses sobre como alcançar cada um desses objetivos, buscando aplicar essas hipóteses na compreensão do tipo narrativo e da sequência narrativa da reportagem.

### **3.1.1 Os tipos de discurso**

Assim como na versão atual do modelo modular, considero que a definição de um tipo de discurso resulta da combinação de informações de ordem referencial e de ordem hierárquica. Mas, ao contrário dessa versão, defendo que o tipo, no plano referencial, diz respeito a uma representação tipificada que se constitui em função do gênero do discurso em que é mobilizado. No gênero reportagem, o tipo narrativo, por exemplo, seria uma representação sobre as propriedades referenciais típicas da narrativa desse

gênero e não de quaisquer gêneros. Em outros termos, seria uma representação sobre a forma como os jornalistas tipicamente constroem a cadeia de acontecimentos (estados e ações) nas sequências narrativas de reportagens. Dessa forma, analisar o plano referencial de um tipo de discurso implica o estudo de duas noções referenciais (gênero do discurso e representação referencial<sup>55</sup>), bem como do impacto do gênero sobre a constituição dessa representação.

No plano hierárquico, o tipo diz respeito à estrutura textual em que a representação referencial se ancora.

A seguir, apresento uma definição dos planos referencial e hierárquico dos tipos de discurso, focalizando o tipo narrativo da reportagem.

### **3.1.1.1 Os tipos de discurso: plano referencial**

Como foi dito, no plano referencial, um tipo de discurso se define com o auxílio de duas noções: gênero do discurso e representação referencial (praxeológica ou conceitual), noções cujo estudo se faz no interior do módulo referencial. Nessa apresentação do plano referencial dos tipos, esclareço inicialmente qual é a definição de gênero assumida nesta pesquisa e, em seguida, trato da representação referencial, discutindo como o gênero pode ter impacto sobre a constituição dessa representação.

#### **3.1.1.1.1. Gêneros do discurso**

Como foi dito no capítulo anterior (2.4.2), em trabalhos sobre as formas de organização sequencial e composicional, os termos *gênero do discurso* e *contexto* não recebem uma definição precisa. Isso porque ora designam uma mesma noção, que são as visadas (FILLIETTAZ; GROBET, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), ora designam noções distintas, que são as características típicas de uma atividade linguageira para o gênero e as finalidades que caracterizam uma interação específica para o contexto (FILLIETTAZ, 1999).

Entretanto, em trabalhos dedicados ao estudo do módulo referencial, Filliettaz (2000, 2006) propõe uma definição consistente dessas noções, as quais, em uma perspectiva psico-social, designam aspectos distintos, mas não radicalmente opostos, do agir. Com

---

<sup>55</sup> Essa representação é praxeológica para o tipo narrativo e conceitual para o tipo descritivo (ver cap. 2).

essas noções, o autor busca dar conta da “relação dialética fundamental entre o que se pode chamar de ‘recursos tipificantes’ do agir e suas ‘realizações efetivas’” (FILLIETTAZ, 2000, p. 47). Para orientar suas ações em uma situação específica, os agentes mobilizam representações esquemáticas (genéricas) acerca da atividade que protagonizam. Mas, ao mesmo tempo, os parâmetros contextuais da situação levam esses mesmos agentes a submeter essas representações esquemáticas a um processo de “avaliação” local, processo que relativiza o caráter determinista que essas mesmas representações poderiam apresentar.

Como esta versão da forma de organização sequencial se ocupa do impacto do gênero do discurso sobre a constituição dos tipos discursivos, o presente subitem vai se deter na apresentação um pouco mais detalhada apenas da noção de gênero. A definição de contexto, bem como de seu papel na interação serão discutidos mais adiante, na apresentação da forma de organização estratégica.

Para Filliettaz (2000, 2006), os gêneros são o componente sócio-histórico das produções discursivas. Reportando-se a Bakhtin, observa Filliettaz (2006, p. 75): “os discursos não emergem do nada e não fazem o objeto de uma (re)invenção perpétua, mas repousam sobre *gêneros* e modelos intertextuais sócio-historicamente constituídos”. Nesse sentido, os gêneros dizem respeito a conhecimentos compartilhados pelos membros de uma coletividade, conhecimentos que atuam como os princípios organizacionais que regem uma atividade social intersubjetiva reconhecida (FILLIETTAZ, 2000).

Aproximando as noções de gênero do discurso, de Bakhtin, e de enquadre da experiência, de Goffman, Filliettaz (2006, p. 75) define o termo *atividade*, trazendo esclarecimentos suplementares acerca da noção de gênero que adota: “o termo atividade designa para nós, no plano sócio-histórico, práticas atestadas, que se distinguem por seu caráter recorrente, pelo fato de que são coletivamente validadas e são próprias a um subdomínio da vida social”. Ainda segundo o autor (p. 76), as atividades são práticas “cujo funcionamento obedece a regras relativamente estáveis, a propósito das quais os indivíduos elaboram representações de caráter tipificante lhes permitindo ‘enquadrar’ sua experiência. É nesse nível que mecanismos de tipo genérico atuam”.

É, então, com base nessa noção de gênero do discurso (ou de gênero de atividade, como propõe Filliettaz (2006)) que o modelo modular busca dar conta do fato de que

os acontecimentos passados deixam traços na experiência do presente, de modo que as relações dos indivíduos com seu ambiente não são radicalmente “inventadas” por eles, mas necessariamente “mediadas” por indexações sociais e conhecimentos coletivos interiorizados (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 105).

Nessa perspectiva, cada gênero diz respeito a um conjunto de representações esquemáticas e sócio-historicamente adquiridas que os membros de uma coletividade ativam para participar das atividades sociais. Em outros termos, os gêneros podem ser entendidos como representações esquemáticas socialmente partilhadas sobre as condições de produção dos discursos ou sobre o mundo em que o discurso se insere.

No módulo referencial, o estudo da mobilização de recursos tipificantes para participar de atividades sociais resultou na proposição de instrumentos de análise explícitos. Esses instrumentos são as representações conceitual e praxeológica, os quais descrevo a seguir, aplicando-os no estudo do gênero reportagem impressa.

Nesse módulo, considera-se que os agentes dispõem de conhecimentos esquemáticos acerca dos objetos, seres e noções, os quais são suscetíveis de ser mobilizados em uma interação (FILLIETTAZ, 1996; FILLIETTAZ; ROULET, 2002). A representação conceitual busca explicitar esses conhecimentos, vistos como propriedades que podem ser atribuídas a conceitos e que se distinguem por um forte grau de tipicidade. Por isso, a representação conceitual deve ser entendida como um construto coletivo, resultante de uma seleção operada pelas atividades sociais.

Assim, a representação conceitual do gênero reportagem impressa deve se compor de algumas propriedades típicas do mundo em que as reportagens se inserem. Dessa forma, toda reportagem impressa tem um autor e um leitor. Essas instâncias agentivas assumem, respectivamente, os status sociais institucionalmente definidos de jornalista e de cidadão. Considero que o status social do autor é o de jornalista, porque, segundo Charaudeau (2006, p. 73), no discurso midiático o jornalista “não é o único ator, mas constitui a figura mais importante”. Afinal, é a essa instância que se atribui a enunciação aparentemente homogênea do discurso midiático. Quanto ao leitor, o seu status é o de cidadão, porque, como as questões e os acontecimentos abordados nas reportagens interessam à coletividade, é a uma instância cidadã que o jornalista se dirige (EMEDIATO, 2007) ou a uma figura de leitor que considera que as instituições



públicas e privadas devem estar a serviço da construção de uma sociedade (coletividade) democrática (WOLTON, 2004).

A participação desses agentes em uma dada atividade (produzir/ler uma reportagem) se justifica por meio de finalidades ou visadas específicas (CHARAUDEAU, 2004; MARCUSCHI, 2005a; NEVES, 2010). Enquanto o jornalista busca informar e captar o leitor, satisfazendo suas exigências de credibilidade e de atualidade, o leitor busca informar-se, consumir um produto comercial e validar suas exigências de credibilidade e de atualidade (BURGER, 1999; CHARAUDEAU, 2006).

No caso do jornalista, que é quem produz o discurso, a busca por informar o leitor sobre fatos da atualidade leva-o a apresentar uma informação que seja importante o suficiente para merecer a atenção do leitor, ou seja, que chame a atenção do cidadão (status social), o qual espera, por meio do gênero reportagem, ser informado (alertado) sobre problemáticas atuais relativas ao espaço público<sup>56</sup> (BURGER, 2002, 2004; CHARAUDEAU, 2006).

O jornalista precisa ainda satisfazer as exigências de credibilidade do leitor, legitimando os fatos por meio da apresentação de fontes, da avaliação de terceiros (especialistas, autoridades, documentos oficiais), de dados numéricos, do confronto de diferentes pontos de vista, etc, para criar um efeito de objetividade e fazer parecer que suas palavras constituem uma espécie de “fotografia do mundo” (MACHADO, 2002, p. 66).

Ao mesmo tempo, o jornalista precisa tentar captar o leitor, na busca por garantir a fidelidade de um público consumidor, tendo em vista a concorrência comercial entre as empresas de comunicação (BURGER, 1999; GROSSE, 2001). Para atender a essa visada, ele pode se valer de estratégias de espetacularização da informação, como ironias e avaliações feitas por si mesmo (CHARAUDEAU, 2006), de estratégias que auxiliem na compreensão do discurso, como títulos e subtítulos sumarizadores (VAN DIJK, 1992), ou ainda de estratégias que o ajudem a preservar a face do leitor, como ausência de ataques que possam ferir sua ética, suas crenças e seu comportamento (BURGER, 1997, 1999, 2002).

---

<sup>56</sup> Wolton (2004, p. 511) assim define a noção de espaço público: “Trata-se de um espaço simbólico, no qual se opõem e se respondem os discursos, na sua maioria contraditórios, dos agentes políticos, sociais, religiosos, culturais e intelectuais, que constituem uma sociedade”.

Na atividade que define a reportagem, opera-se ainda uma seleção dos conteúdos comumente mobilizados pelos agentes. Esses conteúdos (ou “os universos de referência da imprensa” (EMEDIATO, 2000, p. 41)) são mais ou menos estáveis e costumam ser indicados pelas diferentes rubricas ou cadernos de um jornal ou revista: política, cotidiano, esporte, cultura, etc. E, tendo em vista o status de cidadão assumido pelo leitor, interessam não a indivíduos isolados, mas a parcelas mais amplas da população. Além disso, a veiculação de qualquer reportagem impressa está associada a um suporte, ou seja, a um local físico de fixação e circulação da produção discursiva (jornal, revista) (MARCUSCHI, 2003, BONINI, 2006), que tem uma materialidade interacional característica<sup>57</sup> e uma data de publicação. A representação conceitual do gênero reportagem pode ser esquematizada com o auxílio da seguinte figura.

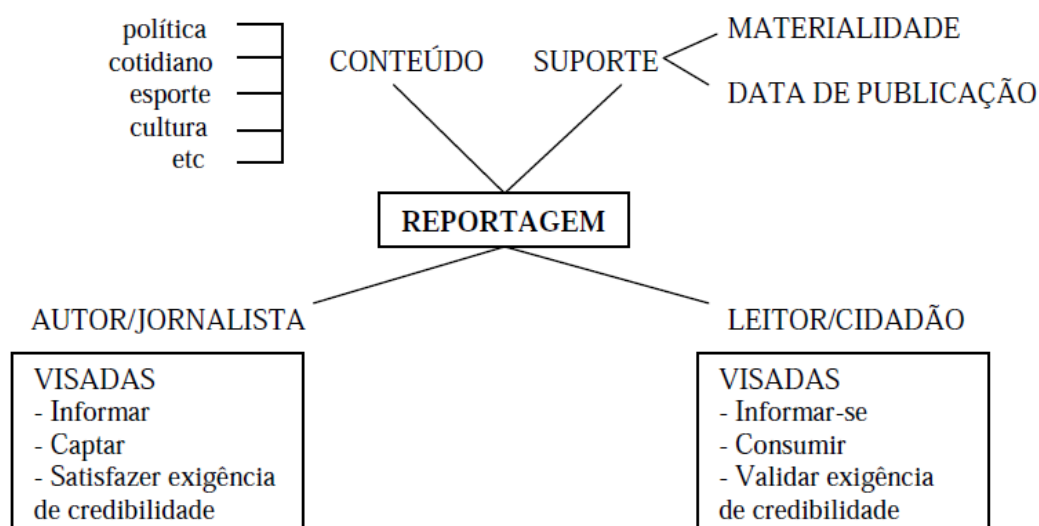


FIGURA 9 - Representação conceitual do gênero reportagem

Já a representação praxeológica busca descrever alguns percursos acionais típicos de uma atividade social. Com essa representação, não se pretende descrever o conjunto de todas as ações que podem efetivamente ser realizadas pelos interactantes, mas, sim, apreender elementos de experiências anteriores, em que eles baseiam suas ações (FILLIETTAZ, 1997; ROULET, 2004). De acordo com Fillietaz (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 108), “traduzindo expectativas e não instruções

<sup>57</sup> Nessa representação, a materialidade da interação designa apenas uma propriedade do conceito *reportagem*. A análise detalhada dessa materialidade é feita no módulo interacional, com base em três parâmetros: elo, canal e reciprocidade. A apresentação desse módulo será feita adiante, no estudo do contexto na forma de organização estratégica.

normativas, as representações praxeológicas exprimem alguns elementos do substrato da experiência passada dos agentes, elementos sobre os quais se fundam suas condutas presentes”. Por resultar de elementos de experiências anteriores, essa representação não é estritamente individual, devendo ser considerada, portanto, um construto coletivo, “ao qual devemos atribuir uma validade social” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Assim, à transação de compra e venda de um livro, por exemplo, subjaz uma representação praxeológica que comporta preferencialmente, segundo Roulet (1995) e Filliettaz (1997, 2000), as ações de entrar, cumprimentar, comprar/vender um livro, pagar, agradecer, sair.

A produção de uma reportagem envolve um conjunto de procedimentos menos rígido ou ritualístico do que uma transação de compra e venda. Entretanto, diferentes estudos (BONINI, 2009; VAN DIJK, 1988, 1992) mostram que as etapas de produção da reportagem e de gêneros próximos, como a notícia, são alvo de tipificações, na medida em que é possível observar recorrências ou regularidades nessas etapas e na ordem em que são realizadas.

O exame de exemplares de reportagens evidencia que o jornalista costuma iniciar a interação com uma fase de abertura, que se textualiza por meio do título e do subtítulo. Essa fase é seguida pela fase de apresentação do fato, por meio da qual o jornalista informa a descoberta ou percepção desse fato e apresenta opiniões a seu respeito. Em seguida, seguem as etapas de contextualização do fato e de esclarecimento de suas implicações. Por fim, a interação entre o jornalista e o leitor costuma se encerrar com o fechamento, fase na qual o jornalista apresenta uma avaliação geral sobre o fato<sup>58</sup>. Proponho que esse percurso acional típico possa ser esquematizado por meio da seguinte representação praxeológica.

---

<sup>58</sup> Esse percurso foi elaborado com base, sobretudo, no estudo de Bonini (2009) acerca da estrutura do gênero reportagem, mas também se pautou na análise informal das reportagens constantes do corpus desta pesquisa.

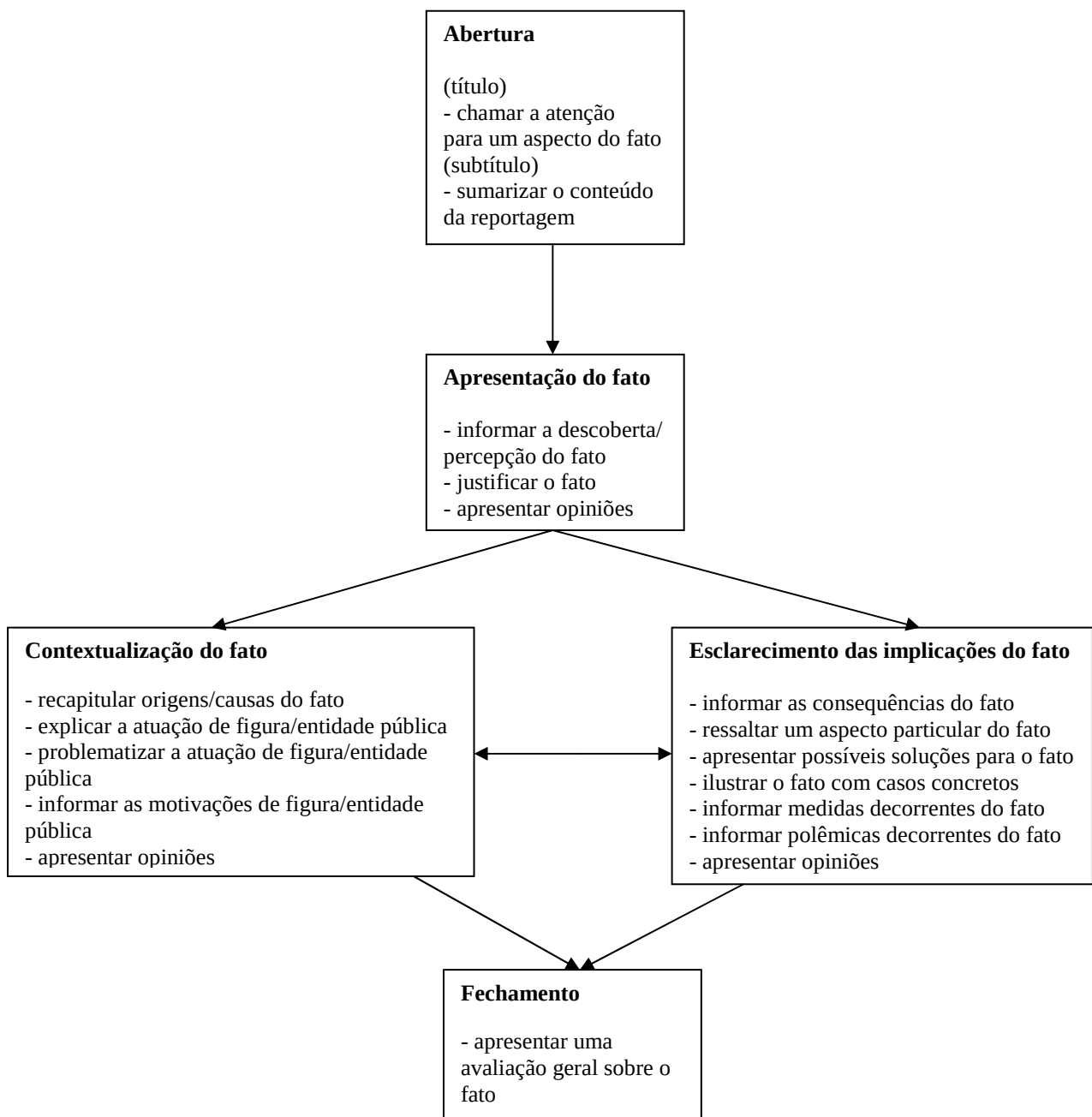


FIGURA 10 - Representação praxeológica do gênero reportagem

Tal como definidas, as representações genéricas conceitual e praxeológica devem ser vistas como o produto sócio-histórico de condutas sociais efetivas e, por isso, formam um conjunto de conhecimentos com o qual é possível definir o gênero reportagem. Conforme Filliettaz (no prelo, p. 08), essas representações “são o produto da avaliação de atos anteriores, resultam de uma lógica de generalização e constituem para os indivíduos recursos para se orientar em situações presentes ou futuras”.

Nesse sentido, essas representações revelam a existência de uma rotina profissional ligada ao mundo em que se realiza a construção de uma reportagem. Essas representações mostram, assim, que os autores de uma reportagem não são tão livres quanto fazem supor algumas abordagens do discurso (VAN DIJK, 2008), mas, ao contrário, agem no interior de um quadro de “restrições situacionais” (CHARAUDEAU, 2004, p, 28).

Como veremos a seguir, esses recursos têm impacto sobre a constituição do mundo representado nas sequências narrativas presentes em reportagens. Em outros termos, eles influenciam a constituição da representação praxeológica que define o tipo narrativo da reportagem, porque criam expectativas quanto às propriedades referenciais que esperamos encontrar em uma sequência narrativa extraída de uma reportagem.

#### **3.1.1.1.2 Representação referencial (praxeológica) do tipo narrativo**

As representações genéricas conceitual e praxeológica se referem, como vimos, a conhecimentos esquemáticos relativos ao mundo em que o discurso se insere. Essas representações têm impacto sobre o mundo que o discurso representa, bem como sobre os mecanismos de textualização selecionados para materializar esse mundo representado.

Diferentes estudos apontam para o impacto de um gênero sobre o mundo representado e sobre os recursos textual-discursivos empregados em sua representação, evidenciando que “os gêneros têm uma identidade e eles são entidades poderosas que, na produção textual, nos condicionam a escolhas que não podem ser totalmente livres nem aleatórias, seja sob o ponto de vista do léxico, grau de formalidade ou natureza dos temas” (MARCUSCHI, 2008, p. 156).

É assim que, estudando o gênero debate, Burger (2002) observa que a necessidade de tornar esse gênero mais atraente para o público leva o jornalista/mediador do debate a assumir uma postura menos neutra e, conseqüentemente, a utilizar uma quantidade maior de recursos textual-discursivos destinados a transformar o debate em debate-espetáculo<sup>59</sup>. No estudo das transações comerciais em livraria, Filliettaz (1997, 2000,

---

<sup>59</sup> Desses recursos, fazem parte marcadores de oposição, como negações e conectores contra-argumentativos, marcadores de subjetividade, como pronomes pessoais de 1ª pessoa, marcadores de topicalização, estruturas clivadas, etc.

2008) aponta para o papel da representação praxeológica no desenvolvimento das ações de livreiro e cliente em situações específicas. Nessas situações, percebe-se o papel configurante dessa representação para a realização de ações locais. Ao analisar o gênero diário de leitura, Machado (1998) observa que nesse gênero as descrições, contrariando o protótipo descritivo de Adam (1992), apresentam elementos avaliativos, o que, segundo a autora, justifica acrescentar uma fase de avaliação ao protótipo descritivo que subjaz às sequências descritivas desse gênero.

Ao revelar a influência das representações genéricas sobre diferentes aspectos da materialização discursiva, esses trabalhos apontam para a necessidade de se estudar o impacto das representações genéricas sobre as representações referenciais que definem os tipos de discurso. Em outros termos, a definição de um tipo de discurso deve levar em conta o impacto do mundo em que o discurso se insere (gênero do discurso) sobre o mundo que o discurso representa (tipo de discurso). Afinal, “o sub-domínio da vida social na qual a interação acontece opera uma seleção de recursos psicológicos, mobilizados pelos agentes que nela se encontram engajados” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 130).

Nessa perspectiva, o gênero reportagem influencia a constituição do tipo narrativo desse gênero. Adiantando aspectos das análises que serão apresentadas no capítulo 5, observo que, em uma sequência narrativa típica da reportagem, o jornalista costuma antecipar um aspecto do fato que será apresentado, a fim de facilitar sua compreensão pelo leitor e/ou despertar no leitor curiosidade sobre o restante da narrativa. Essa primeira ação pode se materializar no discurso por meio do episódio *sumário*.

Em seguida, o jornalista mostra ao leitor que os fatos que serão abordados se produziram num local e num tempo definidos e envolveram figuras reais do espaço público. Essa segunda ação pode se materializar por meio do episódio *estágio inicial*<sup>60</sup>.

Depois, o jornalista costuma apresentar o fato que motivou a escrita da sequência narrativa. Como os fatos abordados em reportagens costumam ocorrer no espaço público, eles têm o potencial de despertar a atenção do leitor, já que afetam uma parcela dos cidadãos. Essa terceira ação se materializa por meio do episódio *complicação*.

---

<sup>60</sup> As razões para a substituição dos termos estado inicial e estado final por estágio inicial e estágio final serão dadas no capítulo 5.

Após a *complicação*, o jornalista pode apresentar um comentário sobre a informação expressa geralmente no episódio anterior. Quando o jornalista apresenta um comentário realizado por terceiros (um especialista, por exemplo), essa ação decorre da visada de credibilidade, já que apresenta um ponto de vista de uma autoridade em determinado assunto ou de uma testemunha do fato ocorrido. Mas, quando é o próprio jornalista que realiza o comentário, essa ação decorre da visada de captação, já que, por meio desse tipo de comentário, o jornalista busca evidenciar um ponto de vista que acredita ser compartilhado pelo leitor. A ação de apresentar um comentário se materializa no discurso por meio da fase de *avaliação*.

Em seguida, o jornalista costuma apresentar o resultado previsto ou imprevisto do fato expresso na *complicação*. Essa quinta ação se materializa por meio do episódio *resolução*.

Por fim, o jornalista pode informar ao leitor a consequência direta da *resolução*. Essa consequência pode ser a atitude mais recente tomada por uma figura pública ou pode ser o estado resultante da *resolução* (como tudo ficou ou está após a *resolução*). Essa última ação realizada pelo jornalista se materializa por meio do episódio *estágio final*.

Esses diferentes episódios do tipo narrativo da reportagem podem ser esquematizados na seguinte representação praxeológica.

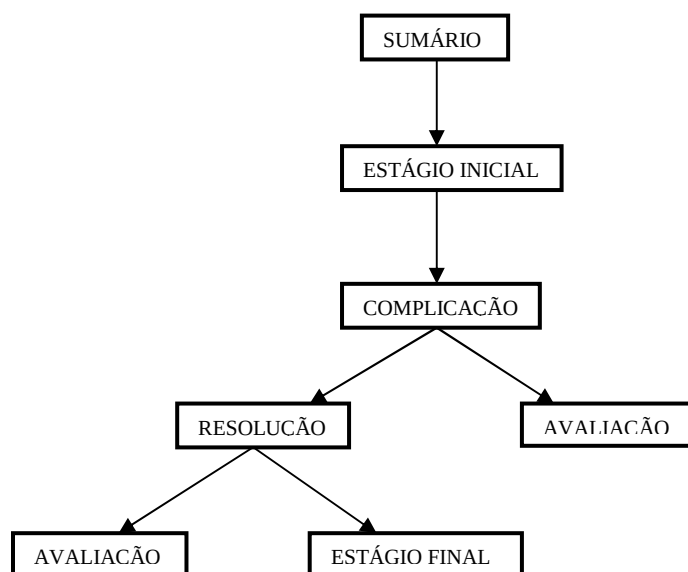


FIGURA 11 - Representação praxeológica do tipo narrativo da reportagem

Diferentemente da cadeia culminativa de acontecimentos proposta por Filliettaz (1999, ROULET; FILLETTAZ; GROBET, 2001), a representação acima não tem um caráter prototípico, uma vez que não subjaz às sequências narrativas produzidas no quadro de quaisquer gêneros do discurso. Em outros termos, essa representação praxeológica não é universal, pois busca dar conta do percurso típico realizado na produção das sequências narrativas pertencentes apenas ao gênero reportagem e, portanto, está profundamente atrelada às suas visadas, às suas instâncias enunciativas e ao seu percurso acional típico. Nesse sentido, ela pode ser compreendida como um recurso referencial de que o jornalista lança mão sempre que precisa produzir os segmentos narrativos de uma reportagem e não se aplica, portanto, à análise de sequências narrativas encontradas em exemplares de outros gêneros.

Por ser menos geral e não pretender dar conta das sequências narrativas produzidas no interior de todo e qualquer gênero, essa representação tem pelo menos duas vantagens. Em primeiro lugar, possibilita uma análise mais sensível às especificidades de um dado gênero. Ao contrário do protótipo narrativo de Adam em que Filliettaz se inspira, ela decorre das visadas, dos papéis sociais e das condutas típicas associadas ao gênero reportagem e, por isso, busca dar conta de forma mais realista das etapas envolvidas na produção de sequências pertencentes a esse gênero. No protótipo narrativo de Adam e na cadeia culminativa de acontecimentos de Filliettaz, os papéis sociais que os agentes assumem tipicamente e as finalidades típicas que buscam alcançar não têm qualquer relevância para a constituição ou seleção desses recursos referenciais. Essa maneira de conceber os tipos promove uma dissociação entre tipo e gênero, dissociação que estudos de gêneros específicos, como os apontados ao final do capítulo anterior, mostram ser inadequada.

Em segundo lugar, como a elaboração dessa representação é fruto da análise das recorrências verificadas em um corpus de sequências narrativas de reportagens, como será mostrado no capítulo 5, ela permite extrair as especificidades de uma sequência narrativa jornalística, mesmo que essa sequência se afaste do modelo prototípico das sequências narrativas literárias. Como o protótipo de Adam é elaborado com base, principalmente, em narrativas literárias, as sequências que não apresentam suas características (qualidades) básicas (ver cap. 1, item 1.2) simplesmente não são



consideradas como narrativas ou são qualificadas como narrativas problemáticas ou defeituosas<sup>61</sup>. Uma representação como a que proponho busca evitar esse viés prescritivo.

Na perspectiva que adoto, a cadeia culminativa de acontecimentos proposta por Filliettaz (figura 3, cap. 2) pode ser entendida como uma abstração muito excessiva de tipos narrativos particulares. Esses tipos, a exemplo do tipo narrativo da reportagem, são menos gerais, por serem resultantes das propriedades definidoras (as representações conceitual e praxeológica) de cada gênero do discurso.

### **3.1.1.2 Os tipos de discurso: plano hierárquico**

Assim como na proposta de Filliettaz, considero que a especificidade dos tipos de discurso está na ancoragem de categorias referenciais em uma representação textual. Entretanto, diferentemente dessa proposta, defendo que a representação textual que auxilia na definição dos tipos não é somente a intervenção, mas também a troca.

Na apresentação do trabalho de Bonu (2001) (cap. 2, item 2.4.1), vimos que, nas narrativas produzidas em entrevistas de recrutamento por candidatos a um posto de trabalho, as avaliações são feitas pelos dois locutores, psicólogo e candidato, já que, enquanto este antecipa e refuta aspectos potencialmente negativos de sua biografia, o psicólogo evidencia os pontos problemáticos da candidatura. Dessa forma, observa-se que, dependendo do gênero em que se produza a sequência, a representação textual que define o tipo de discurso pode ser monologal (intervenção) ou dialogal (troca). A percepção de que uma mesma sequência pode ser produzida por dois locutores é importante, porque permite ao modelo modular tratar de maneira satisfatória a forma de organização sequencial de gêneros conversacionais.

Quanto ao tipo narrativo do gênero reportagem, a natureza monologal desse gênero faz com que a representação textual que o define seja a intervenção. Assim, no plano hierárquico, o que difere o tipo narrativo da reportagem do tipo narrativo de gêneros conversacionais é a ancoragem de sua representação praxeológica em uma intervenção textual (monologal) e não em uma troca (dialogal).

---

<sup>61</sup> É o que ocorre em Revaz (1997). Nesse trabalho, duas sequências narrativas jornalísticas não são consideradas como pertencentes ao tipo narrativo, porque não se enquadram/encaixam no protótipo de Adam (1992).

### **3.1.1.3 Considerações sobre os tipos de discurso**

Nesta proposta para o estudo da forma de organização sequencial, o tipo de discurso resulta da combinação de informações referenciais sobre o gênero do discurso e sobre a representação referencial, bem como de informação hierárquica sobre a unidade textual, troca ou intervenção, em que a representação se textualiza. Nesta proposta, a disjunção entre o mundo em que discurso se insere e o mundo que o discurso representa, propriedade considerada por Bronckart e Filliettaz como inerente à narratividade, é reinterpretada como a disjunção entre o gênero do discurso (representações sobre o mundo em que o discurso se insere) e os tipos de discurso (representações sobre o mundo que o discurso representa). Nesta proposta, essa disjunção é importante não por ser uma mera propriedade do tipo narrativo, mas por permitir analisar o impacto que o gênero exerce sobre a constituição do tipo.

Ao considerar o papel dos gêneros sobre a constituição dos tipos no estudo da forma de organização sequencial, busquei, assim, uma hipótese teórica com que contornar os problemas que uma abordagem cognitivista dos tipos de discurso coloca para a análise das sequências discursivas (ver item 2.4.1). Procurei também definir qual o lugar dos gêneros no estudo da heterogeneidade composicional, lugar que, tendo em vista os problemas conceituais apontados em 2.4.3, não estava definido de forma satisfatória.

Mas a hipótese de que cada gênero do discurso apresenta um tipo narrativo particular pode motivar uma questão importante: se cada gênero possui um tipo narrativo, como explicar as semelhanças entre os tipos narrativos de diferentes gêneros? Afinal, são essas semelhanças que nos permitem distingui-los de um tipo descritivo e que justifica o termo “narrativo” em todos os tipos narrativos.

Com base no que expus até o momento, é possível responder a essa questão da seguinte forma. Assim como Bronckart (2007) e Filliettaz (1999), considero que o tipo narrativo tem como propriedade fundamental operar uma disjunção entre dois mundos: aquele em que o discurso se insere e aquele que o discurso representa. Essa é a propriedade que, independentemente dos gêneros, distingue o tipo narrativo do tipo descritivo, por exemplo, que não tem por propriedade sinalizar essa disjunção entre o mundo em que a interação se passa e o mundo representado. Entretanto, cada gênero, entendido como uma esquematização ou abstratização das propriedades do mundo da interação, tem

impacto sobre a constituição da representação praxeológica que vai caracterizar seu tipo narrativo ou sua forma típica, canônica de narrar.

Assim, tanto no tipo narrativo da reportagem quanto no da fábula, os locutores representam um mundo diferente daquele em que interagem com o outro, operando a disjunção que apontei. Porém, o jornalista, motivado pelas propriedades do gênero reportagem, ativa uma representação praxeológica em que o sumário, por exemplo, é um episódio relevante na busca por despertar a curiosidade do leitor/cidadão ou em que a complicação deve atender às demandas de atualidade e de credibilidade desse leitor, que não aceita a representação de acontecimentos antigos ou fictícios. Já o fabulista, motivado, por sua vez, pelas características da fábula, se vale de uma representação praxeológica diferente. Nesta, a visada de ensinamento torna relevante o episódio moral, enquanto a visada de divertimento faz com que a complicação (ou enlace (ADAM, 1992, 2011)) corresponda a um acontecimento fictício e surpreendente, protagonizado geralmente por animais, que quebre o equilíbrio de um estado inicial (KUYUMCUYAN, 1999a).

O mesmo impacto do gênero ocorre sobre os recursos textuais. Todos os tipos narrativos se caracterizam pela ancoragem da representação praxeológica em um constituinte textual. Mas, dependendo do gênero, essa representação vai se ancorar em uma intervenção, como ocorre na reportagem e na fábula, ou em uma troca, como ocorre na entrevista de emprego ou nos bate-papos *on-line*.

Em suma, os tipos narrativos dos diferentes gêneros se assemelham pela disjunção que operam entre o mundo da interação e o mundo da história. Mas eles se diferenciam profundamente na forma como esse mundo da história tipicamente se estrutura em uma representação praxeológica e se ancora em um constituinte textual (troca ou intervenção).

### **3.1.2 As sequências discursivas**

Assim como na proposta de Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), nesta as representações esquemáticas (referenciais e hierárquicas) funcionam como instrumentos de análise que permitem extrair as estruturas emergentes (referenciais e hierárquicas) das sequências discursivas. Entretanto, esta proposta permite integrar à análise sequencial elementos extralinguísticos ligados aos gêneros que só entravam no estudo da heterogeneidade

composicional em etapas posteriores da análise e que, por isso, pareciam desempenhar um papel apenas periférico ou secundário na emergência das sequências.

Para mostrar as semelhanças e as diferenças das abordagens possibilitadas pelas duas propostas, analiso a sequência narrativa estudada no capítulo anterior e reproduzida abaixo.

(03) **(01) Mar de lama**

(02) Em 1998, (03) mineiros e capixabas se animaram com o início da construção da BR-342, (04) que ligaria o norte do Espírito Santo a Minas Gerais. (05) Para pavimentar os 106 quilômetros da rodovia, (06) foram celebrados três contratos com duas empreiteiras. (07) Nos três (08) o TCU encontrou sobrepreço – sempre na casa de 50% do valor global. (09) Além disso, parte dos serviços que as empreiteiras alegam ter executado não foi fiscalizada pelo governo. (10) Por fim, o valor dos contratos aumentou sem nenhuma justificativa técnica. (11) Uma estranheza atrás da outra. (12) Como a obra se tornou um sorvedouro de dinheiro público, (13) o TCU pediu sua paralisação. (14) Hoje, (15) há apenas 33 quilômetros asfaltados. (16) Outros 27 quilômetros são transitáveis, (17) mas ainda não receberam uma gota de asfalto. (18) Nos 46 quilômetros restantes, (19) a obra nem sequer foi iniciada.

No plano referencial, o jornalista representa um mundo discursivo que é disjuncto daquele em que ele e o leitor se inserem. Esse mundo representado pode ser esquematizado por meio da seguinte estrutura praxeológica.

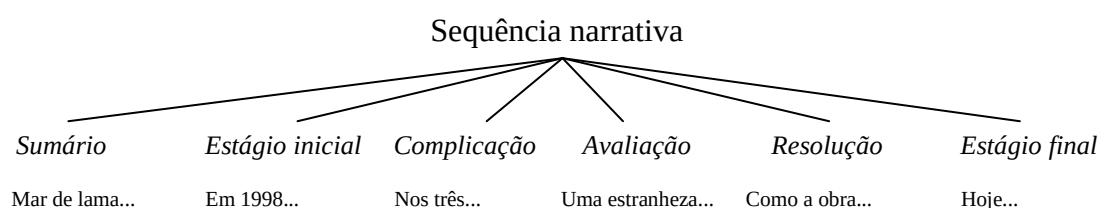


FIGURA 12 - Estrutura praxeológica

Inicialmente, o jornalista traz o *sumário* da sequência (“Mar de lama”), por meio do qual antecipa um aspecto do fato que será abordado. Como esse *sumário* traz poucas informações, ele parece ter como fim mais despertar a curiosidade do leitor do que facilitar a compreensão da sequência.

Depois, o jornalista informa, no *estágio inicial*, o local (BR-342, Espírito Santo, Minas Gerais) e o momento (1998) em que se produziram os acontecimentos, bem como parte das figuras reais do espaço público neles envolvidos (mineiros, capixabas, empreiteiras).

Após o *estado inicial*, o jornalista informa, na *complicação*, os fatos que motivaram a escrita da sequência narrativa e que foram sumarizados no título (irregularidades na pavimentação da rodovia). Esses fatos têm o potencial de chamar a atenção do leitor/cidadão, porque dizem respeito ao uso do dinheiro público e, por isso, afetam uma grande parcela da população, os contribuintes.

Apresentados os acontecimentos, o jornalista, na *avaliação*, comenta a *complicação*, evidenciando que para ele as irregularidades encontradas no TCU são “uma estranheza atrás da outra”. O jornalista emite uma avaliação negativa sobre as irregularidades, avaliação que pode ser compartilhada pelo leitor, já que este, ao interagir com o jornalista, assume o status social de cidadão.

Feita a *avaliação*, o jornalista informa, na *resolução*, o resultado da *complicação*. Uma vez descobertas as irregularidades, a paralisação das obras foi um resultado previsto. Por fim, o jornalista apresenta, no *estágio final*, o estado resultante da *resolução*, informando ao cidadão como a rodovia está hoje (data da publicação da reportagem), depois da paralisação das obras.

Diferentemente da análise realizada no capítulo anterior (item 2.3.1.2), a análise acima considera os interactantes (autor e leitor), as ações que realizam, os status sociais que assumem (jornalista e cidadão), bem como as visadas típicas do gênero reportagem. Assim, enquanto os episódios *estágio inicial*, *complicação*, *resolução* e *estágio final* permitem ao jornalista atender à visada *informar sobre a atualidade*, os episódios *sumário* e *avaliação* permitem a ele atender à visada de *captar consumidores*. Além disso, essa análise permite atribuir um estatuto teórico a segmentos discursivos que, na análise realizada anteriormente, não puderam ser satisfatoriamente estudados, sendo ignorados ou incorporados a outros episódios. Como a cadeia culminativa de acontecimentos se adapta mal ao estudo de sequências narrativas de reportagens, aquela análise não pode levar em conta a função do título como *sumário* da sequência, nem do segmento “uma estranheza atrás da outra” como *avaliação* da *complicação*.

No plano hierárquico, a estrutura em que a representação praxeológica se textualiza também manifesta diferenças em relação à apresentada no item 2.3.1.2, como mostra a figura abaixo:

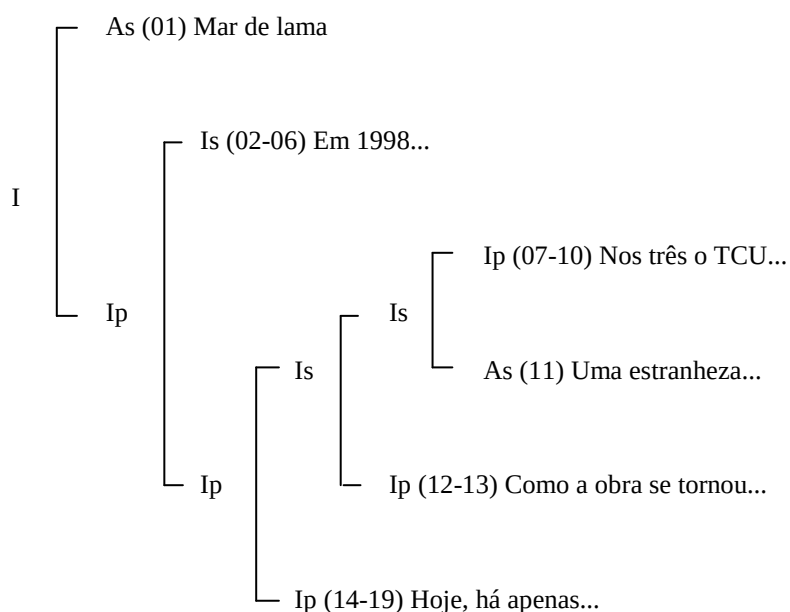


FIGURA 13 - Estrutura hierárquica

Nessa estrutura, o *sumário* se ancora em um ato subordinado, o qual antecede a intervenção principal em que se ancoram os demais episódios. Além disso, a possibilidade de se analisar o segmento “uma estranheza atrás da outra” como uma *avaliação* opera uma divisão na intervenção formada pelos atos (07-11). Se antes essa intervenção textualizava apenas uma etapa, agora ela textualiza duas, a *complicação* e a *avaliação*, sendo a primeira principal em relação à segunda.

### 3.1.3 Considerações sobre a forma de organização sequencial

Neste item, o objetivo foi apresentar uma proposta para o estudo dos tipos de discurso e das sequências discursivas que pudesse contornar problemas apontados na proposta do modelo modular, como a universalidade dos tipos de discurso e a desconsideração do papel dos gêneros do discurso sobre a constituição dos tipos. A hipótese levantada foi a de que elementos que participam da definição dos gêneros, como os interlocutores, os status sociais que assumem, as ações que realizam e as visadas que buscam atender, têm impacto sobre a constituição das representações referenciais que definem os tipos. Nessa perspectiva, os tipos deixam de ser universais e passam a se associar, subordinando-se, aos gêneros.

Dessa forma, com as reformulações sugeridas, proponho uma versão da forma de organização sequencial que me permita alcançar os dois primeiros objetivos específicos

desta pesquisa, que são (i) *identificar o tipo narrativo com que, no gênero reportagem, os jornalistas produzem sequências narrativas* e (ii) *identificar as sequências narrativas em que esse tipo se manifesta em exemplares do gênero reportagem*.

Porém, assim como na proposta em que me baseio, a forma de organização sequencial constitui a primeira etapa do estudo de uma problemática complexa, que envolve a análise da marcação linguístico-discursiva típica das sequências, assim como das funções cotextuais e contextuais que costumam exercer. Portanto, o estudo integral da heterogeneidade composicional do discurso não se limita à análise dessa forma de organização, devendo avançar para a análise de outras formas de organização.

### **3.2 Forma de organização composicional**

No item 2.3.2 do capítulo anterior, vimos que o objetivo básico da forma de organização composicional, no modelo modular, é estudar as propriedades emergentes de sequências discursivas específicas, analisando a sua marcação linguística, bem como suas funções cotextuais e contextuais. Mas a participação da noção de gênero do discurso na forma de organização sequencial traz consequências para a forma de organização composicional, já que o seu estudo resulta da combinação da forma de organização sequencial com outros planos da complexidade discursiva. Na versão atual da forma de organização composicional, não é possível identificar quais propriedades linguístico-discursivas seriam típicas, por exemplo, das sequências narrativas do gênero reportagem. Como nessa versão estudam-se sequências isoladas, ela não oferece condições para se averiguar a tipicidade de uma dada marca linguística na construção das sequências pertencentes a um gênero. Além disso, a noção de gênero só intervém ao final da análise, quando, já feito o estudo da marcação linguística e das funções cotextuais, estuda-se a função contextual das sequências.

Porém, embora não seja contemplado no modelo modular, o estudo da tipicidade ou da recorrência das propriedades linguístico-discursivas das sequências efetivamente produzidas é importante por algumas razões.

Em primeiro lugar, vários estudos indicam que o gênero influencia a seleção dos recursos linguístico-discursivos (ADAM, 1999; DECAT, 2010; RODRIGUES, 2005; RUFINO, 2011). Isso porque, como bem observa Marcuschi (2008, p. 85), “o gênero é uma escolha que leva consigo uma série de consequências formais e funcionais”. Assim,

a tipicidade propiciada e regulada pelo gênero não é uma característica exclusiva dos recursos referenciais (tipos de discurso), mas também da marcação linguístico-discursiva emergente das sequências efetivamente produzidas. A tipicidade na marcação das sequências pode explicar, por exemplo, o estranhamento que causaria no leitor a presença da expressão *Era uma vez* no início de uma reportagem ou o uso de gírias em um artigo científico.

Em segundo lugar, uma vasta tradição de estudos em Linguística do Texto e do Discurso (Benveniste, Weinrich, Bronckart, Combettes, Koch, Marcuschi, Fiorin) mostrou que, se os tipos de discurso não têm o poder de distribuir entre si as marcas linguísticas de forma estrita, não se pode ignorar, no entanto, que algumas marcas, como pronomes, desinências verbais, conectores e advérbios, aparecem com maior frequência em um tipo do que em outro. É o caso, por exemplo, da presença maciça de verbos flexionados no pretérito perfeito em sequências narrativas extraídas de gêneros literários (WEINRICH, 1973).

Em terceiro lugar, o estudo da tipicidade das propriedades linguístico-discursivas das sequências é importante, porque permite ao pesquisador sustentar com maior segurança a sua interpretação sobre a forma como o tipo de discurso se atualiza em uma sequência discursiva. Em outros termos, o estudo das marcas típicas das sequências narrativas da reportagem pode atenuar um pouco o problema levantado por Machado (1998, p. 242) da “extrema fluidez dos critérios de identificação das sequências” na proposta de Adam (1992). Nesse sentido, esse estudo permite, num movimento constante de idas e vindas entre as formas de organização sequencial e composicional, verificar a pertinência da análise sequencial. Sem o verbocentrismo das abordagens apresentadas no capítulo 1 (1.1), é o estudo das marcas linguístico-discursivas que possibilita a Labov (1972), por exemplo, mostrar que a avaliação, diferentemente de outros episódios da sequência narrativa de relatos de experiência pessoal, é marcada por uma concentração de elementos dêiticos, verbos modais, sentenças interrogativas, conjunções, etc.

Por fim, verificar a tipicidade linguístico-discursiva das sequências permite completar o estudo do papel do gênero na heterogeneidade composicional. Assim, enquanto a forma de organização sequencial mostra o papel de um dado gênero na constituição dos tipos de discurso, a forma de organização composicional mostra o papel desse gênero na configuração linguístico-discursiva das sequências.



Com base nesses argumentos, apresento neste item uma versão da forma de organização composicional que tem como objetivos:

- estudar a marcação linguístico-discursiva típica das sequências discursivas efetivamente produzidas em exemplares de um gênero.
- estudar as funções cotextuais típicas das sequências discursivas efetivamente produzidas em exemplares de um gênero.

A seguir, levanto hipóteses sobre como essa forma de organização, nesta proposta, pode alcançar esses objetivos.

### **3.2.1 Marcação linguístico-discursiva típica**

Para alcançar o primeiro objetivo, a forma de organização composicional combina o estudo da forma de organização sequencial com o estudo de módulos e de outras formas de organização. Como as marcas linguísticas têm papel relevante no estudo de diferentes formas de organização do discurso (ver item 2.4.4), é importante que o estudo dos efeitos composicionais narrativo, argumentativo e autotélico leve em conta não só os módulos lexical e sintático e a forma de organização relacional, como prevê o modelo modular, mas também as formas de organização informacional e enunciativa.

Na continuação deste subitem, analiso o segmento “Mar de lama”, antecipando constatações feitas no capítulo 6 deste trabalho sobre a marcação linguístico-discursiva típica das sequências narrativas da reportagem.

#### **3.2.1.1 Módulo sintático**

No estudo dos efeitos composicionais, buscam-se contribuições do módulo sintático para estudar, em especial, o emprego e a correlação dos tempos verbais<sup>62</sup>.

Nos trabalhos sobre a forma de organização composicional (FILLIETTAZ, 1999; FILLIETTAZ; GROBET, 1999; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), não se realizou um estudo sistemático das formas verbais, mas se sugere que esse estudo se

---

<sup>62</sup> Neste trabalho, outras questões sintáticas relevantes para o estudo das sequências narrativas de reportagens, como o encaixamento de orações em verbos de fala, a articulação de orações adverbiais, os deslocamentos de segmentos linguísticos para a margem esquerda e o papel de sintagmas nominais como marcas de tópico, serão abordadas no interior das formas de organização relacional, informacional e enunciativa, cujo estudo resulta da combinação do módulo sintático com outros módulos do discurso.

faça com base nas propostas de Benveniste e de Weinrich, que foram apresentadas no capítulo 1 desta tese. Porém, ao final do item 1.1 desse capítulo, vimos que diferentes autores criticam a associação que essas propostas estabelecem entre as formas verbais do francês e a história/mundo narrado e o discurso/mundo comentado, bem como entre essas formas e determinados gêneros. Reboul e Moeschler (1998), por exemplo, após atacarem pontos basilares dessas abordagens, defendem com argumentos consistentes que elas devem ser abandonadas, por constituírem uma regressão em relação aos próprios conhecimentos gramaticais tradicionais.

Por essa razão, para empreender o estudo das formas verbais de sequências narrativas de reportagens, exploro a concepção modular do quadro teórico em que me baseio e incorporo ao arcabouço teórico e metodológico desta pesquisa a proposta de Fiorin (2010, 2011), que, em estudo amplo sobre as categorias de tempo, pessoa e espaço, analisa com profundidade o sistema verbal do português.

A escolha dessa proposta encontra três justificativas. Em primeiro lugar, é uma proposta da Análise do Discurso, que toma como ponto de partida, desenvolvendo, a proposta de Benveniste, o que a torna compatível com as postulações mais gerais do modelo modular. Em segundo lugar, não promove uma associação dos tempos verbais com tipos e gêneros, postulando que tais formas verbais ocorram somente em tais tipos e gêneros. Por fim, mas não menos importante, é uma proposta pensada e elaborada para dar conta das especificidades do sistema verbal do português, que, por exemplo, apresenta apenas uma forma verbal, o pretérito perfeito simples, para realizar as funções do *passé simple* e do *passé composé*, formas do francês em que se baseia profundamente a distinção entre história/mundo narrado e discurso/mundo comentado.

A apresentação detalhada da maneira como essa proposta estuda os tempos verbais do português e suas especificidades será feita no capítulo 6. Por ora, limito-me a informar que, nessa proposta, cada tempo verbal tem como função indicar o momento do acontecimento em relação a um momento de referência instalado no discurso. Esse momento de referência costuma ser indicado por advérbios, expressões adverbiais e mesmo verbos.

Como será explicado no capítulo 6, a análise das sequências narrativas de reportagens revelou que os tempos verbais predominantes em cada episódio do tipo narrativo da reportagem são:

- Sumário: presente e pretérito perfeito.
- Estágio inicial: presente e pretérito imperfeito.
- Complicação: pretérito perfeito.
- Avaliação: presente.
- Resolução: pretérito perfeito.
- Estágio final: presente e pretérito perfeito.

A sequência em análise reproduz com alguma variação a marcação verbal típica das sequências narrativas do gênero reportagem. Abaixo, reproduzo cada episódio, marcando em *itálico* os verbos.

(04) **Sumário: (01) Mar de lama**

**Estágio inicial:** (02) Em 1998, (03) mineiros e capixabas se *animaram* com o início da construção da BR-342, (04) que *ligaria* o norte do Espírito Santo a Minas Gerais. (05) Para pavimentar os 106 quilômetros da rodovia, (06) *foram celebrados* três contratos com duas empreiteiras. **Complicação:** (07) Nos três (08) o TCU *encontrou* sobrepreço – sempre na casa de 50% do valor global. (09) Além disso, parte dos serviços que as empreiteiras *alegam* ter executado não *foi fiscalizada* pelo governo. (10) Por fim, o valor dos contratos *aumentou* sem nenhuma justificativa técnica. **Avaliação:** (11) Uma estranheza atrás da outra. **Resolução:** (12) Como a obra se *tornou* um sorvedouro de dinheiro público, (13) o TCU *pediu* sua paralisação. **Estágio final:** (14) Hoje, (15) *há* apenas 33 quilômetros asfaltados. (16) Outros 27 quilômetros são transitáveis, (17) mas ainda não *receberam* uma gota de asfalto. (18) Nos 46 quilômetros restantes, (19) a obra nem sequer *foi iniciada*.

Nessa sequência, o sumário não apresenta sintagma verbal. O estágio inicial apresenta um verbo no pretérito perfeito (*animaram*), em relação ao qual o verbo no futuro do pretérito (*ligaria*) marca posterioridade e a construção passiva com o auxiliar no pretérito perfeito (*foram celebrados*) marca anterioridade. Na complicação, predominam verbos no pretérito perfeito (*encontrou*, *aumentou*). A avaliação não apresenta sintagma verbal, constituindo um sintagma nominal desgarrado<sup>63</sup>. Na resolução, há apenas verbos

---

<sup>63</sup> São considerados desgarrados ou soltos constituintes textuais, como sintagmas nominais ou orações apositivas, que “ocorrem livremente, sem estarem vinculados sintaticamente a nenhuma oração” (DECAT, 2011, p. 83). Quanto à função desses constituintes desgarrados, esclarece Decat (2011, p. 87): “A necessidade de reforçar um ponto de vista, de dar realce, ênfase a um determinado aspecto, leva o produtor do texto a fazer uso de sequências argumentativas, materializadas linguisticamente através da estratégia do ‘desgarramento’ de orações ou de SNs”.

no pretérito perfeito (*tornou, pediu*). No estágio final, verbos no pretérito perfeito (*receberam, foi iniciada*) marcam anterioridade em relação aos verbos no presente (*há, são*).

No estudo dos verbos empregados em sequências narrativas de reportagens, a distribuição típica dos tempos verbais pelos episódios parece se justificar, em grande medida, por influência do gênero reportagem. Isso porque, enquanto verbos flexionados no pretérito perfeito são predominantes nos episódios em que o jornalista busca informar (complicação, resolução), verbos flexionados no presente predominam nos episódios em que ele busca captar o leitor ou satisfazer suas exigências de credibilidade (sumário, avaliação).

### **3.2.1.2 Forma de organização relacional**

Como foi dito no capítulo anterior (subitem 2.3.2.2), um dos objetivos da forma de organização relacional é identificar as relações interativas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória discursiva, bem como as eventuais marcas (conectores e estruturas sintáticas) dessas relações. A identificação das relações interativas se faz com base em oito categorias genéricas: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, comentário e clarificação.

No capítulo 6, veremos que a combinação da análise das sequências narrativas de reportagens e do estudo da forma de organização relacional dessas sequências revela a predominância de três relações de discurso: argumento, comentário e topicalização. As relações de sucessão e de preparação, consideradas pelo modelo modular e por outras abordagens (ASHER; VIEU, 2005; LABOV 1972; MOESCHLER 1996) como típicas das narrativas, são menos frequentes nas sequências narrativas de reportagens.

Como base no estudo efetuado no capítulo anterior, verifica-se que a sequência em análise corresponde a essa expectativa sobre a organização relacional típica das sequências narrativas de reportagens. Nessa sequência, relações argumentativas e comentativas articulam os episódios complicação, resolução, avaliação e estágio final, enquanto o sumário e o estágio inicial se ligam aos episódios subsequentes por relações de preparação.

A predominância de relações argumentativas e comentativas nas sequências narrativas de reportagens evidencia o impacto da visada de captação típica da reportagem sobre a forma de organização relacional dessas sequências. Afinal, encadear os constituintes textuais de uma sequência narrativa por meio de relações de argumento, por exemplo, pode ser um recurso importante na busca do jornalista por fazer o leitor aderir a um determinado ponto de vista.

### **3.2.1.3 Forma de organização informacional**

No modelo, o estudo da forma de organização informacional procura analisar a estrutura informacional de cada ato e descrever a sua inserção na estrutura do discurso, por meio das formas de progressão que se observam na sucessão dos atos<sup>64</sup>.

Como veremos no capítulo 6, as sequências narrativas de reportagens apresentam uma grande quantidade de marcas linguísticas, cuja função é indicar o tópico, isto é, a informação da memória discursiva em que o ato se ancora. Dessas marcas, fazem parte pronomes relativos (*que, cujo, o qual*), pronomes demonstrativos (*isso, esse, este*), bem como expressões nominais. No interior de cada episódio, o tópico ou permanece implícito, sem marcas, ou é marcado por pronomes, porque no interior dos episódios o tópico costuma ser informação bastante acessível. Mas, na fronteira entre dois episódios, há um predomínio de expressões nominais plenas. Isso porque, como já verificado em trabalho anterior sobre sequências narrativas de reportagens (CUNHA, 2010b), o ato que se posiciona entre dois episódios costuma se encadear ou em informações ativadas em atos mais distantes ou em informações ativadas em porções maiores da sequência, compreendendo, muitas vezes, um ou dois episódios inteiros. Nos dois casos, a utilização de expressões nominais plenas permite compreender de maneira mais fácil qual é a informação (ou o tópico) a que o ato se liga.

Sobre as expressões plenas, vale dizer que muitas delas têm como nome-núcleo um vocábulo axiológico, por meio do qual o jornalista ou alguma instância do mundo representado revela um ponto de vista.

A sequência que venho analisando apresenta uma organização informacional típica das sequências narrativas de reportagens. No interior de cada episódio, os tópicos são

---

<sup>64</sup> Uma apresentação mais detalhada dessa forma de organização será feita no capítulo 6.

predominantemente implícitos. Nesse caso, nenhuma marca indica a informação da memória discursiva a que cada ato se liga. É o que ocorre no ato 15: “há apenas 33 quilômetros asfaltados”. Para compreender que o tópico desse ato é *a obra*, é preciso buscar essa informação no ato (12): “Como **a obra** se tornou um sorvedouro de dinheiro público”. A proximidade entre os dois atos facilita essa busca.

Mas, entre os episódios, os atos apresentam expressões nominais plenas, com exceção do ato (13), que se localiza entre a resolução e o estágio final (*Hoje*). Um exemplo desses atos é o já mencionado ato (11): “Uma estranheza atrás da outra”. Nele, a expressão nominal indefinida *uma estranheza* retoma toda a complicação e indica o posicionamento ou a opinião do jornalista em relação aos fatos expressos nesse episódio. Esse é um exemplo de expressão que possui como nome-núcleo um vocábulo axiológico (*estranheza*).

Na organização informacional das sequências narrativas de reportagens, o jornalista, de modo geral, busca facilitar a compreensão do leitor, explicitando os tópicos ou deixando-os implícitos, apenas se são de fácil recuperação. Além disso, costuma construir expressões nominais plenas com vocábulos axiológicos. Essas ações parecem evidenciar o papel da visada de captação sobre a construção dessa forma de organização, na medida em que o jornalista, de um lado, facilita o processo de leitura e, de outro, revela que a sua opinião é próxima da do cidadão.

#### **3.2.1.4 Forma de organização enunciativa**

O estudo da forma de organização enunciativa tem como objetivo distinguir os discursos produzidos pelo locutor e os discursos representados, bem como os diferentes tipos de discurso representado (designados, formulados e implícitos)<sup>65</sup>.

Como será mostrado no capítulo 6, nas sequências narrativas de reportagens, o jornalista, buscando atender à visada de credibilidade, costuma trazer o discurso do outro (especialista, político, testemunha do fato) como estratégia para legitimar a veracidade dos acontecimentos. De modo geral, o discurso do outro costuma ser representado de forma indireta e implícita, isto é, sem indicação clara de atribuição

---

<sup>65</sup> Uma apresentação mais detalhada dessa forma de organização será feita no capítulo 6.

enunciativa. O discurso do outro também costuma ser designado por um verbo ou expressão nominal.

É essa última forma de representar o discurso do outro que ocorre na sequência narrativa em análise. Por meio dos verbos *alegam* (“as empreiteiras alegam”) e *pediu* (“o TCU pediu...”), o jornalista transforma as empreiteiras e o TCU em instâncias enunciativas, que dialogam no mundo representado. A apresentação de todas as fases da disputa judicial entre empreiteiros, advogados e técnicos do TCU poderia tornar a sequência narrativa excessivamente longa e cansativa para o leitor e marcada pela presença de diferentes termos técnicos e jurídicos de difícil compreensão para o não especialista. Por isso, transformar as empreiteiras e o TCU em figuras antropomórficas, que, por isso mesmo, podem dialogar, parece constituir um importante recurso de captação do leitor. Nas sequências narrativas de reportagens, a transformação de instituições (governos, associações, empresas), de fenômenos da natureza (chuvas, secas, enchentes) e de termos econômicos (juros, taxas, câmbio) em instâncias enunciativas é um recurso bastante frequente.

### **3.2.1.5 Efeitos composicionais**

Feita a análise da marcação linguístico-discursiva típica das sequências efetivamente produzidas em um gênero específico, é possível, então, verificar qual ou quais efeitos composicionais (argumentativos, narrativos, autotélicos) se manifestam de forma mais recorrente nessas sequências. Os apontamentos realizados anteriormente permitem antecipar, mesmo que de modo superficial, colocações do capítulo 6 sobre essa questão. Nas sequências narrativas de reportagens, a marcação linguístico-discursiva manifesta de forma recorrente efeitos composicionais argumentativos, o que, contrariando uma crença sobre o discurso jornalístico, revela um autor empenhado em persuadir o leitor sobre determinado ponto de vista.

Após a realização do estudo da marcação linguístico-discursiva das sequências, o estudo da forma de organização composicional prossegue com o estudo das funções cotextuais típicas dessas sequências.

### **3.2.2 Funções cotextuais típicas**

O estudo das funções cotextuais típicas das sequências discursivas produzidas em um gênero se faz com base na combinação da análise da forma de organização sequencial e da forma de organização relacional. Assim como na versão atual do modelo modular, o objetivo aqui é o de analisar a função (argumentativa, comentativa, contra-argumentativa, etc) de uma sequência em relação às demais. Mas, diferentemente dessa versão, aqui se busca verificar ainda a frequência com que, em um dado gênero, as sequências pertencentes a um tipo exercem cada função.

No gênero reportagem, as sequências narrativas, quando têm o estatuto de subordinadas, exercem com maior frequência a função de argumento. Isso significa que, nesse gênero, a narração de fatos ocorridos no espaço público funciona predominantemente como argumento para o jornalista defender um dado ponto de vista, atendendo à visada de captação.

É o que ocorre com a sequência narrativa de que venho tratando. Como mostrado no capítulo anterior (subitem 2.3.2.2), o jornalista, ao tratar de casos de desvios de dinheiro público, utiliza a sequência narrativa como argumento para defender que, “quanto mais se analisam as obras públicas no Brasil, mais se percebe que a lama está por todos os lados”.

A análise das funções cotextuais típicas permite esclarecer aspectos importantes das características internas das sequências discursivas. No caso específico das sequências narrativas do gênero reportagem, a função cotextual tipicamente exercida por essas sequências explica ou justifica a manifestação dos efeitos composicionais. Afinal, é de se esperar que sequências empregadas frequentemente como argumento manifestem de forma predominante efeitos composicionais argumentativos.

### **3.2.3 Considerações sobre a forma de organização composicional**

Tal como apresentada, esta proposta de estudo da forma de organização composicional tem como objetivos verificar a marcação linguístico-discursiva típica e identificar as funções cotextuais típicas das sequências discursivas de um determinado gênero. Nesse sentido, o estudo dessa forma de organização busca completar a investigação do impacto da noção de gênero do discurso sobre a heterogeneidade discursiva.



Na forma de organização sequencial, estudou-se o impacto do gênero sobre a constituição dos tipos de discurso e o modo como esses tipos, constituídos sob a influência do gênero, se atualizam em sequências discursivas. Completando esse estudo, a forma de organização composicional investiga o impacto do gênero sobre a configuração interna típica das sequências, analisando não apenas as propriedades sintáticas e relacionais, mas também enunciativas e informacionais, e sobre as funções típicas que elas exercem na macroestrutura do discurso. Essa forma de organização busca, então, completar o estudo da forma como as representações genéricas influenciam a produção das sequências discursivas.

Desse modo, as reformulações propostas para a forma de organização composicional têm como finalidade possibilitar que esta pesquisa alcance seu terceiro objetivo específico: *identificar a marcação linguístico-discursiva típica e a função cotextual típica das sequências narrativas extraídas de reportagens*.

No modelo modular, o estudo da função contextual das sequências discursivas constitui a última etapa de análise da forma de organização composicional. Como mostrado no capítulo anterior, o estudo da função contextual se insere nessa forma de organização, porque é seu objetivo oferecer uma análise detalhada de sequências específicas, o que inclui a sua função contextual. Entretanto, a busca por uma definição mais precisa dos conceitos de gênero e de contexto e do papel de cada um nas produções discursivas me leva a rever essa posição. Neste trabalho, proponho que a investigação da função contextual das sequências narrativas seja realizada na forma de organização estratégica.

### **3.3 Forma de organização estratégica**

Nos subitens anteriores, as reformulações propostas para as formas de organização sequencial e composicional tiveram como fim especificar o papel do gênero na constituição dos tipos de discurso (em particular, do tipo narrativo da reportagem), bem como na marcação linguística e na função cotextual típicas das sequências (em particular, das sequências narrativas da reportagem). Nesse sentido, as formas de organização sequencial e composicional, nesta proposta, buscam investigar, de forma aprofundada, a influência do gênero sobre os recursos referenciais, textuais e linguísticos mobilizados na construção das sequências discursivas.

Feita a análise das influências genéricas, considero que a análise das funções contextuais das sequências discursivas particulares possa ser objeto de estudo da forma de organização estratégica.

Essa forma de organização complexa tem como objetivo descrever o modo como os interactantes coordenam as relações de faces, de territórios e de lugares no discurso, passando, como nota Burger (1995), da descrição à explicação dos comportamentos dos interactantes, em termos de estratégias. Segundo Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), essa é a forma de organização que mais resiste a uma descrição sistemática. Essa resistência se deve basicamente à quantidade e à diversidade das informações que mobiliza. Afinal, o estudo das relações de faces, de territórios e de lugares resulta da combinação de informações sintáticas, lexicais, interacionais, referenciais, hierárquicas, relacionais, tópicas e polifônicas (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

No estudo da gestão dessas relações, combinam-se informações acerca das noções de face e território, oriundas do enquadre acional, que será descrito mais adiante, com informações de outros módulos e formas de organização, para verificar, em especial, como os interactantes realizam os processos de figuração, isto é, estratégias para reduzir as ameaças às suas faces e aos seus territórios.

Já o estudo das relações de lugares trata da relação vertical ou de dominância entre os interactantes, durante o desenvolvimento da interação. A noção de lugar não é uma noção primitiva, porque, ao contrário das noções de face e de território, cujo estudo se realiza em um módulo (o referencial), o lugar é uma noção cuja análise resulta da combinação de informações de diferentes módulos e formas de organização. Na definição de Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 69), “quer a chamemos de ‘poder’, ‘hierarquia’, ‘dominação’ ou ‘relação de lugares’, essa dimensão remete ao fato de que os parceiros em presença não são sempre iguais na interação”. Segundo a autora (p. 69), “um dentre eles pode se encontrar numa ‘alta’ posição de ‘dominante’, enquanto o outro está localizado numa ‘baixa’ posição de ‘dominado’”<sup>66</sup>. A percepção do lugar ocupado

---

<sup>66</sup> De maneira semelhante, para Lanna (2005, p. 185), “A relação de *lugar* remete à ocupação mesma do lugar de poder ao longo da interação, caracterizando-se por uma relação dinâmica de dominação relativa entre os interactantes, que podem estar ora na posição dominante, alta ou superior, ora na posição dominada, baixa ou inferior”.

por um interactante em determinado momento da interação implica mobilizar informações de diferentes planos da organização discursiva.

Como vimos, na versão atual do modelo modular, o estudo da função contextual das sequências discursivas se faz na forma de organização composicional e não na forma de organização estratégica. Porém, considero não só possível como também mais pertinente realizar esse estudo nesta forma de organização por algumas razões.

Em primeiro lugar, o contexto, como veremos no próximo subitem, diz respeito aos parâmetros de configuração do agir. Desses parâmetros, fazem parte as posições acionais, de que participam as noções de face e de território. Considerando que o contexto tem influência sobre a construção de uma sequência discursiva, os processos de figuração, entendidos como estratégias para diminuir possíveis ameaças às faces e aos territórios dos interactantes, vão exercer papel de destaque nessa construção. Daí a hipótese de que o impacto do contexto sobre a construção das sequências discursivas constitua um fenômeno cujo estudo deve ser feito na forma de organização estratégica.

Em segundo lugar, estudar as funções contextuais das sequências discursivas na forma de organização estratégica obriga o analista a definir de forma precisa o que entende por contexto, o que o impede de confundir as noções de gênero e de contexto, como vimos que ocorre em trabalhos do modelo modular sobre as formas de organização sequencial e composicional (ver cap. 2, subitem 2.4.2).

Em terceiro lugar, a forma de organização estratégica permite estudar os processos de acomodação por que passam os conhecimentos genéricos, no momento em que um agente específico, inserido em um contexto, produz uma sequência discursiva. Nesse sentido, essa forma de organização permite estudar esses processos de acomodação como um fenômeno distinto das representações genéricas, possibilitando investigar, à luz dos processos de figuração, por que em um dado contexto um agente opta por produzir uma sequência que corresponda às expectativas associadas ao gênero ou, ao contrário, uma sequência que quebre essas expectativas.

Assim, estudar as funções contextuais das sequências discursivas na forma de organização estratégica permite marcar uma distinção nítida entre os objetos de estudo das formas de organização sequencial e composicional, que são ligadas ao papel do

gênero, e da forma de organização estratégica, que é ligada ao papel que os parâmetros de configuração do agir exercem sobre o discurso.

Explicadas as razões que me levam a estudar as funções contextuais das sequências discursivas na forma de organização estratégica, a continuação deste item propõe, inicialmente, uma definição de contexto, recorrendo a informações do módulo referencial e do módulo interacional. Em seguida, apresento uma análise possível da forma de organização estratégica da sequência narrativa “Mar de lama”.

### **3.3.1 Definindo o contexto**

Filliettaz (2000, 2003, 2006, no prelo) observa que, em situações específicas, os agentes não se limitam a escolher um gênero, mobilizando os conhecimentos esquemáticos que o constituem e agindo conforme esses conhecimentos. Ao contrário, os agentes são confrontados com circunstâncias locais e devem resolver as resistências e as dificuldades que essas circunstâncias impõem. Dessa forma, a realização de toda ação (linguageira ou não languageira) resulta de um *processo de acomodação* das representações genéricas às restrições que emergem, de maneira dinâmica, em uma situação particular (FILLIETTAZ, no prelo). Em outras palavras, as propriedades do contexto restringem as nossas ações e nos fazem optar por agir ou do modo como agimos em situações similares ou, ao contrário, de modo diferente, quebrando expectativas com fins específicos, o que relativiza o papel do gênero do discurso no desenvolvimento de nossas condutas.

Dessa forma, Filliettaz (2006, p. 76) concebe o contexto como uma categoria que “remete mais globalmente à situação de ação na qual os interactantes se encontram engajados, no momento em que recorrem à mediação do discurso”. Ao conceber o contexto como situação de ação, Filliettaz estabelece uma distinção entre essa noção e a noção de gênero. Como vimos no item 3.1.1.1.1, nesse mesmo trabalho, o autor definiu o gênero como representações tipificantes e sócio-historicamente elaboradas acerca das atividades sociais. Segundo o autor (p. 76), “Por contraste [à noção de gênero], os termos *ação* e *situação de ação* extraem condutas finalizadas assumidas por agentes particulares em circunstâncias efetivas e necessariamente singulares”. Como se vê, nesse trabalho, Filliettaz estabelece uma distinção bastante clara entre gênero (representações tipificantes) e contexto (situação de ação).

Entretanto, é importante considerar que, para Filliettaz, as noções de gênero e de contexto são distintas, mas não são opostas ou estanques uma em relação à outra. Com efeito, “as situações de ação remetem às atividades sociais, a propósito das quais os interactantes mobilizam saberes e conhecimentos já constituídos” (FILLIETTAZ, 2006, p. 77). Baseando-se, sobretudo, em Goffman (2012[1986]), Filliettaz (2000) defende que, se as tipificações genéricas têm papel de destaque na regulação das ações situadas, as situações particulares vão exercer grande influência na confirmação ou na transformação dessas mesmas tipificações. Conforme o autor, “os recursos tipificantes do agir são sempre submetidos a uma avaliação contextualizada” (FILLIETTAZ, 2000, p. 47)<sup>67</sup>.

Nesse sentido, a produção dos discursos implica a ativação ou a seleção das representações genéricas pelo agente em função dos parâmetros do contexto e, ao mesmo tempo, o estabelecimento de processos constantes de acomodação dessas representações a esses parâmetros. Assim, “a escolha do gênero se faz em função da definição dos parâmetros da situação que guiam a ação” (SCHNEUWLY, 2004, p. 24). Porém, essa escolha não implica a conformação cega das ações às representações genéricas, podendo essa escolha ser acompanhada da acomodação (adaptação, subversão, modificação) dessas representações ao contexto.

Definindo os parâmetros do contexto, Filliettaz (2006, p. 77) observa que eles

permitem responder à questão “O que se passa aqui?”: quais são os *enjeux* que presidem a produção do discurso? Quais são os *papéis* ou as *identidades* situadas que assumem os indivíduos implicados na produção e na interpretação do discurso? Em que consistem suas contribuições respectivas esperadas e efetivas?

A noção de contexto como situação de ação é semelhante à de Bronckart (2007, p. 93), que o define como “o conjunto dos parâmetros que podem exercer uma influência sobre

---

<sup>67</sup> Na busca por dar conta da relação dialética entre as tipificações genéricas, sócio-historicamente constituídas, e as situações particulares, o contexto, Filliettaz (2000) chama a atenção para a ambivalência do termo *cadre* (enquadre) na proposta de Goffman: “Curiosamente, a noção de ‘enquadre’ parece ter sido desenvolvida por Goffman em duas direções aparentemente distintas” (2000, p. 61). Numa, os enquadres dizem respeito às “premissas organizacionais” ou às “entidades psicológicas tipificantes” de natureza genérica, as quais, no estudo do módulo referencial, correspondem às representações descritas no item 3.1.1.1.1 deste capítulo. Na outra direção, os enquadres especificam o modo de participação dos agentes em uma interação particular, o que corresponde à situação de ação. Nas palavras do autor, “se os ‘enquadres interpretativos’ constituem como vimos entidades psicológicas tipificantes, as configurações participativas dizem respeito essencialmente aos processos de regulação contextualizada” (FILLIETTAZ, 2000, p. 61).

a forma como um texto é organizado”. Para Bronckart, esses parâmetros se referem ao lugar e ao momento de produção, ao emissor e ao receptor, ao lugar social, à posição social de emissor e receptor e aos objetivos da interação.

No modelo modular, o estudo desses parâmetros contextuais remete à dimensão situacional do discurso e pode ser feito de maneira apropriada com instrumentos gerados nos módulos referencial e interacional. No módulo referencial, realiza-se o estudo do enquadre acional, que busca dar conta das ações realizadas e das identidades assumidas ao longo da interação. Já no módulo interacional, estuda-se o enquadre interacional, que descreve a materialidade da interação. Ao ser definido com base em enquadres, o contexto constitui o polo emergente de uma situação, enquanto o gênero, ao ser definido com base em representações, constitui o seu polo esquemático (FILLIETTAZ, no prelo, p. 6).

A seguir, apresento cada um desses instrumentos de análise, aplicando-os à reportagem “Desvios subterrâneos”, a fim de apreender o contexto em que a sequência narrativa “Mar de lama” foi produzida. Posteriormente, verifico a função contextual dessa sequência, estudando a sua forma de organização estratégica.

### **3.3.1.1 Enquadre acional**

Esse enquadre tem como objetivo descrever as propriedades referenciais de uma interação verbal efetiva, propriedades que dizem respeito aos agentes e ao modo como participam da ação conjunta. Partindo da hipótese de que o engajamento dos participantes do discurso não acontece de forma desorganizada, o enquadre acional busca reconstruir as propriedades ligadas às instâncias agentivas de uma situação de ação, as quais são responsáveis em grande medida pela regulação das produções verbais.

No enquadre acional, a descrição das propriedades de uma situação específica se faz por meio da articulação de quatro parâmetros, que são os *enjeux* comuns, as ações participativas, as posições acionais e os complexos motivacionais.

- Os *enjeux comuns* se referem à finalidade compartilhada pelos agentes, em torno da qual eles estruturam seu engajamento ou associação momentânea. Conforme

Lanna (2005, p. 139), os *enjeux* comuns fornecem “a base comum da intercompreensão e da racionalidade da ação conjunta”.

- As *ações participativas* dizem respeito aos objetivos individuais de cada um dos agentes. Mais especificamente, esse parâmetro define “as parcelas interdependentes de responsabilidade que cabem a cada um dos interactantes na emergência de um *enjeu* comum” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 114).
- As *posições acionais* se referem à representação das identidades participativas que são efetivamente assumidas pelos agentes. Para se chegar à posição acional ou à identidade dos participantes da interação, é preciso levar em conta o status social de cada um deles, os papéis praxeológicos ligados às ações participativas e as faces e os territórios em jogo.
- Os *complexos motivacionais*, por fim, remetem às razões exteriores à situação de discurso que levam cada um dos agentes àquele engajamento específico. Esse parâmetro remete, portanto, aos “projetos individuais superordenantes” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 117) dos participantes da interação. Conforme Filliettaz (2000), essas razões exteriores podem ser pressupostas ou explicitadas no discurso.

As noções de face e de território são especialmente relevantes para o estudo da forma de organização estratégica. Por isso, detenho-me na apresentação mais detalhada dessas noções:

- Goffman (2011, p. 13-14) define a noção de *face* como “o valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”. Ainda segundo o autor, a face “é a imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (p. 14). Ressaltando o aspecto social da noção de face, Valério (2003, p. 33) nota que a face de um indivíduo “não é característica sua, mas sim um construto socialmente estabelecido, a expressão social de seu ‘eu’ individual”. Por se referir ao jogo de construção de imagens recíprocas desenvolvidas na interação, essa noção “corresponde a um processo de caráter

dramatúrgico” (PESSOA, 2004, p. 54). Conforme Goffman (2011, p. 14), as pessoas tendem a experimentar uma resposta emocional em relação à face, já que “seus ‘sentimentos’ se ligam a ela”. Por isso, toda interação implica a gestão das faces envolvidas. Essa gestão compreende “o conjunto das ações empreendidas por uma pessoa para tornar tudo que ela está fazendo consistente com a face” (LANNA, 2005, p. 36)<sup>68</sup>.

- Em Goffman (1973), a noção de *território* diz respeito aos direitos que cada pessoa reivindica e à defesa desses mesmos direitos. Os direitos que formam o território de cada um constituem um campo de objetos ou uma reserva, cujos limites são habitualmente preservados e defendidos. Segundo Goffman (1973), o território se refere não só ao território físico, à “porção de espaço que cerca um indivíduo” (p. 44), mas também abrange partes do corpo, vestimentas e objetos de uso pessoal. Além disso, o território engloba as reservas de informações, ou seja, as informações às quais o indivíduo tenta controlar o acesso. Engloba ainda os domínios reservados da conversação, isto é, o direito que tem o indivíduo de controlar quem pode lhe endereçar a fala ou o direito que tem um grupo de pessoas de proteger-se da intromissão e da indiscrição de outros<sup>69</sup>.

Com o enquadre acional, o módulo referencial busca oferecer um instrumento de análise que seja flexível o suficiente para descrever as particularidades de interações efetivas e que explicita a forma como os agentes estruturam sua associação momentânea.

Como resultado da combinação desses quatro parâmetros, o enquadre acional da interação mediada pela reportagem “Desvios subterrâneos” pode ser representado da seguinte forma:

---

<sup>68</sup> Porque a noção de face remete à construção de imagens recíprocas, Amossy (2005) aproxima essa noção da de *ethos*, que diz respeito à imagem que o produtor do discurso constrói de si por meio da linguagem que emprega (AMOSSY, 2005; MAINGUENEAU, 2008a) ou “à figuração da instância responsável pelo discurso” (AUCHLIN, 2001, p. 220).

<sup>69</sup> Brown e Levinson (1983) desenvolveram as noções de face e de território na perspectiva da teoria da polidez em termos de face positiva e face negativa. Neste trabalho, não me valho das contribuições dessa proposta. Isso porque a proposta de Brown e Levinson é essencialmente ligada à noção de ato de fala. Por isso, ela não dá conta do fato de que a gestão das relações de faces e territórios envolve mecanismos globais de construção do discurso, mobilizando informações de diferentes planos (sequencial, relacional, informacional, enunciativo, etc) da complexidade discursiva. Por essa razão, este trabalho emprega as noções de face e de território da forma como desenvolvidas por Goffman (1973, 2011).



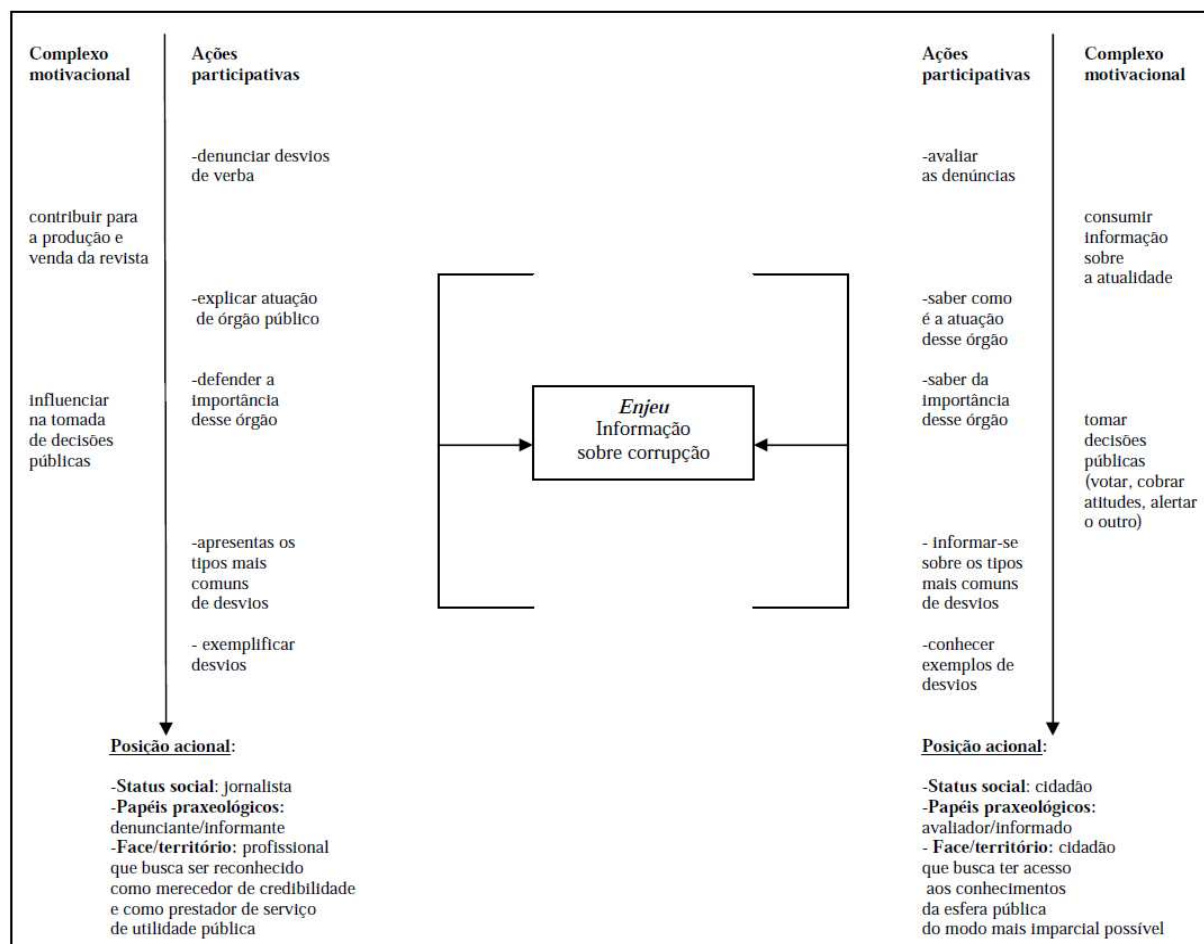


FIGURA 14 - Enquadre acional da reportagem “Desvios subterrâneos”

Esse enquadre permite compreender melhor um conjunto importante de aspectos ligados ao contexto de produção da reportagem em estudo.

O *enjeu* *informação sobre corrupção* indica qual é a finalidade que faz com que jornalista e cidadão se associem em um mesmo processo interacional. O alcance dessa finalidade comum está ligado à realização de **ações participativas** individuais, mas complementares. Assim, enquanto o jornalista *denuncia desvios de verba*, o cidadão *avalia as denúncias*.

Essas ações não têm um fim em si, já que são motivadas por razões externas à interação, as quais compõem o **complexo motivacional**. Na reportagem, o jornalista não explicita quais são as ações que o levam à sua produção. Mas, porque a revista de que a reportagem faz parte é um objeto de consumo, sabemos, com base em nosso conhecimento de mundo, que, ao escrever “Desvios subterrâneos”, o jornalista *contribui*

*para a produção e venda da revista.* Já a leitura da reportagem pode permitir ao leitor *tomar decisões públicas*, como cobrar atitudes de governantes.

Na interação, os agentes assumem **posições acionais** específicas. Para escrever uma reportagem sobre desvios de verbas e publicá-la na revista *Veja*, é preciso que o autor satisfaça um pré-requisito, que é ser um jornalista dessa revista ou um jornalista que eventualmente lhe presta serviços. Ao longo da interação, o autor mantém o status de jornalista, mas assume diferentes papéis praxeológicos, dependendo da ação participativa que realiza. Na gestão das relações de face e território, o jornalista procura se apresentar ao leitor, por meio de seu discurso, como um profissional que busca ser reconhecido como merecedor de credibilidade e como prestador de um serviço público.

Quanto ao leitor, a abordagem do conteúdo político exige que ele assuma como pré-requisito para participar da interação a postura de alguém interessado na coletividade e na gestão dos recursos públicos. Em outros termos, o leitor precisa assumir o status de cidadão, porque é para o cidadão que a reportagem é produzida<sup>70</sup>. Na realização das ações participativas, ele também assume diferentes papéis. E, finalmente, nas relações de face e território, o leitor procura ser visto como um cidadão que busca ter acesso aos acontecimentos da esfera pública, esperando que esses acontecimentos cheguem a ele do modo mais imparcial possível e que suas exigências de credibilidade sejam satisfeitas.

### **3.3.1.2 Enquadre interacional**

No modelo modular, o módulo interacional se ocupa da materialidade das interações. Mais especificamente, ele trata das propriedades materiais da situação de ação efetiva e das situações de ação representadas (ROULET, 1999b). Nesse sentido, toda interação se estabelece através de um canal, dispõe seus interactantes uns em relação aos outros no tempo e no espaço e define suas possibilidades de agir e de retro-agir. Dessa forma, a

---

<sup>70</sup> Ao tratar do leitor de jornais de referência, observa Emediato (2007, p. 88): “O jornal de referência constrói a figura de seu destinatário como uma instância cidadã que, para inserir-se nesse contrato de leitura, deve interpretar algo identificado com essa figura. Nesse caso, é enquanto instância cidadã que o leitor deverá situar sua posição de leitura”. Essas observações se aplicam ao leitor das revistas estudadas nesta pesquisa, as quais são consideradas veículos de comunicação de referência (HERNANDEZ, 2006).

materialidade de uma interação pode ser definida por meio de três parâmetros: o canal, o modo e o tipo de vínculo da interação.

Todo discurso implica, pelo menos, um canal de interação. O canal diz respeito ao suporte físico utilizado pelos interactantes: oral, escrito, visual. Burger (2001, p. 141) fala em “suporte dominante do discurso”, para se referir ao fato de que muitas interações utilizam mais de um canal, e dá como exemplo o jornal televisivo, do qual a voz do jornalista constitui o suporte dominante, enquanto os seus gestos constituem índices transversais para a comunicação.

Todo discurso implica também um modo de interação. O modo diz respeito à posição dos interactantes no tempo e no espaço. Assim, fala-se em co-presença espacial e/ou temporal, quando os interactantes se encontram em um mesmo ambiente. Esse é o modo que caracteriza as interações face a face. Por outro lado, fala-se em distância espacial e/ou temporal, quando os interactantes não se encontram em um mesmo ambiente. Esse é o modo que caracteriza a troca epistolar, em que há distância espacial e temporal. É importante realçar que nem sempre co-presença temporal implica co-presença espacial. No modo que caracteriza a conversa telefônica ou o bate-papo *on-line*, por exemplo, existe co-presença temporal entre os interlocutores, mas eles não se encontram em um mesmo ambiente.

Todo discurso implica, por fim, um tipo de vínculo. O tipo de vínculo se refere à existência ou não de reciprocidade entre os interactantes. Conforme Burger (2001), as interações face a face podem favorecer a reação à fala do outro e, conseqüentemente, a existência de reciprocidade entre os interactantes. Já as interações em que há distância espacial e temporal entre os interactantes podem favorecer um tipo de vínculo unidirecional, ou seja, uma interação em que apenas um deles comunica.

Embora possa haver combinações preferenciais desses três parâmetros, eles são independentes, cada discurso apresentando uma combinação específica. A combinação dos três parâmetros de uma interação em particular é representada, no modelo modular, por meio do enquadre interacional. Como resultado da análise da materialidade da reportagem “Desvios subterrâneos”, obtém-se o seguinte enquadre interacional:

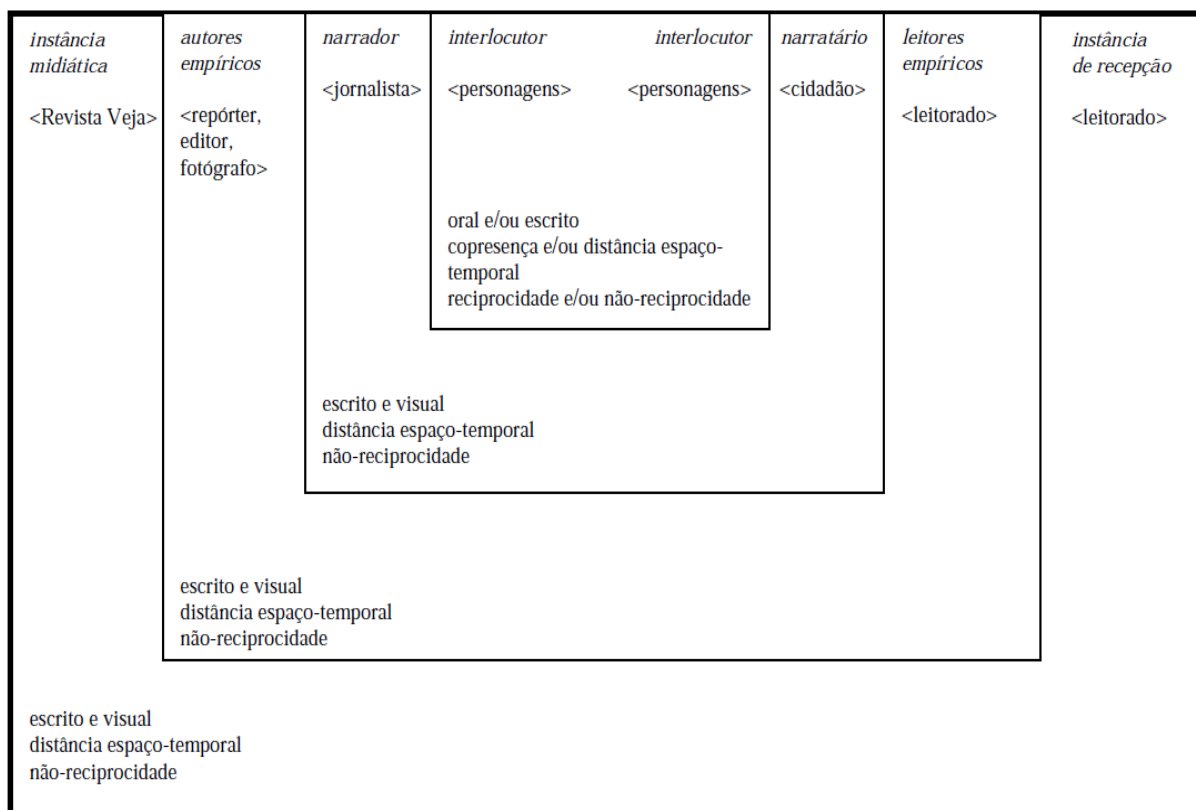


FIGURA 15 - Enquadre interacional da reportagem “Desvios subterrâneos”

A complexidade desse enquadre se verifica pela existência de quatro níveis interacionais, correspondendo a um total de oito posições interacionais. Assim, no nível mais externo, a interação que a reportagem “Desvios subterrâneos” viabiliza reúne dois interactantes: a instância midiática ou de produção e a instância de recepção. A instância de produção corresponde à empresa jornalística responsável pela produção e pela comercialização da revista de que a reportagem faz parte, a revista Veja. Já a instância de recepção diz respeito ao conjunto virtual de leitores da revista.

No segundo nível, interagem os vários responsáveis diretos pela produção da reportagem (repórteres, fotógrafos, editores, etc) e os leitores efetivos dessa reportagem. Esse nível sofre influência direta do nível superior, mais externo. Afinal, os autores de uma reportagem não são livres para agir como querem, porque estão institucionalmente vinculados à empresa jornalística para a qual trabalham (CHARAUDEAU, 2004; SIMUNIC, 2004). Essa influência direta explica por que a leitura de uma reportagem pode motivar comentários, tais como: “A revista X é tendenciosa” ou “A revista Y é que tem razão”.

No terceiro nível, a interação se dá entre o narrador, o jornalista, e o narratário, o cidadão. Nesse nível, a heterogeneidade de atores envolvidos no processo de produção da reportagem ganha uma aparente homogeneidade, porque eles se reúnem sob a figura, construída no discurso, do narrador, cujo status social é o de jornalista. Como os vários produtores empíricos de uma reportagem buscam construir um efeito de homogeneidade autoral (CHARAUDEAU, 2006), a qual contrasta com a heterogeneidade dos vários autores empíricos envolvidos na produção de uma reportagem, proponho distinguir as figuras do repórter e do jornalista. Enquanto o repórter é um dos autores empíricos da reportagem (segundo nível interacional), o jornalista é o narrador ou a figura homogênea de autor que se constrói no discurso (terceiro nível interacional). Nas análises, essa precisão terminológica será importante para evitar confusões entre os níveis interacionais.

Nesse terceiro nível, quem interage com a figura do narrador é o narratário, o qual também é uma construção do discurso que busca homogeneizar a diversidade dos leitores empíricos por meio da figura do cidadão. Conforme Emediato (2007), interações monolocutivas ou monologais, como a que ocorre por meio do jornal impresso, fazem com que a instância responsável pela produção do discurso crie um destinatário previsto, que, como “figura imaginária”, não corresponde ao leitor efetivo. Com efeito, o narratário constitui uma construção intratextual que fornece indicações sobre como os leitores devem se apropriar do texto, compreendendo o tipo de relação que devem estabelecer com o narrador (RABATEL, 2007).

Nos três níveis mais externos, as interações se caracterizam pelos canais escrito (a parte verbal da reportagem) e visual (as fotografias que acompanham a reportagem e das quais não me ocupo neste trabalho), pela distância espacial e temporal entre os interactantes e pela não-reciprocidade.

No nível mais interno, a interação reúne os personagens que dialogam no mundo representado. Nesse nível, a interação entre os personagens pode ser caracterizada de duas formas, dependendo da forma como essa interação é representada no discurso. Na primeira forma de interação, esta se caracteriza pelo canal escrito, pela distância espacial e temporal e pela não-reciprocidade. Essa forma de interação ocorre quando o narrador representa uma interação ocorrida por meio de gêneros escritos, como ilustra este trecho da reportagem: “‘Antieconômica’, ‘recheada de graves falhas’ e

‘superdimensionada’. É assim que o TCU descreve em seus relatórios a construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília.”. Aqui, o narrador representa uma interação entre o Tribunal de Contas da União (TCU), que produziu os relatórios, e o próprio narrador, que interagiu com o TCU por meio da leitura desses relatórios.

Mas, nesse nível mais interno, a interação entre os personagens pode se caracterizar de outra forma. Nesta, a interação se caracteriza pelo canal oral, pela presença espacial e temporal e pela reciprocidade, quando o narrador representa, por exemplo, uma interação face a face entre dois políticos.

Como a descrição dos enquadres acional e interacional deixa perceber, a noção de contexto não é simples, uma vez que envolve informações dos dois módulos da dimensão situacional sobre parâmetros relativos às ações realizadas pelos agentes e às posições acionais e interacionais que assumem. Com esses instrumentos, é possível obter um inventário rico, embora não exaustivo, das restrições que emergem em uma situação particular e que impedem os agentes de simplesmente reproduzir conhecimentos genéricos, forçando-os a passar esses conhecimentos por processos de acomodação locais, o que implica a gestão das relações de faces, territórios e lugares. Portanto, a combinação dos resultados das análises realizadas com esses instrumentos e dos resultados da análise das formas de organização sequencial e composicional permite à forma de organização estratégica descrever as funções contextuais das sequências discursivas particulares.

### **3.3.2 Análise da forma de organização estratégica da sequência “Mar de lama”**

Apresentados os parâmetros contextuais que enquadram a produção da reportagem “Desvios subterrâneos”, a continuação deste item apresenta de forma sucinta uma análise possível da forma de organização estratégica da sequência “Mar de lama”, pertencente a essa reportagem, a fim de verificar sua função contextual, antecipando as análises que serão efetuadas no capítulo 7.

Neste estudo, é importante esclarecer que a análise vai se situar particularmente no segundo nível do enquadre interacional, em que as relações de faces, territórios e lugares são negociadas pelo narrador, o jornalista, e o narratário, o cidadão. Como evidenciam as análises estratégicas empreendidas por Roulet (ROULET; FILLIETTAZ;

GROBET, 2001), é interessante que o analista, ao estudar a forma de organização estratégica, aponte em que nível interacional vai situar a análise, já que essas relações se dão em todos os níveis do enquadre, desde o mais externo até o mais interno, em que as personagens dialogam.

Além disso, neste trabalho, estudo as reportagens tal como veiculadas nas revistas selecionadas. Ou seja, estudo o produto discursivo, o qual não dá acesso a informações precisas a respeito dos atores efetivamente envolvidos no processo de produção e muito menos a respeito dos leitores empíricos e de suas reações durante a leitura. Dessa forma, o trabalho com o produto discursivo me impede de realizar afirmações sobre as relações de faces, territórios e lugares entre as instâncias pertencentes aos níveis superiores em relação àquele em que narrador e narratário interagem. Porém, como os autores empíricos agem sob a influência de um quadro de restrições situacionais, não sendo totalmente livres (CHARAUDEAU, 2004), o impacto dos níveis mais externos sobre o nível interacional focalizado será levado em conta.

Na reportagem “Desvios subterrâneos”, o jornalista ocupa um lugar alto ou dominante, já que detém um conhecimento que, a princípio, o cidadão não detém, tendo em vista o acesso a fontes (pessoas, órgãos, documentos) aos quais este não poderia ter acesso. Contribui para a ocupação desse lugar alto pelo jornalista o fato de que a interação se caracteriza, do ponto de vista material, pela distância espacial e temporal e, conseqüentemente, pela ausência de reciprocidade imediata. Ou seja, só o jornalista fala. Por isso mesmo, só o jornalista decide o que será dito e como será dito. E, como nota Kerbrat-Orecchioni (2006, p. 74), “será colocado em alta posição aquele que conseguir impor a seu parceiro suas escolhas temáticas, seus usos lexicais e, com certeza, seu ponto de vista sobre os objetos submetidos à controvérsia, ao longo da interação”.

Além disso, como foi dito, a revista Veja e as demais revistas semanais de informação estudadas neste trabalho são consideradas veículos de comunicação de referência, o que contribui para dar legitimidade à fala daqueles que produzem reportagens, tornando-a uma voz institucionalmente autorizada.

Vista dessa forma, a verticalidade da relação que se estabelece entre os interactantes por meio da reportagem “Desvios subterrâneos” poderia ser perigosa para a gestão das

relações de faces e de territórios, uma vez que o leitor empírico já entraria nessa interação consciente da posição inferior que lhe é destinada, posição de um parceiro mudo e ignorante dos tópicos abordados e desprovido de uma chancela institucional. Por ser essa uma posição potencialmente agressiva para sua face e invasiva de seu território, o leitor poderia nem mesmo querer entrar nesse jogo interacional, recusando-se a comprar a revista e, conseqüentemente, a assumir a posição acional que lhe é destinada na interação.

Como essa recusa por parte do leitor seria prejudicial para quem produz um objeto de consumo, a saída adotada pelos veículos de comunicação considerados de referência é, então, a de construir um narrador que se apresenta como um prestador de serviço público, como um jornalista cuja função, por dever ético, é informar o leitor acerca do que outros (instituições, governos, empresas, etc) tentam ocultar<sup>71</sup>. Construído dessa forma, o narrador justifica a tomada da palavra e, em consequência, a invasão do território do cidadão.

Ao mesmo tempo, faz parte dessa saída contruir um narratário ou uma figura de leitor correspondente à do cidadão, que se interessa pelo que ocorre no espaço público e que exige que o jornalista cumpra o seu papel de colher e de divulgar (revelar) informações ocorridas nesse espaço. Constrói-se, então, a figura de um leitor que, tendo em vista os deveres e os direitos do cidadão, consente que o jornalista invada seu território, desde que este tome a palavra para tratar de tópicos de interesse da coletividade.

É a essa relação de construção recíproca de imagens entre jornalista e cidadão que Maingueneau (2008, p. 40) se refere, quando observa: “O jornal procura apresentar-se como quem responde a demandas, explícitas ou não, dos leitores”. É como se o cidadão pedisse ao jornalista para atuar da forma como atua.

Essa saída dos veículos de comunicação, se não coloca o cidadão em posição superior, aproxima bastante os parceiros da interação, a qual pode se desenvolver sem pôr em risco as faces e os territórios em jogo. A assunção dessa postura tem impacto direto na construção das sequências discursivas, as quais vão funcionar como estratégias

---

<sup>71</sup> Essa postura de prestador de serviço público que o jornalista assume é própria do jornalismo de modo geral e pode ser percebida no slogan que aparece na primeira página do jornal “Folha de São Paulo”, logo abaixo do nome do jornal: “Um jornal a serviço do Brasil”.



importantes na tentativa do jornalista de realizar processos de figuração para valorizar sua face e, de modo complementar, não expor a face do outro a riscos nem invadir de modo inadequado seu território.

Assim, na sequência “Mar de lama”, os recursos textuais e discursivos já estudados têm como função poupar e valorizar as faces dos interactantes e, ao mesmo tempo, preservar os seus territórios, amenizando a verticalidade da relação de lugares entre os interactantes.

A construção de uma sequência narrativa que atualiza todos os episódios da representação praxeológica do tipo narrativo da reportagem parece se explicar pela posição acional assumida pelo narrador. Na busca por denunciar desvios de verba e, ao mesmo tempo, de não se comprometer de forma excessiva, o jornalista opta por construir uma sequência que apresenta todos os episódios do tipo, os quais estão na ordem mais frequente. Se a ordem dos episódios fosse outra, e a sequência começasse, por exemplo, pela avaliação ou pelo estágio final ou apresentasse mais de uma avaliação, o jornalista poderia ser acusado de tendencioso ou imparcial, pondo em risco a sua busca por ser reconhecido como merecedor de credibilidade e como prestador de um serviço público e pondo em risco, conseqüentemente, sua face.

O jornalista produz uma avaliação, cuja instância responsável é o próprio jornalista e não um terceiro (especialista ou figura do cenário político). Antes de listar os casos de corrupção que finalizam a reportagem, dos quais “Mar de lama” faz parte, o jornalista já havia mencionado que a sua fonte são os auditores do TCU, atendendo à exigência do gênero de *comprovar a veracidade do que é dito*. Em “Mar de lama”, então, o jornalista se sente à vontade para emitir uma opinião compatível com a da figura de leitor que constrói em seu discurso, o cidadão, dizendo, na avaliação, que esses casos de corrupção são “uma estranheza atrás da outra”. Por esse motivo, a emissão de uma opinião por parte do jornalista não implica a perda de sua face, já que ele não se expõe como alguém que opina sem provas.

A estrutura hierárquico-relacional da sequência (figuras 7 e 13) também revela a busca do jornalista por valorizar a face do leitor, que se constrói como um cidadão interessado no bem público. Isso porque o jornalista ancora o sumário e a avaliação em constituintes subordinados, reservando os constituintes principais para os episódios em que busca

informar desvios de verba e a situação atual da BR-342. Com isso, ele sugere que o compromisso principal de seu discurso é com a informação e não com a emissão de pontos de vista.

O jornalista relativiza essa neutralidade ou essa busca por construir um efeito de objetividade na marcação linguística, ao se valer de forma intensa de recursos argumentativos. Assim, a frequência de relações argumentativas revela um jornalista empenhado em convencer o cidadão de que é absurdo o desvio de verbas destinadas a obras públicas.

Como se vê, a sequência narrativa funciona como uma estratégia discursiva importante, porque auxilia o jornalista a preservar sua face e a do cidadão, apresentando-se como um profissional merecedor de credibilidade, que toma a palavra apenas para revelar acontecimentos de interesse do cidadão.

### **3.3.3 Considerações sobre a forma de organização estratégica**

Tal como apresentada, essa forma de organização tem como finalidade estudar a função contextual de sequências discursivas específicas, revelando o papel que exercem na gestão das relações de faces, territórios e lugares. Nesse sentido, esta pesquisa transfere para a forma de organização estratégica o trabalho de definir o lugar do contexto no estudo global da heterogeneidade do discurso, investigando as restrições que as propriedades da situação de ação impõem aos agentes, no momento em que produzem e interpretam uma sequência discursiva.

Desse modo, essa forma de organização constitui um conjunto de hipóteses acerca de como tratar a influência de diferentes aspectos (suporte, visadas, posição acional, posição interacional, etc) sobre um agente que, assumindo um status social definido, deve escrever uma sequência discursiva e sobre outro agente que, também assumindo um status social, deve ler essa mesma sequência.

Com o estudo da forma de organização estratégica, procuro, então, alcançar o último objetivo específico desta pesquisa, que é *estudar a função contextual de sequências narrativas particulares extraídas de reportagens*.

## **Considerações finais**

Neste capítulo, apresentei uma proposta teórico-metodológica com que contornar os problemas apresentados no item 2.4 do capítulo anterior, proposta que me possibilite alcançar os objetivos desta pesquisa. Nesse item 2.4, apresentei evidências recolhidas em diferentes trabalhos de que, ao contrário do que se postula na versão atual do modelo modular, os tipos de discurso recebem influência do gênero que compõem e, portanto, não devem ser concebidos como entidades universais e descontextualizadas. Por isso, reformulei a forma de organização sequencial, de modo que integrasse a noção de gênero e contemplasse o estudo de seu impacto sobre a constituição dos tipos de discurso.

Em 2.4, aponte também a inconsistência com que diferentes trabalhos sobre as formas de organização sequencial e composicional definem as noções de gênero e de contexto, o que provocou uma indefinição do papel dessas noções no estudo da heterogeneidade composicional. Para contornar esse problema, procurei definir a noção de gênero como um conjunto de representações referenciais esquemáticas sócio-historicamente adquiridas pelos membros de uma coletividade e a noção de contexto como o conjunto de enquadres situacionais que emergem em situações de ação particulares. Definidas essas noções, estabeleci o papel que cada uma delas pode exercer no estudo da heterogeneidade composicional. O gênero tem papel no estudo da constituição dos tipos de discurso (forma de organização sequencial) e na definição das marcas linguístico-discursivas e das funções cotextuais típicas das sequências (forma de organização composicional). Já o contexto tem papel no estudo de como as propriedades da situação de ação (elementos dos enquadres acional e interacional) influenciam a atualização das representações esquemáticas (gêneros e tipos), no momento da produção de sequências discursivas particulares (forma de organização estratégica).

O item 2.4 questionou também a pertinência de se considerarem somente informações lexicais, sintáticas e relacionais no estudo da emergência dos efeitos composicionais. Na busca por enriquecer a análise desses efeitos e levar em conta o papel de marcas lexicais e sintáticas em outros níveis discursivos, a forma de organização composicional incorporou o estudo das formas de organização informacional e enunciativa.

É possível sintetizar a proposta elaborada neste capítulo por meio deste esquema:

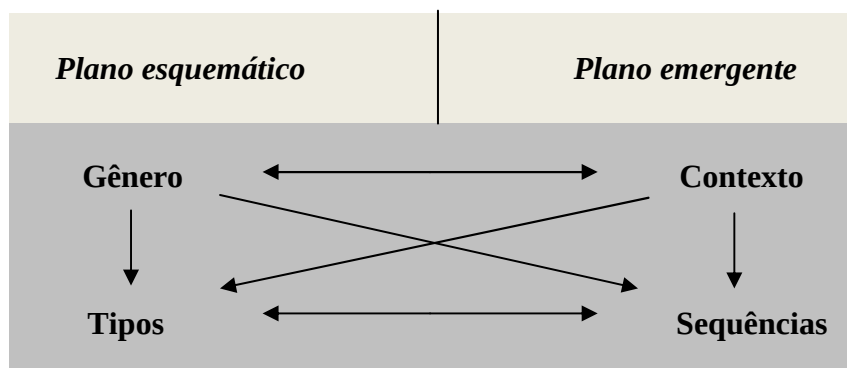


FIGURA 16 - Esquema da proposta para o estudo da heterogeneidade composicional

Com esse esquema, busco situar, umas em relação às outras, as noções de gênero, contexto, tipos de discurso e sequências discursivas no quadro que proponho para o estudo da heterogeneidade composicional. No esquema, os tipos são subordinados aos gêneros, porque em cada gênero se define ou se estabiliza, ao longo de sua constituição histórica, um modo típico de narrar, descrever ou deliberar. Mas a produção de uma dada sequência ocorre em função dos parâmetros do contexto, os quais obrigam o agente por ela responsável a passar suas expectativas sobre o gênero e seus tipos por processos constantes de acomodação, ditados, em grande medida, pelas relações de faces, territórios e lugares. Nesse sentido, a composição de uma sequência particular é o resultado de um confronto entre as expectativas genéricas e os parâmetros contextuais, sendo a atualização de um tipo de discurso dependente da construção de imagens recíprocas entre os interactantes. Dessa forma, torna-se impossível estabelecer uma oposição rígida entre os planos esquemático e emergente das produções discursivas, o que é representado pelas setas duplas.

Com base nas reformulações propostas neste capítulo, acredito que o estudo das formas de organização sequencial, composicional e estratégica das sequências do corpus permitirá o alcance de cada um dos objetivos desta tese, nos capítulos de análise.

Com o estudo da forma de organização sequencial, será possível, no capítulo 5, identificar o tipo narrativo da reportagem e as sequências narrativas. Em seguida, com a forma de organização composicional, será possível, no capítulo 6, verificar qual é a marcação linguístico-discursiva e quais são as funções cotextuais típicas das sequências narrativas da reportagem. Finalmente, a forma de organização estratégica, no capítulo 7, permitirá investigar a função contextual de sequências narrativas particulares extraídas de reportagens do corpus. Aprofundando essas questões metodológicas, o próximo

capítulo traz esclarecimentos sobre a constituição do corpus de análise e sobre a metodologia adotada no desenvolvimento das análises.



---

## **PARTE II**

### **METODOLOGIA E ANÁLISES**

---





## 4 CONSTITUIÇÃO DO CORPUS E QUESTÕES METODOLÓGICAS

Neste capítulo, apresento os critérios que nortearam a seleção do corpus, bem como informações sobre a metodologia adotada para o tratamento desse corpus. Ao tratar da seleção do corpus, no próximo item, apresento justificativas para o estudo de sequências narrativas extraídas de exemplares do gênero reportagem publicadas nas revistas semanais de informação Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja. No item seguinte, ao abordar a metodologia, apresento e justifico procedimentos adotados em cada uma das três etapas (formas de organização sequencial, composicional e estratégica) do percurso de análise.

### 4.1 Constituição do corpus

O corpus completo desta pesquisa se constitui de dezesseis reportagens, que foram publicadas nas revistas de informação Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja, nas edições de janeiro de 2010. Para chegar a esse corpus, utilizei alguns critérios, a fim de que os resultados pudessem refletir com a maior segurança possível a forma como os jornalistas, num dado período histórico, constroem as sequências narrativas de reportagens. Os critérios que adotei foram:

- *o gênero do discurso*: a decisão de estudar exemplares de apenas um gênero é decorrente da hipótese central desta pesquisa. Segundo essa hipótese, é inadequada a ideia de que um mesmo tipo de discurso se atualiza nos exemplares de quaisquer gêneros, ou seja, de que os tipos são transversais em relação aos gêneros. Considero, ao contrário, que cada gênero possui tipos de discurso específicos, os quais se atualizam nas sequências discursivas de exemplares do gênero. Portanto, verificou-se ser essencial estudar um corpus formado por exemplares de um gênero apenas.
- *gênero reportagem*: a escolha de um gênero pertencente à esfera jornalística se justifica pelo potencial que os gêneros dessa esfera apresentam em termos de alcance e de possível influência de um grande número de consumidores. Como destaca Van Dijk (2008, p. 77),

A aquisição de conhecimentos e a formação de opiniões sobre a maior parte dos eventos do mundo parecem basear-se largamente no discurso jornalístico presente na imprensa e na televisão, compartilhado diariamente por milhões de pessoas.

Esse alcance aponta para um “poder potencial” (VAN DIJK, 2008, p. 77) do discurso jornalístico, poder que justifica o estudo de seus procedimentos de construção. Quanto à escolha do gênero reportagem, ela se deveu à minha familiaridade com esse gênero, o qual foi objeto de estudo em minha pesquisa de mestrado (CUNHA, 2008), bem como à grande quantidade de trabalhos sobre esse gênero produzidos na Análise do Discurso e na Comunicação, os quais poderiam oferecer subsídios importantes para a compreensão de como os jornalistas constroem sequências narrativas. Além disso, considerado um gênero nobre no campo jornalístico (ADAM, 1997a), a reportagem é o meio preferencialmente escolhido para reportar os acontecimentos de maior relevância social do espaço público, independentemente da temática.

- *o suporte*: conforme Hernandez (2006), há diferenças importantes entre as reportagens produzidas em diferentes suportes. Esclarece o autor que as revistas semanais de informação, por não serem diárias, abordam acontecimentos já tratados em outros suportes, como jornal, televisão e internet. Por isso, elas costumam tratar de acontecimentos que supostamente já são do conhecimento do leitor ou, na terminologia do jornalismo (HERNANDEZ, 2006), de acontecimentos “frios”, os quais se opõem aos “quentes”, que são acontecimentos bastante atuais. Ainda conforme o autor, as revistas de informação compensam essa defasagem, por meio de uma abordagem mais analítica, recuperando as causas dos acontecimentos de forma mais profunda e contextualizando-os melhor. Como essas particularidades de reportagens produzidas em diferentes suportes podem ter impacto sobre a frequência e as características de construção das sequências discursivas, considerei pertinente selecionar reportagens veiculadas em apenas um suporte, a revista semanal de informação.
- *as revistas semanais de informação*: as reportagens do corpus foram publicadas em edições das revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja. A seleção dessas revistas se deve a algumas razões. Em primeiro lugar, são as revistas semanais

de informação que apresentam maior número de exemplares vendidos no país (BETTENCOURT; SANTANA, 2012; HERNANDEZ, 2006). Em segundo, são considerados veículos de informação de referência, o que aponta para a influência que podem exercer sobre a forma de se fazer jornalismo de outras revistas de informação. Por fim, como essas revistas são consideradas veículos de referência, as reportagens que veiculam costumam ter grande repercussão nos outros veículos e, em alguns casos, chegam a influenciar tomadas de decisões em outras esferas, como a política.

- *o período de publicação*: esta é uma pesquisa sincrônica, ou seja, procura investigar o fenômeno da construção da narrativa em reportagens em um período histórico determinado. O cuidado em compor o corpus com reportagens publicadas em um intervalo curto de tempo se explica pela minha tentativa de chegar a resultados que reflitam a forma como os jornalistas, no período estudado, constroem sequências narrativas de reportagens. Tendo em vista que um gênero é um conjunto de representações esquemáticas sócio-historicamente constituídas, considereirei como bastante forte a hipótese de que a forma como narram os jornalistas de hoje é diferente da forma como narravam os jornalistas do início ou da metade do século XX<sup>72</sup>. Por isso, optei por estudar apenas reportagens veiculadas em edições de janeiro de 2010.

Um critério que poderia ser considerado pertinente é o da temática. Ou seja, o corpus, para tornar-se mais homogêneo, poderia ter sido composto por reportagens que tratam apenas de um tópico, o que implicaria colher reportagens em somente uma seção ou rubrica (política, meio ambiente, cotidiano, lazer, esporte, cultura, etc). Esse critério, previsto no projeto desta pesquisa, foi descartado, já que, se levasse em conta apenas uma temática na constituição do corpus, a pesquisa limitaria-se a investigar a construção da narrativa em reportagens do jornalismo político ou ambiental ou esportivo e não em reportagens de modo geral. Para que os resultados da pesquisa fossem mais abrangentes, optei, então, por desconsiderar a temática como um critério para a constituição do corpus.

---

<sup>72</sup> Há pesquisas diacrônicas que fornecem subsídios para a sustentação dessa hipótese, ao apontarem diferenças importantes na constituição de gêneros jornalísticos em intervalos de cinquenta anos (CHAPARRO, 2008; COSTA, 2009; PESSOA, 2007).

Com base nos critérios expostos, coletei um total de setenta reportagens nas edições que as revistas Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja publicaram em janeiro de 2010. Como esse número de reportagens inviabilizaria a conclusão da pesquisa no prazo disponível para o término do doutorado, foi preciso adotar critérios suplementares, a fim de se chegar a um corpus viável. O primeiro deles foi escolher em cada revista o mesmo número de reportagens. Considerando que dezesseis reportagens constituiriam um corpus de extensão razoável, busquei quatro reportagens em cada revista. Das dezesseis reportagens, apenas quatro, uma de cada revista, deveriam tratar do mesmo tópico, para serem objeto da análise da terceira etapa da pesquisa, a forma de organização estratégica. Em cada revista, havia uma reportagem sobre as catástrofes naturais ocorridas na passagem de 2009 para 2010. As outras três reportagens de cada revista foram escolhidas de maneira aleatória, mas em seções diferentes das edições, para que o corpus fosse composto por reportagens de temática variada (política nacional e internacional, meio ambiente, cotidiano, polícia e economia). Recortando o corpus inicial de setenta reportagens, cheguei ao seguinte corpus definitivo:

TABELA 1  
Corpus definitivo

| Revistas             | Datas das edições | Reportagens                           |
|----------------------|-------------------|---------------------------------------|
| Carta Capital        | 13/01/2010        | (r1) A culpa não é só da natureza     |
|                      | 20/01/2010        | (r2) São Paulo na lama                |
|                      |                   | (r3) Uma história bipolar             |
|                      |                   | (r4) Vanguarda do atraso              |
| Época                | 08/01/2010        | (r1) Um mensalão de R\$ 150 mil?      |
|                      |                   | (r2) É possível evitar?               |
|                      | 15/01/2010        | (r3) O bolívar forte ficou fraco      |
|                      |                   | (r4) O pecado público                 |
| IstoÉ                | 13/01/2010        | (r1) Caça ao vazamento                |
|                      |                   | (r2) Eles não deveriam estar aqui     |
|                      | 20/01/2010        | (r3) O passado ainda presente         |
|                      | 27/01/2010        | (r4) A hora do medo                   |
| Veja                 | 06/01/2010        | (r1) Desvios subterrâneos             |
|                      |                   | (r2) Ele tem 150 000 metros quadrados |
|                      |                   | (r3) Sol, mar e organização           |
|                      | 13/01/2010        | (r4) Trágico, absurdo, previsível     |
| Total de reportagens |                   | 16                                    |

Como verificamos no capítulo anterior, cada uma das três etapas de análise desta pesquisa (formas de organização sequencial, composicional e estratégica) procede a um aprofundamento dos resultados da etapa anterior, o que implica níveis cada vez maiores de complexidade no estudo do tipo narrativo e das sequências narrativas das reportagens. Por esse motivo, considerando que recortes no corpus não comprometeriam a investigação das hipóteses levantadas nesta pesquisa, realizei nas duas últimas etapas reduções do corpus definitivo.

Na forma de organização sequencial, a análise do tipo narrativo da reportagem e a identificação das sequências narrativas se basearam no corpus completo.

Na forma de organização composicional, o estudo da marcação linguístico-discursiva típica e da função cotextual típica das sequências narrativas se fez com base em um subcorpus constituído pela metade do corpus definitivo. Na segunda etapa, foram analisadas, então, oito reportagens, duas de cada revista. Dessas duas reportagens, uma é a que trata das catástrofes naturais ocorridas de 2009 para 2010. Para que a seleção da segunda reportagem não fosse aleatória, selecionei a reportagem seguinte em relação à que trata das catástrofes naturais. Na Carta Capital, por exemplo, a reportagem que trata das catástrofes naturais (“A culpa não é só da natureza”) é a primeira (r1) das quatro reportagens selecionadas nessa revista, como se vê na tabela 1. Portanto, a outra reportagem dessa revista a entrar no subcorpus dessa etapa foi a segunda reportagem (r2), intitulada “São Paulo na Lama”. Apenas na revista Veja, a segunda reportagem precisou ser a reportagem anterior em relação à que trata de catástrofes naturais, porque esta é a última das quatro. Assim, a reportagem que aborda catástrofes é a “Trágico, absurdo, previsível” (r4), enquanto a outra reportagem é a “Sol, mar e organização” (r3).

Por fim, na forma de organização estratégica, a análise da função contextual das sequências se fez com base na metade do subcorpus anterior ou em 1/4 do corpus completo. Assim, a terceira etapa desta pesquisa estudou as sequências narrativas de quatro reportagens, uma de cada revista. Como nesta etapa a comparação entre as reportagens é pertinente, todas as quatro reportagens tratam do mesmo tópico já exposto, a saber, as catástrofes naturais ocorridas na passagem de 2009 para 2010.

A decisão de estudar na terceira etapa reportagens que tratam dessas catástrofes se deve, em primeiro lugar, ao fato de que esse foi um conjunto de acontecimentos que recebeu bastante destaque nas edições em que foi explorado. Além disso, pareceu-me interessante abordar a temática ambiental na forma de organização estratégica, uma vez que essa temática toca diferentes setores sociais (científico, político, empresarial, policial, hospitalar, etc), acerca dos quais o jornalista inevitavelmente precisa manifestar relações de acordo ou de desacordo, para se apresentar ao cidadão de diferentes maneiras. Reforçando o interesse de uma análise discursiva de produtos midiáticos com temática ambiental, observa Ramos (2007, p. 51-52):

A problemática ambiental, porque “invisível” ao olhar desarmado do quotidiano, emergindo somente na pontual efervescência do acidente ou da catástrofe, e desfocada pelo peso testemunhal das circunstâncias, é particularmente passível de construção discursiva – e objecto da atenção sistemática dos media. Estes intensificam e extensificam causas e consequências, exploram perdas e expectativas, dão a ver e ampliam tensões sociais. Evocam vozes autorizadas, de decisores políticos, de líderes de opinião, de ambientalistas e de vítimas. E juntam-lhes uma outra voz, a do jornal enquanto instância mediática, conferindo sentido (o seu sentido) aos factos, transformando o “evento bruto” (aquilo que se passa, uma modificação dos estados das coisas, mas ainda sem significado atribuído) em “evento mediático” (o resultado do discurso sobre o evento bruto, que o torna susceptível de ser adquirido pelos receptores da informação, e que pode corresponder a um facto ou a uma declaração).

Os recortes a que submeti o corpus completo a cada etapa da análise estão representados nesta tabela:

TABELA 2  
Corpus de cada etapa da análise

| <b>Forma de organização sequencial</b>                                                                               |                                                                                                                          |                                                                                                                     |                                                                                                                                        |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b>Carta Capital</b>                                                                                                 | <b>Época</b>                                                                                                             | <b>IstoÉ</b>                                                                                                        | <b>Veja</b>                                                                                                                            |
| (r1) A culpa não é só da natureza<br>(r2) São Paulo na lama<br>(r3) Uma história bipolar<br>(r4) Vanguarda do atraso | (r1) Um mensalão de R\$ 150 mil?<br>(r2) É possível evitar?<br>(r3) O bolívar forte ficou fraco<br>(r4) O pecado público | (r1) Caça ao vazamento<br>(r2) Eles não deveriam estar aqui<br>(r3) O passado ainda presente<br>(r4) A hora do medo | (r1) Desvios subterrâneos<br>(r2) Ele tem 150 000 metros quadrados<br>(r3) Sol, mar e organização<br>(r4) Trágico, absurdo, previsível |
| <b>Forma de organização composicional</b>                                                                            |                                                                                                                          |                                                                                                                     |                                                                                                                                        |
| <b>Carta Capital</b>                                                                                                 | <b>Época</b>                                                                                                             | <b>IstoÉ</b>                                                                                                        | <b>Veja</b>                                                                                                                            |
| (r1) A culpa não é só da natureza<br>(r2) São Paulo na lama                                                          | (r2) É possível evitar?<br>(r3) O bolívar forte ficou fraco                                                              | (r2) Eles não deveriam estar aqui<br>(r3) O passado ainda presente                                                  | (r3) Sol, mar e organização<br>(r4) Trágico, absurdo, previsível                                                                       |
| <b>Forma de organização estratégica</b>                                                                              |                                                                                                                          |                                                                                                                     |                                                                                                                                        |
| <b>Carta Capital</b>                                                                                                 | <b>Época</b>                                                                                                             | <b>IstoÉ</b>                                                                                                        | <b>Veja</b>                                                                                                                            |
| (r1) A culpa não é só da natureza                                                                                    | (r2) É possível evitar?                                                                                                  | (r2) Eles não deveriam estar aqui                                                                                   | (r4) Trágico, absurdo, previsível                                                                                                      |

Após a descrição dos procedimentos empregados na composição do corpus, passo à apresentação e à discussão de alguns aspectos da metodologia adotada para o seu tratamento em cada etapa.

## 4.2 Questões metodológicas

No capítulo anterior, apresentei o percurso de análise desta pesquisa. Como o Modelo de Análise Modular do Discurso não é um modelo somente teórico, mas também metodológico, grande parte dos procedimentos e dos instrumentos de análise adotados no tratamento do corpus já foi explicitada. Por isso, neste item, limito-me a tratar de algumas decisões e de questões mais gerais não abordadas anteriormente, as quais, no entanto, são importantes para a compreensão das etapas do percurso de análise a serem apresentadas nos capítulos seguintes.

### 4.2.1 Forma de organização sequencial

Nesta pesquisa, a análise da forma de organização sequencial do corpus será abordada no capítulo 5 e trata da constituição do tipo narrativo da reportagem e da identificação das sequências narrativas das dezesseis reportagens. Entretanto, a segmentação das

reportagens não se limitou a identificar as sequências narrativas, já que saber que uma sequência não pertence ao tipo narrativo implica saber a que tipo de discurso (descritivo ou deliberativo) ela pertence. Então, foi preciso extrair não apenas as sequências narrativas que compõem as dezesseis reportagens, mas também as descritivas e deliberativas. Como esta pesquisa não tem por objetivo identificar os tipos descritivo e deliberativo do gênero reportagem, os instrumentos usados para extrair as sequências pertencentes a esses tipos foram os propostos pela versão atual do modelo modular, os quais apresentei no capítulo 2. Porém, tendo em vista os objetivos da pesquisa, a segmentação não levou em conta o estudo da estrutura hierárquica das sequências descritivas e deliberativas, mas apenas as suas estruturas referenciais.

Quanto ao tipo narrativo da reportagem, a discussão, realizada no item 2.4.1 do capítulo 2, do método empregado por Adam (1992) para chegar ao protótipo narrativo revelou que decisões teóricas implicam modificações na metodologia adotada. Sendo assim, este trabalho, que advoga uma noção sócio-histórica para os tipos de discurso, não poderia partir de um tipo narrativo prévia e arbitrariamente escolhido pelo analista. Portanto, a identificação do tipo narrativo da reportagem se pautou na percepção de elementos recorrentes nas sequências narrativas identificadas, por considerar que o gênero tem impacto sobre a constituição dos planos referencial e textual dos tipos.

A identificação dessas recorrências constituiu o resultado de constantes idas e vindas entre a elaboração dos episódios do tipo narrativo da reportagem e a análise das sequências narrativas. Nesse sentido, é possível dizer que a elaboração do tipo narrativo e a identificação das sequências narrativas foram processos que se alimentaram e que se desenvolveram paralelamente, não tendo sido a elaboração do tipo anterior à extração das sequências.

Esse método que consiste em ir da análise dos dados para a elaboração teórica e desta para aquela é próprio dos modelos teóricos que se baseiam nos usos da língua, mas é bastante característico das várias etapas por que passou o modelo modular ao longo de seu desenvolvimento, como revela Roulet (1999a, p. 140), ao tratar da capacidade descritiva e explicativa do modelo:

Advém daí [dessa capacidade] o movimento dialético constante, após o início das nossas pesquisas sobre este tema [da organização do discurso], em 1979, entre a análise de diálogos e de textos autênticos (isto é, não fabricados para



fins de análise) e a formulação de hipóteses, com a maior previsão possível, sobre a organização do discurso.

Para a obtenção de um maior rigor na percepção dos elementos recorrentes e definidores de cada episódio do tipo narrativo da reportagem, julguei pertinente apoiar essa percepção na quantificação desses elementos. Por exemplo, a introdução de um episódio *sumário* nesse tipo narrativo é decorrente do fato de que, como veremos, em 64 das 129 sequências narrativas identificadas no corpus completo foi detectado um segmento de texto em que o jornalista antecipa informações que serão dadas nos episódios seguintes, com o objetivo de esclarecer o leitor ou de aguçar sua curiosidade. Caso um segmento com essas características tivesse apresentado apenas uma ou duas ocorrências no corpus, não seria pertinente a introdução do episódio *sumário* no tipo narrativo da reportagem, justamente porque esse tipo diz respeito a expectativas sobre a forma como os jornalistas narram acontecimentos em reportagens, devendo, portanto, se compor dos elementos que são recorrentes no corpus estudado.

Identificadas as sequências narrativas, associei a cada uma delas um código, tendo em vista tornar mais ágil a busca de uma dada sequência nos vários arquivos eletrônicos criados para armazenar as análises das três etapas da pesquisa. Por exemplo, a primeira sequência narrativa da reportagem “A culpa não é só da natureza”, da revista Carta Capital, recebeu o código (sn1/r1/c). Esse código informa que a sequência é a primeira sequência narrativa (sn1) da primeira das quatro reportagens (r1) da revista Carta Capital (c). Da mesma forma, a última sequência narrativa da reportagem “Sol, mar e organização” recebeu o código (sn3/r3/v), porque ela é a terceira sequência narrativa (sn3) da terceira reportagem (r3) da revista Veja (v).

Quanto às sequências narrativas encaixadas, o seu código apresenta ainda informação sobre o episódio a que ela corresponde na sequência encaixante. Por exemplo, a segunda sequência narrativa da reportagem “O pecado público” recebeu o código (sn2/r4/e/Com/sn1), porque ela é a segunda sequência narrativa (sn2) da quarta reportagem (r4) da revista Época (e). Além disso, ela corresponde à complicação (Com) da primeira sequência narrativa (sn1) da mesma reportagem.

O estudo da forma de organização sequencial das dezesseis reportagens se fez basicamente em duas etapas:

a) segmentação das reportagens nas sequências narrativas, descritivas e deliberativas que as compõem;

b) estudo das sequências narrativas identificadas.

Como o foco desta pesquisa é o tipo narrativo da reportagem, a segunda etapa apresentou uma complexidade muito maior e, por isso, se subdividiu em quatro etapas mais específicas, a fim de caracterizar de modo aprofundado o plano referencial e o plano textual do tipo narrativo da reportagem. Essas etapas são:

a) definição dos episódios componentes do tipo narrativo da reportagem. Foi nesta etapa que as constantes idas e vindas entre a análise das sequências narrativas e a elaboração do tipo narrativo foram mais frequentes e necessárias. Isso porque a busca pelas recorrências caracterizadoras desses episódios levou, muitas vezes, à recategorização tipológica de sequências, à inserção em sequências narrativas de segmentos que, num primeiro momento, foram interpretados como pertencentes a outras sequências ou à eliminação em sequências narrativas de segmentos componentes de outras sequências.

b) definição da ordem em que os episódios tipicamente ocorrem na representação praxeológica. Esta etapa e a anterior estudaram o tipo narrativo da reportagem do ponto de vista referencial.

c) estudo do estatuto principal ou subordinado da intervenção em que cada episódio costuma ocorrer.

d) estudo do processo de encaixamento de uma sequência narrativa no interior de outra sequência narrativa, a fim de saber em qual(is) episódio(s) costumam ocorrer sequências narrativas encaixadas. Das 129 sequências narrativas identificadas, 35 são encaixadas. Esta etapa e a anterior estudaram o tipo narrativo da reportagem do ponto de vista textual ou hierárquico.

#### **4.2.2 Forma de organização composicional**

Nessa forma de organização, cuja análise será apresentada no capítulo 6, estudam-se a marcação linguístico-discursiva típica das sequências narrativas, bem como sua função cotextual típica. Como exposto, não serão estudadas, nesta etapa, todas as sequências narrativas identificadas na etapa anterior, mas apenas as identificadas em oito das

dezesseis reportagens, que formam um conjunto de 53 sequências, das quais dez são encaixadas. Esse recorte se justifica pelo fato de que essa forma de organização aprofunda a análise sequencial, combinando-a com as análises do módulo sintático e das formas de organização relacional, informacional e enunciativa. Além disso, esse número de sequências narrativas se mostrou suficiente para identificar regularidades na marcação linguística e na função cotextual das sequências.

Por constituir um desdobramento do estudo da forma de organização sequencial, a composicional continua a verificar o impacto do gênero reportagem sobre o seu tipo narrativo, investigando agora a recorrência de marcas linguístico-discursivas (sintáticas, relacionais, informacionais e enunciativas) na composição das sequências narrativas, bem como das funções hierárquico-relacionais que elas exercem em relação ao cotexto. A recorrência de uma marca diz respeito à frequência com que ocorre em um dado corpus. Por isso, para medir essa recorrência, também nesta etapa apoiei minhas observações na quantificação de elementos do corpus, mais especificamente na quantificação das marcas linguístico-discursivas empregadas na construção das sequências e das relações de discurso que as ligam ao cotexto.

Entretanto, vale esclarecer que, tendo em vista a extensão relativamente reduzida do corpus desta pesquisa, os resultados que serão apresentados não têm a intenção (ou a pretensão) de oferecer provas categóricas sobre o uso das marcas analisadas. A função dos resultados percentuais que apresento, muito mais modesta, é a de sugerir tendências na forma como os jornalistas constroem as sequências narrativas de reportagens. Por isso mesmo, a análise quantitativa tem como finalidade alimentar ou sustentar a análise qualitativa das sequências narrativas, que procura investigar em que medida a frequência de um dado fenômeno decorre do gênero reportagem e do seu impacto sobre a construção dessas sequências.

Na verdade, a percepção de que seria necessário quantificar as análises das formas de organização sequencial e composicional surgiu da constatação de que havia poucos trabalhos sobre o gênero reportagem que, ao defenderem a tipicidade de uma dada marca, pautassem essa defesa no cálculo da sua frequência em um corpus. De modo geral, o método consiste em defender a tipicidade de uma marca com base em autores que estudaram outro gênero ou na análise de apenas um exemplar do gênero ou de fragmentos de textos escolhidos para ilustrar uma teoria previamente elaborada.

Na forma de organização composicional, a análise das 53 sequências narrativas obedeceu ao mesmo método em todas as etapas, desenvolvendo-se basicamente em dois momentos:

a) estudo das sequências narrativas do ponto de vista do módulo (sintático) ou da forma de organização considerada (relacional, informacional ou enunciativa). Nesse momento da análise, as dez sequências narrativas encaixadas foram sempre desconsideradas. Aqui as sequências encaixadas precisaram ser desconsideradas da análise, para que um mesmo item (forma verbal, conector, expressão nominal, segmento de discurso representado, etc) não fosse computado repetidamente. Se essas sequências fossem levadas em conta, os números obtidos seriam enganosos, porque levariam a crer que há mais itens do que realmente há. Então, esse primeiro momento da análise levou em conta apenas as 43 sequências narrativas encaixantes.

b) combinação do estudo das sequências narrativas do ponto de vista sequencial, realizado no capítulo 5, e do estudo das mesmas sequências do ponto de vista do módulo (sintático) ou da forma de organização considerada (relacional, informacional ou enunciativa). Nesse momento da análise, diferentemente do anterior, as dez sequências narrativas encaixadas foram sempre consideradas, uma vez que também elas foram analisadas na forma de organização sequencial e auxiliam, portanto, a descobrir a frequência com que um item ocorre em cada episódio do tipo narrativo da reportagem. Sendo assim, aqui já não interessa mais a frequência total de um item, mas a sua frequência em cada episódio.

Vale esclarecer que, dependendo da complexidade da forma de organização ou dos meus interesses como analista, cada um desses momentos se subdividiu em etapas mais específicas. Por exemplo, no estudo da forma de organização relacional, o primeiro momento se subdividiu em duas etapas: (i) contagem de todas as relações de discurso e (ii) contagem de todos os marcadores dessas relações. Da mesma forma, o segundo momento se subdividiu em duas etapas: (i) análise da função (argumentativa, comentativa, contra-argumentativa, etc) que cada episódio do tipo narrativo costuma exercer e (ii) análise da frequência das relações de discurso no interior de cada episódio.

No início do item que trata de cada módulo ou forma de organização, são indicadas as etapas específicas da análise.

### **4.2.3 Forma de organização estratégica**

Nesta pesquisa, o percurso de análise se completa com o estudo da forma de organização estratégica, o qual será apresentado no capítulo 7. Com essa forma de organização, estudo a função contextual das sequências narrativas, investigando como o jornalista, ao conduzir a gestão das relações de faces, territórios e lugares em uma situação de ação, constrói sequências narrativas específicas, submetendo as expectativas relativas ao tipo narrativo da reportagem a processos contextuais de acomodação.

Como exposto, o subcorpus desta etapa são as quatro reportagens, uma de cada revista, que tratam das catástrofes ocorridas na passagem de 2009 para 2010. Nas duas primeiras etapas da pesquisa, não foi adotada uma perspectiva de análise comparatista. Ou seja, não foram comparados os resultados individuais das análises sequencial e composicional de cada revista de informação. Isso porque o objetivo dessas análises foi obter resultados acerca do impacto do gênero reportagem sobre a constituição do seu tipo narrativo e sobre a marcação linguístico-discursiva e a função contextual das sequências. Nesse sentido, possíveis particularidades devidas, por exemplo, à linha editorial de uma revista não foram consideradas.

Mas, na forma de organização estratégica, comparou-se o modo como cada jornalista, agindo a serviço de uma instância midiática específica, transforma o mesmo “evento bruto” em um “evento midiático” (RAMOS, 2007, p. 52). A comparação das especificidades das sequências narrativas de cada reportagem revelou-se importante, por evidenciar as estratégias discursivas que os jornalistas de cada uma das revistas empregaram para se apresentar ao cidadão de uma maneira ou de outra, ainda que todos desenvolvessem o mesmo tópico. Em outros termos, essa comparação evidenciou como cada jornalista, inserido em um dado contexto, atualiza a seu modo as expectativas (sequenciais, sintáticas, relacionais, informacionais e enunciativas) do tipo narrativo da reportagem na construção de sequências narrativas particulares.

### **Considerações finais**

Este capítulo ofereceu informações acerca da constituição do corpus e da metodologia adotada no percurso de análise desta pesquisa. No item sobre a constituição do corpus, foram verificados os critérios que nortearam a seleção de reportagens para a composição

do corpus definitivo, bem como os recortes realizados nesse corpus em cada etapa da pesquisa.

Já o item sobre a metodologia se ocupou de questões mais gerais acerca dos procedimentos de análise adotados em cada etapa, cujo conhecimento será útil para a compreensão dessas análises. Nos próximos capítulos, componentes da segunda parte desta tese, apresento os resultados e a discussão dessas etapas.

## **5 ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO SEQUENCIAL**

Neste capítulo, apresento as análises da forma de organização sequencial das dezesseis reportagens do corpus, dando enfoque especial às sequências narrativas. Este capítulo se dedica, assim, a apresentar as análises que permitiram identificar as sequências narrativas, descritivas e deliberativas do corpus, bem como elaborar o tipo narrativo da reportagem, o qual foi apresentado no capítulo 3.

Inicialmente, exponho a segmentação geral das reportagens em sequências narrativas, descritivas e deliberativas, a fim de verificar qual o tipo de sequências predomina no corpus. Feita essa exposição inicial, passo a focalizar apenas as sequências narrativas, procedendo à apresentação das regularidades observadas na forma como, nas sequências narrativas do gênero reportagem, os jornalistas constroem a cadeia de acontecimentos e estruturam os constituintes textuais em que essa cadeia se textualiza. A relevância dessas regularidades está, como será mostrado, em permitir elaborar o tipo narrativo da reportagem.

Dessa forma, com este capítulo, busco alcançar os dois primeiros objetivos específicos desta tese, a saber:

- identificar o tipo narrativo com que, no gênero reportagem, os jornalistas produzem sequências narrativas.
- identificar as sequências narrativas em que esse tipo se manifesta em exemplares do gênero reportagem.

### **5.1 A segmentação do corpus em sequências discursivas**

Neste item, trato dos resultados relativos à segmentação das reportagens em sequências narrativas, descritivas e deliberativas. Como explicado no capítulo anterior, a identificação das sequências narrativas e a elaboração do tipo narrativo da reportagem ocorreram simultaneamente, e o processo de elaboração desse tipo será explicitado em detalhes nos próximos itens. Mas a identificação das sequências descritivas e deliberativas se fez com base nos instrumentos de análise propostos pela forma de organização sequencial em sua versão atual, tal como apresentada no capítulo 2. Isso

porque a elaboração dos tipos descritivo e deliberativo do gênero reportagem não faz parte dos objetivos desta pesquisa.

Após a segmentação das reportagens<sup>73</sup>, obtive os seguintes resultados:

TABELA 3  
Frequência de sequências discursivas no corpus

| <b>Tipo de discurso</b> | <b>Nº de sequências discursivas</b> | <b>%</b> |
|-------------------------|-------------------------------------|----------|
| Narrativo               | 129                                 | 51,0     |
| Deliberativo            | 103                                 | 40,70    |
| Descritivo              | 21                                  | 8,30     |
| Total                   | 253                                 | 100      |

Esses resultados revelam haver, no corpus estudado, o predomínio de sequências narrativas em relação às sequências pertencentes aos demais tipos. Essa predominância de sequências narrativas aponta já para o impacto do gênero reportagem sobre o nível sequencial de seus exemplares. Como vimos no capítulo 3, o produtor desse gênero é o jornalista, o qual, na busca por atender às exigências de atualidade, credibilidade e captação, tem o dever social e ético de informar o cidadão acerca dos acontecimentos que se passam no espaço público. Esses elementos relativos ao mundo em que o discurso se insere acabam levando o jornalista a produzir um número maior de sequências narrativas e um número menor de sequências deliberativas e descritivas.

Como as sequências narrativas serão estudadas detalhadamente nos próximos itens, apresento, para demonstrar os procedimentos empregados na segmentação do corpus, uma sequência descritiva e uma sequência deliberativa. A sequência descritiva abaixo foi extraída da reportagem “Ele tem 150 000 metros quadrados”, da revista Veja.

- (01) (01) A paranaense Foz do Iguaçu abriga Itaipu, a maior hidrelétrica do país, (02) e é o principal corredor de contrabando vindo do Paraguai. (03) Desde novembro, (04) tem também o maior estacionamento do Brasil. (05) Ele se estende por 150 000 metros quadrados, um espaço equivalente ao dos cinco pátios que a Fiat mantém em sua fábrica em Minas Gerais. (06) Enquanto a garagem mineira aloja a produção da líder do mercado nacional de automóveis, (07) a do Paraná guarda bens encontrados nas mãos de criminosos. (08) A área é mantida pela Receita Federal.

---

<sup>73</sup> O corpus completo segmentado em sequências discursivas encontra-se no anexo A1.



Interpreto que esse segmento seja uma sequência descritiva, porque, por meio dele, o jornalista apresenta as características e as propriedades de duas entidades referenciais ou temas-títulos: a “paranaense Foz do Iguaçu” e o “maior estacionamento do Brasil”. Inicialmente, o jornalista ativa o conceito “Foz do Iguaçu”, derivando dele, por processos de aspectualização, três propriedades: “abriga Itaipu, a maior hidrelétrica do país”, “é o principal corredor de contrabando vindo do Paraguai” e “tem também o maior estacionamento do Brasil”.

Em seguida, por um processo de tematização, o jornalista transforma o conceito “o maior estacionamento do Brasil” em um novo tema-título. Feita essa transformação, o jornalista apresenta as propriedades desse conceito: tem uma área de 150 000 metros quadrados, guarda carros encontrados em poder de criminosos e é mantido pela Receita Federal. Por um processo de relação, o jornalista ainda compara esse estacionamento com o de uma montadora de carros localizado em Minas Gerais, para verificar que o de Foz do Iguaçu é bem maior. Represento esses processos de derivação referencial por meio desta estrutura conceitual:

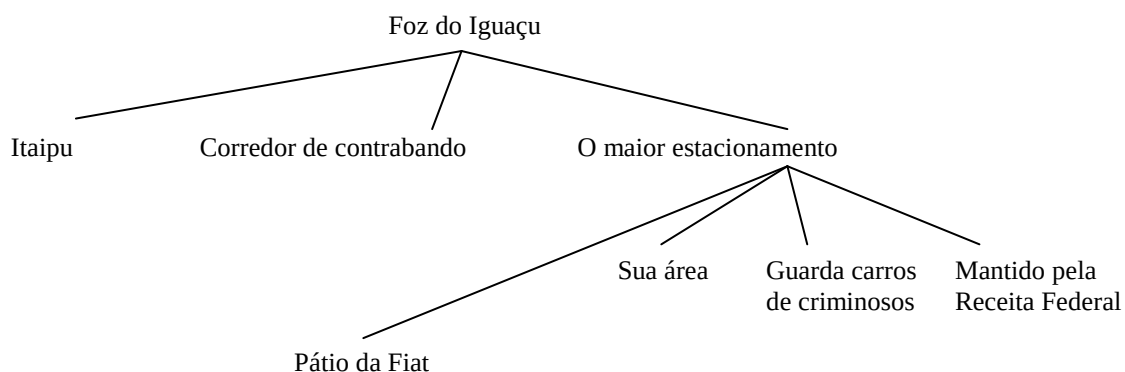


FIGURA 17 - Estrutura conceitual de sequência descritiva

Já a sequência deliberativa abaixo pertence à reportagem “O passado ainda presente”, da revista IstoÉ, que trata de casos recentes de tortura:

- (02) Como mostram as denúncias, os abusos são prática comum entre policiais, agentes penitenciários, militares das Forças Armadas e até a Força Nacional de Segurança Pública, criada há apenas cinco anos. (...) A impunidade alimenta a truculência sob os olhos condescendentes da sociedade. “Existe a ideia de que alguns, por serem tachados de perigosos, são menos humanos e podem ser tratados com violência”, diz Cecília Coimbra, do grupo Tortura Nunca Mais. O resultado é uma rotina de abusos cujas vítimas agora são majoritariamente os mais pobres.

No modelo modular, considera-se difícil reduzir a diversidade das sequências deliberativas a um esquema referencial ou a um tipo de discurso único. Assim, para definir o tipo deliberativo, o modelo não busca contribuições da proposta de Adam (1992, 1999), não podendo esse tipo ser identificado com os protótipos da sequência argumentativa ou da explicativa elaborados por esse autor. Por essa razão, no modelo, definem-se como deliberativas as sequências que não atualizam o tipo narrativo ou o descritivo (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Dessa forma, interpreto que a sequência acima é deliberativa, uma vez não ser possível identificar a apresentação das propriedades de um tema-título, nem a atualização de uma cadeia culminativa de acontecimentos. Nela, o jornalista defende um ponto de vista contrário às práticas de tortura. Ele não descreve as características dos torturadores ou narra como ocorreu um caso específico de tortura.

Como exposto no capítulo anterior, a identificação das sequências descritivas e deliberativas se baseou apenas na análise de suas estruturas referenciais e não levou em conta a análise de suas estruturas hierárquicas.

Nesta etapa inicial da análise, os resultados revelaram que a reportagem é um gênero predominantemente narrativo. A constatação de que nesse gênero predominam sequências narrativas constitui uma justificativa suplementar, agora fornecida pela primeira etapa da análise sequencial, para realizar o estudo do tipo narrativo da reportagem.

## **5.2 Tipo narrativo da reportagem e sequências narrativas**

Neste item, detenho-me no estudo das sequências narrativas, apontando as regularidades verificadas na análise das 129 sequências narrativas<sup>74</sup>. Essas regularidades, decorrentes da influência do gênero reportagem, permitiram elaborar o tipo narrativo específico desse gênero. Primeiro, trato das regularidades no nível referencial. Posteriormente, abordo as regularidades no nível hierárquico.

---

<sup>74</sup> A análise da forma de organização sequencial das 129 sequências narrativas encontra-se no anexo A2.

### **5.2.1 Módulo referencial**

Neste item, trato de basicamente dois aspectos do módulo referencial que são relevantes para a compreensão das regularidades do tipo narrativo do gênero reportagem e, conseqüentemente, para a elaboração desse tipo. Inicialmente, procuro estabelecer de maneira precisa cada um dos episódios do tipo narrativo desse gênero, a partir das propriedades referenciais identificadas nas sequências. Em seguida, abordo a questão da posição típica que os episódios assumem no tipo narrativo da reportagem, investigando regularidades na ordem em que esses episódios ocorrem nas sequências do corpus.

#### **5.2.1.1 Definição dos episódios do tipo narrativo da reportagem**

A análise dos episódios do tipo narrativo da reportagem foi realizada com base no estudo das 129 sequências narrativas identificadas no corpus. Nesse estudo, meu objetivo foi verificar quais episódios compõem essas sequências, elaborando, ao mesmo tempo, a definição precisa de cada um desses episódios, com base nas propriedades referenciais perceptíveis nas ocorrências de cada um deles. Ao final do estudo, identifiquei seis episódios: sumário, estágio inicial, complicação, avaliação, resolução, estágio final.

Os nomes dos episódios são semelhantes ou iguais aos de outras abordagens da narrativa. Isso não significa, porém, que os termos remetam a conceitos equivalentes. Na verdade, como a definição de cada episódio se baseia na análise das sequências pertencentes ao gênero reportagem, a definição de cada episódio sofre o impacto desse gênero, não podendo, dessa forma, o conceito de complicação por mim formulado ser igual ao conceito de complicação formulado por Labov (1972), por exemplo, que estudou entrevistas sociolinguísticas. As semelhanças e as diferenças entre os conceitos aqui formulados e os de outras abordagens serão apontadas na definição de cada episódio.

Esses episódios não ocorrem com a mesma frequência no corpus, sendo alguns mais frequentes do que outros. A complicação, por exemplo, ocorreu em todas as 129 sequências, diferentemente do estágio final, que ocorreu em apenas 38. A tabela abaixo apresenta todos os episódios com o número correspondente de ocorrências identificadas.

TABELA 4  
Frequência dos episódios do tipo narrativo

| <b>Episódios</b>       | <b>N</b> | <b>%</b> |
|------------------------|----------|----------|
| <b>Complicação</b>     | 129      | 100      |
| <b>Estágio inicial</b> | 98       | 74,42    |
| <b>Resolução</b>       | 91       | 69,77    |
| <b>Avaliação</b>       | 85       | 65,11    |
| <b>Sumário</b>         | 64       | 47,28    |
| <b>Estágio final</b>   | 38       | 29,46    |

À medida que elaborava cada um dos episódios, constatei que eles apresentam uma complexidade considerável, o que me levou a estabelecer tipologias que especificam o conteúdo referencial de cada episódio. A seguir, apresento a definição de cada episódio acompanhada de sua tipologia<sup>75</sup>.

#### 5.2.1.1.1 Sumário

Na parte inicial de 64 sequências narrativas, foi constatada a presença de um segmento de texto em que o jornalista oferece indicações sobre o conteúdo de que trata a sequência narrativa. A recorrência de segmentos com essa característica me levou à proposição do episódio sumário. A leitura desse episódio motiva perguntas como estas: Como?, Por quê?, Como assim?, perguntas que são respondidas no restante da narrativa. Nesse sentido, o sumário parece constituir um recurso com o qual o jornalista, para captar o leitor e mantê-lo no processo da leitura, lança uma “isca”, intrigando-o a respeito da relevância de acontecimentos que ele supostamente desconhece e que serão narrados nos episódios seguintes.

Por isso mesmo, o sumário pode já conter uma avaliação da sequência narrativa. O que difere um sumário avaliativo de uma avaliação é o lugar que cada episódio costuma

---

<sup>75</sup> No anexo A3, apresento, por meio dos seus códigos, as sequências narrativas do corpus que correspondem a cada um dos subtipos dos episódios.

ocupar na sequência<sup>76</sup> e o fato de que a avaliação não antecipa elementos de uma sequência.

Essa definição geral do sumário se diferencia da definição do *abstract* de Labov (1972, 1997). Para ele, o *abstract* é “uma cláusula inicial em uma narrativa que reporta o todo da sequência de eventos da narrativa” (LABOV, 1997, p. 401). Como será mostrado, nem sempre o sumário costuma se constituir de apenas uma cláusula ou oração. Além disso, o jornalista escreve o sumário para antecipar informações expressas em episódios da sequência, muitas vezes com o objetivo de oferecer uma análise dessas informações e, conseqüentemente, guiar a leitura do cidadão. E, mesmo quando o sumário não apresenta um caráter analítico ou avaliativo, as informações que oferece não permitem ao leitor depreender o todo da sequência. É preciso ler a sequência para saber de que ela trata.

Embora todos os 64 sumários identificados correspondam à definição geral proposta, durante a análise percebi haver especificidades que permitem a proposição de uma tipologia de sumários, a qual, à medida que ia sendo elaborada, se mostrava bastante útil para a compreensão das novas ocorrências que surgiam. Após a análise, cheguei a uma tipologia formada por quatro tipos de sumários.

- a) O sumário busca despertar a curiosidade do leitor sobre as causas de um acontecimento informado no próprio sumário, acontecimento de que trata a sequência.

Por meio desse tipo de sumário, o leitor pode se sentir motivado a questionar quais seriam as causas do acontecimento ou da opinião expressa.

- (03) (Su) (01) O casal Kirchner tem boa parte da culpa pela perda de votos e apoio. (EI) (02) Em 2003, (03) ante a gravidade da crise (Com) (04) tomou medidas contrárias ao consenso da elite econômico-financeira que se mostraram acertadas. (Res) (05) A economia se reergueu do abismo onde havia caído (06) e as famílias começaram a sair da súbita pobreza na qual haviam mergulhado. (Av) (07) Mas tanto em economia como em outros temas, (08) as iniciativas, embora ruidosas e surpreendentes, foram orientadas pela busca de resultados imediatos, (09)

---

<sup>76</sup> Como veremos no próximo subitem, o sumário sempre ocorre em posição inicial, ao passo que a avaliação ocorre preferencialmente após a complicação e/ou ao final da sequência.

principalmente em termos de apoio interno, (10) com pouco planejamento e pouca consideração pelas consequências a longo prazo. (sn7/r3/c)

Na sequência acima, o leitor poderia perguntar-se: “Por que o casal Kirchner tem boa parte da culpa pela perda de votos e apoio?” Com esse tipo de sumário, o jornalista cria a expectativa de que o restante da sequência vai esclarecer a dúvida suscitada inicialmente.

b) O sumário anuncia que os episódios seguintes vão exemplificar um problema ou uma questão mencionada no cotexto.

(04) **(Su)** (01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho. **(Com)** (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. **(EI)** (05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez. (sn5/r3/i/EI/sn4)

A reportagem de que faz parte essa sequência trata de casos de tortura ainda praticados no país. Na parte que antecede a sequência, diz o jornalista: “Como mostram as denúncias, os abusos são prática comum entre policiais, agentes penitenciários, militares das Forças Armadas e até a Força Nacional de Segurança Pública, criada há apenas cinco anos. (...) A impunidade alimenta a truculência sob os olhos condescendentes da sociedade. (...) O resultado é uma rotina de abusos cujas vítimas agora são majoritariamente os mais pobres.” Em seguida, a sequência apresenta como exemplo o caso de tortura sofrida por Andreu Luiz Silva de Carvalho. Assim, o sumário dessa sequência indica que os episódios seguintes vão trazer um exemplo do problema mencionado no cotexto, que é a tortura que ainda se pratica. Verifica-se, então, que esse tipo de sumário funciona como uma “ponte” que liga a sequência narrativa ao cotexto.

c) O sumário indica que os episódios seguintes vão esclarecer uma informação implícita, que pode ser inferida de termo elíptico, ou o sentido de termo linguístico presente no próprio sumário (expressões indefinidas, nominalizações de verbos, orações subordinadas, todo o sumário).

(05) **(Su)** (01) Ø ACABOU NAS MÃOS DO EXÉRCITO

**(EI)** (02) A BR-163, que liga o Pará a Mato Grosso, é uma típica estrada amazônica: (03) vira um rio de lama no inverno e um amontoado de poeira no verão. (04) Nos anos 90, (05) o governo contratou um grupo de empreiteiras (06) para asfaltá-la. (07) A obra foi paralisada por falta de

recursos (08) e só pôde ser retomada quase dez anos depois. **(Com)** (09) Mas os auditores do TCU identificaram um cipoal de problemas. (10) Haviã sido feitas tantas emendas ao contrato original que a obra ficou quatro vezes mais cara. (11) Alguns dos serviços, como terraplenagem, apresentavam sobrepreço de 250%. **(Res)** (12) Eram tantas irregularidades que o tribunal cancelou o contrato (13) – e a obra foi repassada ao Exército. **(EF)** (14) As empreiteiras que queriam ganhar mais do que deviam (Norberto Odebrecht, Estacon, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão) reclamam na Justiça (15) por terem perdido a parada (16) e querem uma indenização de 82 milhões de reais. (sn7/r1/v)

Nessa sequência, o sumário não explicita o sujeito da sentença, o que indiquei por meio do símbolo Ø. O que acabou nas mãos do exército? Para saber que foi a construção da BR-163, é preciso ler o restante da sequência.

- (06) **(Su)** (01) Além das mortes, do rastro de destruição e das vidas esfaceladas de quem perdeu tudo e todos, (02) as tragédias de verão também estão criando um novo problema para as autoridades brasileiras: (03) os refugiados climáticos. **(EI)** (04) O tema foi discutido amplamente na frustrada reunião da ONU em Copenhague, em dezembro. **(Com)** (05) Muito se falou das populações de ilhas do Pacífico que terão que ser removidas, (06) dos milhares de pessoas que terão que abandonar suas terras por conta das cheias e das secas. **(Res)** (07) Mas poucos se atentaram para o fato de que esse refugiados possam ser urbanos. (sn8/r2/i)

Nessa sequência, o jornalista coloca o aposto, a expressão nominal *os refugiados climáticos*, ao final do sumário, indicando que a informação por ele veiculada será objeto de maiores esclarecimentos no decorrer da sequência.

- (07) **(Su)** (01) A atmosfera começou a pesar para ela [a primeira-dama da Irlanda do Norte] (02) quando fez uma declaração absurdamente inoportuna sobre preferências sexuais. **(EI)** (03) Numa entrevista, **(Com)** (04) ela disse que o homossexualismo é uma “abominação”. (05) “Pior” que, e não é piada, a pedofilia. **(Av)** (06) Colocada na parede pelo entrevistador, **(Res)** (07) ela não apenas não amenizou como acrescentou: (08) “Sem dúvida”. **(EI)** (09) Na mesma semana, (10) a Irlanda do Norte ficara chocada com uma agressão homofóbica. (sn5/r4/e)

O sumário da sequência acima traz a expressão indefinida *uma declaração absurdamente inoportuna sobre preferências sexuais*. Ocupando a posição de objeto direto da sentença em que aparece, essa expressão será o alvo de maiores esclarecimentos na sequência narrativa.

- (08) **(Su)** (01) Poucas horas depois, (02) as redes de tevê escancaravam para todo o Brasil que o absurdo da tortura não foi uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder. **(Com)** (03) Por meio de uma câmera de celular, (04) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. (05) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (06) o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico (07) para asfixiar sua vítima, (08) que desmaiou. **(Res)** (09) Diante da barbárie registrada em vídeo, (10) Araújo foi demitido (11) e responderá a processo. **(Av)** (12) Na maioria das vezes, no entanto, (13) os agressores ficam impunes. (sn2/r3/i)

Exibindo uma natureza bastante avaliativa, o sumário da sequência acima cria a expectativa de que a história que será narrada vai explicar o sentido das orações subordinadas em destaque.

d) O sumário apresenta um problema geral, que será particularizado nos episódios seguintes.

- (09) **(Su)** (01) A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo com que milhares de brasileiros abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram. **(Com)** (02) Em Angra dos Reis, por exemplo, (03) o governo já afirmou que cerca de três mil famílias terão que ser removidas de áreas de risco. (04) Em São Luiz do Paraitinga, (05) cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas, (06) e muitas delas não têm mais para onde ir. **(Av)** (07) Esses são os exemplos recentes. (08) Mas casos semelhantes vêm se espalhando pelo País com uma rapidez impressionante. (sn9/r2/i)

Nessa sequência, o problema geral é o fato de que milhares de brasileiros estão abandonando os locais onde vivem por causa das chuvas. Os episódios seguintes particularizam esse problema, ao apresentar o caso ou o exemplo específico de Angra dos Reis. A expressão conectiva *por exemplo*, no início da complicação, é uma marca formal que indica que o caso de Angra constitui um exemplo do problema geral apresentado<sup>77</sup>.

A tabela a seguir busca quantificar os resultados da análise dos sumários, indicando o número de sumários do corpus que corresponde a cada tipo.

---

<sup>77</sup> A marcação de relações de discurso por meio de conectores e expressões conectivas será abordada no próximo capítulo, no estudo da forma de organização relacional.



TABELA 5  
Frequência dos tipos de sumário

| <b>Tipos de sumário</b>                                                                                                             | <b>Número de ocorrências</b> | <b>%</b>   |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|------------|
| Busca despertar a curiosidade do leitor sobre as causas de fato informado no próprio sumário                                        | 29                           | 45,31      |
| Indica que os episódios seguintes vão esclarecer informação implícita ou o sentido de termo linguístico presente no próprio sumário | 20                           | 31,25      |
| Anuncia que os episódios seguintes vão exemplificar um problema ou uma questão mencionada no cotexto                                | 10                           | 15,62      |
| Apresenta um problema geral, que será particularizado nos episódios seguintes                                                       | 5                            | 7,82       |
| <b>Total</b>                                                                                                                        | <b>64</b>                    | <b>100</b> |

Como mostra a tabela, na maior parte dos sumários (29 (45,31%)), os jornalistas buscam despertar a curiosidade do leitor sobre as causas de acontecimento informado no próprio sumário. Esse é um dado relevante, porque permite relacionar diretamente as exigências próprias do gênero reportagem ao emprego de um tipo específico de sumário. No capítulo 3, vimos que são três as exigências ligadas a esse gênero: (i) informar o leitor, (ii) satisfazer as suas exigências de credibilidade e (iii) captá-lo. Ao escrever um sumário que busca despertar a curiosidade do leitor, o jornalista procura captar, atrair o leitor, despertando a sua curiosidade.

#### 5.2.1.1.2 Estágio inicial

Em 98 sequências narrativas, há um segmento de texto em que o jornalista oferece as coordenadas temporais e/ou espaciais dos acontecimentos tratados na sequência ou fornece informações que contextualizam esses acontecimentos. A presença desses segmentos em sequências narrativas de reportagens parece se dever à busca do jornalista por atender à exigência de credibilidade do leitor, que, para crer na veracidade do que lhe é informado, precisa de informações acerca do momento e do local dos acontecimentos, bem como das circunstâncias que motivaram sua emergência (CHARAUDEAU, 2006). Nesse sentido, esses segmentos, que reúnem sob o conceito de

estágio inicial<sup>78</sup>, se diferenciam da situação inicial, proposta, por exemplo, por Adam (1992, 2011).

Para esse autor, a situação inicial “é uma forma de orientação ou de exposição narrativa que descreve o estado inicial do mundo dos personagens e suas relações. Ela coloca os elementos constitutivos do ‘mundo’ da história narrada” (ADAM, 2011, p. 76). Essa definição é fortemente ancorada nos estudos literários e, particularmente, em Tomachévski (1965[1925], p. 274), que assim define esse episódio: “A narrativa das circunstâncias que determinam o estado inicial dos personagens e de suas relações se chama a exposição”. Ao generalizar para as narrativas de modo geral constatações feitas quase um século antes sobre as narrativas literárias, Adam demonstra desconsiderar que a forma como o produtor de uma sequência narrativa apresenta o “mundo” dos personagens é influenciada pelo gênero a que pertence o texto em que a sequência ocorre.

Assim, na reportagem, o jornalista, por meio do estágio inicial, não busca apresentar o mundo dos personagens, como ocorre nos exemplos literários que ilustram a proposta de Adam, mas sim mostrar para o leitor que a sequência aborda acontecimentos verídicos e recentemente ocorridos, que se passaram em um local definido e que são a consequência de acontecimentos anteriores.

Analisando atentamente as sequências, identifiquei no corpus os três tipos seguintes de estágio inicial.

a) O estágio inicial ancora os acontecimentos narrados em relação a um marco temporal, que costuma ser a data de publicação da revista.

- (09) **(Av)** (01) São Luiz do Paraitinga não existe mais. (02) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase **(Com)** (03) desde a inundação que castigou a região, **(EI)** (04) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. **(Av)** (05) E, de certa forma, eles não estão errados. (06) Apesar de o poder público garantir que abrirá os cofres para

---

<sup>78</sup> Substituo o termo “estado inicial”, tal como usado pelo modelo modular, pelo termo “estágio inicial”, para desvincular esse episódio da concepção, herdeira de estudos literários clássicos (Propp, Tomachévsky, Barthes), de que ele apresentaria apenas estados ou situações de equilíbrio. Se essa concepção é válida para a análise de sequências narrativas literárias, as sequências narrativas jornalísticas revelam que ações podem ser expressas nesse episódio.

ela ser reerguida (07) – 80% do centro histórico praticamente desapareceu –, (08) especialistas explicam que grande parte do valor do patrimônio foi embora com a enxurrada que jogou a localidade num pesadelo. (sn5/r2/i/Com/sn4)

Atendendo à exigência de atualidade, o jornalista, ao produzir uma sequência narrativa em uma reportagem, não trata de acontecimentos históricos ocorridos em momentos remotos. Por isso, de modo geral, os estágios iniciais que entram nessa categoria ativam um momento que tem como marco temporal o momento da enunciação, o qual, em textos da mídia impressa, corresponde à data da publicação da edição do jornal ou da revista (FIORIN, 2010).

Assim, no exemplo anterior, o mês de janeiro a que o jornalista se refere é o mês em que a reportagem foi publicada. A referência a esse mês tem como finalidade atender à exigência de atualidade própria do gênero reportagem, porque contribui para levar o leitor a perceber o quão recente é a catástrofe narrada.

b) O estágio inicial ancora espacialmente os acontecimentos narrados, sinalizando o local ou a circunstância em que ocorreram.

- (10) **(EI)** (01) Em uma das vezes em que estive na casa de Deborah, em 16 de maio de 2008, (02) Durval disse que a promotora exigiu que a conversa ocorresse dentro de uma sauna. **(Com)** (03) Na sauna, (04) Deborah teria lhe mostrado um mandado de busca e apreensão na casa de Durval, (05) pedido por Leonardo Bandarra. **(EF)** (06) O mandado só foi cumprido pela PF 20 dias depois dessa conversa. (sn6/r1/e)

Esse estágio inicial informa que os acontecimentos que serão tratados na sequência narrativa ocorreram na casa da promotora Deborah Guerner, mais precisamente na sauna.

- (11) **(Su)** (01) No depoimento, (02) Durval disse que Arruda não fazia segredo do pagamento de propinas a integrantes do MP. **(EI)** (03) Numa reunião com seus secretários. **(Com)** (04) Arruda teria se queixado de dificuldades para aprovação de contratos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. (05) “Será que é falta de agrado? (06) Vamos fazer um agradozinho igual ao que a gente tem feito à Câmara Legislativa e ao Ministério Público”, (07) teria dito Arruda. (sn3/r1/e)

Nessa sequência, o jornalista informa, no estágio inicial, que os acontecimentos narrados na complicação ocorreram durante uma reunião.

Vale esclarecer que um mesmo estágio inicial pode ancorar os fatos, ao mesmo tempo, temporal e espacialmente. É o caso do estágio inicial da sequência (sn6/r1/e), apresentada anteriormente: “Em uma das vezes em que estive na casa de Deborah, em 16 de maio de 2008, Durval disse que a promotora exigiu que a conversa ocorresse dentro de uma sauna”. Nele, há informações tanto sobre o momento em que se dão os fatos (*16 de maio de 2008*), quanto sobre o local onde ocorrem (*uma sauna*).

Mas cada estágio inicial dá uma importância maior ou menor para cada uma dessas ancoragens, a temporal ou a espacial. Nessa sequência, por exemplo, a importância maior é dada ao local onde ocorreu a conversa entre personagens do mundo representado. Para mostrar como essa importância se manifesta textualmente, recorro de passagem a informações de ordem sintática, hierárquica e informacional, embora este item trate das propriedades referenciais dos episódios.

A informação de ordem temporal, *16 de maio de 2008*, aparece em um constituinte (“Em uma das vezes em que estive na casa de Deborah, em 16 de maio de 2008”) hierarquicamente subordinado em relação ao constituinte em que aparece a informação de ordem espacial, *dentro de uma sauna*. Essa subordinação é um índice de que o jornalista considera a informação temporal secundária em relação à que expressa o constituinte principal imediatamente posterior.

Além disso, nesse constituinte principal (“Durval disse que a promotora exigiu que a conversa ocorresse dentro de uma sauna”), o jornalista procede a uma série de subordinações sintáticas, sendo a oração *a conversa ocorresse dentro de uma sauna* o objeto da oração *a promotora exigiu*, a qual, por sua vez, é objeto da oração *Durval disse que*. Do termo mais encaixado (*a conversa ocorresse dentro de uma sauna*) participa exatamente a expressão *dentro de uma sauna*, a qual ancora espacialmente toda a sequência narrativa. Assim, o jornalista apresenta essa expressão como sendo aquela que vai introduzir no discurso um referente totalmente novo (*uma sauna*) e que pode, por isso, funcionar como o tópico dos atos seguintes. A “novidade” desse referente é indicada linguisticamente pela subordinação sintática e pelo determinante indefinido *uma*.

A possibilidade de o referente *sauna* funcionar como tópico se verifica pelo fato de que o ato seguinte, que inicia a complicação, é encabeçado pela expressão *Na sauna*, expressão nominal definida que indica informação dada e, portanto, já introduzida na memória discursiva. Todos esses recursos linguístico-discursivos, mobilizados em apenas dois atos, parecem ter como fim colocar sob o foco de atenção do leitor a informação *uma sauna*. Isso se explica talvez pelo fato de o jornalista querer ressaltar o quão insólito parece ser uma conversa entre uma promotora, Deborah Guerner, e um delegado, Durval Barbosa, ocorrer numa sauna.

c) O estágio inicial apresenta os acontecimentos que antecederam a complicação, contextualizando-a.

(12) **(Su) (01) ELES COBRARAM OS TUBOS**

**(EI)** (02) A região metropolitana do Recife vive sob um rodízio de água permanente. (03) Para pôr fim a esse absurdo, (04) a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) decidiu construir a adutora de Pirapama, (05) que aumentará em 50% o abastecimento. **(Com)** (06) Mas a obra não resistiu à fiscalização do TCU. (07) Ao analisarem o contrato, de 421 milhões de reais, (08) os auditores encontraram sobrepreço de 69,5 milhões de reais na compra de matérias-primas. (09) A maior parte do problema estava na aquisição dos tubos de aço-carbono, (10) pelos quais a Compesa pagou o dobro do valor de mercado. **(Res)** (11) O atual presidente da estatal, João Bosco de Almeida (que assumiu o cargo com a obra já em andamento), admitiu que o preço era mais salgado que a água do mar. **(Av)** (12) "Infelizmente, (13) não havia referências para construções desse tipo (14) quando o contrato foi assinado", (15) disse ele. (sn15/r1/v)

No estágio inicial dessa sequência, o jornalista apresenta e avalia um problema que ocorre na região metropolitana do Recife. Além disso, informa a respeito da decisão da Companhia Pernambucana de Saneamento de construir a adutora de Pirapama para resolver o problema. Esse episódio contextualiza as informações seguintes, que constituem a complicação, porque informa que foi a construção dessa adutora que motivou a fiscalização do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os estágios iniciais que ancoram espacial e/ou temporalmente os acontecimentos costumam ser mais reduzidos do que os que contextualizam a complicação. Como mostra a sequência acima, o seu estágio inicial é mais desenvolvido do que os da maioria das sequências que ancoram os fatos no tempo e no espaço. Nestas, os estados iniciais são materializados, na maior parte das ocorrências, por expressões adverbiais, que vão permitir a ativação de enquadres referenciais, com base nos quais as

informações subsequentes devem ser interpretadas (*No dia da cheia, a partir da madrugada do dia 1o de janeiro, Numa reunião com seus secretários*).

A tabela abaixo busca quantificar os resultados da análise dos estágios iniciais, mostrando quantos estágios iniciais identificados no corpus pertencem a cada tipo.

TABELA 6  
Frequência dos tipos de estágio inicial

| <b>Tipos de estágio inicial</b>                                                                   | <b>Número de ocorrências</b> | <b>%</b> |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|----------|
| Apresenta os fatos que antecederam a complicação                                                  | 54                           | 55,10    |
| Ancora os fatos narrados em relação a um marco temporal                                           | 26                           | 26,54    |
| Ancora espacialmente os fatos narrados, sinalizando o local ou as circunstâncias em que ocorreram | 18                           | 18,36    |
| <b>Total</b>                                                                                      | 98                           | 100      |

O estágio inicial que apresentou um maior número de ocorrências foi o que apresenta os acontecimentos que antecederam a complicação (54 (55,10%)). Esse resultado parece se explicar pela visada de informação que caracteriza o gênero reportagem. Para informar a respeito de um acontecimento recente, expresso na complicação, o jornalista precisa informar ao leitor os antecedentes desse acontecimento ou o que motivou o seu surgimento.

#### 5.2.1.1.3 Complicação

Ao tratar da forma como as mídias de modo geral selecionam os acontecimentos, observa Charaudeau (2006, p. 101): “Sendo a finalidade da informação midiática a de relatar o que ocorreu no espaço público, o acontecimento será selecionado e construído em função de seu potencial de ‘atualidade’, de ‘socialidade’ e de ‘imprevisibilidade’”. Nas análises, verificou-se que as sequências narrativas refletem, na concisão de sua estrutura, esse princípio geral, ao trazerem sempre um segmento que, de alguma forma, contribui para reforçar o potencial de atualidade, de socialidade e de imprevisibilidade dos acontecimentos centrais da reportagem.

De fato, em todas as sequências narrativas, há um segmento de texto cuja temática desenvolve as informações expressas no subtítulo da reportagem e/ou no sumário da sequência narrativa, quando esta apresenta esse episódio. Nesses segmentos, o jornalista tematiza acontecimentos centrais que motivaram a própria escrita da reportagem e em relação ao qual os demais episódios indicam um antes e um depois, apresentam esclarecimentos e justificativas ou expressam uma postura avaliativa por parte de alguma instância enunciativa. A recorrência desses segmentos me levou a propor um episódio, que denominei complicação.

Por meio desse episódio, então, o jornalista costuma abordar um acontecimento recente (atualidade) em relação à data de publicação da reportagem, acontecimento que ocorreu no espaço público e que afeta uma parcela de cidadãos (socialidade), embora, como veremos adiante, possa haver complicações que tratem de acontecimentos históricos ligados ao tópico da reportagem. Além disso, esse acontecimento costuma ser insólito, notável ou supostamente desconhecido para o leitor (imprevisibilidade).

Dessa forma, a complicação do tipo narrativo da reportagem se difere da do tipo narrativo do relato de experiência pessoal estudado por Labov (1972), já que, como nesses relatos o locutor narrava uma situação em que correu risco de vida, era indispensável que a complicação expressasse acontecimento singular e inédito, “digno de ser narrado” (PERRONI, 1992, p. 23). Portanto, ao contrário do que ocorre na complicação da reportagem, a complicação do relato de experiência pessoal não precisava ser recente e afetar a coletividade, bastando ser imprevisível.

Assim como ocorreu com os episódios anteriores, aqui também foi possível estabelecer uma tipologia que especifica o episódio complicação, tipologia que se baseia na temática dos conteúdos referenciais mobilizados. Dessa forma, as sequências constantes do corpus permitiram o estabelecimento de dez tipos de complicações, que são:

a) exemplos de descaso do poder público para com a população.

- (13) (Com) (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram 31 pessoas soterradas. (03) Elas estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. (04) A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, (05) mas não

a licença ambiental do estado. (06) Mesmo se tivesse, (07) o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. (08) As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área, (11) como se não houvesse um grave problema de segurança. **(EI)** (12) Em Angra (13) sempre foi mais fácil construir (14) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. (15) Entre 2006 e 2007, (16) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos (17) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções. (18) A situação chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental, (19) como se legalizar o que foi feito na marra fosse solução. **(Av)** (20) Cabral, aliás, não visitou a região imediatamente, (21) como era seu dever. (sn3/r4/v)

Essa sequência trata de deslizamentos de terras ocorridos no litoral do Rio de Janeiro. O jornalista informa que, apesar do risco iminente, “a pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura” e que “a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área”. Por isso, essa sequência é uma das sequências do corpus cujas complicações trazem exemplos de descaso do poder público para com a população.

#### b) desastres naturais.

- (14) **(EI)** (01) Já em São Luiz do Paraitinga (02) não havia nenhum indício de que o centro histórico dessa cidade famosa por seu Carnaval estivesse em uma área de risco. **(Com)** (03) Mas mesmo assim a enxurrada simplesmente destruiu todo o comércio e o seu patrimônio histórico. **(Res)** (04) abalando de forma consistente a principal indústria do município: (05) o turismo. (sn1/r2/i)

Essa sequência faz parte da reportagem “Eles não deveriam estar aqui”, da revista IstoÉ. No subtítulo dessa reportagem, diz o jornalista: “O Brasil que conta as vítimas das tragédias do Réveillon não se deu conta de que o clima já mudou e de que é preciso rever as leis para impedir, cada vez com mais rigor, a ocupação de áreas de risco”. A complicação da sequência desenvolve esse subtítulo, ao abordar uma tragédia específica.

Com essa sequência, o jornalista consegue mostrar ao leitor que a tragédia ocorrida em São Luiz do Paraitinga é atual, porque havia ocorrido dias antes da publicação da reportagem, imprevisível, porque, como informado no estágio inicial, não havia indício de que ela ocorreria, e coletiva, porque afeta um grupo de cidadãos, os moradores da cidade. Dessa forma, essa sequência é um bom exemplo de como uma complicação pode reforçar o potencial de atualidade, socialidade e imprevisibilidade dos acontecimentos centrais abordados em uma reportagem.



c) problemas enfrentados por cidadãos.

- (15) **(Su)** (01) O mercado financeiro internacional gostou [de medidas econômicas tomadas por Hugo Chávez]. (02) Não se pode dizer o mesmo do povo venezuelano. **(EI)** (03) No fim de semana anterior à adoção do novo câmbio, **(Com)** (04) milhares de pessoas correram aos supermercados (05) para comprar o que fosse possível. **(Res)** (06) antes de o comércio aumentar o preço dos produtos. (sn2/r3/e)

A reportagem de que faz parte essa sequência trata de medidas econômicas tomadas por Hugo Chávez, presidente da Venezuela. Na complicação, o jornalista informa o impacto que essas medidas provocaram na população.

d) ações (linguageiras ou não languageiras) realizadas por empresas, órgãos ou figuras públicas.

- (16) **(Su)** (01) Além disso, [a Defensoria] destaca que a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não devem ser atribuídas apenas às comunidades pobres, (02) uma vez que o poder público disponibilizou infraestrutura urbana, (03) como água encanada, escolas, asfaltamento e energia. **(Com)** (04) No Jardim Romano, por exemplo, (05) o prefeito Gilberto Kassab (DEM) inaugurou no ano passado um Centro Educacional Unificado (CEU). (06) Na mesma rua Capachós, (07) um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal também foi inaugurado recentemente. **(Res)** (08) Os investimentos fizeram com que a prefeitura revisasse os valores de imóveis na região, (09) com vistas ao cálculo do IPTU de 2010. (10) A valorização chega a 187%. **(EF)** (11) Só que, hoje, tanto a escola como a Cohab têm a entrada bloqueada pelo lodo. (sn9/r2/c)

Nessa sequência, o jornalista mostra uma figura política, o então prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, realizando uma ação não-languageira, que é a inauguração de um centro educacional. O jornalista trata ainda da inauguração de um conjunto habitacional, mas não expressa quem é o agente dessa ação. Com essas ações, o jornalista defende que “a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não deve ser atribuída apenas às comunidades pobres”.

- (17) **(EI)** (01) Na terça-feira 19, (02) durante inauguração de uma barragem, em Minas Gerais, **(Com)** (03) Dilma, ao lado de Lula, disse que o PSDB acabará com o PAC, (04) caso ganhe a eleição. **(Av)** (05) Não foi a primeira vez que a ministra usou esse argumento, (06) mas nunca o tinha feito de forma tão enfática e ao lado do presidente no alto de um palanque. (...) (sn4/r4/i/Com/sn3)

Já na sequência acima a ação expressa na complicação é languageira, porque o jornalista representa a então candidata à presidência Dilma Rousseff discursando em um evento

oficial. Nesse caso, o que Dilma disse em seu discurso (o ataque ao partido adversário) é a complicação ou o acontecimento mais relevante (atual, imprevisível e social<sup>79</sup>) a ser informado na sequência.

Com os exemplos acima, é possível perceber que, muitas vezes, o que dá ao acontecimento narrado na complicação um caráter insólito ou imprevisível não é o acontecimento em si, mas as observações que o antecedem ou sucedem. Nas duas sequências, a inauguração de obras por um prefeito ou o discurso de uma candidata à Presidência da República não são acontecimentos surpreendentes ou que mereçam virar notícia. O que os torna dignos de figurar na complicação de uma sequência narrativa é, no primeiro caso, a informação dada no sumário de que as obras estão em uma área de risco de enchente e, no segundo, a informação dada na avaliação de que o discurso foi bastante enfático e proferido ao lado do então presidente.

Nesse sentido, é importante notar que as informações expressas em outros episódios podem ter como função revelar ao leitor o grau de relevância que o jornalista atribui (e que o leitor deve atribuir) ao acontecimento expresso na complicação.

e) acontecimentos relativos a negociações políticas.

- (18) **(Su)** (01) O segundo [sinal importante de que o governo argentino enfrenta problemas] foi o fraco resultado do governo nas eleições legislativas de junho de 2009. **(Com)** (02) O Partido Justicialista perdeu a maioria, (03) apesar de manobras casuísticas que incluíram a antecipação do pleito em quatro meses. (04) De 129 deputados em uma Câmara de 257, caiu para 110 (05) e, de 38 em 72 senadores, caiu para 34. (Res) (06) Ficou impossível para Cristina [Kirchner] contar com o Legislativo para medidas controvertidas. **(Av)** (07) Se tiver de confirmar a demissão pelo Congresso, (08) dificilmente conseguirá os votos necessários. (sn6/r3/c)

Essa sequência compõe uma reportagem que trata de problemas políticos enfrentados pelo governo da Argentina. Na complicação, o jornalista aborda um dos sinais de que o governo da presidente Cristina Kirchner apresentava problemas, apesar das manobras realizadas para reverter a situação.

f) vazamentos de informações sigilosas.

---

<sup>79</sup> É um acontecimento social no sentido de que interessa a uma parcela de cidadãos.

- (19) **(Com)** (01) Lula e Jobim querem saber como um relatório indicando o caça Gripen NG, da empresa sueca Saab, como o favorito dos militares para vencer a concorrência – disputada também pelo francês Rafale, da Dassault, e o americano F-18 Super Hornet, da Boeing – vazou para a imprensa no início da semana passada. **(Av)** (02) constrangendo o presidente e o ministro (03) e acirrando uma crise entre eles e os comandos das Forças Armadas. **(EI)** (04) A julgar pelo relatório divulgado pelo jornal “Folha de S. Paulo”, (05) a Copac fez ouvidos moucos à recomendação de Jobim para que a análise técnica não hierarquizasse os três aviões finalistas (06) e apresentou uma classificação em que prioriza o preço em detrimento de requisitos técnicos, logísticos, de transferência tecnológica e contrapartidas industriais (off-set). (sn2/r1/i/Com/sn1)

g) problemas ou irregularidades na gestão de órgãos públicos.

- (20) **(EI)** (01) De fato, desde que se tornou governador biônico [de Brasília], em 1988, e eleito outras três vezes, em 1990, 1998 e 2002, **(Com)** (02) o goiano Joaquim Roriz pautou suas administrações pela farta distribuição de lotes. **(Av)** (03) Ele mesmo se orgulha de ser o responsável pela “construção” de sete novas cidades-satélites (04) – na realidade, não houve planejamento urbano algum, (05) apenas ocupação do espaço. (sn6/r4/c/Com/sn5)

Na complicação dessa sequência, o jornalista trata da forma como o ex-governador de Brasília, Joaquim Roriz, “construiu” cidades-satélites. Na avaliação, o jornalista critica a distribuição de lotes, informada na compilação, porque foi feita sem planejamento, constituindo apenas uma “ocupação do espaço”.

h) investigação sobre a atuação de empresa, órgão público ou figura política.

- (21) **(Com)** (01) Ao analisar o contrato, (02) o tribunal [de Contas da União] chegou à conclusão de que seria possível fazer a usina [de Angra 3] por um preço ainda mais baixo: (03) 800 milhões de reais. **(Res)** (04) Após muita conversa, e um rigoroso encontro de contas, (05) fixou-se o preço final em 1,2 bilhão de reais. **(EF)** (06) A empreiteira [Andrade Gutierrez] admitiu que havia itens caros demais, (07) e o TCU concordou que, por se tratar de uma usina nuclear, alguns materiais tinham, de fato, preços mais altos que os da média do mercado. (sn12/r1/v/Res/sn9)

Na complicação, o jornalista apresenta o resultado de uma investigação realizada pelo TCU. O interesse dessa complicação para o cidadão está no fato de que o TCU fiscaliza o uso de dinheiro público, cuja origem são os impostos pagos pelos contribuintes.

i) ação praticada por criminosos (contrabandistas, traficantes, políticos corruptos, etc).

- (22) **(EI)** (01) Depois da operação da PF em sua casa, **(Com)** (02) ele [o delegado Durval Barbosa] diz que se negou a continuar a fazer pagamentos aos integrantes por intermédio de Deborah [a promotora de Justiça Deborah Guerner]. (03) Ele teria passado, então, a entregar o dinheiro a Marcelo Carvalho, o principal executivo do grupo empresarial do vice-governador Paulo Octávio. **(EF)** (04) Essa intermediação teria durado pouco. (...) (sn7/r1/e)

Nessa sequência, a complicação representa o depoimento do delegado Durval Barbosa, o qual, como delator e principal informante da Polícia Federal, explica como ocorria um esquema de pagamento de propinas na gestão do então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

j) acontecimento histórico relativo ao tópico da reportagem ou da sequência narrativa.

- (23) **(Su)** (01) Mas não é essa a principal explicação para o que aconteceu na cidade, (02) que experimentou um vertiginoso crescimento populacional a partir dos anos 1970. **(Com)** (03) A construção da Rodovia Rio-Santos aumentou o fluxo de turistas, (04) e grandes obras, como a usina nuclear de Angra 1, levaram multidões de trabalhadores à região. (05) A população do município, que era de 40 000 habitantes na década de 70, dobrou em 1990 e triplicou em 2000, (06) quando 5,5% já moravam em favelas. **(Av)** (07) É um crescimento de quase três vezes a média brasileira no período. (08) E num local onde o problema de espaço é crônico. (09) Espremida entre a serra e o mar, (10) a cidade não tem para onde crescer. (...) (sn2/r4/v)

Essa sequência compõe uma reportagem que trata de deslizamentos de terra em Angra dos Reis. Na complicação dessa sequência, o jornalista explica o motivo do crescimento populacional da cidade, crescimento que, para o jornalista, é uma das razões para as mortes decorrentes dos deslizamentos. Por isso, esse episódio pode ser interpretado como sendo a complicação dessa sequência, uma vez que ele trata das informações expressas no subtítulo da reportagem, onde diz o jornalista: “Na virada do ano, os temporais de verão voltam a destruir e matar. Angra dos Reis, a cidade mais atingida, é a síntese de um drama brasileiro que tem como protagonistas o descaso das autoridades e a falta de infraestrutura”.

Com a tabela abaixo, apresento os resultados numéricos da análise do episódio complicação, mostrando quantas complicações ocorreram em cada tipo.

TABELA 7  
Frequência dos tipos de complicação

| <b>Tipos de complicação</b>                                                     | <b>Número de ocorrências</b> | <b>%</b>   |
|---------------------------------------------------------------------------------|------------------------------|------------|
| Ações (linguageiras ou não) realizadas por empresas, órgãos ou figuras públicas | 33                           | 25,58      |
| Investigação sobre a atuação de empresa, órgão público ou figura política       | 22                           | 17,05      |
| Problemas enfrentados por cidadãos                                              | 15                           | 11,63      |
| Desastres naturais                                                              | 14                           | 10,85      |
| Ação praticada por criminosos                                                   | 13                           | 10,08      |
| Problemas ou irregularidades na gestão de órgãos públicos                       | 10                           | 7,75       |
| Fatos relativos a negociações políticas                                         | 8                            | 6,20       |
| Exemplos de descaso do poder público para com a população                       | 7                            | 5,43       |
| Vazamentos de informações sigilosas                                             | 4                            | 3,10       |
| Fato histórico relativo ao tópico da reportagem ou da sequência narrativa       | 3                            | 2,32       |
| <b>Total</b>                                                                    | <b>129</b>                   | <b>100</b> |

Nessa tabela, é interessante observar que, no gênero reportagem, o jornalista narra principalmente para reportar ações (linguageiras ou não languageiras) realizadas por empresas, órgãos ou figuras públicas. Em 33 (25,58%) das 129 sequências, as complicações se enquadram nesse tipo. Uma explicação para a maior frequência desse tipo de complicação pode ser a de que essas ações têm um potencial maior de atualidade, sociabilidade e imprevisibilidade. De fato, essas ações figuram na complicação por serem atuais, imprevisíveis e afetarem parcelas amplas da população, podendo ter um grau de interesse elevado para o cidadão a quem o jornalista se dirige.

No extremo oposto, o tipo de complicação que informa sobre acontecimento histórico relativo ao tópico da reportagem ou da sequência narrativa foi o que apresentou o menor número de ocorrências. Apenas três (2,32%) complicações se enquadram nesse tipo. No gênero reportagem, não é comum o jornalista tratar de acontecimentos históricos, ocorridos em um momento muito anterior ao da publicação da reportagem. Em outros termos, a narração de acontecimentos históricos não é uma expectativa que associamos

a esse gênero, o qual, como exposto no capítulo 3, tem como uma de suas exigências exatamente informar o leitor sobre a atualidade. Justamente porque não constitui uma expectativa do gênero reportagem a apresentação de acontecimentos históricos, esse tipo de complicação foi o que apresentou menor número de ocorrências no corpus.

#### **5.2.1.1.4 Avaliação**

Em várias sequências narrativas, foram identificados segmentos em que o jornalista ou um personagem do mundo representado avalia acontecimentos expressos em outros episódios. Nesses segmentos, que reúnem sob o episódio avaliação, é possível responsabilizar uma instância enunciativa por um ponto de vista acerca da informação expressa em quaisquer outros episódios do tipo narrativo, com exceção do sumário, que, talvez por apresentar uma natureza avaliativa, não foi objeto de avaliação em nenhuma sequência do corpus<sup>80</sup>.

A incorporação desse episódio ao tipo narrativo da reportagem busca dar conta do fato de que, muitas vezes, o jornalista suspende a narração dos acontecimentos para apresentar uma avaliação desses mesmos acontecimentos, revelando por que eles devem ser interpretados como sendo interessantes, surpreendentes, preocupantes, absurdos, graves, importantes, etc.

A proposição de um episódio avaliação não significa que avaliações mais pontuais não possam estar “espalhadas” pelos outros episódios. Essas avaliações pontuais são, na maioria dos casos, expressas por modalizadores, relações de discurso argumentativas ou contra-argumentativas, termos axiológicos, etc. Muitos desses elementos serão analisados em detalhe no estudo da forma de organização composicional, no próximo capítulo<sup>81</sup>.

---

<sup>80</sup> A noção de ponto de vista aqui empregada é próxima da de Rabatel (2004, 2007, 2009). Para esse autor, o ponto de vista corresponde à possibilidade de se atribuir a uma origem ou instância enunciativa a responsabilidade por uma informação. Em outros termos, há um ponto de vista quando um segmento linguístico representa o modo de encarar e de perceber as informações ali veiculadas por uma instância enunciativa. As questões relativas à voz ou à instância enunciativa responsável pelo que é dito serão tratadas de maneira mais específica no próximo capítulo, no estudo da forma de organização enunciativa.

<sup>81</sup> Os estudos de Labov (1972, 1997) apresentam uma distinção semelhante entre uma seção propriamente avaliativa e termos ou cláusulas avaliativas distribuídas em outras seções da narrativa.

Na análise, foi possível separar em dois tipos maiores as avaliações identificadas. De um lado, estão aquelas cuja responsabilidade enunciativa recai sobre o jornalista. Ou seja, nesse caso, é o próprio jornalista quem faz a avaliação. De outro lado, agrupam-se as avaliações cujos responsáveis são personagens do mundo representado. Nessas, o jornalista encena personagens realizando avaliações.

No interior de cada um desses grupos, foram identificados subtipos de avaliações, os quais se referem ao tipo de ação realizada pelo jornalista ou por algum personagem ao avaliar (esclarecer, reclamar, prever, criticar, contestar, etc). A seguir, apresento os dois tipos de avaliações e seus subtipos correspondentes.

1) Por meio da avaliação, o próprio jornalista faz:

a) uma denúncia.

- (24) (...) **(Com)** (03) Por meio de uma câmera de celular, (04) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. (05) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (06) o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico (07) para asfixiar sua vítima, (08) que desmaiou. **(Res)** (09) Diante da barbárie registrada em vídeo, (10) Araújo foi demitido (11) e responderá a processo. **(Av)** (12) Na maioria das vezes, no entanto, (13) os agressores ficam impunes. (sn2/r3/i)

Na avaliação dessa sequência, o jornalista comenta a resolução e faz uma denúncia, ao afirmar que, diferentemente do que ocorreu com o torturador Araújo, aqueles que cometem torturas no país costumam ficar impunes. Dessa forma, ele expressa o seu ponto de vista acerca da falta de punição para os torturadores.

b) um esclarecimento (que não precisa ser imparcial).

- (25) **(Su)** (01) A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo com que milhares de brasileiros abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram. **(Com)** (02) Em Angra dos Reis, por exemplo, (03) o governo já afirmou que cerca de três mil famílias terão que ser removidas de áreas de risco. (04) Em São Luiz do Paraitinga, (05) cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas, (06) e muitas delas não têm mais para onde ir. **(Av)** (07) Esses são os exemplos recentes. (08) Mas casos semelhantes vêm se espalhando pelo País com uma rapidez impressionante. (sn9/r2/i)

Nessa avaliação, o jornalista faz um esclarecimento sobre as informações expressas na complicação, ao informar que os desabrigados de Angra dos Reis e de São Luiz do Paraitinga exemplificam um problema maior, que vem se alastrando.

c) uma crítica.

- (26) **(Su)** (01) Na semana que passou, (02) requintes de desfaçatez. **(Com)** (03) Arruda conseguiu colocar aliados no domínio das comissões que vão investigá-lo. (04) Como se não bastasse, (05) o deputado distrital que apareceu para todo o Brasil colocando notas de dinheiro na meia, Leonardo Prudente, voltou a presidir a Câmara Legislativa **(Av)** (06) para ajudar a salvar a pele do chefe. (sn1/r4/c)

Na avaliação, o jornalista critica a atitude do deputado Leonardo Prudente, expressa na complicação, de voltar a presidir a Câmara Legislativa de Brasília. Segundo o jornalista, o deputado tomou essa atitude para ajudar o então governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda.

d) um elogio.

- (27) **(EI)** (01) Ao cabo de quatro meses de trabalho, **(Com)** (02) é possível afirmar que as análises do TCU seguem critérios técnicos e estão bem fundamentadas, **(Av)** (03) já que se baseiam em cifras e cruzamentos de informações que não deixam dúvidas a respeito das irregularidades. (sn6/r1/v/Res/sn5)

Ao dizer, na avaliação, que as análises do TCU não deixam dúvidas a respeito das irregularidades em obras públicas, o jornalista faz um elogio à atuação do órgão. Assim, é possível perceber ou inferir qual é o ponto de vista do jornalista sobre o TCU.

e) uma previsão.

- (28) **(Su)** (01) Um compromisso delicado aguarda o presidente Lula na volta de suas férias, nos próximos dias. **(EI)** (02) Da praia do Guarujá, no litoral paulista, (03) onde passou a semana passada, (04) ele convocou para uma reunião o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, e o brigadeiro Dirceu Tondolo Nolo, responsável pela Copac, comissão que coordena o programa FX-2, (05) que resultará na bilionária compra de 36 jatos de combate para a Força Aérea Brasileira (FAB). **(Com)** (06) Lula e Jobim querem saber como um relatório indicando o caça Gripen NG, da empresa sueca Saab, como o favorito dos militares para vencer a concorrência – disputada também pelo francês Rafale, da Dassault, e o americano F-18 Super Hornet, da Boeing – vazou para a imprensa no início da semana passada, (07) constrangendo o presidente e o ministro (08) e acirrando uma crise entre eles e os comandos das Forças Armadas. (09) A julgar pelo relatório divulgado pelo jornal “Folha de S. Paulo”, (10) a Copac fez ouvidos moucos à recomendação de Jobim (11) para que a análise técnica não



hierarquizasse os três aviões finalistas (12) e apresentou uma classificação em que prioriza o preço em detrimento de requisitos técnicos, logísticos, de transferência tecnológica e contrapartidas industriais (off-set). **(Av)** (13) O episódio pode terminar com a punição dos membros da Copac (14) e ainda precipitar a decisão pela escolha do avião francês, favorito do governo. (sn1/r1/i)

Como os jornalistas costumam tratar de acontecimentos complexos, que podem se desdobrar durante longos períodos, em algumas avaliações, como na da sequência acima, o jornalista faz previsões sobre os acontecimentos futuros.

2) Por meio da avaliação, o jornalista encena personagens (policiais, ministros, empresas, presidentes de empresas, delegados, governadores, especialistas, integrantes da população, etc) fazendo:

a) uma reclamação.

- (29) **(Su)** (01) O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo. (02) Ao redor dos trabalhadores, (03) um cenário de destruição. **(Com)** (04) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, (05) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, (06) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro. **(Av)** (07) De uniforme azul, (08) o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta: (09) “Hoje derrubo a casa dos outros. Amanhã pode ser a minha”. (sn1/r2/c)

É interessante notar que, embora seja Crispim a instância responsável pela reclamação, é o jornalista quem, por meio do verbo de fala *lamenta*, expressa a natureza dessa reclamação<sup>82</sup>.

b) uma acusação.

- (30) **(EI)** (01) No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, **(Com)** (02) só se gastou 1,17% em ações preventivas. **(Av)** (03) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil. (04) Para ele, (05) no Estado do Rio (06) a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é mais grave (07) “porque associa a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime”. (sn2/r2/e)

Nessa avaliação, o jornalista representa o governador do Rio acusando governantes precedentes e a população de serem responsáveis por catástrofes naturais. Assim, o

---

<sup>82</sup> O papel dos verbos de fala em segmentos de discurso representado será abordado no próximo capítulo, no estudo da forma de organização enunciativa.

jornalista faz parecer que o governador tem um ponto de vista desfavorável em relação a outros governantes e à população.

c) uma previsão.

- (31) **(EI)** (01) O projeto [de construção do túnel do futuro metrô de Fortaleza] começou a ser tocado em 1999. **(Av)** (02) A previsão inicial era que ficasse pronto em 2002, (03) ao custo de 357 milhões de reais. **(Com)** (04) Em 2007, (05) quando o governo federal encampou a obra, **(Res)** (06) seu valor foi recalculado para 681 milhões de reais. (sn2/r1/v/Com/sn1)

Na sequência, o jornalista não explicita a instância responsável pela avaliação, mas essa sequência é antecedida imediatamente pela seguinte sequência deliberativa: “Examinada de perto, a construção do túnel que abrigará o futuro metrô de Fortaleza suscita dúvidas que o governo do Ceará gostaria que ficassem eternamente ocultas debaixo da terra. A principal delas diz respeito à incrível elevação que o preço da obra sofreu ao longo dos anos.” Esse cotexto esclarece que a previsão realizada na sequência narrativa não pode ser atribuída ao jornalista, mas sim ao governo do Ceará.

d) um esclarecimento.

- (32) **(EI)** (01) Na noite de 31 de dezembro, (02) quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, **(Com)** (03) a garoa começou. (04) Durante a madrugada, (05) virou chuva grossa (06) e, no início da tarde do dia 1º, (07) o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava. **(Av)** (08) "Ele subia 50 centímetros a cada meia hora", (09) lembra a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle. **(Res)** (10) Na madrugada do dia 2, (11) com dezenas de casas submersas, (12) a luz da cidade teve de ser desligada (13) para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco. (...) (sn9/r4/v/Com/sn8)

Na avaliação dessa sequência, a prefeita de São Luiz do Paraitinga dá ao jornalista e aos leitores da reportagem um esclarecimento sobre a elevação do nível do rio que passa pela cidade, elevação mencionada na complicação.

e) uma contestação.

- (33) **(EI)** (01) No último dia 5, **(Com)** (02) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despencou. (03) Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre a estrutura de 132 metros que desabou. **(Res)** (04) Três delas morreram. (05) Outras duas ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira. **(Av1)** (06) O governo gaúcho atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí. (07) Por essa versão, (08) o rio subiu até a pista, (09) que se partiu.

(Av2) (10) Os sobreviventes dão outro testemunho. (11) "As águas estavam 5 metros abaixo do concreto", (12) diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos. (sn7/r4/v)

Nessa sequência, a segunda avaliação (Av2) apresenta integrantes da população contestando o esclarecimento dado pelo governo gaúcho na primeira avaliação (Av1). Essa sequência é interessante, porque mostra que, por meio do episódio avaliação, o jornalista pode encenar um confronto de diferentes pontos de vista.

- (34) (...) **(EI)** (02) Na divisa entre os estados de Alagoas e Bahia, (03) está sendo escavado o Canal Adutor do Sertão, (04) que vai desviar as águas da Bacia do São Francisco para o interior alagoano. (05) Licitado em 1992, (06) o canal só começou a ser construído dez anos depois. **(Com)** (07) Agora, (08) foi posto em xeque pelo TCU. (09) Os fiscais esmiuçaram o destino de 245 milhões de reais empregados na obra (10) e apontaram que, desse montante, 37 milhões de reais haviam sido gastos sem nenhuma justificativa. **(Res)** (11) A construtora Queiroz Galvão foi obrigada a contratar um seguro (12) para garantir que devolverá essa soma aos cofres públicos (13) caso seja condenada em definitivo. (Av1) (14) O secretário de Infraestrutura de Alagoas, Marco Fireman, tenta apagar o incêndio. (Av2) (15) Segundo ele, (16) o problema é que o TCU exige preços baixos demais, (17) fora da realidade. (18) "Nosso serviço não se encaixa nesses balizadores, (19) porque a obra é cheia de especificidades. (20) O que fazemos aqui é diferente", (21) diz. (sn20/r1/v)

Essa sequência é semelhante à anterior, porque também apresenta a encenação de um confronto de pontos de vista diferentes. Entretanto, nesta o jornalista confronta o ponto de vista de uma personagem com o seu próprio ponto de vista. Assim, antes de apresentar a declaração do secretário de Infraestrutura de Alagoas, na segunda avaliação (Av2), o jornalista, na primeira (Av1), já busca direcionar a interpretação do leitor, informando que a declaração do secretário é uma tentativa de “apagar o incêndio” provocado pelo atraso na obra de construção do Canal Adutor do Sertão.

Esse é um exemplo interessante de como duas avaliações justapostas podem permitir ao jornalista atender a duas exigências diferentes, próprias do gênero reportagem. Por meio da primeira avaliação, cujo responsável é o jornalista, ele busca evidenciar um ponto de vista que poderia ser compartilhado pelo leitor, o qual, como exposto no capítulo 3, assume o papel social de cidadão interessado, entre outras coisas, no bom uso do dinheiro público. Essa avaliação lhe permite, assim, atender à exigência de captação. Entretanto, se apenas expressasse o seu ponto de vista, o leitor poderia acusá-lo de não ser imparcial, de opinar sobre uma declaração que nem foi exposta ao julgamento do leitor. Para contornar essa ameaça à sua face e atender à exigência de credibilidade, o

jornalista traz a segunda avaliação, por meio da qual expressa a declaração que motivou a sua opinião<sup>83</sup>.

A tabela abaixo quantifica os resultados da análise das avaliações e mostra quantas avaliações identificadas no corpus ocorreram em cada tipo.

TABELA 8  
Frequência dos tipos de avaliação

| Tipos de avaliação                                                  |                   | Número de ocorrências | %     |
|---------------------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------|-------|
| Por meio da avaliação, o próprio jornalista faz:                    | uma crítica       | 18                    | 21,18 |
|                                                                     | um esclarecimento | 15                    | 17,65 |
|                                                                     | uma denúncia      | 7                     | 8,23  |
|                                                                     | uma previsão      | 5                     | 5,88  |
|                                                                     | um elogio         | 1                     | 1,17  |
| Subtotal                                                            |                   | 46                    | 54,11 |
| Por meio da avaliação, o jornalista representa personagens fazendo: | um esclarecimento | 20                    | 23,53 |
|                                                                     | uma reclamação    | 8                     | 9,42  |
|                                                                     | uma acusação      | 7                     | 8,23  |
|                                                                     | uma contestação   | 3                     | 3,54  |
|                                                                     | uma previsão      | 1                     | 1,17  |
| Subtotal                                                            |                   | 39                    | 45,89 |
| <b>Total</b>                                                        |                   | 85                    | 100   |

Essa tabela permite verificar quantas avaliações constantes no corpus são assumidas pelo jornalista e quantas são assumidas por personagens. Contrariando a crença de que no gênero reportagem o jornalista se limita a apresentar o fato de forma objetiva e imparcial, sem revelar seu ponto de vista (LAGE, 2009), os resultados acima mostram que o jornalista é a instância enunciativa que assume a maior parte das avaliações (46 (54,11%)).

Entretanto, é importante verificar, do ponto de vista percentual, quantos subtipos de avaliações são realizados separadamente pelo jornalista e por personagens. É o que esclarece a tabela abaixo:

<sup>83</sup> O estudo das estratégias discursivas empregadas na gestão das faces, territórios e lugares será feito no capítulo 7, que é dedicado à análise da forma de organização estratégica.

TABELA 9  
Frequência dos tipos de avaliação por instância enunciativa

| Tipo de avaliação                                |                   | Número de ocorrências | %     | Tipo de avaliação                                                   |                   | Número de ocorrências | %     |
|--------------------------------------------------|-------------------|-----------------------|-------|---------------------------------------------------------------------|-------------------|-----------------------|-------|
| Por meio da avaliação, o próprio jornalista faz: | uma crítica       | 18                    | 39,13 | Por meio da avaliação, o jornalista representa personagens fazendo: | um esclarecimento | 20                    | 51,29 |
|                                                  | um esclarecimento | 15                    | 32,60 |                                                                     | uma reclamação    | 8                     | 20,51 |
|                                                  | uma denúncia      | 7                     | 15,22 |                                                                     | uma acusação      | 7                     | 17,95 |
|                                                  | uma previsão      | 5                     | 10,87 |                                                                     | uma contestação   | 3                     | 7,69  |
|                                                  | um elogio         | 1                     | 2,18  |                                                                     | uma previsão      | 1                     | 2,56  |
| <b>Total</b>                                     |                   | 46                    | 100   | <b>Total</b>                                                        |                   | 39                    | 100   |

Com base nessa tabela, verifica-se que, no tipo de avaliação cuja instância responsável é o jornalista, a ação que este mais realiza é a de criticar. Das 46 ocorrências, 18 (39,13%) apresentam o jornalista realizando críticas.

Se críticas realizadas pelo jornalista poderiam, a princípio, abalar sua credibilidade junto ao leitor, é preciso levar em conta, no entanto, que a figura de leitor a quem ele se dirige é a do cidadão interessado no bem comum. Por essa razão, avaliar negativamente a conduta de uma empresa que, por exemplo, usou recursos públicos de modo inadequado pode não constituir ameaça para a credibilidade do jornalista. Nesse sentido, uma crítica pode ser um recurso que permite a ele atender à exigência de captação, já que por meio dela o jornalista demonstra compartilhar o ponto de vista que acredita ser o do leitor/cidadão.

Quando a instância responsável pela avaliação é algum personagem, a ação que mais se realiza, nesse episódio, é a de esclarecer. Das 39 avaliações realizadas por personagens, 20 (51,29%) se enquadram nesse tipo. Colocar figuras do mundo representado dando esclarecimentos acerca de fatos narrados permite ao jornalista atender à exigência de credibilidade, já que, por meio desses esclarecimentos, ele oferece ao leitor o testemunho de personagens que vivenciaram um problema ou o parecer de um especialista a respeito de um dado acontecimento.

#### 5.2.1.1.5 Resolução

Em muitas sequências do corpus, os jornalistas tratam do resultado do acontecimento expresso na complicação, indicando que esse acontecimento deu origem a outros e satisfazendo a necessidade do leitor/cidadão de ser informado de toda a cadeia de acontecimentos, cujo cerne é a complicação. Com base na análise das sequências narrativas do corpus, verifiquei que os segmentos que expressam esses outros acontecimentos poderiam constituir um episódio denominado resolução.

Fortemente atrelada às propriedades do gênero reportagem, a resolução que proponho se diferencia do desenlace de Adam (1992, 2011) e do resultado de Labov (1972). Em ambos os estudiosos, a definição desse episódio é sucinta demais e não parece se articular ao gênero do discurso que lhe dá origem. Em Adam (2011, p. 77), o desenlace é rapidamente definido como o episódio que “permite à sequência se acabar”. Em Labov (1972, p. 370), o resultado é o episódio que apenas responde à pergunta: “o que finalmente aconteceu?” Para o analista que deve proceder ao estudo de uma sequência narrativa, essas definições insuficientes constituem mais o ponto de partida para a busca por outras definições do que critérios seguros para a realização da análise.

Como disse, a resolução que proponho nasce da necessidade do leitor/cidadão de querer (e dever) saber o que se passa no espaço público. Por esse motivo, o jornalista, que tem a necessidade (e o dever) de informar, costuma narrar os acontecimentos decorrentes da complicação. Porque esses acontecimentos são importantes ou inesperados, a ponto de serem informados na complicação, eles criam no leitor a expectativa de uma continuação, relativa ao seu impacto na sociedade de modo geral ou na localidade onde se produziram. O episódio resolução do tipo narrativo da reportagem tem exatamente a função de permitir ao jornalista satisfazer essa expectativa do leitor.

A análise das sequências revelou que a resolução pode apresentar um acontecimento previsto ou imprevisto em relação ao acontecimento expresso frequentemente na complicação.

a) Acontecimento previsto (resultado esperado).

Na maior parte dos casos, esse tipo de resolução pode ser antecipado por *consequentemente*. Isso indica que a resolução, muitas vezes, trata da consequência do acontecimento expresso na complicação<sup>84</sup>. É o que ocorre na sequência abaixo.

- (35) **(EI)** (01) Em 1983, (02) o governo decidiu construir a usina de Angra 3. (03) A licitação das obras civis foi vencida pela empreiteira Andrade Gutierrez. **(Com)** (04) O dinheiro, no entanto, nunca foi liberado, **(Res)** (05) e a usina empacou. (sn10/r1/v/EI/sn9)

Nessa sequência, a resolução expressa uma consequência do acontecimento verbalizado na complicação, como permite verificar a inserção do conector:

- (36) **(EI)** (01) Em 1983, (02) o governo decidiu construir a usina de Angra 3. (03) A licitação das obras civis foi vencida pela empreiteira Andrade Gutierrez. **(Com)** (04) O dinheiro, no entanto, nunca foi liberado, **(Res)** (05) e [consequentemente] a usina empacou. (sn10/r1/v/EI/sn9)

#### b) Acontecimento imprevisto (resultado inesperado).

Na maior parte dos casos, esse tipo de resolução, ao contrário do tipo anterior, pode ser antecipado por *mas*, o que indica que esse tipo de resolução se caracteriza por apresentar uma informação que, de alguma forma, frustra uma expectativa lançada na complicação.

- (37) **(EI)** (01) Crispim mora com a família em uma casa de quatro cômodos no Jardim Pantanal, próximo de onde cumpria a amarga tarefa de demolição. **(Com)** (02) No dia da cheia, (03) seus móveis ficaram meio metro submersos. (04) Somente após duas semanas, (05) a água saiu da residência. **(Res)** (06) Passados 35 dias da enchente, (07) a inundação persistia no quintal e nas ruas do bairro, (08) tomadas por um lodo escuro e fétido, mistura das águas da chuva com o esgoto que deixou de ser bombeado por uma estação de tratamento atingida pelas chuvas. **(EF)** (09) O cenário é recorrente em ao menos sete bairros do distrito Jardim Helena, na divisa com os municípios de Guarulhos e Itaquaquecetuba, Grande São Paulo. (sn3/r2/c)

Em algumas sequências, é exatamente o conector *mas* que introduz a resolução, como no exemplo abaixo, que trata da disputa eleitoral pelo governo de Brasília:

- (38) **(Su)** (01) Roriz que o diga. **(EI)** (02) Envolvido em denúncias de corrupção em 2007, **(Com)** (03) renunciou ao mandato de senador (04) para evitar o processo de cassação, **(Res)** (05) mas, ante as acusações contra Arruda, (06) já aparece como franco favorito à sucessão. **(Av)** (07) Na

---

<sup>84</sup> A inserção de expressões conectivas para revelar uma relação de discurso é um recurso próprio da forma de organização relacional. Entretanto, esse recurso foi utilizado aqui apenas como apoio heurístico. A análise da forma de organização relacional será realizada no próximo capítulo.

última pesquisa do Datafolha, divulgada em dezembro, (08) tinha entre 44% e 48% dos votos, com possibilidade de eleição no primeiro turno. (sn8/r4/c)

Nesta tabela, exponho os resultados numéricos da análise do episódio resolução, indicando quantas resoluções do corpus ocorreram em cada tipo.

TABELA 10  
Frequência dos tipos de resolução

| <b>Tipos de resolução</b> | <b>Número de ocorrências</b> | <b>%</b> |
|---------------------------|------------------------------|----------|
| Resultado previsto        | 66                           | 72,52    |
| Resultado imprevisto      | 25                           | 27,48    |
| <b>Total</b>              | 91                           | 100      |

Essa tabela mostra que, nas sequências narrativas das reportagens do corpus, a maior parte das resoluções (66 (72,52%)) apresenta o resultado previsto ou esperado em relação a acontecimento expresso em outro episódio.

#### 5.2.1.1.6 Estágio final

Em 38 sequências narrativas, os jornalistas apresentam o momento final dos acontecimentos expressos na sequência narrativa. Diferentemente da situação final de narratólogos que estudaram gêneros narrativos, nas sequências narrativas de reportagens, os segmentos que apresentam o momento final não têm como finalidade expressar uma nova situação de equilíbrio, em que os personagens, após as peripécias do enlace e do desenlace, encontram-se em um estado diferente daquele da situação inicial.

Na reportagem, esses segmentos indicam as ações ou as situações que estão mais próximas do momento da enunciação (a publicação da reportagem). Nesse sentido, eles têm como função indicar que os acontecimentos expressos ao longo da sequência narrativa resultaram em um estado ou em uma ação final que, ainda *agora*, no momento em que a reportagem é publicada, tem relevância para o leitor/cidadão e pode, de alguma forma, interferir nas suas atitudes. Com base nesses segmentos, proponho a



incorporação ao tipo narrativo da reportagem do episódio *estágio final*<sup>85</sup>. Esse episódio pode ser:

a) a ação motivada por acontecimento expresso geralmente na resolução.

- (39) **(EI)** (01) Em Belo Horizonte, **(Res)** (02) a garagem de um edifício de classe média foi invadida pela lama **(Com)** (03) após uma chuva torrencial **(EF)** (04) e os moradores tiveram de deixá-la na primeira manhã de 2010. (sn2/r2/i)

Nessa sequência, o ato que expressa a resolução antecede o que expressa a complicação, mas, do ponto de vista referencial, é possível inferir que, primeiro, ocorreu uma chuva torrencial (complicação) e que, depois, a garagem do edifício foi invadida pela lama (resolução). Como consequência da invasão da lama (resolução), os moradores do edifício tiveram de deixar a garagem (estágio final).

Nesse estágio final, o jornalista apresenta o momento final de um problema enfrentado por cidadãos. Como a reportagem foi publicada em janeiro de 2010, percebe-se que o jornalista trata de uma série de acontecimentos bastante recentes e que o problema expresso no estágio final, ocorrido “na primeira manhã de 2010”, possivelmente ainda afetava a vida desses cidadãos.

b) o estado atual dos personagens da sequência narrativa (como tudo ficou ou está após os acontecimentos narrados).

- (40) (...) **(EI)** (02) Em 1998, (03) mineiros e capixabas se animaram com o início da construção da BR-342, (04) que ligaria o norte do Espírito Santo a Minas Gerais. (05) Para pavimentar os 106 quilômetros da rodovia, (06) foram celebrados três contratos com duas empreiteiras. **(Com)** (07) Nos três (08) o TCU encontrou sobrepreço – sempre na casa de 50% do valor global. (09) Além disso, parte dos serviços que as empreiteiras alegam ter executado não foi fiscalizada pelo governo. (10) Por fim, o valor dos contratos aumentou sem nenhuma justificativa técnica. **(Av)** (11) Uma estranheza atrás da outra. **(Res)** (12) Como a obra se tornou um sorvedouro de dinheiro público, (13) o TCU pediu sua paralisação. **(EF)** (14) Hoje, (15) há apenas 33 quilômetros asfaltados. (16) Outros 27 quilômetros são transitáveis, (17) mas ainda não receberam uma gota de asfalto. (18) Nos 46 quilômetros restantes, (19) a obra nem sequer foi iniciada. (sn24/r1/v)

---

<sup>85</sup> Assim como ocorreu com o estágio inicial, não uso o termo estado final, tal como empregado pelo modelo modular. Considero que o termo estágio final é mais adequado, porque permite desvincular desse episódio a ideia de que ele expressaria um novo estado de equilíbrio.

Nessa sequência, já longamente analisada nos capítulos 2 e 3, o estágio final informa como estava a BR-342 na data de publicação da revista, marco temporal que, nessa sequência, é indicado pelo dêitico *hoje*.

A presença desse elemento dêitico na sequência chama a atenção para o fato de que a data em que se deu a ação ou em que se verifica a situação expressa no estágio final costuma coincidir com a data de publicação da revista. Em algumas sequências, como na sequência acima, o jornalista procura fazer o leitor entender que o estado permanece tal como ele o percebeu ou que a ação representada ainda não terminou. Por isso, o estágio final costuma apresentar verbos no presente e no futuro do presente, bem como advérbios, como *hoje* e *agora*, o que contribui para a produção do efeito de atualidade da sequência narrativa e do efeito de que os acontecimentos expressos têm ou terão impacto na vida dos cidadãos, como mostra o exemplo abaixo.

- (41) **(Su)** (01) Em uma ação exemplar, (02) o TCU cancelou o contrato firmado entre a Infraero e o consórcio formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon para a reestruturação do Aeroporto de Vitória. **(Com)** (03) A medida drástica foi tomada (04) depois que uma auditoria descobriu que havia 44 milhões de reais de superfaturamento no projeto, (05) ou 12% do valor total. (06) Para estancarem a sangria, (07) os ministros do tribunal tiveram de enfrentar não só as empreiteiras, como também a Infraero, (08) que se opôs à redução das despesas. **(Res)** (09) O TCU venceu a queda de braço (10) e a obra foi cancelada. **(EF)** (11) Agora, (12) uma nova licitação terá de ser feita, (13) mas, como a Infraero e as empreiteiras não se entendem sobre os valores que já foram pagos (14) (e que eventualmente terão de ser ressarcidos), (15) o processo ainda nem começou. (sn23/r1/v)

É dessa atualidade sinalizada por tempos verbais e advérbios que os acontecimentos expressos nesse episódio final retiram sua relevância, já que, no presente momento, eles influenciam (afetam, atrapalham, ajudam) a vida do leitor/cidadão e a de outros cidadãos.

A observação de que o estágio final tem como característica trazer acontecimentos que o jornalista acredita serem relevantes no agora da enunciação encontra respaldo no princípio de organização do discurso jornalístico, enunciado por diferentes estudiosos (CHARAUDEAU, 2006; SIMUNIC, 2004; VAN DIJK, 1992), segundo o qual os eventos mais recentes são mais importantes. Com efeito, a inserção do episódio estágio final decorre da exigência de atualidade do gênero reportagem.

A tabela abaixo quantifica os resultados da análise dos estágios finais, expondo quantos estágios finais identificados no corpus ocorreram em cada tipo.

TABELA 11  
Frequência dos tipos de estágio final

| <b>Tipos de estágio final</b>                          | <b>Número de ocorrências</b> | <b>%</b> |
|--------------------------------------------------------|------------------------------|----------|
| Ação motivada por fato expreso geralmente na resolução | 24                           | 63,16    |
| Estado atual dos personagens da sequência narrativa    | 14                           | 36,84    |
| <b>Total</b>                                           | 38                           | 100      |

Por meio dessa tabela, verifica-se que a maior parte dos estágios finais (24 (63,16%)) apresenta a ação motivada por fato expreso geralmente na resolução.

#### 5.2.1.1.7 Síntese da análise dos episódios do tipo narrativo da reportagem

Recapitulando as análises expostas até o momento, apresento uma síntese de cada um dos seis episódios constituintes do tipo narrativo da reportagem:

- *Sumário*: o jornalista oferece indicações sobre o conteúdo de que trata a sequência narrativa, na busca por despertar a curiosidade do leitor/cidadão para saber mais a respeito de um dado problema e mantê-lo no processo da leitura.
- *Estágio inicial*: o jornalista oferece as coordenadas temporais e/ou espaciais dos acontecimentos tratados na sequência ou fornece informações que contextualizam esses acontecimentos, mostrando ao leitor que a sequência aborda acontecimentos verídicos e recentemente ocorridos, que se passaram em um local definido e que são a consequência de acontecimentos anteriores.
- *Complicação*: o jornalista tematiza acontecimentos centrais que motivaram a própria escrita da reportagem, acontecimentos que são bastante atuais, que afetam uma parcela de cidadãos e que são insólitos, notáveis ou supostamente desconhecidos do leitor.

- *Avaliação*: o jornalista ou um personagem do mundo representado avalia (reclama, prevê, critica, contesta, etc) acontecimentos expressos em outros episódios, revelando por que eles devem ser interpretados como sendo interessantes, surpreendentes, preocupantes, absurdos, graves, importantes, etc.
- *Resolução*: o jornalista trata do resultado (previsto ou imprevisto) do acontecimento expresso geralmente na complicação, indicando que esse acontecimento deu origem a outros e satisfazendo a necessidade do leitor/cidadão de ser informado de toda a cadeia de acontecimentos.
- *Estágio final*: o jornalista indica os acontecimentos mais próximos do momento da publicação da reportagem, indicando que eles, ainda *agora*, no momento em que a reportagem é publicada, têm relevância para o leitor/cidadão e podem, de alguma forma, interferir nas suas atitudes.

Como essa síntese deixa perceber, a elaboração de cada episódio do tipo narrativo da reportagem é profundamente afetada pelo gênero em que ele se constitui. Por isso, é possível afirmar que as categorias acima são específicas desse gênero, não podendo ser aplicadas no estudo das sequências narrativas extraídas de exemplares de outros gêneros.

Depois de haver definido cada um dos episódios do tipo narrativo da reportagem, passo a investigar a ordem em que esses episódios costumam ocorrer nas sequências narrativas do gênero reportagem, a fim de justificar a representação praxeológica desse tipo narrativo.

#### **5.2.1.2 A ordem dos episódios do tipo narrativo da reportagem**

A ordem dos episódios da narrativa é uma questão de que muitos estudiosos desse tipo de discurso se ocupam ou se ocuparam. A importância atribuída a essa questão se deve ao fato de que o estudo da ordem dos episódios permite a elaboração do esquema típico (representação) por meio do qual os integrantes de uma comunidade interpretam e produzem sequências narrativas particulares. Desde Propp (1984[1928]) e Tomachévski

(1965[1925]), essa é uma questão considerada relevante para quem estuda esse tipo de discurso. Labov (1972), por exemplo, ao estudar a organização das proposições narrativas, estabelece uma distinção entre proposições ou episódios fixos e livres, a qual é bastante próxima da distinção estabelecida décadas antes por Tomachévsky (1965[1925]) entre motivos associados e motivos livres. Em Labov, os episódios fixos (complicação e resolução) ocorreriam sempre em uma mesma posição. Diferentemente destes, os episódios livres (resumo, orientação, avaliação e coda) poderiam aparecer em diferentes lugares da estrutura narrativa.

Entretanto, muitos autores, após constatarem uma regularidade na ordem dos episódios da narrativa, defenderam a universalidade do esquema (em qualquer cultura ou gênero, o esquema narrativo seria o mesmo) e procuraram associar a essa ordem uma cronologia entre os acontecimentos representados em cada episódio e uma causalidade desses mesmos acontecimentos. Assim, se um episódio X sucede com frequência um episódio Y, para esses autores esse seria um sinal de que entre os acontecimentos representados nesses episódios haveria *sempre* uma relação temporal e causal.

Quanto ao problema da universalidade do esquema, as pesquisas abordadas ao final do capítulo 2 mostram que o conhecimento que os usuários da língua têm do que seja narrar varia de um gênero para outro. Na mesma perspectiva, todas as análises apresentadas no item anterior reforçam essa hipótese, ao evidenciarem que os episódios da representação praxeológica do tipo narrativo da reportagem são categorias fortemente influenciadas pelas propriedades desse gênero.

Quanto às relações causais e/ou temporais entre os episódios, não considero que a ordem dos episódios forneça indicação segura a respeito das relações que possam existir entre os acontecimentos representados, já que, numa sequência em que a complicação é seguida de resolução, este episódio pode funcionar como argumento para justificar uma ação expressa naquele. Da mesma forma, a informação expressa na complicação pode constituir um elemento topicalizado em relação à resolução ou a resolução pode ser um comentário a respeito do que foi dito na complicação, etc.

Acredito que a associação entre a posição típica de episódios e as relações temporais e/ou causais, feita por muitos estudiosos, se deve ao fato de que a maior parte dos autores, dentre os quais Adam (1992), ancorou as suas pesquisas em corpora formados principalmente por textos literários, como fábulas, contos populares e peças teatrais, gêneros em que essas relações são mais frequentes, ou tomou como ponto de partida pesquisas dos estudos literários, como, por exemplo, Van Dijk (1972)<sup>86</sup>.

Diferentemente desses trabalhos, considero que o estudo das relações causais, temporais e outras que tipicamente se verificam entre os episódios do tipo narrativo de um gênero não deve ser confundido com a elaboração desse tipo. Na verdade, trata-se de problemáticas diferentes. A definição dos episódios do tipo e da ordem em que costumam ocorrer não permite prever por meio de quais relações de discurso os interlocutores costumam encadear esses mesmos episódios. Em uma metodologia modular como a que é por mim adotada, o estudo dessas problemáticas pode ser feito em formas de organização distintas. Assim, enquanto o estudo do tipo narrativo se faz na forma de organização sequencial, de que trata este capítulo, o estudo das relações de discurso verificáveis entre os episódios do tipo se faz na forma de organização relacional, que será estudada no próximo capítulo.

Feitas essas ressalvas, este item terá, então, como finalidade justificar e explicar o esquema que propus no capítulo 3 e que reproduzo a seguir.

---

<sup>86</sup> Mais recentemente, Van Dijk (1988, 1992), em estudo sobre o gênero notícia, reconhece que os esquemas têm uma natureza convencional e são, portanto, histórica e culturalmente determinados.

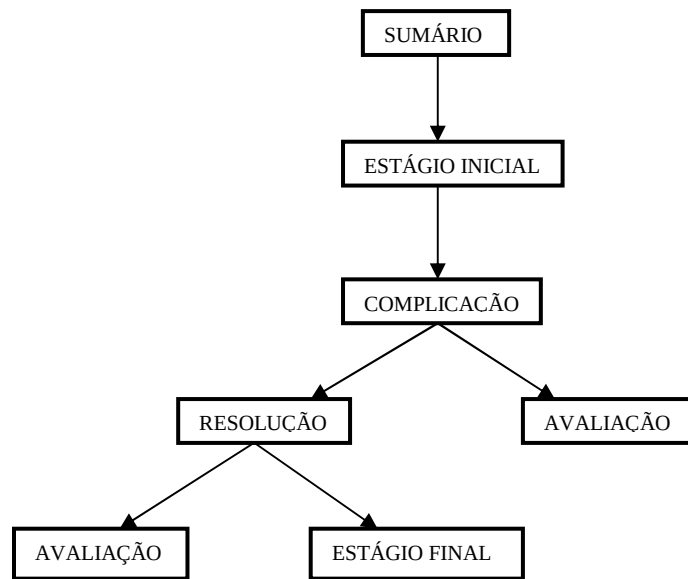


FIGURA 18 - Representação praxeológica do tipo narrativo da reportagem

Após a definição proposta no subitem anterior para cada episódio, o passo seguinte foi verificar em que ordem eles costumam ocorrer nas sequências narrativas de reportagens. Para identificar as recorrências da ordem dos episódios, estudei a posição que cada um deles ocupa nas 129 sequências narrativas, verificando quais e quantos episódios ocorrem à sua esquerda e à sua direita. Por exemplo, o estado inicial ocorreu em 38 sequências do corpus. Identificadas essas ocorrências com base na análise sequencial, computei quais e quantos episódios ocorrem à sua esquerda e à sua direita. O resultado final dessa contagem para todos os episódios pode ser verificado nesta tabela:

TABELA 12

Ordem dos episódios do tipo narrativo da reportagem

| Sumário (64)       |                      | Estágio inicial (98) |                      | Complicação (129)   |                      | Avaliação (85)       |                      | Resolução (91)       |                     | Estágio final (38)   |                    |
|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|---------------------|----------------------|--------------------|
| esquerda           | direita              | esquerda             | direita              | esquerda            | direita              | esquerda             | direita              | esquerda             | direita             | esquerda             | direita            |
| EI (01)<br>(1,56%) | EI (36)<br>(56,25%)  | Su (35)<br>(35,71%)  | Su (1)<br>(1,02%)    | Su (27)<br>(20,94%) | Su (0)               | Su (0)               | Su (0)               | Su (0)               | Su (0)              | Su (0)               | Su (0)             |
| Com (0)            | Com (28)<br>(43,75%) | Com (9)<br>(9,19%)   | Com (75)<br>(76,53%) | EI (75)<br>(58,14%) | EI (9)<br>(6,97%)    | EI (9)<br>(10,58%)   | EI (2)<br>(2,35%)    | EI (6)<br>(6,59%)    | EI (2)<br>(2,19%)   | EI (0)               | EI (1)<br>(2,63%)  |
| Res (0)            | Res (0)              | Res (2)<br>(2,04%)   | Res (6)<br>(6,12%)   | Res (7)<br>(5,42%)  | Res (67)<br>(51,94%) | Com (39)<br>(45,88%) | Com (7)<br>(8,23%)   | Com (67)<br>(73,62%) | Com (7)<br>(7,69%)  | Com (3)<br>(7,90%)   | Com (1)<br>(2,63%) |
| EF (0)             | EF (0)               | EF (1)<br>(1,02%)    | EF (0)               | EF (1)<br>(0,77%)   | EF (3)<br>(2,33%)    | Res (21)<br>(24,70%) | Res (16)<br>(18,82%) | EF (1)<br>(1,09%)    | EF (31)<br>(34,06%) | Res (31)<br>(81,57%) | Res (1)<br>(2,63%) |
| Av (0)             | Av (0)               | Av (2)<br>(2,04%)    | Av (9)<br>(9,19%)    | Av (7)<br>(5,42%)   | Av (40)<br>(31,00%)  | EF (8)<br>(9,41%)    | EF (3)<br>(3,52%)    | Av (16)<br>(17,58%)  | Av (21)<br>(23,07%) | Av (3)<br>(7,90%)    | Av (8)<br>(21,05%) |
| Ø (63)<br>(98,44%) | Ø (0)                | Ø (49)<br>(50,00%)   | Ø (7)<br>(7,14%)     | Ø (12)<br>(9,31%)   | Ø (10)<br>(7,76%)    | Av (1)<br>(1,17%)    | Av (1)<br>(1,17%)    | Ø (1)<br>(1,09%)     | Ø (30)<br>(32,96%)  | Ø (1)<br>(2,63%)     | Ø (27)<br>(71,06%) |
|                    |                      |                      |                      |                     |                      | Ø (6)<br>(7,05%)     | Ø (55)<br>(64,70%)   |                      |                     |                      |                    |



Essa tabela apresenta a seguinte configuração: a linha superior apresenta o episódio focalizado e o número total de ocorrências desse episódio no corpus. A linha imediatamente inferior expõe a posição (esquerda ou direita) dos outros episódios em relação ao episódio focalizado. Por fim, a terceira linha apresenta o número de ocorrências de cada episódio à esquerda e à direita desse episódio focalizado. A porcentagem dessas ocorrências é calculada com base no total de ocorrências de cada episódio.

Exemplifico como esse quadro deve ser lido com base no sumário. Na linha superior, informo que o sumário apresentou 64 ocorrências no corpus formado por 129 sequências. Na linha abaixo, informo que, em relação ao sumário, podem ter ocorrido episódios à sua esquerda ou à sua direita. Na terceira linha, apresento o resultado do cálculo desses episódios à esquerda ou à direita do sumário. Para o sumário, apenas uma ocorrência desse episódio (1,56%) é antecedida pelo estágio inicial. Ou seja, em apenas uma ocorrência do sumário, houve um estágio inicial à sua esquerda. Todas as demais ocorrências do sumário aparecem em posição inicial, não sendo antecedidas, portanto, por nenhum outro episódio. O símbolo Ø indica que à esquerda ou à direita do episódio focalizado não ocorreu nenhum outro episódio. Assim, 63 sumários ou 98,44% dos sumários ocorreram em posição inicial, já que nessas ocorrências nenhum episódio ocorre à sua esquerda. Além disso, esse episódio é sucedido apenas pelos episódios estágio inicial e complicação. No corpus, não houve nenhuma ocorrência de sumário seguida, por exemplo, da resolução ou do estágio final. Passo agora à análise dessa tabela, por meio da qual justifico o esquema da representação praxeológica do tipo narrativo da reportagem.

Como foi dito, na maior parte das sequências que apresentam sumário, esse episódio é o primeiro da sequência, já que em 98,44% das sequências com sumário esse episódio não é antecedido por nenhum outro. Por isso, ele ocupa a posição inicial no esquema, o que se justifica exatamente pela natureza referencial desse episódio. Como verificado no item anterior, ele tem por função aguçar a curiosidade do leitor, despertando o interesse pela leitura do restante da sequência narrativa.

Em todas as sequências com sumário, esse episódio é sucedido ou pelo estágio inicial (56,25%) ou pela complicação (43,75%). Como há uma porcentagem maior de estágios iniciais sucedendo o sumário e como o estágio inicial é o episódio que antecede a

complicação com maior frequência, o esquema representa o sumário seguido do estágio inicial.

Na maior parte das ocorrências da complicação (58,14%), esse episódio é antecedido pelo estágio inicial, o que justifica representar a complicação imediatamente após o estágio inicial. Nas sequências do corpus, há 67 (51,94%) complicações seguidas do episódio resolução e 40 (31,00%) complicações seguidas do episódio avaliação. Como essa diferença de porcentagem não é tão expressiva e como a maior parte das avaliações (45,88%) é anteceda da complicação, o esquema apresenta a complicação seguida da resolução e da avaliação.

Os dados mostram que a maior parte das avaliações (64,70%) ocorre em posição final, fechando a sequência narrativa, e que uma grande porcentagem delas é anteceda da complicação (45,88%) ou pela resolução (24,70%). Por essa razão, o esquema representa a avaliação em duas posições. Na primeira, ela sucede a complicação. Na segunda, ela sucede a resolução.

Quanto à resolução, esse episódio aparece antecedido com alguma frequência (17,58%) pela avaliação, mas o que mais acontece é ela seguir imediatamente a complicação, sem o intermédio de uma avaliação. Esses casos representam 73,62% das ocorrências de resoluções. Por isso, a resolução ocorre no esquema logo depois da complicação.

Nas sequências que apresentam estágio final, esse episódio aparece antecedido pela resolução em 81,57% das ocorrências, o que justifica sua colocação logo após esse episódio. Além disso, os dados mostram que esse episódio costuma aparecer em posição final, sem nenhum episódio sucedendo-o. Quando algum episódio o sucede, este é principalmente a avaliação (21,05% das ocorrências de estágio final). Esse resultado é compatível com o da avaliação, que em 65,48% das ocorrências apareceu em posição final, substituindo, muitas vezes, o estágio final. Por esse motivo, o estágio final aparece junto da avaliação ao final do esquema.

Esses resultados são interessantes por algumas razões. Em primeiro lugar, eles mostram que, ao contrário do que ocorre no gênero entrevista sociolinguística (LABOV, 1972, 1997), a avaliação no gênero reportagem não é um episódio tão livre, já que ocorre preferencialmente após a complicação e ao final da narrativa. Da mesma forma, o estágio inicial, que se aproxima da orientação laboviana, não ocorre livremente na

sequência e assume uma posição relativamente fixa, quase sempre iniciando a sequência ou sucedendo o sumário e antecedendo a complicação. Nessa mesma perspectiva, os dados não apontaram para uma total fixidez da complicação e da resolução. Um número expressivo de complicações, por exemplo, inicia a sequência (9,31%) ou sucede o sumário (20,94%), posições tipicamente assumidas pelo estágio inicial.

Em segundo lugar, os resultados apresentados na tabela, aliados à definição de cada episódio dada anteriormente, mostram que, de fato, há uma regularidade na forma como os jornalistas, ao produzirem uma reportagem, constroem uma sequência narrativa, regularidade que parece ser ditada pelas propriedades desse gênero. Dessa forma, os resultados apresentados neste item e no anterior fornecem evidências a favor da hipótese de que, no gênero reportagem, há uma maneira típica ou característica de narrar, o que autoriza a defender que esse gênero possui um tipo narrativo diferente daqueles de outros gêneros.

Após o estudo da representação referencial do tipo narrativo da reportagem, passo ao estudo das suas propriedades hierárquicas, a fim de completar a caracterização desse tipo. Como veremos, a pertinência desse estudo está em tornar mais flexível e dinâmica a aparente linearidade da posição tipicamente assumida pelos episódios no tipo narrativo da reportagem, ao revelar a hierarquia dos constituintes em que esses episódios se ancoram.

### **5.2.2 Módulo hierárquico**

A análise das estruturas hierárquicas das sequências narrativas das reportagens permite verificar regularidades importantes sobre a forma como jornalistas, ao narrarem, articulam os constituintes textuais dessas sequências. Como vimos no capítulo 2, a negociação conjunta dos interactantes leva à construção de unidades textuais complexas, que são representadas, no módulo hierárquico, por meio das estruturas hierárquicas. Essas estruturas são formadas por trocas, intervenções e atos, que podem estabelecer relações de dependência, interdependência ou independência<sup>87</sup>.

---

<sup>87</sup> O módulo hierárquico foi apresentado no capítulo 2, item 2.3.1.1.

Neste item, serão abordados dois aspectos relativos à articulação dos constituintes textuais das sequências narrativas de reportagens. O primeiro deles diz respeito ao estatuto subordinado ou principal de cada episódio da sequência, verificando quais episódios do tipo narrativo ocorrem predominantemente em constituintes principais e quais ocorrem predominantemente em constituintes subordinados. Esse estudo permitirá rever, em uma perspectiva modular, a tradicional distinção entre primeiro e segundo planos na narrativa. Depois, trato do processo por meio do qual uma sequência narrativa se encaixa no interior de outra sequência narrativa, constituindo um de seus episódios. Com esse estudo, será possível verificar quais episódios do tipo narrativo da reportagem costumam ser formados por sequências narrativas encaixadas.

#### **5.2.2.1 O estatuto subordinado ou principal de cada episódio da sequência**

Ao analisar a estrutura hierárquica das 129 sequências, constatei que alguns episódios se ancoram preferencialmente em constituintes textuais com estatuto de principais, enquanto outros costumam se ancorar em constituintes subordinados. Essa constatação é importante, porque mostra ser possível utilizar, no estudo das sequências narrativas de reportagens, critérios textuais ou hierárquicos para corroborar a distinção proposta por alguns linguistas com base no estudo dos tempos verbais (Weinrich, Hopper, Castilho, Travaglia) entre dois planos da narrativa. Conforme essa distinção, o primeiro plano expressaria os acontecimentos principais, aqueles que “estruturam a narração em sua dimensão cronológica” (COMBETTES, 1987, p. 11), ao passo que o segundo expressaria informações acessórias ou de suporte em relação ao primeiro plano, como comentários, avaliações, descrições, etc (COMBETTES, 1987; WEINRICH, 1973)<sup>88</sup>.

No modelo modular, considera-se que, numa produção textual, os constituintes principais são aqueles em que se ancoram as informações centrais, enquanto nos constituintes subordinados ancoram-se as informações subsidiárias, as quais, num eventual resumo dessa produção textual, poderiam ser suprimidas (ROULET, 2006). À luz dessa distinção entre constituintes principais e subordinados, é possível lançar a hipótese de que, no tipo narrativo, o primeiro plano é formado pelos episódios que

---

<sup>88</sup> Maiores esclarecimentos acerca dessa distinção em Weinrich (1973) são encontrados no cap. 1, item 1.1.

costumam ocorrer em constituintes principais e o segundo é formado pelos episódios que costumam ocorrer em constituintes subordinados.

As análises revelaram que os episódios com tendência maior a ocorrerem em constituintes principais são a complicação, a resolução e o estágio final. Já o sumário, o estágio inicial e a avaliação são predominantemente expressos em constituintes subordinados. A tabela abaixo permite verificar numericamente essa preferência dos episódios do tipo narrativo da reportagem por constituintes principais ou subordinados.

TABELA 13  
Estatuto hierárquico dos episódios

| Episódios              | Principal |       | Subordinado |       | Totais |
|------------------------|-----------|-------|-------------|-------|--------|
|                        | N         | %     | N           | %     |        |
| <b>Sumário</b>         | 4         | 6,25  | 60          | 93,75 | 64     |
| <b>Estágio inicial</b> | 8         | 8,16  | 90          | 91,84 | 98     |
| <b>Complicação</b>     | 79        | 61,24 | 50          | 38,76 | 129    |
| <b>Avaliação</b>       | 6         | 7,05  | 79          | 92,96 | 85     |
| <b>Resolução</b>       | 81        | 89,01 | 10          | 10,98 | 91     |
| <b>Estágio final</b>   | 36        | 94,74 | 2           | 5,26  | 38     |

Esses resultados evidenciam que, nas sequências narrativas de reportagens, os jornalistas costumam expressar em constituintes principais os episódios que lhes possibilitam informar ao leitor os acontecimentos que motivam a própria produção da reportagem e/ou da sequência, bem como os acontecimentos deles decorrentes (complicação, resolução, estágio final). Nessa perspectiva, são esses os episódios que constituem o primeiro plano do tipo narrativo da reportagem. É o que se verifica nos exemplos abaixo:

- (42) **(EF)** (01) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, **(Res)** (02) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, **(Com)** (03) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro. (sn2/r2/c/Com/sn1)

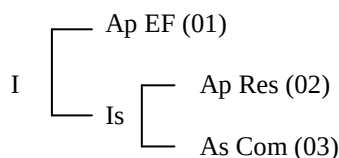


FIGURA 19 - Estrutura hierárquica (sn2/r2/c/Com/sn1)

Nessa sequência, o jornalista começa a contar a história pelo fim. Cronologicamente, primeiro houve a enchente na várzea do rio Tietê; depois aconteceu a remoção das famílias de suas casas localizada na várzea do rio; por fim, várias casas foram demolidas por ordem da prefeitura. Mas a ordem de apresentação dos fatos na sequência é inversa. Ao narrar dessa forma, o jornalista ancora no constituinte mais principal, o ato (01), a demolição das casas, informação que constitui o estágio final da sequência.

- (43) **(EI)** (01) No dia da cheia, **(Com)** (02) seus móveis [de Crispim, morador do Jardim Pantanal] ficaram meio metro submersos. **(Res)** (03) Somente após duas semanas, (04) a água saiu da residência. (sn4/r2/c/Com/sn3)

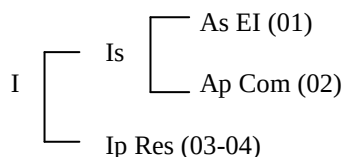


FIGURA 20 - Estrutura hierárquica (sn4/r2/c/Com/sn3)

Nessa sequência, é a intervenção em que se ancora a resolução que tem o estatuto de principal. Aqui, a resolução subordina a intervenção em que se ancoram o estágio inicial e a complicação, porque expressa a consequência prevista de uma inundação, que é a diminuição do nível das águas com o passar do tempo, bem como o fato mais recente em relação à data de publicação da revista. Portanto, nessa sequência, as informações da resolução são alçadas ao primeiro plano.

- (44) **(EI)** (01) Na última semana, **(Res)** (02) horas antes de apertar o botão para pôr em funcionamento uma usina, **(Com)** (03) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início a um projeto (04) com o objetivo de fortalecer ainda mais a candidatura de Dilma Rousseff. (sn12/r4/i/Su/sn11)

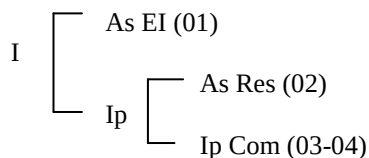


FIGURA 21 - Estrutura hierárquica (sn12/r4/i/Su/sn11)

Já nessa sequência, o interesse do jornalista está em informar que o então presidente Lula deu início a um novo projeto para fortalecer a candidatura à presidência de Dilma Rousseff. Como essa informação é dada na complicação, esse é o episódio que se ancora no constituinte principal da sequência e que ocupa o seu primeiro.

Quanto ao estágio inicial, ele costuma aparecer subordinado a outros episódios, por ser um episódio que se limita, muitas vezes, a oferecer as coordenadas espaciais e/ou temporais dos acontecimentos tratados nas sequências, como mostram as duas últimas sequências apresentadas. Essa propriedade hierárquica do estágio inicial justifica a sua participação no conjunto dos episódios do segundo plano do tipo narrativo da reportagem.

Já o sumário e a avaliação são episódios que permitem ao jornalista captar o leitor ou satisfazer as suas exigências de credibilidade. Na maior parte das ocorrências, esses episódios aparecem subordinados a outros episódios e, ao lado do estágio inicial, constituem os episódios do segundo plano do tipo narrativo da reportagem. Isso se explica pela natureza referencial desses episódios. O sumário antecipa o que será dito, não sendo, portanto, componente fundamental da sequência. A avaliação, por sua vez, oferece uma análise do jornalista ou de terceiros sobre os acontecimentos representados em outros episódios.

O estudo da hierarquia dos constituintes em que os episódios se ancoram é importante, porque permite dinamizar a aparente linearidade da posição tipicamente assumida pelos episódios no tipo narrativo da reportagem, revelando que a posição inicial ou final na representação praxeológica não corresponde a um grau maior ou menor de importância para a construção de sentidos. Assim, episódios que ocupam posições iniciais na representação praxeológica, como o sumário e o estágio inicial, costumam se ancorar em constituintes subordinados e não principais. Já um constituinte como o estágio final, que costuma ocorrer em posição final, costuma se ancorar em constituintes principais e não subordinados. Com efeito, o estudo da hierarquia dos episódios revelou que a linearidade desses episódios se dinamiza pela distinção entre dois planos da narrativa.

Entretanto, vale esclarecer que a distribuição proposta dos episódios entre dois planos não é rígida. Ou seja, em uma situação de ação específica, o produtor de uma sequência narrativa pode escolher destacar a avaliação e o estágio inicial, que, nesse caso, vão constituir o primeiro plano da sequência, relegando ao segundo plano a complicação e a resolução. Essa observação aponta para o fato de que, como ressalta Bronckart (2007), os acontecimentos de uma narrativa não têm uma importância intrínseca para a progressão da história. O grau de importância dos episódios depende de decisões tomadas pelo produtor da sequência em função do interactante a quem se dirige.

Assim, a distinção proposta busca apenas revelar uma tendência na forma como os jornalistas, ao produzirem sequências narrativas de reportagens, indicam a maior ou a menor relevância aos episódios. Voltarei à questão da distinção entre planos da narrativa no próximo capítulo, ao estudar os tempos verbais no módulo sintático.

Após verificar que cada episódio do tipo narrativo ocorre predominantemente em constituintes principais ou subordinados, o estudo do módulo hierárquico prossegue com a análise de um outro aspecto relevante para a compreensão da articulação dos constituintes da sequência narrativa da reportagem: o encaixamento de sequências narrativas.

#### **5.2.2.2 O processo de encaixamento de sequências narrativas**

A questão do encaixamento de sequências discursivas é um fenômeno cujo estudo ocupa lugar de destaque nas abordagens que analisam a articulação das sequências no interior de produções discursivas. Nesse estudo do encaixamento, investigam-se basicamente dois processos. O primeiro diz respeito à relação de dependência entre sequências pertencentes ao mesmo tipo ou a tipos diferentes na macroestrutura do discurso. Nesse caso, uma sequência narrativa pode ser dependente de outra sequência narrativa, descritiva ou deliberativa. Aqui, estuda-se a relação que se estabelece entre uma sequência e seu contexto. É a esse processo que os modelos de Adam (1992, 1999) e de Roulet (1991) dão maior atenção.

O segundo processo relativo ao estudo do encaixamento de sequências diz respeito ao encaixamento de uma sequência no interior de outra. Nesse caso, uma sequência



narrativa, por exemplo, está encaixada em outra sequência narrativa, descritiva ou deliberativa e compõe um dos episódios ou etapas da sequência encaixante<sup>89</sup>. É desse processo que me ocupo neste item, já que o estudo do encaixamento de sequências na macroestrutura do discurso será feito no interior da forma de organização composicional, no estudo do papel das sequências em relação ao cotexto.

Das 129 sequências narrativas que compõem o corpus desta pesquisa, 35 (26,77%) ocorrem encaixadas em outras sequências narrativas, exercendo a função de um dos episódios dessas sequências encaixantes<sup>90</sup>. Esse resultado mostra que o processo de encaixamento de uma sequência narrativa em outra é relativamente frequente e, por isso, constitui um recurso importante de construção de sequências narrativas no gênero reportagem. O quadro abaixo traz uma síntese dos resultados, mostrando quantas ocorrências de cada episódio são sequências narrativas encaixadas:

TABELA 14  
Frequência de sequências encaixadas

| <b>Episódios</b>       | <b>Número de ocorrências</b> | <b>%</b> |
|------------------------|------------------------------|----------|
| <b>Complicação</b>     | 19                           | 54,29    |
| <b>Resolução</b>       | 7                            | 20,00    |
| <b>Estágio inicial</b> | 6                            | 17,14    |
| <b>Estágio final</b>   | 2                            | 5,72     |
| <b>Sumário</b>         | 1                            | 2,85     |
| <b>Avaliação</b>       | 0                            | 0        |
| <b>Total</b>           | 35                           | 100      |

<sup>89</sup> Estudos que se ocupam desse segundo tipo de encaixamento estão relatados em Bonini (1999) e em Filliettaz (1999). Sem propor análises explícitas do fenômeno, Barthes (2008[1966]) já havia abordado a questão do encaixamento de narrativas em gêneros literários.

<sup>90</sup> Como o objetivo deste trabalho é estudar a construção das sequências narrativas em reportagens, não abordo o processo de encaixamento de sequências pertencentes a outros tipos (deliberação e descrição) no interior das sequências narrativas, porque isso implicaria a definição e o estudo minuciosos desses outros tipos. Entretanto, uma vasta tradição de estudos do discurso e do texto (ADAM, 1992; BRONCKART, 2007; LABOV, 1972; WEINRICH, 1973) aponta para a predominância de sequências descritivas nos estados inicial e final e de sequências argumentativas na avaliação.

Esses dados mostram que as sequências encaixadas ocorrem preferencialmente em alguns episódios. Ou seja, verificou-se que nem todos os episódios são formados por sequências encaixadas com a mesma frequência. Assim, a complicação foi o episódio que apresentou uma quantidade maior de sequências encaixadas (19 (54,29%)).

Esse resultado pode ser explicado pela natureza referencial desse episódio. Como vimos anteriormente, a complicação desenvolve as informações dadas no subtítulo da reportagem e/ou no sumário da sequência narrativa. Além disso, sem esse episódio, o jornalista não realiza, na construção da sequência narrativa, a exigência de informar o leitor sobre a atualidade, o que torna esse episódio fundamental para a sequência narrativa da reportagem. Por esse motivo, é natural que na complicação se verifique o processo de encaixamento de histórias, tendo a história encaixada a função de dar ao leitor maior quantidade de informações a respeito da história encaixante. Para mostrar como esse processo ocorre, vejamos a seguinte sequência:

- (45) **(Su)** (01) Poucas horas depois, (02) as redes de tevê escancaravam para todo o Brasil que o absurdo da tortura não foi uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder. **(Com)** (03) Por meio de uma câmera de celular, (04) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. (05) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (06) o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico (07) para asfixiar sua vítima, (08) que desmaiou. (Res) (09) Diante da barbárie registrada em vídeo, (10) Araújo foi demitido (11) e responderá a processo. **(Av)** (12) Na maioria das vezes, no entanto, (13) os agressores ficam impunes. (sn2/r3/i)

Nessa sequência, o jornalista relata um caso de tortura. No sumário, ele cria a expectativa de que no decorrer da sequência vai explicar por que “o absurdo da tortura não foi uma exclusividade da ditadura” e por que “suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder”. Em seguida, na complicação, ele confirma essa expectativa, ao narrar a história da tortura sofrida por Jerônimo Júnior. Depois, na resolução, ele informa que o torturador, o agente penitenciário Kalil Araújo, foi demitido. Por fim, o jornalista avalia o acontecimento expresso na resolução, dizendo que “Na maioria das vezes, no entanto, os agressores ficam impunes”.

Nessa sequência, a complicação, episódio em que ocorre a narração da história da tortura sofrida por Jerônimo Júnior, constitui uma sequência encaixada, a qual, assim como a sequência encaixante, pode ser analisada em seus episódios constituintes:

- (46) **(Su)** (01) Por meio de uma câmera de celular, (02) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. **(Com)** (03) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (04) o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico (05) para asfixiar sua vítima, **(Res)** (06) que desmaiou. (sn3/r3/i/Com/sn2)

Nessa sequência encaixada, o jornalista informa, no sumário, que parentes de Jerônimo Júnior filmaram mais um caso de tortura no país. Com esse sumário, ele cria a expectativa de que o restante da sequência vai trazer informações sobre esse outro caso de tortura. Confirmando essa expectativa, o jornalista, por meio da complicação e da resolução, conta como ocorreu a tortura sofrida por Jerônimo.

Esse processo de encaixamento pode ser bem representado por meio da macroestrutura hierárquica da sequência encaixante:

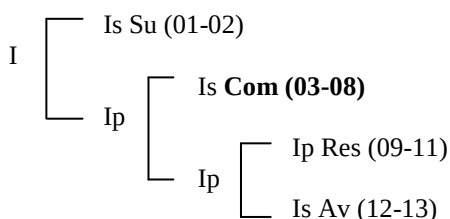


FIGURA 22 - Estrutura hierárquica (sn2/r3/i)

Nessa estrutura, verifica-se que a sequência encaixada, em que se narra o caso de tortura, ocupa uma intervenção subordinada na macroestrutura da sequência encaixante. Nessa macroestrutura, a sequência encaixada, que constitui a complicação, se textualiza em uma intervenção subordinada em relação à que textualiza a resolução e a avaliação. Isso porque, segundo minha interpretação, é mais importante para o jornalista informar o resultado da tortura e avaliar esse resultado do que propriamente narrar esse caso, que constitui, para ele, apenas mais um exemplo de tortura. O interesse do jornalista parece ser, assim, fazer a denúncia de que, na maioria das vezes, os torturadores ficam impunes.

Outro episódio que merece uma análise mais detida é o estágio inicial. Das 35 sequências encaixadas, seis são estágios iniciais. Ao correlacionar esse resultado com a tipologia de estágios iniciais apresentada no item anterior, verifiquei que todas as sequências encaixadas que são estágios iniciais entram na categoria daqueles que apresentam os acontecimentos que antecederam a complicação, contextualizando-a.

Nesse sentido, o jornalista, no início da sequência, narra uma história para contextualizar os episódios seguintes. É o que ocorre na sequência abaixo:

(47) **(Su)** (01) **ACABOU NAS MÃOS DO EXÉRCITO**

**(EI)** (02) A BR-163, que liga o Pará a Mato Grosso, é uma típica estrada amazônica: (03) vira um rio de lama no inverno e um amontoado de poeira no verão. (04) Nos anos 90, (05) o governo contratou um grupo de empreiteiras (06) para asfaltá-la. (07) A obra foi paralisada por falta de recursos (08) e só pôde ser retomada quase dez anos depois. **(Com)** (09) Mas os auditores do TCU identificaram um cipoal de problemas. (10) Havia sido feitas tantas emendas ao contrato original que a obra ficou quatro vezes mais cara. (11) Alguns dos serviços, como terraplenagem, apresentavam sobrepreço de 250%. **(Res)** (12) Eram tantas irregularidades que o tribunal cancelou o contrato (13) – e a obra foi repassada ao Exército. **(EF)** (14) As empreiteiras que queriam ganhar mais do que deviam (Norberto Odebrecht, Estacon, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão) reclamam na Justiça (15) por terem perdido a parada (16) e querem uma indenização de 82 milhões de reais. (sn7/r1/v)

Para o leitor entender a ação do Tribunal de Contas da União (TCU), expressa na complicação e na resolução, é preciso entender o que motivou essa ação. Em outros termos, para entender por que o TCU cancelou o contrato de asfaltamento da BR-163, é preciso saber que o governo, nos anos 90, contratou um grupo de empreiteiras para asfaltar a BR-163, porque ela vira um rio de lama no inverno e um amontoado de poeira no verão. Essa história, que contextualiza toda a sequência narrativa, é contada no estágio inicial e constitui uma sequência encaixada, como mostra a análise de seus episódios constituintes:

(48) **(EI)** (01) A BR-163, que liga o Pará a Mato Grosso, é uma típica estrada amazônica: (02) vira um rio de lama no inverno e um amontoado de poeira no verão. **(Com)** (03) Nos anos 90, (04) o governo contratou um grupo de empreiteiras (05) para asfaltá-la. **(Res)** (06) A obra foi paralisada por falta de recursos **(EF)** (07) e só pôde ser retomada quase dez anos depois. (sn8/r1/v/EI/sn7)

Aqui também a macroestrutura hierárquica da sequência encaixante revela esse processo de encaixamento. Por contextualizar os episódios subsequentes da sequência encaixante, a sequência encaixada, que funciona como estágio inicial, ocorre em uma intervenção subordinada.

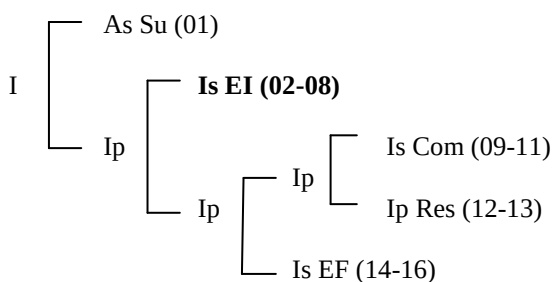


FIGURA 23 - Estrutura hierárquica (sn7/r1/v)

O único episódio que não apresentou nenhuma ocorrência formada por uma sequência encaixada foi a avaliação. Isso se explica pela natureza argumentativa desse episódio, o qual é dedicado ao comentário ou à análise dos acontecimentos e não à sua representação.

### **Considerações finais**

Este capítulo apresentou a análise da forma de organização sequencial das dezesseis reportagens do corpus e, especialmente, das 129 sequências narrativas identificadas. Na apresentação das análises das sequências narrativas, foi abordado, inicialmente, o módulo referencial e, em seguida, o módulo hierárquico. Ao tratar do módulo referencial das sequências, procurei definir de maneira precisa os episódios (sumário, estágio inicial, complicação, avaliação, resolução e estágio final) do tipo narrativo da reportagem, verificando que cada um deles apresenta uma complexidade particular, a qual se deve ao impacto do gênero reportagem e de suas características sobre a construção da narrativa. Essa complexidade permitiu estabelecer uma tipologia para cada episódio. O estudo do módulo referencial das sequências tratou ainda da ordem típica de ocorrência dos episódios na sequência. Com base nesse estudo, foi possível justificar o esquema da representação praxeológica do tipo narrativo da reportagem.

Completando a caracterização do tipo narrativo da reportagem, tratei do módulo hierárquico, para verificar, inicialmente, que cada episódio costuma se ancorar em constituintes textuais principais ou subordinados, revelando a existência de dois planos no tipo narrativo da reportagem. Na busca por explicar a tendência observada, articulei esse resultado com as propriedades do gênero reportagem. A hipótese levantada foi a de que, nas sequências narrativas desse gênero, os jornalistas costumam expressar em constituintes principais, que formam o primeiro plano, os episódios que lhes possibilitam informar o leitor sobre a atualidade (complicação, resolução e estágio final) e em constituintes subordinados, que formam o segundo plano, aqueles episódios que lhe permitem ancorar os fatos temporal e/ou espacialmente, captar o leitor ou satisfazer as suas exigências de credibilidade (estágio inicial, sumário e a avaliação).

Em seguida, no estudo do módulo hierárquico, tratei do processo de encaixamento de sequências narrativas. Foi possível constatar que as sequências narrativas encaixadas ocorrem preferencialmente na complicação, já que esse foi o episódio que apresentou uma quantidade maior de sequências encaixadas. O processo de encaixamento de histórias na complicação parece poder ser explicado pela necessidade do jornalista de dar ao leitor maior quantidade de informações a respeito da história encaixante.

Com as análises apresentadas neste capítulo, que combinam informações dos módulos referencial e hierárquico, procurei fornecer evidências que sustentem a hipótese de que o gênero reportagem possui um tipo narrativo que lhe é específico. Das análises das 129 sequências narrativas, emergiram regularidades referenciais e hierárquicas que evidenciaram haver uma maneira de narrar típica na reportagem. E é dessa maneira típica de narrar que o tipo narrativo aqui elaborado busca dar conta.

Dessa forma, considero que as análises apresentadas neste capítulo me permitiram alcançar os dois primeiros objetivos específicos desta tese, a saber:

- identificar o tipo narrativo com que, no gênero reportagem, os jornalistas produzem sequências narrativas.
- identificar as sequências narrativas em que esse tipo se manifesta em exemplares do gênero reportagem.

Realizado o estudo da forma de organização sequencial, é importante combinar os resultados aqui obtidos com o estudo de outros módulos e formas de organização, a fim de compreender de maneira mais aprofundada como os jornalistas constroem sequências narrativas no gênero reportagem. Para isso, o próximo capítulo apresenta os resultados das análises da forma de organização composicional de parte das sequências narrativas do corpus.

## 6 ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO COMPOSICIONAL

Neste capítulo, procedo à análise da forma de organização composicional das 53 sequências narrativas integrantes de oito reportagens do corpus desta etapa do trabalho. Como exposto no capítulo 4, esse subcorpus é composto por duas reportagens de cada uma das revistas de informação estudadas neste trabalho (Carta Capital, Época, IstoÉ, Veja).

Ao longo dos próximos itens, analisarei sucessivamente as propriedades sintáticas, relacionais, informacionais e enunciativas das sequências narrativas, procurando identificar a marcação linguístico-discursiva típica das sequências narrativas do gênero reportagem. A identificação dessas regularidades permitirá posteriormente, ao final do item, obter os efeitos composicionais característicos das sequências narrativas desse gênero.

Feito o estudo da estruturação interna das sequências, será possível, no último item, combinar a análise sequencial e a análise relacional das oito reportagens a que pertencem as sequências narrativas do corpus desta etapa da pesquisa, para investigar a função cotextual típica das sequências narrativas do gênero reportagem.

Com este capítulo, busco, então, alcançar outro objetivo específico desta tese, que é *identificar a marcação linguístico-discursiva típica e a função cotextual típica das sequências narrativas extraídas de reportagens*.

### 6.1 Módulo sintático

Como foi discutido no capítulo 3, este trabalho não se vale das abordagens de Banveniste e de Weinrich para estudar regularidades no uso das formas verbais empregadas nas sequências narrativas, tendo em vista os problemas que essas abordagens apresentam, como, por exemplo, a associação que entre as formas verbais e a história/mundo narrado e o discurso/mundo comentado, bem como entre essas formas e determinados gêneros. Por isso, este trabalho, explorando a concepção modular do arcabouço teórico e metodológico em que se fundamenta, busca na proposta de Fiorin (2010, 2011) instrumentos de análise para estudar essas regularidades no emprego das formas verbais.

Assim, neste subitem, procedo inicialmente à apresentação dessa proposta. Em seguida, exponho e discuto os resultados da análise das 53 sequências narrativas que compõem o corpus desta etapa do trabalho.

### **6.1.1 O sistema verbal do português – breve apresentação**

A proposta elaborada por Fiorin procura, desenvolvendo postulações de Benveniste, verificar os mecanismos pelos quais as categorias de pessoa, espaço e tempo se projetam no discurso. Por ser essa uma proposta bastante ampla, cuja apresentação detalhada foge aos objetivos deste trabalho, neste subitem trato apenas do modo como Fiorin estuda a categoria de tempo, focalizando em especial como o sistema temporal do português organiza os tempos verbais e como estes se projetam no discurso.

Para Fiorin (2010, p. 144), o tempo linguístico se distingue de outras noções de tempo (crônico, físico) pelo fato de que aquele “se organiza em relação ao momento da enunciação”, sendo, portanto, gerado no discurso: “O discurso instaura um *agora*, momento da enunciação. Em contraposição ao *agora*, cria-se um *então*. Esse *agora* é, pois, o fundamento das oposições temporais da língua” (FIORIN, 2010, p. 142). Como eixo organizador do sistema temporal da língua, esse *agora* faz surgir um *antes* e um *depois*. Por isso, o autor aplica ao momento da enunciação a categoria topológica *concomitância vs não-concomitância (anterioridade vs posterioridade)*, obtendo três momentos de referência: presente, pretérito e futuro em relação ao momento da enunciação.

A aplicação dessa categoria topológica ao momento da enunciação permite dar conta do fato de que existem na língua dois sistemas temporais distintos. O primeiro se relaciona ao momento da enunciação, porque expressa coincidência entre esse momento e o momento de referência presente. O segundo se relaciona a um momento de referência instalado no enunciado e expressa que esse momento e o da enunciação não são coincidentes, podendo o momento de referência ser anterior (pretérito) ou posterior (futuro) em relação ao da enunciação. Fiorin distingue esses dois sistemas, denominando o primeiro de *enunciativo* e o segundo de *enuncivo*.

No discurso, as informações ou os diferentes acontecimentos expressos (estados e transformações) se organizam em relação aos três momentos de referência: o presente, o pretérito e o futuro. Para entender como ocorre essa organização, aplica-se a mesma



categoria topológica *concomitância* vs *não-concomitância* (*anterioridade* vs *posterioridade*) a cada um dos momentos de referência. Essa aplicação permite ao autor explicitar que, em relação ao momento de referência, o momento do acontecimento pode ser concomitante ou não-concomitante. Se for não-concomitante, o momento do acontecimento pode ser anterior ou posterior em relação ao momento de referência. Fiorin (2010, p. 146) representa os sistemas temporais linguísticos por meio deste esquema<sup>91</sup>:

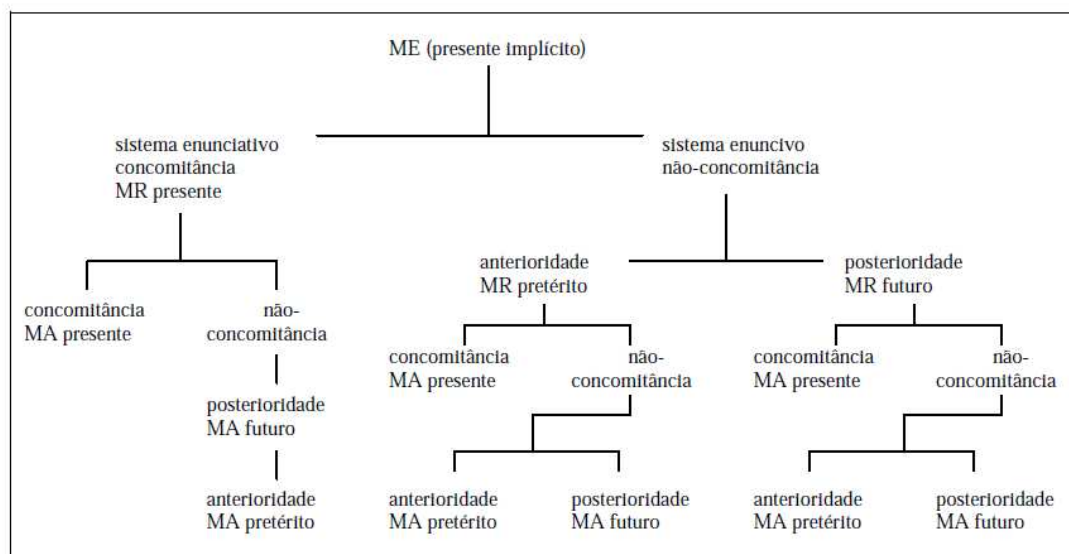


FIGURA 24 - Sistemas temporais linguísticos

No português, existem tempos verbais especializados em expressar a anterioridade, a concomitância e a posterioridade dos acontecimentos em relação a cada um dos momentos de referência. De maneira bastante resumida, apresento a seguir os tempos verbais integrantes de cada sistema<sup>92</sup>:

<sup>91</sup> Momento da enunciação (ME); momento da referência (MR); momento do acontecimento (MA). Embora desenvolvido numa perspectiva discursiva, o modelo de Fiorin se aproxima do de Reichenbach, o qual, ao estudar as formas verbais, também considera que são três os momentos relevantes para sua compreensão: o momento da fala, o momento da realização da ação expressa pelo verbo e o momento da referência (ILARI, 2001; ILARI; BASSO, 2008)

<sup>92</sup> Neste trabalho, estudo apenas os tempos verbais do indicativo. Essa escolha se deve ao fato de que os tempos do subjuntivo, ao contrário dos do indicativo, não se distribuem entre os sistemas enunciativo e enuncivo. Como mostra Fiorin (2010, p. 183-190), a função dos tempos do subjuntivo, quando ocorrem em orações subordinadas, é indicar a concomitância, a anterioridade ou a posterioridade do acontecimento que expressa em relação ao marco temporal constituído, principalmente, pelo verbo da oração principal, independentemente de ser enunciativo ou enuncivo o tempo desse verbo. Além disso, o mesmo tempo verbal do subjuntivo pode expressar concomitância, anterioridade ou posterioridade, dependendo do tempo do verbo (enunciativo ou enuncivo) da oração principal. Como o estudo dessas especificidades do modo subjuntivo extrapola os limites deste trabalho e como nas sequências narrativas estudadas os

### *Sistema enunciativo*

- Momento de referência presente:
  - concomitância: presente;
  - anterioridade: pretérito perfeito 1;
  - posterioridade: futuro do presente.

### *Sistema enuncivo*

- Momento de referência pretérito:
  - concomitância: pretérito perfeito 2 e pretérito imperfeito;
  - anterioridade: pretérito mais-que-perfeito simples e composto;
  - posterioridade: futuro do pretérito simples e composto.
- Momento de referência futuro:
  - concomitância: futuro do presente simples e progressivo (*estarei* + gerúndio);
  - anterioridade: futuro anterior (futuro do presente composto);
  - posterioridade: futuro do pretérito simples.

Conforme esclarece Fiorin, caso o momento de referência seja presente, utilizam-se os tempos verbais do sistema enunciativo, ocorrendo o que o autor conceitua como “debreagem temporal enunciativa” (p. 147). Nesse caso, a concomitância, a anterioridade e a posterioridade dos acontecimentos terão como baliza o momento da enunciação. Por isso, o momento de referência presente só é explicitado em circunstâncias excepcionais, quando, por exemplo, há distância espacial e temporal entre os interlocutores. Fiorin exemplifica esse caso com a carta, na qual a compreensão de um dêitico como *hoje* se dá apenas mediante a sua ancoragem em uma divisão do tempo crônico, que é a data em que a carta foi escrita. Em um diálogo face a face, essa

---

tempos verbais do indicativo são bem mais frequentes do que os do subjuntivo, optei por estudar apenas os tempos do indicativo.

ancoragem e mesmo a utilização de um marco temporal como *hoje* se fazem menos necessárias.

Mas, caso o momento de referência seja pretérito ou futuro, empregam-se os tempos verbais do sistema enuncivo, ocorrendo, então, uma “debreagem temporal enunciva”. Nesse caso, o momento de referência em relação ao qual os acontecimentos são anteriores, concomitantes ou posteriores precisa ser explicitado.

Na distribuição dos tempos verbais entre os sistemas enunciativo e enuncivo, vale esclarecer as funções que o pretérito perfeito simples exerce em cada sistema. Ensina Fiorin que línguas como o francês, o romeno e o italiano possuem tempos verbais diferentes para expressar a anterioridade em relação ao momento de referência presente e a concomitância em relação ao momento de referência pretérito. No francês, por exemplo, essa é a diferença entre o *passé composé* e o *passé simple* (BOTH-DIEZ, 1985). No português, o pretérito perfeito simples acumula as duas funções, o que permite ao autor dizer que, do ponto de vista funcional, o português possui dois pretéritos perfeitos: “o 1, que é tempo do sistema enunciativo, e o 2, que pertence ao sistema enuncivo” (p. 153). Ele observa ainda que, no português, o pretérito perfeito composto (*tem lido*) exerce uma função mais aspectual do que temporal, ao indicar que um acontecimento teve início antes do momento de referência presente e continua a ocorrer nesse momento.

No interior do subsistema enuncivo da anterioridade, o pretérito perfeito 2 compartilha com o imperfeito a função de expressar a concomitância do momento do acontecimento em relação ao momento de referência. Mas é de se notar que, se esses dois tempos não se diferenciam do ponto de vista temporal, eles apresentam uma diferença importante do ponto de vista aspectual: “o pretérito perfeito 2 assinala um aspecto limitado, acabado, pontual, dinâmico, enquanto o pretérito imperfeito marca um aspecto não-limitado, inacabado, durativo, estático” (FIORIN, 2010, p. 155). Nesse sentido, a função aspectual do pretérito imperfeito é indicar uma concomitância contínua, por meio da qual se estende a duração do acontecimento. Já a função aspectual do pretérito perfeito

2 é apresentar o acontecimento como concomitante em relação ao momento de referência, desconsiderando a sua duração (VARGAS (2011))<sup>93</sup>.

Como exposto até agora, a distribuição dos tempos verbais do português entre os sistemas enunciativo e enuncivo e, no interior deste, entre os subsistemas enuncivos da anterioridade e da posterioridade é bastante rigorosa, uma vez que cada momento de referência apresenta um tempo verbal capaz de sinalizar que o acontecimento expresso é anterior, concomitante ou posterior a esse momento. Dessa forma, a distribuição dos tempos verbais mostra que cada tempo apresenta uma função básica no discurso, que é a de indicar a concomitância, a anterioridade ou a posterioridade do acontecimento expresso pelo verbo.

Entretanto, no discurso, o enunciador pode utilizar os verbos, neutralizando ou suspendendo os termos da categoria topológica *concomitância vs não-concomitância* (*anterioridade vs posterioridade*), com o objetivo de produzir determinados efeitos de sentido. Nesse caso, um tempo verbal é usado no lugar de outro. Conforme Fiorin (2010, p. 191), “com esse procedimento, passa-se da ilusão enunciativa da naturalidade dos tempos do dizer e do dito, da quimera de que o tempo linguístico é o tempo do mundo para a certeza de que o tempo é efeito de sentido produzido na e pela enunciação”. Por meio desse procedimento, é possível, por exemplo, presentificar o futuro ou o passado, apresentar como inevitável uma consequência futura, pôr em dúvida a veracidade de acontecimentos passados, etc.

Ainda segundo o autor, é possível neutralizar:

- a) um tempo enunciativo e um enuncivo correspondente;
- b) um termo da categoria topológica e outro, dentro do mesmo sistema ou subsistema temporal;
- c) um termo da categoria topológica com outro de um sistema ou subsistema temporal distinto. (FIORIN, 2010, p. 192)

---

<sup>93</sup> Uma longa tradição de estudos da narrativa busca associar o par pretérito perfeito/pretérito imperfeito ao par primeiro plano/segundo plano ou ao par figura/fundo (CASTILHO, 1978; HOPPER; THOMPSON, 1980; REINHART, 1982; WEINRICH, 1973). Nessa tradição, os acontecimentos centrais do primeiro plano seriam expressos pelo perfeito, ao passo que os acontecimentos periféricos do segundo plano seriam expressos pelo imperfeito. Essa correlação será discutida adiante, na análise do corpus desta pesquisa.

Como exemplo do primeiro caso, Fiorin cita o chamado presente histórico, em que o presente (concomitância no sistema enunciativo) é empregado no lugar do pretérito perfeito 2 (concomitância no subsistema enuncivo da anterioridade). Uma ocorrência do segundo caso é a neutralização da oposição entre a concomitância (presente) e a posterioridade (futuro do presente) do sistema enunciativo em um enunciado como *Amanhã vou lá*. Por fim, o terceiro caso ocorre quando se emprega, por exemplo, o futuro do pretérito (posterioridade no subsistema enuncivo da anterioridade) no lugar do presente (concomitância no sistema enunciativo), na busca por mostrar que o acontecimento expresso é hipotético ou imaginário.

Como dito anteriormente, para Fiorin, a projeção no discurso dos tempos verbais com sua função básica constitui a debreagem temporal. Com a debreagem temporal, cria-se “a impressão de estar sempre em presença de uma temporalidade não-linguística” (p. 191). Já a utilização de tempos verbais que neutraliza termos da categoria topológica constitui a embreagem temporal. Por meio desse recurso, “o efeito de sentido que se produz é o de que o tempo é pura construção do enunciador, que presentifica o passado, torna o futuro presente, etc” (p. 191)<sup>94</sup>.

Feita a apresentação da proposta de Fiorin para o estudo do emprego dos tempos verbais no discurso, analiso a sequência narrativa abaixo, a fim de explicitar o modo como o corpus formado pelas 53 sequências narrativas foi estudado do ponto de vista sintático<sup>95</sup>:

- (01) **(Su)** (01) Também as Forças Armadas, tantos anos depois do fim da ditadura, continuam a cometer [P] excessos. (02) O jovem carioca J.O., 17 anos, *foi* [PP2] vítima dos militares. **(EI)** (03) No dia 5 de novembro de 2008, (04) ele e um amigo *pularam* [PP2] o muro de um quartel do Exército desativado, em Realengo, zona oeste do Rio, (05) para fumar maconha. **(Com)** (06) *Foram flagrados* [PP2] pelos sentinelas (07) e *passaram a ser agredidos* [PP2]. **(Av1)** (08) “*Fomos torturados* [PP2] com choques elétricos, (09) o que *fez* [PP2] com que a pele de minhas costas pegasse fogo. (10) *Pensei* [PP2] que *ia morrer* [PI/FPt] naquele momento”, (11) diz [P/PP1]. **(Res)** (12) J.O. *sobreviveu* [PP2], (13) mas com sequelas: (14) *perdeu* [PP2] 20% da

<sup>94</sup> Na proposta de Fiorin, a partir de Benveniste e em consonância com postulações de Greimas, a debreagem e a embreagem são mecanismos que afetam não apenas a categoria de tempo, mas também a de pessoa e a de espaço. Para maiores esclarecimentos, ver Fiorin (2010, cap. 1).

<sup>95</sup> Neste trabalho, adoto as seguintes convenções: os tempos verbais do sistema enunciativo aparecem sublinhados, enquanto os do sistema enuncivo aparecem em itálico. Diante de cada forma verbal, indico entre colchetes a abreviatura do tempo desse verbo. Quando ocorrem neutralizações, a abreviatura do tempo verbal empregado é seguida pela abreviatura do tempo substituído. Na sequência, há os tempos presente (P), pretérito perfeito 1 (PP1), pretérito perfeito 2 (PP2), pretérito imperfeito (PI) e futuro do pretérito (FPt).

visão do olho esquerdo, *teve* [PP2] cortado um pedaço da orelha e *tem* [P] marcas nas costas. (Av2) (15) “*Queremos* [P] que o Exército pague os remédios e o tratamento dele”, (16) *reclama* [P/PP1] Maria Célia Furtado, a mãe adotiva. (EF) (17) Dois anos depois, (18) o processo *corre* [P] na auditoria militar, sem previsão de término. (Av3) (19) Procurado por ISTOÉ, (20) o Exército *preferiu* [PP1] não se manifestar sobre o assunto. (sn7/r3/i)

Nessa sequência, o marco temporal *tantos anos depois do fim da ditadura* expressa um momento de referência presente<sup>96</sup>, em relação ao qual o momento do acontecimento expresso pela forma verbal *continuam a cometer*, no ato (01), é concomitante. No ato (02), o verbo *foi* está no pretérito perfeito 2, porque indica a concomitância do acontecimento expresso pelo verbo com o momento de referência pretérito *No dia 5 de novembro de 2008*, indicado no início do ato (03). Em relação a esse momento, as formas verbais *pularam* (ato 04), *foram flagrados* (06), *passaram a ser agredidos* (07), *fomos torturados* (08), *fez* (09) e *pensei* (10) expressam concomitância. Ou seja, todos esses acontecimentos ocorreram no dia 5 de novembro de 2008, quando os jovens foram torturados.

No ato (10), a expressão *ia morrer* sinaliza uma neutralização (ou embreagem) no interior do subsistema enuncivo da anterioridade. Em relação ao verbo *pensei*, a expressão *ia morrer* indica posterioridade. No subsistema enuncivo da anterioridade, a posterioridade é indicada pelo futuro do pretérito (*morreria*) e não pelo pretérito imperfeito (*ia*). Mas, ao suspender a oposição anterioridade-posterioridade nesse subsistema, o jovem, em seu depoimento, consegue indicar que para ele, no momento da tortura, “era inevitável que ocorresse o que estava previsto para o futuro” (FIORIN, 2010, p. 203).

No ato (11), ocorre outra neutralização, mas dessa vez no interior do sistema enunciativo. Em relação ao momento de referência presente<sup>97</sup>, o momento em que a vítima falou ao jornalista é anterior. No sistema enunciativo, a anterioridade é indicada pelo pretérito perfeito 1 (*disse*) e não pelo presente (*diz*). Mas, neutralizando a oposição anterioridade-concomitância, o jornalista busca presentificar o passado, indicando que o acontecimento “tem uma ressonância no presente” (FIORIN, 2010, p. 197). Além disso,

---

<sup>96</sup> Essa interpretação se baseia na possibilidade de substituir *tantos anos depois do fim da ditadura* por *hoje*.

<sup>97</sup> Esse momento de referência presente se identifica com um *hoje* implícito, o qual, assim como ocorre em uma carta, se ancora na data de veiculação (publicação) da revista. No caso dessa sequência, a data é 20/01/2010.

no caso do discurso jornalístico, essa embreagem contribui para o jornalista criar um efeito de atualidade, como se a vítima declarasse algo no momento mesmo da leitura da sequência. Esse tipo de neutralização se repete no ato (16) com o emprego do verbo *reclama*.

Nos atos (12-14), os verbos *sobreviveu*, *perdeu* e *teve*, no pretérito perfeito 2, indicam concomitância em relação a um marco temporal implícito *depois da tortura*.

No ato (14), o verbo *tem* indica que o jornalista passa do subsistema enuncivo da anterioridade para o sistema enunciativo. Em relação a um momento de referência implícito, como *ainda hoje*, os verbos *tem* (ato 14) e *queremos* (15) expressam concomitância.

Com a expressão *dois anos depois*, no ato (17), o jornalista instala um momento de referência presente, já que a data correspondente a dois anos depois da tortura ocorrida em 2008 é o ano de 2010, ano de publicação da reportagem em que a sequência ocorre<sup>98</sup>. Em relação a esse momento de referência, o verbo no presente *corre* (ato 18) indica concomitância, enquanto o verbo no pretérito perfeito 1 *preferiu* (20) indica anterioridade.

Embora, como exposto, este trabalho não estude os tempos do subjuntivo, vale esclarecer, apenas com o fim de completar a análise acima, que, no ato (09), o verbo no pretérito imperfeito *pegasse* sinaliza a simultaneidade do acontecimento que expressa em relação ao verbo da oração principal, *fez*. Já no ato (15), o verbo no presente *pague* sinaliza a posterioridade do acontecimento em relação ao verbo da oração principal, *queremos*.

Realizada a exposição de como analisei do ponto de vista sintático as 53 sequências narrativas do corpus desta etapa da pesquisa, passo à apresentação e à discussão dos resultados dessas análises<sup>99</sup>.

---

<sup>98</sup> Nessa sequência, a expressão *dois anos depois* é usada com o valor de *agora*. Nessa perspectiva, parece haver aí um caso de neutralização dos advérbios, a qual também é estudada pela proposta de Fiorin (2010, 2011). Nesse caso, a expressão *dois anos depois* (posterioridade no sistema enuncivo) é utilizada no lugar de *agora* (concomitância no sistema enunciativo).

<sup>99</sup> A análise sintática completa das sequências narrativas do corpus desta etapa da pesquisa encontra-se no anexo B1.

Na exposição a seguir, trato inicialmente do emprego das formas verbais do indicativo em sua função básica. Ou seja, analiso o emprego das formas verbais especializadas em expressar a anterioridade, a concomitância e a posterioridade do acontecimento nos sistemas enunciativo e enuncivo, estudando, assim, o que Fiorin conceitua como *debreagem* temporal. Essa etapa da análise se fez em dois momentos. Primeiro, verifiquei a distribuição das formas verbais empregadas nas sequências narrativas entre os sistemas enunciativo e enuncivo. Depois, verifiquei a distribuição dessas formas verbais pelos episódios do tipo narrativo da reportagem.

Posteriormente, estudo o procedimento por meio do qual o jornalista, ao empregar as formas verbais, neutraliza termos da categoria topológica *concomitância* vs *não-concomitância* (*anterioridade* vs *posterioridade*), realizando o que Fiorin chama de *embreagem* temporal. Essa etapa também se fez em dois momentos. Primeiro, investiguei a frequência das embreagens enunciativa e enunciva nas sequências narrativas. Depois, investiguei a distribuição dessas embreagens entre os episódios do tipo narrativo da reportagem.

### **6.1.2 Debreagem temporal**

O primeiro passo da análise consistiu em verificar como ocorre a distribuição dos tempos enunciativos e enuncivos nas sequências narrativas do gênero reportagem. Meu interesse era investigar quais e quantas formas verbais de cada sistema ocorrem no corpus. Das 53 sequências narrativas estudadas nesta etapa, dez são encaixadas, ou seja, constituem um dos episódios de outra sequência narrativa, a encaixante. Por isso, para que uma mesma forma verbal não fosse computada duas vezes, essas sequências encaixadas foram desconsideradas dessa contagem<sup>100</sup>. Os resultados estão nesta tabela:

---

<sup>100</sup> Como explicado no item 4.2.2 do capítulo 4, na forma de organização composicional, o estudo da frequência total de um item (forma verbal, conector, pronome, etc) no conjunto das sequências narrativas deve desconsiderar as sequências encaixadas, para não haver repetição na contagem desse item. Já o estudo da frequência de um item em cada episódio deve levar em conta as sequências encaixadas, porque nesse estudo interessa não a frequência total desse item, mas a sua frequência em cada episódio.



TABELA 15  
Frequência das formas verbais (debreagem temporal)

| <b>Sistema enunciativo</b>  |          |          |
|-----------------------------|----------|----------|
| <b>Formas verbais</b>       | <b>N</b> | <b>%</b> |
| Presente                    | 108      | 50,70    |
| Pretérito perfeito 1        | 90       | 42,26    |
| Futuro do presente          | 13       | 6,10     |
| Pretérito perfeito composto | 2        | 0,94     |
| <b>Total</b>                | 213      | 100      |
| <b>Sistema enuncivo</b>     |          |          |
| <b>Formas verbais</b>       | <b>N</b> | <b>%</b> |
| Pretérito perfeito 2        | 110      | 70,97    |
| Pretérito imperfeito        | 39       | 25,17    |
| Pretérito mais-que-perfeito | 3        | 1,93     |
| Futuro do pretérito         | 3        | 1,93     |
| <b>Total</b>                | 155      | 100      |

Ao contrário do que ocorre em sequências narrativas de gêneros literários, as sequências narrativas de reportagens apresentam predominância de formas verbais do sistema enunciativo. E, dessas formas, há predominância de verbos no presente (50,70%), como ocorre também no gênero notícia (KOCH, 1997). A importância desse resultado está em revelar o impacto do gênero reportagem sobre o emprego das formas verbais.

Como vimos no capítulo 3, uma das demandas do cidadão é a de que o jornalista aborde acontecimentos atuais, que, de alguma forma, afetem direta ou indiretamente seu cotidiano. Assim, em uma reportagem, “o que eu leio é o que se espera [que] esteja ocorrendo, no momento em que leio” (MOUILLAUD, 2002, p. 176). Na busca por atender a essa demanda, o jornalista aborda principalmente acontecimentos que tem como eixo organizador o momento da enunciação, momento que corresponde à data de publicação da revista<sup>101</sup>. Em outros termos, a maior parte dos acontecimentos expressos nas sequências narrativas são concomitantes (presentes), anteriores (passados) ou posteriores (futuros) ao momento de enunciação e não a um momento de referência pretérito ou futuro instalado no enunciado.

Dessa forma, expressar acontecimentos por meio de formas verbais do sistema enunciativo é um dos recursos de que o jornalista se vale para produzir um efeito de

---

<sup>101</sup> Resultado semelhante foi alcançado por Antunes (2007) em estudo sobre a temporalidade em jornais diários.

atualidade, para convencer o leitor de que os fatos expressos têm impacto e ressonância no momento presente, como se verifica nesta sequência:

- (02) **(Su)** (01) Além disso, [a Defensoria] destaca [P/PP1] que a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não devem ser atribuídas [P] apenas às comunidades pobres, (02) uma vez que o poder público disponibilizou [PP2] infraestrutura urbana, (03) como água encanada, escolas, asfaltamento e energia. **(Com)** (04) No Jardim Romano, por exemplo, (05) o prefeito Gilberto Kassab (DEM) inaugurou [PP1] no ano passado um Centro Educacional Unificado (CEU). (06) Na mesma rua Capachós, (07) um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal também foi inaugurado [PP1] recentemente. **(Res)** (08) Os investimentos fizeram [PP1] com que a prefeitura revisasse os valores de imóveis na região, (09) com vistas ao cálculo do IPTU de 2010. (10) A valorização chega [P] a 187%. **(EF)** (11) Só que, hoje, tanto a escola como a Cohab têm [P] a entrada bloqueada pelo lodo. (sn9/r2/c)

Nessa sequência, que trata de inundações em São Paulo, há apenas uma forma verbal pertencente ao subsistema enuncivo da anterioridade. No ato (02), o verbo no pretérito perfeito 2 *disponibilizou* sinaliza a concomitância do acontecimento expresso em relação a um momento de referência pretérito implícito, tal como *naquela época*. As demais formas verbais expressam anterioridade (*fizeram*, *foi inaugurado*) ou concomitância (*chega*, *tem*) em relação ao momento de referência presente, momento que, no ato (11), é explicitado pelo advérbio *hoje*. Essa maneira de expressar os acontecimentos por meio das formas verbais faz parecer que os acontecimentos se passaram num *ontem* ainda muito recente ou ainda ocorrem no momento da publicação da reportagem. Auxiliando as formas verbais, expressões adverbiais como *recentemente* (ato 07), *no ano passado*<sup>102</sup> (ato 05) e o *hoje* já mencionado contribuem para a produção desse efeito.

Quanto às formas verbais enuncivas, é interessante observar que em nenhuma das sequências houve formas que expressassem anterioridade, concomitância ou posterioridade de acontecimentos em relação a um momento de referência futuro. Ou seja, em nenhuma das oito reportagens de que as 53 sequências participam, os jornalistas narraram histórias futuras.

A explicação para isso está no próprio gênero reportagem. Uma das exigências associadas a esse gênero é a de credibilidade. Sendo assim, o jornalista precisa se mostrar como um profissional ou um prestador de serviços digno da credibilidade do leitor. Ora, como esclarece Fiorin (2010), o futuro, seja do presente ou do pretérito,

---

<sup>102</sup> Vale lembrar que, como a reportagem é de janeiro de 2010, a expressão *no ano passado* indica uma anterioridade próxima em relação ao momento presente.

exprime a ideia de probabilidade, de algo que, por ainda não ter se realizado, não é passível de comprovação. No jornalismo, produzir sequências narrativas sobre acontecimentos que não podem ser comprovados constitui uma ameaça para a credibilidade do jornalista e do veículo de comunicação para o qual trabalha (CHARAUDEAU, 2006). Em outros termos, narrar acontecimentos futuros teria um efeito semelhante ao de narrar acontecimentos fictícios ou fazer previsões e especulações, o que não constitui uma expectativa associada ao gênero reportagem. Por essa razão, as sequências do corpus não expressam acontecimentos relacionados a momentos de referência futuros.

A mesma exigência de credibilidade também pode explicar a baixa frequência na marcação da posterioridade do acontecimento no sistema enunciativo (futuro do presente (6,10%)) e no subsistema enuncivo da anterioridade (futuro do pretérito (1,93%)). Abordar acontecimentos futuros é trazer para o discurso um elemento de probabilidade ou de incerteza, o que é arriscado para alguém que, como o jornalista, tem o compromisso de parecer objetivo e imparcial.

No subsistema enuncivo da anterioridade, a maior parte das formas verbais está no pretérito perfeito 2 (70,97%). Em seguida, vem o pretérito imperfeito com 25,17% das ocorrências. Como foi dito, essas formas verbais não se diferenciam do ponto de vista temporal, porque ambas indicam concomitância em relação a um momento de referência pretérito. Porém, elas se distinguem do ponto de vista aspectual. O aspecto perfectivo e pontual do perfeito contrasta com o aspecto imperfectivo e durativo do imperfeito. Como veremos adiante, essa distinção, bem como a diferença na frequência dessas formas podem ser mais bem compreendidas com a distribuição dessas formas verbais pelos episódios do tipo narrativo.

As outras formas desse subsistema apresentam muito poucas ocorrências. Foram encontrados apenas três (1,93%) verbos no pretérito mais-que-perfeito e também três (1,93%) no futuro do pretérito. Esse resultado revela que, em sequências narrativas de reportagens, não é comum o jornalista expressar acontecimentos anteriores ou posteriores ao momento de referência pretérito. A explicação para isso está no fato de que os acontecimentos anteriores podem ser considerados obsoletos pelo leitor, que talvez já os conheça. Dessa forma, narrá-los seria, então, contrariar a exigência de atualidade. Por sua vez, a narrativa de acontecimentos futuros, mesmo que no

subsistema enuncivo da anterioridade, seria, como já disse, imprimir no discurso a ideia de incerteza, contrariando a exigência de credibilidade.

Depois de estudar o emprego geral das formas verbais dos sistemas enunciativo e enuncivo nas sequências, o segundo passo da análise consistiu em verificar a distribuição das formas verbais pelos episódios do tipo narrativo, a fim de investigar quais e quantas formas de cada sistema ocorrem em cada episódio. Nesse momento, as dez sequências narrativas encaixadas foram consideradas, já que também elas foram analisadas em seus episódios constituintes e ajudam, assim, a descobrir a frequência com que uma forma verbal ocorre em cada episódio. A tabela abaixo apresenta os resultados da distribuição das formas verbais do sistema enunciativo.

TABELA 16  
Frequência das formas verbais do sistema enunciativo por episódio

| Sistema enunciativo |          |        |                      |        |                    |        |                          |       |        |
|---------------------|----------|--------|----------------------|--------|--------------------|--------|--------------------------|-------|--------|
|                     | Presente |        | Pretérito perfeito 1 |        | Futuro do presente |        | Pretérito perf. composto |       | Totais |
| Sumário             | 23       | 56,10% | 17                   | 41,46% | 0                  |        | 1                        | 2,44% | 41     |
| Estágio inicial     | 12       | 54,55% | 10                   | 45,45% | 0                  |        | 0                        |       | 22     |
| Complicação         | 16       | 33,33% | 27                   | 56,25% | 4                  | 8,34%  | 1                        | 2,08% | 48     |
| Resolução           | 10       | 27,78% | 24                   | 66,67% | 2                  | 5,55%  | 0                        |       | 36     |
| Avaliação           | 42       | 67,74% | 13                   | 20,97% | 7                  | 11,29% | 0                        |       | 62     |
| Estágio final       | 11       | 64,71% | 6                    | 35,29% | 0                  |        | 0                        |       | 17     |

Todos os episódios apresentam uma porcentagem alta de formas verbais no presente. Mas o episódio que apresenta uma maior concentração de verbos no presente é a avaliação. Nesse episódio, 67,44% dos verbos estão nesse tempo. Isso se explica pela natureza do episódio, o qual, no nível referencial, é especializado em apresentar o ponto de vista do jornalista ou de personagens do mundo representado. Ao apresentar seu ponto de vista, um personagem, seja o jornalista, seja um especialista ou uma testemunha, expressa opiniões, esclarecimentos ou reclamações que são concomitantes ao momento de referência presente em que fala. Assim, ao dizer “Queremos que o Exército pague os remédios dele” (sn7/r3/i), a mãe de um jovem torturado por militares expressa um desejo que é concomitante ao momento presente em que fala ao jornalista.

Já os episódios centrais do tipo narrativo, a complicação e a resolução, são os que apresentam uma menor taxa de verbos no presente (33,33% e 27,78%, respectivamente)

e uma taxa maior de verbos no pretérito perfeito 1 (56,25% e 66,67%, respectivamente). Esse resultado se deve ao fato de que é nesses episódios em que o jornalista apresenta o acontecimento que, ocorrido no espaço social, afeta o leitor/cidadão, despertando seu interesse, e o resultado ou a consequência desse acontecimento. Assim, era de se esperar que o jornalista trouxesse nesses episódios uma maior quantidade de acontecimentos anteriores e não concomitantes ao momento de referência presente.

Quanto ao futuro do presente, a ideia de probabilidade inerente a essa forma verbal explica por que a maior parte de suas ocorrências se encontra na avaliação.

A tabela a seguir expõe os resultados da distribuição das formas verbais do sistema enuncivo pelos episódios do tipo narrativo.

TABELA 17  
Frequência das formas verbais do sistema enuncivo por episódio

| Sistema enuncivo |                      |        |                      |        |                                                  |       |                                          |       |        |
|------------------|----------------------|--------|----------------------|--------|--------------------------------------------------|-------|------------------------------------------|-------|--------|
|                  | Pretérito perfeito 2 |        | Pretérito imperfeito |        | Pretérito mais-que-perfeito (simples e composto) |       | Futuro do pretérito (simples e composto) |       | Totais |
| Sumário          | 6                    | 100%   | 0                    |        | 0                                                |       | 0                                        |       | 6      |
| Estágio inicial  | 16                   | 41,02% | 21                   | 53,85% | 2                                                | 5,13% | 0                                        |       | 39     |
| Complicação      | 58                   | 69,88% | 21                   | 25,30% | 0                                                |       | 4                                        | 4,82% | 83     |
| Resolução        | 27                   | 77,14% | 7                    | 20,00% | 1                                                | 2,86% | 0                                        |       | 35     |
| Avaliação        | 21                   | 80,77% | 4                    | 15,38% | 0                                                |       | 1                                        | 3,85% | 26     |
| Estágio final    | 4                    | 80,00% | 1                    | 20,00% | 0                                                |       | 0                                        |       | 5      |

Nessa tabela, interessa particularmente a distribuição pelos episódios das formas verbais no pretérito perfeito 2 e no pretérito imperfeito, porque foram essas as formas verbais mais frequentes. Em todos os episódios, o perfeito 2 predomina em relação ao imperfeito. Apenas no estágio inicial, essa predominância não se verifica.

Vários estudiosos estabelecem uma correlação entre, de um lado, o perfeito e o primeiro plano (figura) da narrativa e, de outro, o imperfeito e o segundo plano (fundo) (AZEVEDO, 2006; CASTILHO, 1978, 2002; COMBETTES, 1987; HOPPER; THOMPSON, 1980; REINHART, 1984; RODRIGUES *et al*, 2002; WEINRICH, 1973). Nesse sentido, o perfeito seria uma marca do primeiro plano, ao expressar acontecimentos dinâmicos e pontuais. Por sua vez, o imperfeito seria uma marca do

segundo plano, ao apresentar acontecimentos inacabados, estáticos e mais duradouros<sup>103</sup>.

Mas, como vimos no capítulo 5, a percepção de um primeiro e de um segundo planos narrativos se liga não só a elementos sintáticos ou lexicais, mas também a fatores hierárquicos e referenciais, já que, como esclarece Bronckart (2007), acontecimentos aparentemente secundários e processos estáticos e de caráter descritivo, frequentemente no imperfeito, podem ser alçados ao primeiro plano, dependendo das decisões tomadas pelo produtor do texto e, acrescento, do gênero a que esse texto pertence<sup>104</sup>.

Em outros termos e em consonância com Bronckart, considero que não se deve associar de forma rígida e sistemática o perfeito ao primeiro plano e o imperfeito ao segundo. Afinal, os episódios que costumam se ancorar em constituintes subordinados (sumário, estágio inicial e avaliação) e que formam o segundo plano da narrativa de reportagens deveriam apresentar predomínio de verbos no imperfeito, o que, como mostra a tabela acima, só ocorre no estágio inicial. É de se notar, inclusive, que o sumário não apresenta nenhuma ocorrência de verbos no imperfeito, embora seja considerado por alguns estudiosos um episódio do segundo plano. Além disso, o estágio final, que para muitos é um episódio típico do segundo plano, nas sequências narrativas de reportagens costuma se ancorar em constituintes textuais principais, como vimos no capítulo anterior, e apresenta predominância de verbos no pretérito perfeito 2, o que torna legítima a afirmação de que, no tipo narrativo da reportagem, o estágio final é um episódio do primeiro plano.

Dessa forma, no estudo do tipo narrativo da reportagem, a distinção aspectual entre perfeito e imperfeito mostra-se pouco relevante para distinguir o primeiro e o segundo

---

<sup>103</sup> Sem abordar os tempos verbais, a correlação entre primeiro plano e acontecimentos dinâmicos e entre segundo plano e acontecimentos estáticos já havia sido proposta por Tomachévsy em estudo de textos literários (1965[1925], p. 272-273): “Os motivos [acontecimentos] que modificam a situação se chamam motivos dinâmicos, aqueles que não a modificam, motivos estáticos”. Mais adiante: “As descrições da natureza, do lugar da situação, dos personagens e de seu caráter, etc, são motivos tipicamente estáticos; os fatos e gestos do herói são motivos tipicamente dinâmicos. (...) Podemos facilmente distribuir os motivos segundo sua importância para a fábula. Os motivos dinâmicos tomam o primeiro lugar, em seguida vêm os motivos preparatórios, os motivos que determinam a situação, etc”.

<sup>104</sup> No quadro formal da *Segmented Discourse Representation Theory* (SDRT), Caudal e Vettters (2006) seguem perspectiva semelhante, ao defenderem que a distinção entre o primeiro e o segundo planos narrativos deve levar em conta não só os tempos verbais, mas também as relações de discurso que se estabelecem entre os constituintes do texto.

planos da narrativa. Com base nos resultados da tabela acima, essa distinção parece ser relevante para a caracterização do sumário, que não apresentou nenhuma ocorrência do pretérito imperfeito, e do estágio inicial, que foi o único episódio em que o imperfeito superou o perfeito 2.

No interior dos outros episódios, o imperfeito convive com os demais tempos e, por sua propriedade aspectual, atua muitas vezes no estabelecimento de um contraste local entre uma situação menos dinâmica, expressa pelo imperfeito, e um acontecimento mais dinâmico e pontual, expresso por outros tempos verbais<sup>105</sup>. É o que ocorre neste trecho da complicação de uma sequência que trata da queda de uma ponte: “Entre vinte e trinta pessoas *estavam* sobre a estrutura de 132 metros que *desabou*” (sn7/r4/v). A situação expressa pelo imperfeito (*estavam*) constitui um pano de fundo em que o acontecimento expresso pelo perfeito 2 (*desabou*) ganha destaque.

As diferenças entre os resultados apresentados aqui e os de trabalhos sobre narrativas de outros gêneros, sobretudo literários, apontam para a importância de se estudarem as especificidades dos tipos narrativos de cada gênero e, conseqüentemente, de se evitar estender a todos os tipos narrativos observações feitas com a análise de narrativas pertencentes a apenas um gênero.

### 6.1.3 Embreagem temporal

Após verificar o emprego das formas verbais dos sistemas enunciativo e enuncivo com seu valor básico, a análise prosseguiu com o estudo da embreagem temporal. Como exposto, esse procedimento consiste em utilizar um tempo verbal no lugar de outro, neutralizando termos da categoria topológica *concomitância* vs *não-concomitância* (*anterioridade* vs *posterioridade*), com o fim de produzir determinado efeito de sentido. A análise revelou que a embreagem não constitui um procedimento frequente nas sequências narrativas da reportagem. Com efeito, foram identificadas apenas 33 embreagens enunciativas e 14 enuncivas. Nessa contagem, cujos resultados podem ser vistos na tabela abaixo, as sequências narrativas encaixadas foram desconsideradas, para que uma mesma forma verbal não fosse contada duas vezes.

---

<sup>105</sup> O papel do imperfeito no estabelecimento de um contraste com outras formas verbais é indicado por Weinrich (1973) e Bronckart (2007).

TABELA 18  
Frequência das formas verbais (embreagem temporal)

| Sistema enunciativo |    |       |
|---------------------|----|-------|
| Formas verbais      | N  | %     |
| P/PP1               | 23 | 69,70 |
| P/FPs               | 6  | 18,18 |
| P/PP2               | 2  | 6,06  |
| P/FPt               | 1  | 3,03  |
| P/PI                | 1  | 3,03  |
| Total               | 33 | 100   |
| Sistema enuncivo    |    |       |
| Formas verbais      | N  | %     |
| PI/P                | 4  | 28,57 |
| PI/PP1              | 3  | 21,43 |
| PI/FPt              | 2  | 14,29 |
| PMPC/PP1            | 2  | 14,29 |
| FPtC/PP2            | 1  | 7,14  |
| FPt/P               | 1  | 7,14  |
| PMP/FPt             | 1  | 7,14  |
| Total               | 14 | 100   |

Em todas as embreagens enunciativas, o resultado da neutralização é uma forma verbal no presente. De modo geral, em todas essas neutralizações enunciativas, o efeito que se obtém é o de presentificar acontecimentos anteriores ou posteriores em relação a momentos de referência presentes ou pretéritos, conferindo a esses acontecimentos a certeza e a atualidade do presente. Vejamos este exemplo:

- (03)     **(Av)** (07) De uniforme azul, (08) o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta [P/PP1]: (09) “Hoje derrubo [P] a casa dos outros. (10) Amanhã pode ser [P/FPs] a minha”. (sn1/r2/c)

Nesse trecho, há duas embreagens. No ato (08), o lamento feito por Crispim é anterior ao momento de referência presente. No sistema enunciativo, a anterioridade é expressa pelo pretérito perfeito 1 (*lamentou*) e não pelo presente (*lamenta*). Ao suspender a oposição anterioridade-concomitância no sistema enunciativo, o jornalista presentifica um acontecimento passado, fazendo parecer que a fala da testemunha é concomitante ao momento de referência presente.

Essa presentificação de ações languageiras (lamentar, dizer, afirmar) ocorridas antes do momento de referência presente é o tipo de embreagem mais comum no corpus. Com essa embreagem, o jornalista cria o efeito de que o testemunho de um especialista, de um cidadão ou de um político, tomado evidentemente antes da data de publicação da



revista (momento da enunciação), se produz nesse mesmo momento, o que contribui para gerar o efeito de atualidade da reportagem.

No ato (10) do trecho acima, ocorre a segunda embreagem. O advérbio *amanhã* indica que a ação de Crispim de derrubar sua própria casa poderá ocorrer no futuro. No sistema enunciativo, a posterioridade é expressa pelo futuro do presente (*poderá*) e não pelo presente (*pode*). Mas, neutralizando os termos posterioridade-concomitância, o personagem expressa a certeza da ação futura<sup>106</sup>.

Já as embreagens enuncivas são mais variadas, embora em menor quantidade, já que o resultado da neutralização não é apenas um tempo verbal. Nas embreagens enuncivas identificadas no corpus, o resultado são formas verbais no pretérito imperfeito, no pretérito mais-que-perfeito simples e composto e no futuro do pretérito simples e composto.

Nas embreagens em que o imperfeito (concomitância no subsistema enuncivo da anterioridade) substitui o presente (concomitância no sistema enunciativo), cria-se um efeito de sentido de irrealidade ou de que os acontecimentos são hipotéticos (FIORIN, 2010, p 208-209), como neste trecho:

- (04) **(Com)** (06) Nos últimos anos, porém, (07) as praias cariocas tornaram-se [PP1] lugares quase intransitáveis. (08) Não apenas porque há [P] mais gente. (09) O maior tumulto é [P] provocado pela turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas que tomou [PP1] conta do pedaço. **(Av)** (10) A ideia de que a orla do Rio *era* [PI/P] um espaço de convivência extremamente democrático serviu [PP1] apenas como pretexto para a falta de organização. (11) A baderna se espalhou [PP1]. (sn1/r3/v)

No ato (10), a ideia de que a orla das praias é um espaço de convivência democrático prevalece no momento de referência presente, já que ainda nesse momento “há mais gente nas praias” e não houve menção por parte do jornalista de tomada de medida que mudasse a situação. Entretanto, ao empregar *era* para sinalizar a concomitância com o momento presente, o jornalista cria o efeito de sentido de que essa ideia da democracia das praias cariocas é uma hipótese.

Nas embreagens em que o imperfeito substitui o futuro do pretérito (posterioridade no subsistema enuncivo da anterioridade), o efeito de sentido que se produz é outro. Agora

---

<sup>106</sup> Nesse trecho, essa certeza é atenuada pelo verbo auxiliar modal *pode* (NEVES, 2002).

o efeito é o de apresentar como inevitável um acontecimento previsto para o futuro (FIORIN, 2010, p. 202-203).

- (05) **(Su)** (01) Poucas horas depois, (02) as redes de tevê *escancaravam* [PI/FPt] para todo o Brasil que o absurdo da tortura não *foi* [PP1] uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem [P] à elite intelectual e política que hoje *está* [P] no poder. (sn2/r3/i)

A expressão *Poucas horas depois* indica posterioridade do acontecimento *escancarar* em relação a um momento de referência pretérito mencionado no contexto, que é o momento de uma reunião entre o então presidente Lula e ministros. No trecho acima, o jornalista expressa essa posterioridade com o pretérito imperfeito (*escancaravam*) e não com o futuro do pretérito (*escancariam*), indicando a certeza e a inevitabilidade do acontecimento futuro.

Nas emblemas em que o imperfeito substitui o pretérito perfeito 1 (anterioridade no sistema enunciativo), estende-se a duração dos acontecimentos, o que permite mostrar que acontecimentos anteriores ao momento de referência presente foram percebidos como estáticos, duradouros e inacabados.

- (06) **(EF)** (27) Na semana passada, (28) cinco dias depois do temporal, (29) São Luiz ainda *era* [PI/PP1] só escombros. (30) Bujões de gás *podiam ser* [PI/PP1] vistos em cima de telhados (31) e carros se *equilibravam* [PI/PP1] por sobre os pedaços que *havam restado* [PMPC/PP1] da igreja matriz (...). (sn9/r4/v)

A expressão *na semana passada* indica anterioridade em relação ao momento de referência presente, mas os verbos não estão no pretérito perfeito 1 e sim no imperfeito. Essa emblema permite ao jornalista oferecer uma descrição de como ficou a cidade de São Luiz do Paraitinga após um forte temporal.

Nas emblemas em que o pretérito mais-que-perfeito (anterioridade no subsistema enuncivo da anterioridade) é empregado no lugar do pretérito perfeito 1 (anterioridade no sistema enunciativo), cria-se o efeito de que o acontecimento é ainda mais anterior em relação ao momento de referência presente (FIORIN, 2010, p. 211).

- (07) **(Su)** (01) O som estridente da marreta contra a coluna de concreto *ecoou* [P/PP1] pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo. (02) Ao redor dos trabalhadores, (03) um cenário de destruição. **(Com)** (04) Ao menos uma dezena de casas já *havia sido demolida* [PMPC/PP1] por ordem da prefeitura, (05) após a remoção das famílias que concordaram [PP1] em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, (06) severamente castigada pela megachente de 8 de dezembro. (sn1/r2/c)

Embora a remoção das famílias (ato 05) seja posterior à demolição das casas (ato 06), a ação de demolir é expressa pelo pretérito mais-que-perfeito (*havia sido demolida*) e não

pelo pretérito perfeito 1 (*foi demolida*). Mas com o mais-que-perfeito o jornalista cria o efeito de sentido de que, em relação ao momento de referência presente, a demolição das casas é um acontecimento mais distante (e menos relevante) do que a remoção das famílias.

Já nas emblemas em que o pretérito mais-que-perfeito substitui o futuro do pretérito (posterioridade no subsistema enuncivo da anterioridade), apresenta-se como acabado um acontecimento futuro, o qual, dessa forma, é visto como inevitável (FIORIN, 2010, p. 205).

- (08) **(Av1)** (12) Segundo testemunhas, (13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, *submeteram* [PP2] Andreu a uma bárbara sessão de espancamento. (14) “*Quebraram* [PP2] cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) *jogaram* [PP2] cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”, (17) *relata* [P/PP1] a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. (18) “As testemunhas *dizem* [P/PP1] que eles *encheram* [PP2] sacos com cascas de coco vazio (19) e *bateram* [PP2] na cabeça do meu filho com eles.” **(Res)** (20) O laudo do hospital para onde *fora levado* [PMP/FPt] *atestou* [PP2] “agressão física” (21) e também o laudo da perícia *apontou* [PP2] vários indícios de agressão. (sn4/r3/i)

A tortura sofrida por Andreu é concomitante ao momento de referência pretérito *no primeiro dia de 2008*, mencionado no contexto. Em relação a esse momento, os acontecimentos relatados pela mãe são concomitantes, o que é indicado pelos verbos no pretérito perfeito 2. Em relação ao momento da tortura, a ida de Andreu ao hospital (ato 20) é posterior e não anterior. Porém, na sequência, essa posterioridade é expressa pelo mais-que-perfeito (*fora levado*) e não pelo futuro do pretérito (*seria levado*). Ao suspender a oposição anterioridade-posterioridade, o jornalista indica que a internação de Andreu em um hospital, após a tortura por ele sofrida no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas, era inevitável.

Por fim, nas emblemas em que o futuro do pretérito (posterioridade no subsistema enuncivo da anterioridade) substitui o pretérito perfeito 2 (concomitância no subsistema enuncivo da anterioridade) ou o presente (concomitância no sistema enunciativo), o jornalista cria o efeito de sentido de incerteza, contribuindo para modalizar o seu discurso<sup>107</sup>. Por meio dessas emblemas, “O enunciador deixa claro, então, que, de seu ponto de vista, o acontecimento não está confirmado e demanda comprovação”

---

<sup>107</sup> O emprego do futuro do pretérito como recursos de modalização no jornalismo impresso é estudado por Sullet-Nylander (2006). Travaglia (1999) verifica o papel dessa forma verbal como recurso de modalização em textos orais formais.

(FIORIN, 2010, p. 204). As duas emblemas identificadas no corpus em que o futuro do pretérito substitui o pretérito perfeito 2 e o presente estão neste trecho:

- (09) **(Res)** (06) A informação [de que o governo de São Paulo fechou seis comportas de uma barragem] levou [PP1] o promotor de Justiça Eduardo Valério a instaurar um inquérito para apurar se o fechamento da barragem *poderia ter causado* [FPtC/PP2] a inundação da zona leste. **(Av2)** (07) “Ainda estamos investigando [P], (08) mas aparentemente este incidente não *seria* [FPt/P] o suficiente para alagar toda a região, (09) já que é [P] um procedimento de rotina, realizado mais de 30 vezes em 2009”, (10) afirma [P/PP1] Valério. (sn8/r2/c)

No ato (06), o fechamento da barragem é um acontecimento concomitante em relação ao momento de referência mencionado no cotexto *na madrugada da enchente*. Mas essa concomitância é expressa pelo futuro do pretérito (*poderia ter causado*) e não pelo pretérito perfeito 2 (*causou*). Procedendo dessa forma, o jornalista revela que não tem certeza sobre as causas da inundação e que a investigação ainda está em curso, como indicado na fala do promotor: “Ainda estamos investigando”<sup>108</sup>.

No ato (08) dessa sequência, a impossibilidade de o fechamento das comportas inundar uma dada região é um fato concomitante em relação ao momento de referência presente, o qual corresponde ao momento em que o promotor faz a declaração ao jornalista. Essa concomitância é semelhante à expressa pelo presente em descrições de estados considerados imutáveis, tal como “O rio Tietê passa por São Paulo”<sup>109</sup>. Mas, na sequência, o promotor sinaliza essa concomitância não com o presente (*é*), mas como o futuro do pretérito (*seria*), o que permite a ele não se comprometer com a veracidade da informação, já que a investigação ainda estava em curso.

É interessante notar, de passagem, que, em apenas um ato, o (08), o jornalista representa o promotor utilizando vários recursos especializados em modalizar o conteúdo asseverado. Além da emblema que substitui o *é* pelo *seria*, o promotor utiliza o advérbio *aparentemente* e o termo *incidente*. Com esses recursos, a inundação causada pelo fechamento das comportas de uma barragem parece não ter um responsável.

O último passo da análise das formas verbais do corpus consistiu em verificar a distribuição das emblemas temporais pelos episódios do tipo narrativo. Vale

---

<sup>108</sup> Embora seja uma informação de natureza relacional, é importante chamar a atenção para o emprego do conector *se* no ato (06). Com esse conector, o jornalista explicita ainda mais sua incerteza sobre as causas da inundação.

<sup>109</sup> Esse exemplo foi extraído de Fiorin (2010, p. 151).

esclarecer, no entanto, que os resultados alcançados nessa etapa final são muito pouco elucidativos, tendo em vista o número bastante reduzido de embreagens identificadas. Como as sequências encaixadas também foram analisadas do ponto de vista sequencial, elas foram consideradas nesse momento da análise.

TABELA 19  
Frequência das formas verbais por episódio

| Sistema enunciativo |            |               |          |            |             |         |         |        |
|---------------------|------------|---------------|----------|------------|-------------|---------|---------|--------|
|                     | P/PP1      | P/FPs         | P/PP2    | P/FPt      | P/PI        | Totais  |         |        |
| Su                  | 2 (100%)   | 0             | 0        | 0          | 0           | 2       |         |        |
| EI                  | 0          | 0             | 0        | 0          | 0           | 0       |         |        |
| Com                 | 4 (57,14%) | 3 (42,86%)    | 0        | 0          | 0           | 7       |         |        |
| Av                  | 21 (84%)   | 3 (12%)       | 1 (4%)   | 0          | 0           | 25      |         |        |
| Res                 | 1 (25%)    | 0             | 1 (25%)  | 1 (25%)    | 1 (25%)     | 4       |         |        |
| EF                  | 0          | 0             | 0        | 0          | 0           | 0       |         |        |
| Sistema enuncivo    |            |               |          |            |             |         |         |        |
|                     | PMPC/PP1   | PI/P          | FPtC/PP2 | FPt/P      | PI/FPt      | PMP/FPt | PI/PP1  | Totais |
| Su                  | 0          | 0             | 0        | 0          | 1<br>(100%) | 0       | 0       | 1      |
| EI                  | 0          | 2 (100%)      | 0        | 0          | 0           | 0       | 0       | 2      |
| Com                 | 1 (100%)   | 0             | 0        | 0          | 0           | 0       | 0       | 1      |
| Av                  | 0          | 2 (50%)       | 0        | 1<br>(25%) | 1 (25%)     | 0       | 0       | 4      |
| Res                 | 0          | 0             | 1 (50%)  | 0          | 0           | 1 (50%) | 0       | 2      |
| EF                  | 2 (33,34%) | 1<br>(16,66%) | 0        | 0          | 0           | 0       | 3 (50%) | 6      |

A meu ver, os resultados expostos nessa tabela são relevantes não porque sejam conclusivos (pois não o são), mas porque permitem levantar algumas hipóteses para estudos futuros sobre a distribuição dos tipos de embreagens pelos episódios do tipo narrativo.

Assim, a avaliação é o episódio que apresenta um maior número de embreagens enunciativas. Em hipótese, isso se explica pelo fato de que, sendo a avaliação especializada em apresentar o ponto de vista ou a opinião de um personagem, os acontecimentos desse episódio costumam ter como eixo ordenador o *eu*, o *aqui* e o *agora* da enunciação. Não por acaso, a avaliação é o episódio que apresenta maior frequência de verbos no presente (tabela 16). Sendo assim, pode ser uma característica desse episódio neutralizar os termos da categoria topológica *concomitância* vs *não-concomitância* (*anterioridade* vs *posterioridade*), em favor da *concomitância* em relação ao momento de referência presente.

A tabela acima mostra também que a maior parte das ocorrências da embreagem presente/pretérito perfeito 1 se concentrou na avaliação e que não houve nenhuma ocorrência dessa mesma embreagem nos episódios estágio inicial e estágio final. Esse resultado parece constituir um indício de que determinados tipos de embreagens ocorrem preferencialmente em alguns episódios.

Por fim, a maior parte dos episódios apresenta embreagens temporais enuncivas e enunciativas. Apenas o estágio inicial e o estágio final não apresentaram nenhuma embreagem enunciativa, o que parece se dever exclusivamente à extensão reduzida do corpus. Isso mostra não ser possível estabelecer uma correlação entre tipos de embreagem (enunciva ou enunciativa) e os episódios do tipo narrativo.

#### **6.1.4 Síntese da análise sintática**

Com base nos resultados alcançados com a análise das sequências narrativas do ponto de vista sintático, é possível sintetizar esses resultados da seguinte forma. Uma das demandas do leitor/cidadão é a de que o jornalista aborde acontecimentos atuais, que, de alguma forma, afetem direta ou indiretamente seu cotidiano. Por isso, a maior parte dos acontecimentos expressos nas sequências narrativas tem como eixo organizador o momento da enunciação, momento que corresponde à data de publicação da revista, e não um momento de referência pretérito ou futuro instalado no enunciado.

Assim, a predominância de formas verbais do sistema enunciativo e, especificamente, de verbos no presente é um dos recursos de que o jornalista se vale para produzir um efeito de atualidade, para convencer o leitor de que os fatos expressos têm impacto e ressonância no momento presente. Considerando os episódios do tipo narrativo, observei que todos eles apresentam um alto índice de formas verbais no presente. Mas a avaliação é o episódio que apresenta maior concentração de verbos nesse tempo. Quanto às embreagens, houve maior número de embreagens enunciativas, tendo como resultado uma forma verbal no presente.

Após a apresentação da análise sintática das sequências narrativas do corpus, passo à exposição da análise da sua forma de organização relacional.

## 6.2 Forma de organização relacional

Neste subitem, o objetivo é apresentar os resultados da análise da forma de organização relacional das 53 sequências narrativas que compõem o corpus desta etapa da pesquisa. Como exposto no capítulo 2, essa forma de organização tem como uma de suas finalidades identificar as relações ilocucionárias e interativas genéricas entre os constituintes da estrutura hierárquica e informações da memória discursiva. Porque as relações ilocucionárias articulam os constituintes da troca, o estudo que aqui apresento se baseou apenas na identificação das relações interativas presentes nas sequências, relações que são: argumento, contra-argumento, comentário, tempo<sup>110</sup>, topicalização, preparação, clarificação e reformulação. No estudo realizado, o objetivo foi sempre o de identificar regularidades ou tendências no modo como os jornalistas, ao produzirem um texto pertencente ao gênero reportagem, articulam os constituintes textuais das sequências narrativas.

Na apresentação desse estudo, exponho, inicialmente, os resultados quantitativos da análise, a qual se desenvolveu em quatro etapas. Após o estudo da forma de organização relacional das 53 sequências narrativas<sup>111</sup>, realizei, inicialmente, a contagem de todas as relações de discurso identificadas, verificando quantas relações de cada categoria genérica ocorreram no corpus. Em seguida, computei todos os marcadores das relações identificadas, a fim de verificar quais marcadores ocorrem, bem como o número de ocorrências de cada marcador.

As duas etapas seguintes buscaram aproximar a forma de organização relacional e a segmentação das sequências nos seus episódios constituintes, segmentação realizada no estudo da forma de organização sequencial. Inicialmente, verifiquei qual a função relacional (argumento, comentário, etc) cada episódio costuma exercer. Em seguida, verifiquei a frequência das relações no interior de cada episódio, a fim de saber, por exemplo, qual a relação mais frequente no episódio complicação.

---

<sup>110</sup> Como veremos mais adiante, necessidades decorrentes da análise do corpus me levaram a substituir a categoria restritiva de sucessão por uma categoria mais abrangente, que chamo de tempo.

<sup>111</sup> O estudo da forma de organização relacional das 53 sequências narrativas encontra-se no anexo B2.

Após apresentar os resultados quantitativos dessas etapas de análise, procedo a uma discussão desses resultados, focalizando cada uma das categorias genéricas de relações interativas identificadas no estudo.

### 6.2.1 Resultados da análise relacional

Como o gênero do discurso constitui uma forma de agir socialmente estabilizada no interior das esferas de uso da língua, considere como forte a hipótese de que o gênero reportagem tem impacto sobre a forma como, ao narrar, o jornalista articula os constituintes textuais, podendo levar à manifestação de recorrências nessa articulação<sup>112</sup>. Dessa forma, após a análise relacional das sequências, procurei identificar essas recorrências, começando pela verificação do total de relações pertencentes a cada categoria genérica. Nessa etapa, as dez sequências encaixadas foram excluídas, para que a mesma relação não fosse contada duas vezes. O quadro abaixo traz os resultados dessa contagem.

TABELA 20  
Frequência das categorias de relações de discurso e coordenação

| <b>Categorias de relações de discurso e coordenação</b> | <b>N</b> | <b>%</b> |
|---------------------------------------------------------|----------|----------|
| <b>Argumento</b>                                        | 127      | 28,30    |
| <b>Comentário</b>                                       | 108      | 24,05    |
| <b>Topicalização</b>                                    | 66       | 14,70    |
| <b>Tempo</b>                                            | 61       | 13,58    |
| <b>Conta-argumento</b>                                  | 35       | 7,80     |
| <b>Preparação</b>                                       | 26       | 5,79     |
| <b>Reformulação</b>                                     | 13       | 2,89     |
| <b>Coordenação</b>                                      | 13       | 2,89     |
| <b>Total</b>                                            | 449      | 100      |

Das categorias genéricas de relações propostas pelo modelo modular, apenas a categoria de clarificação não foi identificada no corpus, já que as relações que abrange ligam um constituinte principal a uma troca aberta por uma questão. As sequências narrativas de reportagens se compõem exclusivamente de intervenções.

<sup>112</sup> Essa hipótese do impacto do gênero sobre as relações de discurso foi alimentada, em grande medida, pelo estudo de Abdon (2005), que, em uma perspectiva teórica sociocognitiva, verificou que os gêneros conversação, notícia jornalística, artigo de opinião e artigo científico apresentam diferenças quanto à frequência e ao tipo das relações causais instanciadas.



Em seguida, a análise procurou identificar os marcadores das relações identificadas, a fim de verificar a frequência com que os jornalistas, ao produzirem sequências narrativas, marcam as relações de discurso. Como marcadores de relações este trabalho considera apenas os conectores e, para a categoria de topicalização, constituintes textuais que ocorrem na margem esquerda de outros constituintes.

Sobre os conectores, vale esclarecer que neste trabalho são consideradas como conectores as marcas linguísticas pertencentes a diferentes classes gramaticais (conjunções, advérbios, pronomes relativos, etc) que dão indicações acerca da relação interativa verificável entre um constituinte textual e informações previamente estocadas na memória discursiva. Nesse sentido, os conectores aqui considerados “são marcas que servem para especificar uma relação interativa *via* mecanismos inferenciais” (ROSSARI, 1999, p. 181), dando indicações ainda sobre o estatuto principal ou subordinado do constituinte que introduz.

Dessa forma, não integram o conjunto dos conectores aqui considerados os marcadores conversacionais (CASTILHO, 2011) ou marcadores de estruturação da conversação (ROULET *et al*, 1985), já que esses marcadores ocorrem principalmente em trocas. Também não fazem parte dos conectores os operadores argumentativos. Segundo Ducrot (1983), que propõe a distinção entre conectores e operadores, estes se diferenciam daqueles, porque, ao contrário do conector, o operador atua no interior de um enunciado único, modificando “o potencial de utilização argumentativa” do enunciado em que ocorre. Exemplos de operadores são: *já, somente, apenas, quase, até, ainda*, etc.

O quadro abaixo apresenta todos os marcadores identificados, bem como o número entre parênteses de ocorrências de cada marcador.

TABELA 21  
Frequência das marcas das categorias de relações de discurso e da coordenação

| <b>Categorias</b>       | <b>Marcas</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | <b>Totais</b> |
|-------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------|
| <b>Argumento</b>        | para + v. infinitivo (16), e (12), como (6), além de (4), também (3), segundo (3), por exemplo (3), diante de (2), como se (2), se (2), porque (2), e também (2), para que (2), por + v. infinitivo (2), já que (1), além disso (1), uma vez que (1), pois (1), sem que (1), então (1), mesmo se (1), ou (1), aliás (1), conforme (1), por causa de (1), por conta de (1), ainda assim (1) | 74 (34,26%)   |
| <b>Topicalização</b>    | deslocamento à esquerda                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | 62 (28,70%)   |
| <b>Tempo</b>            | e (11), quando (6), desde (3), após (3), antes de (3), depois de (2), enquanto (2), a partir de (1), depois (1), e depois (1), à medida que (1), até que (1)                                                                                                                                                                                                                               | 35 (16,20%)   |
| <b>Comentário</b>       | que (11), e (4), onde (4), cujo (1), o que (1), no qual (1)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                | 23 (10,65%)   |
| <b>Contra-argumento</b> | mas (12), só que (1), mas mesmo assim (1), apesar de (1), no entanto (1), apesar disso (1), porém (1), porém (1), em vez de (1), e (1)                                                                                                                                                                                                                                                     | 20 (9,26%)    |
| <b>Coordenação</b>      | e (2)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                      | 2 (0,93%)     |
| <b>Total</b>            |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                            | 216 (100%)    |

Com base nesse quadro, percebe-se que algumas categorias genéricas de relações não apresentaram nenhum marcador nas sequências componentes do corpus, como as de reformulação e preparação. Isso não significa, porém, que essas marcas não ocorram em outros tipos de sequências (descritivas e deliberativas) componentes das reportagens estudadas nesta pesquisa<sup>113</sup>.

Nesse quadro, a polifuncionalidade do conector *e* se manifesta na presença desse conector na maior parte das categorias<sup>114</sup>. De fato, nas sequências narrativas de reportagens, esse conector apresenta diferentes valores (argumento, contra-argumento, comentário, tempo) e atua ainda na junção de constituintes coordenados, entre os quais não é possível inferir uma relação de discurso. Esse último tipo de emprego do *e*

<sup>113</sup> É o que mostra este trecho: “Outro aparelho, o Piezômetro, mede o nível de água nos solos das montanhas para mostrar quando eles começam a liquidificar, ou seja, quando o solo começa a virar lama”. Pertencente a uma sequência descritiva da reportagem “É possível evitar?”, o trecho traz a expressão conectiva *ou seja*, que é marca típica da relação de reformulação.

<sup>114</sup> Ao correspondente francês *et*, Luscher (1994) associa mais de cem funções diferentes. Em estudo sobre o português falado, Camacho (1999) observa que o *e*, quando juntor de orações, ganha especialmente os valores semânticos de adição, de adversidade e de conclusão. Em Camacho (2001), aponta-se ainda o papel discursivo do *e* na introdução de orações modalizadoras e de comentários.

justifica a linha “coordenação” do quadro e pode ser verificado neste trecho de uma sequência que trata da remoção de famílias residentes em uma área de risco.

- (10) (...) (07) Agora a prefeitura inicia um plano de remoção das quase duas mil famílias que se instalaram por lá. (08) A 100 delas ofereceu um apartamento popular na cidade de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, (09) e aos restantes está oferecendo uma bolsa aluguel, no valor de R\$ 300, por seis meses, (10) com a promessa de realocá-los para conjuntos habitacionais. (...) (sn11/r2/i)

Nesse trecho, o ato (08) e a intervenção formada pelos atos (09-10) são coordenados e se articulam por meio do conector *e*, como representado nesta estrutura<sup>115</sup>.

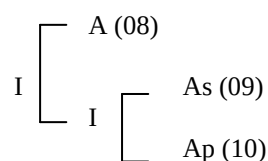


FIGURA 25 - Estrutura hierárquica (sn11/r2/i)

Na identificação dos conectores, um procedimento que julguei pertinente adotar, seguindo grande parte da literatura sobre o tema (CAMACHO, 2001; KOCH, 2004; PORTOLÉS, 2007; ROSSARI, 1993; ROULET, 2003), foi considerar como sendo conectores diferentes expressões que compartilham um mesmo item lexical. Por exemplo, *para* e *para que* são computados como conectores diferentes, uma vez que a forma como articulam um constituinte e uma informação da memória discursiva ou as instruções que carregam apresentam diferenças parciais. É também o caso de *depois*, *depois de* e *e depois*. Embora bastante semelhantes, essas expressões podem atuar na marcação de relações temporais específicas diferentes, sendo, portanto, expressões conectivas diferentes<sup>116</sup>.

<sup>115</sup> Uma interpretação possível é considerar que entre o ato (08) e a intervenção formada pelos atos (09-10) haja uma relação de contra-argumentação, podendo, assim, o *e* ser substituído pelo *mas*. Entretanto, considero mais forte a interpretação de que há coordenação entre os constituintes, uma vez que não parece haver uma verdadeira oposição entre as ações de *oferecer um apartamento popular* (ato 08) e de *oferecer uma bolsa-aluguel* (atos 09-10). Ambas as ações são medidas de mesma importância adotadas pela prefeitura de São Paulo para tentar solucionar o problema das famílias.

<sup>116</sup> Os conectores temporais do português carecem de estudos mais aprofundados, mas uma primeira observação intuitivamente orientada permite identificar uma diferença importante entre as expressões mencionadas. *Depois* e *e depois* marcam apenas relações de sucessão entre acontecimentos (João jantou, (e) depois dormiu). Já *depois de* pode marcar tanto relações de sucessão (Depois de jantar, João dormiu), quanto relações de regressão ou anterioridade (João dormiu, depois de jantar). Uma apresentação dessas relações específicas será feita adiante, no estudo da categoria genérica de tempo.

O quadro anterior evidencia que, nas sequências narrativas de reportagens, a categoria cujas relações são marcadas por uma maior variedade de expressões conectivas é a de argumento, que apresenta 27 tipos diferentes de conectores. Entretanto, não é essa a categoria que apresentou uma maior porcentagem de relações marcadas por conectores ou construções sintáticas, como mostra o quadro abaixo:

TABELA 22  
Frequência de relações marcadas

| <b>Categorias</b>    | <b>Número de relações marcadas</b> | <b>Total de relações (100%)</b> |
|----------------------|------------------------------------|---------------------------------|
| <b>Argumento</b>     | 74 (58,26%)                        | 127                             |
| <b>Comentário</b>    | 23 (21,29%)                        | 108                             |
| <b>Topicalização</b> | 62 (93,93)                         | 66                              |
| <b>Tempo</b>         | 35 (57,37%)                        | 61                              |
| <b>Contra-arg.</b>   | 20 (57,14%)                        | 35                              |
| <b>Preparação</b>    | 0                                  | 26                              |
| <b>Reformulação</b>  | 0                                  | 13                              |
| <b>Coordenação</b>   | 2 (15,38%)                         | 13                              |

Do ponto de vista percentual, a topicalização foi a categoria que apresentou uma maior quantidade de relações marcadas, já que, em 62 (93,93%) das 66 relações dessa categoria, um constituinte foi topicalizado pelo recurso do deslocamento à esquerda.

Estudadas a frequência das relações e a sua marcação, a análise buscou, em etapa seguinte, aproximar os resultados das formas de organização sequencial (capítulo 5) e relacional. Nessa aproximação, as dez sequências narrativas encaixadas foram levadas em conta, já que também elas, no estudo da forma de organização sequencial, foram segmentadas em seus episódios constituintes.

O primeiro passo foi identificar as relações de discurso entre os episódios, a fim de investigar a função (argumentativa, contra-argumentativa, reformulativa, etc) que cada episódio costuma exercer na macroestrutura das sequências. Esse estudo se mostrou pertinente, porque, durante a análise da forma de organização relacional das sequências, percebi que alguns episódios ocorrem em constituintes subordinados e exercem de forma recorrente uma mesma função, como a de preparação, enquanto outros episódios ocupam constituintes principais, que serão alvo de preparações, argumentações, comentários feitos em outros constituintes das sequências. O quadro abaixo traz os

resultados desse estudo. Nesse quadro, a letra P, na primeira coluna, indica as ocorrências dos episódios que ocorrem em constituintes principais.

TABELA 23  
Frequência das funções dos episódios do tipo narrativo da reportagem

|              | Complicação |       | Avaliação |       | Estágio inicial |       | Resolução |       | Sumário |       | Estágio Final |       |
|--------------|-------------|-------|-----------|-------|-----------------|-------|-----------|-------|---------|-------|---------------|-------|
|              | N           | %     | N         | %     | N               | %     | N         | %     | N       | %     | N             | %     |
| <b>arg.</b>  | 7           | 13,20 | 7         | 16,30 | 3               | 7,80  | 1         | 3,03  | 0       | 0     | 0             | 0     |
| <b>com.</b>  | 4           | 7,55  | 29        | 67,44 | 2               | 5,27  | 2         | 6,06  | 0       | 0     | 1             | 8,33  |
| <b>c-a.</b>  | 0           | 0     | 3         | 6,97  | 0               | 0     | 2         | 6,06  | 0       | 0     | 3             | 25,00 |
| <b>prep.</b> | 0           | 0     | 1         | 2,32  | 5               | 13,15 | 0         | 0     | 17      | 77,27 | 0             | 0     |
| <b>tem.</b>  | 8           | 15,09 | 1         | 2,32  | 7               | 18,42 | 1         | 3,03  | 0       | 0     | 1             | 8,33  |
| <b>top.</b>  | 0           | 0     | 0         | 0     | 11              | 28,95 | 0         | 0     | 0       | 0     | 0             | 0     |
| <b>ref.</b>  | 0           | 0     | 0         | 0     | 0               | 0     | 1         | 3,03  | 0       | 0     | 0             | 0     |
| <b>P</b>     | 34          | 64,16 | 2         | 4,65  | 10              | 26,31 | 26        | 78,79 | 5       | 22,73 | 7             | 58,34 |
| <b>Total</b> | 53          | 100   | 43        | 100   | 38              | 100   | 33        | 100   | 22      | 100   | 12            | 100   |

Esses resultados são importantes, porque revelam tendências na forma como os jornalistas constroem as sequências narrativas de reportagens. Nessas sequências, o sumário costuma exercer a função de preparação. Já a avaliação exerce predominantemente a função de comentário.

A complicação, por sua vez, costuma ser principal em relação a outros constituintes textuais. Isso significa que raramente uma complicação vai funcionar como um comentário, um marco temporal ou um argumento para a informação ativada em outro constituinte textual. Essa característica da complicação se explica, em grande medida, pela natureza referencial desse episódio. Como vimos no capítulo anterior, é ele que justifica a ação do jornalista de produzir uma sequência narrativa, sendo, portanto, o episódio central ou aquele que contém as informações mais importantes que o jornalista quer fazer o leitor saber. Nesse sentido, são informações trazidas em outros constituintes que, articulando-se à complicação, vão comentá-la, situá-la temporalmente, definir qual o seu tópico, prepará-la, etc.

Por fim, o segundo passo da aproximação entre as formas de organização sequencial e relacional consistiu na verificação da frequência das categorias de relações no interior de cada episódio das sequências narrativas. Na contagem das relações, foram considerados apenas os episódios que se ancoram em intervenções formadas por mais de um ato, ou seja, os episódios em cujo interior o jornalista estabelece relações de discurso. Esse estudo revelou os seguintes resultados:

TABELA 24  
Frequência das categorias de relações de discurso e coordenação em cada episódio

|              | Complicação |       | Avaliação |       | Estágio inicial |       | Resolução |       | Sumário |       | Estágio final |       |
|--------------|-------------|-------|-----------|-------|-----------------|-------|-----------|-------|---------|-------|---------------|-------|
|              | N           | %     | N         | %     | N               | %     | N         | %     | N       | %     | N             | %     |
| <b>arg.</b>  | 31          | 27,93 | 34        | 35,79 | 23              | 37,09 | 12        | 21,82 | 9       | 34,61 | 4             | 25,00 |
| <b>com.</b>  | 15          | 13,52 | 33        | 34,74 | 13              | 20,97 | 12        | 21,82 | 3       | 11,55 | 5             | 31,25 |
| <b>c-a.</b>  | 7           | 6,30  | 10        | 10,52 | 0               | 0     | 4         | 7,27  | 2       | 7,70  | 1             | 6,25  |
| <b>prep.</b> | 2           | 1,80  | 1         | 1,05  | 2               | 3,22  | 0         | 0     | 0       | 0     | 0             | 0     |
| <b>tem.</b>  | 24          | 21,63 | 5         | 5,27  | 7               | 11,30 | 5         | 9,10  | 4       | 15,38 | 0             | 0     |
| <b>top.</b>  | 22          | 19,82 | 10        | 10,52 | 15              | 24,20 | 12        | 21,82 | 7       | 26,92 | 4             | 25,00 |
| <b>ref.</b>  | 4           | 3,60  | 2         | 2,11  | 0               | 0     | 4         | 7,27  | 1       | 3,84  | 1             | 6,25  |
| <b>coor.</b> | 6           | 5,40  | 0         | 0     | 2               | 3,22  | 6         | 10,90 | 0       | 0     | 1             | 6,25  |
| <b>Total</b> | 111         | 100   | 95        | 100   | 62              | 100   | 55        | 100   | 26      | 100   | 16            | 100   |

Esses resultados apontam para a preferência de algumas categorias de relações por alguns episódios, revelando tendências na forma como os jornalistas articulam os constituintes textuais no interior de cada episódio. Em outros termos, revela que, em cada episódio, os constituintes costumam se articular mais por meio de algumas categorias de relações e menos por outras. A avaliação, por exemplo, apresentou uma concentração elevada de relações de comentário e de argumento. Na complicação, predominam as relações de argumento, tempo e topicalização. Já os episódios resolução, sumário e estágio final não apresentaram nenhuma relação de preparação.

## 6.2.2 Discussão dos resultados da análise relacional

Apresentados os resultados quantitativos da análise da forma de organização relacional das sequências narrativas, é importante desenvolver uma discussão desses resultados, a fim de buscar explicações para os fenômenos apenas constatados anteriormente. Por exemplo, a análise mostrou que a avaliação apresenta concentração de relações comentativas e argumentativas. Mostrou também que o sumário costuma exercer a função de preparação e que, nas sequências narrativas de reportagens, as relações mais frequentes são as de argumento e não as de tempo, como seria possível supor.

A continuação deste item sobre a forma de organização relacional vai buscar algumas hipóteses que expliquem esses fenômenos. Para isso, focalizarei cada uma das categorias genéricas de relações identificadas na análise das sequências: preparação, argumento, contra-argumento, comentário, tempo, topicalização, reformulação.

### 6.2.2.1 Preparação

No modelo modular, considera-se que a relação de preparação não apresenta marcador específico, como conectores ou estruturas sintáticas, caracterizando-se, então, pela posição inicial do constituinte subordinado em relação ao principal. Para expor essa propriedade da relação de preparação, Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 171) apresenta alguns exemplos, dentre os quais destaco este, por ser o início de uma sequência narrativa:

- Era uma bela manhã de inverno [preparação]. Eu saí (no começo de uma narrativa)...

Nesse início de sequência, um ato, que traz informação relativa ao momento em que se passa a história, ou seja, o estágio inicial, prepara o leitor, sinalizando que os acontecimentos centrais da história, a serem narrados nos episódios seguintes, vão ocorrer numa manhã de inverno.

Nas sequências narrativas analisadas, o episódio que costuma exercer a função de preparação com maior frequência é o sumário. Dos 22 sumários presentes nas sequências, dezessete (77,27%) exercem essa função.

A explicação para a frequência de sumários com função preparatória parece estar na natureza referencial desse episódio. Como vimos no capítulo anterior, o jornalista, por meio do sumário, oferece indicações sobre o conteúdo da sequência, podendo (i) despertar a curiosidade do leitor sobre as causas de um acontecimento, (ii) anunciar que os episódios seguintes vão exemplificar um problema mencionado no cotexto, (iii) esclarecer o sentido de elemento linguístico ou ainda (iv) apresentar um problema geral a ser particularizado nos episódios seguintes.

Como todas essas ações parecem ser motivadas pela busca de aguçar no leitor a vontade de saber mais sobre um acontecimento (exigência de captação), compreende-se que o jornalista, na estrutura hierárquico-relacional, ancore o sumário em um constituinte subordinado com função de preparação. É o que se pode ver nesta sequência, que trata da situação econômica da Venezuela.

- (11) (Su) (01) Enquanto a população se vira para ajustar a renda ao novo cenário, (02) o governo não faz esforço para conter suas despesas. (EI) (03) No ano passado, (Com) (04) os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, (05) 17% a mais que em 2008. (Av) (06) “Não há mágica para melhorar a situação fiscal. (07) Tem de haver redução de gastos (08) e, eventualmente,

aumento de arrecadação”, (09) diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil. (sn4/r3/e)

Nessa sequência, o sumário, antecipando o conteúdo dos episódios seguintes, cria a expectativa de que esses episódios vão explicar por que o governo venezuelano não faz esforço para conter suas despesas. Por isso, esse episódio se ancora em um constituinte textual, cuja função é a de preparação. Represento essa análise por meio desta estrutura hierárquico-relacional.

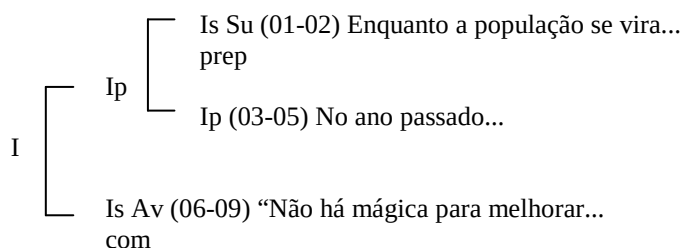


FIGURA 26 - Estrutura hierárquico-relacional (sn4/r3/e)

#### 6.2.2.2 Tempo

Neste trabalho, substituo a categoria genérica de sucessão pela de tempo, porque as análises revelaram que a categoria de sucessão não permitia tratar de modo satisfatório o conjunto das relações temporais identificadas.

No modelo modular, a categoria genérica de sucessão é definida da seguinte forma: “**sucessão** (que recobre somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração; marcada por *depois*, *em seguida*, etc)” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 172). Conforme Roulet (2006, p. 372), essa categoria ocorre quando o produtor do texto “tem que ligar os sucessivos eventos de uma narração pela relação interativa genérica de *sucessão*”.

Ao recobrir somente as relações consecutivas entre os acontecimentos de uma narração, a definição que o modelo modular propõe para essa categoria mostra-se bastante problemática para o estudo das sequências narrativas por, pelo menos, um motivo. Essa categoria impossibilita o tratamento das relações temporais que não se caracterizam pela sucessão cronológica de acontecimentos. Mas as sequências podem apresentar outras relações temporais e não apenas a de sucessão, como ocorre neste trecho extraído de uma sequência que trata da remoção de moradores de áreas com risco de enchente:



- (12) (01) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, (02) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê. (...) (sn1/r2/c)

No mundo representado por essa sequência, a remoção das famílias aconteceu primeiro e só depois as casas foram demolidas. Mas, na sequência, esses acontecimentos são apresentados na ordem inversa. Nesse caso, entre os atos (01) e (02), verifica-se não uma relação de sucessão (um acontecimento depois do outro), mas uma relação de anterioridade ou regressão (um acontecimento antes do outro). Vejamos outro trecho que trata de desastres naturais:

- (13) (01) Enquanto o poder público se apressa para apagar as marcas da tragédia, (02) o trabalho dos moradores é lento e doloroso. (...) (sn7/r2/i)

Entre os atos (01) e (02), não se verifica sucessão nem anterioridade entre os acontecimentos expressos, mas uma concomitância desses acontecimentos. A ação do poder público e o trabalho dos moradores ocorreram em um mesmo intervalo temporal, o que justifica afirmar que entre esses atos há uma relação de simultaneidade.

Outro exemplo é o trecho abaixo, que constitui a parte inicial de uma sequência narrativa mais extensa:

- (14) (01) À medida que os dias passaram, (02) desde o fatídico 1º de janeiro, (03) ficou mais e mais evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas. (...) (sn1/r1/c)

Nessa sequência, observa-se que o fato expresso no ato (03) ocorreu de forma progressiva, “à medida que os dias passaram, desde o fatídico 1º de janeiro”. A ideia de progressividade ou continuidade é marcada na sequência por diferentes recursos linguísticos, como as expressões conectivas *à medida que* e *desde*, nos atos (01) e (02), respectivamente, e pela expressão *mais e mais*, em (03). Sendo assim, é possível afirmar que entre o ato (03) e a intervenção formada por (01 e 02) há uma relação de tempo progressivo ou de progressão.

Como esses exemplos permitem constatar, as análises mostraram que a categoria genérica de sucessão, proposta pelo modelo modular, é problemática para o tratamento das relações temporais específicas, porque considera como sendo genérico ou englobante o que, na verdade, é específico. Em outros termos, a relação de sucessão

cronológica entre acontecimentos constitui um tipo específico de relação temporal. Nessa perspectiva, entendo as relações de sucessão, anterioridade, progressão, simultaneidade, etc como um conjunto de relações interativas específicas que podem ser recobertas por uma categoria genérica, que denomino categoria genérica de tempo.

Além das análises das sequências, sustentam minha decisão de substituir a categoria de sucessão pela de tempo estudos que, em diferentes perspectivas teóricas, têm se ocupado em definir as relações temporais verificáveis entre os constituintes do texto. É assim que Halliday e Hasan (1976) listam as seguintes relações de tempo: sequencial; simultaneidade; evento prévio (precedência); conclusão<sup>117</sup>; correlação. Na continuação dos trabalhos de Halliday e Hasan, Koch (2004, 2009) propõe para o português as relações de tempo simultâneo, tempo anterior/tempo posterior e tempo contínuo ou progressivo. Essa mesma taxonomia foi retomada recentemente por Castilho (2010).

Na perspectiva funcionalista, Neves (2000) propõe relações temporais que, em alguma medida, recobrem as relações propostas pelos autores citados. Para Neves, as relações temporais são de simultaneidade ou de não-simultaneidade. As relações de simultaneidade podem ser marcadas por *sempre que, enquanto, cada vez que, todas as vezes que*, etc. Já as relações de não-simultaneidade recobrem as de posterioridade e de anterioridade e podem ser marcadas por *quando, depois que, logo que, mal, apenas*, etc.

Nos estudos que focalizam as relações temporais em narrativas, Moeschler (1996, 1998) observa que as frases narrativas podem se ligar pelos seguintes subtipos de relações temporais: sucessão/narração, inclusão, simultaneidade, indeterminação. Da mesma forma, Revaz e Filliettaz (2006) e Bres (2009) encontram, em corpora formados por narrativas de experiência pessoal, as relações temporais de narração, simultaneidade, regressão e inclusão. Em trabalho sobre o conector *quando* empregado em sequências narrativas de reportagens, Cunha e Marinho (2012) verificam que esse conector é polifuncional, porque pode marcar diferentes relações, dentre as quais as de sucessão e de regressão.

Seguindo parcialmente a definição dada por Koch (2009, p. 70) para a relação de temporalidade, apresento a seguinte definição para a categoria genérica de tempo.

---

<sup>117</sup> Na proposta de Halliday e Hasan (1976), essa relação não se refere à relação de causa e consequência/conclusão, mas indica o fim de algum processo ou série de processos.

- *Categoria de tempo*: por meio das relações específicas recobertas por essa categoria, o locutor/autor localiza no tempo, relacionando-os uns aos outros, ações, eventos e estados de coisas representados no discurso, dispondo-os na ordem em que deseja que o interlocutor/leitor os compreenda ou na ordem que considera a mais adequada ao seu projeto de dizer<sup>118</sup>.

Após justificar a substituição da categoria de sucessão pela de tempo, abordo os resultados relativos às relações da categoria de tempo identificadas na análise das sequências narrativas.

As relações temporais exercem papel importante na articulação da macroestrutura hierárquico-relacional das sequências, porque podem sinalizar que os acontecimentos ativados em grandes intervenções das sequências ocorrem em intervalos temporais diferentes. Vejamos como isso ocorre nesta sequência.

- (15) **(Su)** (01) Também as Forças Armadas, tantos anos depois do fim da ditadura, continuam a cometer excessos. (02) O jovem carioca J.O., 17 anos, foi vítima dos militares. **(EI)** (03) No dia 5 de novembro de 2008, (04) ele e um amigo pularam o muro de um quartel do Exército desativado, em Realengo, zona oeste do Rio, (05) para fumar maconha. **(Com)** (06) Foram flagrados pelos sentinelas (07) e passaram a ser agredidos. **(Av1)** (08) “Fomos torturados com choques elétricos, (09) o que fez com que a pele de minhas costas pegasse fogo. (10) Pensei que ia morrer naquele momento”, (11) diz. **(Res)** (12) J.O. sobreviveu, (13) mas com sequelas: (14) perdeu 20% da visão do olho esquerdo, teve cortado um pedaço da orelha e tem marcas nas costas. **(Av2)** (15) “Queremos que o Exército pague os remédios e o tratamento dele”, (16) reclama Maria Célia Furtado, a mãe adotiva. **(EF)** (17) Dois anos depois, (18) o processo corre na auditoria militar, sem previsão de término. **(Av3)** (19) Procurado por ISTOÉ, (20) o Exército preferiu não se manifestar sobre o assunto. (sn7/r3/i)

Nessa sequência, o jornalista articula os episódios de maneira cronológica, sinalizando para o leitor que os acontecimentos narrados se produziram um depois do outro em momentos diferentes. Reconstituindo essa cadeia temporal, percebe-se que, primeiro, os jovens pularam o muro do quartel (estágio inicial). Em seguida, eles foram flagrados e agredidos (complicação). Depois disso, um dos jovens sobreviveu, mas com sequelas (resolução). Finalmente, dois anos depois, o processo contra o Exército corre na auditoria militar (estágio final). Represento essa interpretação por meio desta macroestrutura:

---

<sup>118</sup> A proposta que aqui apresento brevemente constitui um resumo de trabalho mais extenso e detalhado, o qual, em junho de 2012, foi discutido em reunião do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (Geartd), na FALE/UFGM.

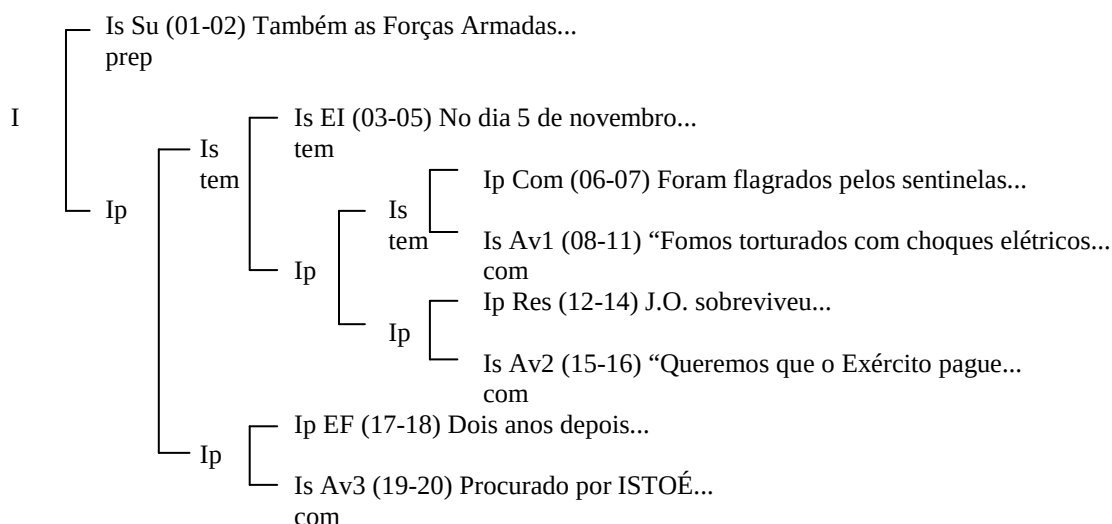


FIGURA 27 - Estrutura hierárquico-relacional (sn7/r3/i)

Todos os episódios das sequências analisadas apresentam relações de tempo, com exceção do estágio final. Entretanto, o episódio que apresentou uma maior concentração de relações temporais foi a complicação. Nela, 24 (21,63%) das 111 relações de discurso são temporais. Por ser o episódio central da sequência narrativa, a complicação trata dos acontecimentos que o jornalista quer informar. Porque se compõe predominantemente de acontecimentos, era de se esperar que esse episódio exibisse uma porcentagem elevada de relações temporais articulando esses acontecimentos. É o que mostra este exemplo:

- (16) **(EI)** (01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase) (...) **(Com)** (07) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 (08) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (09) Revidou. (10) Foi espancado (11) e não viveu para contar a história. **(Av1)** (12) Segundo testemunhas, (13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento. (...) (sn4/r3/i)

Nessa sequência, todas as informações ativadas na complicação são articuladas por relações de tempo, o que se comprova com a possibilidade de inserção de conectores temporais no início dos atos:

- (17) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 e *(depois)* recebeu como cartão de visita um soco no rosto. *(Em seguida)* Revidou. *(Depois)* Foi espancado e *(em seguida)* não viveu para contar a história.

Quanto à marcação linguística, verificou-se que 35 (57,37%) relações temporais são marcadas por conectores. Algumas hipóteses podem ser levantadas para explicar essa concentração expressiva de conectores.

A primeira é a de que alguns conectores têm como característica imprimir nuances aspectuais que não seriam produzidas sem eles (FIORIN, 2010). É o caso de *a partir de* ou *à medida que*, os quais permitem criar o efeito de sentido de que algo se inicia a partir de um momento específico e continua a ocorrer durante certo intervalo de tempo.

A segunda hipótese para essa concentração está no fato de que algumas relações temporais específicas parecem exigir o emprego de conectores. É o caso das relações de simultaneidade e de anterioridade. Vejamos esta sequência:

- (18)     **(EF)** (01) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, **(Res)**  
              (02) **após** a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais  
              para abandonar a várzea do rio Tietê (...). (sn2/r2/c/Com/sn1)

Nessa sequência, a relação específica de anterioridade é marcada pelo conector *após*. A ordem de apresentação dos acontecimentos na sequência contraria a ordem em que supostamente esses acontecimentos ocorreram. Mas o *após*, sinalizando essa diferença, indica que, primeiro, as famílias foram removidas e, depois, as casas foram demolidas. É difícil inferir essa relação na ausência do conector:

- (19)     Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura. As famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê foram removidas.

Na ausência de um conector marcando a relação de anterioridade, parece ganhar força uma interpretação sucessiva (um acontecimento depois do outro). Nesse sentido, alguns conectores temporais, à maneira de alguns reformulativos (ROSSARI, 1993, 1999, 2000), parecem ser criadores de relações de discurso e não apenas marcadores de relações que existiriam sem eles.

### 6.2.2.3 Contra-argumentação

No trabalho que constitui uma das bases do modelo modular ou sua fase inicial, o “L’articulation du discours em française contemporain” (ROULET *et al*, 1985), a relação de contra-argumentação articula dois constituintes da seguinte forma:

na sequência p C q, q está em uma relação de contradição com p tal que

(i) ou q invalida a relação de implicação de p com não-q convocada pela enunciação de p.

(ii) ou o ato de argumentação realizado em q invalida o ato de argumento realizado em p. (ROULET *et al*, 1985, p. 133-134.)

Essa categoria genérica, cuja definição apresentada é válida ainda, engloba 35 relações presentes nas sequências narrativas estudadas. O episódio em que há maior número de relações contra-argumentativas (10 (10,52%)) é a avaliação. Muitas dessas relações ocorrem na fala de personagens do mundo representado, como nesta sequência:

- (20) **(EI)** (01) Diante das reclamações de moradores, **(Com)** (02) a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou com uma ação pedindo a suspensão das remoções (03) até que o processo seja discutido com a população. **(Av)** (04) “Estamos falando de pessoas, e não de objetos que podem ser removidos de um lugar para o outro. (05) Eles querem sair do local, (06) mas com um mínimo de dignidade”, (07) afirma Carlos Henrique Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria. (08) Ele também lembra que deslocar a população de forma não planejada é apenas uma forma de transferir o problema, (09) “você tira a pobreza de um lado e coloca do outro”. (sn5/r2/c)

Nesse exemplo, o ato (06) invalida a implicação que se pode tirar de (05) e, em certa medida, de (04) também: a de que moradores da área de risco poderiam querer sair dessa área de qualquer forma. Invalidando essa implicação, o responsável pela fala diz que os moradores querem sair sim, *mas* com um mínimo de dignidade. Por meio dessa afirmação, o personagem se posiciona explicitamente contra as ações da prefeitura da cidade de São Paulo, agente das remoções. Essa natureza polêmica da contra-argumentação, que opõe claramente dois pontos de vista, é uma explicação para a quantidade expressiva de relações de contra-argumentação em afirmações cuja instância enunciativa responsável não é o jornalista.

Nessa mesma perspectiva, é interessante observar que, em muitas relações de contra-argumentação, o jornalista ou opõe dois pontos vista atribuíveis a personagens distintos e antagônicos ou contra-argumenta utilizando acontecimentos que supostamente ocorreram e que não são passíveis de contestação. Um exemplo do primeiro caso é esta sequência:

- (21) **(EI)** (01) No último dia 5, **(Com)** (02) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despenhou. (03) Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre a estrutura de 132 metros que desabou. **(Res)** (04) Três delas morreram. (05) Outras duas ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira. **(Av1)** (06) O governo gaúcho atribui o desastre à

elevação das águas do Jacuí. (07) Por essa versão, (08) o rio subiu até a pista, (09) que se partiu. **(Av2)** (10) Os sobreviventes dão outro testemunho. (11) "As águas estavam 5 metros abaixo do concreto", (12) diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos. (sn7/r4/v)

Nesse caso, o jornalista não emite o seu ponto de vista acerca das causas da queda da ponte, ao articular a primeira avaliação (Av1), atribuível ao governo gaúcho, e a segunda (Av2), atribuível aos sobreviventes. O jornalista atua na articulação dessas avaliações, colocando-as lado a lado para que o leitor conclua por si só quem tem razão. Inclusive, a ausência de um conector contra-argumentativo, como o *mas*, no início da segunda avaliação pode ser entendida como um recurso para atenuar a força dessa avaliação como um contra-argumento.

Entretanto, ainda que o jornalista não explicita seu ponto de vista, a forma como ele apresenta e articula as avaliações diz muito sobre seu posicionamento. Em primeiro lugar, na sequência p C q, a segunda avaliação ocupa a posição q, que é o constituinte que, mais forte que p, o contradiz ou nega uma implicação a ele subjacente. Em segundo lugar e invocando de passagem informações de natureza informacional, a explicação do governo para a queda da ponte é categorizada pelo jornalista como *versão*, o que diminui a credibilidade dessa explicação diante da explicação dos sobreviventes, categorizada como *testemunho*.

Como disse, também há casos em que o jornalista contra-argumenta, utilizando para isso um acontecimento que, por ter ocorrido, não admite contestação. Um exemplo é esta sequência:

- (22) **(Com)** (01) Antes de remover as casas, (02) o governo “congelou” a área invadida. (03) Cerca de 70 homens da Polícia Militar Ambiental circulavam diariamente na região – a pé e motorizados – (04) para interditar novas edificações. (05) O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) identificou ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. (06) As famílias nesses locais seriam prioritárias para desocupação. **(Res)** (07) O programa seguiu com a construção de novos bairros. **(EF)** (08) A entrega das casas, prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida. (...) (sn4/r2/e)

Na relação entre os atos (07) e (08), o não cumprimento da entrega das casas (ato 08) constitui um fato que, por poder ser comprovado, foi utilizado pelo jornalista como contra-argumento para negar a implicação decorrente do ato (07), a saber: se o governo prometeu que as casas estariam prontas no ano passado, espera-se que neste ano as casas já estejam prontas.

Quanto à marcação linguística das relações de contra-argumento, o conector que, nas sequências analisadas, apresentou maior número de ocorrências foi o *mas*, conector típico dessa categoria de relações (GUIMARÃES, 2007; REBOUL; MOESCHLER, 1998a; RODRIGUES, 1995). O *mas* ocorreu ainda na expressão *mas mesmo assim*, em que o *mesmo assim* parece reforçar o valor contra-argumentativo do *mas*. Todos os outros conectores identificados apresentaram apenas uma ocorrência.

#### 6.2.2.4 Reformulação

No modelo modular, a categoria genérica de reformulação foi analisada em estudos realizados por Schelling (1985), Roulet (1987) e Rossari (1993, 2000). Neste trabalho, adoto em especial os postulados de Rossari (1993, 2000), que estudou essa categoria de modo mais aprofundado. Para a autora, a categoria genérica de reformulação se divide em duas subcategorias: a parafrástica e a não-parafrástica.

A reformulação parafrástica se caracteriza pela existência de uma equivalência semântica entre dois constituintes textuais (atos ou intervenções). Segundo Rossari (1993), o locutor, por meio desse tipo de reformulação, busca completar, ratificar ou clarificar a informação expressa no primeiro constituinte e apresenta as informações dos dois constituintes como devendo ser consideradas equivalentes pelo interlocutor. Como esclarecem Gülich e Kotschi (1983), na reformulação parafrástica, o locutor procura manter um elo estreito de identidade entre os conteúdos proposicionais dos constituintes. Nesse tipo de reformulação, os constituintes podem ou não ser articulados por um conector. Em português, alguns conectores que marcam a reformulação parafrástica são: *ou seja, isto é, a saber, em outros termos*.

Já a reformulação não-parafrástica permite ao locutor operar uma retrointerpretação da informação expressa no primeiro constituinte textual. Nessa retrointerpretação, o locutor realiza no segundo constituinte uma mudança de perspectiva enunciativa em relação à informação expressa no primeiro. Essa mudança de perspectiva se traduz por um distanciamento do locutor quanto ao que foi dito no primeiro constituinte e pode ser mais ou menos forte, dependendo do conector empregado. De acordo com Rossari (1993), o uso de um conector é condição fundamental para a emergência da reformulação não-parafrástica. Em português, alguns conectores que marcam esse tipo de reformulação são: *de fato, na verdade, de qualquer forma, enfim, seja como for*.



Nas sequências narrativas analisadas, as relações pertencentes à categoria genérica de reformulação foram as menos numerosas. Isso quer dizer que raramente os jornalistas, ao narrar acontecimentos no interior de uma reportagem, recorrem a essa categoria de relações. Uma razão para isso pode estar no fato de que as narrativas tematizam basicamente acontecimentos. A frequência maior de relações pertencentes às outras categorias mostra que um acontecimento pode funcionar como argumento, contra-argumento, comentário ou marco temporal em relação a outro e que é mais difícil utilizar um acontecimento para reformular outro acontecimento expresso anteriormente.

Outra razão para a baixa frequência de relações reformulativas nas sequências analisadas pode estar no fato de que a reformulação implica que aquele que narra suspenda momentaneamente a cadeia dos acontecimentos para dizer de outra maneira, parafraseando ou reavaliando, o acontecimento que acabou de narrar. Se, por um lado, essa interrupção da narrativa para dizer algo de forma mais clara pode atender à exigência de informação sobre a atualidade, por outro lado, ela pode ser prejudicial para a exigência de captação do leitor, a qual também caracteriza o gênero reportagem. Isso porque quem reformula, ao mesmo tempo em que esclarece a informação dada anteriormente, costuma ponderar essa informação, refletir sobre ela, focalizar um aspecto subjacente ainda não revelado, etc. Essas ações específicas não parecem ser próprias de um gênero como a reportagem, que pressupõe um leitor escolhendo, dentre as múltiplas ofertas de produtos midiáticos, aquele que vai informar de forma mais imediata e com uma menor quantidade de interrupções ou reformulações.

Nesse sentido, é possível, então, levantar a hipótese de que, mesmo nas sequências pertencentes a outros tipos (descrição e deliberação), a reportagem não vai exibir uma frequência de relações de reformulação tão alta como a de outras categorias de relações<sup>119</sup>.

Outra observação decorrente da análise das sequências é a de que, dos dois tipos de relações de reformulação mencionadas (parafrástica e não-parafrástica), todas as treze relações encontradas nas sequências são parafrásticas, já que por meio delas o jornalista

---

<sup>119</sup> Fornecendo evidências a favor dessa hipótese, as cinco reportagens integrantes do corpus de minha pesquisa de mestrado (CUNHA, 2008) não apresentam nenhuma relação de reformulação. No gênero notícia, próximo da reportagem, Duarte (2008) também não identificou nenhuma relação de reformulação nos oito exemplares que estudou.

não opera uma modificação da perspectiva enunciativa desenvolvida no constituinte objeto da reformulação. Um exemplo é esta sequência:

- (23) **(EI)** (01) Já em São Luiz do Paraitinga (02) não havia nenhum indício de que o centro histórico dessa cidade famosa por seu Carnaval estivesse em uma área de risco. **(Com)** (03) Mas mesmo assim a enxurrada simplesmente destruiu todo o comércio e o seu patrimônio histórico, **(Res)** (04) abalando de forma consistente a principal indústria do município: (05) o turismo. (sn1/r2/i)

Nela, o jornalista esclarece, no ato (05), qual é a principal indústria de São Luiz do Paraitinga: o turismo. Nesse sentido, a relação entre (04) e (05) é parafrástica, porque é possível inferir uma relação de equivalência semântica entre *a principal indústria do município*, expressão mencionada no ato (04), e *o turismo*, expressão que constitui o ato (05). Essa relação pode ser explicitada por meio da expressão reformulativa *a saber*:

- (24) (...) abalando de forma consistente a principal indústria do município, *a saber*, o turismo.

A respeito da marcação linguística, nenhuma relação de reformulação identificada foi marcada por conector ou expressão conectiva tipicamente reformulativa. Entretanto, em algumas sequências, o ato principal, aquele que traz a reformulação, é antecedido por dois-pontos, como mostra a sequência citada anteriormente. Por ter exatamente como uma de suas funções indicar uma relação de equivalência semântica entre dois termos (DAHLET, 2006), os dois-pontos podem ser entendidos como um instrumento heurístico que permite reconhecer uma relação de reformulação parafrástica. Outro exemplo desse uso dos dois-pontos como marca de reformulação ocorre nesta sequência:

- (25) (...) **(Com)** (05) Por intervenção direta do presidente, (06) o ponto mais polêmico [do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos] foi, então, modificado: (07) a chamada Comissão da Verdade, que investigaria crimes de tortura durante os anos de chumbo, teve suas atribuições revistas. (...) (sn1/r3/i)

Na complicação dessa sequência, o jornalista esclarece que a modificação do ponto mais polêmico do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos, informação expressa nos atos (05) e (06), é a revisão das atribuições da chamada Comissão da Verdade, informação expressa no ato (07). A equivalência semântica entre esses dois processos (a modificação de um ponto e a revisão de atribuições) é sinalizada pelos dois-pontos, que poderiam ser substituídos por uma expressão, como *ou seja* ou *isto é*, sem que o sentido do trecho fosse alterado.

### 6.2.2.5 Comentário

No modelo modular, considera-se que a relação de comentário, assim como a de preparação, não possui marca específica e se caracteriza, portanto, pela posição do constituinte textual. Assim, o constituinte que exerce a função de comentário é subordinado e ocorre posposto ao constituinte principal. Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 171) oferece este exemplo de intervenção cujos constituintes se articulam por uma relação de comentário:

- Encontrei Paulo ontem à noite. Isso foi realmente inesperado [comentário].

Nessa intervenção, o locutor, por meio do segundo ato, comenta a informação expressa no primeiro.

A análise das sequências narrativas mostrou que comentar é uma ação que os jornalistas realizam com frequência, quando narram em uma reportagem. A relação de comentário foi a segunda mais frequente no corpus (108 (24,05%)), ficando atrás apenas da relação de argumento. Não por acaso, a avaliação é o episódio do tipo narrativo que mais funcionou como comentário. Das 43 avaliações, 29 (67,44%) exercem a função de comentário para outros episódios. Por meio da avaliação, o jornalista pode apresentar algum personagem comentando acontecimentos expressos na intervenção ou no ato anterior, como ocorre nesta sequência:

- (26) **(Su)** (01) Enquanto a população se vira para ajustar a renda ao novo cenário, (02) o governo não faz esforço para conter suas despesas. **(EI)** (03) No ano passado, **(Com)** (04) os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, (05) 17% a mais que em 2008. **(Av)** (06) “Não há mágica para melhorar a situação fiscal. (07) Tem de haver redução de gastos (08) e, eventualmente, aumento de arrecadação”, (09) diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil. (sn4/r3/e)

Nessa sequência, o jornalista, após mencionar os problemas econômicos enfrentados pelo governo venezuelano, traz na avaliação o comentário de um economista.

Mas, como vimos no capítulo anterior, muitas vezes o responsável pela avaliação, que vai exercer a função de comentário, é o próprio jornalista:

- (27) **(EI)** (01) Apenas em 2005 (02) se começou a tirar a ideia do papel, **(Com)** (03) mas a iniciativa esbarrou em uma série de pendências judiciais, **(Av)** (04) promovidas pelos chatos de plantão. (...) (sn3/r3/v)

Nessa sequência, que trata da fiscalização dos quiosques na orla do Rio de Janeiro, é o próprio jornalista quem comenta o ato (03), criticando, em (04), a atitude dos *chatos* que, por meio de pendências judiciais, impediram a instalação de novos quiosques.

Também não por acaso, o episódio cujos constituintes se articulam com maior frequência por relações de comentário é a avaliação. Essa característica da avaliação encontra duas explicações complementares. Em primeiro lugar, a natureza referencial desse episódio, especializado em apresentar esclarecimentos, críticas e denúncias, justifica um perfil relacional<sup>120</sup> mais comentativo. Em segundo lugar, a função de comentário que a avaliação costuma exercer na macroestrutura hierárquico-relacional (tabela 23) pode levar seus constituintes a se articular por relações de comentário.

Quanto à marcação linguística, é pouco sustentável o postulado do modelo modular de que a relação de comentário não tem marcação específica. Uma evidência nesse sentido é oferecida por Marinho (2002, 2005a), que mostra que o conector *onde* pode funcionar como marca dessa relação. Um dos exemplos dados pela autora (MARINHO, 2002, p. 105-108), que estudou o uso desse conector em textos acadêmicos, é este:

- (...) (14) A radicalização do ensino na sua forma tradicional, (15) *onde* a gramática está em posição de destaque, (16) deve ser revista (...)

Nesse trecho, o autor utiliza o ato (15) para comentar a radicalização do ensino em sua forma tradicional, informação expressa em (14). Essa relação de comentário é marcada pelo *onde*.

Nas sequências narrativas analisadas, vários comentários são introduzidos pelo conector *e* e por conectores, que, no nível sintático, são pronomes relativos: *onde*, *cujos*, *que*, *o que*, *no qual*. Um exemplo de relação de comentário marcada por pronome relativo encontra-se no trecho abaixo, que é parte de uma sequência sobre uma enchente:

- (27) **(Com)** (...) (02) uma reportagem publicada pelo portal UOL revelou que as seis comportas da barragem da Penha foram fechadas na madrugada da enchente, (03) e só foram reabertas dois dias depois. **(Av)** (04) A ação teria evitado o alagamento da marginal do Tietê, (05) **onde** o governo realiza um conjunto de obras viárias orçado em 1,3 bilhão de reais. (...) (sn8/r2/c)

Nesse trecho, a informação expressa no ato (05), introduzido pelo *onde*, funciona como um comentário para a informação expressa no ato (04).

---

<sup>120</sup> A noção de perfil relacional diz respeito à predominância, em dada produção discursiva, de relações pertencentes a uma categoria determinada (ROULET, 2003).

### 6.2.2.6 Topicalização

Na relação de topicalização, um constituinte subordinado ativa uma informação (um objeto de discurso) que será abordada, em seguida, no constituinte principal. Nesse sentido, embora a noção de “relação de topicalização” seja própria da forma de organização relacional, ela “repousa essencialmente sobre uma ancoragem informacional: a informação ativada pelo primeiro ato constitui o ponto de ancoragem imediato, ou seja, o tópico do segundo ato” (GROBET, 1999, p.106)<sup>121</sup>. Ainda segundo a autora, os elementos topicalizados podem exercer diferentes funções específicas, como, por exemplo, (i) ativar um objeto de discurso apresentado como aquele de que o locutor vai falar ou (ii) ativar um objeto de discurso inicial apresentado como o “pano de fundo” do que segue.

Dos episódios das sequências narrativas analisadas, apenas o estágio inicial, em onze ocorrências, se articula à intervenção ou ao ato seguinte por meio da relação de topicalização. Desses onze estágios iniciais topicalizados, muitos atuam como pano de fundo para a informação seguinte:

- (28) **(EI)** (01) No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, **(Com)** (02) só se gastou 1,17% em ações preventivas. **(Av)** (03) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil. (...) (sn2/r2/e)

Nessa sequência, o estágio inicial se textualiza em um ato topicalizado. Esse ato ativa um objeto de discurso (*Rio de Janeiro*) que não constitui a informação sobre a qual se vai falar em seguida, mas sim um pano de fundo ou um enquadre espacial, em cujo interior os acontecimentos seguintes devem ser interpretados.

Mas também ocorrem estágios iniciais topicalizados, cuja função é ativar um objeto de discurso apresentado como aquele de que o locutor vai falar, como neste outro exemplo:

- (29) **(EI)** (01) Crispim mora com a família em uma casa de quatro cômodos no Jardim Pantanal, próximo de onde cumpria a amarga tarefa de demolição. **(Com)** (02) No dia da cheia, (03) seus móveis ficaram meio metro submersos. (04) Somente após duas semanas, (05) a água saiu da residência. **(Res)** (06) Passados 35 dias da enchente, (07) a inundação persistia no quintal e nas ruas do bairro, (08) tomadas por um lodo escuro e fétido, mistura das águas da chuva com o esgoto que deixou de ser bombeado por uma estação de tratamento atingida pelas chuvas. **(EF)**

---

<sup>121</sup> Como será explicado no estudo da forma de organização informacional, o tópico, para o modelo modular, constitui a informação mais diretamente pertinente ou acessível da memória discursiva em que o ato se encadeia. O tópico não se refere, portanto, a um segmento linguístico.

(09) O cenário é recorrente em ao menos sete bairros do distrito Jardim Helena, na divisa com os municípios de Guarulhos e Itaquaquecetuba, Grande São Paulo. (sn3/r2/c)

Nessa sequência, a informação ativada no estágio inicial se liga ao restante da sequência por uma relação de topicalização, porque, por meio desse episódio, o jornalista indica que vai falar de Crispim e sua família. Esta macroestrutura busca dar conta dessa interpretação:

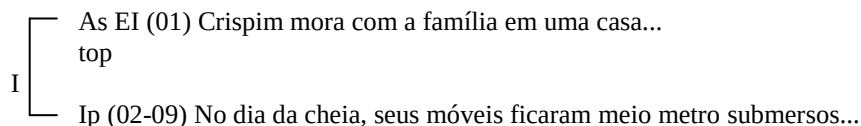


FIGURA 28 - Estrutura hierárquico-relacional (sn3/r2/c)

No interior dos episódios, também ocorrem constituintes textuais topicalizados exercendo essas duas funções básicas de ativar um pano de fundo:

(30) (01) Na quarta-feira 13, (02) o presidente Lula convocou os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. (...) (sn1/r3/i)

ou ativar o tópico do constituinte textual seguinte:

(31) (01) São Luiz do Paraitinga não existe mais. (02) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase (...). (sn4/r2/i)

Esse último exemplo é particularmente interessante, porque revela que o objeto de discurso topicalizado pode ser não só a informação ativada por um sintagma, mas uma declaração dada por uma fonte jornalística, a qual, no ato seguinte, é categorizada pelo jornalista como *frase*.

No que se refere à marcação linguística, as sequências narrativas não apresentaram nenhuma expressão conectiva tipicamente introdutora de tópico, como *quanto a*, *a respeito de*, *no que tange a*, *acerca de*, etc, nem estruturas clivadas, como, por exemplo, “É de chocolate que eu gosto”. Mas foram bastante numerosos os deslocamentos à esquerda de constituintes textuais. Para o modelo modular, o deslocamento à esquerda é uma construção sintática que evidencia, marcando, a relação de topicalização (GROBET, 2000). Assim, o modelo considera essa construção uma marca de

topicalização e não estabelece uma distinção entre topicalização e deslocamento à esquerda, como a que é proposta, por exemplo, por Pontes (1987)<sup>122</sup>.

No corpus, o fenômeno do deslocamento à esquerda ocorre em 62 (93,93%) das 66 relações de topicalização identificadas. É importante observar que grande parte desses constituintes deslocados para a margem esquerda de outros constituintes é formada por sintagmas adverbiais, tais como: *No litoral paulista*, *Em Belo Horizonte*, *Já no dia 5*, *Na quarta-feira 13*, *No dia 5 de novembro de 2008*. Todos eles vão exercer a função de pano de fundo ou, na proposta de Charolles (1997, 2006), de marcadores de universo de discurso. Nas sequências narrativas de reportagens, essas expressões adverbiais são importantes para a produção de sentidos exatamente porque ativam um enquadre espacial ou temporal, atuando, ao mesmo tempo, na organização e na segmentação das informações mobilizadas nas sequências.

O papel estruturante que a topicalização de adjuntos adverbiais pode exercer nas sequências narrativas de reportagens se verifica neste exemplo:

- (32) **(EI)** (01) Quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram *Garota de Ipanema*, em 1962, (02) o Rio de Janeiro tinha metade do número de habitantes de hoje. (03) Havia espaço de sobra (04) para que a musa andasse, em doce balanço, a caminho do mar (05) – sem tropeçar. **(Com)** (06) Nos últimos anos, porém, (07) as praias cariocas tornaram-se lugares quase intransitáveis. (08) Não apenas porque há mais gente. (09) O maior tumulto é provocado pela turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas que tomou conta do pedaço. **(Av)** (10) A ideia de que a orla do Rio era um espaço de convivência extremamente democrático serviu apenas como pretexto para a falta de organização. (11) A baderna se espalhou. **(Res)** (12) Neste verão, (13) a prefeitura do Rio resolveu pôr ordem na casa. (14) A primeira providência foi dar um banho de loja nas barracas que funcionam como ponto de venda de bebidas e de aluguel de cadeiras e guarda-sóis. (15) Em vez das tendas improvisadas e das caixas de isopor imundas, espalhadas pela areia, (16) só serão permitidas barracas padronizadas e caixas térmicas de plástico. (17) O número de barraqueiros, agora uniformizados, foi reduzido. (18) No primeiro trecho em implantação, (19) que compreende as praias do Arpoador, Ipanema e Leblon, (20) baixou de 300 para 193. (sn1/r3/v)

Os acontecimentos narrados se passam em três momentos distintos. O primeiro momento é a época quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram *Garota de Ipanema*. O segundo momento é mais recente, quando “as praias cariocas tornaram-se

---

<sup>122</sup> Para Pontes (1987), o deslocamento à esquerda diz respeito, de modo geral, a uma construção em que o elemento deslocado é um sintagma nominal definido, que é retomado na oração que o segue por um pronome-cópia. Essa construção é usada para dar continuidade ao discurso. Por sua vez, a topicalização é uma construção em que o sintagma topicalizado pode ou não ser definido, e a oração que o segue não apresenta pronome-cópia. Essa construção tem como função operar uma mudança de tópico. Na perspectiva frasal, compreende-se o deslocamento à esquerda de segmentos linguísticos como marca de topicalização (PERINI, 2008, 2010).

lugares quase intransitáveis”. O terceiro e último momento é bem recente e corresponde ao momento de produção da reportagem (janeiro de 2010). Para permitir ao leitor compreender quando começa e termina cada um desses momentos, o jornalista utiliza o recurso de segmentar temporalmente a sequência, deslocando à esquerda adjuntos adverbiais, que vão funcionar como pano de fundo temporal para o que será dito em seguida.

Assim, após abordar a época em que Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram *Garota de Ipanema*, a expressão adverbial *Nos últimos anos* (ato 06) indica o fim desse primeiro momento e indica, ao mesmo tempo, que as informações seguintes se passam em um segundo momento. Com a expressão *Neste verão* (ato 12), o autor indica o fim desse segundo momento e a abertura de um terceiro, correspondente ao momento de produção da reportagem.

O papel estruturante da topicalização dos adjuntos adverbiais nessa sequência pode ser visualizado na sua estrutura hierárquico-relacional:



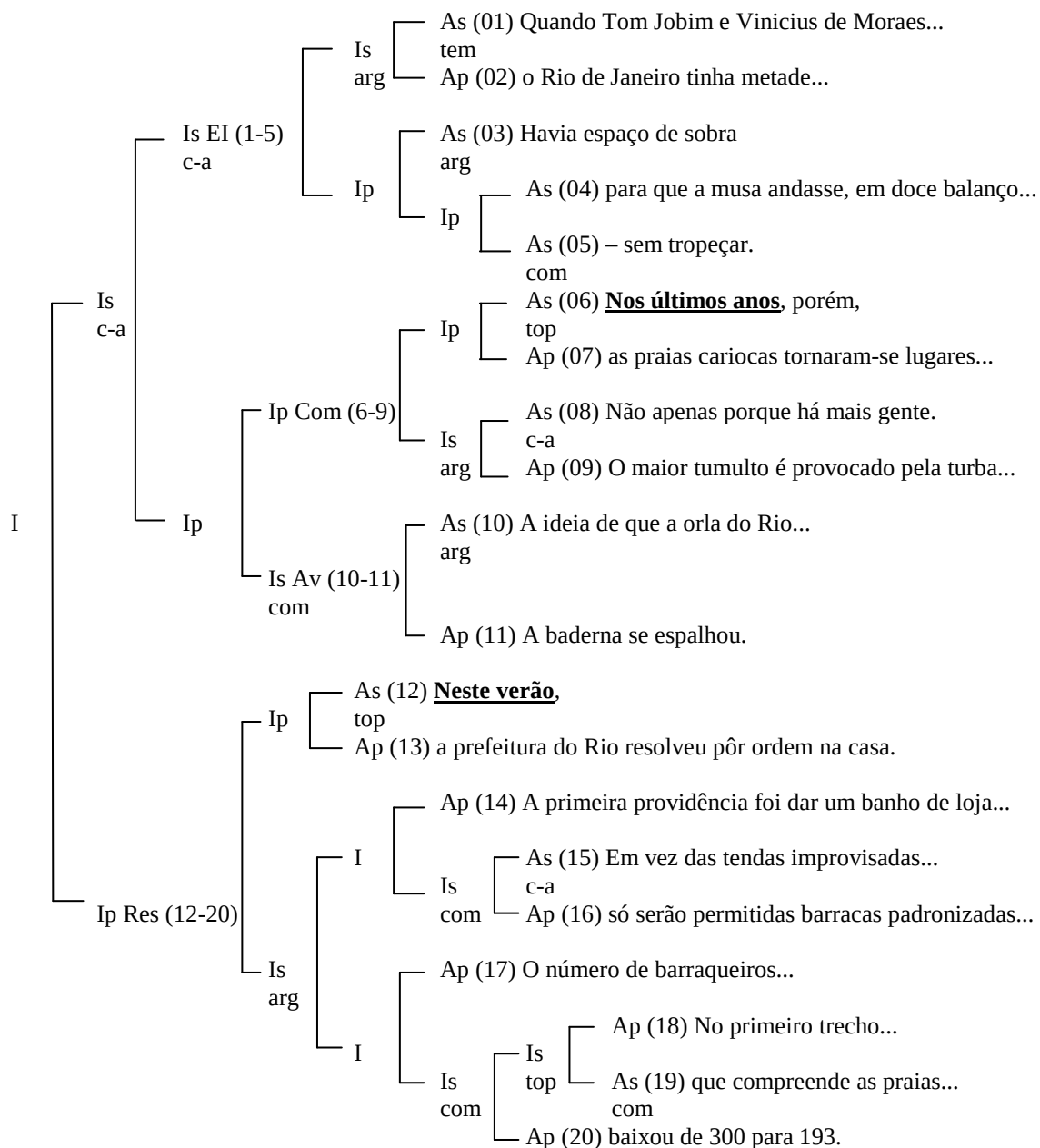


FIGURA 29 - Estrutura hierárquico-relacional (sn1/r3/v)

Como mostra essa estrutura, as expressões adverbiais topicalizadas ocorrem no início de grandes intervenções e indicam que os acontecimentos expressos nessas intervenções têm como pano de fundo o momento indicado em cada expressão.

#### 6.2.2.7 Argumentação

Conforme Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; ROULET, 2003), a categoria genérica de argumento ou argumentação abarca um conjunto amplo de relações específicas chamadas de “causa (deliberada e não deliberada), explicação,

justificação, motivação, consequência, objetivo, resultado (deliberado e não deliberado), condição, restrição, argumento, argumento suplementar, argumento decisivo, exemplo” (ROULET, 2003, p. 157). Como característica comum, essas relações correspondem a manobras discursivas que o produtor do discurso realiza na busca por convencer o outro a aceitar a veracidade ou a consistência das informações veiculadas. Assim, as diferentes relações específicas recobertas pela categoria de argumento buscam dar conta do fato de que, para convencer o interlocutor, o locutor realiza diferentes ações ou manobras argumentativamente orientadas, tais como exemplificar, justificar, concluir, explicar, restringir, etc (CUNHA, 2010a).

O estabelecimento de uma categoria genérica de argumento é importante, porque permite dissociar as noções de relações argumentativas e de sequências argumentativas ou deliberativas. Ainda que, em hipótese, seja possível prever uma frequência maior de relações argumentativas em sequências deliberativas, esse tipo de sequências pode apresentar outras categorias de relações. Da mesma forma, relações argumentativas podem ocorrer, e com frequência elevada, em sequências pertencentes a outros tipos. É o que ocorre nas sequências narrativas estudadas nesta etapa da análise.

Nessas sequências, há uma maior porcentagem de relações argumentativas. Das 449 relações identificadas, 127 (28,30%) pertencem à categoria de argumento. Esse resultado contraria a ideia, geralmente calcada na observação de textos literários pouco complexos, de que sequências narrativas apresentariam uma maior porcentagem de relações temporais, independentemente do gênero a que pertençam os textos analisados. Na verdade, o que esse resultado revela é que o gênero tem impacto sobre a construção das sequências e, mais especificamente, sobre a forma como o produtor do discurso vai articular os seus constituintes textuais.

No caso da reportagem, a busca do jornalista por informar sobre a atualidade, captar o leitor e satisfazer suas exigências de credibilidade traz restrições importantes para a escrita. Por um lado, ele não pode narrar acontecimentos buscando apenas informar, já que a exigência de credibilidade do leitor o obriga a justificar as afirmações, explicitando sua fonte, e a busca por captar o leitor o obriga a convencê-lo de que a forma como a realidade é reconstruída é mais convincente ou próxima do “real” do que a dos veículos de comunicação concorrentes. Por outro lado, o jornalista não pode se limitar a produzir avaliações que expressem um ponto de vista pessoal ou da classe

(social e profissional) a que pertence, uma vez que a busca por informar exige que o jornalista trate de acontecimentos atuais, que sejam do interesse amplo dos cidadãos.

Sob essas duas pressões, o jornalista parece ser levado, então, a optar por um caminho intermediário. No nível relacional, ele produz sequências narrativas, articulando seus constituintes textuais predominantemente por relações de argumento. Essa opção lhe permite, ao mesmo tempo, informar, já que a matéria-prima das sequências narrativas são acontecimentos, atender a exigência de credibilidade do leitor e captá-lo, já que esses acontecimentos são alvo de explicações, ponderações, comparações, exemplificações, restrições, etc.

Na construção das sequências narrativas, vale destacar que as relações de argumento exercem papel importante na articulação dos episódios. Em alguns casos, um episódio, como a resolução, vai funcionar como a conclusão para as informações expressas em episódios anteriores:

- (33) **(EI)** (01) Apenas em 2005 (02) se começou a tirar a ideia do papel, **(Com)** (03) mas a iniciativa esbarrou em uma série de pendências judiciais, **(Av)** (04) promovidas pelos chatos de plantão. **(Res)** (05) A consequência é que somente 28 dos 309 quiosques previstos ficaram prontos. (sn3/r3/v)

Nessa sequência, a expressão *A consequência*, que introduz a resolução (ato 05), indica que esse episódio vai trazer uma conclusão das informações expressas no estágio inicial, na complicação e na avaliação. Em outros casos, a informação expressa em um conjunto de episódios vai exemplificar o que foi dito no episódio inicial da sequência:

- (34) **(Su)** (01) Além disso, [a Defensoria] destaca que a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não devem ser atribuídas apenas às comunidades pobres, (02) uma vez que o poder público disponibilizou infraestrutura urbana, (03) como água encanada, escolas, asfaltamento e energia. **(Com)** (04) No Jardim Romano, por exemplo, (05) o prefeito Gilberto Kassab (DEM) inaugurou no ano passado um Centro Educacional Unificado (CEU). (06) Na mesma rua Capachós, (07) um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal também foi inaugurado recentemente. **(Res)** (08) Os investimentos fizeram com que a prefeitura revisasse os valores de imóveis na região, (09) com vistas ao cálculo do IPTU de 2010. (10) A valorização chega a 187%. **(EF)** (11) Só que, hoje, tanto a escola como a Cohab têm a entrada bloqueada pelo lodo. (sn9/r2/c)

Nessa sequência, os investimentos no Jardim Romano, expressos nos episódios complicação, resolução e estágio final, constituem um exemplo do que foi dito no sumário, a saber: que “a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê

não devem ser atribuídas apenas às comunidades pobres”, mas também ao poder público. A expressão *por exemplo*, no ato (04), explicita essa relação.

Em outras sequências, o estágio inicial ocupa a posição final da sequência e funciona como a explicação ou a causa para os acontecimentos narrados em episódios anteriores:

- (35) **(Su)** (01) Entre eles, (02) Angra dos Reis é o caso mais dramático (03) e, também, o retrato mais preciso do conjunto de fatores que desencadeia esse tipo de tragédia. **(Com)** (04) Ali, (05) morreram 52 pessoas, na virada do ano, vítimas de deslizamentos de encostas. **(Av)** (06) Tudo era previsível. **(EI)** (07) Na bela região em torno da Baía de Angra, com suas 365 ilhas e mais de 2 000 praias, (08) chove quase o dobro da média do Rio de Janeiro, (09) e a instabilidade das encostas é conhecida. (10) Em 2002, (11) 39 pessoas morreram em Angra num deslizamento com características semelhantes às de agora. (sn1/r4/v)

Nessa sequência, a morte de 52 pessoas em Angra dos Reis, vítimas de deslizamentos de terra (complicação e avaliação), tem como causa a intensidade da chuva na região, que torna instáveis suas encostas (estágio inicial).

Quanto à marcação linguística, as sequências narrativas estudadas apresentaram uma quantidade elevada de relações argumentativas marcadas por conectores e expressões conectivas. Das 127 relações, 72 (56,69%) são marcadas, o que revela a busca do jornalista por guiar a interpretação do leitor, fornecendo as marcas necessárias para o reconhecimento de uma relação específica. Assim, as sequências narrativas apresentaram marcas de diferentes relações argumentativas específicas, tais como explicação (*pois*), causa (*porque, uma vez que*), argumento suplementar (*além de, além disso*), argumento potencial (*se*), exemplificação (*por exemplo*), finalidade (*para*), restrição (*mesmo se, sem que*), argumento por autoridade (*segundo*), etc.

### 6.2.3 Síntese da análise relacional

Sintetizando os resultados da análise da forma de organização relacional das sequências narrativas de reportagens, é possível observar que nessas sequências, em função das exigências de atualidade, captação e credibilidade, há maior porcentagem de relações argumentativas e comentativas. Quanto aos episódios, o sumário costuma ocorrer em constituintes subordinados com a função de preparação. Já a avaliação costuma ocorrer em constituintes subordinados com a função de comentário. Atuando na segmentação dos acontecimentos narrados, a relação de topicalização é a que se apresenta mais marcada pelo recurso do deslocamento de constituintes textuais à esquerda.

Realizado o estudo da forma de organização relacional das sequências narrativas, o próximo passo desta etapa da pesquisa será o estudo da forma de organização informacional das sequências narrativas.

### **6.3 Forma de organização informacional**

Neste item, apresento a análise da forma de organização informacional das 53 sequências narrativas componentes do corpus desta etapa do trabalho. Para isso, exponho inicialmente a forma de organização informacional, tal como definida pelo Modelo de Análise Modular do Discurso. Em seguida, passo à apresentação dos resultados da análise, fazendo um levantamento das regularidades encontradas nas formas de progressões informacionais presentes nas sequências e na marcação dos tópicos.

#### **6.3.1 Forma de organização informacional – breve apresentação**

O estudo dessa forma de organização resulta da combinação de informações dos módulos hierárquico, referencial, lexical e sintático e tem como objetivo dar conta da continuidade e da progressão informacionais no discurso. Mais especificamente, o objetivo desse estudo é analisar a estrutura informacional de cada ato e descrever a sua inserção na estrutura do discurso, através das formas de progressão informacional que se observam na sucessão dos atos.

Com base na noção de memória discursiva e na distinção proposta por Chafe (1990, 1994) entre informações ativada, semi-ativa e inativa<sup>123</sup>, bem como na sua hipótese de que a consciência humana focaliza apenas uma ideia de cada vez, Roulet, Fillietaz e Grobet (2001) propõem uma análise que não considera apenas as marcas linguísticas do discurso. Postulam os autores que cada ato ativa uma informação, o *propósito*<sup>124</sup>, que

---

<sup>123</sup> A informação ativada diz respeito à informação localizada no foco de consciência do interlocutor. Já a informação semi-ativa é a que se encontra na consciência periférica do interlocutor, por ter saído do seu foco de consciência. Por fim, a informação inativa é a que não está sendo focalizada nem direta nem perifericamente, porque se localiza na memória de longo termo (CHAFE, 1990, 1994).

<sup>124</sup> Nos primeiros trabalhos sobre a forma de organização informacional (GROBET, 1996; ROULET, 1996), a informação ativada em cada ato recebeu o nome de *objeto de discurso*. Porém, posteriormente, percebeu-se que o termo *objeto de discurso* era insatisfatório, porque designa entidades discursivas semântico-referenciais que não são ligadas à unidade do ato. Por esse motivo, o termo *objeto de discurso* foi substituído pelo termo *propósito*, o qual é considerado mais adequado para designar a informação de tipo proposicional que é ativada pelo ato (GROBET, 1999, 2000; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

ocupa temporariamente o centro da atenção dos interlocutores e que se ancora em pelo menos uma informação da memória discursiva. Essa informação ou ponto de ancoragem pode ter sua origem no cotexto, na situação de comunicação ou mesmo nas inferências que podem surgir de um ou de outro (CUNHA, 2009; GROBET, 2000; MARINHO, 2005).

Conforme Grobet (1999a, 2000), um propósito pode ter diversos pontos de ancoragem, situados em diferentes níveis da memória discursiva. Desses pontos de ancoragem, há os que se situam num nível imediato, enquanto outros se situam num nível mais profundo, chamado *d'arrière-fond*. O ponto de ancoragem imediato é constituído pela informação semi-ativa mais diretamente acessível da memória discursiva na qual o propósito se encadeia. Esse ponto de ancoragem é igualmente chamado de *tópico*, o qual é definido por Grobet como

uma informação identificável e presente na consciência dos interlocutores, que constitui, para cada ato, o ponto de ancoragem mais imediatamente pertinente, mantendo uma relação de 'a propósito' (*aboutness*) com a informação ativada por esse ato (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 255).

Já o ponto de ancoragem *d'arrière-fond*, ou ponto de ancoragem de segundo plano<sup>125</sup>, é constituído por informações que, como dito, se situam em níveis mais profundos da memória discursiva. Essas informações, embora também sejam semi-ativas ou acessíveis, não atuam diretamente no encadeamento dos propósitos.

Os pontos de ancoragem imediatos, os tópicos, podem ser verbalizados no discurso por traços anafóricos, como pronomes ou expressões nominais. Esses traços são chamados de traços tópicos. Entretanto, é comum os tópicos ficarem implícitos, isto é, não serem verbalizados por nenhum traço. Quando isso ocorre, para encontrar o tópico, é preciso buscar a informação mais diretamente acessível ou mais imediatamente pertinente no cotexto ou na situação de comunicação em que o propósito se ancora. Já o ponto de ancoragem de segundo plano, por ser uma informação que se situa em um nível menos imediato da memória discursiva, aparece necessariamente marcado no discurso por um traço (GROBET, 1999a, 2000).

---

<sup>125</sup> Essa tradução foi proposta em minha dissertação de mestrado (CUNHA, 2008).

Como se nota, o tópico, nessa abordagem, não é um elemento textual, mas uma informação pertencente à memória discursiva, cuja seleção acontece de forma retroativa: “cada ato ativa um objeto de discurso [ou propósito] que incrementa a memória discursiva, a qual passa a conter as informações nas quais o ato posterior pode se encadear (os pontos de ancoragem)” (MARINHO, 2002, p. 195). A informação mais imediatamente pertinente na qual o ato se encadeia é o tópico. Se, além do tópico, houver outras informações nas quais o ato possa se encadear, essas informações constituirão pontos de ancoragem de segundo plano.

O estudo da forma de organização informacional se completa com a análise dos tipos de progressões informacionais ou modos de encadeamento que se observam na sucessão dos atos. Essa análise se faz “a partir do critério **da origem do tópico**” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 258). Feita a seleção do tópico ao qual a informação ativada pelo ato se ancora, é possível classificar o modo de encadeamento que caracteriza essa ancoragem. Os modos de encadeamento considerados pelo modelo modular são:

- *encadeamento ou progressão linear*: o tópico de um ato tem origem no propósito precedente, ou seja, tem origem na informação que acaba de ser ativada;
- *encadeamento ou progressão com tópico constante*: o tópico de um ato é o tópico do ato anterior, ou seja, dois ou mais atos se ancoram num mesmo tópico;
- *encadeamento à distância*: o tópico de um ato tem origem não no propósito que acaba de ser ativado, mas em um propósito mais distante.

Para mostrar como as 53 sequências narrativas do corpus desta etapa da pesquisa foram analisadas do ponto de vista informacional, apresento a análise da estrutura informacional da sequência abaixo<sup>126</sup>.

---

<sup>126</sup> De acordo com as convenções da forma organização informacional, os atos ocupam a coluna esquerda do quadro e são numerados. Os traços que verbalizam o tópico são apresentados em negrito; o tópico assim verbalizado aparece entre colchetes, depois do traço. Quando o tópico é implícito, ou seja, não verbalizado por traço tópico, ele aparece entre parênteses, no início do ato. Os termos em itálico são os traços de ponto de ancoragem de segundo plano. Na coluna direita, apresentam-se os tipos de progressão informacional.

(36)

| sn1/r2/c |                                                                                                                                                                                                          |                          |
|----------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (01)     | O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa <b>pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo</b> [áreas inundadas às margens do rio Tietê].                          | Progressão linear        |
| (02)     | Ao redor <b>dos trabalhadores</b> [a marreta contra a coluna de concreto],                                                                                                                               | Progressão linear        |
| (03)     | (Ao redor dos trabalhadores) um cenário de destruição.                                                                                                                                                   | Progressão linear        |
| (04)     | (Na ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem <i>da prefeitura</i> ,                                                    | Encadeamento à distância |
| (05)     | após <i>a remoção das famílias</i> que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar <b>a várzea do rio Tietê</b> [ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo], | Tópico constante         |
| (06)     | (a várzea do rio Tietê) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro.                                                                                                                        | Progressão linear        |
| (07)     | (os trabalhadores) De uniforme azul,                                                                                                                                                                     | Encadeamento à distância |
| (08)     | <b>o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos</b> [os trabalhadores], lamenta:                                                                                                           | Tópico constante         |
| (09)     | “Hoje derrubo <b>a casa dos outros</b> [uma dezena de casas].                                                                                                                                            | Encadeamento à distância |
| (10)     | Amanhã pode ser <b>a minha</b> [a casa dos outros]”.                                                                                                                                                     | Progressão linear        |

FIGURA 30 - Estrutura informacional (sn1/r2/c)

O tópico do ato (01) tem origem na informação *áreas inundadas às margens do rio Tietê*, a qual foi ativada no resumo da reportagem, resumo que antecede imediatamente a sequência. A ancoragem do ato (01) nessa informação é sinalizada pelo traço tópico *pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo*. O ato (02) se encadeia na informação *a marreta contra a coluna de concreto* por meio do traço *os trabalhadores*. Essa ancoragem se dá de maneira indireta, uma vez que não há correferência entre o traço tópico e a informação por ele retomada. O ato (03) se ancora em toda a informação ativada pelo ato (02).

Com o ato (01), ocorreu a estocagem na memória discursiva da informação *Na ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo*. Essa informação funciona como tópico para os atos (04) e (05), porque ambos ativam informações que dizem respeito ao local atingido pela inundação. Desses atos, apenas o (05) apresenta traço tópico: *a várzea do rio Tietê*. A informação ativada por esse traço funciona como tópico para o ato (06).

Como o ato (07) trata de um dos trabalhadores responsáveis pela demolição das casas, o tópico desse ato é a informação *os trabalhadores*, ativada em (02) e reativada em (03).



Por meio do traço tópico *o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos*, o ato (08) indica que vai tratar do mesmo tópico de (07): *os trabalhadores*.

Com o traço tópico *a casa dos outros*, o ato (09) se encadeia em informação ativada no (04): *uma dezena de casas*. O referente ativado pelo traço tópico de (09) constitui o tópico do ato seguinte, o (10). A ancoragem de (10) em informação ativada em (09) é sinalizada pelo traço tópico *a minha*.

Na sequência em análise, os únicos atos cujos propósitos se ancoram em informações de segundo plano são os atos (04) e (05), o que é indicado pelas expressões *da prefeitura* e *a remoção das famílias*, respectivamente. Essas expressões constituem traços de ponto de ancoragem, porque indicam o encadeamento dos atos em que ocorrem nas informações *São Paulo* e *milhares de famílias*, ativadas, respectivamente, no título e no resumo da reportagem e já estocadas na memória discursiva. Porém, como essas informações não participam diretamente do encadeamento dos atos (04) e (05) nos propósitos de atos anteriores, interpreto que elas constituem pontos de ancoragem de segundo plano.

Para completar a análise informacional da sequência, é preciso explicitar os modos de encadeamento. O ato (01) se liga ao tópico por progressão linear, uma vez que esse tópico tem origem na informação *áreas inundadas às margens do rio Tietê*, ativada no resumo que antecede a sequência. Da mesma forma, os atos (02), (03), (06) e (10), ao se ligarem a informações ativadas pelos atos imediatamente anteriores a cada um deles, se encadeiam aos tópicos por progressão linear. Ao se ligarem em informações ativadas em atos mais distantes, os atos (04), (07) e (09) se ligam aos tópicos por encadeamento à distância. Os atos (05) e (08) apresentam o mesmo tópico dos atos anteriores a cada um deles. Por isso, o modo como esses atos se encadeiam em seus pontos de ancoragem imediatos é por tópico constante. A estrutura informacional não se ocupa da descrição dos modos de encadeamento dos atos em pontos de ancoragem de segundo plano.

Feita a apresentação da forma de organização informacional, a continuação deste item expõe e discute os resultados da análise das 53 sequências narrativas do corpus, análise que consta no anexo B3 e que constituiu o primeiro passo desta etapa do trabalho.

Inicialmente, estudo as progressões informacionais. Nesse estudo, investiguei, primeiro, a frequência das progressões informacionais no conjunto das 53 sequências e, depois, no interior de cada episódio do tipo narrativo da reportagem. Em seguida, estudo a marcação linguística dos tópicos por meio de expressões anafóricas. Nesse estudo, verifiquei a frequência de atos com e sem traços tópicos no conjunto das sequências narrativas, bem como a frequência de traços tópicos formados por expressões plenas e vazias. Posteriormente, verifiquei a frequência de atos com e sem traços tópicos e de traços tópicos formados por expressões plenas e vazias no interior de cada episódio.

Vale esclarecer que, nesta etapa do trabalho, não procedo a uma análise sistemática dos pontos de ancoragem de segundo plano e de seus traços de ponto de ancoragem, tendo em vista a multiplicidade de pontos de ancoragem de segundo plano que um mesmo ato pode apresentar.

### 6.3.2 Progressões informacionais

No estudo das progressões informacionais, o objetivo principal foi o de verificar a frequência dos tipos dessas progressões, a fim de saber como os jornalistas, ao produzirem sequências narrativas no interior de reportagens, costumam encadear os atos aos tópicos. O estudo dessa frequência é importante, uma vez que, como observa Grobet (2000), ela é sensível ao gênero a que pertence uma dada produção discursiva. Assim, se gêneros distensos, informais costumam apresentar frequência de encadeamentos à distância, gêneros formais costumam exibir frequência de progressões lineares e de progressões por tópico constante (GROBET, 2000).

Nesse estudo, verifiquei, inicialmente, o total de cada tipo de progressão, levando em conta o conjunto das sequências. Para que uma forma de progressão não fosse computada duas vezes, as dez sequências encaixadas foram excluídas dessa primeira contagem. O resultado do cálculo se verifica nesta tabela.

TABELA 25  
Frequência de tipos de progressões informacionais

| <b>Progressão linear</b> | <b>Tópico constante</b> | <b>Encadeamento à distância</b> | <b>Total de atos</b> |
|--------------------------|-------------------------|---------------------------------|----------------------|
| 229                      | 149                     | 136                             | 514                  |
| 44,56%                   | 28,98%                  | 26,46%                          | 100%                 |

Por meio dessa tabela, observa-se que grande parte (229 (44,56%)) dos 514 atos componentes das sequências se liga ao tópico por progressão linear. Com esse tipo de progressão, considerado o tipo básico (GROBET, 2000), o jornalista encadeia o propósito na informação semi-ativa ativada pelo ato imediatamente anterior. Em termos de economia cognitiva, a progressão linear exige menos esforço de processamento por parte do leitor, uma vez que o produtor do texto introduz novas informações ancorando-as em informação facilmente recuperável, por ser bastante acessível (CUNHA, 2008; GROBET, 2000; RONCARATI, 2010).

Nesse sentido, o predomínio de progressões lineares nas sequências narrativas de reportagens pode ser compreendido como um recurso por meio do qual o jornalista busca cooperar com o leitor no processamento do texto. Em outros termos, porque o jornalista deseja que o leitor se mantenha na leitura da reportagem até o fim, ele lança mão de recursos, como as progressões lineares, que facilitem essa tarefa, que tornem essa tarefa menos custosa do ponto de vista cognitivo.

O encadeamento à distância, por sua vez, é um tipo de progressão que exige um maior esforço de processamento, porque, por meio dele, o jornalista encadeia o propósito de um ato em informação com origem em ato mais distante. Esse dispêndio maior de esforço cognitivo parece explicar por que esse foi o tipo de progressão que apresentou uma frequência menor (136 (26,46%)) no corpus analisado.

Outra explicação para a menor frequência de encadeamentos à distância no corpus está nas propriedades materiais do gênero reportagem. Como nesse gênero não há reciprocidade imediata entre leitor e autor, eventuais problemas de compreensão não podem ser solucionados por meio de pedidos de esclarecimentos sobre o tópico, como ocorre em interações face a face informais, em que é possível um perguntar ao outro: “Do que você está falando?” (CUNHA, 2007). A impossibilidade de solucionar dúvidas a respeito do tópico de um ato também parece explicar a baixa frequência de encadeamentos à distância nas sequências narrativas de reportagens, já que nesse tipo de progressão o tópico em que o ato se encadeia pode não ser recuperado pelo leitor.

E vale notar que, em muitos encadeamentos à distância identificados, o jornalista costuma encadear o propósito em informação ativada por ato relativamente próximo, como neste exemplo:

(37)

| sn1/t3/e |                                                                                                                                 |                          |
|----------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (01)     | <b>A economia da Venezuela</b> [o país] entrou cambaleante em 2010.                                                             | Progressão linear        |
| (02)     | A crise global reduziu a demanda por petróleo, responsável por 94% <b>das exportações venezuelanas</b> [economia da Venezuela], | Progressão linear        |
| (03)     | (A crise global) e levou o país a sua primeira recessão em cinco anos                                                           | Progressão linear        |
| (04)     | (sua primeira recessão) – queda de 2,9% do PIB em 2009.                                                                         | Progressão linear        |
| (05)     | <b>O presidente Hugo Chávez</b> [Venezuela] estava pressionado a tomar medidas                                                  | Encadeamento à distância |
| (06)     | para inverter <b>o cenário recessivo</b> [recessão].                                                                            | Encadeamento à distância |
| (07)     | E <b>a solução chavista</b> [medidas a serem tomadas pelo presidente Hugo Chávez] veio na semana passada:                       | Encadeamento à distância |
| (08)     | (a solução chavista) desvalorizar o bolívar forte, a moeda venezuelana.                                                         | Progressão linear        |

FIGURA 31 - Estrutura informacional (sn1/t3/e)

Nessa sequência, o tópico do ato (05) é a informação *Venezuela*, ativada em (01) e reativada em (02). Dessa forma, ainda que o propósito de (05) se ligue ao tópico por encadeamento à distância, esse encadeamento não parece exigir maiores esforços de processamento por parte do leitor, já que a origem do tópico está perto. O mesmo se verifica nos atos (06) e (07), cujos tópicos (*recessão* e *medidas a serem tomadas por Chávez*) têm origem nos atos (03) e (05), respectivamente.

Após verificar a frequência de cada tipo de progressão informacional no conjunto das sequências narrativas, combinei a análise informacional e a análise sequencial, para obter a frequência de cada tipo de progressão informacional no interior de cada episódio do tipo narrativo da reportagem. Para a realização dessa contagem, as sequências narrativas encaixadas foram consideradas, uma vez que os episódios constituintes dessas sequências também foram analisados na forma de organização sequencial. A tabela abaixo apresenta os resultados do cálculo:

TABELA 26  
Frequência de tipos de progressões informacionais por episódio

| Episódios              | Progressão linear |       | Tópico constante |       | Encadeamento à distância |       | Total de atos (100%) |
|------------------------|-------------------|-------|------------------|-------|--------------------------|-------|----------------------|
|                        | N                 | %     | N                | %     | N                        | %     |                      |
| <b>Sumário</b>         | 31                | 59,62 | 4                | 7,69  | 17                       | 32,69 | 52                   |
| <b>Estágio inicial</b> | 47                | 43,12 | 37               | 33,94 | 25                       | 22,94 | 109                  |
| <b>Complicação</b>     | 76                | 43,68 | 53               | 30,46 | 45                       | 25,86 | 174                  |
| <b>Avaliação</b>       | 66                | 47,14 | 42               | 30,00 | 32                       | 22,86 | 140                  |
| <b>Resolução</b>       | 35                | 38,89 | 30               | 33,33 | 25                       | 27,78 | 90                   |
| <b>Estágio final</b>   | 11                | 40,74 | 4                | 14,81 | 12                       | 44,45 | 27                   |

Os resultados apresentados nessa tabela são bastante interessantes, porque refletem fenômenos que ocorrem no interior de cada episódio, os quais não são perceptíveis na análise global realizada anteriormente.

Nos episódios centrais do tipo narrativo (estágio inicial, complicação, avaliação e resolução), verifica-se a tendência constatada na análise global (tabela 25), segundo a qual a progressão linear é mais frequente do que o tópico constante, que, por sua vez, é mais frequente do que o encadeamento à distância. Entretanto, nos episódios que tipicamente iniciam e finalizam as sequências narrativas (sumário e estágio final), não se observa essa tendência. No sumário, o encadeamento à distância é bem mais frequente do que o tópico constante, representando 17 (32,69%) das progressões. No estágio final, o encadeamento à distância é mais frequente até do que a progressão linear, recobrindo 12 (44,45%) das progressões.

No caso do sumário, a frequência elevada de encadeamentos à distância se explica pelo fato de que nesse episódio inicial o jornalista costuma reativar informações com origem em atos mais distantes, fazendo delas o “ponto de partida” da sequência, como se vê neste exemplo<sup>127</sup>:

<sup>127</sup> No quadro, a primeira coluna com as abreviaturas dos episódios do tipo narrativo da reportagem indica a combinação das análises sequencial e informacional.

(38)

| sn2/r3/e |      |                                                                                      |                          |
|----------|------|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (Su)     | (01) | (mudança no câmbio) O mercado financeiro internacional gostou.                       | Encadeamento à distância |
|          | (02) | (mudança no câmbio) Não se pode dizer o mesmo do povo venezuelano.                   | Tópico constante         |
| (EI)     | (03) | No fim de semana anterior à <b>adoção do novo câmbio</b> [mesmo tópico de 1 - FORA], | Tópico constante         |
| (Com)    | (04) | <b>milhares de pessoas</b> [povo venezuelano] correram aos supermercados             | Encadeamento à distância |
|          | (05) | (milhares de pessoas) para comprar o que fosse possível,                             | Progressão linear        |
| (Res)    | (06) | (comprar o que fosse possível) antes de o comércio aumentar o preço dos produtos.    | Progressão linear        |

FIGURA 32 - Estrutura informacional (sn2/r3/e)

O tópico do ato inicial dessa sequência é a informação *mudança de câmbio*, mudança que constitui a medida tomada pelo presidente Hugo Chávez para tentar reverter a recessão que seu país enfrentava na época de publicação da reportagem. Essa informação é ativada na passagem que antecede a sequência narrativa: “A mudança [de câmbio] fará dobrar os ganhos da PDVSA e sua arrecadação ao Estado, o que dá um respiro ao governo para honrar seus compromissos da dívida pública”.

Quanto ao estágio final, o predomínio de encadeamento à distância parece se explicar pelo fato de que nesse episódio o jornalista costuma reativar alguma informação ativada em outro episódio para finalizar a sequência, como ocorre neste exemplo:

(39)

| sn2/r3/v |      |                                                                                             |                          |
|----------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | (a prefeitura do Rio) Desde o início do ano,                                                | Encadeamento à distância |
|          | (02) | <b>a prefeitura</b> já vinha tentando acabar com a bagunça provocada pelos barraqueiros.    | Tópico constante         |
|          | (03) | <b>Eles</b> [barraqueiros] estacionavam Kombis velhas nos melhores pontos em frente à praia | Progressão linear        |
|          | (04) | (Kombis velhas) apenas para servir como depósito de seus produtos.                          | Progressão linear        |
| (Com)    | (05) | (barraqueiros) Depois de algumas tentativas de driblar a fiscalização,                      | Encadeamento à distância |
| (Res)    | (06) | <b>as sucatas</b> [Kombis velhas] desapareceram                                             | Encadeamento à distância |
|          | (07) | (ação da prefeitura) e um esquema de abastecimento racional foi adotado.                    | Encadeamento à distância |
| (EF)     | (08) | Mas persistiam <b>as barracas</b> [barraqueiros], de aparência lastimável,                  | Encadeamento à distância |
|          | (09) | <b>que</b> [barracas] começam a ser removidas agora.                                        | Progressão linear        |

FIGURA 33 - Estrutura informacional (sn2/r3/v)

Nessa sequência, o ato (08), que é o primeiro do estágio final, reativa a informação *os barraqueiros*, a qual foi ativada no ato (02) e reativada nos atos (03) e (05). Por meio desse encadeamento, o jornalista coloca novamente sob o foco de atenção do leitor um referente importante para a história narrada, que é o personagem que sofre as ações da prefeitura. Entretanto, essa reativação se dá de maneira indireta (CHAROLLES, 1999; MARCUSCHI, 2005). O jornalista reativa *os barraqueiros* por meio do traço *as barracas*<sup>128</sup>.

Realizado o estudo das progressões informacionais, passo à análise da marcação linguística dos tópicos por meio de expressões anafóricas, os traços tópicos.

### 6.3.3 Marcação linguística dos tópicos

A marcação linguística dos tópicos é um campo de estudos que, desde os trabalhos sobre a estrutura informacional da sentença, desenvolvidos pela Escola de Praga (DANEŠ, 1974, ILARI, 1992), tem interessado a um número expressivo de linguistas, independentemente da perspectiva teórica (ADAM, 2008; APOTHÉLOZ, 2003; APOTHÉLOZ; REICHLER-BÉGUELIN, 1999; JUBRAN, 2005; KLEIBER, 1990, 1999; MARCUSCHI; KOCH, 2006; MILNER, 2003; PONTES, 1987). Isso se deve ao fato de que essas marcas tocam diferentes níveis de análise (lexical, sintático, textual, referencial, etc) e exercem diferentes funções cognitivas e discursivas (BERTHOUD; MONDADA, 1995; MONDADA, 2001). Por isso mesmo, elas, assim como as progressões informacionais que sinalizam, são sensíveis ao gênero do discurso, podendo, por exemplo, variar em frequência e em natureza dependendo do grau de formalidade e da finalidade do gênero (KOCH, 2006; MARCUSCHI, 2008).

Nessa perspectiva, esta parte do trabalho tem como objetivo geral investigar a frequência com que os jornalistas, ao produzirem sequências narrativas em reportagens, sinalizam a ancoragem de um ato ao tópico, por meio de traços tópicos, bem como a natureza desses traços tópicos.

---

<sup>128</sup> Sem antecipar a análise da forma de organização estratégica, vale observar que reativar *os barraqueiros* por meio de *as barracas* parece constituir uma estratégia com a qual o jornalista busca se preservar de possíveis ataques. Afinal, mostrar-se favorável à remoção das barracas é diferente (e menos perigoso para sua face) do que mostrar-se favorável à remoção das pessoas responsáveis pelas barracas, os barraqueiros.

Para iniciar esse estudo, verifiquei quantos atos apresentam traços tópicos e quantos não os apresentam. Para que o mesmo traço tópico não fosse contado duas vezes, as dez sequências narrativas encaixadas foram excluídas da contagem, cujos resultados constam nesta tabela:

TABELA 27  
Frequência de atos com e sem traços tópicos

| Atos                      | N   | %     |
|---------------------------|-----|-------|
| <b>sem traços tópicos</b> | 274 | 53,31 |
| <b>com traços tópicos</b> | 240 | 46,69 |
| <b>Total de atos</b>      | 514 | 100   |

No corpus, mais da metade dos atos das sequências (274 (53,31%)) não apresenta traços tópicos. Para entender esse resultado, é preciso lembrar que, nas sequências narrativas de reportagens, verificou-se um predomínio de progressões lineares (tabela 25). Como esclarece Grobet (2000), esse tipo de progressão não costuma ser sinalizado por traço tópico, já que o tópico em que o ato se encadeia se constitui de informação recentemente ativada e, portanto, altamente acessível.

A relação entre traços tópicos e grau de acessibilidade dos tópicos é estudada por Grobet (2000, 2001, 2002), que, baseando-se em trabalhos de Ariel, Givon e Lambrecht, aponta para o fato de que, quanto menor é o grau de acessibilidade de um referente na memória discursiva, maior é a quantidade de material linguístico necessária para expressá-lo<sup>129</sup>. A correlação entre marcação linguística e grau de acessibilidade dos referentes é representada pelos autores mencionados por Grobet por meio de escalas, que, de modo geral, estabelecem a seguinte gradação:

---

<sup>129</sup> Essa correlação também é apontada e estudada por Kleiber (1990), Berthoud e Mondada (1995) e Neves (2006).



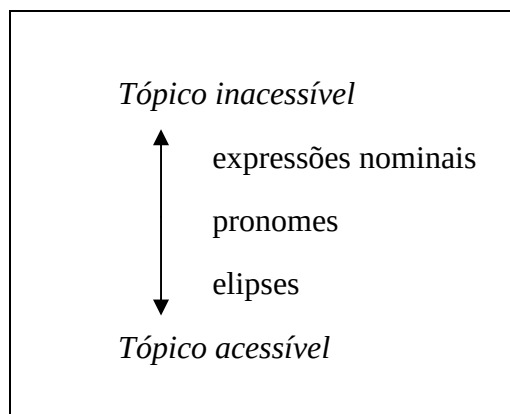


FIGURA 34 - Correlação entre marcação linguística e grau de acessibilidade dos referentes

Essa relação entre traço tópico e grau de acessibilidade dos tópicos aponta para a grande acessibilidade dos tópicos nas sequências narrativas de reportagens. Afinal, como mostrado na tabela anterior, mais da metade dos atos das sequências narrativas do corpus não apresenta traço tópico.

Essa relação aponta ainda para a necessidade de se estudarem mais a fundo os 240 traços tópicos identificados, verificando a sua distribuição entre expressões nominais (expressões plenas) e pronomes (expressões vazias)<sup>130</sup>. A tabela abaixo apresenta o resultado da análise dessa distribuição:

TABELA 28  
Frequência de expressões plenas e expressões vazias

| <b>Traços tópicos</b>          | <b>N</b> | <b>%</b> |
|--------------------------------|----------|----------|
| <b>Expressões plenas</b>       | 185      | 77,08    |
| <b>Expressões vazias</b>       | 55       | 22,92    |
| <b>Total de traços tópicos</b> | 240      | 100      |

A maior parte dos traços tópicos (185 (77,08%)) encontrados nas sequências é formada por expressões plenas (expressões nominais). A predominância desse tipo de expressões encontra duas justificativas. A primeira diz respeito ao fato de que os encadeamentos à distância costumam ser sinalizados por traços tópicos formados por expressões plenas,

<sup>130</sup> A distinção entre expressões plenas e vazias se refere à carga semântica do nome-núcleo dessas expressões. Enquanto nas expressões plenas esse nome apresenta um “conteúdo descritivo denso”, nas expressões vazias esse nome apresenta um “conteúdo descritivo fraco” (GROBET, 1996, p. 84). A mesma distinção é proposta por Moeschler e Reboul (1994) em termos de saturação semântica das expressões anafóricas.

exatamente porque nesse tipo de encadeamento o tópico se constitui de informação menos acessível, ativada em ato mais distante. Assim, nas sequências estudadas, o encadeamento de um ato em um tópico menos acessível parece ser um fator que leva o jornalista a sinalizar esse encadeamento por meio de expressões plenas, a fim de que o leitor não tenha dúvidas acerca do tópico tratado e, em último caso, não abandone a leitura da reportagem.

A segunda justificativa se refere à forma como o traço tópico reativa o tópico. A escolha do traço tópico, ao categorizar um referente, revela muito do posicionamento do produtor do discurso em relação ao tópico (MONDADA; DUBOIS, 2003), evidenciando que “as escolhas lexicais são pistas do lugar social e ideológico de onde os sujeitos enunciam, da posição que ocupam em um dado discurso” (CAVALCANTI, 2008). É o que aponta Neves (2006, p. 102), ao observar que “a categorização representa o ponto de vista do falante naquele determinado momento da construção do discurso”. Nesse sentido, mesmo tópicos constituídos por referentes altamente acessíveis podem ser retomados por expressões nominais, caso seja do interesse do jornalista levar o leitor a compartilhar seu ponto de vista (KOCH, 2005). A sequência narrativa abaixo ilustra essas duas justificativas para a predominância de traços tópicos formados por expressões plenas.

(40)

| sn2/r3/i |                                                                                                                                                                                                                                           |                          |
|----------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (01)     | (a reunião de Lula com ministros) Poucas horas depois,                                                                                                                                                                                    | Encadeamento à distância |
| (02)     | as redes de tevê escancaravam para todo o Brasil que <b>o absurdo da tortura</b> [crimes de tortura] não foi uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder.       | Encadeamento à distância |
| (03)     | (as redes de tevê escancaravam... hoje está no poder.) Por meio de uma câmera de celular,                                                                                                                                                 | Progressão linear        |
| (04)     | (Por meio de uma câmera de celular) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. | Progressão linear        |
| (05)     | Além de pisar e dar tapas <b>no rosto de Jerônimo</b> [Jerônimo Júnior],                                                                                                                                                                  | Progressão linear        |
| (06)     | <b>o agente penitenciário Kalil Araújo</b> [cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto] utilizou um saco plástico                                                                                                                    | Encadeamento à distância |
| (07)     | para asfixiar <b>sua vítima</b> [do agente penitenciário],                                                                                                                                                                                | Progressão linear        |
| (08)     | <b>que</b> [vítima] desmaiou.                                                                                                                                                                                                             | Progressão linear        |
| (09)     | Diante <b>da barbárie registrada em vídeo</b> [Por meio de                                                                                                                                                                                | Progressão linear        |

|      |                                                            |                          |
|------|------------------------------------------------------------|--------------------------|
|      | uma câmera de celular... que desmaiou],                    |                          |
| (10) | <b>Araújo</b> foi demitido                                 | Encadeamento à distância |
| (11) | (Araújo) e responderá a processo.                          | Progressão linear        |
| (12) | (o absurdo da tortura) Na maioria das vezes, no entanto,   | Encadeamento à distância |
| (13) | <b>os agressores</b> [o absurdo da tortura] ficam impunes. | Tópico constante         |

FIGURA 35 - Estrutura informacional (sn2/r3/i)

Nessa sequência, apenas um pronome atua como traço tópico (ato 08). Os outros sete traços tópicos são expressões nominais. Dos cinco atos que se ligam ao tópico por encadeamento à distância, três apresentam traços (atos (02), (06) e (10)), uma vez que esses tópicos são expressões ativadas em atos mais distantes. No ato (10), por exemplo, o tópico é o agente penitenciário Kalil Araújo, informação ativada em (06) e reativada em (07). Em (10), foi preciso utilizar o traço *Araújo* para retomar o tópico, porque esse tópico é menos acessível do que o referente *Jerônimo Júnior*, vítima de Araújo e tópico do ato (08). Assim, o uso de uma elipse ou de um pronome, como *ele* (Ele foi demitido), poderia ser fonte de um problema de interpretação, por poder retomar qualquer um dos dois referentes.

Além disso, nessa sequência, a maior parte dos traços tópicos formados por expressões plenas revela o posicionamento do jornalista em relação ao referente retomado, mostrando que “propor um tópico, da parte do enunciador, significa uma maneira de construir e de estruturar discursivamente um mundo e um espaço intersubjetivos” (BERTHOUD; MONDADA, 1995, p. 206). Assim, considerando que o leitor previsto pelo jornalista é o cidadão, que considera que as instituições públicas e privadas devem estar a serviço da construção de uma sociedade democrática (WOLTON, 2004), o jornalista, na sequência acima, pode categorizar a tortura como *absurdo* (ato 02) e como *barbárie* (ato 09), as pessoas que cometem a tortura como *agressores* (ato 13) e o presidiário Jerônimo Júnior como *vítima* (ato 07).

Após o estudo dos traços tópicos no conjunto das sequências narrativas, a análise buscou verificar a frequência de traço tópicos no interior de cada episódio. Essa verificação levou em conta as sequências narrativas encaixadas, e seus resultados podem ser conferidos nesta tabela.

TABELA 29  
Frequência de atos com e sem traços tópicos em cada episódio

| Episódios              | Atos com traços tópicos |       | Atos sem traços tópicos |       | Total de atos (100%) |
|------------------------|-------------------------|-------|-------------------------|-------|----------------------|
|                        | N                       | %     | N                       | %     |                      |
| <b>Sumário</b>         | 23                      | 44,23 | 29                      | 55,77 | 52                   |
| <b>Estágio inicial</b> | 44                      | 40,37 | 65                      | 59,63 | 109                  |
| <b>Complicação</b>     | 86                      | 49,43 | 88                      | 50,57 | 174                  |
| <b>Avaliação</b>       | 64                      | 45,71 | 76                      | 54,29 | 140                  |
| <b>Resolução</b>       | 49                      | 54,44 | 41                      | 45,56 | 90                   |
| <b>Estágio final</b>   | 18                      | 66,67 | 9                       | 33,33 | 27                   |

A maior parte dos episódios segue a tendência verificada na análise global, ou seja, apresenta predomínio de atos sem traços tópicos (tabela 27). Apenas a resolução e o estágio final não seguem essa tendência, ao apresentarem predomínio de atos com traços tópicos. Enquanto na resolução 54,44% dos atos apresentam traços tópicos, no estágio final 66,67% dos atos apresentam esses traços. Para compreender esse fenômeno, é preciso verificar a distribuição desses traços entre expressões plenas e vazias, como mostra a tabela abaixo:

TABELA 30  
Frequência de expressões plenas e expressões vazias em cada episódio

| Episódios              | Expressões plenas |       | Expressões vazias |       | Total de traços tópicos (100%) |
|------------------------|-------------------|-------|-------------------|-------|--------------------------------|
|                        | N                 | %     | N                 | %     |                                |
| <b>Sumário</b>         | 17                | 73,91 | 6                 | 26,09 | 23                             |
| <b>Estágio inicial</b> | 33                | 75,00 | 11                | 25,00 | 44                             |
| <b>Complicação</b>     | 69                | 80,23 | 17                | 19,77 | 86                             |
| <b>Avaliação</b>       | 46                | 71,88 | 18                | 28,12 | 64                             |
| <b>Resolução</b>       | 39                | 79,59 | 10                | 20,41 | 49                             |
| <b>Estágio final</b>   | 12                | 66,67 | 6                 | 33,33 | 18                             |

Em todos os episódios, predominam os traços tópicos formados por expressões plenas. Como já explicado, esse predomínio se deve à presença de encadeamentos à distância, que favorecem o emprego de traços tópicos, e/ou à busca do jornalista por explicitar seu ponto de vista acerca do tópico. Essas duas justificativas combinadas explicam por que a resolução apresenta predomínio de atos com traços tópicos, tal como mostrado na tabela 29. Quanto ao estágio final, que também apresenta predomínio de atos com traços tópicos, vale lembrar que esse é o único episódio que apresenta predomínio de atos

ligados ao tópico por encadeamento à distância (tabela 26), o que justifica que nesse episódio a maior parte dos atos apresente traços tópicos.

#### **6.3.4 Síntese da análise informacional**

Resumindo os resultados apresentados e discutidos nesta parte do trabalho, constato que, nas sequências narrativas do gênero reportagem, a progressão linear é o tipo de progressão informacional mais frequente. Com essa progressão, o jornalista encadeia o propósito na informação semi-ativa ativada pelo ato imediatamente anterior, exigindo menos esforço de processamento por parte do leitor. O predomínio desse tipo de progressão contribui para que haja maior quantidade de atos sem traços tópicos, já que o tópico em que o ato se encadeia se constitui de informação recentemente ativada e, portanto, altamente acessível. Quando ocorrem traços tópicos, estes costumam ser formados por expressões nominais plenas, que recuperam informação menos acessível e/ou revelam o ponto de vista do jornalista.

Feita a apresentação da análise informacional do corpus, passo à exposição da análise da sua forma de organização enunciativa.

#### **6.4 Forma de organização enunciativa**

Neste item, apresento os resultados da análise da forma de organização enunciativa das 53 sequências narrativas estudadas nesta etapa do trabalho. Para isso, apresento inicialmente a forma de organização enunciativa, tal como definida pelo Modelo de Análise Modular do Discurso. Em seguida, passo à apresentação dos resultados da análise. Por fim, proponho uma discussão desses resultados. Assim como nas análises realizadas anteriormente, o objetivo aqui é o de identificar regularidades na forma como os jornalistas, ao produzirem uma reportagem, trazem para o interior das sequências narrativas as vozes de outras instâncias enunciativas.

##### **6.4.1 Forma de organização enunciativa – breve apresentação**

No modelo modular, a forma de organização enunciativa resulta da combinação de informações oriundas dos módulos interacional, referencial, sintático e lexical. A combinação de informações desses módulos permite a essa forma de organização distinguir de maneira precisa as diferentes vozes que se fazem ouvir em uma dada produção discursiva. Partindo em especial dos trabalhos de Bakhtin/Volochínov

(1986[1929]) e Ducrot (1987) sobre a polifonia, essa forma de organização tem como finalidade distinguir os discursos produzidos dos discursos representados, bem como definir os tipos de discurso representado e as formas como os discursos representados se manifestam na superfície textual.

Para distinguir os discursos produzidos dos representados, levam-se em conta informações de ordem interacional<sup>131</sup>. No enquadre que resulta da análise desse módulo, verificam-se diferentes níveis de embotamento interacional. No caso das sequências narrativas de reportagens, por exemplo, a interação entre personagens se dá em um nível interno em relação à interação entre narrador (jornalista) e narratário (cidadão), a qual, por sua vez, é interna em relação à interação entre os autores e os leitores empíricos. Da mesma forma, a interação entre os autores e os leitores empíricos é interna em relação à interação entre a instância midiática (organismo de comunicação) e a instância de recepção (o leitorado).

Conforme Roulet, constitui o discurso produzido o discurso cujos responsáveis são as instâncias que ocupam o nível interacional mais externo ou elevado: “Chamamos discurso produzido o discurso enunciado pelo locutor/escritor que ocupa o nível mais elevado (ou o mais exterior) no enquadre interacional, enquanto os discursos de locutor/escritores de níveis inferiores são discursos representados” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 282). Nas sequências narrativas, são representados os discursos internos à interação entre a instância midiática e a instância de recepção. Isso porque o discurso produzido por uma testemunha torna-se discurso representado no discurso produzido pelo narrador. Da mesma forma, o discurso do narrador torna-se representado no discurso produzido pelo autor. Por fim, ao ser publicado por (e estar institucionalmente subordinado a) um organismo de comunicação, o discurso produzido pelo autor torna-se discurso representado.

Como se nota, a distinção entre discurso produzido e discurso representado é relativa. Ainda que o discurso enunciado pela instância ocupando o nível mais externo seja sempre produzido, os discursos podem ser produzidos ou representados, dependendo do nível de embotamento interacional considerado pelo analista. Como exemplifica Roulet (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001), a análise pode considerar como

---

<sup>131</sup> O módulo interacional foi apresentado no capítulo 3 desta tese.

produzidas as réplicas entre as personagens de um romance, a fim de estudar os discursos representados nessas réplicas.

As informações de ordem interacional permitem ainda definir, na forma de organização enunciativa, os tipos de discurso representado: diafônico, polifônico e autofônico. É considerado diafônico o segmento de discurso em que o locutor representa o discurso de seu interlocutor direto, aquele com quem o locutor compartilha o mesmo nível interacional. Já o segmento em que o locutor representa o discurso de instâncias pertencentes a outros níveis interacionais, como, por exemplo, o discurso de personagens, é polifônico. Por fim, é autofônico o segmento de discurso em que o locutor representa seu próprio discurso (ROULET, 1997; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; SOARES, 2003).

É importante mencionar que, por serem representados e não apenas relatados ou reportados, esses três tipos de discurso podem ser efetivos ou potenciais. No primeiro caso, as vozes que se ouvem em uma dada produção discursiva são a representação de um discurso que supostamente se produziu em outra situação de ação. Nesse caso, o locutor faz crer que o discurso foi realmente produzido, ainda que não o tenha sido de fato, como ocorre, por exemplo, em discursos literários e mesmo em jornalísticos. Por isso, esse discurso é efetivo. No segundo caso, as vozes são a representação de um discurso apenas imaginado ou antecipado, como ocorre, por exemplo, quando se antecipa uma possível objeção do interlocutor. Por isso, trata-se de discurso potencial.

Feita a distinção dos tipos de discurso representado, a forma de organização enunciativa busca, com base em informações lexicais, sintáticas e referenciais, definir as formas que esses tipos assumem na superfície textual. Conforme o modelo, os discursos representados, do ponto de vista formal, podem ser designados, formulados ou implicitados.

a) O discurso representado pode ser *designado* por um verbo (suplicar, protestar) ou por uma nominalização (súplica, protesto).

b) O discurso representado pode ser *formulado*, o que pode ser feito de maneira direta ou indireta. Tanto o discurso direto quanto o indireto possuem uma forma explícita e outra implícita (DOLABELLA, 1999; MAINGUENEAU, 2008). Explicita-se o discurso direto por meio de verbos de fala (*dicendi*), dois-pontos, travessão e/ou aspas, marcas

lexicais e tipográficas cuja função é explicitar a fronteira entre duas enunciações, a produzida e a representada. O discurso direto implícito (ou discurso direto livre, na terminologia de Maingueneau (2008)) se caracteriza pela ausência dessas marcas e, conseqüentemente, da indicação da fonte do discurso representado.

Já o discurso indireto se torna explícito ao ser integrado sintaticamente como objeto direto de um verbo de fala e ao ter modificados os eventuais elementos dêiticos de lugar, tempo e pessoa da enunciação representada. Por sua vez, o discurso indireto implícito, tradicionalmente denominado discurso indireto livre, não se limita a prescindir das marcas tradicionais do discurso indireto. Nessa forma de discurso representado, ocorre “uma *mistura* perfeita de duas vozes: em um fragmento do DIL [discurso indireto livre], não se pode dizer exatamente que palavras pertencem ao enunciador citado e que palavras pertencem ao enunciador citante” (MAINGUENEAU, 2008, p. 153). Por isso, observa Maingueneau que o discurso indireto livre não possui marcas próprias e, se retirado do contexto em que ocorre, não pode ser identificado como tal.

c) O discurso representado pode ser apenas *implicitado* por um conector. Nesse caso, o conector, geralmente em começo de réplica, articula o constituinte textual que introduz e uma informação com origem em discurso produzido por outra instância enunciativa. Em outros termos, no discurso implicitado, o conector liga o discurso produzido pelo locutor na retomada implícita de discurso produzido por outro, que pode ser o interlocutor ou uma instância pertencente a outro nível interacional (ROULET *et al*, 1985; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001).

Como as produções discursivas costumam ser heterogêneas do ponto de vista enunciativo, os tipos de discurso representado, bem como as diferentes formas de representá-los podem aparecer (e frequentemente aparecem) combinadas, o que tem como fim produzir diferentes efeitos de sentido.

Para uma melhor compreensão do modo como se fez o estudo da forma de organização enunciativa das 53 sequências narrativas desta etapa da análise<sup>132</sup>, completo esta

---

<sup>132</sup> O estudo da forma de organização enunciativa da 53 sequências narrativas encontra-se no anexo B4.



exposição apresentando o estudo de uma sequência<sup>133</sup>. Essa sequência, que relata um caso recente de tortura, é a que no corpus apresenta uma maior concentração de discursos representados<sup>134</sup>.

- (41) **I[Au[N[(EI)** (01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. **FI**(05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.] **Te[(Com)** (07) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 (08) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (09) Revidou. (10) Foi espancado (11) e não viveu para contar **A**[a história.]] **(Av1)** (12) Segundo testemunhas, **Te**[(13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento.] **M**[(14) “Quebraram cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,] (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. **M**[(18) “As testemunhas dizem que **Te**[eles encheram sacos com cascas de coco vazio (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”]] **(Res)** (20) O laudo do hospital para onde fora levado atestou **LH** [ ] “agressão física” (21) e também o laudo da perícia apontou **LP** [ ] vários indícios de agressão. **(EF)** (22) Apesar disso, ninguém foi punido até agora. **(Av2)** (23) Deize não se cansa de denunciar **M**[a tortura que matou seu filho] (24) e já foi ameaçada **To** [ ] por isso. **M**[(25) “Se me matarem, (26) pelo menos vão saber que não desisti”,] (27) diz ela, (28) que tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.]]] (sn4/r3/i)

A análise enunciativa dessa sequência revela que, para o estudo das sequências narrativas da reportagem, em particular, e do discurso jornalístico, de modo geral, a problemática enunciativa é especialmente relevante. Isso porque ela expõe uma questão crucial do jornalismo, que é a delicada relação entre o jornalista e suas fontes ou, mais particularmente, a decisão do jornalista de revelar ou não suas fontes e, se disposto a revelá-las, de como transformar o discurso produzido por suas fontes em discurso representado.

Na sequência acima, do ponto de vista interacional, o discurso produzido pelo narrador (jornalista) é representado em relação ao discurso dos autores (repórteres e editores) e da instância midiática (organismo de comunicação). Esse embotamento de níveis

<sup>133</sup> Como convenções estabelecidas para a forma de organização enunciativa, os discursos designados são indicados por colchetes vazios colocados após os termos que os designam; os discursos formulados são indicados entre colchetes; os discursos implícitos são indicados por colchetes vazios colocados antes do conector. Em todas as indicações de discurso representado, antecede os colchetes indicação sobre a origem da voz responsável pelo discurso.

<sup>134</sup> I = instância midiática. Au = autor. N = narrador. Te = testemunhas. FI = fonte indefinida (testemunhas, mãe do garoto, policiais, etc). A = Andreu. M = mãe. LH = laudo do hospital. LP = laudo da perícia. To = torturadores.

interacionais explica, em grande medida, a seleção e a forma de apresentação das vozes que se ouvem nessa sequência.

A reportagem de que faz parte a sequência (“O passado ainda presente”) aborda a criação do 3º Programa Nacional de Direitos Humanos e traz como subtítulo a sequência deliberativa: “Enquanto se discute a punição a crimes do regime militar, a tortura continua uma prática comum no Brasil”. Observa-se que os autores da reportagem buscam produzir um discurso que focalize não as torturas cometidas durante o período da ditadura militar, mas as que são praticadas hoje<sup>135</sup>. Para isso, vão construir uma narrativa em que se ouvem as vozes de vítimas recentes da tortura praticada no país e não as vozes de especialistas em direitos humanos, de autoridades governamentais ou de vítimas de torturas praticadas em outros períodos.

Assim, ao narrar um caso específico de tortura, o narrador representa apenas o discurso de fontes primárias, que são aquelas que fornecem versões do acontecimento, abstendo-se de representar o discurso de fontes secundárias, que, nesse caso, poderiam ser, como exposto, especialistas em direitos humanos<sup>136</sup>.

Na representação do discurso dessas fontes, o narrador apresenta de maneira indireta a voz das testemunhas. Essa apresentação indireta se dá de maneira explícita nos segmentos em que há marcas linguísticas que fazem crer na ocorrência de uma outra enunciação, como ocorre em: “(12) Segundo testemunhas, **Te**[(13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento.]]”.

A apresentação indireta da voz de fontes primárias ocorre de forma implícita nos segmentos em que nenhuma marca linguística sinaliza que o narrador representa um discurso colhido em outra situação enunciativa. É o que ocorre em: “**FI**[(05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.]]”. A impossibilidade de haver narrador onisciente no jornalismo faz perceber que esse trecho constitui um segmento de discurso

---

<sup>135</sup> É o que comprova a sequência deliberativa que finaliza a reportagem: “E o governo federal deveria, além de impedir a tortura, tratar as vítimas de hoje com o mesmo apreço que trata as vítimas de um passado que insiste em se repetir no presente. Até agora, pelo menos, não é isso o que se tem visto no Brasil”.

<sup>136</sup> Para mais detalhes sobre a distinção entre fontes primárias e secundárias, ver Lage (2009).

representado, cuja instância enunciativa responsável é uma fonte indefinida (FI). De fato, o narrador só pode saber o motivo da prisão do jovem torturado mediante o depoimento de alguém, que, nesse trecho, pode ser uma testemunha, a mãe do jovem ou um policial.

Na apresentação do discurso de suas fontes, o jornalista apresenta de maneira direta e explícita apenas a voz da mãe do jovem torturado, como se vê neste trecho: “**M**[(14) ‘Quebraram cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto’,] (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos.”. Ao representar de forma direta e explícita o discurso da mãe do jovem torturado, o jornalista torna o relato da tortura ainda mais dramático e mais de acordo com uma reportagem que busca chamar a atenção do leitor para a constância de práticas de tortura no país.

No discurso produzido pela mãe, há a representação do discurso de testemunhas: “**M**[(18) ‘As testemunhas dizem que **Te**[eles encheram sacos com cascas de coco vazio (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.’]]”. A representação de um discurso na fala dessa personagem aponta para a complexidade do enquadre interacional dessa sequência. Em relação ao nível interacional em que se situam narrador e narratário, a interação entre a mãe do jovem e o jornalista é interna. A representação do discurso de testemunhas no depoimento da mãe indica a existência de um nível interacional ainda mais interno, em que a mãe interage com as testemunhas da tortura sofrida por seu filho. No discurso produzido pela mãe, o discurso das testemunhas é representado de forma indireta e explícita (*As testemunhas dizem que*).

Além de representar o discurso formulado por testemunhas e familiares do jovem torturado, o jornalista representa o discurso de outras fontes, como os laudos da perícia e do hospital para onde o jovem foi levado. A representação desses discursos é feita de forma designada, por meio dos verbos *atestou* (ato 20) e *apontou* (ato 21). Sinalizando a influência dos níveis mais externos do enquadre interacional, esses discursos representados designados auxiliam na construção de um narrador/jornalista que, na busca por informar o leitor, não se limita apenas a ouvir a versão de testemunhas do acontecimento, mas busca informações técnicas em documentos, como laudos.

Na continuação deste item, apresento a análise da forma de organização enunciativa do corpus. Inicialmente, exponho os resultados da análise quantitativa que verificou a frequência dos discursos designados, formulados e implicitados, primeiro, no conjunto das sequências narrativas e, depois, no interior de cada episódio do tipo narrativo da reportagem. Em seguida, discuto esses resultados, focalizando separadamente cada uma das formas (designadas, formuladas e implicitadas) dos discursos representados.

#### **6.4.2 Resultados da análise enunciativa**

Sem desconsiderar o impacto dos níveis interacionais mais externos do enquadre interacional, esta análise focalizou os discursos representados no discurso produzido pelo narrador/jornalista. A opção por situar a análise enunciativa nesse nível interacional possui duas justificativas. Em primeiro lugar, a versão final da reportagem, tal como publicada em uma revista, não permite uma distinção precisa dos discursos que se podem atribuir aos diferentes autores (repórteres, editores). Nesse sentido, uma análise que se situasse no nível mais externo do enquadre, aquele em que a instância de comunicação interage com a instância de recepção, não conseguiria distinguir, no discurso produzido pela instância de comunicação, os discursos representados dos autores, que ocupam o nível imediatamente inferior<sup>137</sup>.

A segunda justificativa para analisar o discurso produzido pelo narrador/jornalista é que, como já dito, é nesse discurso que se materializa linguisticamente a relação complexa entre o jornalista e suas fontes, questão crucial para o jornalismo e sempre abordada em trabalhos da área de comunicação (LAGE, 2009; PENA, 2008; PORTO, 2002; ROTHBERG, 2011). É nesse discurso que se percebem as decisões tomadas pelo jornalista no sentido de revelar ou ocultar uma fonte e de representar o discurso dessa fonte de maneira direta ou indireta, designada ou apenas implicitada. Essas decisões são relevantes para o estudo do discurso jornalístico, porque indicam se uma informação é ou não sigilosa, se o jornalista teve acesso direto a uma determinada fonte ou se soube de uma informação por intermediários, qual o grau de confiança o jornalista atribui a uma fonte e, conseqüentemente, à sua informação, etc.

---

<sup>137</sup> A única distinção possível seria entre o discurso de repórteres e editores, de um lado, e o de fotógrafos, de outro. Mas este trabalho não estuda as imagens que entram na composição das reportagens.

Nessa análise, investiguei, num primeiro momento, a frequência dos discursos designados, formulados e implícitos no conjunto do corpus. Nessa primeira etapa da análise, desconsidere as dez sequências narrativas encaixadas, para que o mesmo segmento de discurso representado não fosse computado repetidamente. Os resultados dessa primeira análise estão expostos nesta tabela:

TABELA 31  
Frequência de formas de discurso representado

| Formas de discurso representado |                     | N   | %     |
|---------------------------------|---------------------|-----|-------|
| <b>Designados</b>               |                     | 20  | 16    |
| <b>Formulados</b>               | <b>DD explícito</b> | 31  | 24,80 |
|                                 | <b>DD implícito</b> | 0   | 0     |
|                                 | <b>DI implícito</b> | 47  | 37,60 |
|                                 | <b>DI explícito</b> | 24  | 19,20 |
| <b>Implícitos</b>               |                     | 3   | 2,40  |
| <b>Total</b>                    |                     | 125 | 100   |

A análise revelou o predomínio de discursos formulados e a raridade de discursos implícitos. Nos discursos formulados, constatou-se uma frequência maior de discursos indiretos implícitos e a ausência total de discursos diretos implícitos. A discussão desses resultados será feita adiante.

Por ora, apresento os resultados da segunda etapa da análise. Nesse segundo momento, o estudo combinou a análise sequencial e a análise enunciativa, a fim de investigar a frequência das formas dos discursos representados em cada episódio do tipo narrativo da reportagem. Como as dez sequências narrativas encaixadas foram analisadas em seus episódios constituintes, elas foram levadas em conta nesse momento da análise, cujos resultados podem ser vistos nesta tabela:

TABELA 32  
Frequência de formas de discurso representado em cada episódio

|            | Designados | Formulados   |              |              |              | Implícitos | Totais (100%) |
|------------|------------|--------------|--------------|--------------|--------------|------------|---------------|
|            |            | DD explícito | DD implícito | DI implícito | DI explícito |            |               |
| <b>Su</b>  | 2 (25%)    | 0            | 0            | 2 (25%)      | 2 (25%)      | 2 (25%)    | 8             |
| <b>EI</b>  | 4 (12,90%) | 0            | 0            | 26 (83,88%)  | 1 (3,22%)    | 0          | 31            |
| <b>Com</b> | 6 (12%)    | 4 (8%)       | 0            | 30 (60%)     | 10 (20%)     | 0          | 50            |
| <b>Av</b>  | 6 (12%)    | 29 (58%)     | 0            | 3 (6%)       | 12 (24%)     | 0          | 50            |
| <b>Res</b> | 4 (13,34%) | 3 (10%)      | 0            | 20 (66,66%)  | 3 (10%)      | 0          | 30            |
| <b>EF</b>  | 0          | 0            | 0            | 4 (80%)      | 0            | 1 (20%)    | 5             |

Nessa tabela, alguns resultados chamam a atenção. Por exemplo, dos discursos representados na avaliação, a maior parte (58%) é representada de forma direta e explícita. Na complicação, verifica-se o oposto. A maior parte dos discursos representados nesse episódio ocorre na forma indireta implícita (60%) e explícita (20%). Esses resultados também serão discutidos adiante.

Para completar a apresentação dos resultados da análise da forma de organização enunciativa, cabe informar que todos os discursos representados são polifônicos, já que o narrador representa em seu discurso apenas as vozes de personagens. Não houve nenhum segmento em que o narrador representasse o discurso de seu interlocutor direto, o narratário, o que constituiria um segmento de discurso diafônico. Também não houve nenhum segmento em que o narrador representasse seu próprio discurso, produzindo um segmento de discurso autofônico.

A seguir, procedo à discussão dos resultados apresentados nas tabelas acima, abordando separadamente os discursos designados, formulados e implicitados.

#### **6.4.3 Discussão dos resultados da análise enunciativa**

##### **6.4.3.1 Discursos designados**

No corpus, houve vinte ocorrências de discursos designados, o que corresponde a 16% do total dos discursos representados. Essa forma de discurso parece ter como finalidade “resumir” ou condensar em um verbo ou em um nome longas discussões e debates ou processos linguageiros complexos. É o que ocorre no trecho abaixo, em que há três ocorrências de discursos designados.

- (42) **N[(EI)** (01) Diante das reclamações de moradores **M[ ]**, **(Com)** (02) a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou com uma ação pedindo **D[ ]** a suspensão das remoções (03) até que o processo seja discutido **M+P[ ]** com a população. (...) ] (sn5/r2/c)

(M = moradores. D = defensoria. M+P = moradores e prefeitura.)

Nesse trecho, que trata da remoção de moradores de uma área de risco, os diferentes protestos, pedidos, requerimentos e solicitações feitos por vários moradores em momentos distintos são condensados e designados como *as reclamações dos*

*moradores*, no ato (01). Da mesma forma, no ato (02), toda a complexidade do trabalho realizado por funcionários (oficiais, advogados, etc) da Defensoria Pública de São Paulo para atender aos moradores é condensada em uma ação que *pede* a suspensão das remoções. Por fim, no ato (03), todas as negociações de que participam a prefeitura de São Paulo e os moradores são transformadas em uma discussão.

Como foi dito no capítulo 3, a apresentação de todas as fases de uma negociação envolvendo grande contingente de pessoas ligadas a diferentes setores da sociedade tornaria a sequência narrativa longa e cansativa para o leitor e repleta de termos técnicos e jurídicos difíceis de ser compreendidos pelo não especialista. Como solução, diferentes atores sociais (donas de casa, funcionários públicos, comerciantes, etc) são transformados em uma categoria (os moradores), e instituições (defensorias públicas, universidades, prefeituras, etc) são transformados em figuras antropomórficas. Feitas essas transformações, é possível condensar processos linguageiros complexos realizados por integrantes dessas categorias e instituições e apresentá-los por meio de um discurso designado (*O governo recusou. O TCU alegou. Os empresários protestaram.*). Dessa forma, a atribuição de um discurso designado a uma instituição ou a uma categoria de pessoas parece constituir um recurso que, nas sequências narrativas de reportagens, decorre da exigência de captação do leitor<sup>138</sup>.

Mas a atribuição de um discurso designado a uma instituição ou a uma categoria pode constituir ainda um recurso por meio do qual o jornalista busca proteger a identidade de uma fonte (LAGE, 2009). Ao dizer *O Congresso se recusa a X*, o jornalista oculta o político ou o funcionário do Congresso que lhe passou a informação. É o que parece ocorrer em: “(07) O governo gaúcho atribui **G[ ]** o desastre à elevação das águas do Jacuí. (08) Por essa versão, **G[(09) o rio subiu até a pista, (10) que se partiu.]** (11) Os sobreviventes dão outro testemunho **S[ ]**”. Nesse trecho, o narrador coloca frente a frente os pontos de vista de dois personagens, o governo gaúcho e os sobreviventes,

---

<sup>138</sup> Vale esclarecer que o estudo das funções dos discursos representados (designados, formulados e implicados) se faz na forma de organização polifônica, a qual resulta da combinação da análise enunciativa com a análise de outros módulos e formas de organização do discurso (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001; RUFINO, 2006, 2007). Como não faz parte dos objetivos desta pesquisa proceder a um estudo aprofundado e sistemático das formas e das funções dos discursos representados, este item não vai desenvolver a análise da forma de organização polifônica, limitando-se a realizar considerações informais acerca das funções dos discursos representados, com base em estudos do tema.

acerca de um mesmo acontecimento, uma enchente. Mas, ao atribuir esses pontos de vista a um governo e a um grupo de sobreviventes, o narrador oculta e protege o funcionário do governo e o integrante do grupo que lhe passaram as informações.

As instâncias enunciativas responsáveis pelo discurso designado também costumam ser figuras públicas ou cidadãos comuns, como neste trecho:

- (43) (01) Na quarta-feira 13, (02) o presidente Lula convocou **L[ ]** os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. (sn1/r3/i)

(L = Lula.)

Aqui também a designação de um discurso representado parece ter como fim resumir um processo linguageiro complexo. O então presidente Lula não convocou os ministros todos de uma só vez e, provavelmente, não os convocou de maneira direta, mas por meio de secretários, os quais, por sua vez, entraram em contato com os secretários dos ministros, etc. Mas, dizendo *o presidente Lula convocou*, o narrador resume todo esse processo, cujas etapas são irrelevantes para a construção da sequência.

É interessante observar ainda que a designação de um discurso produzido em outra situação enunciativa pode atuar como uma pista para se apreender o ponto de vista do narrador/jornalista acerca do processo linguageiro representado.

- (44) **FI(Res)** (07) Agora a prefeitura inicia um plano de remoção das quase duas mil famílias que se instalaram por lá. (08) A 100 delas ofereceu um apartamento popular na cidade de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, (09) e aos restantes está oferecendo uma bolsa aluguel, no valor de R\$ 300, por seis meses, (10) com a promessa **P[ ]** de realocá-los para conjuntos habitacionais.] (sn11/r2/i)

(P = prefeitura. FI = fonte indefinida (funcionários da prefeitura, moradores, Atenildo).)

Nesse trecho, que trata da ocupação de áreas com risco de enchente, o narrador, no ato (10), interpreta como *promessa* a informação de que a prefeitura pretende instalar os moradores dessas áreas em conjuntos habitacionais. O mesmo fenômeno ocorre no trecho abaixo, que é a parte final de uma sequência acerca de casos recentes de tortura:

- (45) (...) (19) Procurado por ISTOÉ, (20) o Exército preferiu não se manifestar sobre o assunto **E [ ]**. (sn7/r3/i)

(E = Exército.)



Aqui, o silêncio de diferentes integrantes do Exército sobre torturas atribuídas a funcionários da instituição é interpretado como uma preferência do Exército por não se manifestar sobre o assunto.

Nesses dois casos, verifica-se um trabalho de interpretação do jornalista, que, com base em seu conhecimento de mundo, em suas crenças e em seus valores e naqueles do veículo de comunicação para o qual trabalha, nomeia processos linguageiros complexos como uma promessa ou como uma preferência pelo silêncio. Esses exemplos de discurso designado constituem uma comprovação de que a pretensa objetividade do discurso jornalístico é ilusória.

Quanto à ocorrência dos discursos designados nos diferentes episódios do tipo narrativo da reportagem, a quantidade pouco expressiva de discursos designados no corpus não permite realizar afirmações muito seguras. O que parece é que essa forma de discurso representado costuma ocorrer mais nos episódios centrais e menos no estágio inicial e no estágio final. Mas é possível que em um corpus mais extenso essa proporção se altere. O certo é que em todos os episódios a frequência de discursos formulados é maior que a de discursos designados, a qual, por sua vez, é maior que a de discursos implicitados. A única exceção é o estágio final, que não apresentou nenhum discurso designado e que apresentou apenas um discurso implicitado.

#### **6.4.3.2 Discursos formulados**

Os discursos representados podem ser formulados de diferentes formas, as quais dizem respeito à maior ou à menor “absorção” da enunciação representada pela enunciação produzida. De fato, as diferentes formas de discurso formulado podem ser dispostas em um contínuo, que vai desde uma apresentação direta e explícita da voz do outro até uma subordinação quase completa dessa voz àquela responsável pelo discurso produzido<sup>139</sup>. A distinção tradicional entre os discursos direto, indireto e indireto livre esboça esse contínuo, embora o apego excessivo às marcas tipográficas e linguísticas reduza, muitas vezes, a questão a um problema apenas sintático.

---

<sup>139</sup> Fiorin (2010) explora a ideia do contínuo das formas de discurso representado, valendo-se da terminologia tradicional (discurso direto, indireto e indireto livre), mas segundo um enfoque enunciativo. No modelo modular, Perrin (1999), com base em Roulet (1995a), também aborda um contínuo das formas de discurso representado, na busca por mostrar ser gradual a distinção entre textos dialogais e monologais.

Com base em Maingueneau (1993, 1996, 2008), Perrin (1995, 1996) e Dolabella (1999), este trabalho estuda as formas do discurso formulado com o auxílio de quatro parâmetros: *direto* vs *indireto* e *explícito* vs *implícito*. Assim, o discurso representado pode ser formulado de modo *direto* ou *indireto*. É *direto* se houver marcas linguísticas e tipográficas delimitando as duas enunciações, a produzida e a representada. É *indireto* se houver marcas sintáticas (subordinação, sintagmas preposicionais, orações conformativas) indicando a existência de apenas uma enunciação, a produzida. Tanto o discurso direto quanto o indireto podem ser *explícitos* ou *implícitos*, o que se refere à presença ou à ausência de indicação da instância enunciativa responsável pelo discurso representado. Com a combinação desses parâmetros, obtêm-se as quatro formas principais de discurso formulado. No esquema abaixo, evidencio a forma como elas se posicionam ao longo do contínuo mencionado:



FIGURA 36 - Contínuo das formas de discurso formulado

No polo esquerdo, o narrador “simula *restituir as falas citadas*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 140), ao dissociar de forma clara as duas situações de enunciação, a do discurso produzido e a do discurso representado. No polo direito, a absorção do discurso representado pelo discurso produzido é tal que se apagam todos os vestígios da enunciação representada, havendo apenas uma enunciação, a produzida. Nas posições intermediárias do contínuo, ocorrem misturas de elementos característicos das formas situadas nos polos.

A continuação deste subitem aborda cada uma dessas quatro formas, discutindo os resultados da análise enunciativa do corpus.

#### 6.4.3.2.1 Discurso direto explícito

Como exposto, essa forma de discurso formulado se caracteriza por fazer parecer que o narrador reproduz exatamente as palavras ditas em outra situação de enunciação. Nesse sentido, ela “é um simulacro da enunciação construído por intermédio do discurso do narrador” (FIORIN, 2010, p. 72). Entre os autores que tratam dessa forma de discurso

formulado, é consensual a ideia de que o discurso direto explícito imprime ao discurso produzido uma maior objetividade, exatamente por fazer parecer que é o outro que fala.

No discurso jornalístico, que se pretende desprovido de marcas de subjetividade, essa forma é particularmente relevante, porque por meio dela o jornalista pode

apresentar autenticidade e autorizar o enunciado, aspecto essencial no funcionamento do discurso midiático; estabelecer distância face ao dito (o que contribui para a autorização do discurso, em particular no caso da citação de autoridades científicas); construir uma imagem de objectividade e seriedade, sempre associada a um jornalismo de qualidade (RAMOS, 2007. p. 53).

No corpus, 24,8% de todas as ocorrências de discurso representado são formulados de forma direta e explícita. E, não por acaso, quase todas as ocorrências de discurso direto explícito estão na avaliação, episódio que tem como uma de suas características apresentar o ponto de vista de uma personagem acerca do acontecimento central abordado na sequência narrativa. De modo geral, no corpus, essa forma de discurso representado permite ao jornalista expressar o discurso de diversas fontes (testemunhas de catástrofes naturais, policiais, funcionários de instituições, etc), fazendo parecer que entre elas e o cidadão não há qualquer intermediário. A sequência abaixo exemplifica essa observação:

- (46) **N[(Su)** (01) Enquanto a população se vira para ajustar a renda ao novo cenário, (02) o governo não faz esforço para conter suas despesas. **FI[(EI)** (03) No ano passado, **(Com)** (04) os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, (05) 17% a mais que em 2008. **] E[(Av)** (06) “Não há mágica para melhorar a situação fiscal. (07) Tem de haver redução de gastos (08) e, eventualmente, aumento de arrecadação”, **] (09)** diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil. **] (sn4/r3/e)**

(FI = fonte indefinida (dados do governo). E = economista.)

Ao representar de forma direta e explícita o discurso de uma economista sobre a economia da Venezuela, o jornalista, ao mesmo tempo, faz parecer que o cidadão tem acesso direto à declaração da economista e reforça a autenticidade e a veracidade das informações expressas antes da declaração.

No corpus, os segmentos de discurso direto explícito ocorrem principalmente entre aspas e seguidos de verbo *dicendi* (*diz, conta, lamenta, avalia*, etc), como no exemplo anterior. Mas outras formas também ocorrem.

Houve apenas esta ocorrência de discurso direto explícito antecedido por verbo *dicendi* e dois pontos:

- (47) **(Av)** (07) De uniforme azul, (08) o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta: **C**[(09) “Hoje derrubo a casa dos outros. (10) Amanhã pode ser a minha”.] (sn1/r2/c)

(C = Crispim.)

Em outras sequências, ocorre o que Maingueneau (2008) chama de “ilhas enunciativas”. São fragmentos, palavras isoladas, sintagmas e atos completos entre aspas, cuja função é trazer para o interior do discurso produzido pelo narrador uma expressão atribuída a um personagem, como ocorre no ato (03) desta sequência:

- (48) **FI**[(**EI**) (01) No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, (**Com**) (02) só se gastou 1,17% em ações preventivas.] **(Av)** (03) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou **G**[ ] os **G**["40 anos de omissão dos políticos"] no Brasil. (sn2/r2/e)

(FI = fonte indefinida (ministro da Integração Nacional, governador do Rio). G = governador do Rio.)

Segundo Ramos (2007, p. 62), as ilhas enunciativas “estão ao serviço da criação de um forte ‘efeito de real’, pelo contraste com o co-texto imediato e pela ilusão de verossimilhança associada ao discurso directo”.

Houve ainda um caso bastante interessante de discurso direto explícito sem aspas:

- (49) **MI**(**Com**) (02) São Luiz do Paraitinga não existe mais.] (03) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase (04) desde a inundação que castigou a região, (05) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. (sn4/r2/i)

Nesse trecho, o ato (02) (“São Luiz do Paraitinga não existe mais”) ocorre sem aspas e sem nenhuma outra indicação tipográfica de que se trata de um segmento de discurso representado. É somente a leitura do ato (03) (“Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase”) que permite compreender, de forma retroativa, que o ato (02) representa o discurso produzido pelos moradores (M) da cidade. Nesse caso, a ausência de aspas parece se dever ao fato de que a instância responsável pelo dito é uma classe de indivíduos ou um “enunciador genérico” (MAINGUENEAU, 2008) e não um indivíduo apenas. Com efeito, seria inverossímil dizer que todos os moradores, como em coro, vêm repetindo uma mesma declaração:

- (50) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir: “São Luiz do Paraitinga não existe mais”.

Uma última observação sobre o discurso direto explícito diz respeito à natureza dos verbos *dicendi*. Maingueneau (1996) observa que a importância desses verbos está na influência que podem exercer sobre a interpretação do leitor. Afinal, como mostra Marcuschi (2007), o narrador, por meio desses verbos, pode valorizar, recriminar, reprovar um discurso representado e, conseqüentemente, a instância responsável por esse discurso.

Maingueneau (1996), com base em Kerbrat-Orecchioni, propõe distinguir esses verbos em duas classes. Na primeira, entram os verbos com valor descritivo (*repetir, dizer, etc*). Na segunda, entram os verbos com valor apreciativo, que expressam um julgamento em relação ao discurso representado (*reprovar, lamentar, etc*).

Nos segmentos de discurso direto explícito do corpus que são acompanhados de verbos *dicendi*, há mais verbos descritivos (*afirmar, dizer, contar, avaliar, relatar, lembrar*) do que verbos apreciativos (*lamentar, sentenciar e reclamar*). Essa desproporção parece se dever exatamente ao fato de que o emprego de verbos *dicendi* apreciativos revela o ponto de vista do narrador e não contribui para a produção de um discurso que, como o jornalístico, busca criar um efeito de objetividade.

#### **6.4.3.2.2 Discurso direto implícito**

O discurso direto implícito ou discurso direto livre é “um discurso relatado que tem as propriedades linguísticas do discurso direto, mas *sem nenhuma sinalização*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 148). Conforme a caracterização proposta por Maingueneau, essa forma de discurso representado não apresenta qualquer indicação tradicional do discurso direto explícito (aspas, travessão, verbo *dicendi* e/ou dois-pontos), nem informação sobre a instância responsável pelo dito. A percepção de que se trata de discurso representado se baseia em informações linguísticas e referenciais.

Do ponto de vista linguístico, o segmento mantém os elementos dêiticos de pessoa, espaço e tempo da enunciação original, como ocorre no discurso direto explícito. Do ponto de vista referencial, o discurso representado é uma fala ou uma declaração de amplo conhecimento de uma comunidade de falantes. Assim, o narrador atribui ao narratário o conhecimento desse discurso e de sua instância responsável.

Um exemplo de discurso direto implícito seria um artigo de opinião que trouxesse o segmento “Saio da vida para entrar na História” sem nenhuma indicação formal de que se trata de declaração atribuída a Getúlio Vargas. Nesse exemplo, o narrador pressupõe um narratário capaz de fazer essa atribuição.

No corpus, não houve nenhuma ocorrência de discurso direto implícito. Uma explicação para esse resultado parece residir no risco de o leitor empírico não perceber que um dado trecho constitui um segmento de discurso representado e atribuir esse discurso ao próprio narrador. Outra explicação é a possibilidade de o leitor, mesmo notando o discurso representado, não conhecer a instância responsável por ele ou atribuir esse discurso a outra instância. A exigência de captação, que caracteriza o gênero reportagem, constitui uma restrição ao emprego de recursos linguísticos e discursivos que possam comprometer a legibilidade da reportagem. Dessa forma, a restrição imposta por essa exigência parece ser a responsável por não haver, nas sequências narrativas do corpus, ocorrências de discurso direto implícito.

#### **6.4.3.2.3 Discurso indireto implícito**

Essa forma de discurso representado, tradicionalmente denominada discurso indireto livre, se caracteriza pela mistura de duas vozes, a do narrador e a de personagens. Em um segmento de discurso indireto implícito, não é possível determinar com precisão quais palavras atribuir ao narrador e quais atribuir aos personagens. Isso porque, ao contrário das formas explícitas de discurso formulado, o discurso indireto implícito não possui marcas sintáticas e lexicais próprias e marcas típicas de atribuição enunciativa. É apenas o contexto que permite perceber uma discordância entre a voz do narrador e a voz de uma personagem e, conseqüentemente, a mistura de elementos de duas enunciações (MAINGUENEAU, 1993, 1996). Em outras palavras, no discurso indireto implícito, é possível inferir que o que foi dito o foi por outro, mas não há marcas tradicionais (verbos de fala, sintagmas preposicionais, como *Segundo X*) que explicitem a ocorrência da enunciação representada.

Ao tratar dessa forma de discurso representado, Fiorin (2010, p. 81) observa:

Se há dois atos enunciativos, há duas vozes: a do narrador e a de uma personagem. Só que a voz da personagem, ao contrário do que ocorre no discurso direto, não enuncia em primeira pessoa. Diferentemente do que

acontece no discurso indireto, não há subordinação a um *verbum dicendi* e há exclamações, interrogações e torneios expressivos.

Porque combina características das formas explícitas, o discurso indireto implícito constitui uma forma híbrida, assim como o discurso direto implícito, apresentado anteriormente. Como constituem formas híbridas, os segmentos de discurso indireto implícito podem estar mais próximos do discurso direto explícito ou do discurso indireto explícito (FIORIN, 2010). No primeiro caso, os segmentos, à maneira do discurso direto explícito, apresentam marcas da enunciação da personagem (interrogações, exclamações, seleção lexical características, repetições, etc). No segundo caso, os segmentos, assim como no discurso indireto explícito, apresentam muito poucas marcas da subjetividade da personagem.

No corpus, essa foi a forma de discurso representado mais frequente. De todas as ocorrências de discurso representado, 37,6% são formuladas de modo indireto e implícito. A maior parte dessas ocorrências corresponde a segmentos em que é possível perceber a voz de uma fonte, a qual, no entanto, não é definida nas sequências em que os segmentos ocorrem, nem no cotexto. Vejamos um exemplo:

- (51) **N[(EF)** (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram 31 pessoas soterradas. (03) Elas estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. **FI[(Com)** (04) A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, (05) mas não a licença ambiental do estado. (06) Mesmo se tivesse, (07) o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. (08) As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. **(EI)** (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área,] **(Av)** (11) como se não houvesse um grave problema de segurança.] (sn4/r4/v/Com/sn3)

(FI = fonte indefinida (funcionários da prefeitura, moradores da região, etc).)

Como esclarece Charaudeau (2006, p. 147), “a instância midiática não pode, evidentemente, inventar as notícias”. É por essa razão que no jornalismo, ao contrário do que ocorre na literatura, os acontecimentos narrados não podem ser fictícios. Essa impossibilidade tem impacto sobre a construção do narrador, que em um gênero como a reportagem não poderá ser onisciente, simulando saber tudo a respeito das personagens e dos acontecimentos da narrativa.

É essa impossibilidade que permite identificar na sequência acima a presença de uma outra voz e não apenas a do narrador/jornalista. Nos atos (04-08), o narrador traz informações a respeito da forma como a prefeitura de Angra dos Reis realiza a

concessão de licenças para a ocupação de áreas de risco. Como no jornalismo os acontecimentos não podem ser fictícios, não podendo o narrador inventar informações sobre licenças ambientais de governos e prefeituras, infere-se que essas informações foram obtidas pelo jornalista junto a uma fonte, cuja identidade não é revelada. Em outros termos, nesse trecho, os acontecimentos parecem passar pelo “prisma perceptivo” (RABATEL, 2007, p. 351) de um personagem ou de um conjunto de personagens. Assim, o jornalista representa o discurso de um terceiro, mas o representa de modo indireto, porque não emprega marcas tipográficas (aspas e itálico) que indiquem haver outra enunciação, e de modo implícito, porque não identifica a instância enunciativa responsável pelas informações.

Essa forma de discurso indireto implícito está mais próxima do discurso indireto explícito do que do discurso direto explícito. Para transformar o segmento formado pelos atos (04-08) em discurso indireto explícito, é suficiente anteceder esse segmento por *Segundo um funcionário da prefeitura* ou por *Um funcionário da prefeitura informou que*.

Conforme Charaudeau (2006), não identificar uma fonte, como ocorre em muitos segmentos de discurso indireto implícito do corpus, pode ter como consequência criar um efeito de evidência, por meio do qual o jornalista faz parecer que os acontecimentos narrados se produziram de fato e não foram “filtrados” pelo ponto de vista de uma fonte.

Além dessa função geral, o discurso indireto implícito parece ter como papel resumir ou combinar em apenas um segmento informações colhidas com diferentes fontes:

- (52) **FI(EI)** (18) Famosa pelo patrimônio histórico e arquitetônico, (19) São Luiz do Paraitinga ganhou ainda mais importância no cenário cultural (20) por promover, a partir dos anos 1980, eventos musicais (21) como a Semana da Canção e o Festival de Marchinhas. (22) Seu Carnaval também atraía milhares de turistas. (23) O povo se aglomerava (24) para brincar em torno de construções coloniais erguidas com técnicas antigas, (25) como a taipa de pilão, (26) mantidas com zelo pelo poder público.】 (sn4/r2/i)

(FI = fonte indefinida (moradores, prefeita, jornalista, secretário de Cultura, etc).)

Esse trecho, que constitui o estágio inicial de uma sequência sobre a destruição de São Luiz do Paraitinga por uma enchente, parece ter sido construído com informações que dificilmente foram ditas ao jornalista por apenas uma fonte. Ao contrário, ouvimos nesse segmento as vozes de funcionários da prefeitura, de moradores da cidade, da



prefeita, do secretário de cultura e de outros jornalistas, instâncias enunciativas responsáveis por outros segmentos de discurso representado nessa mesma sequência.

Assim, enquanto a informação sobre a forma como o povo brincava o carnaval pode ser atribuída a moradores, a informação sobre os eventos musicais ou sobre construções coloniais parece ser de responsabilidade do secretário de cultura. Da mesma forma, a informação de que essas construções eram “mantidas com zelo pelo poder público” parece poder ser atribuída à própria prefeitura ou a algum funcionário da prefeitura.

Em outros segmentos, o narrador utiliza o discurso indireto implícito aparentemente como recurso para proteger a fonte da informação.

- (53) **N[(EI)** (01) Na quarta-feira 13, (02) o presidente Lula convocou **L[ ]** os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. **FI[(03)** A reunião tinha como objetivo acalmar os ânimos em torno de um decreto assinado pelo próprio Lula em dezembro, (04) criando o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **(Com)** (05) Por intervenção direta do presidente, (06) o ponto mais polêmico foi, então, modificado: (07) a chamada Comissão da Verdade, que investigaria crimes de tortura durante os anos de chumbo, teve suas atribuições revistas. (08) O trecho sobre delitos de agentes da repressão política foi suprimido (09) e um grupo de trabalho vai discutir **GT[**como fazer a comissão funcionar sem arranhar a Lei de Anistia. **]] L[(Av)** (10) “Esse negócio de punir os crimes da repressão política é um assunto para a Justiça, (11) não é para o Executivo”, **]** (12) disse Lula.] (sn1/r3/i)

(L = Lula. GT = grupo de trabalho. FI = fonte indefinida (assessor, outro jornalista, funcionário do governo, etc).)

Nessa sequência, o jornalista faz parecer que ele esteve presente na reunião entre Lula e ministros e acompanhou todas as decisões tomadas no encontro. Como é muito pouco provável que essa reunião tenha sido aberta à cobertura da imprensa, infere-se que as informações expressas nos atos (03-09) foram passadas ao jornalista por uma fonte, a qual, por talvez ser confidencial, não pode ser revelada.

Como observa Charaudeau (2006), não revelar a fonte de um segmento de discurso representado pode ser prejudicial, porque, se permite criar um efeito de evidência, pode afetar a credibilidade do narrador/jornalista. Mais especificamente, ocultar uma fonte pode abalar a crença do leitor empírico na capacidade das instâncias enunciativas superiores no enquadre interacional (autores e instância de produção) de criar um narrador/jornalista imparcial e merecedor de credibilidade. Afinal, o leitor pode duvidar da veracidade das informações veiculadas nos segmentos de discurso indireto implícito e/ou da idoneidade da sua fonte, da qual não se conhecem a identidade e as intenções.

No conjunto dos segmentos de discurso indireto implícito, também há alguns cuja instância enunciativa é identificável no cotexto.

- (54) **(EI)** (01) Crispim mora com a família em uma casa de quatro cômodos no Jardim Pantanal, próximo de onde cumpria a amarga tarefa de demolição. **C[(Com)** (02) No dia da cheia, (03) seus móveis ficaram meio metro submersos. (04) Somente após duas semanas, (05) a água saiu da residência.] (sn3/r2/c)

No segmento formado pelos atos (02-05), percebe-se que o narrador representa o discurso produzido por Crispim (C) em outra situação de enunciação, o que se comprova pela possibilidade de anteceder o segmento por *Crispim contou que*. O mesmo ocorre em:

- (55) **(Res)** (19) Foi só no começo da tarde do dia 2, (20) quando as águas finalmente começaram a baixar, (21) que os 10 000 moradores de São Luiz do Paraitinga puderam ver toda a extensão da tragédia. **M[(22)** O centro histórico, na parte mais baixa da cidade, parecia ter sido alvo de um bombardeio.] (sn9/r4/v)

No ato (22), o narrador representa o discurso dos moradores (M), porque é de acordo com o ponto de vista desses personagens que o centro histórico parecia ter sido alvo de um bombardeio. Com esse segmento de discurso indireto implícito, o narrador parece ter como fim aproximar o narratário e os personagens, fazendo com que aquele veja o que estes viram. Com esse recurso, aumenta-se a tensão ou a dramaticidade da narrativa sobre uma catástrofe natural, o que atende à exigência de captação do gênero reportagem.

Quanto à distribuição do discurso indireto implícito pelos episódios do tipo narrativo da reportagem, é interessante notar que essa forma de discurso representado é a mais frequente nos episódios estágio inicial (83,88%), complicação (60%), resolução (66,66%) e estágio final (80%). São justamente esses os episódios que têm como matéria-prima acontecimentos e não comentários, resumos ou opiniões acerca dos acontecimentos.

Esse resultado é bastante relevante, porque evidencia uma tendência das revistas de informação de construir as narrativas de reportagens com informações cujas fontes são implícitas. Como vimos, algumas dessas fontes são identificáveis no cotexto, mas a maioria não pode ser definida por nenhuma indicação dada pelo narrador, o que, contrariando a exigência de credibilidade do gênero reportagem, pode colocar sob suspeita a veracidade e a autenticidade das informações veiculadas. E essa suspeita

pode, em última análise, comprometer a confiança do leitor na capacidade de uma dada revista de informação de produzir um jornalismo considerado de referência.

#### **6.4.3.2.4 Discurso indireto explícito**

No discurso indireto explícito, “há *apenas uma situação de enunciação*; as pessoas e os dêiticos espaço-temporais do discurso citado são identificados, com efeito, em relação à situação de enunciação do discurso *citante*” (MAINGUENEAU, 2008, p. 150). Isso ocorre porque no discurso indireto explícito o discurso representado perde sua autonomia. Por isso, são eliminados todos os elementos que, no discurso direto explícito, seriam usados para expressar a subjetividade de um personagem (interrogações, exclamações, interjeições, etc). Assim, no discurso indireto explícito, “só existe a subjetividade do narrador” (FIORIN, 2010, p. 75). Nessa forma de discurso formulado, ocorre uma absorção completa do discurso representado pelo discurso produzido, o que justifica a colocação dessa forma de discurso em uma dos extremos do contínuo das formas de discurso formulado.

Como, ao contrário do discurso indireto implícito, a forma explícita não traz nenhum vestígio das palavras e do modo de dizer atribuíveis aos personagens, essa forma de discurso formulado focaliza apenas o conteúdo. Assim, ao representar um discurso de maneira indireta e explícita, a preocupação do narrador está em apresentar o que supostamente foi dito por um personagem e não a forma como ele disse.

No corpus, 19,20% das ocorrências de discurso representado são feitas de forma indireta e explícita. A maior parte delas ocorre na avaliação. Nesse episódio, 12 (24%) segmentos de discurso representado são formulados dessa maneira. Depois da avaliação, a complicação é o episódio que apresentou a maior quantidade de segmentos de discurso indireto explícito. Nesse episódio, 10 (20%) segmentos de discursos representados são indiretos e explícitos.

Esses resultados são interessantes, porque revelam as duas funções básicas que o discurso indireto explícito assume nas sequências narrativas de reportagens. De um lado, o narrador representa o discurso do outro para apresentar, na complicação, o acontecimento central da narrativa. De outro lado, ele representa o discurso do outro, para apresentar esse outro comentando, na avaliação, esse mesmo acontecimento. Nos dois casos, o narrador/jornalista se apresenta como alguém que tem por função deixar os

outros falarem, apresentar pontos de vista diferentes do seu, promover um confronto de pontos de vista, o que contribui para a construção de um efeito de objetividade e de imparcialidade. A sequência abaixo ilustra essas duas funções:

- (56) **N[(EI)** (01) Na semana passada, (02) depois de sobrevoar de helicóptero o trecho do litoral fluminense mais castigado pelas chuvas, **(Com)** (03) o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que **M**[o governo federal vai liberar R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense.] **(Av)** (04) O ministro admitiu que, **M**[em 2009, o governo gastou apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas. (05) A maior parte do orçamento serviu para reconstruir estradas e casas em Santa Catarina, (06) cujo Vale do Itajaí foi arrasado pelas chuvas no fim de 2008.]] (sn1/r2/e)

Na complicação, o narrador apresenta um ministro (M) anunciando a liberação de verbas para a reconstrução de áreas castigadas por chuvas. Na avaliação, o narrador apresenta o mesmo ministro admitindo que, no ano anterior em relação à data do anúncio, o governo federal gastou menos do que o esperado com assistência contra acidentes naturais.

No corpus, a maior parte das ocorrências de discurso indireto explícito apresenta a forma tradicional, em que uma oração subordinada objetiva direta complementa um verbo *dicendi*. É essa a forma que assumem os segmentos de discurso representado no exemplo anterior. Ao lado dessa forma canônica, o corpus apresentou outras configurações de discurso indireto explícito.

Em alguns casos, são orações adverbiais conformativas que indicam a existência de discurso representado.

- (57) (09) O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande do Sul, sugerem que **Es**[uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana,] (10) como têm alertado alguns especialistas. (sn1/r1/c)

(Es = especialistas.)

Esse exemplo é particularmente interessante, porque mostra que a indicação de que uma oração subordinada é um segmento de discurso representado pode estar em outro termo do período (a oração adverbial conformativa) e não no verbo da oração principal (*sugerem*), que, nesse exemplo, não é um verbo *dicendi*.

Em outros casos, o termo do período que sinaliza a ocorrência de discurso representado, explicitando a fonte enunciativa, é um sintagma preposicional:

- (58) (09) Segundo Firmino, P[(10) o decreto ajuda a diminuir a degradação, (11) pois permite D[ ] construções em 10% de algumas áreas degradadas (12) apenas com a condição de que o proprietário recupere os outros 90% do terreno.] (sn5/r2/e)

(P = presidente do Inea. D = decreto.)

- (59) N[(EI) (01) No caso do Rio Grande do Sul, (...) En[(Av) (04) faltou ao poder público verificar as estruturas da ponte sobre o rio Jacuí, de 314 metros e com mais de 40 anos de vida útil no momento da queda,] (05) conforme alegação de engenheiros civis nos dias seguintes ao acidente.] (sn3/r1/c)

(En = engenheiros.)

Há ainda casos em que o complemento do verbo *dicendi* não é um sintagma verbal, mas um sintagma nominal:

- (60) (10) [O jovem] Foi espancado (11) e não viveu para contar A[a história.] (sn4/r3/i)

(A = Andreu.)

- (61) (EI) (01) Quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram T+V[*Garota de Ipanema*], em 1962, (02) o Rio de Janeiro tinha metade do número de habitantes de hoje. (sn1/r3/v)

(T+V = Tom Jobim e Vinícius de Moraes.)

Assim como no discurso direto explícito, os verbos *dicendi* utilizados para introduzir o discurso representado têm papel importante no discurso indireto explícito. Como vimos, esses verbos constituem recursos que podem influenciar a interpretação do leitor e/ou pistas que revelam a opinião do narrador acerca do discurso do outro. Retomando a distinção proposta por Maingueneau (1996) entre verbos descritivos e apreciativos, observo que, assim como no discurso direto explícito, os segmentos de discurso indireto explícito com verbo *dicendi* apresentam mais verbos descritivos do que apreciativos. Os descritivos encontrados foram: *lembrar*, *reiterar*, *revelar*, *destacar*, *anunciar*, *dizer*, *explicar*, *afirmar*, *contar* e *compor*. Os apreciativos foram: *admitir*, *denunciar*, *garantir* e *discutir*. Houve ainda uma ocorrência do verbo *escancorar*, que, embora não seja *dicendi* e apreciativo, foi empregado com essa função no trecho abaixo:

- (62) (01) Poucas horas depois, (02) as redes de tevê **escancaravam** para todo o Brasil que **R**[o absurdo da tortura não foi uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder.] (sn2/r3/i)

(R = redes de tevê.)

Aqui também a desproporção entre verbos descritivos e apreciativos se explica pela busca do narrador/jornalista de construir um discurso que pareça objetivo e livre da sua subjetividade.

#### 6.4.3.3 Discursos implicitados

Como exposto anteriormente, o discurso representado pode ser apenas implicitado por um conector. Nessa forma de discurso formulado, o conector indica a articulação do constituinte textual que introduz em uma informação da memória discursiva com origem no discurso produzido ou pelo interlocutor direto ou por um personagem (ROULET *et al*, 1985; ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001). Em outras palavras, no discurso implicitado, ocorre a retomada implícita, por meio de um conector, do discurso produzido por outra instância.

No modelo modular, foram estudadas especialmente ocorrências de discurso implicitado em cartas e em diálogos face a face (ROULET, 1997; ROULET *et al*, 1985). Nas cartas, o autor liga, por meio de um conector, um constituinte textual da carta que escreve em informações da memória discursiva com origem na carta previamente recebida. De forma semelhante, no diálogo face a face, o locutor encadeia, com o auxílio de um conector, um constituinte textual do turno que produz em informações da memória discursiva com origem em turno produzido anteriormente pelo interlocutor. Em ambos os casos, o objetivo é subordinar o discurso representado ao discurso produzido, rejeitando, desvalorizando ou ponto em dúvida o discurso do outro. Também em ambos os casos, trata-se de discursos diafônicos, já que se retoma implicitamente o discurso produzido pelo interlocutor direto e não por um personagem.

No corpus desta pesquisa, houve apenas três ocorrências de discursos implicitados. Nelas, o narrador retoma implicitamente não o discurso de seu interlocutor direto, já que, como dito, o corpus não apresentou nenhuma representação do discurso do narratário. Nos três casos, o narrador retoma o discurso de um personagem. Em todos, o conector utilizado para sinalizar essa retomada é o contra-argumentativo *mas*. Duas

dessas ocorrências aparecem no início das sequências narrativas, como mostra este exemplo:

- (63) **(Su)** (01) **S** [**Mas** reconstruir uma cidade histórica não depende apenas de financiamento. **(EI)** (02) Já no dia 5, (03) técnicos do Condephaat, órgão estadual, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é federal, visitaram São Luiz (04) para avaliar os danos causados pela enxurrada. **P**[(**Av1**) (05) “Não temos método para uma reconstrução dessa escala”,] (06) avaliou Luiz Fernando Almeida, presidente do Iphan. **P**[(07) “Ele precisa ser criado.”] (sn6/r2/i)

(S = secretário de Cultura. P = presidente do Iphan.)

No cotexto imediato, o narrador havia apresentado a seguinte declaração em discurso direto explícito do secretário de Cultura de São Luiz do Paraitinga: “‘Queremos levantar fundos para reconstruir a cidade’, afirma Netto”. Com o conector *mas* no início da sequência acima, o narrador subordina essa declaração a toda a sequência narrativa. Com essa subordinação, o narrador contraria o discurso retomado implicitamente, informando que “reconstruir uma cidade histórica não depende apenas de financiamento”, mas também da criação de um novo método de reconstrução.

A única ocorrência de discurso implicitado no interior de sequência narrativa está na parte final da sequência abaixo:

- (64) **N**[(**Av1**) (01) Sem que nada de anormal ocorresse (02) e com vista nos dividendos políticos, **(Com)** (03) o poder público não só não coibiu a invasão protagonizada por Atenildo e outras centenas de famílias como municiou a região com equipamentos públicos. (04) Levou água e luz para as pequenas casas, (05) pavimentou algumas das ruas, (06) construiu um Centro de Educação Unificada (CEU). **FI**[(**Res**) (07) Agora a prefeitura inicia um plano de remoção das quase duas mil famílias que se instalaram por lá. (08) A 100 delas ofereceu um apartamento popular na cidade de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, (09) e aos restantes está oferecendo uma bolsa aluguel, no valor de R\$ 300, por seis meses, (10) com a promessa **P** ] de realocá-los para conjuntos habitacionais.] **A**[(11) Atenildo aceitou o apartamento.] **M**[(**EF**) (12) **P** [**Mas** boa parte daqueles que só conseguiram a bolsa aluguel se recusam a deixar o bairro. **(Av2)** (13) Eles temem que o compromisso não seja honrado.]] (sn11/r2/i)

(P = prefeitura. FI = fonte indefinida (funcionários da prefeitura, moradores, Atenildo). A = Atenildo. M = moradores.)

Na resolução da sequência, o narrador disse que a prefeitura ofereceu uma bolsa aluguel aos moradores de uma área de risco e prometeu instalá-los em conjuntos habitacionais. Por meio do *mas* no início do estágio final, o narrador subordina a promessa feita pela prefeitura à informação de que os moradores se recusam a sair do bairro, por medo de que essa promessa não seja cumprida.

A baixa frequência de discursos implicitados no corpus parece se dever à natureza altamente polêmica e agressiva dessa forma de discurso representado. De fato, em todas as ocorrências presentes no corpus e naquelas estudadas por Roulet, verifica-se sempre a tentativa do produtor do discurso de desqualificar ou desacreditar o discurso representado e, ao mesmo tempo, de sinalizar que o discurso mais adequado e pertinente é o produzido. Ainda que nas três ocorrências do corpus o discurso retomado pelo narrador não seja o do seu interlocutor direto, apresentar-se como alguém que desqualifica ostensivamente a fala ou os pontos de vista do outro pode constituir um risco para a credibilidade do narrador/jornalista. Afinal, ele busca se apresentar ao seu interlocutor direto, o narratário, como um profissional imparcial, que não produz uma reportagem para defender esse ou aquele ponto de vista. Como se vê, o discurso implicitado é um recurso que toca diretamente a forma de organização estratégica, a qual será abordada no próximo capítulo.

A propósito da distribuição dos discursos implicitados pelos episódios do tipo narrativo, a pequena quantidade de ocorrências não permite perceber qualquer tendência no emprego dessa forma de discurso representado nas sequências narrativas do gênero reportagem. Apenas como hipótese, talvez seja possível supor que os discursos implicitados ocorram preferencialmente no início das sequências ou no início de episódios e menos no interior de episódios, já que parece difícil opor de forma tão explícita e agressiva dois pontos de vista dentro de um episódio. Das três ocorrências identificadas, duas aparecem no início do sumário e uma no início do estágio final. Mas qualquer afirmação nesse sentido demanda estudos mais aprofundados.

#### **6.4.4 Síntese da análise enunciativa**

Sintetizando a exposição desenvolvida neste subitem sobre a forma de organização enunciativa, observo que, nas sequências narrativas do gênero reportagem, há o predomínio de discursos formulados. No conjunto dos discursos formulados, constatou-se uma frequência maior de discursos indiretos implícitos. A maior parte dos discursos indiretos implícitos aparece na complicação. Nesse episódio, o narrador não revela a fonte das informações expressas ou delega ao narratário a tarefa de inferir, pelo cotexto, a identidade dessa fonte. Já a maior parte dos discursos diretos explícitos ocorre na avaliação. Nesse episódio, o narrador representa entre aspas o discurso do outro, simulando a reprodução exata de palavras ditas em outra situação. Todos os discursos



representados são polifônicos, já que o narrador representa em seu discurso as vozes de personagens e não a de seu interlocutor direto ou sua própria voz. Em conformidade com as expectativas do gênero reportagem, não houve nenhum segmento em que o narrador representasse o discurso de seu interlocutor imediato ou o seu próprio discurso.

Com base no estudo do módulo sintático e das formas de organização relacional, informacional e enunciativa, é possível no próximo subitem identificar os efeitos composicionais que se manifestam nas sequências narrativas do gênero reportagem.

### **6.5 Efeitos composicionais**

Nos itens anteriores, realizei o estudo da marcação linguística e da estruturação interna de 53 sequências narrativas do gênero reportagem. Nesse estudo, as sequências foram analisadas dos pontos de vista sintático, relacional, informacional e enunciativo. Esse estudo forneceu condições para se verificarem regularidades importantes na forma como se constroem essas sequências, regularidades condicionadas, em grande medida, pelas propriedades que definem o gênero reportagem. Com base nos resultados desse estudo, é possível verificar agora os efeitos composicionais que se manifestam de forma recorrente nas sequências narrativas desse gênero.

Como exposto no capítulo 2, o modelo modular considera que as marcas linguísticas são inadequadas para a caracterização dos tipos de discurso, mas são relevantes para o estudo das propriedades emergentes das sequências discursivas. Assim, uma mesma sequência pode apresentar uma quantidade maior ou menor de marcas referentes a três categorias de efeitos composicionais: os argumentativos, os autotélicos e os narrativos.

Na versão proposta no capítulo 3 para a forma de organização composicional, essa forma de organização tem como um de seus objetivos estudar a marcação linguístico-discursiva típica das sequências efetivamente produzidas em um gênero. Por essa razão, o estudo dos efeitos composicionais deve levar em conta não as propriedades de sequências isoladas, mas as propriedades recorrentes manifestadas pelas sequências discursivas pertencentes a um gênero, propriedades que só se percebem mediante um estudo como o que se fez nos subitens anteriores.

Nessa perspectiva, o estudo dos efeitos composicionais das sequências discursivas pode fornecer indicações relevantes para se apreender o estilo característico de um gênero do

discurso. Conforme Bakhtin (2003), uma das características de um gênero é seu estilo, isto é, as particularidades distintivas de composição, as variedades de linguagem empregadas, os recursos fraseológicos e lexicais típicos, as formas recorrentes de citação do discurso alheio, a seleção característica das formas verbais, etc. É em sentido semelhante que Fiorin (2008, p. 96-97) define o estilo como “um conjunto global de traços recorrentes do plano do conteúdo (formas discursivas) e do plano da expressão (formas textuais), que produzem um efeito de sentido de identidade”.

Nos itens anteriores, a apresentação das análises revelou algumas dessas propriedades ou traços recorrentes das sequências narrativas do gênero reportagem. Com base nas constatações feitas anteriormente, observo que essas sequências se caracterizam por exibir de maneira recorrente as seguintes propriedades.

*Módulo sintático:* a maior parte dos acontecimentos expressos nas sequências narrativas tem como eixo organizador o momento da enunciação, momento que corresponde à data de publicação da revista, e não um momento de referência pretérito ou futuro instalado no enunciado. Essa característica se deve ao fato de que uma das demandas do cidadão é a de que o jornalista aborde acontecimentos atuais, que, de alguma forma, afetem direta ou indiretamente seu cotidiano. Assim, a predominância de formas verbais do sistema enunciativo e, em especial, de verbos no presente é um recurso que o jornalista utiliza para produzir um efeito de atualidade, na tentativa de convencer o leitor de que os fatos expressos têm impacto no momento presente.

*Forma de organização relacional:* na reportagem, as exigências de informação sobre a atualidade, de captação do leitor e de credibilidade trazem restrições importantes para a escrita do jornalista. Por um lado, ele não pode narrar acontecimentos guiado apenas pela exigência de informação. Por outro, o jornalista não pode se limitar a produzir avaliações que expressem um ponto de vista pessoal ou da classe a que pertence. Assim, ele opta por articular os constituintes das sequências narrativas predominantemente por relações de argumento e de comentário, para poder informar acontecimentos passados, que são a matéria-prima dessas sequências, e convencer o leitor da veracidade desses acontecimentos, por meio de explicações, exemplos, restrições, justificativas, argumentos suplementares, etc.

*Forma de organização informacional:* nas sequências narrativas de reportagens, a progressão linear é o tipo mais frequente de progressão informacional. Com esse tipo de progressão, o jornalista encadeia o propósito na informação semi-ativa ativada pelo ato imediatamente anterior, o que exige menos esforço de processamento por parte do leitor. Nesse sentido, o predomínio de progressões lineares pode ser compreendido como um recurso por meio do qual o jornalista, guiado pela exigência de captação, busca cooperar com o leitor em seu trabalho de processar informações, auxiliando-o na tarefa de ler a reportagem até o fim. Quando ocorrem traços tópicos, eles costumam ser compostos por nomes com valor axiológico, que revelam o ponto de vista do jornalista em relação aos referentes categorizados.

*Forma de organização enunciativa:* nas sequências narrativas, há o predomínio de discursos formulados indiretos implícitos. Com essa forma de discurso formulado, o jornalista busca criar um efeito de evidência, por meio do qual faz parecer que o acontecimento não foi filtrado pela subjetividade e pela visão de mundo de uma fonte. A maior parte dos discursos indiretos implícitos aparece na complicação. Já a maior parte dos discursos formulados diretos explícitos ocorre na avaliação, em que o narrador representa entre aspas o discurso do outro, simulando a reprodução exata de palavras ditas em outra situação. Em conformidade com as expectativas do gênero reportagem, não houve nenhum segmento em que o narrador representasse o discurso de seu interlocutor imediato ou o seu próprio discurso.

Os resultados alcançados com o estudo do módulo sintático e das formas de organização relacional, informacional e enunciativa revelam que as sequências narrativas de reportagens manifestam de forma predominante efeitos composicionais argumentativos, uma vez que grande parte das regularidades identificadas nas análises é guiada, em certa medida, pela exigência de captação característica do gênero reportagem. Em outros termos, a marcação linguístico-discursiva típica dessas sequências evidencia um narrador (o jornalista) empenhado em persuadir o narratário (o cidadão) sobre determinado ponto de vista e sobre a atualidade e a relevância da informação, o que contraria a crença de que o discurso jornalístico é um discurso imparcial e objetivo.

Realizado o estudo da marcação linguístico-discursiva típica das sequências narrativas do gênero reportagem, o estudo da forma de organização composicional se completa com o estudo das funções cotextuais típicas dessas sequências. Como veremos, o estudo

dessas funções é importante, porque permite explicitar que as regularidades identificadas na marcação linguístico-discursiva também se devem às funções que as sequências tipicamente exercem na macroestrutura do texto.

## **6.6 A função cotextual típica das sequências narrativas**

Neste item, apresento a última etapa da análise da forma de organização composicional. Após o estudo das propriedades sintáticas, relacionais, informacionais e enunciativas das 53 sequências narrativas, esta etapa da análise estuda a função que elas exercem em relação ao cotexto em que aparecem. Como exposto no capítulo 2, a análise da função cotextual de uma sequência é relevante por basicamente dois motivos. Em primeiro lugar, revela que as sequências, ainda que possam ser analisadas extraídas do cotexto, exercem diferentes funções (argumentativas, comentativas, reformulativas, etc) em relação a ele. Em segundo lugar, a análise mostra que as sequências não são “ilhas impermeáveis” ao cotexto, podendo os seus efeitos composicionais ser decorrentes, pelo menos em parte, da função que exercem na macroestrutura do texto.

Para realizar essa análise, combinam-se as análises da forma de organização sequencial (capítulo 5) e da forma de organização relacional, a qual foi apresentada em diferentes momentos deste trabalho. E, conforme reformulação proposta no capítulo 3, esta etapa da análise busca verificar as funções cotextuais típicas que as sequências narrativas exercem no gênero reportagem. De fato, para compreender a função que um tipo de sequências exerce em um gênero, não é suficiente a análise de sequências isoladas encontradas em apenas uma produção discursiva. Ao contrário, é preciso verificar qual a função ou as funções que exerce a maior parte das sequências componentes de um dado corpus.

Nesta etapa da forma de organização composicional, as dez sequências narrativas encaixadas não foram levadas em conta, já que o estudo do papel que exercem na constituição das sequências encaixantes foi realizado no capítulo 5 e não diz respeito à articulação das sequências na configuração global dos discursos. Levando em conta apenas as 43 sequências narrativas encaixantes, essa etapa da análise se fez em três momentos, que procuraram investigar:

- 1) o estatuto hierárquico principal, subordinado ou coordenado das sequências narrativas;

2) as relações interativas entre as sequências narrativas subordinadas e as sequências com que ocorrem;

3) o tipo de discurso (descritivo, narrativo ou deliberativo) a que pertencem as sequências principais em que se encaixam as sequências narrativas subordinadas.

A seguir, exponho e discuto cada um desses momentos da análise<sup>140</sup>.

### 6.6.1 O estatuto hierárquico das sequências narrativas

Os resultados da análise que verificou o estatuto das sequências narrativas na macroestrutura do texto podem ser verificados nesta tabela:

TABELA 33  
Frequência do estatuto hierárquico das sequências narrativas

| Sequências narrativas |       |            |       |             |       |                  |      |       |     |
|-----------------------|-------|------------|-------|-------------|-------|------------------|------|-------|-----|
| Subordinadas          |       | Principais |       | Coordenadas |       | Interdependentes |      | Total |     |
| N                     | %     | N          | %     | N           | %     | N                | %    | N     | %   |
| 16                    | 37,21 | 15         | 34,88 | 11          | 25,58 | 1                | 2,33 | 43    | 100 |

Esses resultados mostram um equilíbrio na quantidade de sequências narrativas subordinadas (16 (37,21%)) e principais (15 (34,88%)). A princípio, esse resultado, mesmo que baseado em número reduzido de sequências, evidenciaria não haver uma tendência quanto à ancoragem das sequências narrativas de reportagens em intervenções principais ou subordinadas. Ou seja, nesse gênero, o jornalista construiria sequências narrativas tanto para expressar acontecimentos principais quanto acontecimentos periféricos.

Porém, é preciso considerar que todas as onze sequências narrativas que são coordenadas em relação a outras sequências participam da composição de intervenções que têm o estatuto de subordinadas, como mostra este exemplo<sup>141</sup>:

<sup>140</sup> A análise da macroestrutura hierárquico-relacional das oito reportagens componentes do corpus desta etapa do trabalho encontra-se no anexo B5.

<sup>141</sup> Tendo em vista a extensão das sequências, a análise de sua função cotextual será exemplificada por meio de fragmentos.

(65) A impunidade alimenta a truculência sob os olhos condescendentes da sociedade. (...) O resultado é uma rotina de abusos cujas vítimas agora são majoritariamente os mais pobres.

*(01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. (...) (sn4/r3/i)*

*(01) Também as Forças Armadas, tantos anos depois do fim da ditadura, continuam a cometer excessos. (02) O jovem carioca J.O., 17 anos, foi vítima dos militares. (...) (sn7/r3/i)*

Nessa parte da reportagem “O passado ainda presente”, as duas sequências narrativas (trechos em itálico) são coordenadas, já que entre elas não parece ser possível inferir uma relação de dependência hierárquica. Mas as duas formam uma intervenção subordinada em relação à sequência deliberativa que inicia essa parte da reportagem. Com efeito, por meio das duas sequências narrativas, o jornalista narra acontecimentos que dão sustentação para a afirmação feita na sequência deliberativa de que “O resultado é uma rotina de abusos cujas vítimas são majoritariamente os mais pobres”. Essa interpretação pode ser representada nesta macroestrutura:

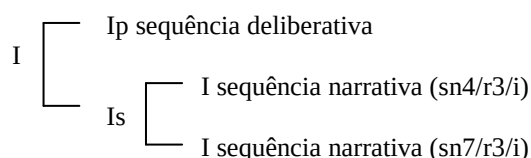


FIGURA 37 - Macroestrutura hierárquica da reportagem “O passado ainda presente”

A constatação de que as onze sequências narrativas coordenadas participam da composição de intervenções subordinadas aponta para uma tendência. No gênero reportagem, as sequências narrativas costumam ou se ancorar em constituintes subordinados ou entrar na composição de constituintes com esse estatuto hierárquico. Nesse sentido e como já observado em estudo anterior (CUNHA, 2009a), o objetivo principal de um jornalista, ao produzir uma reportagem, não parece ser o de representar acontecimentos disjuntos do mundo em que se dá a interação, mas o de defender um ponto de vista, valendo-se das sequências narrativas para sustentar, comprovar ou validar esse ponto de vista.

Reforça essa constatação o fato de que, em apenas duas das oito reportagens analisadas nesta etapa do trabalho, a sequência que corresponde ao constituinte mais elevado na macroestrutura hierárquica é narrativa. Essas reportagens são “A culpa não é só da natureza”, da Carta Capital, e “Sol, mar e organização”, da Veja. Em todas as outras seis

reportagens, as sequências que correspondem ao constituinte mais elevado são deliberativas. Como observa Rossari (1995, p. 194), “o estatuto principal da sequência narrativa permite ao conjunto do extrato assemelhar-se com um relato, mesmo se quantitativamente as sequências deliberativas sejam mais numerosas”. Nessa perspectiva, se o objetivo primeiro do jornalista fosse narrar, haveria uma maior quantidade de reportagens nas quais pertenceria ao tipo narrativo a sequência mais elevada na hierarquia dos constituintes textuais.

No corpus, há ainda uma sequência narrativa que se ancora em uma intervenção interdependente em relação a outra. Como apontado no capítulo 2, duas intervenções são interdependentes, caso participem da composição de uma troca. Nesse caso, uma intervenção não existe sem a outra.

(66) **Leis estaduais podem favorecer ocupações e aumentar os riscos?**

*(Su) (01) Decretos estaduais não podem violar a Constituição Federal, (02) que proíbe obras em áreas de risco (03) como encostas, manguezais e rochas. (EI) (04) Ambientalistas criticaram o decreto assinado em junho passado pelo governador Sérgio Cabral, (Com) (05) acusando-o de favorecer novas construções na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios, (06) que engloba a Ilha Grande. (Av) (07) “APA não é sinônimo de não poder fazer nada”, (08) afirma Luiz Firmino, presidente do Inea. (09) Segundo Firmino, (10) o decreto ajuda a diminuir a degradação, (11) pois permite construções em 10% de algumas áreas degradadas (12) apenas com a condição de que o proprietário recupere os outros 90% do terreno. (sn5/r2/e)*

Nesse trecho de uma extensa reportagem sobre desastres naturais, a sequência deliberativa (em negrito) e a sequência narrativa (em itálico) não podem existir uma sem a outra, porque formam um par de pergunta e resposta. Vale destacar que casos como esse, em que o jornalista representa uma troca no interior de uma reportagem, são bastante raros.

### 6.6.2 As relações de discurso entre as sequências

Considerando apenas as dezesseis sequências narrativas subordinadas, a análise da função cotextual verificou a relação de discurso que se estabelece entre essas sequências e as informações da memória discursiva com origem em sequências presentes no cotexto. Os resultados dessa análise estão expostos nesta tabela.

TABELA 34  
Frequência da função hierárquico-relacional das sequências narrativas

| Sequências narrativas subordinadas |    |            |       |             |       |            |       |       |     |
|------------------------------------|----|------------|-------|-------------|-------|------------|-------|-------|-----|
| Argumento                          |    | Comentário |       | Contra-arg. |       | Preparação |       | Total |     |
| N                                  | %  | N          | %     | N           | %     | N          | %     | N     | %   |
| 8                                  | 50 | 3          | 18,75 | 3           | 18,75 | 2          | 12,50 | 16    | 100 |

Das dezesseis sequências narrativas subordinadas, a metade (8 (50%)) exerce a função de argumento para as informações expressas em outra sequência. Embora o corpus seja bastante reduzido e não permita fazer afirmações mais seguras, parece que, no gênero reportagem, as sequências narrativas costumam exercer a função de argumento na macroestrutura do discurso. Nesse sentido, a narração de acontecimentos disjuntos do mundo em que o discurso se insere parece funcionar como um recurso argumentativo, por meio do qual o jornalista justifica, explica, exemplifica, comprova as informações expressas em outras sequências. É o que mostra este trecho:

- (67) Além das mortes, do rastro de destruição e das vidas esfaceladas de quem perdeu tudo e todos, as tragédias de verão também estão criando um novo problema para as autoridades brasileiras: os refugiados climáticos. (...)

*(Su) (01) A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo com que milhares de brasileiros abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram. (Com) (02) Em Angra dos Reis, por exemplo, (03) o governo já afirmou que cerca de três mil famílias terão que ser removidas de áreas de risco. (04) Em São Luiz do Paraitinga, (05) cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas, (06) e muitas delas não têm mais para onde ir. (Av) (07) Esses são os exemplos recentes. (08) Mas casos semelhantes vêm se espalhando pelo País com uma rapidez impressionante. (sn9/r2/i)*

Para comprovar as afirmações feitas no cotexto, o jornalista produz a sequência narrativa (em itálico). Nessa sequência, o jornalista narra acontecimentos que se passaram em Angra dos Reis e em São Luiz do Paraitinga, para dar exemplos de refugiados climáticos.

Se o número de sequências narrativas que funcionam como argumento não é expressivo, é preciso considerar, porém, que todas as onze sequências narrativas coordenadas entram na composição de intervenções subordinadas que funcionam como argumento, como se vê neste exemplo:

- (68) É um drama que se repete todos os anos, variando apenas de intensidade e de endereço. A combinação indesejada de chuvas fortes, ocupação irregular do solo e omissão do poder público



tem se revelado devastadora. Culpar a força das águas não resolve. As chuvas podem ter sido cruéis, mas não são as únicas vilãs. Nem os deslizamentos de terra.

**(EI)** (01) *Na semana passada,* (02) *depois de sobrevoar de helicóptero o trecho do litoral fluminense mais castigado pelas chuvas,* **(Com)** (03) *o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que o governo federal vai liberar R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense.* **(Av)** (04) *O ministro admitiu que, em 2009, o governo gastou apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas.* (05) *A maior parte do orçamento serviu para reconstruir estradas e casas em Santa Catarina,* (06) *cujo Vale do Itajaí foi arrasado pelas chuvas no fim de 2008.* (sn1/r2/e)

**(EI)** (01) *No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia,* **(Com)** (02) *só se gastou 1,17% em ações preventivas.* **(Av)** (03) *O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil.* (04) *Para ele,* (05) *no Estado do Rio* (06) *a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é mais grave* (07) *“porque associa a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime”.* (sn2/r2/e)

Nesse trecho, as duas sequências narrativas (em itálico) formam uma intervenção que funciona como argumento para o jornalista defender que “As chuvas podem ter sido cruéis, mas não são as únicas vilãs”. Ao contar que o governo federal e o governo do estado do Rio de Janeiro gastaram menos do que o previsto em ações preventivas contra catástrofes naturais, o jornalista argumenta que as autoridades públicas também devem ser responsabilizadas por essas catástrofes. Represento essa interpretação por meio deste esquema:

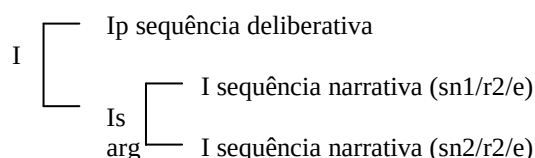


FIGURA 38 - Macroestrutura hierárquico-relacional da reportagem “É possível evitar?”

Os resultados aqui apresentados apontam para o fato de que as sequências narrativas, seja em relação direta com outras sequências, seja no interior de uma intervenção mais complexa, costumam funcionar como argumentos para a defesa de um ponto de vista. Esses resultados corroboram os resultados de estudo realizado anteriormente (CUNHA, 2009b), em que analisei a função cotextual de quinze sequências narrativas extraídas de seis reportagens da revista *Veja* integrantes do corpus de minha pesquisa de mestrado (CUNHA, 2008). Dessas sequências, onze (73,4%) funcionam como argumento na macroestrutura do discurso. Esses resultados e os aqui apresentados evidenciam que, na reportagem, as sequências narrativas costumam funcionar como um recurso que

possibilita ao jornalista defender, por meio da narração de um acontecimento ocorrido no espaço público, um ponto de vista apresentado em outra sequência. Com esse recurso, o jornalista tenta fazer parecer que suas afirmações são imparciais, já que teriam como base os acontecimentos (os fatos) que as sequências narrativas apresentam.

A constatação de que as sequências narrativas costumam funcionar como um recurso argumentativo na estrutura composicional do gênero reportagem permite compreender por que essas sequências são marcadas, no nível microdiscursivo, por efeitos composicionais argumentativos. De fato, é de se esperar que, ao funcionar como um recurso para a construção da argumentação em uma reportagem, uma sequência narrativa apresente uma concentração de verbos do sistema enunciativo, de relações de discurso e conectores argumentativos e comentativos, de traços tópicos compostos por nomes com valor axiológico e de segmentos de discurso indireto implícito. Percebe-se, dessa forma, como o agenciamento das sequências no nível macrodiscursivo, ao lado do gênero, pode influenciar a construção interna dessas sequências.

### 6.6.3 O tipo de discurso das sequências encaixantes

Por fim, a análise da função cotextual das sequências narrativas verificou a que tipo de discurso pertencem as sequências em que se encaixam as sequências narrativas subordinadas. Os resultados podem ser conferidos na tabela abaixo.

TABELA 35  
Tipologia das sequências encaixantes

| Sequências encaixantes                | N  | %     |
|---------------------------------------|----|-------|
| <b>Ip deliberativa → Is narrativa</b> | 6  | 37,50 |
| <b>Ip narrativa → Is narrativa</b>    | 4  | 25    |
| <b>Ip complexa → Is narrativa</b>     | 4  | 25    |
| <b>Ip descritiva → Is narrativa</b>   | 2  | 12,50 |
| <b>Total</b>                          | 16 | 100   |

Há uma porcentagem maior de sequências narrativas subordinadas a sequências deliberativas (37,50%). O limite do corpus desta etapa do trabalho não autoriza generalizar as conclusões sobre o tipo de discurso das sequências que subordinam sequências narrativas no gênero reportagem. Mas é possível dizer que, pelo menos nas

reportagens estudadas nesta etapa do trabalho, as sequências narrativas subordinadas costumam se encaixar em sequências deliberativas, o que talvez seja uma característica do gênero reportagem a ser verificada com a análise de um corpus mais extenso<sup>142</sup>. Nessa configuração, o jornalista apresenta seu ponto de vista ou o de um terceiro em uma sequência deliberativa e, em seguida, introduz uma sequência narrativa, com o fim de argumentar ou comentar a opinião expressa no cotexto. É o que ocorre neste trecho.

- (69) Para muitos moradores, a culpa da cheia [em uma região de São Paulo] não é só da natureza. “Como é possível demorar mais de um mês para a água voltar ao rio? Faça sol ou faça chuva, a área inundada permanece a mesma”, afirma Ronaldo Delfino de Sousa, um dos líderes do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal. “É isso que leva o povo a desconfiar que a tragédia possa ter sido causada intencionalmente e persiste porque o governo não moveu uma palha para tentar drenar a água e limpar os córregos.”

*(Su) (01) Revoltada, (02) a moradora de um conjunto habitacional que sofreu com as inundações constrangeu o prefeito Gilberto Kassab (DEM), no início de janeiro, (03) ao cobrar ações mais efetivas da prefeitura. (Com) (04) “Vamos pôr o pé na lama? (05) Nós queremos o senhor lá para sentir na pele o que a gente sente”, (06) disse na ocasião. (Res) (07) “Todos estão fazendo o maior esforço possível em prol das famílias”, (08) respondeu o Kassab, (09) reiterando que a prefeitura está oferecendo o auxílio-aluguel e se empenha na busca de soluções. (sn7/r2/c)*

Na sequência deliberativa, o jornalista apresenta o ponto de vista dos moradores da região inundada, segundo os quais “a culpa da cheia não é só da natureza”. Para comprovar a desconfiança da população para com o poder público, o jornalista conta, na sequência narrativa (em itálico), que uma moradora cobrou “ações mais efetivas da prefeitura”, constrangendo o então prefeito de São Paulo.

#### 6.6.4 Síntese da análise cotextual

Resumindo as análises apresentadas neste subitem, verifiquei que, na macroestrutura da reportagem, as sequências narrativas costumam exercer a função cotextual de argumento. Assim, o jornalista costuma construir sequências narrativas para subordiná-las a sequências frequentemente deliberativas, em relação às quais os acontecimentos expressos nas sequências narrativas o auxiliam na justificativa, na comprovação, na exemplificação de um ponto de vista. Nesse sentido, em reportagens, o emprego de sequências narrativas parece atuar como um recurso que permite ao jornalista assumir

---

<sup>142</sup> Em análise de gêneros orais formais, Travaglia (2002) obtém resultado semelhante, ao estudar o que conceitua como transições tipológicas. Nesse estudo, o autor constata que 67,5% das 120 transições identificadas em seu corpus correspondem à passagem da dissertação para a narração.

um posicionamento, mas sem comprometer a sua credibilidade e a suposta objetividade de seu discurso.

### **Considerações finais**

Com o estudo da forma de organização composicional, foi possível identificar uma série de propriedades típicas das sequências narrativas do gênero reportagem. Como vimos ao longo das análises da construção interna das sequências e da sua função cotextual, essas propriedades se devem, em grande medida, ao impacto que o gênero reportagem exerce sobre os autores de exemplares desse gênero. Com efeito, ao produzirem uma reportagem, editores, repórteres e fotógrafos agem sob o “comando” de diferentes restrições de ordem referencial, tais como visadas, suporte, linha editorial, status sociais, etc. Essas restrições, que entram na definição do gênero, levam a regularidades na construção de uma reportagem de modo geral e das suas sequências narrativas em particular. Neste capítulo, focalizei as regularidades em alguns dos diferentes módulos e formas de organização das sequências narrativas e na função cotextual dessas sequências.

Com as análises apresentadas, procurei, assim, alcançar outro objetivo específico desta tese, que é *identificar a marcação linguístico-discursiva típica e a função cotextual típica das sequências narrativas extraídas de reportagens*.

Como exposto no capítulo 3, as análises realizadas neste capítulo, sobre a forma de organização composicional, e no anterior, sobre a forma de organização sequencial, procuraram apreender o papel que o gênero reportagem exerce na construção do seu tipo narrativo e das sequências narrativas. Dessa forma, essas análises evidenciaram em que medida o gênero enquanto conjunto de representações sócio-historicamente constituídas sobre o mundo em que o discurso se insere influencia a constituição ou o estabelecimento de representações também sócio-historicamente constituídas sobre o mundo que o discurso representa (os tipos de discurso) e sobre a forma como esse mundo é tipicamente textualizado.

De posse desse inventário de propriedades típicas do tipo narrativo do gênero reportagem, é preciso considerar que, ao produzir uma sequência específica, um jornalista não atualiza todas essas propriedades ou representações típicas, como se seguisse rigidamente as etapas de uma receita. Ao contrário, a situação de ação ou o

contexto em que um dado jornalista atua exerce um impacto importante sobre a construção dessa sequência, já que é em função do contexto que o jornalista vai decidir quais propriedades do tipo narrativo devem e quais não devem ser atualizadas, a fim de que a sequência possa exercer determinada função na construção da reportagem. Isso porque, na relação interpessoal que estabelece com o leitor previsto, o jornalista opta pelo emprego desse ou daquele recurso, em virtude da imagem que constrói desse leitor e da imagem que deseja que o outro construa de si.

Em outros termos, as opções que um jornalista específico realiza ao compor uma sequência narrativa de uma reportagem, a fim de produzir determinados efeitos de sentido, são reguladas por restrições contextuais, que implicam *processos de acomodação* das representações genéricas e das regularidades discursivas delas decorrentes, em função das relações de face, de território e de lugares que se dão entre os interactantes. É ao estudo desses processos de acomodação que se dedica o capítulo final desta tese, ao analisar a forma de organização estratégica do discurso.



## **7 ANÁLISE DA FORMA DE ORGANIZAÇÃO ESTRATÉGICA**

Como exposto no capítulo 3, defendo neste trabalho que o estudo das funções contextuais das sequências narrativas deve ser realizado na forma de organização estratégica e não na forma de organização composicional. Com base nas reformulações propostas no capítulo 3 para o estudo dos tipos de discurso e das sequências discursivas no Modelo de Análise Modular, o estudo da forma de organização sequencial permitiu verificar o impacto do gênero reportagem na constituição do tipo narrativo característico desse gênero. Já o estudo da forma de organização composicional permitiu extrair uma série de regularidades linguístico-discursivas que, decorrentes do gênero, auxiliam na caracterização desse tipo. Desses estudos, desenvolvidos nos capítulos 5 e 6, resultou um inventário de informações sequenciais, sintáticas, relacionais, informacionais e enunciativas sobre o tipo narrativo da reportagem. Por terem sido apreendidas por meio da análise de um corpus relativamente extenso de sequências narrativas componentes de diferentes reportagens publicadas em diferentes veículos de comunicação, essas regularidades podem ser entendidas como expectativas de que os jornalistas se valem no momento em que produzem uma sequência narrativa específica.

Mas, em função do contexto em que se insere, um dado jornalista, ao produzir sequências narrativas específicas, passa essas expectativas por um processo de acomodação, por meio do qual avalia a pertinência dessas expectativas. No capítulo 3, defini o contexto como uma noção situacional, para cuja definição convergem informações dos enquadres interacional e acional. Essa definição pressupõe que, ao agirmos, levamos em conta informações sobre a materialidade da interação (enquadre interacional), sua finalidade, o status social dos interactantes, os papéis assumidos e as ações realizadas na interação (enquadre acional). Pressupõe também que o agente, ao atualizar as expectativas genéricas em uma situação de ação, toma os parâmetros que definem essa situação (o contexto) como um “filtro” por onde ele passa essas expectativas, acomodando-as.

Nesse sentido, a construção de uma sequência narrativa específica sofre o impacto das relações interpessoais que se negociam em contexto, relações que implicam a gestão das faces, dos territórios e dos lugares por parte dos interactantes. Em outros termos, o contexto influencia a construção de uma sequência narrativa, porque os recursos

empregados nessa construção constituem estratégias discursivas que permitem aos interactantes diminuir as ameaças às faces e aos territórios em jogo. Dessa forma, é na relação com o outro que o produtor de uma sequência vai decidir como atualizar as expectativas que definem o tipo narrativo, em virtude da função que essa sequência vai exercer na gestão de imagens recíprocas.

Por esse motivo, propus no capítulo 3 que o estudo das funções contextuais das sequências narrativas específicas passe a ser realizado na forma de organização estratégica, a qual, conforme o modelo modular, tem como finalidade estudar as estratégias discursivas empregadas pelos interactantes para proceder à gestão das relações de faces, territórios e lugares. Na realização desse estudo, combino informações dos enquadres acional e interacional, relativas à definição do contexto, com informações sequenciais, sintáticas, relacionais, informacionais, enunciativas e composicionais, as quais, nos capítulos anteriores, auxiliaram na descrição e na explicação do tipo narrativo da reportagem<sup>143</sup>.

Neste capítulo, esse estudo vai focalizar as sequências narrativas publicadas em quatro reportagens do corpus, uma de cada revista (Carta Capital, Época, IstoÉ e Veja), situando-se no segundo nível do enquadre interacional, aquele em que, como exposto no capítulo 3, as relações de faces, territórios e lugares são negociadas pelo narrador (o jornalista) e pelo narratário (o cidadão). Vale lembrar que a decisão de situar a análise nesse nível interacional se deve ao fato de que esta pesquisa estuda o produto discursivo, o qual não dá acesso a informações precisas a respeito dos atores efetivamente envolvidos no processo de produção das reportagens e dos leitores empíricos e de suas reações durante a leitura. Essa particularidade me impede, assim, de realizar afirmações sobre as relações de face, territórios e lugares entre as instâncias pertencentes aos níveis superiores em relação àquele em que narrador e narratário se situam.

---

<sup>143</sup> Os enquadres acionais das reportagens estudadas nesta etapa da pesquisa encontram-se no anexo C1. Como do ponto de vista da materialidade das interações (canal, modo e tipo de vínculo) as reportagens apresentam grande semelhança, o estudo dessa materialidade toma por base o enquadre interacional apresentado no capítulo 3 (subitem 3.3.1.2, figura 16).



Como explicado no capítulo 4, todas as quatro reportagens tratam das catástrofes naturais ocorridas na passagem dos anos de 2009 para 2010, o que permitirá a comparação das estratégias discursivas empregadas.

### **7.1 *A culpa não é só da Natureza* (Revista Carta Capital)**

Nas reportagens impressas, a relação de lugares entre os agentes está diretamente ligada à gestão das relações de faces e territórios. De modo geral, nessas reportagens, o jornalista ocupa um lugar alto ou dominante, por ser um profissional ligado a um veículo de comunicação de referência, por ser aquele que tem a palavra e propõe os tópicos e por deter um conhecimento que, a princípio, o leitor não detém, considerando o acesso a fontes a que o leitor não poderia ter acesso (SIMUNIC, 2004). Para contornar os riscos que essa relação vertical de lugares poderia trazer para as faces e os territórios dos interactantes, o jornalista se apresenta como um prestador de serviço, como um profissional que tem o dever ético de informar o cidadão, revelando a ele o que outros tentam esconder e é necessário para a sua atuação como cidadão. Apresentando-se dessa forma, o jornalista se aproxima do cidadão e pode tornar menos conflituosa e mais equilibrada a gestão das relações de faces e territórios.

Entretanto, a diminuição da verticalidade entre os lugares ocupados pelo jornalista e pelo cidadão não é dada de antemão, mas é construída no curso da reportagem, por meio de estratégias discursivas. Essas estratégias são aquelas que o narrador utiliza para construir, para si, a imagem de jornalista ético e merecedor de credibilidade e, para o narratário, a imagem de cidadão interessado nas informações atuais referentes ao espaço público. Como se percebe, nas reportagens, o alcance de um equilíbrio na relação de lugares torna bastante delicada a gestão das relações de faces e territórios.

Por isso, no enquadre acional da reportagem “A culpa não é só da Natureza”, todas as ações que o jornalista realiza (apontar responsáveis por catástrofes naturais, informar as causas das catástrofes, criticar a ocupação territorial, etc) e todos os papéis praxeológicos que assume (denunciante, informador, crítico) auxiliam na manutenção de sua face, construindo a imagem de um profissional que busca prestar um serviço de utilidade pública e que se preocupa com o bem-estar do cidadão. Procedendo dessa forma, o jornalista, ao mesmo tempo, indica ao narratário qual é o status que lhe cabe na interação (o de cidadão), bem como as ações participativas que deve realizar (conhecer

os responsáveis por catástrofes naturais, avaliar as denúncias, informar-se das opiniões de especialistas) e os papéis praxeológicos que deve assumir (avaliador, informado, crítico)<sup>144</sup>.

Agindo desse modo, o jornalista constrói um discurso que preserva a face do cidadão, já que este é sempre tratado como um interlocutor que merece ser informado sobre acontecimentos atuais, que precisa saber das ações de outros setores (empresas, órgãos, governos) e que exige saber de acontecimentos cujas fontes são merecedoras de confiança.

Ao mesmo tempo, o discurso assim construído permite a preservação dos territórios dos interactantes. Do ponto de vista do jornalista, a interação entre ele e o cidadão é interna em relação à interação entre os autores e leitores empíricos e àquela entre a instância midiática (a empresa de comunicação) e a instância de recepção. Esse embotamento interacional revela que a produção de uma reportagem, como “A culpa não é só da Natureza”, é o produto final de um processo complexo que envolve interesses políticos, mercadológicos, empresariais, etc, processo que considero pertencente ao território do jornalista, porque se trata de informações às quais ele evita que o outro tenha acesso. A ausência de qualquer menção a esses interesses ao longo da interação constitui uma estratégia de proteção desse território.

Do ponto de vista do cidadão, o jornalista não realiza críticas quanto às suas atitudes. Em se tratando de uma reportagem sobre desastres naturais, o cidadão poderia ser acusado de omissão, ao não cobrar providências de autoridades públicas ou ao não denunciar ocupações em áreas de risco de enchente ou de desabamento. A ausência de críticas ou de cobranças dessa espécie pode ser entendida como uma estratégia do jornalista para minimizar a invasão do território do cidadão ou para tornar menos perigosa e incômoda a tomada de fala já invasiva desse território.

A seguir, examinarei as estratégias utilizadas pelo jornalista para manter o equilíbrio entre os lugares dos interactantes que dialogam por meio da reportagem “A culpa não é só da Natureza” e reduzir ameaças potenciais às suas faces e aos seus territórios. Nesse

---

<sup>144</sup> Como exposto na definição do enquadre interacional (capítulo 3), o narratário constitui uma construção intratextual que indica aos leitores como devem se apropriar do texto e, consequentemente, como devem se relacionar com o narrador (RABATEL, 2007).

exame, tendo em vista os objetivos deste trabalho, focalizarei sobretudo as sequências narrativas, verificando de maneira mais atenta as funções que elas exercem na gestão de faces e territórios.

A sequência que inicia a reportagem, logo após o subtítulo, é a sua primeira sequência narrativa (sn1/r1/c). Nessa sequência, o jornalista busca defender que a culpa pelas catástrofes naturais ocorridas na passagem de 2009 para 2010 não é só das chuvas, mas também das autoridades públicas. Por isso, essa sequência constitui o recurso escolhido pelo jornalista para realizar a ação de “denunciar quem são os responsáveis por catástrofes naturais”. A realização dessa ação implica que, na construção da sequência, o jornalista assuma o papel praxeológico de denunciante e não simplesmente o de informador. Ou seja, nessa sequência, ele não se mostra preocupado apenas em informar, mas também em realizar uma denúncia.

O papel assumido pelo jornalista na construção dessa sequência torna delicada a gestão da relação de faces e de lugares na interação com o cidadão. Isso porque, para um jornalista, constitui ameaça para sua face apresentar-se como alguém que vai responsabilizar autoridades públicas por catástrofes naturais, na medida em que pode comprometer a imagem de profissional imparcial, que evita explicitar um ponto de vista, para que o leitor tire suas próprias conclusões (HERNANDEZ, 2006). Ao mesmo tempo, esse papel que o jornalista assume constitui um risco para a face do cidadão, que se vê como alguém a quem foi negado o direito de conhecer os diferentes pontos de vista sobre a questão e de formar sua opinião por conta própria. Por esse motivo, a assunção desse papel de denunciante já no início da reportagem pode colocar o jornalista num lugar alto, como o daquele que sabe e que é capaz de formular um julgamento a ser acatado pelo outro, o qual, caso sinta que sua face tenha sofrido ataque, pode se recusar a continuar participando da interação e abandonar a leitura.

Para tornar a gestão de faces e de lugares menos problemática, diminuindo os riscos às faces dos parceiros da interação e equilibrando a relação de lugares, o jornalista se vale de várias estratégias discursivas na construção dessa sequência narrativa que abre a reportagem.

Nessa sequência, o jornalista não realiza a acusação contra autoridades públicas logo no sumário. Nesse episódio, ele indica que uma acusação será feita nos episódios seguintes,

antecipando que “as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas” (ato 03). Como se vê, ele ainda não indica quem deve dividir com a natureza a culpa pelas catástrofes. Por isso, esse episódio se liga ao restante da sequência por uma relação de preparação.

No estágio inicial dessa sequência, ele traz informações meteorológicas, por meio das quais reconhece que o papel das chuvas não deve ser desprezado:

- (01) (06) Em anos passados, (07) o *El Niño*, como é conhecido o fenômeno que atinge as águas equatoriais desse oceano, também causou estragos consideráveis, com enchentes e deslizamentos de terra em várias cidades do território nacional. (08) Também não resta dúvida de que neste ano a situação foi ainda mais grave. (sn1/r1/c)

Com essas informações, o jornalista, revelando prudência, se mostra consciente de que, antes de fazer uma acusação, deve levar em conta os vários fatores que contribuíram para a ocorrência das catástrofes naturais. Por esse motivo, esse episódio também se liga aos episódios subsequentes por uma relação de preparação.

É só na complicação que o jornalista faz a acusação:

- (02) (09) O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande do Sul, sugerem que uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana, (10) como têm alertado alguns especialistas. (11) Ou sobre a inação, conforme o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades. (sn1/r1/c)

É interessante observar que a informação de que a ação humana é em parte responsável pelas catástrofes é atribuída a especialistas, num segmento de discurso indireto explícito (*como têm alertado alguns especialistas*). Ao atribuir essa informação a especialistas, o jornalista reforça sua imagem de profissional merecedor de credibilidade.

Além disso, no ato (09), a acusação é introduzida pelo verbo *sugerem*. O emprego desse verbo constitui uma estratégia discursiva importante, porque ameniza potenciais riscos à face do jornalista, ao atenuar a acusação e ao contribuir para a construção da imagem de um profissional que não acusa apressadamente e que leva em conta os fatos e o parecer de especialistas.

Em (09), é importante ainda a forma como o jornalista sinaliza o encadeamento desse ato ao seu tópico, que é: “as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas”, informação ativada inicialmente no ato (03). Em (09), esse tópico é

categorizado como *as catástrofes*, expressão nominal que revela o ponto de vista do jornalista:

- (03) O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga (...), os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande (...), ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí (...) sugerem que uma parcela considerável da responsabilidade **pelas catástrofes** [as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas] ocorridas recai sobre a ação humana. (sn1/r1/c)

Ao categorizar o tópico como *as catástrofes*, o jornalista valoriza sua face e reforça a imagem de alguém que reconhece a gravidade da situação vivida pelos moradores das regiões afetadas e que se interessa pelo bem-estar do cidadão.

É somente após o uso dessas estratégias que o jornalista se sente seguro para afirmar ao final da sequência, na avaliação:

- (04) (12) Em matéria de uso do solo, (13) a regra nacional ainda é a ausência de regulação pública ou o descaso com as leis existentes, (14) mantidas apenas no papel. (sn1/r1/c)

Esse episódio, no nível relacional, exerce a função de comentário em relação à complicação. Com essa estratégia, o jornalista consegue neutralizar a ameaça potencial que constituiria para a sua face denunciar e criticar aqueles que considera responsáveis pelas catástrofes logo no início da sequência que inicia a reportagem.

Mesmo atenuada por estratégias que a tornam menos agressiva, a acusação feita na complicação tem importância central para a sequência narrativa e para a reportagem como um todo. A importância dessa acusação para a sequência se verifica pelo fato de que ela foi feita na complicação, episódio que, como vimos no capítulo 5, costuma trazer o acontecimento motivador da escrita da sequência. Além disso, nessa sequência, a complicação, como é próprio do tipo narrativo da reportagem, ocupa a intervenção mais principal na estrutura hierárquica, integrando, por isso mesmo, o seu primeiro plano:

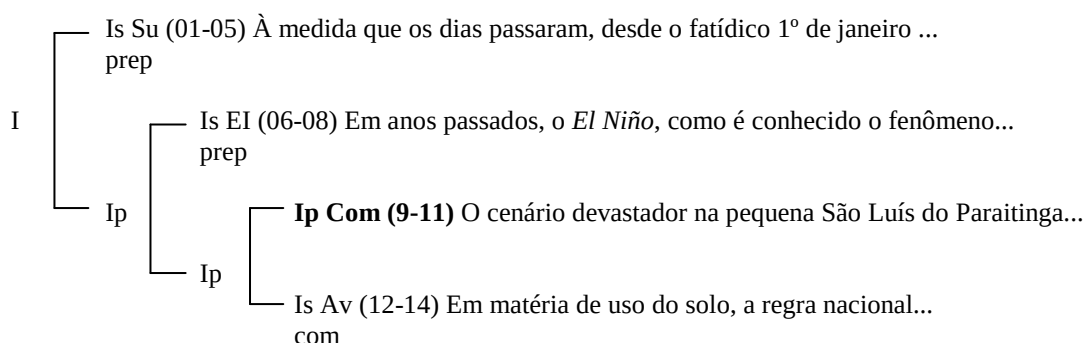


FIGURA 39 - Estrutura hierárquico-relacional (sn1/r1/c)

Com base no estatuto hierárquico da complicação, verifica-se que a acusação que ela traz é a informação mais importante da sequência. Assim, o jornalista se vale da estratégia de trazer a declaração de especialistas no constituinte mais superior hierarquicamente para se apresentar como um profissional merecedor da credibilidade do cidadão e interessado em seu bem-estar. Ao mesmo tempo, o jornalista valoriza a face do cidadão, já que mostra ser legítima a atitude de denunciar aqueles que, a fim de alcançar benefícios financeiros, expõem outros cidadãos a desastres naturais, e confirma as expectativas de credibilidade do cidadão, ao atribuir a denúncia a especialistas.

Quanto à importância da acusação feita na complicação para a reportagem como um todo, essa sequência narrativa, na macroestrutura hierárquica da reportagem, ocupa a intervenção mais principal:

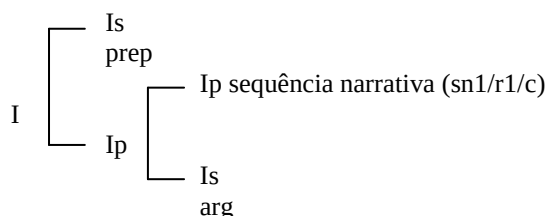


FIGURA 40 - Macroestrutura hierárquico-relacional da reportagem “A culpa não é só da Natureza”

Como mostra a macroestrutura, a sequência narrativa é principal em relação a todas as outras sequências discursivas, as quais vão formar uma intervenção subordinada (Is) com função de argumento. Dessa forma, verifica-se que a acusação contra autoridades públicas feita na complicação da (sn1/r1/c) é a informação mais importante da reportagem. O título, ao anunciar que “A culpa não é só da Natureza”, corrobora essa interpretação.

Após a (sn1/r1/c), o jornalista apresenta nas sequências deliberativas e descritivas seguintes a catástrofe mais séria, a de São Luiz do Paraitinga, e os seus responsáveis, alternando a assunção dos papéis praxeológicos de denunciante e de informador.

Colocadas depois dessas sequências, as três outras sequências narrativas dessa reportagem (sn2/r1/c, sn3/r1/c, sn4/r1/c) finalizam o texto e são subordinadas a esta sequência deliberativa:

- (05) O histórico de ocupações irregulares e em condições inapropriadas no litoral brasileiro não é, porém, de responsabilidade da administração atual, muito menos restringe-se ao litoral fluminense, onde os licenciamentos ambientais não são levados a sério.

Ao assumir nessa sequência deliberativa o papel de denunciante, o jornalista precisa, nas sequências narrativas seguintes, apresentar provas do que afirmou, para que não sofra dano a imagem que veio construindo de profissional merecedor de credibilidade, que só faz acusação ou denúncia com o respaldo de especialistas. Por isso, essas sequências narrativas funcionam como argumentos para as informações expressas na sequência deliberativa.

Dessas sequências, a última (sn4/r1/c) é a que exerce um papel mais relevante na gestão das faces e territórios dos interactantes. Já no sumário, o jornalista indica que vai denunciar a “precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado” (ato 03). Com a ativação dessa informação, ele assume mais uma vez o papel de denunciante de problemas enfrentados por cidadãos. Na complicação, o jornalista informa quais são esses problemas (congestionamentos causados pela interdição de rodovias e falta de informações), mas não explicita de que maneira teve acesso a essas informações.

Como essa omissão da fonte pode ser perigosa para sua face, por colocar em risco sua credibilidade, o jornalista, na resolução e na avaliação, traz declarações de policiais:

- (06) **(Res)** (07) No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba, (08) os policiais preferiram manter os telefones fora do gancho (09) para não ser incomodados. **(Av)** (10) ‘Não sabemos como está a situação na direção de Caraguatatuba, (11) cuidamos apenas do trecho entre Ubatuba e Paraty. (12) Parece que o jeito é rodar mais 400 quilômetros e ir por Angra’, (13) afirma, na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento. (sn4/r1/c)

Esses episódios funcionam como argumentos para a complicação, porque, ao representar o discurso de policiais omissos e desinteressados no bem-estar dos motoristas, o jornalista faz parecer que esteve no local e justifica a afirmação feita na complicação de que “A situação ali foi agravada pela interdição de rodovias e a falta de informações” (ato 06).

Na resolução, o segmento de discurso indireto implícito (*para não ser incomodados*) ocupa o constituinte hierarquicamente mais superior desse episódio.

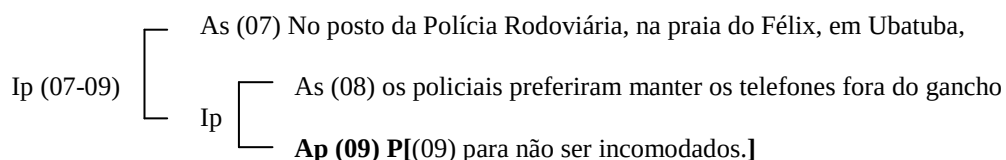


FIGURA 41 - Estrutura hierárquico-relacional e segmento de discurso formulado (sn4/r1/c)

Com esse recurso, o jornalista parece querer destacar que, para ele, é absurdo o fato de policiais não atenderem aos telefones, quando pessoas (cidadãos) necessitam de ajuda. Mas vale notar que essa crítica, feita de modo irônico, não é explícita. O jornalista poderia ter dito: “No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba, foi absurda a atitude dos policiais, que preferiram manter os telefones fora do gancho para não ser incomodados.” Mas uma crítica ostensiva como essa poderia ser problemática para a construção da imagem de jornalista imparcial. Por isso, para manter a face, ele opta por uma crítica indireta e irônica, materializada em um segmento de discurso formulado indireto implícito.

Vale observar ainda que, como estratégia que visa atender à exigência de credibilidade do leitor e, ao mesmo tempo, valorizar sua face, o jornalista, na avaliação, traz a declaração do policial em um segmento de discurso direto explícito, o que contribui para criar um efeito de objetividade, como se o jornalista se limitasse a transcrever a fala do policial.

Nesse episódio, contribui para a criação desse efeito a passagem do pretérito perfeito 1, no discurso produzido pelo jornalista, para o presente, no discurso produzido pelo policial, bem como a embreagem temporal que o jornalista realiza ao empregar o verbo de fala *afirma*, em (13):

(07) (10) “Não sabemos como está a situação na direção de Caraguatatuba, (...)” (13) **afirma**, na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento. (sn4/r1/c)

Com o emprego de verbos no presente, o jornalista presentifica uma ação passada, o que contribui para fazer parecer que, entre a declaração feita pelo policial e a leitura dessa declaração, não há defasagem temporal e que, dessa forma, os fatos e os discursos representados são bastante atuais.

É somente após a utilização de todas essas estratégias de manutenção, proteção e valorização de face que o jornalista se permite explicitar seu próprio ponto de vista, denominando o policial que deu a declaração como *um desinteressado oficial*, no ato



(13). As estratégias mencionadas visam a construir a imagem de um jornalista interessado no bem-estar do cidadão e em prestar um serviço de utilidade pública e, ao mesmo tempo, uma imagem desfavorável do policial. Por isso, a explicitação de uma crítica a esse policial “desinteressado”, no final da sequência narrativa, não constitui uma ameaça à face do jornalista.

Essa crítica é um exemplo interessante de que, para saber se uma ação é favorável ou desfavorável para a gestão de faces e territórios, é preciso levar em conta o contexto em que ela é empregada. A princípio, pode-se pensar que uma crítica a policiais é perigosa para a face de um jornalista, já que pode sofrer prejuízo a imagem de profissional imparcial, que deixa para o leitor a tarefa de tirar conclusões e de julgar. Mas, no contexto da reportagem “A culpa não é só da Natureza”, essa crítica funcionou como uma estratégia de manutenção de face, por mostrar um jornalista que se colocou ao lado de cidadãos e contra aqueles que não os auxiliaram, no momento em que necessitavam de ajuda.

Ao evidenciar a forma como o jornalista faz a gestão das relações de faces, territórios e lugares, a análise das sequências narrativas da reportagem “A culpa não é só da Natureza” permite chamar a atenção para um aspecto bastante relevante da construção das produções discursivas. Esse aspecto diz respeito ao modo como o produtor do discurso, em função do contexto em que se insere, avalia as expectativas relativas ao gênero a que pertence o discurso em produção.

Ao definir o contexto no capítulo 3, defendi, com base em Filliettaz (2003, 2006), que as representações acerca das atividades sócio-culturalmente constituídas, os gêneros, não constituem modelos e regras que os agentes estão condenados a seguir no curso de suas ações. Ao contrário, os parâmetros contextuais têm papel relevante na “filtragem” dessas representações e expectativas ligadas a um gênero. Assim, em função do contexto, o produtor do discurso submete essas esquematizações a um processo de acomodação, por meio do qual avalia o que é ou não é pertinente para a construção de seu discurso e, no que aqui interessa, de suas sequências narrativas.

Nos capítulos 5 e 6, vimos que as características do gênero reportagem, tal como definido no capítulo 3, levam a recorrências no nível da constituição do tipo narrativo, no nível microestrutural de composição das sequências narrativas e no agenciamento

dessas sequências em relação ao cotexto. Nesse sentido, é possível entender todas essas recorrências como expectativas que, por serem motivadas pelo gênero reportagem, entram na sua definição.

A análise da forma de organização estratégica das sequências narrativas da reportagem “A culpa não é só da Natureza” permite verificar que essas expectativas passam por um processo de acomodação, tendo em vista o contexto em que são mobilizadas. Assim, em função da gestão das relações de faces, de territórios e de lugares, o jornalista avalia essas expectativas, julgando como devem ser atualizadas.

Um exemplo desse processo de avaliação de expectativas genéricas ocorre na complicação da primeira sequência narrativa da reportagem analisada (sn1/r1/c). Nessa sequência, o jornalista contraria expectativas ligadas à forma de organização enunciativa do tipo narrativo da reportagem. No capítulo anterior, vimos que na complicação predominam os discursos indiretos e implícitos, por meio dos quais se busca alcançar um efeito de evidência. Mas, na complicação dessa sequência, a única ocorrência de discurso formulado se dá de forma indireta e explícita:

- (08) (09) O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga (...), os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande (...) ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí (...) sugerem que **Es**[uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana,] (10) como têm alertado alguns especialistas. (sn1/r1/c)

Nesse caso, o uso do discurso indireto e implícito poderia comprometer a credibilidade do jornalista, já que a denúncia ficaria sob sua responsabilidade ou a cargo de uma fonte indefinida. Se empregasse essa forma de discurso formulado, o jornalista tornaria possível a realização de questionamentos sobre a veracidade da denúncia, sobre a sua legitimidade para realizar tal denúncia e sobre os seus interesses em preservar a identidade de sua fonte. Como questionamentos acerca da legitimidade do jornalista para dizer o que diz são bastante perigosos para a manutenção de sua face (BURGER, 1995), o jornalista da sequência acima contraria uma expectativa do tipo narrativo da reportagem, explicitando a fonte do discurso representado, os especialistas. Esse exemplo mostra, assim, como um jornalista avalia expectativas ligadas ao gênero reportagem, submetendo-as a um processo de acomodação, em função do contexto e, mais especificamente, da negociação da relação de faces e de territórios com o cidadão.

A análise realizada neste item revela que as sequências narrativas exercem função contextual importante na forma de organização estratégica da reportagem “A culpa não é só da Natureza”. Essas sequências contribuem para o estabelecimento de um equilíbrio entre os lugares que o jornalista e o cidadão ocupam na interação. Isso porque participa de sua composição uma série de estratégias discursivas que visam manter as faces e preservar os territórios dos interactantes. Nesse sentido, os recursos (lexicais, sintáticos, hierárquicos, relacionais, enunciativos, etc) empregados na construção das sequências narrativas possuem um “valor interacional” (AUCHLIN, 2001, p. 220), na medida em que estão a serviço das relações de faces, de territórios e de lugares que se dão entre jornalista e cidadão.

## **7.2 *É possível evitar?* (Revista Época)**

Na reportagem “É possível evitar?”, diferentemente da reportagem anterior, o jornalista parece se concentrar mais na busca por soluções para evitar novas catástrofes naturais do que na busca pelos culpados e pelas causas das catástrofes ocorridas na passagem de 2009 para 2010. Por esse motivo, a maior parte da reportagem se constitui da simulação de sete trocas entre o jornalista e vozes autorizadas. Essas trocas formam uma grande intervenção principal e subordinam esta sequência deliberativa, que, antecedendo as trocas, exerce a função de preparação:

- (09) Catástrofes tropicais de diferentes naturezas causam estragos inqualificáveis. Em muitos casos, porém, as forças da natureza podem ser previstas. ÉPOCA listou sete perguntas e ouviu especialistas para ajudar a esclarecer por que flagelos como o da primeira semana do ano acontecem e como evitá-los.

Nessas sete trocas, a pergunta produzida pelo jornalista é seguida de uma intervenção com função ilocucionária de resposta em que se mesclam segmentos de discursos produzidos pelo jornalista, por especialistas (geógrafos, geólogos e meteorologistas) e por vozes autorizadas (diretores de fundações, governadores, ministros). Represento a subordinação da sequência deliberativa pela intervenção formada pelas trocas por meio da seguinte macroestrutura.

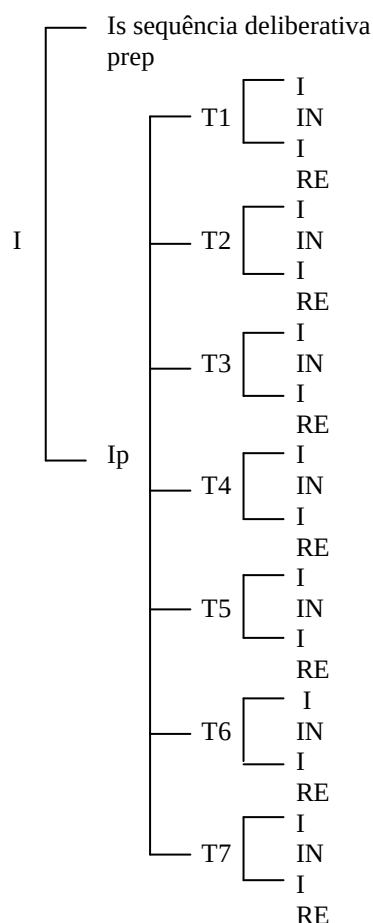


FIGURA 42 - Macroestrutura hierárquico-relacional da reportagem "É possível evitar?"

Do ponto de vista macroestrutural, essas trocas, em que se ouvem vozes autorizadas, constituem uma estratégia importante para a imagem do jornalista, que, representando discursos de instâncias confiáveis, beneficia-se dessa confiabilidade e pode satisfazer a exigência de credibilidade da instância com quem dialoga, o cidadão.

Mas é interessante notar que essas trocas não constituem uma simples estratégia de manutenção de uma face previamente assumida, mas, sim, de reparo e de valorização dessa mesma face. Isso porque, antes de produzir essas trocas, o jornalista, nos parágrafos iniciais da reportagem, havia realizado as ações participativas de apresentar as catástrofes naturais e de expor as causas dessas catástrofes e seus culpados. Na realização dessas ações, o jornalista utilizou recursos que inscrevem a sua subjetividade no texto e que, por isso mesmo, auxiliam pouco na construção da imagem de um profissional imparcial que busca informar o cidadão de maneira a criar um efeito de objetividade. Ao contrário, os recursos utilizados contribuem para imprimir

dramaticidade à reportagem, porque tentam sensibilizar o cidadão para a gravidade das catástrofes.

Assim, o jornalista constrói o primeiro parágrafo (uma sequência descritiva) por meio de uma lista de catástrofes naturais, as quais, no último ato do parágrafo, são categorizadas como *tragédias de verão* que “deixaram quase 70 mortos e milhares de desabrigados”. No parágrafo seguinte, o jornalista traz uma sequência deliberativa em que, comentando a sequência anterior, chama as tragédias de verão de *um drama que se repete todos os anos*. Nesse drama, as chuvas “não são as únicas vilãs”. “A combinação indesejada de chuvas fortes, ocupação irregular do solo e omissão do poder público tem se revelado devastadora. Culpar a força das águas não resolve.” Ao final desse parágrafo, o jornalista interpela o cidadão, perguntando: “Se os deslizamentos de terra tiram tantas vidas no Brasil, como é possível evitá-los?”

Como se vê, no início da reportagem, o jornalista assume abertamente os papéis praxeológicos de crítico e de denunciante. Ativando conceitos próprios do universo teatral (*tragédia, drama, vilã, cenário*), o jornalista assume de maneira clara um tom acusatório, de advogado em tribuna, e busca sensibilizar o leitor para o drama vivido por cidadãos. Dessa forma, ele não deixa dúvidas sobre o status que deve assumir a instância a quem se dirige. É com o cidadão que o jornalista interage. É o cidadão que ele procura informar e, mais ainda, sensibilizar para as tragédias vividas por outros cidadãos.

Os recursos empregados pelo jornalista no início da reportagem são eficazes para atender à exigência de captação do leitor, que encontra no jornalista uma espécie de defensor do cidadão. Mas, ao mesmo tempo, eles tornam bastante problemática a gestão das relações de faces, territórios e lugares.

Ao se apresentar como um defensor do cidadão, o jornalista assume um lugar alto, já que o cidadão é tratado como uma instância mais fraca, que precisa da defesa de alguém que, indignado e mais forte, proteja seus direitos e encontre culpados para as tragédias que atingem outros cidadãos. Nessa relação vertical de lugares, o jornalista ataca a face do cidadão, por evidenciar que o vê como alguém indefeso, e invade de modo ostensivo o seu território, uma vez que ao cidadão não é dado o direito de formar opinião ou de avaliar a situação por conta própria. De maneira recíproca, nessa relação com o cidadão,

o jornalista expõe sua face a riscos, porque constrói para si a imagem de alguém indignado, que se interessa mais em acusar culpados pelas tragédias que se repetem todos os anos do que em construir um discurso por meio do qual o cidadão possa ouvir diferentes pontos de vista para formar uma opinião. Construindo essa imagem, o jornalista expõe-se a questionamentos acerca de sua legitimidade para fazer acusações e críticas, questionamentos que, em última análise, podem comprometer profundamente a credibilidade de seu discurso (MENEZES, 2006).

Para amenizar os efeitos dos prejuízos sofridos pelas faces dos interactantes nesse início de reportagem e nivelar os lugares de ambos na interação, o jornalista introduz, então, a série de sete trocas mencionadas, nas quais ele simula dialogar com especialistas.

É bastante interessante observar que, se antes o jornalista usou uma linguagem dramática, que buscava despertar no cidadão sentimentos de compaixão pelas vítimas e de indignação contra os culpados, agora nas trocas ele “baixa o tom de voz”. Nessas trocas, a linguagem empregada é mais neutra e é marcada pelo emprego de recursos recorrentes em textos de divulgação científica, tais como segmentos de discursos diretos explícitos, termos técnicos acompanhados de apostos ou de orações adjetivas explicativas, expressões reformulativas (*ou seja*), sintagmas preposicionais de atribuição enunciativa (*Para X, Segundo X*), etc (OLIVEIRA, 2012, ORLANDI, 2001). De fato, nessas trocas, o jornalista opera um “apagamento enunciativo” (RABATEL, 2004, 2006), ao “sair de cena”, para buscar produzir um efeito de objetividade.

Percebe-se, então, que, a partir da sequência deliberativa que antecede as trocas, o jornalista remodela o contexto da reportagem “É possível evitar?”, reconfigurando os parâmetros do enquadre acional e assumindo outra linha de conduta. No novo contexto, o jornalista realiza, em especial, as ações de apresentar o parecer de especialistas e de alertar o cidadão. Ao realizar essas ações, ele se vale de estratégias por meio das quais busca reparar sua face, construindo a imagem de um jornalista merecedor de credibilidade, que evita opinar e que procura levar ao cidadão as declarações de especialistas e de vozes autorizadas.

A modificação do contexto operada pelo jornalista da reportagem em análise é interessante, porque mostra claramente que o contexto não é dado previamente, mas é construído pelos interactantes ao longo da interação. Além disso, revela que a

dinamicidade do contexto não é atributo exclusivo das interações face a face. Também nas interações unidirecionais, que se dão via canal escrito e em que há distância espacial e temporal, o contexto pode ser modificado, renovado, adaptado, em função dos efeitos que o produtor do discurso pretende alcançar<sup>145</sup>.

Feito esse sobrevoo pela reportagem, a continuação deste item vai mostrar a função que as cinco sequências narrativas presentes no texto exercem nos contextos em que ocorrem. Assim, exponho como as sequências auxiliam o narrador a construir, no primeiro contexto, a imagem de jornalista indignado e, no segundo contexto, a imagem de jornalista ponderado.

No contexto em que se apresenta como um jornalista indignado, o narrador produz duas sequências narrativas justapostas ou coordenadas entre si (sn1/r2/e, sn2/r2/e). Na macroestrutura do texto, as duas sequências formam uma intervenção subordinada, que funciona como argumento para as sequências descritiva e deliberativa precedentes. Nestas, o jornalista apresentou as tragédias e apontou os culpados (chuvas fortes, ocupação irregular do solo e omissão do poder público). Com as duas sequências narrativas subsequentes, ele parece querer comprovar ou reforçar a responsabilidade do poder público nas tragédias, ao representar os discursos do ministro da Integração Nacional e do governador do Rio de Janeiro.

Na complicação da primeira sequência (sn1/r2/e), o jornalista representa, em segmento de discurso indireto explícito, um anúncio feito pelo ministro:

- (10) (03) o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que **M**[o governo federal vai liberar R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense]. (sn1/r2/e)

Em comentário a esse anúncio, ele informa, em outro segmento de discurso indireto explícito:

- (11) (04) O ministro admitiu que, **M**[em 2009, o governo gastou apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas]. (sn1/r2/e)

Com o emprego do verbo de fala *admitiu*, o jornalista faz parecer que o ministro reconhece que o governo errou, ao gastar menos do que deveria na assistência contra acidentes naturais.

---

<sup>145</sup> Essa modificação do contexto justificou a elaboração de dois enquadres acionais para a reportagem “É possível evitar?”, os quais se encontram no anexo C1.

No estágio inicial e na complicação da segunda sequência narrativa (sn2/r2/e), o jornalista informa que o Rio foi o “(01) cenário da mais recente tragédia” e que nesse estado “(02) só se gastou 1,17% em ações preventivas”. Com o operador só, ele enfatiza a escassez de investimentos do governo do estado em medidas de prevenção. Em seguida, na avaliação, o jornalista ativa a informação *o governador do Rio, Sérgio Cabral*, no ato (03), fazendo dela o tópico de (04). Com isso, o jornalista coloca o governador do Rio no foco de atenção do cidadão, para representá-lo produzindo discursos. Nesses discursos, o governador atribui a culpa das tragédias aos governos precedentes, à população de baixa renda e ao crime paralelo e, ao mesmo tempo, se exime de qualquer responsabilidade:

- (12)     **(Av)** (03) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou **Gov[ ]** os **Gov[** “40 anos de omissão dos políticos”] no Brasil. (04) Para ele, **Gov[**(05) no Estado do Rio (06) a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é mais grave] **Gov[**(07) “porque associa a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime”.] (sn2/r2/e)

Como se pode notar, nessas duas sequências, o jornalista se vale de vários recursos linguístico-discursivos para realizar a ação de apontar responsáveis pelas tragédias, assumindo um tom acusatório e construindo para si a imagem de um defensor pouco imparcial do cidadão. Em ambas as sequências, ele apresenta autoridades públicas reconhecendo que gastaram menos do que deveriam em socorro às vítimas e em ações preventivas ou eximindo-se da culpa pelas catástrofes.

No contexto seguinte, em que se apresenta como um jornalista ponderado, o narrador produz três sequências narrativas (sn3/r2/e, sn4/r2/e, sn5/r2/e). Auxiliando na construção de um profissional merecedor de credibilidade, essas sequências integram trocas, constituindo intervenções que, nessas trocas, exercem a função ilocucionária reativa de resposta em relação a intervenções iniciativas de perguntas. Com esse recurso, que diz respeito ao nível hierárquico-relacional da reportagem, o jornalista, de maneira bastante habilidosa, faz parecer que as respostas são integralmente formadas pela representação de discursos produzidos por especialistas, o que não se verificou na análise enunciativa. O que essa análise revelou é que as respostas são bastante heterogêneas, havendo até segmentos de discurso produzidos pelo próprio jornalista.

Nesse novo contexto, a primeira sequência narrativa (sn3/r2/e) faz parte de uma intervenção que responde à pergunta: “Os políticos levam alguma vantagem em manter as construções irregulares?” Na resposta, o jornalista assume essencialmente o papel



praxeológico de informador e traz vários segmentos de discursos representados, para defender que “É raro ver políticos com coragem para remover moradores de áreas de risco”.

Subordinada à sequência deliberativa de que essa declaração faz parte, a sequência narrativa exemplifica essa característica de políticos. Nela, o jornalista informa que, mesmo com a prisão de responsáveis por fraudar licenças ambientais, em Angra dos Reis, em 2007, só dois anos depois o então prefeito da cidade anunciaria a proibição de construções em encostas. A maior parte dessas informações é ativada no estágio inicial e na complicação, em segmento de discurso indireto implícito, o qual não pode ser atribuído ao jornalista, mas a um policial, à assessoria da polícia ou a jornais da época:

- (13)     **(EI)** (01) No final de 2007, **(Com)** (02) a Operação Carta Marcada, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, tentou varrer de Angra dos Reis os responsáveis por fraudar licenças ambientais (03) para liberar obras irregulares. (04) Figuravam da lista de presos funcionários da prefeitura suspeitos de desviar R\$ 80 milhões dos cofres públicos. (sn3/r2/e)

Além disso, o jornalista, acomodando ao contexto as expectativas relativas ao tipo narrativo da reportagem, não atualiza nessa sequência o episódio avaliação, por meio do qual poderia julgar ou recriar a atitude do prefeito. Assim construída, essa sequência permite ao jornalista proteger-se de possíveis ataques, já que ele evita opinar explicitamente e baseia suas observações sobre políticos em acontecimentos que supostamente ocorreram.

Nesse contexto, a segunda sequência narrativa (sn4/r2/e) compõe uma intervenção que responde à pergunta: “Como remover as pessoas que já ocupam áreas ilegalmente?” Assumindo mais uma vez o papel de informador, o jornalista apresenta na resposta um exemplo de um programa do governo de São Paulo para retirar os moradores de uma unidade de conservação ambiental, a Serra do Mar. Na sequência narrativa, ele conta como o programa foi implantado.

- (14)     **(Com)** (01) Antes de remover as casas, (02) o governo “congelou” a área invadida. (03) Cerca de 70 homens da Polícia Militar Ambiental circulavam diariamente na região – a pé e motorizados – (04) para interditar novas edificações. (05) O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) identificou ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. (06) As famílias nesses locais seriam prioritárias para desocupação. **(Res)** (07) O programa seguiu com a construção de novos bairros. **(EF)** (08) A entrega das casas, prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida. **(Av)** (09) “Parte das famílias contempladas poderá ocupar as habitações ainda no primeiro semestre deste ano”, (10) diz Edmur Mesquita, coordenador do programa. (sn4/r2/e)

Também aqui, a maior parte da sequência é formada por um segmento de discurso indireto implícito, cuja fonte podem ser policiais, moradores da área ou funcionários do governo. Nesse segmento, o jornalista informa que a polícia militar circulava na região para impedir novas construções e que o governo do estado identificou ocupações em encostas com alta probabilidade de desabamento, para remover as famílias desses locais. Esse segmento corresponde à complicação da sequência (atos 01-06) e se subordina aos demais episódios por uma relação de tempo.

Ao subordinar a complicação aos demais episódios da sequência, o jornalista avalia uma expectativa do tipo narrativo da reportagem, segundo o qual os acontecimentos centrais (principais) são dados na complicação e os acontecimentos periféricos (subordinados) são dados em outros episódios. Ao submeter essa expectativa a um processo de acomodação em função do contexto em que produz a sequência narrativa, o jornalista decide que os acontecimentos mais recentes dados na resolução, no estágio final e na avaliação devem ocupar uma intervenção principal em relação à complicação. Ou seja, para ele, é mais importante o cidadão saber que o programa previa a construção e a entrega de novos bairros em 2009 (resolução), os quais até a data de publicação da revista não haviam sido entregues (estágio final), e que o coordenador do programa informou que as casas seriam entregues no primeiro semestre de 2010 (avaliação).

Represento essa interpretação com o auxílio da estrutura hierárquico-relacional da sequência narrativa:

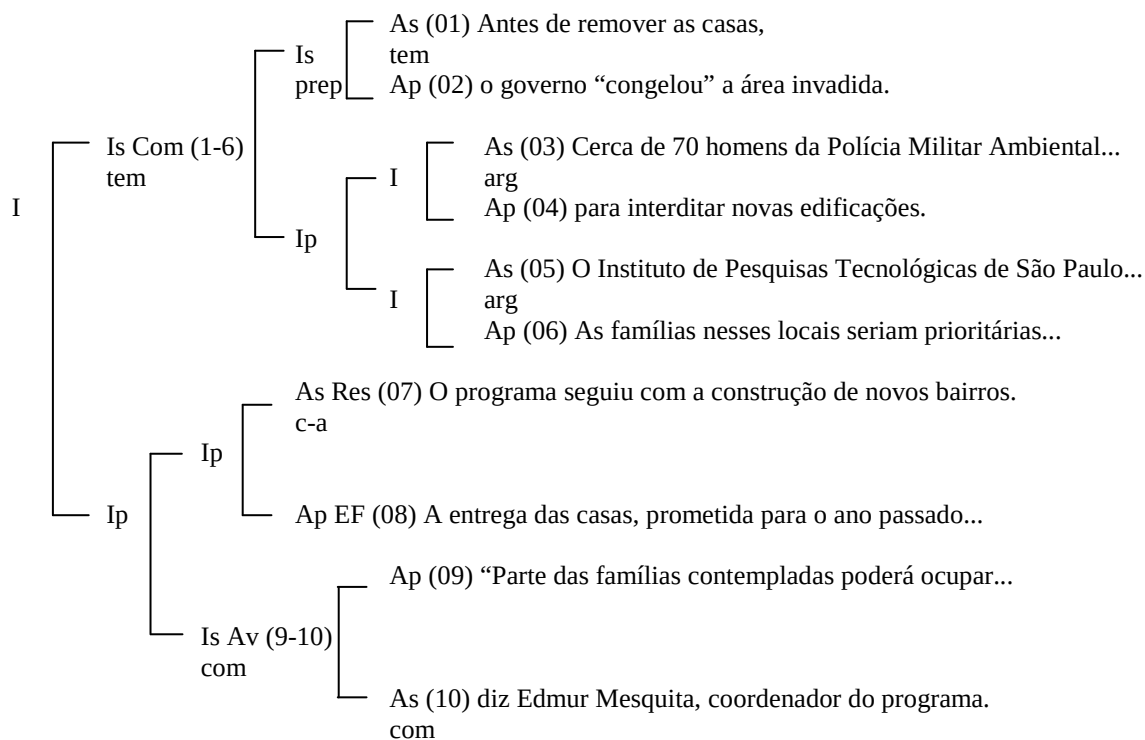


FIGURA 43 - Estrutura hierárquico-relacional (sn3/r2/e)

Assim procedendo, o jornalista consegue dar destaque para os acontecimentos que estão mais próximos do momento de enunciação (a data de publicação da revista). Para produzir esse efeito, contribui a passagem das formas verbais do sistema enuncivo (pretérito perfeito 2 e imperfeito), na complicação, para as formas verbais do sistema enunciativo (pretérito perfeito 1, futuro do presente e presente), no estágio final e na avaliação.

Ao destacar os acontecimentos finais da sequência narrativa, o jornalista revela que o programa, “apontado por especialistas como modelo”, não entregou as casas prometidas, sem, contudo, opinar ou se responsabilizar por qualquer avaliação. Com essa estratégia, ele consegue construir uma sequência com a qual valoriza sua face, ao se apresentar como um jornalista imparcial, cuja finalidade é trazer informações ao cidadão de forma neutra e objetiva.

A última sequência narrativa (sn5/r2/e) finaliza a reportagem e responde à pergunta: “Leis estaduais podem favorecer ocupações e aumentar os riscos?” Assim como ocorre nas duas sequências analisadas anteriormente, o jornalista constrói essa sequência empregando um conjunto de estratégias que o auxiliam a fazer parecer para o cidadão que sua única finalidade é dar informações.

Nessa sequência, ele informa, logo no sumário:

- (14) (01) Decretos estaduais não podem violar a Constituição Federal, (02) que proíbe **CF** ] obras em áreas de risco (03) como encostas, manguezais e rochas. (sn5/r2/e)

Com base nessa informação, que pode ter sido colhida na própria Constituição Federal (CF), o jornalista informa adiante, no estágio inicial e na complicação, que um decreto do governador do Rio, Sérgio Cabral, contraria essa proibição ao favorecer construções em uma área de proteção ambiental. Introduzida logo após o sumário, essa informação constitui uma crítica à atitude do governador, que teria assim violado a Constituição. Para proteger sua face e contribuir para a manutenção da imagem de profissional imparcial, que evita fazer acusações, o jornalista, no estágio inicial e na complicação, atribui a responsabilidade dessa crítica a ambientalistas:

- (15) **(EI)** (04) Ambientalistas criticaram **A** ] o decreto assinado em junho passado pelo governador Sérgio Cabral, **(Com)** (05) acusando-o **A** ] de favorecer novas construções na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios, (06) que engloba a Ilha Grande. (sn5/r2/e)

Em uma intervenção com função de contra-argumento, o jornalista representa, na avaliação, o discurso do presidente do Inea, Luiz Firmino, rebatendo as críticas dos ambientalistas. Para ele, “APA [Área de Proteção Ambiental] não é sinônimo de não poder fazer nada” (ato 07). Ao trazer essa declaração do presidente do Inea, o jornalista constrói a sequência utilizando basicamente o recurso de confrontar dois pontos de vista antagônicos acerca do mesmo acontecimento, o que contribui para fazer parecer que sua finalidade é apresentar os diferentes pontos de vista sobre a questão, para que o cidadão possa formar sua opinião.

Porém, é importante lembrar que, no sumário, o jornalista havia dito, com base na Constituição Federal, que “Decretos estaduais não podem violar a Constituição Federal”. Dar essa informação logo no primeiro episódio da sequência narrativa parece constituir uma estratégia engenhosa de que o jornalista se vale, a fim de direcionar a interpretação do cidadão para aceitar a crítica dos ambientalistas, sem, no entanto, explicitar seu ponto de vista e, conseqüentemente, trazer riscos para a imagem de jornalista ponderado e imparcial, imagem oposta à do jornalista indignado do início da reportagem.

A análise da forma de organização estratégica da reportagem “É possível evitar?” permitiu verificar a função das sequências narrativas na gestão das relações de faces, de

territórios e de lugares entre o jornalista e o cidadão. Na reportagem, o jornalista agiu inicialmente em um contexto em que se colocou numa posição dominante em relação ao leitor, expondo sua face a riscos e invadindo ostensivamente o território do cidadão. Modificando esse contexto inicial, ele empregou nas trocas recursos que evidenciam um esforço para reajustar sua linha de conduta, no sentido de se mostrar como um profissional imparcial, que busca apenas prestar um serviço ao cidadão. Como as análises mostraram, em ambos os contextos, os recursos escolhidos para a construção das sequências narrativas funcionaram como estratégias discursivas para a constituição da imagem do jornalista indignado no primeiro contexto e da imagem do jornalista ponderado no segundo.

### **7.3 *Eles não deveriam estar aqui* (Revista IstoÉ)**

Na interação que se estabelece por meio da reportagem “Eles não deveriam estar aqui”, o jornalista, assim como ocorre nas reportagens anteriormente analisadas, responsabiliza o poder público pelas catástrofes naturais ocorridas no final de 2009 e no início de 2010, assumindo o papel praxeológico de acusador. Mas, diferentemente das outras reportagens, aqui o jornalista responsabiliza também os cidadãos, tal como revela este trecho da parte inicial da reportagem:

- (16) As 74 mortes de Angra, e da Ilha Grande, são, talvez, o exemplo mais explícito de que os governantes e os brasileiros em geral precisam de uma vez por todas entender que a natureza é outra e não há como desafiar sua força.

Ou este trecho da parte final:

- (17) Esse nó, causado por uma série de fatores pelos quais os próprios moradores e também o poder público são responsáveis, não é fácil de desatar.

Porque responsabiliza “os brasileiros em geral” e “os moradores”, o jornalista não se apresenta como um simples defensor do cidadão. Ao longo da interação, as ações participativas que ele vai realizando (apontar as catástrofes naturais, informar as causas das catástrofes, apontar os culpados pelas catástrofes, etc) decorrem da assunção de papéis praxeológicos (acusador, fiscalizador, ordenante, informador) que talvez tornem a identidade desse jornalista mais complexa do que a dos jornalistas que conhecemos anteriormente.

Na construção dessa identidade, o jornalista se coloca em uma posição claramente superior em relação à do interactante, o cidadão. Contribuem para o estabelecimento

dessa relação vertical as ações de atribuir ao cidadão parte da culpa pelas catástrofes, bem como a de fiscalizar as atitudes de cidadãos e governantes e a de ordenar a eles que repensem e modifiquem suas ações, aprendendo com as tragédias ocorridas.

A ação de fiscalizar ocorre em passagens como esta:

- (18) Além disso, faltam recursos, falta planejamento e falta prevenção para que os mesmos problemas não ocorram novamente.

Nessa passagem, integrante do último parágrafo da reportagem, a repetição da estrutura *falta X* tem como efeito enfatizar a omissão do poder público e, ao mesmo tempo, revelar que o jornalista atuou como um fiscal na busca por apresentar ao leitor evidências do que diz. Já a ação de ordenar ocorre em passagens como esta:

- (19) As cidades também precisarão rever seus sistemas de emergência.

Ou esta:

- (20) E as leis de ocupação do solo, que nunca foram respeitadas como deveriam, precisarão ser revistas – e se tornar mais rigorosas – para que a cada ano o País não precise parar para contar suas vítimas do clima.

Nas passagens em que o autor dá ordens para que o país, os governantes e a população mudem seu comportamento, o verbo modalizador *precisar* é bastante frequente.

A verticalidade da relação de lugares entre o jornalista e o cidadão torna bastante complicada a relação da gestão de faces e territórios em jogo, demandando uma série de estratégias para amenizar os riscos potenciais. Uma estratégia importante de que o jornalista se vale para amenizar a agressividade das acusações direcionadas ao interactante é nunca se dirigir a ele diretamente por meio de vocativos ou de pronomes de segunda pessoa. Falando de autoridades públicas ou de outros cidadãos, sem explicitar que o leitor assume o status de cidadão, o jornalista consegue tornar menos agressivas para a face e o território do interactante as acusações, porque estas são indiretamente endereçadas a ele. Para a face do cidadão, essa estratégia faz parecer que o leitor não tem as mesmas responsabilidades daqueles a quem o jornalista acusa. Para o território do cidadão, essa estratégia faz parecer que, ao contrário daqueles a quem o jornalista acusa, o leitor não precisa passar a agir de outra maneira, após a leitura da reportagem.

No enquadre interacional, essa estratégia implica não direcionar a crítica à instância que compartilha com o jornalista o mesmo nível de interação, mas atribuir responsabilidades às instâncias de um nível interacional mais interno, em que personagens (cidadãos e autoridades públicas) atuam e dialogam. No módulo referencial, essa estratégia implica a representação de um mundo disjunto daquele em que se dá a interação entre o jornalista e o cidadão. Em outros termos, para amenizar as agressões à face do cidadão e a invasão em seu território, o jornalista representa as ações indevidas de outros cidadãos e de autoridades públicas ou as consequências catastróficas dessas ações por meio de sequências narrativas.

Nesse sentido, considero que as sequências narrativas são a principal estratégia discursiva empregada pelo narrador de “Eles não deveriam estar aqui” na gestão de faces e territórios que estabelece com o cidadão.

Vou exemplificar esse uso estratégico das sequências narrativas nessa reportagem por meio da análise da sequência (sn10/r2/i). Na macroestrutura hierárquica do texto, essa sequência entra na composição de uma intervenção subordinada e com função de argumento em relação a esta sequência descritiva<sup>146</sup>:

- (21) Apesar de não ter registrado mortes como em outras regiões do País neste início de verão, o Jardim Romano, na periferia paulistana, é um exemplo emblemático dessa situação [dos milhares de refugiados climáticos que surgem a cada ano]. O local fica, literalmente, às margens do rio Tietê, em uma área de várzea. Na prática isso significa que, quando o rio enche, o caminho natural das águas é a região onde estão as casas. Boa parte do Jardim Romano – e seu vizinho, o Jardim Pantanal – foi simplesmente invadida.

Com a sequência narrativa (sn10/r2/i), que segue essa sequência descritiva, o jornalista exemplifica a situação dos refugiados climáticos, contando a história de um morador do Jardim Romano. Ao mesmo tempo, com essa sequência, o jornalista parece querer ilustrar, por meio de um caso específico, que os moradores das áreas de risco são, em parte, responsáveis pelas catástrofes ocorridas nessas áreas.

Na sequência (sn10/r2/i), o jornalista conta a história de Atenildo Bispo Santos, apresentando-o, no sumário, como “um baiano de Itabuna que vive em São Paulo como pedreiro há 20 anos” (ato 01). Com a apresentação desse personagem logo no primeiro ato da sequência, o jornalista ativa o conceito *Atenildo Bispo Santos*, que será o tópico

---

<sup>146</sup> Interpreto que essa é uma sequência descritiva, por apresentar as características do tema-título “Jardim Romano”.

da maior parte dos atos seguintes. A ativação desse conceito e sua posterior manutenção no foco de atenção do leitor têm como fim fazer de Atenildo o agente de quase todos os verbos de ação da sequência. Foi Atenildo quem “seguiu esse roteiro” (ato 01) de ter a casa invadida pelas águas do rio Tietê. Da mesma forma, no estágio inicial, é dito que foi Atenildo quem “(02) Construiu sua casa sobre uma lagoa sazonal” e “(05) conseguiu cerca de 40 caminhões de terra (06) para ampliar o nível do terreno (07) e evitar que alagasse no verão”. Colocando Atenildo como o agente das ações e como o tópico da maior parte dos atos, o jornalista atribui ao morador da área alagada a consciência por essas ações.

Contribui para o alcance desse efeito o fato de o estágio inicial (atos 02-07) ser formado por um segmento de discurso indireto implícito, em que o jornalista representa o discurso de Atenildo sobre como construiu sua casa. Só é possível ao jornalista saber como se deu essa construção por meio do depoimento de Atenildo. Ou seja, o jornalista parece querer fazer seu interactante saber que Atenildo estava consciente dos riscos que assumiria, ao construir sua casa sobre uma lagoa sazonal.

Nesse episódio formado pelos atos (02-07), o jornalista expressa as razões de Atenildo para conseguir “cerca de 40 caminhões de terra”. Ele conseguiu essa terra “(06) para ampliar o nível do terreno (07) e evitar que alagasse no verão”. Esses atos formam uma intervenção, que, do ponto de vista hierárquico, é principal e que, do ponto de vista sintático, é subordinada por ser um período adverbial final<sup>147</sup>. Ao ativar essas razões de Atenildo em uma intervenção principal que sintaticamente pertence à categoria das orações adverbiais que expressam finalidade, o jornalista põe em destaque o fato de que Atenildo sabia dos riscos de alagamento do lugar. Do contrário, não teria providenciado os caminhões de terra. É o que mostra a estrutura hierárquico-relacional do estágio inicial:

---

<sup>147</sup> Roulet chama a atenção para o fato de que as orações adverbiais finais manifestam uma contradição entre os planos sintático e hierárquico da organização do discurso: “o constituinte introduzido por *para (que)* é considerado subordinado do ponto de vista sintático, enquanto parece principal do ponto de vista textual” (ROULET; FILLIETTAZ; GROBET, 2001, p. 177).



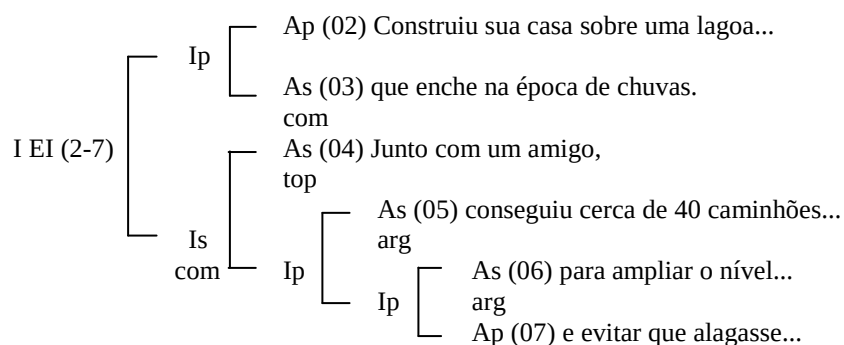


FIGURA 44 - Estrutura hierárquico-relacional (sn10/r2/i)

Como o discurso indireto implícito, no estágio inicial, pode tornar ambígua a atribuição da instância enunciativa responsável pelas informações expressas nesse episódio, o jornalista compõe todo o episódio seguinte, a avaliação, com um segmento em discurso direto explícito, em que o próprio Atenildo diz: “(08) ‘Cheguei (09) e coloquei a terra, (10) depois comecei a construir’”. De maneira bastante hábil, o jornalista faz dessa declaração um comentário em relação ao estágio inicial. Nesse sentido, não é Atenildo quem comenta a forma como construiu sua casa. É o jornalista quem utiliza um trecho do depoimento de Atenildo para comentar o estágio inicial, mostrando implicitamente ao leitor que Atenildo sabia o que estava fazendo.

Após empregar todos esses recursos para responsabilizar Atenildo pelo alagamento de sua casa, o jornalista informa na complicação e na resolução:

(22) **(Com)** (12) No início de janeiro (13) as chuvas fortes fizeram o nível do Tietê subir **(Res)** (14) e a área de várzea, é óbvio, foi alagada. (sn10/r2/i)

Nesses episódios, o tópico dos atos já não é mais Atenildo. Aproximando os acontecimentos do momento da enunciação (a data de publicação da revista) por meio da expressão adverbial *No início de janeiro [de 2010]*, o jornalista narra a consequência das ações de Atenildo. Ficamos sabendo, então, que os quarenta caminhões de terra com que ele ampliou o nível do terreno não foram suficientes para evitar o alagamento de sua casa.

É importante notar que, no ato (14), o jornalista recategoriza o tópico *uma lagoa sazonal*, ativada inicialmente no ato (02), como *a área de várzea*. Essa recategorização não é gratuita e mostra que a ativação e a reativação de referentes estão fortemente atreladas ao contexto em que se realizam e à perspectiva assumida pelo narrador

(MONDADA; DUBOIS, 2003). Por meio dela, o jornalista se apoia na informação previamente estocada na memória discursiva e com origem nesta sequência deliberativa:

- (23) O risco não está apenas nas encostas. São rios, várzeas e outros tipos de áreas onde não deveria haver nenhuma residência.

Informando que a lagoa sazonal onde Atenildo acreditou ser possível construir sua casa é uma área de várzea, o jornalista evidencia o equívoco que Atenildo cometeu ao escolher esse local. A expressão modalizadora *é óbvio* reforça esse efeito: “e a área de várzea, é óbvio, foi alagada” (ato 14). Com essa expressão, o jornalista opõe o ponto de vista de Atenildo, para quem os caminhões de terra seriam suficientes para evitar o alagamento, ao seu próprio ponto de vista, segundo o qual, após consultar especialistas, é evidente que as várzeas são locais propícios a alagamentos e inadequados para a construção de moradias.

Finalizando desse modo a sequência (sn10/r2/i), o jornalista evidencia que o seu intuito, ao produzi-la, é mostrar ao interactante que os moradores de áreas de risco (encostas e várzeas) são, ao lado das autoridades públicas, responsáveis pelas catástrofes ocorridas no final de 2009 e início de 2010. Dessa forma, o jornalista procura mostrar ao leitor que ele, que assume o papel de cidadão, tem responsabilidade nas catástrofes naturais, já que outros cidadãos, como Atenildo, fazem escolhas equivocadas. Com essa estratégia, o jornalista opta por uma crítica indireta e menos ameaçadora ao narratário. Sem poder criticá-lo diretamente, o que seria altamente agressivo para as faces envolvidas e invasivo do território do interactante, o jornalista critica um membro da categoria a que o narratário pertence, um outro cidadão.

Mas é relevante chamar a atenção para o fato de que o personagem construído pelo jornalista para ser alvo de seu ataque é um cidadão que não pertence à classe média, classe econômica à qual possivelmente pertence a maior parte dos leitores empíricos da revista IstoÉ. Ao imaginarem o narratário (o leitor possível) a quem o narrador se dirige, os autores empíricos de uma reportagem publicada numa revista de referência levam em conta o poder aquisitivo dos leitores empíricos (CHARAUDEAU, 2006), o que revela que o nível de interação em que narrador e narratário dialogam é fortemente impactado pelo nível de interação superior no enquadre interacional, em que autores e leitores empíricos dialogam.

Nessa perspectiva, a escolha de Atenildo pode ser entendida como parte da estratégia elaborada pelo jornalista para amenizar os riscos à face do cidadão e a invasão ao seu território. Ele endereça críticas ao cidadão, mas escolhe como alvo de seu ataque um cidadão específico, com o qual o leitor da IstoÉ, por razões econômicas, poderá se identificar muito pouco.

Para verificar como o tratamento dado a Atenildo é diferente daquele dado a integrantes da classe média que também moram em áreas de risco, vejamos esta sequência narrativa da mesma reportagem:

(24) **(EI)** (01) Em Belo Horizonte, **(Res)** (02) a garagem de um edifício de classe média foi invadida pela lama **(Com)** (03) após uma chuva torrencial **(EF)** (04) e os moradores tiveram de deixá-la na primeira manhã de 2010. (sn2/r2/i)

Aqui o jornalista já não faz nenhuma menção ao local onde o “edifício de classe média” foi construído e trata os moradores como vítimas das chuvas, sem responsabilizá-los pelo alagamento do lugar onde moram.

Com a análise da história de Atenildo, busquei exemplificar que, na reportagem “Eles não deveriam estar aqui”, a representação das ações e dos discursos de outros cidadãos e de autoridades públicas funciona como uma estratégia discursiva com a qual o jornalista ameniza os riscos à face do cidadão com quem dialoga, já que as críticas feitas não são diretamente endereçadas a ele. Ao mesmo tempo, essa estratégia é útil para diminuir a invasão ao território do leitor, porque, sendo a crítica endereçada a outros (cidadãos de outras classes econômicas e autoridades públicas), o cidadão não precisaria modificar seu modo de pensar, não sendo obrigado a agir de outra maneira.

Essa análise permite mostrar ainda como o jornalista, em função do contexto em que se insere, ativa as representações sobre o tipo narrativo da reportagem, passando-as por um processo de acomodação. No capítulo anterior, vimos, no estudo da forma de organização informacional, que o tipo de progressão mais frequente nas sequências narrativas é a progressão linear, progressão por meio da qual o jornalista ancora o propósito de um ato na informação ativada no ato imediatamente anterior. Contrariando essa expectativa, o jornalista encadeia a maior parte dos atos da (sn10/r2/i) em um mesmo tópico, o que caracteriza a progressão por tópico constante.

Ao encadear a maior parte dos atos da sequência no conceito *Atenildo Bispo Santos*, o jornalista evidencia querer manter sob o foco de atenção do leitor esse personagem, para poder, como vimos, colocá-lo como o agente da maior parte dos verbos de ação. Nesse sentido, o jornalista avalia uma expectativa de ordem informacional do tipo narrativo da reportagem, em função do contexto e da gestão das relações de faces, territórios e lugares.

#### **7.4 Trágico, absurdo, previsível (Revista Veja)**

Ao contrário da reportagem analisada anteriormente, a reportagem “Trágico, absurdo, previsível” não parece implicar modificações nas relações de lugares entre os interactantes, ao longo da interação. De fato, do começo ao fim da reportagem, o narrador, mantendo o status social de jornalista, realiza ações praxeológicas, tais como a de informar o cidadão e a de fiscalizar as ações do poder público, que diminuem a verticalidade entre alguém que detém a palavra e o conhecimento e alguém que não os detém.

Ao mesmo tempo e diferentemente do que ocorre na última reportagem estudada, o jornalista, aqui, responsabiliza ostensivamente pelas catástrofes naturais ocorridas na passagem de 2009 para 2010 apenas as autoridades públicas, poupando a face do cidadão de qualquer ataque direto ou indireto e amenizando a invasão em seu território, por não lhe impor ou sugerir mudanças de atitudes. Apresentando-se, então, como um jornalista interessado exclusivamente em informar o cidadão com quem dialoga e em defender seus direitos, o jornalista de “Trágico, absurdo, previsível” torna menos problemática a gestão da relação de lugares.

Por esse motivo, a análise da forma de organização estratégica vai se interessar em particular pelo modo como o jornalista busca valorizar sua face, construindo para si a imagem de fiscalizador do poder público ou até a de justiceiro do cidadão, bem como pelo modo como as sequências narrativas o auxiliam nessa tarefa.

De modo geral, as sequências narrativas dessa reportagem funcionam como instrumentos semióticos por meio dos quais o jornalista realiza a ação praxeológica de informar o cidadão acerca das catástrofes naturais, assumindo o papel de informador. Entretanto, no nível macroestrutural, a maior parte dessas sequências, em conformidade com a expectativa ligada à função cotextual das sequências narrativas, é subordinada a

sequências descritivas ou deliberativas ou a intervenções formadas por um conjunto de sequências, em que o jornalista assume o papel de fiscalizador ou acusador do poder público. Nesse sentido, a ação de informar é subordinada ou está a serviço da ação de fiscalizar ou acusar.

É o que mostra a primeira sequência narrativa da reportagem, a (sn1/r4/v). Nela, o jornalista informa que, na cidade de Angra dos Reis,

(25) (05) morreram 52 pessoas, na virada do ano, vítimas de deslizamentos de encostas (sn1/r4/v)

e que

(26) (07) Na bela região em torno da Baía de Angra, com suas 365 ilhas e mais de 2 000 praias, (08) chove quase o dobro da média do Rio de Janeiro, (09) e a instabilidade das encostas é conhecida. (sn1/r4/v)

Nessa sequência, o jornalista se apresenta como alguém cujo objetivo central é informar o número de mortos na passagem de 2009 para 2010 e justificar esse acontecimento.

Entretanto, logo em seguida, ele introduz esta sequência deliberativa, que subordina a sequência narrativa por uma relação de contra-argumento:

(27) Apesar disso, nunca foi feito um mapa geológico para verificar quais terrenos são impróprios para construção. A ocupação do solo é regida por regras municipais, estaduais e federais que se sobrepõem, e ninguém as cumpre. Como se não bastasse, existe um impressionante histórico de corrupção nos órgãos responsáveis pela fiscalização em Angra.

Com essa sequência deliberativa, o jornalista assume claramente os papéis praxeológicos de acusador e de fiscalizador, ao revelar ao cidadão a omissão e as ações de corrupção de autoridades públicas.

Subordinando a sequência narrativa (sn1/r4/v) a essa sequência deliberativa, o jornalista busca chamar a atenção do cidadão para a responsabilidade do poder público na ocorrência das catástrofes e revela que a ação de informar sustenta ou dá subsídios para a ação de acusar. A estrutura a seguir representa a articulação das duas sequências discursivas:

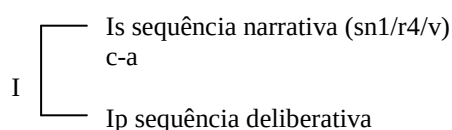


FIGURA 45 - Macroestrutura hierárquico-relacional de trecho de “Trágico, absurdo, previsível”

Com esse exemplo, verifica-se, assim, que as sequências narrativas exercem, nessa reportagem, uma função importante. Com elas, o jornalista procura se apresentar ao leitor como alguém que, atendendo a suas expectativas de credibilidade, faz afirmações, julgamentos e acusações com base em fatos que supostamente ocorreram. Por esse motivo, as sequências narrativas diminuem o perigo que constituiria para a face do jornalista realizar esses julgamentos e acusações sem se apoiar nesses fatos.

Porém, é importante considerar que, embora a maior parte das sequências narrativas dessa reportagem sirva para o jornalista informar, elas são muito marcadas, do ponto de vista composicional, por efeitos argumentativos. Em outros termos, elas apresentam várias marcas linguístico-discursivas que revelam um narrador empenhado em convencer o narratário da pertinência de um dado ponto de vista. Essa propriedade das sequências narrativas revela o forte impacto do contexto sobre a produção da reportagem.

Ao interagir por meio dessa reportagem, o jornalista procura se apresentar mais como um protetor dos direitos do cidadão e como um fiscalizador das ações do poder público do que como um mero informador ou testemunha de acontecimentos que se passaram no espaço público. Como uma implicação dessa forma de se apresentar, o jornalista, como vimos, subordina a maior parte das sequências narrativas a outras sequências, revelando que a ação de informar é subsidiária das ações de fiscalizar e apontar culpados. Mas, num “efeito dominó”, como ele fiscaliza e aponta culpados por meio de sequências principais, estas acabam por influenciar a estrutura e a marcação linguística das sequências narrativas que subordinam, resultando em sequências narrativas repletas de avaliações, conectores argumentativos, modalizadores, traços tópicos formados por vocabulário axiológico, etc.

Dessa forma, mesmo as sequências narrativas dessa reportagem vão revelar um jornalista bem pouco neutro, na medida em que, tendo em vista o estatuto hierárquico, a estruturação e a marcação linguística dessas sequências, também elas estão a serviço de sua estratégia global de manter uma linha de conduta em que se apresenta como um defensor do cidadão. Nesse sentido, a construção da imagem de defensor e de fiscalizador (jornalista opinativo) se faz, muitas vezes, em detrimento da construção da imagem de informador (jornalista imparcial), o que pode trazer prejuízos para sua face.

É o que evidencio por meio da sequência narrativa (sn3/r4/v). Na macroestrutura da reportagem, essa sequência funciona como argumento para uma sequência em que o jornalista informa que, na região de Angra dos Reis, “60% dos moradores vivem em áreas de encosta. E as características do relevo da região tornam tudo mais perigoso”. Para defender a ideia de que o local é mesmo perigoso, o jornalista produz a (sn3/r4/v), em que narra uma tragédia ali ocorrida.

Nessa sequência, o jornalista informa, logo no início:

- (28) (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram 31 pessoas soterradas. (03) Elas estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. (sn3/r4/v)

Mas o jornalista não se limita à realização dessa ação de informar. Do ponto de vista sequencial, o jornalista constrói a sequência, atualizando o tipo narrativo da reportagem de maneira bastante complexa.

A estrutura praxeológica resultante dessa atualização apresenta dois níveis. No primeiro, o jornalista começa a sequência pela complicação, apresentando logo no início o acontecimento trágico que justifica a produção da sequência (as 31 mortes), bem como as suas causas (a pousada onde as pessoas estavam não tinha a licença ambiental do estado do Rio). Em seguida, contrariando a expectativa relativa à ordem típica dos episódios do tipo narrativo da reportagem, vem o estágio inicial, em que o jornalista promove um recuo no tempo para contextualizar a complicação, contando que

- (29) (12) Em Angra (13) sempre foi mais fácil construir (14) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. (sn3/r4/v)

Por fim, uma avaliação feita pelo próprio jornalista fecha a sequência:

- (30) (20) Cabral, aliás, não visitou a região imediatamente, (21) como era seu dever. (sn3/r4/v)

No segundo nível da estrutura praxeológica, a complicação e o estágio inicial do primeiro nível se compõem de sequências narrativas encaixadas. Na sequência que forma a complicação do primeiro nível (sn4/r4/v/Com/sn3), o jornalista, também contrariando a ordem típica dos episódios, começa pelo estágio final, ou seja, pela contagem dos mortos. Em seguida, na complicação, conta que nem a pousada onde as pessoas estavam nem as casas do Morro da Carioca, onde ocorreu outro deslizamento, tinham licença ambiental. Depois, no estágio inicial, ele expande essa sequência encaixada para responsabilizar o poder público pelas mortes, dizendo:

- (31) (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área. (sn4/r4/v/Com/sn3)

Criticando a atuação da prefeitura, o jornalista faz uma avaliação:

- (32) (11) como se não houvesse um grave problema de segurança. (sn4/r4/v/Com/sn3)

Na sequência que forma o estágio inicial do primeiro nível da estrutura (sn5/r4/v/EI/sn3), o jornalista a inicia com um sumário em que antecipa o que vai abordar nos episódios seguintes:

- (33) (01) Em Angra (02) sempre foi mais fácil construir (03) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. (sn5/r4/v/EI/sn3)

A partir dessa denúncia, ele informa, no estágio inicial e na complicação, os acontecimentos que a motivaram:

- (34) **(EI)** (04) Entre 2006 e 2007, **(Com)** (05) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos (06) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções. (sn5/r4/v/EI/sn3)

Na resolução dessa sequência, o jornalista informa a que ponto chegou a questão das ocupações de áreas ambientais no estado do Rio:

- (35) (07) A situação chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental. (sn5/r4/v/EI/sn3)

Finalizando a sequência, o jornalista faz uma avaliação da atitude do governador:

- (36) (08) como se legalizar o que foi feito na marra fosse solução. (sn5/r4/v/EI/sn3)

Represento a complexidade dessa estrutura praxeológica em dois níveis por meio deste esquema:

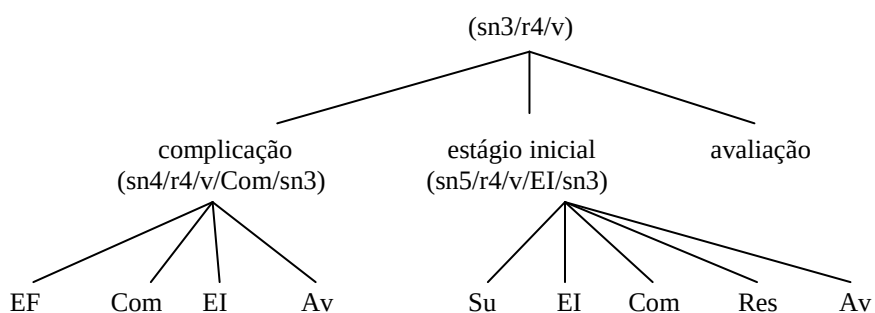


FIGURA 46 - Estrutura praxeológica (sn3/r4/v)

Com base nessa estrutura, verifica-se que o jornalista não se limita a dar informações sobre as catástrofes ocorridas, assumindo o papel praxeológico de informador.



Expandindo hierarquicamente a estrutura, ele informa logo no começo que houve mortes e, em seguida, traz várias informações que contextualizam e avaliam a ocorrência dessas mortes, apontando suas causas e expondo seus responsáveis. Como se vê, nessa estrutura, a forma como os acontecimentos e as avaliações desses acontecimentos se articulam revela um narrador que, expondo sua face a riscos, se empenha em acusar e em denunciar, mesmo numa sequência narrativa.

No nível relacional, a orientação fortemente argumentativa das sequências narrativas encaixante (sn3/r4/v) e encaixadas (sn4/r4/v/Com/sn3, sn5/r4/v/EI/sn3) leva o jornalista a ancorar a estrutura praxeológica em uma estrutura hierárquico-relacional que também revela um grau elevado de complexidade.

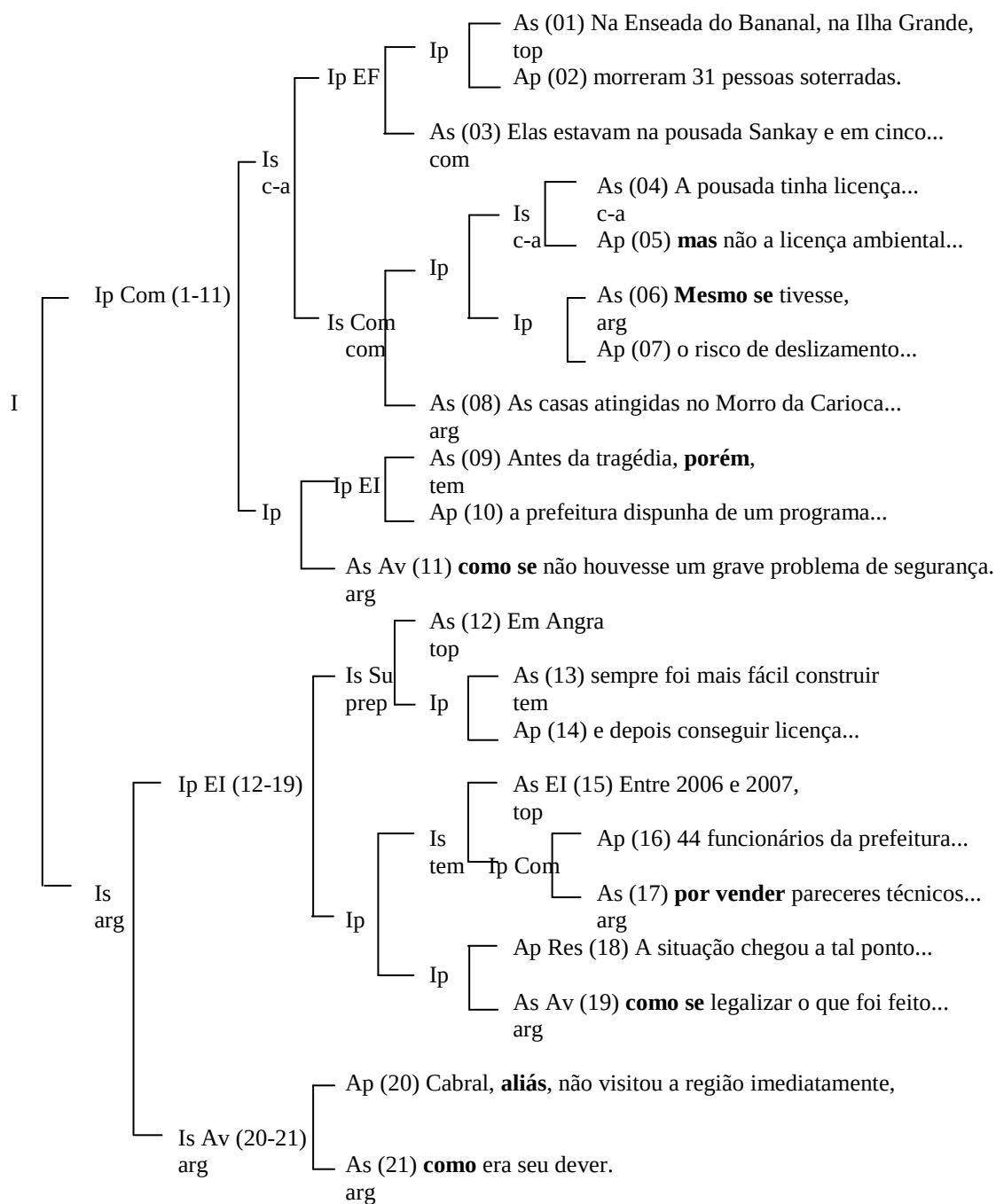


FIGURA 47 - Estrutura hierárquico-relacional (sn3/r4/v)

Essa estrutura evidencia que as sequências apresentam um perfil relacional argumentativo, porque seus constituintes se articulam a informações da memória discursiva predominantemente por relações de argumento e de contra-argumento (ROULET, 2003). Como mostram os conectores e as expressões conectivas em negrito, muitas dessas relações de argumento e de contra-argumento são marcadas, o que revela

a busca do jornalista por direcionar a leitura, diminuindo a possibilidade de ambiguidades no reconhecimento das relações pretendidas.

Como a análise da sequência (sn3/r4/v) permitiu perceber, mesmo nas sequências narrativas da reportagem “Trágico, absurdo, previsível”, o jornalista lança mão de recursos argumentativamente orientados, cujo emprego decorre do contexto de denúncia em que a interação ocorre. No nível estratégico, esses recursos são bastante significativos, porque permitem ao jornalista apresentar-se como um defensor da instância cidadã, como um profissional que, mais do que informar o interactante, procura identificar e fiscalizar as ações daqueles que, por omissão ou por desvios de recursos públicos, causaram prejuízos a ele ou a outros cidadãos.

Nessa perspectiva, o jornalista, ao apoiar as denúncias na narração de acontecimentos, adota uma estratégia para proteger sua face. Mas, ao construir sequências narrativas marcadas por efeitos composicionais argumentativos, também nessas sequências ele se apresenta como defensor do cidadão e fiscalizador do poder público. Assim, mesmo na construção das sequências narrativas, o jornalista expõe sua face a riscos, já que sequências com muitas marcas de argumentação podem comprometer a constituição da imagem de um jornalista imparcial, que busca apenas informar o cidadão para que este chegue a suas próprias conclusões.

### **Considerações finais**

Neste capítulo, que completa o percurso de análise desta pesquisa, mostrei que as sequências narrativas exercem funções importantes na forma de organização estratégica das reportagens estudadas. Ainda que os jornalistas tratem de um mesmo tópico discursivo (as catástrofes naturais ocorridas na passagem de 2009 para 2010), cada um, em função da gestão de faces, de territórios e de lugares com o cidadão, utiliza as sequências de forma estratégica para apresentar-se de uma determinada maneira. Assim, os jornalistas constroem as sequências para valorizar sua face e a face do cidadão, para amenizar a invasão ao território do cidadão ou ainda para diminuir a verticalidade dos lugares que os interactantes ocupam ao longo da interação. Por meio das análises, foi possível evidenciar, então, que “a representação de ações pode desempenhar um papel de primeira importância no modo como as atividades situadas são negociadas”. Isso porque “as ações representadas na sequência narrativa contribuem largamente para a

negociação dos *enjeux* que presidem o encontro interpessoal” (FILLIETTAZ, 2003, p. 198).

As análises evidenciaram ainda que as expectativas que definem o tipo narrativo do gênero reportagem, estudadas nos capítulos 5 e 6, estão longe de constituir um conjunto de regras a ser seguidas e, por isso mesmo, não têm o poder de determinar a construção das sequências narrativas. Ao contrário, em virtude do processo interacional que se dá em contexto, cada jornalista atualiza essas expectativas, avaliando a cada passo a sua pertinência para a construção das sequências narrativas e, principalmente, de sua identidade. Nessa perspectiva, as análises contribuíram para mostrar que a produção de uma sequência narrativa específica resulta de um confronto entre as expectativas genéricas e as circunstâncias locais e que a atualização do tipo narrativo da reportagem é dependente, em grande medida, das relações interpessoais entre o jornalista e o cidadão, funcionando como uma manifestação do caráter dialógico da linguagem (RABATEL, 2007).

Com essas análises, procurei, então, alcançar o objetivo específico final desta pesquisa, que é *estudar a função contextual de sequências narrativas particulares extraídas de reportagens*.

## CONCLUSÃO GERAL

Ao longo das etapas deste trabalho, guiou-me a hipótese de que cada gênero do discurso possui tipos de discurso específicos. De acordo com essa hipótese, as noções de gênero e de tipo são de tal forma imbricadas que cada gênero se caracteriza por um modo típico de narrar, descrever e argumentar. Conforme exposto na introdução deste trabalho, essa hipótese se opõe àquela segundo a qual os tipos seriam um conjunto de categorias universais, que, imunes às influências históricas e sociais, entrariam na composição de todo e qualquer gênero.

Porque se opõe à universalidade dos tipos, a hipótese defendida nesta pesquisa permitiu a formulação do seguinte objetivo geral: investigar qual é o tipo narrativo do gênero reportagem e como esse tipo se atualiza na construção de sequências narrativas extraídas de exemplares desse gênero. Com efeito, a formulação de um tal objetivo implica a suposição de que há um modo típico de narrar na reportagem, o qual se difere do modo como se narra em outros gêneros.

A hipótese subjacente a esse objetivo geral exigiu a adoção de um modelo teórico que permitisse a articulação de todas as informações linguísticas, textuais e situacionais implicadas na constituição do tipo narrativo da reportagem e na sua atualização em sequências narrativas específicas. Essa exigência levou-me a considerar o Modelo de Análise Modular do Discurso como um quadro teórico e metodológico dotado de instrumentos de análise adequados para o alcance do objetivo proposto. A apresentação do modelo modular se fez no capítulo 2.

Entretanto, a mesma hipótese de que cada gênero possui tipos específicos exigiu a revisão, ao final do capítulo 2, de postulados do modelo modular, o qual, para realizar o estudo dos tipos e sequências, se vale de abordagens, apresentadas no capítulo 1, que se baseiam na hipótese da universalidade dos tipos. Assim, para estudar a fundo o modo como jornalistas constroem sequências narrativas de reportagens, foi preciso questionar a forma como o modelo estuda a relação entre gêneros e tipos (item 2.4.1). Também foi preciso chamar a atenção para a inconsistência na definição das noções de gênero e de contexto em trabalhos do modelo sobre as formas de organização sequencial e composicional (item 2.4.2). Por fim, foi necessário constatar que as informações

mobilizadas na forma de organização composicional para o estudo da organização interna das sequências discursivas são insuficientes (item 2.4.3).

A revisão desses postulados resultou na proposição, no capítulo 3, de outra forma de abordar os tipos de discurso e as sequências discursivas no modelo modular. Nessa nova abordagem, o estudo não mais se faz em duas etapas, mas em três, que correspondem às análises das formas de organização sequencial, composicional e estratégica.

Dessa forma, para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, foi preciso, no capítulo 5, extrair de um conjunto de sequências as regularidades referenciais e textuais que permitiram chegar ao tipo narrativo do gênero reportagem. Fortemente impactado pelas propriedades desse gênero, o tipo narrativo a que cheguei busca dar conta do modo típico como jornalistas narram em reportagens e não do modo como tipicamente se narra em qualquer gênero. A identificação do tipo narrativo do gênero reportagem e das sequências narrativas em que esse tipo se manifesta se fez com a análise da forma de organização sequencial.

Em seguida, no capítulo 6, estudei a marcação linguístico-discursiva típica das sequências narrativas do gênero reportagem, bem como as funções cotextuais típicas que exercem. Aprofundando as análises efetuadas no capítulo precedente, esse estudo permitiu avançar no conhecimento acerca do modo típico de narrar em reportagens. Para realizar esse estudo, analisei a forma de organização composicional das sequências narrativas.

Por fim, na terceira e última etapa da pesquisa, investiguei, no capítulo 7, a função contextual das sequências narrativas, estudando o modo como o conjunto de recorrências que define o tipo narrativo do gênero reportagem se atualiza em sequências específicas, em função da gestão das relações de faces, territórios e lugares. Esse estudo foi feito com base na análise da forma de organização estratégica.

Feito esse percurso, é possível agora realizar um balanço dos resultados alcançados nesta pesquisa. Na introdução, argumentei que a hipótese da universalidade dos tipos e de sua transversalidade em relação aos gêneros é inadequada, porque não permite responder às seguintes questões gerais sobre a forma como elaboramos e interpretamos produções discursivas:

- qual é o modo típico de narrar, descrever, argumentar em dado gênero?
- como um dado gênero contribui para a constituição do modo típico de narrar, descrever, argumentar nesse gênero?
- quais marcas linguístico-discursivas auxiliam na caracterização ou apreensão do modo típico de narrar, descrever, argumentar em dado gênero?
- como ocorre a atualização desse modo típico de narrar, descrever, argumentar em sequências narrativas, descritivas, argumentativas pertencentes a exemplares de um dado gênero?

Como foi dito, grande parte das abordagens atuais do texto e do discurso não consegue responder a essas questões. Afinal, se os tipos são universais, não poderia haver um modo típico de narrar, descrever e argumentar em dado gênero, mas apenas um modo geral e universal de narrar, descrever e argumentar.

A abordagem proposta no capítulo 3 representa exatamente um esforço no sentido de encontrar uma forma de responder a essas questões, de modo a descrever e explicar a maneira como produzimos e interpretamos sequências discursivas em diferentes gêneros. Mais especificamente, a abordagem proposta buscou mostrar como essas questões podem ser abordadas por um modelo da Análise do Discurso que passe a inserir, no bojo de suas hipóteses, a profunda imbricação das noções de gênero e tipo. Nessa perspectiva, considero que esta pesquisa trouxe contribuições importantes para o desenvolvimento do Modelo de Análise Modular do Discurso.

Ao aplicar essa abordagem no estudo do tipo narrativo do gênero reportagem, esta pesquisa mostrou que, nesse gênero, há um modo típico de narrar. Esse modo típico de narrar se caracteriza por um conjunto relativamente extenso de regularidades, as quais se verificam tanto no nível da organização interna das sequências, quanto no nível da articulação dessas sequências na macroestrutura das reportagens. Nesse sentido, a pesquisa contribui para um conhecimento aprofundado das expectativas de ordem linguística, textual e situacional que guiam a produção das sequências narrativas das reportagens de modo geral.

Ao mesmo tempo, esta pesquisa mostrou que um jornalista, ao produzir uma sequência específica em um contexto, não atualiza às cegas as expectativas sobre o tipo narrativo da reportagem, reproduzindo-as. Ao contrário, os parâmetros contextuais forçam-no a atualizar essas expectativas, passando-as por processos de acomodação, em função desses mesmos parâmetros. Assim, a atualização das expectativas ligadas ao tipo narrativo do gênero reportagem se faz em virtude da função que uma sequência narrativa específica deverá assumir na gestão contextual das relações de faces, territórios e lugares.

Sendo assim, ao descrever e explicar os processos envolvidos na elaboração do tipo narrativo da reportagem e na sua atualização em sequências narrativas particulares, esta pesquisa procurou trazer contribuições importantes para os estudos do texto e discurso, os quais têm como tarefa lançar hipóteses consistentes sobre a relação entre gênero e tipo, bem como sobre o papel do contexto na atualização do tipo.

Os resultados alcançados nesta pesquisa também podem ser relevantes para os estudos da Comunicação que buscam compreender a construção da narrativa midiática de modo geral e da narrativa de reportagens de modo específico.

Considero que o mérito de uma pesquisa reside não só nos resultados alcançados e nas contribuições que traz, mas também nas novas questões que coloca. Por isso, acredito que a pesquisa que ora se encerra possa constituir um ponto de partida interessante para se pensar em respostas para algumas questões:

- qual é o modo típico de descrever e argumentar no gênero reportagem?
- qual é o modo típico de narrar, descrever e argumentar em outros gêneros?
- como o modo típico de narrar, descrever e argumentar de um dado gênero se constituiu ao longo da história da formação desse gênero?
- quais as semelhanças e as diferenças entre os modos típicos de narrar, descrever e argumentar em diferentes gêneros?
- é possível utilizar o modo típico de narrar, descrever e argumentar de um gênero para narrar, descrever e argumentar em outro? Que efeitos de sentido esse tipo de empréstimo pode causar?



- quais implicações a hipótese de que cada gênero possui tipos específicos pode trazer para o processo de ensino e de aprendizagem dos gêneros e dos tipos?
- a hipótese de que cada gênero possui tipos específicos rejeita a ideia de que o aluno capaz de narrar segundo os moldes das narrativas literárias é capaz de narrar em qualquer gênero. Desse modo, como essa hipótese pode afetar as aulas e os materiais didáticos sobre os tipos de discurso?

Por permitirem a colocação de uma série de questões para os estudos do texto e do discurso, acredito que esta pesquisa e a hipótese subjacente a todas as etapas de seu desenvolvimento abrem uma perspectiva bastante promissora para investigações futuras.



## REFERÊNCIAS

ABDON, I. N. S. Instanciação e interpretação das relações causais em função do gênero de texto. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (Org.) *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU)/Faculdade de Letras da UFMG, 2005, p. 29-48.

ADAM, J. M. Textualité et séquentialité. L'exemple de la description. *Langue Française*, n. 74, p. 51-72, 1987.

\_\_\_\_\_. *Les textes: types et prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

\_\_\_\_\_. Uma alternative au “tout narratif”: les gradients de narrativité. *Recherches en communication*, n. 7, p. 12-36, 1997.

\_\_\_\_\_. Unités rédactionnelles et genres discursifs: cadre général pour une approche de la presse écrite. *Pratiques*, n.94, p. 3-18, 1997a.

\_\_\_\_\_. *Linguistique textuelle: des genres de discours aux textes*. Paris: Nathan, 1999.

\_\_\_\_\_. *A lingüística textual: introdução à análise textual dos discursos*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. Sequência. In: CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Org.) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008a, p. 444-447.

\_\_\_\_\_. *Genres de récits: narrativité et généricité des textes*. Louvain-la-neuve: Academia L'Harmattan, 2011.

\_\_\_\_\_. *The narrative sequence: history of a concept and a research area*. Disponível em: <<http://www.unil.ch/fra/page35119.html>>. Acesso em: 15 abr. 2012.

AMOSSY, R. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 09-28.

ANTUNES, E. *Videntes imprevidentes: temporalidade e modos de construção do sentido de atualidade em jornais impressos diários*. 2007. 321f. Tese (Doutorado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.

APOTHÉLOZ, D. Papel e funcionamento da anáfora na dinâmica textual. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (orgs.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 53-84.

APOTHÉLOZ, D.; REICHLER-BÉGUELIN, M. J. Interpretations and functions of demonstrative NPs in indirect anaphora. *Journal of Pragmatics*, v. 31, p. 363-397, 1999.

ASHER, N.; VIEU, L. Subordinating and coordinating discourse relations. *Lingua*, v. 115, p. 591-610, 2005.

AUCHLIN, A. *Ethos e a experiência do discurso: algumas observações*. In: MARI, H. (Org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, p. 201-225, 2001.

AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. Oxford: Clarendon Press, 1962.

AZEVEDO, A. M. T. *Estrutura narrativa e espaços mentais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. et al. *Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 2008[1966], p. 19-62.

BAKHTIN, M/VOLOCHÍNOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986[1929].

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 261-306.

BARONI, R. Le temps de l'intrigue. *Cahiers de Narratologie*, n. 18, p. 01-19, 2010.

BENTES, A. C. *A arte de narrar: da constituição das histórias e dos saberes dos narradores da Amazônia paraense*. Unicamp, 2000. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas.

BENVENISTE, E. As relações de tempo no verbo francês. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral*. São Paulo: Ed. Nacional, Ed. Universidade de São Paulo, 1976, p. 260-276.

\_\_\_\_\_. O aparelho formal da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989, p. 81-90.

BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. *Cahiers de linguistique française*, v. 5, p. 215-246, 1983.

BERTHOUD, A. C.; MONDADA, L. Traitement du topic, process énonciatifs et séquences conversationnelles. *Cahiers de linguistique française*, v. 17, p. 205-228, 1995.

BETTENCOURT, A. E. M; SANTANA, W. A. Do gênero às práticas discursivas: problemas para classificações no discurso jornalístico. In: *Anais do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste*. Ouro Preto: Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2012, p. 01-10.

BONINI, A. Reflexões em torno de um conceito psicolinguístico de tipo de texto. *Revista DELTA*. v.15, n.2, p. 301-318, 1999.

BONINI, A. A noção de sequência textual na análise pragmático-textual de Jean-Michel Adam. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 208-236.

\_\_\_\_\_. Os gêneros do jornal: questões de pesquisa e ensino. In: KARWORSKI, A. M.; GAYDECZKA, B.; BRITO, K. S. (Org.) *Gêneros textuais: reflexões e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, p. 57-72.

\_\_\_\_\_. The distinction between news and reportage in the Brazilian journalistic context: a matter of degree. In: BAZERMAN, C.; BONINI, A.; FIGUEIREDO, D. (Org.) *Genre in a changing world*. Fort Collins; West Lafayette: The WAC Clearinghouse; Parlor Press, 2009, p. 196-222.

BONU, B. Les évaluations conversationnelles dans la narration. In: VINCENT, D. e BRES, J. (Ed.) *Le discours oral conversationnel*, *Revue québécoise de linguistique*, 2001.

BOTH-DIEZ, A. M. L'aspect et ses implications dans le fonctionnement de l'imparfait, du passé simple et du passé composé au niveau textuel. *Langue française*. n. 67, p. 05-22, 1985.

BRES, J. Structure de récit oral conversationnel. In: \_\_\_\_\_. *Approches de l'oral*. Montpellier: Université Paul-Valéry - Montpellier 3, 2009.

BRONCKART, J. P. Atividade de linguagem textos e discursos: por um interacionismo sócio-discursivo. São Paulo: EDUC, 2007.

\_\_\_\_\_. O agir nos discursos: das concepções teóricas às concepções dos trabalhadores. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

BROWN, P; LEVINSON, S. *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

BURGER, M. L'identité négociée: "rapports de place(s)" dans un entretien télédiffusé. *Cahiers de linguistique française*, v. 17, p. 09-33, 1995.

\_\_\_\_\_. Positions d'interaction: une approche modulaire. *Cahiers de linguistique française*, v. 19, p. 11-46, 1997.

\_\_\_\_\_. Identités de status, identités de role. *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 35-59, 1999.

\_\_\_\_\_. La dimension interactionnelle. In: ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. *Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours*. Berne: Lang, 2001, p. 139-163.

\_\_\_\_\_. Encenações discursivas na mídia: o caso do debate-espetáculo. In: MACHADO, I. L.; MARI, H.; MELLO, R (Org.). *Ensaio em análise do discurso*. Belo

Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/Faculdade de Letras/UFMG, 2002, p. 201-222.

BURGER, M. La gestion des activités: pratiques sociales, rôles interactionnels et actes de discours. *Cahiers de linguistique française*, v. 26, p. 177-196, 2004.

CAMACHO, R. G. Estruturas coordenadas aditivas. In: NEVES, M. H. M. (org.) *Gramática do português falado: novos estudos*. v. 7, 1999, p. 351-406.

\_\_\_\_\_. Valores semânticos e discursivos da conjunção aditiva. *Scripta*. v. 5. n 9, p. 219-228, 2001.

CASTILHO, A. T. A dimensão textual do verbo. *Estudos Lingüísticos*. n. 2, p. 125-140, 1978.

\_\_\_\_\_. Aspecto verbal no português falado. In: ABAURRE, M. B. M.; RODRIGUES, A. C. S. (Org.) *Gramática do português falado: novos estudos descritivos*. v. 8, 2002, p. 83-112.

\_\_\_\_\_. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

\_\_\_\_\_. *A língua falada no ensino de português*. São Paulo: Contexto, 2011.

CAUDAL, P.; VETTERS, C. Les temps verbaux: des connecteurs qui s'ignorent? In: MOLINE, E.; STOSIC, D.; VETTERS, C. (orgs.) *Les connecteurs temporels du français* (Cahiers Chronos 15). Amsterdam: Rodopi, 2006, p. 105-137.

CAVALCANTI, J. R. Considerações sobre o ethos do sujeito jornalista. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 173-184.

CHAFE, W. L. Some things that narratives tell us about the mind. In: BRINTTON, B. K.; PELLEGRINI, A. D. (Ed.) *Narrative thought and narrative language*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1990, p. 79-98.

\_\_\_\_\_. *Discourse, consciousness and time*. Chicago: Chicago University Press, 1994.

CHAPARRO, M. C. *Sotaques d'aquém e d'além mar: travessias para uma nova teoria de gêneros jornalísticos*. São Paulo: Summus, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Hachette: Paris, 1992.

\_\_\_\_\_. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.) *Gêneros: reflexões em Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/Faculdade de Letras/UFMG, 2004, p. 13-41.

\_\_\_\_\_. *Discurso das mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. São Paulo: Contexto, 2009.

CHAROLLES, M. Grammaire de texte. Théorie du discours. Narrativité. *Pratiques* n.11-12, p. 133-154, 1976.

CHAROLLES, M. L'encadrement du discours: univers, champs, domaines et espaces. *Cahier de Recherche Linguistique*. n. 6, p. 01-73, 1997.

\_\_\_\_\_. Associative anaphora and its interpretation. *Journal of Pragmatics*, v. 31, p. 311-326, 1999.

\_\_\_\_\_. *Un jour* (onde day) in narratives. *Copenhagen studies in language*. n. 34, p. 11-26, 2006.

COMBETTES, B. Types de textes et faits de langue. *Pratiques*, n. 56, p. 5-17, 1987.

COSTA, A. C. F. Redes de gêneros discursivos na análise de TD da mídia impressa a exemplo do Correio Paulistano (1856). In: AGUILERA, V. A. (Org.) *Para a história do português brasileiro: vozes, veredas, voragens*. v. 7. t. 2. Londrina: EDUEL, 2009, p. 739-784.

COSTA VAL, M. G. *et al. Avaliação do texto escolar: professor-leitor/aluno-autor*. Belo Horizonte: Autêntica Editora/Ceale, 2009.

COTTER, C. Discourse and media. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. (Org.) *The handbook of discourse analysis*. London: Blackwell publishers, 2001, p. 416-436.

COUTINHO, M. A. Marcadores discursivos e tipos de discurso. *Estudos Linguísticos*. n. 2. 2008, p. 193-210.

CUNHA, G. X. Por que o ato de ler é uma prática social? Propostas para o ensino da leitura de um texto narrativo. *Desempenho*, v. 8, p. 01-14, 2007.

\_\_\_\_\_. O sequenciamento de textos como estratégia discursiva: uma abordagem modular. 2008. 250f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

\_\_\_\_\_. O tratamento do tópico em uma perspectiva modular da organização do discurso. *Estudos Linguísticos*, v. 38, p. 125-135, 2009.

\_\_\_\_\_. O impacto do contexto na construção da narrativa em uma reportagem do jornalismo político. In: NETO, F. K.; RUFINO, J. A.; BAPTISTA, M. R. (Org.) *Espaços, sujeitos e sociedade: diálogos*. Barbacena: EdUEMG, 2009a, p. 81-95.

\_\_\_\_\_. A articulação textual de reportagens do jornalismo político: um estudo integrado de aspectos sequenciais e relacionais. In: *Anais do XII Simpósio Internacional de Letras e Linguística (Silel)*. Uberlândia: EDUFU, 2009b. v. 1. p. 01-08.

CUNHA, G. X. A atuação de sequências do tipo narrativo em um texto jornalístico impresso. *Revista do GEL*, v. 7, p. 202-219, 2010.

\_\_\_\_\_. A função de conectores argumentativos no texto da proposta curricular de Minas Gerais. *Alfa*, v. 54, p. 203-222, 2010a.

\_\_\_\_\_. A inter-relação de aspectos discursivos em processos complexos de produção e de interpretação textual. *Estudos Linguísticos*, v. 39, p. 793-802, 2010b.

\_\_\_\_\_. Análise do funcionamento atípico do conector *quando* como marca de reformulação. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem*, v. 9, p. 55-67, 2011.

\_\_\_\_\_. A articulação discursiva do gênero artigo de opinião à luz de um modelo modular de análise do discurso. *Filologia e Linguística Portuguesa*, v. 14, p. 73-97, 2012.

CUNHA, G. X.; MARINHO, J. H. C. O conector *quando* e o encadeamento de episódios da narrativa jornalística. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 54.2, 2012, p. 187-203.

DAHLET, V. *As (man)obras da pontuação: usos e significações*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.

DANEŠ, F. Functional sentence perspective and the organization of the text. In: \_\_\_\_\_. (Ed.) *Papers on functional sentence perspective*. Praga: Mouton, 1974. p. 106-128.

DECAT, M. B. N. Estrutura retórica e articulação de orações em gêneros textuais diversos: uma abordagem funcionalista. In: MARINHO, J. H. C.; SARAIVA, M. E. F. (Org.) *Estudos da língua em uso: da gramática ao texto*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 231-262.

\_\_\_\_\_. *Estruturas desgarradas em Língua Portuguesa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

DELL'ISOLA, R. L. P. A noção de gêneros textuais e discursivos: percursos teóricos. In: LARA, G. M. P.; COHEN, M. A. (Org) *Linguística, tradução, discurso*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 237-256.

DIONISIO, A. P. *A interação em narrativas conversacionais*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE, 2009.

DOLABELLA, A. R. V. O discurso relatado na imprensa brasileira: jogo de estratégias de apropriação de vozes e de construção de efeitos. 1999. 378f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.



DUARTE, R. J. A marcação das relações textuais em textos de gêneros do domínio jornalístico: uma abordagem modular. 2008. 205f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

DUCROT, O. Opérateurs argumentatifs et visée argumentative. *Cahiers de linguistique française*, v. 5, p. 07-36, 1983.

DUCROT, O. *O dizer e o dito*. Campinas: Pontes Editores, 1987.

DUCROT, O. *et al. Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

EMEDIATO, W. *Analyse des configurations linguistiques et discursives des titres de journaux français et brésiliens*. 2000. 558f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, de Ciências do Homem e das Sociedades, Universidade de Paris XIII, Paris, 2000.

\_\_\_\_\_. Contrato de leitura, parâmetros e figuras de leitor. In: MARI, H.; WALTY, I; FONSECA, M. N. S. (Org.) *Ensaio sobre leitura 2*. Belo Horizonte: Editora PUCMinas, 2007, p. 83-98.

FILLIETTAZ, L. Vers une approche interactionniste de la dimension référentielle du discours. *Cahiers de linguistique française*, v. 18, p. 34-67, 1996.

\_\_\_\_\_. Des enjeux actionnels dans les interactions verbales: une définition de la dimension référentielle du discours. *Cahiers de linguistique française*, v. 19, p. 47-82, 1997.

\_\_\_\_\_. Une approche modulaire de l'hétérogénéité compositionnelle du discours: le cas des récits oraux. *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 261-327, 1999.

\_\_\_\_\_. Actions, activités et discours. 2000. 403f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2000.

\_\_\_\_\_. *Formes narratives et enjeux praxéologiques*. Quelques remarques sur les fonctions du raconter em contexte transactionnal. In: VINCENT, D. e BRES, J. (Ed.) *Le discours oral conversationnel*, *Revue québécoise de linguistique*, 2001.

\_\_\_\_\_. Textualisation et cadrage des activités: une analyse praxéologique des interactions de service. In: MARI, H. *et al.* (Org.) *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2003, 179-213.

\_\_\_\_\_. Négociation, textualisation et action: le concept de négociation dans le modèle genevois de l'organisation du discours. In: GROSJEAN, M.; MONDADA, L. (Org.) *La négociation au travail*. Lyon: Presses universitaires de Lyon. 2004, p. 69-96.

\_\_\_\_\_. La place du contexte dans une approche praxéologique Du discours. Le cas de l'argumentation dans les interactions scolaires. *Pratiques*, n.129-130, p.71-88, 2006.

FILLIETTAZ, L. La co-construction des requêtes. Le cas du service à la clientèle dans les grandes surfaces. In: KERBRAT-ORECCHIONI, C.; TRAVERSO, V. (Org.) *Les interactions en site commercial: invariants et variations*. Lyon: Ens Éditions, 2008, p. 77-103.

\_\_\_\_\_. Des loups, des élèves et des arguments. Une enseignante de français prise au piège de la fable. In: C. RONVEAUX (Org.) *Lire la fable, du texte littéraire à l'argumentation: points de vue didactique, littéraire et praxéologique sur un objet récalcitrant*. (no prelo). Disponível em: <<http://www.unige.ch/fapse/interaction-information/publications/filliettaaz.html>>. Acesso: 10 abr. 2011.

FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. L'hétérogénéité compositionnelle du discours: quelques remarques préliminaires. *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 213-259, 1999.

FILLIETTAZ, L.; ROULET, E. The Geneva Model of discourse analysis: an interactionist and modular approach to discourse organization. *Discourse Studies* 4(3), p. 369-392, 2002.

FIORIN, J. L. Uma concepção discursiva de estilo. In: \_\_\_\_\_. *Em busca do sentido: estudos discursivos*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 93-111.

\_\_\_\_\_. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2010.

\_\_\_\_\_. Pragmática. In: \_\_\_\_\_. (org.) *Introdução à Linguística: princípios de análise*. v. 2. São Paulo: Contexto, 2011, p. 161-186.

GOFFMAN, E. *La mise en scène de la vie quotidienne: les relations en public*. v. 2. Paris: Les éditions de minuit, 1973.

\_\_\_\_\_. *Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face*. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012[1986].

GROBET, A. Phénomènes de continuité: anaphoriques et traces de points d'ancrage. *Cahiers de linguistique française*, v. 18, p. 69-93, 1996.

\_\_\_\_\_. La continuité topicale dans des dialogues radiophoniques: quelques relations de discours. *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 101-120, 1999.

\_\_\_\_\_. L'organisation topicale de la narration. Les interrelations de l'organisation topicale et des organisations séquentielle et compositionnelle. *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 329-368, 1999a.

GROBET, A. L'identification des topiques dans les dialogues. 2000. 513f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2000.

\_\_\_\_\_. L'organisation informationnelle: aspects linguistiques et discursifs. *French Language Studies*, v. 11, p. 71-87, 2001.

\_\_\_\_\_. Evaluating topic salience in dialogues. In: NÉMETH, E. (Ed.) *Cognition in language use: selected papers from 7th International Pragmatics Conference*. v. 1, Antwerp: International Pragmatics Association, 2002.

GROSSE, E. U. Evolution et typologie des genres journalistiques: essai d'une vue d'ensemble. *Semen*. n. 13, 2001.

GUIMARÃES, E. *Texto e argumentação: um estudo de conjunções do português*. São Paulo: Pontes, 2007.

GÜLICH, E.; KOTSCHI, T. Les marqueurs de la reformulation paraphrastique. *Cahiers de linguistique française*, v. 5, p. 305-346, 1983.

GÜLICH, E.; QUASTHOFF, U. M. Narrative analysis. In: van DIJK, T. A. (Org.) *Handbook of discourse analysis*. Amsterdam: University of Amsterdam, Academic press, 1985, p. 169-197.

HALLIDAY, M.A.K.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

HERNANDES, N. *A mídia e seus truques: o que jornal, revista, TV, rádio e internet fazem para captar e manter a atenção do público*. São Paulo: Contexto, 2006.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*, v. 56, n. 2, p. 251-299, 1980.

ILARI, R. *Perspectiva funcional da frase portuguesa*. Campinas: Unicamp, 1992.

\_\_\_\_\_. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 2001.

ILARI, R.; BASSO, R. M. O verbo. In: ILARI, R.; NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português culto falado no Brasil: classes de palavras e processos de construção*. v. 2. Campinas: Editora da Unicamp, 2008, p. 163-370.

JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1969.

JOHNSTONE, B. Discourse analysis and narrative. In: SCHIFFRIN, D.; TANNEN, D.; HAMILTON, H. E. (Org.) *The handbook of discourse analysis*. London: Blackwell publishers, 2001, p. 635-649.

JUBRAN, C. C. A. S. Especificidades da referenciação metadiscursiva. In: KOCH, I. G. V., MORATO, E. M. e BENTES, A. C. (Org.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 219-241.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Análise da conversação: princípios e métodos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

KLEIBER, G. Marqueurs référentiels et processus interprétatifs: pour une approche “plus sémantique”. *Cahiers de linguistique française*, v. 11, p. 241-258, 1990.

KLEIBER, G. Associative anaphora and part-whole relationship: the condition of alienation and the principle of ontological congruence. *Journal of pragmatics*, v. 31, p. 339-362, 1999.

KOCH, I. G. V. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 1997.

\_\_\_\_\_. *Introdução à Linguística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

\_\_\_\_\_. Referenciação e orientação argumentativa. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 33-52.

\_\_\_\_\_. *Desvendando os segredos do texto*. São Paulo: Cortez, 2006.

\_\_\_\_\_. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. *A coesão textual*. São Paulo: Contexto, 2009.

KUYUMCUYAN, A. Prolégomènes à une définition du discours narratif. *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 369-386, 1999.

\_\_\_\_\_. Hétérogénéité textuelle: l'exemple de la fable *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 151-179, 1999a.

LABOV, W. The transformation of experience in narrative syntax. In: \_\_\_\_\_. *Language in the inner city: studies in the black english vernacular*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

\_\_\_\_\_. Some further steps in narrative analysis, *Journal of narrative and life history*, v. 7, p. 395- 415, 1997.

LAGE, N. *A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística*. Rio de Janeiro: Record, 2009.

LANNA, M. A. L. Ação, experiência e discurso: a gestão da mudança na hipnoterapia. 2005. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

LUSCHER, J. M. Les marques de connexion: des guides pour l'interprétation. In: MOESCHLER, J. (Org.) *Langage et pertinence: référence temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 1994, p. 175-227.

MACHADO, A. R. *O diário de leitura: a introdução de um novo instrumento na escola*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

\_\_\_\_\_. A perspectiva interacionista sociodiscursiva de Bronckart. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 237-259.

MACHADO, I. L. Paródia, *fait divers* e Análise do Discurso. In: MACHADO, I. L.; MARI, H.; MELLO, R (Org.). *Ensaio em análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/Faculdade de Letras/UFMG, 2002, p. 59-73.

MAINGUENEAU, D. *Novas tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1993.

MAINGUENEAU, D. *Elementos de linguística para o texto literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

\_\_\_\_\_. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. A propósito do ethos. In: MOTTA, A. R.; SALGADO, L. (Org.) *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008a, p. 11-32.

MARCUSCHI, L. A. A questão do suporte dos gêneros textuais. *Língua, linguística e literatura*. v. 1. n. 1, p. 09-40, 2003.

\_\_\_\_\_. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: DIONÍSIO, A. P.; MACHADO, A. R.; BEZERRA, M. A. (Org.) *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005a, p. 19-36.

\_\_\_\_\_. Anáfora indireta: o barco textual e suas âncoras. In: KOCH, I. G. V.; MORATO, E. M.; BENTES, A. C. (Org.) *Referenciação e discurso*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 53-102.

\_\_\_\_\_. A ação dos verbos introdutórios de opinião. In: \_\_\_\_\_. *Fenômenos da linguagem: reflexões semânticas e discursivas*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007, p. 146-168.

\_\_\_\_\_. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A.; KOCH, I. G. V. Referenciação. In: JUBRAN, C. C. A. S.; KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português culto falado no Brasil: construção do texto falado*. v. 1, 2006, p. 381-402.

MARINHO, J. H. C. O funcionamento discursivo do item “onde”: uma abordagem modular. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

MARINHO, J. H. C. Uma abordagem modular e interacionista da organização do discurso. *Revista da Anpoll*, v. 16. p. 75-100. 2004.

\_\_\_\_\_. Descrição da organização relacional de uma troca epistolar. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (Org.) *Gêneros: categorias de Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso/Faculdade de Letras/UFMG, 2004a, p. 299-313.

\_\_\_\_\_. A organização informacional em *Uma História Distraída*, de Cida Chaves. In: MELLO, R. (Org.) *Análise do Discurso & Literatura*. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2005, p. 295-308.

\_\_\_\_\_. A atuação do *onde* na articulação discursiva. In: SARAIVA, M. E. F.; MARINHO, J. H. C. (Org.) *Estudos da língua em uso: relações inter e intra-sentenciais*. Belo Horizonte: Núcleo de Estudos da Língua em Uso (NELU)/Faculdade de Letras da UFMG, 2005a, p. 13-28.

\_\_\_\_\_. Um estudo da organização relacional de textos acadêmicos. In: LARA, G. M. P. (Org.) *Língua(gem), texto, discurso: entre a reflexão e a prática*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

\_\_\_\_\_. A determinação da unidade textual mínima. In: MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Org.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p. 39-50.

MARINHO, J. H. C.; CUNHA, G. X. O papel das expressões *com efeito* e *seja como for* na conexão textual. *Mal-Estar e Sociedade*, v. 5, p. 139-166, 2012.

MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Org.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007.

MARINHO, J. H. C.; DACONTI, G. C.; CUNHA, G. X. *O texto e sua tipologia: fundamentos e aplicações*. Coleção PROLEITURA. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2012.

MENEZES, W. A. Estratégias discursivas e argumentação. In: PROENÇA, G. M. (Org.) *Língua(gem), Texto, Discurso: entre a reflexão e a prática – vol.1*. Rio de Janeiro: Lucerna/FALE/UFMG, 2006, p. 87-105.

MILNER, J. C. Reflexões sobre a referência e a correferência. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 85-130.

MOESCHLER, J. Ordre temporel, narration et analyse du discours. *Cahiers de linguistique française*, v. 18, p. 299-328, 1996.

\_\_\_\_\_. Les relations entre événements et la interprétation des énoncés. In: \_\_\_\_\_. (Org) *Le temps des événements: pragmatique de la référence temporelle*. Paris: Kimé, 1998, p. 293-321.

MOESCHLER, J.; REBOUL, A. Déixis et anaphore. In: \_\_\_\_\_. *Dictionnaire encyclopédique de pragmatique*. Paris: Editions du Seuil, 1994, p. 349-372.

MONDADA, L. Pour une approche conversationnelle des objets de discours. *Boletim da ABRALIN*, v. 26. n. especial – I, p. 66-70, 2001.

MONDADA, L.; DUBOIS, M. Construção dos objetos de discurso e categorização: uma abordagem dos processos de referenciação. In: CAVALCANTE, M. M.; RODRIGUES, B. B.; CIULLA, A. (Org.) *Referenciação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 17-52.

MOUILLAUD, M. Posturas do leitor. In: PORTO, S. D. (org) *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002, p. 173-190.

MUZZI, E. S. Do enunciado à enunciação: Benveniste. In: MARI, H *et al.* (Org.) *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 1999, p. 201-210.

NEVES, M. H. M. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

\_\_\_\_\_. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. v. 6, 2002, p. 171-208.

\_\_\_\_\_. *Gramática e texto*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. Linguagem e gênero discursivo: a determinação do gênero sobre a produção linguística. In: \_\_\_\_\_. *Ensino de língua e vivência de linguagem: temas em confronto*. São Paulo: Contexto, 2010, p. 87-99.

OLIVEIRA, J. V. C. *A constituição e o funcionamento de Artigos de Divulgação Científica na Mídia Impressa: características composicionais e estratégias discursivas*. 2012. 250f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

ORLANDI, E. Divulgação científica e efeito leitor: uma política social urbana. In: GUIMARÃES, E. (org.) *Produção e circulação do conhecimento: estado, mídia, sociedade*. Campinas: Pontes Editores, 2001, p. 21-30.

PENA, F. *Teoria do jornalismo*. São Paulo: Contexto, 2008.

PERINI, M. A. *Estudos de gramática descritiva*. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PERRIN, L. Du dialogue rapporté aux reprises diaphoniques. *Cahiers de linguistique française*, v. 16, p. 211-240, 1995.

\_\_\_\_\_. De la structure énonciative et de l'organisation polyphonique d'un échange épistolaire. *Cahiers de linguistique française*, v. 18, p. 129-156, 1996.

PERRONI, M. C. *Desenvolvimento do discurso narrativo*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

PESSOA, F. C. As relações interpessoais nos domínios do contar e fazer contar as narrativas populares da Amazônia Paraense. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

PESSOA, M. B. O gênero notícia no Brasil: notas para uma história. In: RAMOS, J. M.; ALKMIM, M. A. (orgs.) *Para a história do português brasileiro: estudos sobre mudança lingüística e história social*. v. 5. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2007, p. 545-578.

PONTES, E. *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes Editores, 1987.

PORTO, S. D. (org) *O Jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

PORTOLÉS, J. *Marcadores del discurso*. Barcelona: Ariel, 2007.

PROPP, V. *Morfologia do conto maravilhoso*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1984[1928].

RABATEL, A. L'effacement énonciatif dans les discours rapportés et ses effets pragmatiques. *Langages*. n. 156, p. 03-17, 2004.

\_\_\_\_\_. L'effacement de la figure de l'auteur dans la construction événementielle d'un "journal" de champagne électorale et la question de la responsabilité, en l'absence de récit primaire. *Semen*. n. 22, p. 02-14, 2006.

\_\_\_\_\_. Analyse énonciative du point de vue, narration et analyse de discours. *Filologia e linguística portuguesa*. n. 9, p. 345-368, 2007.

\_\_\_\_\_. *Homo narrans: pour une analyse énonciative et interactionnelle du récit* (Introdução), Limoges: Lambert-Lucas, 2009. Disponível em: <[http://www.fabula.org/atelier.php?Points\\_de\\_vue\\_dans\\_la\\_narration](http://www.fabula.org/atelier.php?Points_de_vue_dans_la_narration)>.

RAMOS, R. Heterogeneidade enunciativa no discurso sobre o ambiente na imprensa portuguesa: funcionamento e efeitos do discurso directo. *Linguagem em (Dis)curso*. v. 7, n. 1, p. 45-70, 2007.

REBOUL, A.; MOESCHLER, J. Les connecteurs pragmatiques. In: \_\_\_\_\_. *Pragmatique du discours: de l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours*. Paris: Armand Colin, 1998a, p. 75-98.

\_\_\_\_\_.; \_\_\_\_\_. Temps, récit et discours. In: \_\_\_\_\_. *Pragmatique du discours: de l'interprétation de l'énoncé à l'interprétation du discours*. Paris: Armand Colin, 1998, p. 99-121.



REINHART, T. Principles of gestalt perception in the temporal organization of narrative texts. *Linguistics*, v. 22, p. 779-809, 1984.

REVAZ, F. Le récit dans la presse écrite. *Pratiques*, n. 94, p. 19-33, 1997.

REVAZ, F; FILLIETTAZ, L. Actualités du récit dans le champ de la linguistique des discours oraux: le cas des narrations en situation d'entretien. *Protée: actualités du récit: pratiques, théories, modèles*, v. 32, n. 2-3, p. 53-66, 2006.

RODRIGUES, A. Os níveis de atuação do *mas* no discurso. *Cadernos de estudos linguísticos*. n. 28, p. 37-44, 1995.

RODRIGUES, R. H. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem: a abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.) *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005, p. 152-183.

RODRIGUES, A. C. S. *et al.* Formas de pretérito perfeito e imperfeito do indicativo no plano textual-discursivo. In: KOCH, I. G. V. (Org.) *Gramática do português falado: desenvolvimentos*. v. 6, 2002, p. 417-462.

ROJO, R. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J.L.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 184-207.

RONCARATI, C. *As cadeias do texto: construindo sentidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

ROSSARI, C. *Les opérations de reformulation: analyse du processus et des marques dans une perspective contrastive français-italien*. Berne: Lang, 1993.

\_\_\_\_\_. Homogénéité et hétérogénéité: la dimension compositionnelle dans l'ouverture de *Jacques, Le Fataliste*. *Cahiers de linguistique française*, v. 15, p. 275-294, 1994.

\_\_\_\_\_. Du narratif au discursif, du monologique au dialogique: continuum ou rupture? *Cahiers de linguistique française*, v. 16, p. 193-209, 1995.

\_\_\_\_\_. Les relations de discours avec ou sans connecteurs. *Cahiers de linguistique française*, v. 21, p. 181-192, 1999.

\_\_\_\_\_. *Connecteurs et relations de discours: des liens entre cognition et signification*. Nancy: Presses universitaires de Nancy, 2000.

ROTHBERG, D. *Jornalismo público: informação, cidadania e televisão*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

ROULET, E. Complétude interactive et connecteurs reformulatifs. *Cahiers de linguistique française*, v. 8, p. 111-140, 1987.

ROULET, E. *Vers une approche modulaire de l'analyse du discours. Cahiers de linguistique française*, v. 12, p. 53-81, 1991.

\_\_\_\_\_. Etude des plans d'organisation syntaxique, hiérarchique et référentiel du dialogue: autonomie et interrelations modulaires. *Cahiers de linguistique française*, v. 17, p. 123- 140, 1995.

\_\_\_\_\_. L'analyse du dialogue dans une approche modulaire des structures du discours: l'exemple du dialogue Romanesque. In: HUNDSNURSCHER, F.; E. WEIGAND, E. (Org.) *Future perspectives of dialogue analysis*. Tübingen: Niemeyer, 1995a, p. 01-34.

\_\_\_\_\_. Une description modulaire de l'organisation topicale d'un fragment d'entretien. *Cahiers de linguistique française*, v. 18, p. 11-32, 1996.

\_\_\_\_\_. L'organisation polyphonique et l'organisation inférentielle d'un dialogue romaneseque. *Cahiers de linguistique française*, v. 19, p. 149-179, 1997.

\_\_\_\_\_. Um modelo e um instrumento de análise sobre a organização do discurso. In: MARI, H et al. (Org.) *Fundamentos e dimensões da Análise do Discurso*. Belo Horizonte: Carol Borges – Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 1999a, p. 139-171.

\_\_\_\_\_. *La description de l'organisation du discours. Du dialogue au texte*. Paris: Didier, 1999b.

\_\_\_\_\_. De La nécessité de distinguer des relations de discours sémantiques, textuelles et praxéologiques. In: ANDERSEN, H. L. & NØLKE, H (Ed.). *Macro-syntaxe et macro-sémantique. Actes du colloque international d'Aarhus*. Bern: P. Lang, 2002.

\_\_\_\_\_. Une approche modulaire de la problematique des relations de discours. In: MARI, H. et alii. *Análise do discurso em perspectivas*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003, p. 149-178.

\_\_\_\_\_. Les relations de discours rhétoriques et praxéologiques dans la description des propriétés des constituants parenthétiques. *Travaux de linguistique*. n. 49, p. 09-17, 2004.

\_\_\_\_\_. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. In: FISCHER, K (Ed.). *Approaches to Discourse Particles*. Amsterdam: Elsevier, 2006, p. 115-131.

ROULET, E.; PIRES, S. Uma visão modular da complexidade discursiva. In: MARI, H. (Org.) *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2001, p. 63-91.

ROULET, E. et al. *L'Articulation du discours en français contemporain*. Berne: Lang, 1985.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours. Berne: Lang, 2001.

RUFINO, J. A. *As mulheres de Chico Buarque: análise da complexidade discursiva de canções produzidas no período da ditadura militar*. 2006. 146f. Dissertação (Mestrado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006.

\_\_\_\_\_. "A Rita": documento histórico de um tempo. In: MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Org.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p. 87-102.

\_\_\_\_\_. *As minhas meninas: análise de estratégias discursivas em canções buarqueanas produzidas no período da Ditadura Militar*. 2011. 337f. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

SHELLING, M. Propriétés pragmatiques des connecteurs réévaluatifs. In: ROULET, E. et al. *L'Articulation du discours en français contemporain*. Berne: Lang, 1985.

SCHNEUWLY, B. Gêneros e tipos de discurso: considerações psicológicas e ontogenéticas. In: SCHNEUWLY, B. et al. *Gêneros orais e escritos na escola*. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 19-34.

SCHUTZ, A. Sens commun et interprétation scientifique da l'action humaine. In: \_\_\_\_\_. *Le chercheur et le quotidien: phénoménologie des sciences sociales*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1987, p. 07-63.

SEARLE, J. What is a speech act? In: BLACK, M. (Ed.) *Philosophy in America*. Cornell: Cornell University Press, 1965, p. 136-154.

SILVA, J. Q. Gênero discursivo e tipo textual. *Scripta*. v. 2, n. 4, p. 87-106, 1999.

SIMONIN-GRUMBACH, J. Pour une typologie des discours. In: KRISTEVA, J; MILNER, J. C.; RUWET, N. (Ed.) *Langue, discours, société: pour Émile Benveniste*, 1975, p. 85-121.

SIMUNIC, Z. *Une approche modulaire des stratégies discursives du journalisme politique*. 2004. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade de Genebra, Genebra, 2004.

SOARES, I. C. R. *As narrativas orais populares da Amazônia paraense: vozes múltiplas que contam as histórias do povo*. 2003. Tese (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2003.

\_\_\_\_\_. Teoria modular: além das divisões teórico-disciplinares. In: MARINHO, J. H. C.; PIRES, M. S. O.; VILLELA, A. M. N. (Org.) *Análise do discurso: ensaios sobre a complexidade discursiva*. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2007, p. 25-38.

SULLET-NYLANDER, F. Paratexte, contexte et intertexte dans *Le Monde* (2005): conditionnels journalistiques et discours rapports. *Pratiques*, n. 129/130, p. 123-138, 2006.

TODOROV, T. *As estruturas narrativas*. São Paulo: Perspectiva, 2008.

TOMACHÉVSKY, B. Thématique. In: TODOROV, T. (Org.) *Théorie de la littérature*. Paris: Éditions du Seuil, 1965[1925], p. 263-307.

TOOLAN, M. J. *Narrative: a critical linguistic introduction*. London: Routledge, 1988.

TRAVAGLIA, L. C. O uso do futuro do pretérito no português falado. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado: novos estudos*. v. 7, 1999, p. 673-700.

\_\_\_\_\_. Tipologia textual e coesão/coerência no texto oral: transições tipológicas. In: CASTILHO, A. T.; BASÍLIO, M. (Org.) *Gramática do português falado: estudos descritivos*. v. 4, 2002, p. 445-464.

\_\_\_\_\_. Continuidades de tipos de verbos e situações e de formas e categorias verbais e tipos de texto. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, v. 44, p. 183-197, 2003.

\_\_\_\_\_. Tipologias textuais literárias e linguísticas. *Scripta*, v. 7, n. 14, p. 146-158, 2004.

\_\_\_\_\_. Composição tipológica de textos como atividade de formulação textual. *Revista do GELNE*, v. 4, n. 1/2, p. 32-37, 2005.

\_\_\_\_\_. Aspectos da pesquisa sobre tipologia textual. *Revista de Estudos Linguísticos*, v. 20, n. 2, p. 361-387, 2012.

TRAVERSO, V. Módulo conversacional. In: CHARADEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Org.) *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2008, p. 338-339.

VALÉRIO, K. M. *Dinâmicas interativas no discurso da mulher: o papel da inserção social*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras/UFMG, 2003.

Van DIJK, T. Philosophy of action and theory of narrative. *Poetics*, v. 5, p. 287-332, 1976.

\_\_\_\_\_. *News as discourse*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1988.

\_\_\_\_\_. Estruturas da notícia na imprensa. In: \_\_\_\_\_. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Contexto, 1992, p. 122-156.

\_\_\_\_\_. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.

VARGAS, M. V. *Verbo e práticas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

VION, R. Séquentialité, interactivité et instabilité énonciative. *Cahiers de praxématique*. n. 45, p. 25-49, 2006.

WEINRICH, H. *Le temps*. Paris: Éditions du Seuil, 1973.

WOLTON, D. *Pensar a comunicação*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.



## SUMÁRIO DOS ANEXOS

### **ANEXOS A – anexos do capítulo 5**

|                                                                                |     |
|--------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Anexo A1 - Corpus da pesquisa segmentado em sequências discursivas             | 401 |
| Anexo A2 - Análise da forma de organização sequencial                          | 435 |
| Anexo A3 - Distribuição das sequências narrativas pelos subtipos dos episódios | 485 |

### **ANEXOS B – anexos do capítulo 6**

|                                                          |     |
|----------------------------------------------------------|-----|
| Anexo B1 – Análise do módulo sintático                   | 493 |
| Anexo B2 – Análise da forma de organização relacional    | 509 |
| Anexo B3 – Análise da forma de organização informacional | 543 |
| Anexo B4 – Análise da forma de organização enunciativa   | 569 |
| Anexo B5 – Análise da função cotextual das sequências    | 589 |

### **ANEXO C – anexo do capítulo 7**

|                               |     |
|-------------------------------|-----|
| Anexo C1 - Enquadres acionais | 597 |
|-------------------------------|-----|





## ANEXO A1

### Corpus da pesquisa segmentado em sequências discursivas

| Revistas             | Datas das edições | Reportagens                           |
|----------------------|-------------------|---------------------------------------|
| Carta Capital        | 13/01/2010        | (r1) A culpa não é só da natureza     |
|                      | 20/01/2010        | (r2) São Paulo na lama                |
|                      |                   | (r3) Uma história bipolar             |
|                      |                   | (r4) Vanguarda do atraso              |
| Época                | 08/01/2010        | (r1) Um mensalão de R\$ 150 mil?      |
|                      |                   | (r2) É possível evitar?               |
|                      | 15/01/2010        | (r3) O bolívar forte ficou fraco      |
|                      |                   | (r4) O pecado público                 |
| IstoÉ                | 13/01/2010        | (r1) Caça ao vazamento                |
|                      |                   | (r2) Eles não deveriam estar aqui     |
|                      | 20/01/2010        | (r3) O passado ainda presente         |
|                      | 27/01/2010        | (r4) A hora do medo                   |
| Veja                 | 06/01/2010        | (r1) Desvios subterrâneos             |
|                      |                   | (r2) Ele tem 150 000 metros quadrados |
|                      |                   | (r3) Sol, mar e organização           |
|                      | 13/01/2010        | (r4) Trágico, absurdo, previsível     |
| Total de reportagens |                   | 16                                    |

**Observação:** o começo e o final das sequências narrativas, deliberativas e descritivas que compõem as reportagens são sinalizados por estas indicações: <S. narr S. narr>; <S. delib S. delib>; <S. descr S. descr>.



<S. delib A culpa não é só da natureza

A prevalência do interesse privado nas cidades brasileiras tem o seu quinhão **S. delib**>

<**S. narr** À medida que os dias passaram, desde o fatídico 1º de janeiro, ficou mais e mais evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas. Estas, não resta dúvida, têm sido especialmente severas desde o último trimestre de 2009, sob a influência do aquecimento anormal das águas do pacífico. Em anos passados, o *El Niño*, como é conhecido o fenômeno que atinge as águas equatoriais desse oceano, também causou estragos consideráveis, com enchentes e deslizamentos de terra em várias cidades do território nacional. Também não resta dúvida de que neste ano a situação foi ainda mais grave. O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande do Sul, sugerem que uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana, como têm alertado alguns especialistas. Ou sobre a inação, conforme o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades. Em matéria de uso do solo, a regra nacional ainda é a ausência de regulação pública ou o descaso com as leis existentes, mantidas apenas no papel. **S. narr**>

<**S. delib** O caso de São Luís do Paraitinga, onde se encontra o maior conjunto de edificações do período colonial do estado de São Paulo e ao menos 300 casas foram danificadas, ilustra bem o risco a que está exposta uma parcela considerável da população brasileira, cerca de 40 milhões de cidadãos residentes em áreas de risco, segundo estimativa da ONG Amigos da Terra.

“As chuvas arrasaram São Luís, desmontaram completamente a cidade. Prefeitura, postos de saúde, escolas, cartórios, parte do Fórum, foi tudo por água abaixo, além de centenas de casas”, disse a *CartaCapital* Luiz Antonio Gomes, pesquisador do Instituto de Pesquisas Tecnológicas, ligado à USP, e chefe da equipe do IPT que chegou à cidade no domingo 3, dois dias após a tragédia, acionada pela Defesa Civil estadual. “A situação lá poderá piorar porque as condições dos taludes (*barrancos, na linguagem técnica*) são muito precárias. Além da previsão de novas chuvas, as casas localizadas nas margens do Paraitinga, que chegou a subir 10 metros, poderão ser afetadas pela pressão decorrente da vazante da água”, avalia o pesquisador. **S. delib**>

<**S. delib** As chuvas torrenciais por mais de doze horas no Vale do Paraíba, litoral norte de São Paulo e região de Angra e Ilha Grande, na virada do ano, são apontadas como as primeiras razões do desastre, mas para este contribuíram as construções precárias e irregulares das encostas e várzeas, características da ocupação territorial brasileira. **S. delib**>

<**S. delib** O técnico do IPT chama a atenção para o trabalho a ser feito daqui para a frente. Nas regiões montanhosas do país, alerta Gomes, a ampla maioria das cidades não possui um estudo geotécnico para indicar as regiões impróprias e propor obras de contenção. Esses estudos costumam ser deixados de lado até que o pior aconteça. **S. delib**> <**S. descr** É o caso de Piquete, também no Vale do Paraíba, que viveu a sua tragédia no início de 2009. Em dezembro passado, a prefeitura recebeu do próprio IPT a informação de que cerca de mil edificações da cidade (de um universo de 5 mil) encontram-se em situação de risco. **S. descr**>

<**S. delib** Em Ilha Grande e Angra, há indícios de que os interesses privados – os “urbanistas” de fato das cidades brasileiras, segundo especialistas – prevaleceram de modo a abrandar as exigências ambientais para a construção civil. Foi nessa direção um decreto do governador do Rio, Sérgio Cabral, assinado em julho do ano passado, que permitiu a construção de casas e hotéis em zonas até então vetadas pela legislação, em uma área de proteção ambiental de 80 quilômetros do litoral e 90 ilhas próximas a Angra. **S. delib**> <**S. delib** O histórico de ocupações irregulares e em condições inapropriadas no litoral brasileiro não é, porém, de responsabilidade da administração atual, muito menos restringe-se ao litoral fluminense, onde os licenciamentos ambientais não são levados a sério. **S. delib**> <**S. narr** É o caso da Pousada Sankay, na Ilha Grande, construída na encosta de um morro, e que veio abaixo nas primeiras

horas do ano por conta de um deslizamento de terra. **S. narr**> <**S. descr** A pousada, por sinal, é anterior à alteração legal. **S. descr**>

<**S. narr** No caso do Rio Grande do Sul, onde 13 rodovias tiveram de ser interditadas por causa das chuvas, faltou ao poder público verificar as estruturas da ponte sobre o rio Jacuí, de 314 metros e com mais de 40 anos de vida útil no momento da queda, conforme alegação de engenheiros civis nos dias seguintes ao acidente. **S. narr**>

<**S. narr** No litoral paulista, os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores. Ainda assim não faltaram evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado. Quem passou o réveillon em Ubatuba enfrentou até 18 horas de congestionamento para chegar a São Paulo – e nada menos que 12 horas para alcançar a vizinha Caraguatatuba, um trajeto de 54 quilômetros. A situação ali foi agravada pela interdição de rodovias e a falta de informações. No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba, os policiais preferiram manter os telefones fora do gancho para não ser incomodados. “Não sabemos como está a situação na direção de Caraguatatuba, cuidamos apenas do trecho entre Ubatuba e Paraty. Parece que o jeito é rodar mais 400 quilômetros e ir por Angra”, afirma, na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento. **S. narr**>

#### <**S. delib** São Paulo na lama

O drama de milhares de famílias às margens do rio Tietê, que há mais de um mês vivem em áreas inundadas e sob a ameaça de despejo iminente **S. delib**>

<**S. narr** O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo. Ao redor dos trabalhadores, um cenário de destruição. Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, severamente castigada pela megachenche de 8 de dezembro. De uniforme azul, o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta: “Hoje derrubo a casa dos outros. Amanhã pode ser a minha”. **S. narr**>

<**S. narr** Crispim mora com a família em uma casa de quatro cômodos no Jardim Pantanal, próximo de onde cumpria a amarga tarefa de demolição. No dia da cheia, seus móveis ficaram meio metro submersos. Somente após duas semanas, a água saiu da residência. Passados 35 dias da enchente, a inundação persistia no quintal e nas ruas do bairro, tomadas por um lodo escuro e fétido, mistura das águas da chuva com o esgoto que deixou de ser bombeado por uma estação de tratamento atingida pelas chuvas. O cenário é recorrente em ao menos sete bairros do distrito Jardim Helena, na divisa com os municípios de Guarulhos e Itaquaquecetuba, Grande São Paulo. **S. narr**>

<**S. delib** “Não quero sair daqui. Com 300 reais, não consigo alugar uma casa. Mas vou fazer o quê? Não tenho opção”, resigna-se o pedreiro Crispim. **S. delib**> <**S. delib** Boa parte dos moradores, no entanto, mostra-se resistente à proposta do auxílio aluguel oferecido pela prefeitura, e já apelidado de “bolsa-despejo” por moradores. O governo municipal garante o benefício por seis meses, período que pode ser renovado sucessivas vezes, até o governo abrigar em moradias todos os afetados pelas inundações. Das 2.752 famílias cadastradas até 13 de janeiro, 794 optaram por receber o auxílio-aluguel, condicionado à demolição das casas antigas, e 370 já receberam a verba. Outras 280 famílias foram acomodadas em apartamentos. Mas a desconfiança é grande. **S. delib**>

<**S. delib** “Há três anos funcionários da prefeitura dizem que estamos irregulares, temos de sair, mas nunca me ofereceram uma casa. Como posso acreditar que depois o auxílio não será cortado? Só saio da minha casa para entrar em outra”, afirma a dona de casa Cledionice Aparecida da Silva, de 39 anos, que mora em um sobrado tomado pelas águas com outras 17 pessoas da família de garis e catadores de material reciclável. **S. delib**> <**S. descr** A cozinha chegou a ficar submersa até a altura da cintura. Agora,

o lodo está concentrado no quintal, onde só é possível transitar sobre tábuas suspensas por tijolos. **S. descr>**

<**S. delib** A desconfiança é ainda mais forte entre aqueles que tentaram, em vão, ser incluídos em um programa habitacional. O aposentado Rosalvo José dos Santos, 66 anos, por exemplo, está na fila para comprar um imóvel da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) desde 1997. Pai de uma jovem portadora de necessidades especiais, ele teria prioridade. Mas nunca foi chamado. “É por isso que não confio na proposta da prefeitura.” **S. delib>**

<**S. narr** Diante das reclamações de moradores, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou com uma ação pedindo a suspensão das remoções até que o processo seja discutido com a população. “Estamos falando de pessoas, e não de objetos que podem ser removidos de um lugar para o outro. Eles querem sair do local, mas com um mínimo de dignidade”, afirma Carlos Henrique Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria. Ele também lembra que deslocar a população de forma não planejada é apenas uma forma de transferir o problema, “você tira a pobreza de um lado e coloca do outro”. **S. narr>**

<**S. narr** Exemplos não são difíceis de ser encontrados, como é o caso da família do pedreiro João Luiz da Silva, 55 anos. Eles moravam na extinta Vila Nair, removida para a construção do anel viário que liga a avenida Jacu Pêssego com a rodovia Ayrton Senna. Com o dinheiro da indenização, 9 mil reais, compraram uma casa no Jardim Iguatemi, e foram novamente despejados, desta vez para a construção de um dos trechos do Rodoanel. Com a indenização de 11 mil reais compraram um barraco na Chácara Três Meninas, um dos bairros castigados pela cheia e alvo de novas desapropriações. “É terceira vez que querem nos expulsar”, diz Silva, cansado da vida itinerante. **S. narr>**

<**S. delib** A enchente na várzea do Tietê é a mais grave dos últimos 15 anos. Estima-se que mais de 3 mil famílias tenham sido atingidas. De acordo com a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado, em apenas um dia foram registradas chuvas com intensidade de 84 milímetros em média na Bacia do Alto Tietê, o que corresponde a dois terços da chuva prevista para dezembro. **S. delib>**

<**S. delib** Para muitos moradores, a culpa da cheia não é só da natureza. “Como é possível demorar mais de um mês para a água voltar ao rio? Faça sol ou faça chuva, a área inundada permanece a mesma”, afirma Ronaldo Delfino de Sousa, um dos líderes do Movimento por Urbanização e Legalização do Pantanal. “É isso que leva o povo a desconfiar que a tragédia possa ter sido causada intencionalmente e persiste porque o governo não moveu uma palha para tentar drenar a água e limpar os córregos.” **S. delib>**

<**S. narr** Revoltada, a moradora de um conjunto habitacional que sofreu com as inundações constrangeu o prefeito Gilberto Kassab (DEM), no início de janeiro, ao cobrar ações mais efetivas da prefeitura. “Vamos pôr o pé na lama? Nós queremos o senhor lá para sentir na pele o que a gente sente”, disse na ocasião. “Todos estão fazendo o maior esforço possível em prol das famílias”, respondeu o Kassab, reiterando que a prefeitura está oferecendo o auxílio-aluguel e se empenha na busca de soluções. **S. narr>**

<**S. delib** Na região, considerada uma área de risco por autoridades municipais e estaduais, o governador José Serra (PSDB) pretende construir o Parque Várzeas do Tietê, com 107 quilômetros quadrados de área, entre as cidades de São Paulo e Salesópolis. As obras foram iniciadas em julho. Mas, para concluir a primeira fase do projeto de 1,7 bilhão de reais, o governo precisa remover ao menos 2,6 mil famílias, segundo a Secretaria de Saneamento e Energia. **S. delib>**

<**S. narr** Além do interesse do governo estadual pela área, uma reportagem publicada pelo portal UOL revelou que as seis comportas da barragem da Penha foram fechadas na madrugada da enchente, e só foram reabertas dois dias depois. A ação teria evitado o alagamento da marginal do Tietê, onde o governo realiza um conjunto de obras viárias orçado em 1,3 bilhão de reais. A informação levou o promotor de Justiça Eduardo Valerio a instaurar um inquérito para apurar se o fechamento da barragem poderia ter causado a inundação da zona leste.

“Ainda estamos investigando, mas aparentemente este incidente não seria o suficiente para alagar toda a região, já que é um procedimento de rotina, realizado mais de 30 vezes em 2009”, afirma Valerio. “Mas há fortes indícios de que o assoreamento do Tietê e as intervenções de grandes indústrias instaladas na região podem ter criado um ambiente favorável às enchentes. Se ficar comprovado que o governo foi omissos, o Estado pode ser responsabilizado.” **S. narr**>

<**S. delib** Em nota, a Secretaria de Saneamento e Energia do Estado, responsável pelo controle da barragem, afirmou que, mesmo com a abertura das comportas, a água não baixou por se tratar de uma área de várzea, “espaço natural de amortecimento das cheias”. Destacou ainda que o investimento do Parque Várzeas do Tietê visa proteger as pessoas expostas às enchentes. **S. delib**>

<**S. delib** Enquanto não surge uma solução satisfatória, a Defensoria pede que a Justiça obrigue a prefeitura e o Departamento de Águas e Energia Elétrica, ligado ao governo do Estado, a promover a drenagem e o manejo das águas contaminadas, bem como a limpeza pública. **S. delib**> <**S. narr** Além disso, destaca que a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não devem ser atribuídas apenas às comunidades pobres, uma vez que o poder público disponibilizou infraestrutura urbana, como água encanada, escolas, asfaltamento e energia.

No Jardim Romano, por exemplo, o prefeito Gilberto Kassab (DEM) inaugurou no ano passado um Centro Educacional Unificado (CEU). Na mesma rua Capachós, um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal também foi inaugurado recentemente. Os investimentos fizeram com que a prefeitura revisasse os valores de imóveis na região, com vistas ao cálculo do IPTU de 2010. A valorização chega a 187%. Só que, hoje, tanto a escola como a Cohab têm a entrada bloqueada pelo lodo. **S. narr**>

<**S. delib** Muitos dos moradores que correm o risco de remoção têm escritura do imóvel e pagam impostos. É o caso do ajudante de cozinha Adriano Barros, 45 anos, que só consegue sair de casa com galochas nos pés. “No dia da enchente, a água ficou até a altura do tornozelo dentro de casa”, conta. “Passei o réveillon com o pé na lama.” **S. delib**>

<**S. delib** Em comum, moradores, defensores públicos e promotores exigem que o governo planeje melhor suas intervenções urbanas em vez de buscar soluções imediatistas para problemas tão complexos como a falta de moradia e a degradação ambiental. Até para evitar a repetição de dramas como o do pedreiro que pode ser obrigado, por dever de ofício, a demolir a própria casa. Ou da família que corre risco de ser despejada pela terceira vez, sem destino certo. **S. delib**>

### <**S. delib** Uma história bipolar

Conflito com o BC mostra enfraquecimento dos Kirchner e avanço dos conservadores **S. delib**>

<**S. delib** A história argentina tem uma tradição de exagerar tanto os bons quanto os maus momentos do país e de seus líderes. Por duas vezes, Perón foi primeiro endeusado, depois responsabilizado por todos os males do país – não necessariamente pelas mesmas pessoas, é claro. Mas recentemente, foram as vezes de Carlos Menem e Domingo Carvalho. Agora, o casal Kirchner parece a caminho de um destino semelhante, se não puder reverter a fase depressiva para a qual o pêdulo parece agora se inclinar. **S. delib**>

<**S. narr** Para atender ao pagamento de 6,569 bilhões de dólares em vencimentos da dívida externa durante 2010, Cristina Kirchner pretendia, desde dezembro de 2009, usar parte dos 48 bilhões de reservas acumuladas graças ao peso desvalorizado e ordenou ao presidente do Banco Central, Martín Redrado, depositar esta quantia em um “Fundo Bicentenário” (alusão ao início do processo da independência argentina, em 1810) até dezembro.

Tratava-se, para o governo, de evitar usar recursos do Orçamento para essa finalidade, de maneira a ter mais recursos para obras e gastos sociais neste ano de apoio popular em baixa, mercado internacional de

crédito fechado para o país e dificuldades econômicas da Venezuela que, em outras ocasiões, os ajudou (quadro). Redrado, no cargo desde 2004 e um dos condutores da razoavelmente bem-sucedida renegociação de 2005 com credores externos, resistiu e fez uma reunião não autorizada com líderes da oposição.

Cristina pediu a renúncia de Redrado e em 6 de janeiro chegou a anunciar seu sucessor: Mario Blejer, que dirigiu a instituição durante o governo Eduardo Duhalde, auge da crise do colapso da conversibilidade. Mas Redrado não acatou seu pedido e disse que se manteria até o fim de seu mandato, 27 de setembro, em nome da autonomia do Banco Central e contra o que considera um mau uso dos seus recursos.

Ante o inesperado apego de Redrado ao cargo, o presidente o demitiu no dia 7, por “decreto de urgência” (equivalente a medida provisória). Redrado negou validade ao decreto e pensou em ignorá-lo, mas decidiu ficar em casa no dia 8, uma sexta-feira, e recorreu à Justiça. Como Blejer não quis entrar na bola dividida, o cargo seria interinamente ocupado por Miguel Ángel Pesce, vice-presidente da instituição, mas este não teve tempo de esquentar a cadeira. Na segunda-feira 11, o decreto foi declarado ilegal pela juíza Maria José Sarmiento, que também negou ao governo o uso das reservas. A juíza apoiou-se na Carta Orgânica do BC, segundo a qual membros da diretoria só podem ser afastados com aprovação da comissão do Congresso. O governo, naturalmente, contestou a decisão na Justiça. **S. narr**>

<**S. delib** O choque de Cristina Kirchner com Redrado, qualificado por ela de *okupa* (posseiro) do BC, não é uma questão econômica, por mais que argumentos desse naipe sejam brandidos por ambos os lados. A postura repentinamente ortodoxa de Redrado, que vinha cooperando com as heterodoxias do governo Kirchner desde que Néstor o nomeou em setembro de 2004, é o terceiro sinal importante de que o barco está fazendo água. **S. delib**>

<**S. narr** O primeiro foi a traição do vice Julio Cobos, que em 2007 rompeu com seu partido, a UCR, para candidatar-se ao lado de Cristina, mas em julho de 2008 a surpreendeu e desempatou contra o governo a votação decisiva sobre a taxa das exportações de grãos, derrotando-a numa crítica queda de braço com os ruralistas. Como Redrado, Cobos rejeitou pressões para renunciar. **S. narr**>

<**S. narr** O segundo foi o fraco resultado do governo nas eleições legislativas de junho de 2009. O Partido Justicialista perdeu a maioria, apesar de manobras casuísticas que incluíram a antecipação do pleito em quatro meses. De 129 deputados em uma Câmara de 257, caiu para 110 e, de 38 em 72 senadores, caiu para 34. Ficou impossível para Cristina contar com o Legislativo para medidas controvertidas. Se tiver de confirmar a demissão pelo Congresso, dificilmente conseguirá os votos necessários. **S. narr**>

<**S. narr** O casal Kirchner tem boa parte da culpa pela perda de votos e apoio. Em 2003, ante a gravidade da crise tomou medidas contrárias ao consenso da elite econômico-financeira que se mostraram acertadas. A economia se reergueu do abismo onde havia caído e as famílias começaram a sair da súbita pobreza na qual haviam mergulhado. Mas tanto em economia como em outros temas, as iniciativas, embora ruidosas e surpreendentes, foram orientadas pela busca de resultados imediatos, principalmente em termos de apoio interno, com pouco planejamento e pouca consideração pelas consequências a longo prazo. **S. narr**>

<**S. narr** Um dos exemplos mais gritantes foi a intervenção no INDEC (equivalente argentino do IBGE) em janeiro de 2007, quando a então diretora Graciela Bevacqua recusou-se a mudar a metodologia e a informar os comércios que seriam pesquisados. Os índices oficiais deixaram de ser confiáveis: nos últimos três anos, apontaram inflações anuais de 7% a 9%, enquanto instituições privadas e de governos provinciais calcularam de 15% a 25%. É evidente aos argentinos que, no mundo real, seus ganhos estão sendo rapidamente corroídos e a pobreza e o desemprego voltaram a crescer. **S. narr**>

<**S. delib** Por outro lado, é preciso reconhecer que os Kirchner não inventaram o “hiperpresidencialismo” e as mudanças nas regras do jogo do qual são acusados – já vinham sendo praticadas por outros, mas notadamente Carlos Menem. Desde a restauração da democracia, só um presidente de BC chegou a completar seu mandato. Também é claro que a conspiração por uma “restauração conservadora” denunciada por Néstor não é um delírio. Há uma articulação visando à sucessão de Cristina em 2011 (ou

antes, pois a Argentina frequentemente antecipou eleições) e Redrado se pôs a seu lado contra as pretensões do atual primeiro-cavalheiro.

Redrado alega a necessidade de contar com reservas para uma eventual fuga de capitais, ora improvável, e o risco de pressão inflacionária – preocupação um tanto tardia – para mandar Kirchner tomar empréstimos para rolar a dívida. Isso é impossível sem um difícil (e impopular) acerto com credores que não aceitaram o acordo de 2005 e bloqueiam as operações no exterior: no dia 12, a Justiça de Nova York embargou contas argentinas no Estado.

O objetivo real é proibir aos Kirchner tomar medidas “populistas” em favor de famílias e empresas argentinas. Aberto o precedente, poderiam sentir-se tentados a sacar mais das reservas para nacionalizar empresas em dificuldades, como a YPF-Repsol, ou criar um fundo soberano ao qual Redrado se opõe.

O primeiro interesse dos Kirchner é não cortar o orçamento e conservar margens de manobra para novos gastos, principalmente uma bolsa de 180 pesos mensais (cerca de 80 reais) por filho a trabalhadores informais e desempregados (uma despesa anual de 12 bilhões de pesos) e obras públicas. Têm a seu favor que foi sua política que permitiu aumentar as reservas de 8 bilhões para 48 bilhões de dólares e que usá-las seria certamente menos dispendioso que tomar empréstimos, mesmo que estes estivessem disponíveis. E a disputa repõe para toda a América Latina a discussão sobre os limites da autonomia dos bancos centrais e a extensão de seus deveres, que deveriam ir além de defender credores e banqueiros. **S. delib>**

#### **<S. delib Com uma campanha eleitoral pela frente, Chávez se vê na contingência de adotar medidas impopulares S. delib>**

**<S. narr** Também Hugo Chávez, depois de anos de razoável bonança, enfrenta uma tempestade. De 2005 ao fim de 2009, apesar da inflação que atingiu 30% no ano passado, usou as divisas do petróleo para manter artificialmente a taxa de câmbio em 2,15 bolívares por dólar. Isso vinha minando a competitividade das indústrias e dos produtos agrícolas venezuelanos ante as importações, realimentando uma praga que há décadas mina o desenvolvimento e a diversificação da economia e corroendo o superávit comercial gerado pelas exportações de petróleo. **S. narr>**

**<S. narr** Em 11 de janeiro, Caracas decretou uma maxidesvalorização e impôs um câmbio duplo: 2,60 bolívares por dólar para importação de produtos de primeira necessidade e 4,30 bolívares para demais transações, incluindo importações de “supérfluos” e importações em geral. No semioficial mercado paralelo, a cotação do dólar chegou a 6,40 bolívares. Enormes filas se criaram para comprar eletrodomésticos, que todos receiam ver subir de preço. O governo puniu centenas de lojas e supermercados com 24 horas de fechamento, por remarcar preços e prepara um “exército” de 200 mil fiscais populares para vigiar as lojas e processar por usura os comerciantes que façam reajustes considerados excessivos. Também ameaçou intervir em mais bancos, além dos oito que já fechou e estatizou, observando 25% do setor financeiro. **S. narr>**

**<S. narr** Seguindo o conselho de Maquiavel, para o qual medidas impopulares devem ser tomadas de uma só vez, o governo anunciou um severo racionamento de energia, incluindo cortes de até quatro horas por dia em Caracas e Zulia. As medidas foram previstas para durar até maio, quando se espera que as chuvas voltem a encher os reservatórios, mas os apagões criaram tamanha confusão e insatisfação na capital que, após o primeiro dia, Chávez demitiu o ministro da Energia Elétrica e os cancelou, mantendo outras medidas de racionamento, mas de olho nas eleições legislativas previstas para setembro, nas quais pode perder o controle do Congresso. A oposição não deve repetir o erro de cálculo de 2005, quando boicotou a eleição para tentar deslegitimá-la. **S. narr>**



### <S. delib Vanguarda do atraso

Como se deu que a cidade nascida como exemplo de modernidade tenha se transformado em terra de coronéis **S. delib**>

<**S. descr** “O moderno aqui ficou só nos edifícios”, constata tristemente o geógrafo gaúcho Aldo Paviani, pousando o olhar sobre Brasília, aonde chegou em 1969. Prestes a completar 50 anos, a capital criada por Juscelino Kubitschek, Lúcio Costa e Oscar Niemeyer transformou-se numa melancólica contradição de si própria. O arrojo de sua arquitetura contrasta com uma prática política digna dos grotões mais atrasados do País: roubalheira, enriquecimento ilícito, domínio da mídia e do Legislativo, violência policial subjungando a população, voto de cabresto. **S. descr**>

<**S. delib** Como é que a moderna Brasília, nascida para tirar o Brasil do arcaísmo, projetada para incluir o país no Primeiro Mundo, se tornou terra de coronéis? No discurso de inauguração da capital, em abril de 1960, JK vislumbra um destino civilizador para a recém-nascida “capital da esperança”, como a definiu o escritor francês André Malroux. Brasília, disse Juscelino, seria um “índice do alto grau de nossa civilização”. Nem podia imaginar que, cinquentona, sua criação seria, ao contrário, lançada à barbárie e às bestas-feras da política mais rastequera.

As imagens de vídeo em que o governador José Roberto Arruda e auxiliares diretos recebem dinheiro e os acontecimentos subsequentes evidenciam que ingredientes típicos do velho coronelismo são utilizados pelos detentores do poder na capital. **S. delib**> <**S. narr** Na semana que passou, requintes de desfaçatez. Arruda conseguiu colocar aliados no domínio das comissões que vão investigá-lo. Como se não bastasse, o deputado distrital que apareceu para todo o Brasil colocando notas de dinheiro na meia, Leonardo Prudente, voltou a presidir a Câmara Legislativa para ajudar a salvar a pele do chefe. **S. narr**>

<**S. narr** No fim de 2009, policiais a cavalo apareceram nas telas de tevê pisoteando manifestantes. “É a polícia mais bem paga do Brasil e uma verdadeira guarda pretoriana do governador”, diz o cientista político Paulo Kramer, da Universidade de Brasília (UnB). Nos últimos dias, os soldados voltaram a reprimir as manifestações contra o governador, agarrando estudantes pelo pescoço em cenas dignas do auge do domínio de Antonio Carlos Magalhães sobre a Bahia. Não à toa, o finado coronel ACM e Arruda foram comparsas no episódio da violação do painel eletrônico do Senado, em 2001, que motivaria a renúncia e as lágrimas de crocodilo do atual governador do Distrito Federal. **S. narr**>

<**S. narr** Diante das denúncias reveladas pela imprensa nacional, causaram espécie as manchetes anódinas do *Correio Braziliense*, principal jornal da capital, que evitou até o último momento citar o nome do governador na primeira página. Na terça-feira 12, após a dominação por Arruda das comissões de investigação, o *Correio* titulava simplesmente: “Distritais instalam CPI”. A ligação umbilical do diário com o governador foi explicitada por *CartaCapital* em julho, na reportagem que revelou o contrato no valor de 2,9 milhões de reais entre o GDF e o *Correio* para a distribuição de exemplares do jornal nas escolas públicas. **S. narr**>

<**S. delib** “O que se pratica hoje em Brasília é um coronelismo de asfalto”, define Paulo Kramer, para quem a razão do atraso político da capital está em seu próprio status de cidade-Estado. “Como ela vive basicamente da administração pública, reproduz uma estrutura onde o Estado é forte e a sociedade é fraca”, argumenta. “É de certa forma similar ao que aconteceu nos países do Leste Europeu na época da União Soviética.”

Arruda é aprendiz de coronel, mas o grande mandachuva do Cerrado é outro. Deve-se a seu antecessor no cargo, Joaquim Roriz, a instalação e proliferação em Brasília da forma retrógrada de fazer política que tomou conta do DF. Eleito em 2006 com a promessa de fazer o oposto de Roriz, Arruda não só recaiu nas mesmas práticas como as aprimorou. “Pelo que se viu nas investigações, ele aperfeiçoou o modus operandi de Roriz”, afirma o cientista político David Fleischer, também da UnB.

Segundo Fleischer, a deterioração da política do DF pode ser explicada principalmente pelo baixo nível do eleitorado, com dois terços oriundos de outros Estados, baixa renda e baixa escolaridade. Presenteados com lotes por Roriz em quatro mandatos como governador, tornaram-se presa fácil de suas promessas,

numa espécie de voto cabresto onde a terra pública é o objeto de barganha. “No Nordeste, dão chinelos, dentaduras. Aqui deram terras”, compara o geógrafo Aldo Paviani. **S. delib**>

<**S. narr** De fato, desde que se tornou governador biônico, em 1988, e eleito outras três vezes, em 1990, 1998 e 2002, o goiano Joaquim Roriz pautou suas administrações pela farta distribuição de lotes. Ele mesmo se orgulha de ser o responsável pela “construção” de sete novas cidades-satélites – na realidade, não houve planejamento urbano algum, apenas ocupação do espaço.

O mineiro José Aparecido, que o antecedeu como governador nomeado, havia feito o oposto, ao realizar a desastrosa campanha Retorno com Dignidade, em 1987, que consistia basicamente em dar um banho no migrante ainda na rodoviária, cortar os cabelos e embarcá-lo de volta ao estado de origem. Roriz não só deu terra pública como atraiu mais migração ao defender uma política de “cada cidadão, um lote”, causando o inchaço da capital, atualmente com cerca de 2 milhões de habitantes. **S. narr**>

<**S. descr** No plano original de Lúcio Costa, Brasília teria 600 mil habitantes no ano 2000, quando então começariam a surgir as cidades-satélites. Fora do papel, a primeira delas, Taguatinga, teve de ser criada para abrigar operários em 1958, antes mesmo de a capital ser inaugurada. Hoje, são 16 cidades ao redor do plano piloto, a maioria não planejada e por isso mesmo cheia de problemas. A ponto de Oscar Niemeyer dizer em entrevista recente que, ao se chegar às satélites saindo da cidade cheia de jardins que criou, “é uma merda”. **S. descr**>

<**S. delib** A estratégia de dominação de Roriz deu resultado. O número de eleitores na capital simplesmente dobrou nos últimos 20 anos. Eram cerca de 900 mil em 1990, quando ele se elegeu governador pela primeira vez. Em 2009, havia 1,7 milhão de eleitores. Índice bem superior à média nacional, em que o eleitorado aumentou 55,6% em idêntico período. Um exemplo do inchaço é a cidade-satélite de Samambaia, criada em 1989 e que possui agora mais de 200 mil habitantes e índices de violência igualmente crescentes. **S. delib**>

<**S. delib** “Brasília foi construída literalmente sobre o nada, sobre o vazio demográfico e social”, analisa o historiador José Murilo de Carvalho, da UFRJ. “É uma cidade ainda sem povo político ou com povo político reduzido. É formada, no andar de cima, por funcionários políticos, dependentes dos governos federal e distrital, e, no andar de baixo, pelos herdeiros dos candangos que a construíram. Residentes em cidades-satélites, em precárias condições de emprego, são alvo fácil de políticas populistas.” **S. delib**>

<**S. narr** Roriz que o diga. Envolvido em denúncias de corrupção em 2007, renunciou ao mandato de senador para evitar o processo de cassação, mas, ante as acusações contra Arruda, já aparece como franco favorito à sucessão. Na última pesquisa do Datafolha, divulgada em dezembro, tinha entre 44% e 48% dos votos, com possibilidade de eleição no primeiro turno. **S. narr**> <**S. delib** Único governador a não ter sido envolvido na bandalheira reinante, o atual senador Cristovam Buarque, não acredita, porém, que o baixo nível dos políticos na capital se deva apenas aos beneficiados por lotes.

“Não são só pobres querendo lotes que elegem essa gente. São ricos querendo viadutos, também”, diz Buarque. Derrotado por Roriz em sua campanha à reeleição, em 1998, Cristovam chegou à conclusão de que água e esgoto não dão votos. Ele lembra que, com sua gestão voltada ao saneamento, à educação e à saúde, foi muitas vezes cobrado: “Cadê suas obras?”

O senador, que diz não pretender se candidatar a governador novamente, conta a história ouvida de uma amiga ao perguntar a um rapaz que fazia campanha a favor de Roriz por que iria votar nele. “Porque Cristovam fez muito por onde moro, mas a mim mesmo não deu nada.” No DF, afirma o ex-governador, “infelizmente não há cidadania coletiva, é cada um querendo o benefício próprio. A população do plano piloto quer obras, as empresas de construção querem obras. E, como se vê, estão dispostas a pagar por fora se for preciso”. **S. delib**>

<**S. delib** “Em Brasília existe uma relação muito íntima, viciada, entre o poder público e a iniciativa privada”, confirma o cientista político David Fleischer. Para ter um exemplo, foi divulgado agora que a mesma Via Engenharia responsável pela obra – superfaturada, diga-se – da nova sede da Câmara

Legislativa do DF, teria doado 300 mil para a campanha de Arruda a governador. A sede, orçada em 23,6 milhões de reais, será inaugurada em fevereiro a um custo final de 100 milhões. **S. delib**>

<**S. delib** A Câmara Distrital é um caso à parte na Sucupira que se tornou a Brasília de Juscelino. Trata-se do Legislativo mais caro do País. Os deputados distritais recebem uma verba de gabinete maior do que a dos deputados federais, para fazer não se sabe bem o quê. “Não há político de Brasília que tenha contribuído com uma ideia, nada. É a política mais chã, mais primária, a que se pratica aqui”, opina o professor aposentado de Ciência Política da UnB Octaciano Nogueira.

Alguém pode argumentar que tão pouco as demais câmaras e assembleias legislativas País afora funcionam a contento, que são todas dominadas pelo Executivo, mas a de Brasília consegue se superar. Pelo menos nove das 24 distritais tiveram os nomes e imagens envolvidos nas denúncias do mensalão do DEM. Dois deles, Benício Tavares e Júnior Brunelli, por incrível que pareça, já carregavam nas costas acusações de pedofilia e de ter ameaçado um colega de morte, respectivamente. **S. delib**>

<**S. narr** Até 1990, não havia eleição para governador e deputados distritais em Brasília, somente, a partir de 1986, para senadores e deputados federais. O administrador de Brasília era indicado pelo presidente da República, e as questões da cidade, decididas por uma comissão do Senado. Foi durante a Constituinte de 1988 que os brasilienses conseguiram a autonomia política para a capital.

O relator do projeto, o ex-deputado Sigmaringa Seixas, recorda que foi preciso vencer a enorme resistência dos parlamentares de outros estados, que comparavam a criação de uma Câmara Distrital com a histórica Gaiola de Ouro, como foi apelidada a Câmara de Vereadores do Rio quando era Distrito Federal.

“Lembro que, nas reuniões finais, alguém virou-se para mim e disse: ‘Vamos aprovar este texto, mas um dia você terá um profundo arrependimento disso’”, conta Sigmaringa, garantindo não ter se arrependido. “Não tem sentido um governante sem ser eleito e é razoável a necessidade de uma Câmara Legislativa. O que ninguém imaginava é que houvesse tantos problemas.” Após as denúncias contra Arruda, não foram poucos os que levantaram a voz para defender que era melhor antes de haver eleições. **S. narr**>

<**S. delib** Todos os intelectuais ouvidos para esta reportagem disseram ter dúvidas sobre a eficiência do método adotado por Brasília, com governador e Câmara Legislativa. Os moradores de Washington, nos EUA, por exemplo, elegem o prefeito, mas há apenas conselheiros municipais, não deputados ou vereadores. Além do mais, embora autônoma, a capital obteve a esdrúxula vantagem de continuar recebendo repasses da União, cerca de 8 bilhões por ano. Ou seja, administrar a capital seria moleza se os políticos locais não se dedicassem a atividades menos nobres. **S. delib**>

<**S. delib** Curiosamente, quatro anos antes da promulgação da Carta que daria autonomia a Brasília, o pernambucano Fernando Lyra cunharia a expressão “vanguarda do atraso” para definir José Sarney quando este, oriundo da velha Arena, foi indicado a vice de Tancredo Neves. Tornado presidente, seria ninguém menos que Sarney o inventor de Joaquim Roriz, a quem foi buscar nos rincões de Goiás para nomeá-lo governador da capital. **S. delib**>

<**S. narr** Sigmaringa Seixas lembra, a culpa pela vinda de Roriz deve recair também sobre os parlamentares locais. “Imaturos”, recorda, os senadores e deputados da capital rejeitaram o primeiro nome indicado por Sarney, o do ex-senador Alexandre Costa, que exigia uma emenda constitucional para que pudesse voltar ao Senado depois que a primeira eleição direta se realizasse. Se fosse Costa, ficaria só dois anos. Roriz instalou-se no Distrito Federal para não mais sair. Por ironia do destino, desde então o epíteto “vanguarda do atraso” passou a caber em Brasília como uma luva. **S. narr**>

## Revista Época

### <S. delib Um mensalão de R\$ 150 mil?

Em depoimento, o delator do esquema de corrupção no Distrito Federal diz que Arruda relatou o pagamento de propinas ao chefe do Ministério Público **S. delib**>

<**S. narr** Integrantes do Ministério Público do Distrito Federal estão sob suspeita desde que a Operação Caixa de Pandora, deflagrada pela Polícia Federal em novembro, revelou um grande esquema de corrupção no governo de José Roberto Arruda. **S. narr**> <**S. delib** As suspeitas são fundamentadas em um depoimento do delegado Durval Barbosa – delator e principal informante da PF – em que ele descreve o suposto pagamento de propinas ao procurador-geral de Justiça do DF, Leonardo Bandarra, e à promotora de Justiça Deborah Guerner. O depoimento, ao qual ÉPOCA teve acesso com exclusividade na semana passada, é considerado uma das principais peças da investigação aberta pelo Ministério Público Federal contra os promotores de Brasília. Durval foi ouvido em São Paulo por duas procuradoras da República no dia 11 de dezembro. No depoimento, ele relatou, com riqueza de detalhes, como o Ministério Público aprovou, em três anos de governo Arruda, cinco prorrogações, sem licitação, dos contratos de coleta de lixo no Distrito Federal, um negócio de cerca de R\$ 760 milhões por ano. **S. delib**>

<**S. narr** Às procuradoras da República, Durval descreveu uma reunião em que o governador Arruda teria afirmado que, por conta do negócio do lixo, pagava propina de R\$ 150 mil por mês ao procurador Bandarra. Presente à reunião, o advogado Aristides Junqueira – ex-procurador-geral da República, que atuou na defesa de Durval – teria reagido à afirmação de Arruda: “Governador, o senhor me desculpe, mas tenho muita resistência em acreditar que um procurador-geral de Justiça e presidente do Conselho de Ministérios Públicos se envolveria em coisas tão pequenas e mancharia sua biografia por isso”. Segundo Durval, Arruda encerrou o assunto com a seguinte resposta a Aristides: “Pois não duvide, quem paga sou eu. Quando atrasa, ele cobra de mim pessoalmente”.

ÉPOCA ouviu Aristides Junqueira sobre o depoimento de Durval. “Não posso confirmar e nem desmentir fatos e confissões que teriam ocorrido quando advogava nessa causa. Sou obrigado a manter sigilo por dever de ofício. Se eu for convocado a depor, darei essa mesma resposta à Polícia Federal e ao Ministério Público”, afirmou. **S. narr**> <**S. narr** No depoimento, Durval disse que Arruda não fazia segredo do pagamento de propinas a integrantes do MP. Numa reunião com seus secretários, Arruda teria se queixado de dificuldades para aprovação de contratos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. “Será que é falta de agrado? Vamos fazer um agradozinho igual ao que a gente tem feito à Câmara Legislativa e ao Ministério Público”, teria dito Arruda. **S. narr**>

<**S. narr** De acordo com Durval, o esquema do lixo foi acertado antes mesmo de Arruda assumir o governo, em janeiro de 2007. Segundo ele, houve uma reunião, em dezembro de 2006, na casa da promotora Deborah Guerner, com a participação de Arruda, do vice-governador Paulo Octávio e do procurador Leonardo Bandarra. Ali, teriam sido acertados a prorrogação dos contratos sobre o lixo e o apoio de Arruda à recondução de Bandarra à chefia do MP do DF. **S. narr**>

<**S. narr** Depois de Arruda ter assumido o governo, um site de Brasília publicou uma denúncia sobre o esquema do lixo. Por meio de Cláudia Marques – uma assessora de Arruda –, Deborah pediu a Durval, responsável nos últimos dez anos pelos contratos do governo do DF com empresas de informática, para sumir com a denúncia. No depoimento, Durval diz que, com a ajuda de especialistas em segurança de informática, conseguiu apagar a publicação. Por conta do episódio, Durval diz ter obtido o reconhecimento dos promotores e foi escolhido por Arruda para fazer os pagamentos das propinas aos integrantes do MP. **S. narr**>

<**S. delib** Segundo Durval, quem lhe dava o dinheiro da propina era Domingos Lamoglia, ex-chefe de gabinete de Arruda e atual conselheiro do Tribunal de Contas do DF. Durval diz ter entregue R\$ 1,6 milhão à promotora Deborah para que ela fizesse repasses a Leonardo Bandarra. O dinheiro teria sido entregue em quatro ocasiões na casa de Deborah, sempre acondicionado em caixas de papelão embrulhadas com papel de presente. Durval disse ter feito pessoalmente, junto com Cláudia Marques, as

duas primeiras entregas – de R\$ 500 mil cada uma. Cláudia Marques confirmou as informações de Durval em depoimento.

Durval disse que os outros R\$ 600 mil foram entregues na casa de Deborah por seu motorista, Jorge Luis. **S. delib**> <**S. narr** Em uma das vezes em que estive na casa de Deborah, em 16 de maio de 2008, Durval disse que a promotora exigiu que a conversa ocorresse dentro de uma sauna. Na sauna, Deborah teria lhe mostrado um mandado de busca e apreensão na casa de Durval, pedido por Leonardo Bandarra. O mandado só foi cumprido pela PF 20 dias depois dessa conversa. **S. narr**> <**S. delib** Esse encontro foi registrado assim no depoimento de Durval: “Que, na sauna, Deborah Guerner não falava, mas escrevia as informações em um caderno, porque dizia que não queria ser gravada pelo declarante; que, nesta hora, disse que Leonardo Bandarra, referido como ‘Fernando’, teria mandado pedir R\$ 1 milhão ao declarante”.

Durval afirma que não atendeu a essa tentativa de extorsão. **S. delib**> <**S. narr** Depois da operação da PF em sua casa, ele diz que se negou a continuar a fazer pagamentos aos integrantes por intermédio de Deborah. Ele teria passado, então, a entregar o dinheiro a Marcelo Carvalho, o principal executivo do grupo empresarial do vice-governador Paulo Octávio. Essa intermediação teria durado pouco. No depoimento, Durval contou que foi chamado por Marcelo Carvalho para uma reunião e foi informado de que Bandarra não queria Carvalho no negócio e que os pagamentos deveriam continuar sendo feitos a Deborah Guerner. No mesmo dia, Arruda teria mandado Durval atender ao pedido de Bandarra. **S. narr**>

<**S. delib** Em nome de Paulo Octávio e de Marcelo Carvalho, o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro disse que não comentaria o depoimento por não ter tido acesso a ele. A promotora Deborah não se manifestou, assim como o governador Arruda. Bandarra afirma que as denúncias são fantasiosas e que vai processar Durval. Segundo Bandarra, o propósito de Durval é denegrir os promotores porque, desde 2004, o Ministério Público ajuizou mais de cem ações contra ele, incluindo crimes como formação de quadrilha e lavagem de dinheiro. A despeito da motivação de Durval, suas denúncias, segundo os responsáveis pela Operação Caixa de Pandora, têm sido confirmadas. Durval sabe também que, se mentir, poderá perder os benefícios da delação premiada, como a redução de pena. **S. delib**>

#### <**S. delib** É possível evitar?

Catástrofes como a de Angra dos Reis nascem de uma combinação de chuvas fortes, ocupações irregulares e omissão do Estado. Como o uso equilibrado do solo e a tecnologia meteorológica podem salvar vidas **S. delib**>

<**S. descr** O primeiro dia do ano foi fúnebre para muitos brasileiros. Turistas e caiçaras morreram soterrados pelo deslizamento de encostas no Litoral Sul do Rio de Janeiro. No Vale do Paraíba, em São Paulo, estradas ruíram, deixando cidades isoladas. Numa delas, o centro histórico ficou submerso – e sua centenária igreja desmoronou. No Rio Grande do Sul, a cheia de um rio levou 100 metros de uma ponte, arrastando uma dezena de pessoas. Somadas, as tragédias do verão deixaram quase 70 mortos e milhares de desabrigados. **S. descr**>

<**S. delib** É um drama que se repete todos os anos, variando apenas de intensidade e de endereço. A combinação indesejada de chuvas fortes, ocupação irregular do solo e omissão do poder público tem se revelado devastadora. Culpar a força das águas não resolve. As chuvas podem ter sido cruéis, mas não são as únicas vilãs. Nem os deslizamentos de terra. “Se as casas atingidas não estivessem ali, seria uma acomodação geológica trivial”, afirma Ivone Valente, secretária nacional de Defesa Civil. “O que falta é fiscalização do uso do solo, além de planejamento urbano para conter a ocupação desordenada.” Se os deslizamentos de terra tiram tantas vidas no Brasil, como é possível evitá-los? **S. delib**>

<**S. narr** Na semana passada, depois de sobrevoar de helicóptero o trecho do litoral fluminense mais castigado pelas chuvas, o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que o governo federal vai liberar R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense. O ministro admitiu que, em 2009, o governo gastou apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas. A maior parte do orçamento serviu para reconstruir estradas e casas em Santa Catarina, cujo Vale do Itajaí foi arrasado pelas chuvas no fim de 2008. **S. narr**> <**S. narr** No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, só

se gastou 1,17% em ações preventivas. O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil. Para ele, no Estado do Rio a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é mais grave “porque associa a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime”. **S. narr>**

**<S. delib** Catástrofes tropicais de diferentes naturezas causam estragos inqualificáveis. Em muitos casos, porém, as forças da natureza podem ser previstas. ÉPOCA listou sete perguntas e ouviu especialistas para ajudar a esclarecer por que flagelos como o da primeira semana do ano acontecem e como evitá-los. **S. delib>**

**<S. delib 1. Como impedir que a população ocupe áreas de risco? S. delib>**

**<S. delib** A legislação brasileira proíbe edificações a menos de 100 metros de encostas e em altitudes superiores a 1.800 metros. As margens de rios também têm uma faixa protegida, que vai de 30 a 500 metros, dependendo da largura do curso d’água. Em morros semelhantes ao que deslizou em Ilha Grande, as construções são proibidas se a encosta tiver declividade superior a 45 graus. “Todo ano é a mesma situação: chove na serra e acontecem deslizamentos que matam pessoas. Só mudam os lugares e os nomes das vítimas”, diz Mário Mantovani, geógrafo e diretor da Fundação SOS Mata Atlântica, que desde 1986 denuncia construções irregulares na Serra do Mar. Para ele, uma forma de impedir essas ocupações é tratar a omissão do poder público como crime: “Os governos, que se omitem contra essas construções irregulares, deveriam ser punidos como assassinos, porque eles permitem que as pessoas morem em regiões consideradas arriscadas pela própria legislação”. Para o governador Sérgio Cabral, na Ilha Grande há áreas intactas, cobertas de Mata Atlântica, e que, mesmo assim, vieram abaixo com os temporais. “Isso nos leva a crer que não dá para construir sobre rocha nem na base de matas intocadas”, afirma. **S. delib>**

**<S. delib 2. Os políticos levam alguma vantagem em manter as construções irregulares? S. delib>**

**<S. delib** É raro ver políticos com coragem para remover moradores de áreas de risco. “É impopular tentar tirar as pessoas de seus terrenos, de suas casas”, afirma Marcia Hirota, diretora de gestão do conhecimento da SOS Mata Atlântica. “As invasões são incentivadas por vereadores e prefeitos, que transformam áreas irregulares em currais eleitorais”, diz Mário Mantovani. Eles prometem regularizar essas regiões para angariar votos nas eleições municipais. Mas não são apenas os invasores de baixa renda que ocupam ilegalmente áreas protegidas. No topo da pirâmide social, a especulação imobiliária joga os ricos para o alto dos morros, em busca de vistas exuberantes e isolamento. Em alguns casos, a Justiça favorece a ocupação, com liminares que impedem a remoção. **S. delib>**

**<S. narr** No final de 2007, a Operação Carta Marcada, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, tentou varrer de Angra dos Reis os responsáveis por fraudar licenças ambientais para liberar obras irregulares. Figuravam na lista de presos funcionários da prefeitura suspeitos de desviar R\$ 80 milhões dos cofres públicos. Só dois anos depois o prefeito Tuca Brandão anuncia a proibição de construções e ampliações em 15 morros do município. **S. narr>**

**<S. delib** Para retirar as moradias irregulares das áreas condenadas é necessária uma ação conjunta. As prefeituras deveriam fiscalizar as moradias, notificar e retirar os habitantes das áreas de risco. “No caso de Angra, a cumplicidade da elite e dos políticos, ao longo dos últimos 30 anos, deixou a cidade daquele jeito”, diz Sérgio Cabral.

O custo das remoções pode ser alto, mas não se compara às despesas que se seguem às catástrofes. O governo federal desembolsou R\$ 1,5 bilhão para ajudar as vítimas da tragédia de 2008 em Santa Catarina, que resultou em mais de cem mortos, 80 mil desabrigados e 1,5 milhão de pessoas atingidas. No caso das tempestades recentes no Sul e Sudeste, o prejuízo já soma mais de R\$ 1 bilhão – sem falar nas mortes. **S. delib>**

**<S. delib 3. Como remover as pessoas que já ocupam áreas ilegalmente? S. delib>**

<**S. descr** Há poucos casos de sucesso no Brasil, mas um plano do governo de São Paulo tem sido apontado por especialistas como modelo. Lançado em junho de 2007, o Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar tem como meta retirar mais de 23 mil pessoas que vivem em áreas de risco na maior unidade de conservação de proteção integral da Mata Atlântica. **S. descr**> <**S. narr** Antes de remover as casas, o governo “congelou” a área invadida. Cerca de 70 homens da Polícia Militar Ambiental circulavam diariamente na região – a pé e motorizados – para interditar novas edificações. O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) identificou ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. As famílias nesses locais seriam prioritárias para desocupação. O programa seguiu com a construção de novos bairros. A entrega das casas, prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida. “Parte das famílias contempladas poderá ocupar as habitações ainda no primeiro semestre deste ano”, diz Edmur Mesquita, coordenador do programa. **S. narr**> <**S. descr** O planejamento dos bairros inclui a construção de escolas, unidades básicas de saúde e a criação de linhas de ônibus para atender os moradores. Cada proprietário terá de desembolsar R\$ 70 ao mês durante 25 anos. Orçado em R\$ 1 bilhão, o programa tem apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e deverá atender 5.350 famílias até 2014, além de reflorestar uma área equivalente a 186 campos de futebol. O plano pode servir de inspiração a outras cidades que precisam, com urgência, remover favelas de encostas. **S. descr**>

<**S. delib 4. É possível criar um alerta eficaz para chuvas e deslizamentos? S. delib**>

<**S. delib** Com o sistema de monitoramento de que o Brasil dispõe hoje, a meteorologia não consegue prever, com exatidão, nem o tamanho da tromba-d’água e nem onde ela vai cair. O Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC), um dos mais importantes do país, dá conta apenas de informações mais genéricas. Para superar essa limitação, só com os radares meteorológicos, cuja previsão certa se dá com pouca antecedência – apenas quatro horas. O tempo é curto, mas pode ser suficiente para os moradores de áreas de risco deixarem suas casas. No Brasil, poucos institutos têm o recurso. “A Aeronáutica detém parte dos equipamentos desse tipo usados na aviação”, afirma Gustavo Escobar, coordenador do grupo de previsão de tempo do CPTEC. **S. delib**>

<**S. descr** No Rio de Janeiro, uma iniciativa pioneira já avisa os moradores de morros sobre possíveis deslizamentos de rochas. Quando há sinais de chuvas fortes, os técnicos disparam alertas para canais de TV e de rádio, que avisam a população. “As pessoas também podem acessar nosso site para obter as informações”, afirma Marcio Machado, presidente da Fundação Instituto de Geotécnica (Geo-Rio), que criou o sistema. Os dados sobre o tempo chegam até os técnicos a partir de 32 estações pluviométricas, radares meteorológicos (em parceria com a Aeronáutica), detector de raios e imagens de satélite. Um sistema de alerta de deslizamentos que evitaria tragédias como as que ocorreram na Serra do Mar pode ser inspirado nos modelos usados para prever avalanches nos Estados Unidos e no Canadá. Cruzando o monitoramento do solo com informações meteorológicas, ele pode alertar cidades sobre o risco iminente de escorregamentos com até duas horas de antecedência. “Esse sistema pode evitar tragédias em regiões densamente habitadas”, diz Juarês José Aumond, geólogo da Universidade Regional de Blumenau (Furb). Cada unidade pode monitorar uma área de 200 quilômetros de extensão e seu custo é estimado em R\$ 3 milhões. Segundo Aumond, há um aparelho chamado Inclínômetro, capaz de analisar o deslocamento das encostas de determinados pontos das áreas de risco. Outro aparelho, o Piezômetro, mede o nível de água nos solos das montanhas para mostrar quando eles começam a liquidificar, ou seja, quando o solo começa a virar lama. Ambos poderiam ajudar a prevenir as pessoas em áreas atingidas pelas chuvas. **S. descr**>

<**S. delib 5. A natureza manda sinais? S. delib**>

<**S. delib** A secretária Nacional de Defesa Civil, Ivone Valente, passou mais de 20 anos de sua vida remediando tragédias como a de Angra dos Reis. Ela é categórica ao dizer que os deslizamentos de terra, antes de ocorrerem de fato, mandam avisos. “É preciso confiar nos sinais da natureza”, afirma. Hóspedes da Pousada Sankay viram que as chuvas haviam transformado um pequeno veio d’água que descia do morro em uma cachoeira vigorosa. E junto com a água descia lama do morro. Observar rachaduras nas paredes das casas ajuda. Segundo Ivone, as marcas podem indicar movimentação do solo acima do aceitável. Outros dois vestígios anunciariam o desastre: água vertendo fora de tubulações ou do curso regular de riachos e o rolamento contínuo de cascalhos. Em casos extremos, Ivone aconselha que as pessoas sejam práticas e abandonem suas casas. **S. delib**>

<**S. delib 6. Alterações no Código Florestal podem aumentar o risco de desabamentos? S. delib**>

<**S. delib** Tramitam no Congresso Nacional propostas de mudança no Código Florestal, a lei federal que determina a ocupação do solo no Brasil. Uma delas pretende reduzir o que se entende por zonas de riscos e regiões ambientalmente frágeis, as áreas de preservação permanente (APPs). “Muitas das propostas vão dar poder aos Estados para decidir o tamanho das áreas onde construções e atividades agrícolas são proibidas”, afirma Carlos Minc, ministro do Meio Ambiente. A redução beneficiaria atividades econômicas, como construção civil e agricultura. “Apesar das questões financeiras envolvidas, os defensores das mudanças esquecem que essas áreas não são frágeis apenas para a natureza, mas também para os homens”, diz Raul Teles, do Instituto Socioambiental. Um estudo feito pela Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) revelou que 87% das áreas afetadas por deslizamentos na região do Baú, devido às chuvas de 2008, ocorreram em áreas onde estavam habitações e outras obras construídas de forma irregular em APPs. “Fiz uma pesquisa ampliada em todo o Vale do Itajaí e constatei a mesma situação em 82% das regiões”, diz Juarês Aumond, da Furb. “Isso é uma prova da necessidade de respeitarmos regiões de APPs para a segurança da própria população.” **S. delib**>

<**S. delib 7. Leis estaduais podem favorecer ocupações e aumentar os riscos? S. delib**>

<**S. narr** Decretos estaduais não podem violar a Constituição Federal, que proíbe obras em áreas de risco como encostas, manguezais e rochas. Ambientalistas criticaram o decreto assinado em junho passado pelo governador Sérgio Cabral, acusando-o de favorecer novas construções na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios, que engloba a Ilha Grande. “APA não é sinônimo de não poder fazer nada”, afirma Luiz Firmino, presidente do Inea. Segundo Firmino, o decreto ajuda a diminuir a degradação, pois permite construções em 10% de algumas áreas degradadas apenas com a condição de que o proprietário recupere os outros 90% do terreno. **S. narr**>

#### <**S. delib O bolívar forte ficou fraco**

Hugo Chávez desvaloriza a moeda para honrar dívida e reduzir importações, mas o efeito colateral da inflação assombra o país **S. delib**>

<**S. narr** A economia da Venezuela entrou cambaleante em 2010. A crise global reduziu a demanda por petróleo, responsável por 94% das exportações venezuelanas, e levou o país a sua primeira recessão em cinco anos – queda de 2,9% do PIB em 2009. O presidente Hugo Chávez estava pressionado a tomar medidas para inverter o cenário recessivo. E a solução chavista veio na semana passada: desvalorizar o bolívar forte, a moeda venezuelana. **S. narr**> <**S. descr** Desde o dia 11, o câmbio fixo de 2,15 bolívares por dólar, em vigor desde 2005, passou para um regime duplo. Para a importação de produtos essenciais, como alimentos, remédios e maquinários, cada dólar valerá 2,60 bolívares. A outra faixa cambial, na qual o bolívar perdeu 50% do valor (4,30 por dólar), vai incidir sobre os artigos não essenciais, como automóveis, eletrônicos e celulares. **S. descr**>

<**S. delib** A jogada de Chávez está na segunda taxa. Cada dólar recebido pela estatal PDVSA com as exportações de óleo passa também a valer 4,30 bolívares. A mudança fará dobrar os ganhos da PDVSA e sua arrecadação ao Estado, o que dá um respiro ao governo para honrar seus compromissos da dívida pública. **S. delib**> <**S. narr** O mercado financeiro internacional gostou. Não se pode dizer o mesmo do povo venezuelano. No fim de semana anterior à adoção do novo câmbio, milhares de pessoas correram aos supermercados para comprar o que fosse possível, antes de o comércio aumentar o preço dos produtos. **S. narr**>

<**S. delib** É fácil explicar: quase 80% dos artigos de primeira necessidade são importados – comprados em dólar. Com a moeda americana valendo mais, é lógico esperar que o varejo repasse o aumento de custos. **S. delib**> <**S. narr** Em seu já conhecido estilo, Chávez mandou o Exército às lojas para impedir a remarcação de preços, dizendo não haver motivos para “especulação”. Em outra medida pirotécnica, anunciou que um navio está vindo da China carregado de televisores, geladeiras e máquinas de lavar, para serem vendidos a preços baixos à população. **S. narr**> <**S. delib** Mas o próprio Ministério das Finanças estima um aumento da inflação de 3 a 5 pontos percentuais no fim do ano. A Venezuela fechou 2009 com inflação oficial de 25,1%, a maior do continente pelo quarto ano seguido. **S. delib**>



<**S. narr** Enquanto a população se vira para ajustar a renda ao novo cenário, o governo não faz esforço para conter suas despesas. No ano passado, os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, 17% a mais que em 2008. “Não há mágica para melhorar a situação fiscal. Tem de haver redução de gastos e, eventualmente, aumento de arrecadação”, diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil. **S. narr**> <**S. delib** Analista de América Latina do Barclay’s Capital, Alejandro Grisanti afirma: “É inexplicável como Chávez foi tomar uma medida impopular em ano de eleições legislativas”. Sem dinheiro no bolso, os venezuelanos podem deixar os aliados do governo sem votos nas urnas. **S. delib**>

### <**S. delib** O pecado público

A primeira-dama da Irlanda do Norte tinha um amante de 19 anos. Agora o mundo sabe **S. delib**>

<**S. narr** “O pior pecado depois do pecado é a publicação do pecado”, escreveu Machado de Assis. É virtualmente impossível que Iris Robinson, a primeira-dama da Irlanda do Norte, tenha lido o grande romancista brasileiro, mas raras vezes um caso ilustrou tão bem a verdade dolorosa da sábia frase machadiana. Desde que o programa de TV *Spotlight*, da BBC, colocou no ar no começo de janeiro a história sensacional do caso de amor e desamor de Iris com um garoto 40 anos mais novo, o céu não parou mais de despejar raios e tempestades sobre ela. Novas revelações e especulações aparecem com a velocidade alucinante típica da era da internet. Fala-se que Kirk McCambley, o jovem amante, só conseguiu se livrar do amor obsessivo de Iris quando alegou que seu baixo desempenho sexual se devia a um câncer no testículo. Afirma-se, também, que Kirk substituiu o pai morto, Billy, em tudo. Açougueiro alcoólatra de Belfast, capital da Irlanda do Norte, Billy tinha uma relação forte o bastante com Iris para pedir-lhe, próximo da morte prematura, que olhasse por seu filho único. Uma das poucas coisas indiscutíveis desse escândalo sexual é que a solicitação paterna foi atendida.

Casada há 30 anos com o primeiro-ministro Peter Robinson, com quem tem três filhos, frequentadora ostensiva de igreja, pródiga em citações moralistas extraídas da Bíblia, apelidada pela imprensa local como a “nova Tiger Woods”, Iris Robinson é muito mais que uma primeira-dama. Tem, ou tinha, uma vida política de alto relevo, como deputada do mesmo partido de seu marido, o DUP, de centro. É uma agremiação de essência protestante e com um vínculo forte com a liderança da Inglaterra no Reino Unido, ao qual a Irlanda do Norte pertence. **S. narr**> <**S. narr** No final do ano passado, antes que o romance viesse à tona, mas quando a vida de Iris já estava suficientemente complicada, ela informou que estava se afastando da vida pública pelo preço que lhe estava sendo cobrado em paz mental. É um momento de afastamento para o casal. Também o marido, Peter, que pelo menos diante das informações iniciais disse que perdoava a mulher, a quem alega ter sido sempre fiel, pediu licença do cargo por seis semanas para cuidar dos negócios da família. É preciso muito otimismo para acreditar que ele vá retornar. **S. narr**>

<**S. narr** Também o premiê está sob pressão crescente. Em 2008, quando começou seu romance com Kirk, Iris convenceu dois empreiteiros a doar, cada um deles, 25 mil libras, ou cerca de R\$ 75 mil. Na época, Iris tinha mais que o triplo da idade de Kirk, 59 a 19. O dinheiro foi entregue, em dois cheques, a Kirk para que ele montasse um café. A legislação local obriga que doações sejam registradas, o que Iris não fez. O que ela fez, segundo Kirk, foi pedir-lhe na mesma hora 5 mil libras em espécie. Depois, rompido o romance, Iris comprovadamente exigiu o dinheiro de volta. Em vão. É um escândalo sexual e financeiro, portanto. **S. narr**> <**S. delib** Peter Robinson sabia das doações? Se sim, ele tem um problema legal, fora todos os outros. Ele afirma que não sabia. O homem que abriu a história para o programa *Spotlight*, Selwyn Black, consultor político de Iris que em determinado momento foi deslocado para a posição de intermediário entre os amantes rompidos e acabaria no papel de delator, diz que sim. Em telefonemas trocados com a então chefe no final do ano passado para discutir o assunto, Black afirma ter ouvido a voz do marido ao fundo dando palpites na conversa. **S. delib**>

<**S. narr** A atmosfera começou a pesar para ela quando fez uma declaração absurdamente inoportuna sobre preferências sexuais. Numa entrevista, ela disse que o homossexualismo é uma “abominação”. “Pior” que, e não é piada, a pedofilia. Colocada na parede pelo entrevistador, ela não apenas não amenizou como acrescentou: “Sem dúvida”. Na mesma semana, a Irlanda do Norte ficara chocada com uma agressão homofóbica. **S. narr**> <**S. delib** O passado verbal começa a persegui-la: foi nestes dias exumada uma reprovação categórica de Iris a Hillary Clinton por ter suportado a humilhação sexual a que foi submetida pelo marido, Bill, um “mau exemplo” para as mulheres. Não se sabe ao certo onde está Iris.

Ela estaria repousando numa clínica para doentes mentais, segundo rumores. Outro boato, não confirmado, diz que ela no ano passado tentou o suicídio. A mídia tem se divertido com a ironia de seu sobrenome: Mrs. Robinson, no célebre filme A primeira noite de um homem, é uma senhora de meia-idade que desencaminha um universitário recém-formado. A música “Mrs. Robinson”, da trilha sonora do filme, virou um clássico. Também não se conhece o paradeiro de Peter, o marido. Certo é que o jovem Kirk, já convidado para posar por uma publicação gay, voltou ao batente em seu café, uma atração turística em Belfast nestes dias. Aos 21 anos, o garoto está muito bem de saúde, em oposição à notícia que ele próprio astuciosamente plantou de câncer no testículo. **S. delib**>

## Revista IstoÉ

### <S. delib Caça Ao Vazamento

Governo investiga divulgação de relatório secreto sobre compra de aviões de combate e reafirma favoritismo francês na disputa **S. delib**>

<**S. narr** Um compromisso delicado aguarda o presidente Lula na volta de suas férias, nos próximos dias. Da praia do Guarujá, no litoral paulista, onde passou a semana passada, ele convocou para uma reunião o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, e o brigadeiro Dirceu Tondolo Nolo, responsável pela Copac, comissão que coordena o programa FX-2, que resultará na bilionária compra de 36 jatos de combate para a Força Aérea Brasileira (FAB). Lula e Jobim querem saber como um relatório indicando o caça Gripen NG, da empresa sueca Saab, como o favorito dos militares para vencer a concorrência – disputada também pelo francês Rafale, da Dassault, e o americano F-18 Super Hornet, da Boeing – vazou para a imprensa no início da semana passada, constringendo o presidente e o ministro e acirrando uma crise entre eles e os comandos das Forças Armadas. A julgar pelo relatório divulgado pelo jornal “Folha de S. Paulo”, a Copac fez ouvidos moucos à recomendação de Jobim para que a análise técnica não hierarquizasse os três aviões finalistas e apresentou uma classificação em que prioriza o preço em detrimento de requisitos técnicos, logísticos, de transferência tecnológica e contrapartidas industriais (off-set). O episódio pode terminar com a punição dos membros da Copac e ainda precipitar a decisão pela escolha do avião francês, favorito do governo. **S. narr**> <**S. delib** Na Defesa, o descumprimento da ordem de Jobim está sendo tratada como insubordinação. E o vazamento de informações, consideradas segredo de Estado, pode até ser enquadrado como crime de segurança nacional. De uma forma ou de outra, Lula já mandou avisar que não vai se submeter às pressões. O recado foi dado pelo chanceler Celso Amorim. “A decisão será política. É o presidente, com a ajuda de seu Conselho de Defesa, que tomará a decisão final”, disse. Segundo Amorim, “às vezes os técnicos dão uma impressão que vai num sentido e muitas vezes o barato sai caro”. Jobim, por sua vez, disse que encaminhará a Lula um relatório próprio. “Vou analisar tudo, tirar dúvidas, avaliar o sistema de cálculo e levar as minhas conclusões para o presidente”, afirmou. **S. delib**> <**S. descr** Como ISTOÉ revelou em dezembro, o relatório completo do programa FX- 2, com 30 mil páginas, traz diversas tabelas mostrando os pontos positivos e negativos de cada avião, usando um código de cores (azul, amarelo e vermelho), em vez de notas. Dos três, por exemplo, o jato francês apresenta o pacote tecnológico mais abrangente, enquanto o sueco é o mais barato. **S. descr**> <**S. narr** De posse dessa papelada, a Copac resolveu fazer um sumário executivo e tentou emplacar a classificação: o Gripen NG apareceu em 1º lugar, seguido do F-18 e do Rafale, em terceiro.

O documento passou nas mãos de Saito e Jobim, que mandou os militares elaborarem uma nova versão, sem o ranking. Isso foi feito, mas o documento anterior, em vez de ser destruído, acabou vazando. Para o consultor de segurança nacional Salvador Ghelfi Raza, da Universidade de Defesa dos EUA, braço acadêmico do Pentágono, vazamentos como esse devem ser apurados. “É preciso investigar para saber se há uma manipulação do resultado da concorrência por interesses escusos”, afirma. **S. narr**> <**S. delib** O fato é que está em curso uma poderosa guerra de lobbies, envolvendo os maiores fabricantes mundiais, para abocanhar um contrato de até R\$ 10 bilhões. Até que se prove o contrário, não há nada de ilegal na atuação desses grupos de pressão. No entanto, algumas vezes os interesses parecem difusos. Para tentar emplacar o Gripen NG, a Saab contratou o brigadeiro reformado Fernando Cima, ex-coordenador da Copac na primeira edição do FX. Com ascendência sobre muitos oficiais, Cima é sempre recebido na FAB com a reverência que sua patente impõe, com direito até a continência dos próprios membros da

comissão. Outro contratado pelo fabricante sueco é o engenheiro Anastácio Katsanos, que foi vice-presidente militar da Embraer. A Embraer chegou a analisar a compra de parte da Saab por meio de um swap de ações, considerando a eventual escolha do Gripen NG. Dentro da companhia, há o entendimento de que o caça sueco dá a oportunidade de um desenvolvimento conjunto do projeto. Mas é exatamente o fato de ser apenas um projeto que traz insegurança para o governo. Não há como saber quando o avião estará operacional. Da mesma forma, é impossível definir qual será seu preço final. O valor de US\$ 50 milhões, anunciado pela Saab, é uma estimativa. Bem diferente do que ocorre com o Super Hornet (US\$ 55 milhões) e o Rafale (64 milhões de euros, US\$ 91,6 milhões), aviões totalmente operacionais e com preço estabilizado. “Não dá para comparar o Rafale, que já é operacional, com o Gripen, um avião que não existe”, reagiu o ministro da Defesa francês, Hervé Morin. Essa lógica também embala as discussões sobre o custo da hora-voo. A hora-voo do F-18 está em US\$ 11 mil, enquanto a do Rafale é de 9,8 mil euros (US\$ 14 mil). Já a do Gripen, segundo a Saab, seria de US\$ 4 mil. O problema é que a própria comissão técnica da FAB, a partir de cálculos baseados em dados de manutenção extrapolados do Gripen C/D (versão anterior ao NG), encontrou um valor diferente do informado: US\$ 8 mil. Na Noruega, os técnicos estimaram esse custo em US\$ 10 mil. A divergência de informações pesa contra a opção sueca. **S. delib**> <**S. narr** Um outro dado importante parece ter sido esquecido no sumário que foi vazado à imprensa: o teste de pilotagem. Em outubro, Jobim convocou os pilotos que testaram os caças para que emitissem um parecer. Os militares destacaram o desempenho do Rafale e também elogiaram o F-18, mas não tiveram o que dizer do Gripen NG, pelo simples fato de que não puderam voar nele. O que está disponível para testes é um “demonstrador”, uma espécie de protótipo feito com base num modelo de treinamento que tem muito pouco a ver com a versão final. **S. narr**> <**S. delib** Como alertou Amorim, o barato pode sair caro. **S. delib**>

#### <**S. delib** (01) Eles Não Deveriam Estar Aqui

O Brasil que conta as vítimas das tragédias do Réveillon não se deu conta de que o clima já mudou e de que é preciso rever as leis para impedir, cada vez com mais rigor, a ocupação de áreas de risco **S. delib**>

<**S. delib** O mito de que o Brasil é um país imune aos desastres naturais foi abaixo com as chuvas que colheram a vida de 138 brasileiros e causaram prejuízos de mais de R\$ 1 bilhão desde o início de dezembro. Abaixo foram também as justificativas confortáveis e conformistas de que tragédias como as de Angra dos Reis (RJ), Cunha (SP) e de tantas outras cidades brasileiras ao longo das últimas décadas são fruto único e exclusivo de simples fatalidades causadas pelas incontáveis forças da natureza. Não são. As mudanças climáticas que mobilizam o mundo deixaram de ser uma previsão e há fartura de tecnologia para se saber que casas encravadas na encosta de uma região com índices pluviométricos historicamente elevados têm uma probabilidade razoável de simplesmente ser carregadas com chuvas intensas. O clima mudou, e a tendência é de que histórias trágicas como as relatadas nessa primeira semana de 2010 se repitam com cada vez mais frequência, caso o poder público continue atribuindo aos céus a culpa pelos seus mortos. **S. delib**>

<**S. delib** As 74 mortes de Angra, e da Ilha Grande, são, talvez, o exemplo mais explícito de que os governantes e os brasileiros em geral precisam de uma vez por todas entender que a natureza é outra e não há como desafiar sua força. Velhas crenças de que áreas de mata nativa, preservadas, ainda que em encostas, são áreas seguras porque o homem não fez uma intervenção ali precisam ser esquecidas. Os mortos da Pousada Sankay, localizada em uma área preservada na Ilha Grande, são prova disso. Cidades sem histórico de enchentes, como São Luiz do Paraitinga (SP), precisam, a partir de agora, estudar melhor sua geografia, sua geologia e sua hidrologia para ter uma noção exata de que perigos correm. E as leis de ocupação do solo, que nunca foram respeitadas como deveriam, precisarão ser revistas – e se tornar mais rigorosas – para que a cada ano o País não precise parar para contar suas vítimas do clima. **S. delib**>

<**S. descr** As chuvas que castigaram o Brasil neste verão, assim como aquelas que devastaram o Vale do Itajaí (SC) em novembro de 2008, já mostram características distintas das de anos anteriores. Agora, elas estão mais concentradas e em um volume muito maior. Em Blumenau, em 2008, choveu 800 milímetros em apenas um dia. Isso significa que em cada metro quadrado de solo foram despejados 800 litros de água. Agora, em Angra dos Reis, em três dias, foram mais de 430 milímetros de chuvas. E em Cunha (SP), onde uma família inteira foi praticamente devastada – apenas uma pessoa sobreviveu –, foram 183

milímetros em um só dia. Em todos esses casos há algo em comum: o volume de água que desceu dos céus é incompatível com as médias históricas. É o que o Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas, o IPCC, chama de eventos extremos. **S. descr** <**S. delib** E, como tem alertado o órgão internacional, eles serão cada vez mais frequentes e intensos. “As regras de ocupação do solo terão que ser mais rigorosas. Os tempos mudaram, é preciso nos adaptarmos às novas condições climáticas”, afirma o ambientalista e jornalista Washington Novaes, ex-secretário do Meio Ambiente do Distrito Federal. **S. delib**>

<**S. delib** Este é um consenso entre especialistas da área. A legislação que rege a ocupação do solo, seja ele em área urbana ou rural, precisa ser aperfeiçoada de forma urgente. “As regras que estão aí já foram superadas, não dão mais conta do recado”, afirma a arquiteta e urbanista da Universidade de São Paulo (USP) Regina Meyer. De acordo com ela, conceitos como o grau de inclinação de uma encosta apta para ser habitada, por exemplo, precisam ser mudados. “O risco é um objeto social. Quando passa, as pessoas se esquecem. Deveríamos tratar esse assunto como é tratado o Carnaval, nos preparar para ele o ano todo”, afirma o doutor em geociências e meio ambiente Fernando Rocha Rodrigues. **S. delib**>

<**S. delib** Além das mudanças na legislação, a maneira como casas, estradas e pontes são construídas também precisa mudar. “Antes nós não tínhamos eventos dessa intensidade com tanta frequência, os projetos antigos não consideraram este cenário”, diz o engenheiro Francisco Yutaka Kurimori, do Crea-SP. As mudanças são urgentes, como se viu na última semana. É quase inacreditável ver pessoas levando 16 horas para viajar 200 quilômetros entre Ubatuba (SP) e a capital paulista por conta das chuvas. As cidades também precisarão rever seus sistemas de emergência. Em Angra, agora, são instaladas sirenes ligadas a pluviômetros para avisar a população que há risco iminente. Em São Paulo, onde as chuvas simplesmente param a cidade, já existe um sistema de monitoramento de emergência. Enfim, assim como o Japão com os terremotos e os Estados Unidos com os furacões, o Brasil vai precisar preparar-se, em todas as esferas, para os problemas que serão causados pelas chuvas cada vez mais intensas.

Na prática, isso significa que as áreas consideradas de risco hoje tendem a aumentar, englobando um número ainda maior de pessoas com potencial de serem vítimas de novas tragédias climáticas. A Organização Não Governamental Amigos da Terra estima que hoje, no Brasil, 40 milhões de pessoas vivam em áreas que podem ser consideradas de risco. “O risco não está apenas nas encostas. São rios, várzeas e outros tipos de áreas onde não deveria haver nenhuma residência. E a tendência é de que isso só aumente. Se nada for feito, tragédias como a de Angra vão se repetir”, afirma o diretor da Amigos da Terra, Roberto Smeraldi. ISTOÉ procurou os ministérios das Cidades e da Integração Nacional, mas o governo não consegue nem ao menos saber se a estimativa da ONG é factível ou não. “Não temos ideia da dimensão do problema”, afirma um técnico. **S. delib**>

<**S. delib** Essa nova configuração do que são áreas de risco está atingindo também uma camada da população pouco acostumada a ser vítima dos desastres naturais. Historicamente, enchentes, deslizamentos de terra e outros problemas causados pelas chuvas tinham como vítimas quase exclusivas as camadas menos favorecidas da população. “Na intuição das pessoas, o risco que elas correm ali é melhor que as outras situações disponíveis, ou seja, é uma minimização do prejuízo”, diz Maria Lucia Refinetti Martins, também arquiteta e urbanista da USP.

O que ocorre agora é que a classe média brasileira, e mesmo as camadas mais abastadas da população, também está se tornando vítima do clima. **S. delib** <**S. descr** O caso da Pousada Sankay é um exemplo disso. A pousada era uma das mais caras da Ilha Grande e tinha como hóspedes pessoas que podiam pagar até R\$ 400 por uma noite à beira-mar. **S. descr** <**S. narr** Já em São Luiz do Paraitinga não havia nenhum indício de que o centro histórico dessa cidade famosa por seu Carnaval estivesse em uma área de risco. Mas mesmo assim a enxurrada simplesmente destruiu todo o comércio e o seu patrimônio histórico, abalando de forma consistente a principal indústria do município: o turismo. **S. narr** <**S. narr** Em Belo Horizonte, a garagem de um edifício de classe média foi invadida pela lama após uma chuva torrencial e os moradores tiveram de deixá-la na primeira manhã de 2010. **S. narr** <**S. descr** Em toda a região em torno da rodovia Rio-Santos, principal rota de lazer no verão para a classe média das duas maiores metrópoles brasileiras, há áreas de risco por todos os lados. **S. descr** <**S. narr** E na ilha do cirurgião plástico Ivo Pintanguy, em Angra, ocorreram dois grandes deslizamentos. **S. narr**>

<**S. narr** A cidade histórica que desapareceu sob as águas

São Luiz do Paraitinga não existe mais. Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase desde a inundação que castigou a região, a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. E, de certa forma, eles não estão errados. Apesar de o poder público garantir que abrirá os cofres para ela ser reerguida – 80% do centro histórico praticamente desapareceu –, especialistas explicam que grande parte do valor do patrimônio foi embora com a enxurrada que jogou a localidade num pesadelo.

Da população de pouco mais de 12 mil habitantes, cinco mil ficaram desabrigados. O centro, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), ruiu. Duas escolas municipais, o prédio da prefeitura, cartórios e correios, além de um dos grandes símbolos do município, a Igreja da Matriz, foram reduzidos a uma ou outra parede mais resistente e a uma enorme pilha de entulho. “Ouvíamos dos moradores mais antigos que na pior enchente de São Luiz a água chegou ao terceiro degrau da Igreja da Matriz”, conta o jornalista Luiz Egypto. “Dessa vez a água cobriu o prédio inteiro.” E ele veio abaixo.

Famosa pelo patrimônio histórico e arquitetônico, São Luiz do Paraitinga ganhou ainda mais importância no cenário cultural por promover, a partir dos anos 1980, eventos musicais como a Semana da Canção e o Festival de Marchinhas. Seu Carnaval também atrai milhares de turistas. O povo se aglomerava para brincar em torno de construções coloniais erguidas com técnicas antigas, como a taipa de pilão, mantidas com zelo pelo poder público. “Neste ano não teremos Carnaval”, sentenciou a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB-SP). Segundo o secretário de Cultura, Benedito Filadelfo de Campos Netto, estuda-se reproduzir o evento em cidades vizinhas. “Queremos levantar fundos para reconstruir a cidade”, afirma Netto. **S. narr**>

<**S. narr** Mas reconstruir uma cidade histórica não depende apenas de financiamento. Já no dia 5, técnicos do Condephaat, órgão estadual, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é federal, visitaram São Luiz para avaliar os danos causados pela enxurrada. “Não temos método para uma reconstrução dessa escala”, avaliou Luiz Fernando Almeida, presidente do Iphan. “Ele precisa ser criado.” Boa parte dos documentos que registram as medidas e a aparência dos prédios tombados foi destruída com o alagamento da prefeitura. Cópias terão de ser resgatadas nos arquivos dos dois órgãos de preservação. “Avaliar o estrago é prioridade e isso leva tempo”, disse um porta-voz do órgão estadual. **S. narr**> <**S. delib** O governador José Serra, que visitou a cidade, pensa de outra forma. “O pessoal do patrimônio gosta muito de discutir, mas nós vamos ter que ter uma ação mais rápida. Se for ficar discutindo academicamente, vamos levar anos”, disse. Para ele, o ideal seria replicar o que foi destruído e manter as características da cidade histórica. **S. delib**> <**S. narr** Enquanto o poder público se apressa para apagar as marcas da tragédia, o trabalho dos moradores é lento e doloroso. A advogada Andreia Globo, por exemplo, 28 anos trabalhava na prefeitura, morava no centro histórico e só conseguiu tirar os pais e a irmã de casa. “Nem as fotos e os documentos eu consegui salvar, só a vida”, diz ela. **S. narr**>

<**S. narr** Além das mortes, do rastro de destruição e das vidas esfaceladas de quem perdeu tudo e todos, as tragédias de verão também estão criando um novo problema para as autoridades brasileiras: os refugiados climáticos. O tema foi discutido amplamente na frustrada reunião da ONU em Copenhague, em dezembro. Muito se falou das populações de ilhas do Pacífico que terão que ser removidas, dos milhares de pessoas que terão que abandonar suas terras por conta das cheias e das secas. Mas poucos se atentaram para o fato de que esses refugiados possam ser urbanos. **S. narr**> <**S. narr** A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo com que milhares de brasileiros abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram. Em Angra dos Reis, por exemplo, o governo já afirmou que cerca de três mil famílias terão que ser removidas de áreas de risco. Em São Luiz do Paraitinga, cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas, e muitas delas não têm mais para onde ir. Esses são os exemplos recentes. Mas casos semelhantes vêm se espalhando pelo País com uma rapidez impressionante. **S. narr**>

<**S. delib** E é com rapidez também que o poder público precisa encontrar soluções para esses casos que se avolumam. Indubitavelmente caberá ao Estado encontrar uma saída para os milhares de refugiados climáticos que surgem a cada ano. “As pessoas que moram nessas áreas de risco precisam ser contabilizadas como déficit habitacional”, diz Regina Meyer, da USP. **S. delib**>

<**S. descr** Apesar de não ter registrado mortes como em outras regiões do País neste início de verão, o Jardim Romano, na periferia paulistana, é um exemplo emblemático dessa situação. O local fica, literalmente, às margens do rio Tietê, em uma área de várzea. Na prática isso significa que, quando o rio enche, o caminho natural das águas é a região onde estão as casas. Boa parte do Jardim Romano – e seu vizinho, o Jardim Pantanal – foi simplesmente invadida. **S. descr**>

<**S. narr** Atenilto Bispo Santos, um baiano de Itabuna que vive em São Paulo como pedreiro há 20 anos, seguiu esse roteiro. Construiu sua casa sobre uma lagoa sazonal, que enche na época de chuvas. Junto com um amigo, conseguiu cerca de 40 caminhões de terra para ampliar o nível do terreno e evitar que alagasse no verão. “Cheguei e coloquei a terra, depois comecei a construir”, conta ele. No início de janeiro as chuvas fortes fizeram o nível do Tietê subir e a área de várzea, é óbvio, foi alagada. **S. narr**>

<**S. narr** Sem que nada de anormal ocorresse e com vista nos dividendos políticos, o poder público não só não coibiu a invasão protagonizada por Atenilto e outras centenas de famílias como municiou a região com equipamentos públicos. Levou água e luz para as pequenas casas, pavimentou algumas das ruas, construiu um Centro de Educação Unificada (CEU). Agora a prefeitura inicia um plano de remoção das quase duas mil famílias que se instalaram por lá. A 100 delas ofereceu um apartamento popular na cidade de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, e aos restantes está oferecendo uma bolsa aluguel, no valor de R\$ 300, por seis meses, com a promessa de realocá-los para conjuntos habitacionais. Atenilto aceitou o apartamento. Mas boa parte daqueles que só conseguiram a bolsa aluguel se recusam a deixar o bairro. Eles temem que o compromisso não seja honrado. **S. narr**>

<**S. delib** Esse nó, causado por uma série de fatores pelos quais os próprios moradores e também o poder público são responsáveis, não é fácil de desatar. Retirar uma pessoa de sua casa, onde ela está inserida no tecido social – trabalho, amigos, família –, não é uma tarefa simples. Além disso, faltam recursos, falta planejamento e falta prevenção para que os mesmos problemas não ocorram novamente. Mas isso precisa mudar. As mortes, os milhares de refugiados das chuvas e os prejuízos deste verão precisam ser entendidos como apenas o começo de uma nova era, em que o clima precisa, mais do que nunca, ser respeitado. Nunca a frase do filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau, proferida no distante século XVIII, esteve tão atual: “A natureza nunca nos engana, nós é que sempre nos enganamos com ela.” **S. delib**>

### <**S. delib** O Passado Ainda Presente

Enquanto se discute punição a crimes do regime militar, a tortura continua uma prática comum no Brasil  
**S. delib**>

<**S. narr** Na quarta-feira 13, o presidente Lula convocou os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. A reunião tinha como objetivo acalmar os ânimos em torno de um decreto assinado pelo próprio Lula em dezembro, criando o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. Por intervenção direta do presidente, o ponto mais polêmico foi, então, modificado: a chamada Comissão da Verdade, que investigaria crimes de tortura durante os anos de chumbo, teve suas atribuições revistas. O trecho sobre delitos de agentes da repressão política foi suprimido e um grupo de trabalho vai discutir como fazer a comissão funcionar sem arranhar a Lei de Anistia. “Esse negócio de punir os crimes da repressão política é um assunto para a Justiça, não é para o Executivo”, disse Lula. **S. narr**> <**S. narr** Poucas horas depois, as redes de tevê escancaravam para todo o Brasil que o absurdo da tortura não foi uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder. Por meio de uma câmera de celular, parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico para asfixiar sua vítima, que desmaiou. Diante da barbárie registrada em vídeo, Araújo foi demitido e responderá a processo. Na maioria das vezes, no entanto, os agressores ficam impunes. **S. narr**>

<**S. delib** Como mostram as denúncias, os abusos são prática comum entre policiais, agentes penitenciários, militares das Forças Armadas e até a Força Nacional de Segurança Pública, criada há apenas cinco anos. “Os agentes da ditadura aperfeiçoaram ‘tecnicamente’ a prática da tortura, importando

métodos dos Estados Unidos”, diz o antropólogo Luiz Eduardo Soares, ex-secretário Nacional de Segurança Pública. Para fechar o círculo vicioso, ainda hoje são raras as punições dadas aos agentes do Estado acusados de violência contra os presos (quadro acima). A impunidade alimenta a truculência sob os olhos condescendentes da sociedade. “Existe a ideia de que alguns, por serem tachados de perigosos, são menos humanos e podem ser tratados com violência”, diz Cecília Coimbra, do grupo Tortura Nunca Mais. O resultado é uma rotina de abusos cujas vítimas agora são majoritariamente os mais pobres. **S. delib>**

<**S. narr** Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, que tinha 17 anos quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez. Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. Revidou. Foi espancado e não viveu para contar a história. Segundo testemunhas, cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento. “Quebraram cabos de vassoura para furar o corpo dele, jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”, relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. “As testemunhas dizem que eles encheram sacos com cascas de coco vazio e bateram na cabeça do meu filho com eles.” O laudo do hospital para onde fora levado atestou “agressão física” e também o laudo da perícia apontou vários indícios de agressão. Apesar disso, ninguém foi punido até agora. Deize não se cansa de denunciar a tortura que matou seu filho e já foi ameaçada por isso. “Se me matarem, pelo menos vão saber que não desisti”, diz ela, que tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio. **S. narr>**

<**S. narr** Também as Forças Armadas, tantos anos depois do fim da ditadura, continuam a cometer excessos. O jovem carioca J.O., 17 anos, foi vítima dos militares. No dia 5 de novembro de 2008, ele e um amigo pularam o muro de um quartel do Exército desativado, em Realengo, zona oeste do Rio, para fumar maconha. Foram flagrados pelos sentinelas e passaram a ser agredidos. “Fomos torturados com choques elétricos, o que fez com que a pele de minhas costas pegasse fogo. Pensei que ia morrer naquele momento”, diz. J.O. sobreviveu, mas com sequelas: perdeu 20% da visão do olho esquerdo, teve cortado um pedaço da orelha e tem marcas nas costas. “Queremos que o Exército pague os remédios e o tratamento dele”, reclama Maria Célia Furtado, a mãe adotiva. Dois anos depois, o processo corre na auditoria militar, sem previsão de término. Procurado por ISTOÉ, o Exército preferiu não se manifestar sobre o assunto. **S. narr>**

<**S. delib** Casos como o de J.O. e Andreu repetem-se aos montes nas cadeias brasileiras. De acordo com um relatório que está sendo preparado pela Pastoral Carcerária, desde 2006 foram registrados 281 casos de tortura praticados por agentes públicos, em diferentes Estados do País. Esses foram casos que chegaram até a Pastoral. Os números reais de práticas usadas desde a época em que os militares estavam no poder são muito maiores. “A tortura é o terror do Estado. É como se fizesse parte do pacote da pena, que não se limita à privação de liberdade”, afirma José de Jesus Filho, assessor jurídico da Pastoral. **S. delib>**

<**S. delib** A diferença agora é que os torturados não são mais estudantes politizados, que conhecem seus direitos e têm voz ativa nos meios de comunicação. Boa parte da geração de militantes de 40 anos atrás assumiu o poder no País e, agora, busca Justiça pelos abusos que sofreu. Infelizmente, as vítimas dos anos de chumbo concentram suas energias em ações revisionistas em vez de lutar com afinco para que o mesmo sofrimento por que passaram não seja repetido com tanta frequência e impunidade hoje. Afinal de contas, não é a ideologia ou a razão por trás de um crime que justificam a violência desenfreada praticada por agentes do Estado contra infratores da lei. E o governo federal deveria, além de impedir a tortura, tratar as vítimas de hoje com o mesmo apreço que trata as vítimas de um passado que insiste em se repetir no presente. Até agora, pelo menos, não é isso o que se tem visto no Brasil. **S. delib>**

### <S. delib A Hora Do Medo

Alas do PT aproveitam o temor provocado por eleição no Chile na campanha de Dilma, levam a ministra a uma postura agressiva e Lula reage contra o que chama de baixaria eleitoral **S. delib**>

<**S. narr** O resultado das eleições no Chile, com a derrota do candidato da presidente Michelle Bachelet, foi o suficiente para acender um sinal de alerta na campanha da ministra Dilma Rousseff. Como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a chilena está no último ano de mandato com uma popularidade superior a 80% e empenhou-se na campanha do sucessor. Mas, apesar da dedicação, não conseguiu a necessária transferência de prestígio. No QG ainda informal de Dilma a analogia foi imediata e o medo do chamado “fator Chile” provocou rápidas reações que desagradaram ao presidente Lula e o obrigou a terminar a semana dando um puxão de orelha nos ministros. Setores do PT, capitaneados pelo ex-ministro José Dirceu, aproveitaram o desespero instalado pelos votos dos chilenos e conseguiram impor, ainda que por pouco espaço de tempo, uma rota mais agressiva na campanha de Dilma e o medo do fator Chile levou a ministra a colocar em marcha no Brasil a campanha do medo, recorrendo a práticas que no passado alvejavam o PT. “Quando sem nenhum fundamento espalhavam que o Lula iria confiscar as cadernetas de poupança, os petistas diziam que se tratava de terrorismo eleitoral. Agora, usam a mesma estratégia”, disse o líder do PSDB na Câmara, deputado José Aníbal (SP), em uma reunião com a cúpula tucana. **S. narr**>

<**S. narr** Na terça-feira 19, durante inauguração de uma barragem, em Minas Gerais, Dilma, ao lado de Lula, disse que o PSDB acabará com o PAC, caso ganhe a eleição. Não foi a primeira vez que a ministra usou esse argumento, mas nunca o tinha feito de forma tão enfática e ao lado do presidente no alto de um palanque. “Vira e mexe eles querem acabar com alguns programas do governo Lula. O objetivo, agora, é acabar com obras como essa, que hoje nós estamos aqui inaugurando. E isso nós não vamos deixar”, discursou a ministra. Lula ficou surpreso com o tom e com o conteúdo da mensagem. À noite, em conversa com assessores, revelou seu descontentamento. Disse que estava preocupado e que gostaria de encontrar uma fórmula para conhecer com antecedência os discursos de Dilma, sem que isso magoasse a ministra.

As declarações da ministra desencadearam uma troca de ofensas entre tucanos e petistas, baixando o nível do debate eleitoral. Em dura resposta, o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), chamou Dilma de mentirosa. “Mentir, omitir, esconder-se, dissimular e transferir responsabilidades são a base do discurso de Dilma”, disse em nota. O presidente eleito do PT, José Eduardo Dutra, contra-atacou: “O Sérgio Guerra falou com todas as letras que ia acabar com o PAC. Eles falam as coisas, descobrem que falaram bobagem e ficam dizendo que não é bem assim.” O governador paulista, José Serra, pré-candidato tucano à sucessão de Lula, preferiu não entrar na polêmica. “Não vou fazer baixaria eleitoral”, afirmou Serra. **S. narr**>

<**S. delib** O momento beligerante foi o lado mais visível do movimento feito pelos petistas que defendem uma campanha mais cáustica por parte de Dilma. **S. delib**> <**S. narr** Nos bastidores, eles aproveitaram o medo do fator Chile para mirar baterias contra o marqueteiro João Santana. Escalado por Lula para comandar a comunicação da campanha de Dilma, Santana foi um dos idealizadores do “Lulinha Paz e Amor” que levou o ex-metalúrgico à Presidência da República em 2002. Ele defende um debate de alto nível e é contra a ideia de uma campanha agressiva. Suas relações com Dilma, no entanto, já foram melhores. O marqueteiro e a ministra não falam a mesma língua desde o fim de 2009. Dilma teria ficado contrariada com uma intervenção de Santana, segundo ela, “acima do tom”, depois que ela se referiu a uma repórter como “minha filha”. Santana aconselhou-a a evitar termos que denotassem agressividade. Dilma não gostou. No rastro do episódio, aconselhada por José Dirceu, a ministra procurou o publicitário Duda Mendonça e fez um desabafo. “Cansei de tentar ser outra pessoa. Vou ser quem eu sou”, disse ela. Desde então, Dilma tem sido mais coerente com o seu perfil. A despeito das pressões de setores do PT e das divergências com a ministra, Santana permanece à frente do marketing da campanha. “Não há rompimento”, disse a ISTOÉ o líder do PT na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (SP). **S. narr**>

<**S. narr** Na quinta-feira 21, durante reunião ministerial, Lula tornou pública sua contrariedade com os rumos que a campanha tomou na última semana. “Não quero que entrem no jogo sujo do debate eleitoral”, disse. Afinado com a orientação de Lula, o ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais reforçou. “Temos que fazer campanha de alto nível. Nossa campanha não é de guerra, mas



de forte defesa do governo, das ações do governo. O nosso bloco é o bloco da paz. A Dilma é da paz, a guerra está lá no PSDB.” Para evitar uma nova crise, como a deflagrada a partir da edição do decreto do programa de direitos humanos, Lula também ordenou que Dilma adiasse o anúncio do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa. O documento é torpedeado por evangélicos e pela Igreja Católica. Até ser desautorizada a tocar o projeto adiante, Dilma estava animada com o plano, que prevê a legalização fundiária dos imóveis ocupados por terreiros de umbanda e candomblé e até o tombamento de casas de culto. **S. narr**>

<**S. delib** Não foram as únicas intervenções do presidente para impedir possíveis atritos desnecessários em ano eleitoral. Além da orientação para suavizar o discurso, Lula, preocupado em turbinar a campanha da sua candidata, decidiu acelerar o ritmo das inaugurações ao lado de Dilma até abril, quando a chefe da Casa Civil terá de deixar o governo por força da lei eleitoral. Estão previstos mais de 60 eventos conjuntos. O objetivo é reforçar no imaginário popular o sentimento de que Dilma não apenas foi peça fundamental da atual gestão como irá aprimorar os programas sociais e de infraestrutura implementados por Lula. Outra meta é chegar até 35% nas pesquisas e emparelhar com José Serra, em três meses. “Vamos mesmo intensificar a inauguração de obras pelo País. Qual é o problema? É a primeira vez que eu vejo a oposição tentar proibir o governo de fazer isso”, disse Vaccarezza. **S. delib**>

<**S. narr** Na última semana, horas antes de apertar o botão para pôr em funcionamento uma usina, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início a um projeto com o objetivo de fortalecer ainda mais a candidatura de Dilma Rousseff.

Ele encomendou um parecer jurídico para saber se o governo terá respaldo para criar o Ministério Extraordinário do PAC. A disposição do presidente é tanta que ele até admite fundir órgãos para que a criação da pasta do PAC seja possível. **S. narr**> <**S. delib** Dado o sinal verde, o ministério extraordinário, a partir da desincompatibilização de Dilma, pode ser comandado por Miriam Belchior, hoje secretária-executiva do PAC. Todo o ativo gerado pelo novo ministério seria creditado na conta de Dilma, tida como a “mãe” do principal programa do governo. Na reunião ministerial da quinta-feira 21, quando a ministra apresentou as linhas gerais do PAC 2, foi só um aperitivo do que está por vir. **S. delib**>

## Revista Veja

### <**S. delib** (01) Desvios subterrâneos

Há uma infinidade de canteiros de obras no Brasil de onde o dinheiro público parece simplesmente desaparecer. Graças ao Tribunal de Contas da União, porém, é possível rastrear os caminhos pelos quais esses recursos escapam **S. delib**>

<**S. delib** Examinada de perto, a construção do túnel que abrigará o futuro metrô de Fortaleza suscita dúvidas que o governo do Ceará gostaria que ficassem eternamente ocultas debaixo da terra. **S. delib**> <**S. narr** A principal delas diz respeito à incrível elevação que o preço da obra sofreu ao longo dos anos. O projeto começou a ser tocado em 1999. A previsão inicial era que ficasse pronto em 2002, ao custo de 357 milhões de reais. Em 2007, quando o governo federal encampou a obra, seu valor foi recalculado para 681 milhões de reais. Ainda não há trilhos assentados, e o Ceará diz que precisará de 1,4 bilhão de reais para colocar os trens para rodar. **S. narr**> <**S. delib** O que justifica que uma obra pública custe o quádruplo de seu valor original? No caso do metrô de Fortaleza, dois fatores explicam por que o projeto se tornou bilionário: o governo estadual autorizou que fosse feita uma série de alterações na obra em relação ao projeto original. As mudanças, não licitadas, ficaram caríssimas. Além disso, boa parte dos serviços realizados pelas empreiteiras Queiroz Galvão e Camargo Corrêa foi paga com valores muito superiores aos da média praticada pelo mercado. **S. delib**>

<**S. narr** Esse incrível aumento de custo só veio à luz graças ao trabalho do Tribunal de Contas da União (TCU). Depois de analisarem cada etapa do projeto cearense, os auditores chegaram à conclusão de que, numa perspectiva conservadora, ao menos 133 milhões de reais do meu, do seu, do nosso suado dinheirinho foram enterrados por lá sem nenhuma justificativa. Os indícios de irregularidades são tão fortes que o tribunal chegou a solicitar a paralisação da obra até que as empreiteiras se explicassem.

Como não houve respostas convincentes, o TCU abriu uma batalha contra o governo do Ceará para que os valores sejam ressarcidos aos cofres federais. **S. narr>**

<**S. descr** Evitar que o dinheiro público esorra pelo ralo é a razão da existência do TCU, órgão consultivo ligado ao Congresso. O tribunal é o maior responsável por fiscalizar a aplicação dos recursos federais e informar aos parlamentares – e ao país – se as verbas estão sendo bem aplicadas. Essa missão é basilar para a democracia, pois para um leigo (o contribuinte que paga impostos) é impossível aferir se as contas apresentadas por um político ou órgão governamental fazem ou não sentido. A barafunda de contratos, planilhas e termos aditivos que compõem cada obra forma um emaranhado de números incompreensível para quem não é do ramo. Para realizar seu trabalho, o TCU conta com 2 500 técnicos, especializados em descobrir tudo o que as autoridades juram que não existe no Brasil: desvio de verbas, fraudes em licitações, superfaturamento, pagamento por serviços que nunca foram realizados... As auditorias ainda passam pelo crivo de nove ministros: três indicados pelo Senado, três pela Câmara e três pelo Palácio do Planalto. Desse último grupo, um deve pertencer ao Ministério Público e outro, ao corpo técnico do próprio tribunal. **S. descr>**

<**S. narr** Apesar da relevância do trabalho que realiza, o TCU esteve na berlinda em 2009. Não foram poucos os políticos que se incomodaram por ter seus contratos escrutinados. Os que mais reclamaram foram os petistas, entre eles o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. "Não é justo mandar parar uma obra, mesmo quando haja algo errado, porque o custo fica muito mais caro ao país e ao povo", disse ele, em agosto. Depois dessa manifestação, o TCU passou a ser metralhado por políticos da base aliada. Ora era acusado de estar a serviço da oposição, por revelar desvios em obras do governo, ora de tentar travar o crescimento do país por apontar irregularidades em projetos do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. O bombardeio foi tamanho que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, instituiu um grupo de estudos para criar outro órgão fiscalizador "mais ágil" (leia-se, "mais dócil"). **S. narr>**

<**S. delib** Um órgão com a missão de zelar pelo dinheiro público não pode viver sob suspeita, sobretudo em ano eleitoral – quando o resultado de suas auditorias, querendo ou não, terá influência no processo político. **S. delib>** <**S. narr** VEJA decidiu, então, verificar se o TCU cumpre suas funções com equilíbrio ou se, de fato, apenas tenta atrapalhar a vida do governo. A reportagem debruçou-se sobre uma lista de quinze obras – todas de orçamentos milionários – nas quais o tribunal encontrou indícios gravíssimos de desvios. Os extensos relatórios de auditoria foram lidos linha a linha. As obras, localizadas em onze estados e no Distrito Federal, foram visitadas e seus gestores, entrevistados. Ao cabo de quatro meses de trabalho, é possível afirmar que as análises do TCU seguem critérios técnicos e estão bem fundamentadas, já que se baseiam em cifras e cruzamentos de informações que não deixam dúvidas a respeito das irregularidades. "O TCU cumpre o seu papel e não se curvará a pressões políticas que interfiram em suas atividades", diz o ministro Aroldo Cedraz, que integra o tribunal.

Se a eficácia do trabalho dos auditores do tribunal é animadora, o quadro que emergiu da análise dessas quinze obras, no que diz respeito à forma como os políticos gastam o nosso dinheiro, é aterrador. Somados, os valores dos contratos atingem 7,65 bilhões de reais. Segundo o TCU, a parcela correspondente ao sobrepreço – gastos feitos por valores superiores aos da média do mercado – chega a 1,35 bilhão de reais, ou 17,6% do total. Isso significa que, de cada 100 reais investidos pelo governo federal nesses projetos, 17 foram desviados. **S. narr>** <**S. delib** Qual é o destino desse dinheiro? Só há dois lugares onde procurar: no bolso (e talvez na cueca) dos políticos responsáveis pela liberação das verbas e nas contas bancárias das empreiteiras. Quando o sobrepreço é descoberto antes de a obra começar, como no caso da usina nuclear de Angra 3, é possível renegociar o contrato e evitar que o desvio ocorra. Em outros casos, como o da BR-163, que deveria ter sido asfaltada há quase vinte anos, mas continua coberta de lama, é muito difícil recuperar os recursos, pois eles já foram liberados e faturados – daí a expressão "superfaturamento". **S. delib>**

<**S. descr** Além do sobrepreço puro e simples, diversos outros artifícios são usados para inflar os orçamentos das obras públicas. A pedido de VEJA, os auditores do TCU detalharam os seis golpes mais comuns, que perpassam quase todos os projetos analisados:

■ Projeto executivo básico malfeito – O primeiro passo para fazer uma obra é analisar o terreno onde ela será erguida. Se essa etapa não é cumprida com rigor, surgem imprevistos na sua execução que forçam os

custos para além do que foi licitado. Os empreiteiros, portanto, adoram projetos executivos básicos malfeitos.

■ Aditamento irregular – Por lei, toda obra no Brasil pode terminar custando 25% mais que o previsto, para evitar que incidentes travem os trabalhos. O que deveria ser exceção tornou-se regra. É difícil ver uma obra, por menor que seja, cujo orçamento não cresça nesse percentual. Essa lei deveria ser revista.

■ Fraude na licitação – É o golpe clássico: o empresário suborna um político para vencer uma licitação. Depois, usa de brechas nos contratos para cobrar quanto quer pelo serviço, com a certeza de que a verba será liberada.

■ Jogo de planilha – A empresa apresenta um orçamento irreal para vencer uma concorrência. Depois de assinar o contrato, alega que os materiais oferecidos não podem ser usados "por razões técnicas" e opta por congêneres mais caros.

■ Medição "por química" – O governo só pode pagar às empresas pelo trecho de obra já realizado. Muitas vezes, o fiscal nem vai ao canteiro de obras, ou só dá uma passadinha, mas libera o dinheiro mesmo que nada ou pouco tenha sido executado.

■ Golpe do BDI – A sigla refere-se à expressão inglesa *budget difference income*. É um percentual que deveria ser aplicado sobre o orçamento total de uma obra, apenas para cobrir custos de impostos e da administração central das empreiteiras. O índice, porém, costuma ser calculado de forma empírica e sempre sobe mais do que deveria. **S. descr>**

<**S. delib** Com tantos sorvedouros de dinheiro público, o TCU não consegue tapar todos os buracos. Sua equipe, inclusive, é insuficiente para fiscalizar os milhares de contratos firmados pela administração pública. Como é irrealizável a tarefa de esquadrihar todas as obras, os auditores se concentram nas de maior valor. Seguem o Princípio de Pareto, postulado matemático que ensina que 20% das causas geram 80% dos efeitos. Traduzindo: de todos os contratos públicos, o TCU audita os 20% mais caros, pois eles concentram 80% dos recursos movimentados. É um grande trabalho, que precisa ser mantido e ampliado. Afinal, como ensina o caso do túnel do metrô de Fortaleza, citado no início da reportagem, quanto mais se analisam as obras públicas no Brasil, mais se percebe que a lama está por todos os lados. **S. delib>**

#### <**S. narr** ACABOU NAS MÃOS DO EXÉRCITO

A BR-163, que liga o Pará a Mato Grosso, é uma típica estrada amazônica: vira um rio de lama no inverno e um amontoado de poeira no verão. Nos anos 90, o governo contratou um grupo de empreiteiras para asfaltá-la. A obra foi paralisada por falta de recursos e só pôde ser retomada quase dez anos depois. Mas os auditores do TCU identificaram um cipoal de problemas. Havia sido feitas tantas emendas ao contrato original que a obra ficou quatro vezes mais cara. Alguns dos serviços, como terraplenagem, apresentavam sobrepreço de 250%. Eram tantas irregularidades que o tribunal cancelou o contrato – e a obra foi repassada ao Exército. As empreiteiras que queriam ganhar mais do que deviam (Norberto Odebrecht, Estacon, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão) reclamam na Justiça por terem perdido a parada e querem uma indenização de 82 milhões de reais. **S. narr>**

#### <**S. narr** REDUÇÃO DE PREÇOS ATÔMICA

Em 1983, o governo decidiu construir a usina de Angra 3. A licitação das obras civis foi vencida pela empreiteira Andrade Gutierrez. O dinheiro, no entanto, nunca foi liberado, e a usina empacou. Em 2007, o projeto foi desengavetado. A Andrade Gutierrez refez seus cálculos, converteu os valores que estavam em cruzeiros e pediu 1,6 bilhão de reais pelo serviço. A Eletronuclear regateou para 1,4 bilhão de reais. A empreiteira ficou satisfeita, mas o TCU não. Ao analisar o contrato, o tribunal chegou à conclusão de que seria possível fazer a usina por um preço ainda mais baixo: 800 milhões de reais. Após muita conversa, e um rigoroso encontro de contas, fixou-se o preço final em 1,2 bilhão de reais. A empreiteira admitiu que havia itens caros demais, e o TCU concordou que, por se tratar de uma usina nuclear, alguns materiais tinham, de fato, preços mais altos que os da média do mercado. **S. narr>**

#### DRENO DE DINHEIRO PÚBLICO

<**S. narr** Para os técnicos do TCU, a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, exemplifica a fraude conhecida como "jogo de planilha". Na licitação para a terraplenagem, a Petrobras informou aos concorrentes que seria possível escavar quase todo o solo a ser aplainado – mas acrescentou que uma pequena fração do terreno precisaria ser drenada, para assentar a terra. As empreiteiras Camargo Corrêa, Odebrecht, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia se uniram em um consórcio e ofereceram um preço baixíssimo para escavar a terra – mas estipularam um valor 319% maior que o usual para fazer a drenagem. Na média, seu preço foi o mais baixo e elas ganharam o contrato. No entanto, quando a obra começou, as empreiteiras alegaram que era impossível escavar o solo, por questões geológicas. Disseram que a única saída era drenar praticamente a área inteira. Como haviam fixado um preço exorbitante para esse serviço, o valor total da obra aumentou em 46 milhões de reais. **S. narr**>

#### <**S. narr** ELES COBRARAM OS TUBOS

A região metropolitana do Recife vive sob um rodízio de água permanente. Para pôr fim a esse absurdo, a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) decidiu construir a adutora de Pirapama, que aumentará em 50% o abastecimento. Mas a obra não resistiu à fiscalização do TCU. Ao analisarem o contrato, de 421 milhões de reais, os auditores encontraram sobrepreço de 69,5 milhões de reais na compra de matérias-primas. A maior parte do problema estava na aquisição dos tubos de aço-carbono, pelos quais a Compesa pagou o dobro do valor de mercado. O atual presidente da estatal, João Bosco de Almeida (que assumiu o cargo com a obra já em andamento), admitiu que o preço era mais salgado que a água do mar. "Infelizmente, não havia referências para construções desse tipo quando o contrato foi assinado", disse ele. **S. narr**>

#### <**S. delib** DESPERDÍCIO SEM REMÉDIO?

Um dos maiores problemas das obras públicas no Brasil é a péssima qualidade de seus projetos executivos. Eles deveriam definir, com alto grau de exatidão, as coordenadas gerais do trabalho a ser feito. Um projeto executivo malfeito é um convite ao aumento descontrolado de gastos, pois, quando um empreiteiro encontra problemas imprevistos, exige mais dinheiro para fazer sua parte – e essa diferença é paga sem passar por licitação. **S. delib**> <**S. narr** Foi o que aconteceu com o Hospital da Mulher, obra da prefeitura de Fortaleza. O estudo do solo onde está sendo erguido o prédio foi uma vergonha. Quando a obra começou, descobriu-se que o terreno era mais arenoso do que se pensava, e foi preciso alterar todo o sistema de estacas para que o prédio parasse em pé. Como as fundações reforçadas não estavam no contrato, o preço do hospital ficou 7% mais alto. O TCU apontou a irregularidade, e quer rediscutir os valores que já foram aplicados. **S. narr**>

#### <**S. narr** RUMO CORRIGIDO

A BR-101 é a principal ligação entre as cidades do litoral nordestino. Havia décadas esperava por uma duplicação que desse mais segurança aos milhares de turistas e caminhoneiros que passam por lá todos os dias. No governo Lula, a obra foi incluída no PAC e deslanchou. O projeto é excelente: prevê pista dupla em toda a extensão e longos trechos com pavimento de concreto, menos propenso ao surgimento de buracos do que o asfalto. Mas o TCU descobriu que a obra, além de provocar desvios temporários no caminho dos veículos, estava sendo usada como caminho para o desvio de dinheiro público. O preço que as empreiteiras haviam fixado para fazer o serviço estava claramente sobrevalorizado. Depois que os auditores do tribunal descobriram a farra, as empresas tiveram de abrir mão de 16% de tudo o que esperavam receber. Com isso, o Erário deixou de ser sangrado em 236 milhões de reais. **S. narr**>

#### UMA CORTE MILIONÁRIA

<**S. narr** "Antieconômica", "recheada de graves falhas" e "superdimensionada". É assim que o TCU descreve em seus relatórios a construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. Os auditores do tribunal analisaram os contratos firmados entre a corte brasiliense e as empreiteiras e, data venia, descobriram um sobrepreço de 35 milhões de reais. **S. narr**> <**S. descr** Entre os valores contestados, há um pagamento de 8,6 milhões de reais que seria feito ao escritório do arquiteto Oscar Niemeyer. A nova corte foi projetada para ocupar 170 000 metros quadrados, distribuídos por quatro prédios. Apesar das dimensões nababescas da obra, a qualidade de seu projeto é miserável. Além do sobrepreço, há falhas ensurdecedoras de tão gritantes. Por exemplo: nenhum engenheiro previu a

construção de estacas, fundamentais para sustentar as estruturas. O escândalo é tamanho que a obra foi paralisada e o Conselho Nacional de Justiça determinou a revisão de todo o projeto. **S. descr>**

#### **<S. narr UMA OBRA "DIFERENTE"**

Na divisa entre os estados de Alagoas e Bahia, está sendo escavado o Canal Adutor do Sertão, que vai desviar as águas da Bacia do São Francisco para o interior alagoano. Licitado em 1992, o canal só começou a ser construído dez anos depois. Agora, foi posto em xeque pelo TCU. Os fiscais esmiuçaram o destino de 245 milhões de reais empregados na obra e apontaram que, desse montante, 37 milhões de reais haviam sido gastos sem nenhuma justificativa. A construtora Queiroz Galvão foi obrigada a contratar um seguro para garantir que devolverá essa soma aos cofres públicos caso seja condenada em definitivo. O secretário de Infraestrutura de Alagoas, Marco Fireman, tenta apagar o incêndio. Segundo ele, o problema é que o TCU exige preços baixos demais, fora da realidade. "Nosso serviço não se encaixa nesses balizadores, porque a obra é cheia de especificidades. O que fazemos aqui é diferente", diz. **S. narr>**

#### **<S. narr ENCOLHE E ESTICA**

O metrô de Salvador foi projetado para ter 12 quilômetros de extensão. O projeto encolheu pela metade, mas o preço quase dobrou. É isso mesmo: o metrô terá apenas 6 quilômetros, mas custará 76% mais que o previsto. A prefeitura acha isso normal, mas o TCU descobriu que, do valor total que já foi pago, 100 milhões foram superfaturados. Diante disso, o tribunal pediu que os custos de todos os itens do contrato fossem recalculados. A prefeitura explicou que era impossível, pois não fazia ideia nem dos preços nem da quantidade de materiais utilizados. Como se não bastasse, o consórcio que toca o projeto, formado por Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Siemens, ainda tentou conseguir um dinheiro extra – mais 88 milhões de reais – para acabar o serviço. Se não fosse pelo TCU, o dinheiro já teria saído. **S. narr>**

#### **O AEROPORTO QUE NÃO DECOLA**

**<S. narr** Em uma ação exemplar, o TCU cancelou o contrato firmado entre a Infraero e o consórcio formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon para a reestruturação do Aeroporto de Vitória. A medida drástica foi tomada depois que uma auditoria descobriu que havia 44 milhões de reais de superfaturamento no projeto, ou 12% do valor total. Para estancarem a sangria, os ministros do tribunal tiveram de enfrentar não só as empreiteiras, como também a Infraero, que se opôs à redução das despesas. O TCU venceu a queda de braço e a obra foi cancelada. Agora, uma nova licitação terá de ser feita, mas, como a Infraero e as empreiteiras não se entendem sobre os valores que já foram pagos (e que eventualmente terão de ser ressarcidos), o processo ainda nem começou. **S. narr>**

#### **<S. narr MAR DE LAMA**

Em 1998, mineiros e capixabas se animaram com o início da construção da BR-342, que ligaria o norte do Espírito Santo a Minas Gerais. Para pavimentar os 106 quilômetros da rodovia, foram celebrados três contratos com duas empreiteiras. Nos três o TCU encontrou sobrepreço – sempre na casa de 50% do valor global. Além disso, parte dos serviços que as empreiteiras alegam ter executado não foi fiscalizada pelo governo. Por fim, o valor dos contratos aumentou sem nenhuma justificativa técnica. Uma estranheza atrás da outra. Como a obra se tornou um sorvedouro de dinheiro público, o TCU pediu sua paralisação. Hoje, há apenas 33 quilômetros asfaltados. Outros 27 quilômetros são transitáveis, mas ainda não receberam uma gota de asfalto. Nos 46 quilômetros restantes, a obra nem sequer foi iniciada. **S. narr>**

#### **<S. delib Ele tem 150 000 metros quadrados**

A Receita Federal mantém em Foz do Iguaçu um pátio para alojar carros apreendidos de contrabandistas que é maior do que o de montadoras **S. delib>**

**<S. descr** A paranaense Foz do Iguaçu abriga Itaipu, a maior hidrelétrica do país, e é o principal corredor de contrabando vindo do Paraguai. Desde novembro, tem também o maior estacionamento do Brasil. Ele se estende por 150 000 metros quadrados, um espaço equivalente ao dos cinco pátios que a Fiat mantém

em sua fábrica em Minas Gerais. Enquanto a garagem mineira aloja a produção da líder do mercado nacional de automóveis, a do Paraná guarda bens encontrados nas mãos de criminosos. A área é mantida pela Receita Federal. **S. descr** <**S. narr** Desde 2003, a apreensão de veículos usados no transporte de muamba cresceu 1 900%. No início, a repartição acomodava os ônibus usados por sacoleiros, contrabandistas de cigarros e bebidas e traficantes de drogas e armas em um terreno de 3 000 metros quadrados. Mas não demorou para que os bandidos passassem a camuflar suas mercadorias principalmente em carros de passeio. Hoje, 70% dos veículos retidos estão nessa categoria. "De quatro anos para cá, eles se tornaram o meio de transporte preferido dos criminosos da fronteira", diz Gilberto Tragancin, delegado da Receita em Foz do Iguaçu. Resultado: o estacionamento da muamba teve de ser aumentado. **S. narr**>

<**S. narr** Em 2006, o terreno já não era mais suficiente para acolher as apreensões. A Receita decidiu, então, pavimentar uma área de 110 000 metros quadrados para os carros recolhidos. A capacidade também se esgotou dois anos depois. Enquanto fazia as obras de ampliação para as dimensões atuais, o Fisco acelerou as vendas de carros em leilões e as doações a órgãos públicos e instituições de caridade. Mesmo assim, o estacionamento não mantém espaço ocioso. O volume de contrabando é tal que suas 6 500 vagas já estão lotadas com uma frota avaliada em mais de 100 milhões de reais. A Receita desistiu de executar novas expansões. A orientação, agora, é apenas tentar manter o estoque. Quando um carro novo entra, outro sai, seja por venda, seja por doação. E isso ocorre quinze vezes por dia. **S. narr**>

<**S. delib** No pátio da Receita, estão parados desde Fuscas de quarenta anos de idade até Mercedes, BMWs e Audis. A maioria dos veículos velhos foi retida antes de 2006. A partir daquele ano, como os bandidos perceberam que os carros velhos eram mais visados pelos fiscais, passaram a usar carros caros e novos. Para obtê-los, enquadraram-se em outro artigo do Código Penal: estelionato. Nesse caso, suas vítimas são as concessionárias das cidades fronteiriças, que vendem os veículos em prestações a laranjas. Eles pagam a primeira parcela e dão o calote no resto. A empresa fica com o prejuízo mesmo quando os carros são apreendidos, porque a lei determina que eles sejam incorporados ao patrimônio da União. Em Foz do Iguaçu, o apagão é da legalidade. **S. delib**>

#### <**S. delib** Sol, mar e organização

A prefeitura do Rio promove um choque de ordem para acabar com a balbúrdia em que se transformaram as praias cariocas **S. delib**>

<**S. narr** Quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram *Garota de Ipanema*, em 1962, o Rio de Janeiro tinha metade do número de habitantes de hoje. Havia espaço de sobra para que a musa andasse, em doce balanço, a caminho do mar – sem tropeçar. Nos últimos anos, porém, as praias cariocas tornaram-se lugares quase intransitáveis. Não apenas porque há mais gente. O maior tumulto é provocado pela turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas que tomou conta do pedaço. A ideia de que a orla do Rio era um espaço de convivência extremamente democrático serviu apenas como pretexto para a falta de organização. A baderna se espalhou. Neste verão, a prefeitura do Rio resolveu pôr ordem na casa. A primeira providência foi dar um banho de loja nas barracas que funcionam como ponto de venda de bebidas e de aluguel de cadeiras e guarda-sóis. Em vez das tendas improvisadas e das caixas de isopor imundas, espalhadas pela areia, só serão permitidas barracas padronizadas e caixas térmicas de plástico. O número de barraqueiros, agora uniformizados, foi reduzido. No primeiro trecho em implantação, que compreende as praias do Arpoador, Ipanema e Leblon, baixou de 300 para 193. **S. narr**>

<**S. narr** Desde o início do ano, a prefeitura já vinha tentando acabar com a bagunça provocada pelos barraqueiros. Eles estacionavam Kombis velhas nos melhores pontos em frente à praia apenas para servir como depósito de seus produtos. Depois de algumas tentativas de driblar a fiscalização, as sucatas desapareceram e um esquema de abastecimento racional foi adotado. Mas persistiam as barracas, de aparência lastimável, que começam a ser removidas agora. **S. narr**> <**S. delib** Essa é a parte mais visível do plano, que inclui o aumento da fiscalização para fazer valer uma série de restrições que já existiam e não eram cumpridas. É o caso dos jogos de frescobol ou das onipresentes rodas de jogadores que controlam a bola de futebol sem deixá-la cair no chão. **S. delib**> <**S. delib** Até a semana passada, a inspeção ainda deixava a desejar. Vendedores com produtos proibidos estavam em atividade, havia animais na areia e praticantes de futebol na beira d'água. Os ambulantes esperavam o momento em que os fiscais iam embora para invadir a praia. A prefeitura garante que vai resolver o problema. "Quero ver

como o esquema funciona durante duas semanas de praias lotadas, antes de ampliar as ações", diz o secretário municipal de Ordem Pública, Rodrigo Bethlem. "A fiscalização será severa", afirma. **S. delib**>

<**S. delib** As tentativas de civilizar a orla do Rio não são recentes. Desde 1999, por exemplo, a prefeitura procura implantar um estilo de quiosque que substitua os pesadões modelos de madeira por instalações modernas, de ferro e vidro. **S. delib**> <**S. descr** Elas funcionam como ponto avançado de restaurantes conhecidos da cidade e contam com banheiros e cozinha no subsolo. **S. descr**> <**S. narr** Apenas em 2005 se começou a tirar a ideia do papel, mas a iniciativa esbarrou em uma série de pendências judiciais, promovidas pelos chatos de plantão. A consequência é que somente 28 dos 309 quiosques previstos ficaram prontos. **S. narr**> <**S. delib** Eles deveriam ocupar quase toda a orla balneável da cidade, desde as praias da Zona Sul até a Prainha, ponto extremo da Zona Oeste. Por causa dos tropeços nos tribunais, foram instalados apenas no Leme e em parte de Copacabana, e não há previsão para a retomada do projeto. **S. delib**>

<**S. delib** As próximas praias a receber o "choque de ordem" serão justamente Leme e Copacabana. A prefeitura elevou o número de fiscais. Antes eram apenas vinte para os 43 quilômetros de praia da cidade. Agora são 143, quantidade que, se não resolve o problema, aumenta a capacidade de vigiar pelo menos os pontos mais frequentados. Em um único fim de semana do alto verão circulam no trecho entre Arpoador, Ipanema e Leblon 400 000 pessoas, o equivalente à população de Porto Velho, capital de Rondônia. Em breve, haverá o reforço da tecnologia. Serão usadas miniaeronaves para monitorar as operações na areia. Importadas de Israel, elas têm câmeras acopladas que transmitem a imagem em tempo real e chegam a 4.500 metros de altura. **S. delib**> <**S. delib** Nada disso será suficiente, no entanto, se os próprios banhistas não fizerem sua parte. O carioca que aplaude o pôr do sol em Ipanema precisa aplaudir a organização e não burlar a lei. **S. delib**>

#### <**S. delib (01) Trágico, absurdo, previsível**

Na virada do ano, os temporais de verão voltam a destruir e matar. Angra dos Reis, a cidade mais atingida, é a síntese de um drama brasileiro que tem como protagonistas o descaso das autoridades e a falta de infraestrutura **S. delib**>

<**S. delib** Todos os anos, chuvas de verão derrubam pontes, fecham estradas, deixam milhares de brasileiros desabrigados, matam. Em seguida, autoridades partem em romaria para os locais afetados, fazem discursos compadecidos e prometem verbas ou obras emergenciais, como se tivessem sido colhidas de surpresa pela catástrofe. Desta vez, 126 pessoas morreram no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, os estados mais atingidos. O número de desabrigados passa de 3 000, e 39 municípios decretaram estado de emergência ou calamidade pública. **S. delib**> <**S. narr** Entre eles, Angra dos Reis é o caso mais dramático e, também, o retrato mais preciso do conjunto de fatores que desencadeia esse tipo de tragédia. Ali, morreram 52 pessoas, na virada do ano, vítimas de deslizamentos de encostas. Tudo era previsível. Na bela região em torno da Baía de Angra, com suas 365 ilhas e mais de 2 000 praias, chove quase o dobro da média do Rio de Janeiro, e a instabilidade das encostas é conhecida. Em 2002, 39 pessoas morreram em Angra num deslizamento com características semelhantes às de agora. **S. narr**> <**S. delib** Apesar disso, nunca foi feito um mapa geológico para verificar quais terrenos são impróprios para construção. A ocupação do solo é regida por regras municipais, estaduais e federais que se sobrepõem, e ninguém as cumpre. Como se não bastasse, existe um impressionante histórico de corrupção nos órgãos responsáveis pela fiscalização em Angra. **S. delib**>

<**S. delib** É verdade que, do começo de dezembro até a primeira semana de janeiro, caiu o dobro de água do que se esperava. Foi o maior índice em dez anos. Só nos dois últimos dias de 2009, desabaram sobre Angra 220 bilhões de litros de água, o suficiente para encher 116 000 piscinas olímpicas. **S. delib**> <**S. narr** Mas não é essa a principal explicação para o que aconteceu na cidade, que experimentou um vertiginoso crescimento populacional a partir dos anos 1970. A construção da Rodovia Rio-Santos aumentou o fluxo de turistas, e grandes obras, como a usina nuclear de Angra 1, levaram multidões de trabalhadores à região. A população do município, que era de 40 000 habitantes na década de 70, dobrou em 1990 e triplicou em 2000, quando 5,5% já moravam em favelas. É um crescimento de quase três vezes a média brasileira no período. E num local onde o problema de espaço é crônico. Espremida entre a serra e o mar, a cidade não tem para onde crescer. Casas e casebres foram se aglomerando no pé dos morros e,

quando não havia espaço, em cima deles. Hoje, 60% dos moradores vivem em áreas de encosta. E as características do relevo da região tornam tudo mais perigoso. **S. narr**>

<**S. narr** Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, morreram 31 pessoas soterradas. Elas estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, mas não a licença ambiental do estado. Mesmo se tivesse, o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. Antes da tragédia, porém, a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área, como se não houvesse um grave problema de segurança. Em Angra sempre foi mais fácil construir e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. Entre 2006 e 2007, 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos por vender pareceres técnicos favoráveis às construções. A situação chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental, como se legalizar o que foi feito na marra fosse solução. Cabral, aliás, não visitou a região imediatamente, como era seu dever. **S. narr**>

<**S. descr** A tragédia expôs os problemas de um dos destinos mais visitados do país. Angra recebe 1,2 milhão de turistas por ano. Durante o verão, 3 milhões de reais diários entram na economia local, graças ao turismo. De Tom Cruise a Madonna, as celebridades internacionais também costumam bater ponto por lá. Cerca de 100 000 estrangeiros passam anualmente pela cidade. **S. descr**> <**S. narr** No réveillon, Pierre Sarkozy, filho mais velho do presidente da França, estava entre os hóspedes da Ilha dos Porcos Grande, do cirurgião plástico Ivo Pitanguy. A chuva causou dois deslizamentos de terra, que abriram um gigantesco clarão na propriedade. "Em quarenta anos na ilha, nunca vimos nada parecido", diz Helcius Pitanguy, filho do cirurgião. **S. narr**>

<**S. delib** Não é a chuva que mata, mas o descaso. E ele é nacional. Dos 645 milhões de reais previstos no Orçamento da União em 2009 para ações de prevenção de desastres, apenas 135 milhões foram utilizados. Para o Rio de Janeiro estavam previstos 160 milhões de reais, mas foi empregado menos de 1% do total. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), responsável pela manutenção da estrada Rio-Santos, estava licitando no ano passado obras para contenção de onze pontos críticos da rodovia, que vive interrompida por queda de barreiras. Com as chuvas, caíram 34 pontos. Como se não bastasse a pífia execução do Orçamento, gasta-se mal. Em 2009, o país destinou dez vezes mais em ações de resposta a desastres do que em programas de prevenção. No mundo civilizado, são tomadas providências para que a população viva segura em locais onde as condições naturais são adversas. Resta saber até quando o Brasil vai preferir pagar a conta dos desastres anuais. Este último já custa, por baixo, 1,2 bilhão de reais. **S. delib**>

<**S. narr** Não foi o rio que derrubou a ponte

No último dia 5, parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despençou. Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre a estrutura de 132 metros que desabou. Três delas morreram. Outras duas ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira. O governo gaúcho atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí. Por essa versão, o rio subiu até a pista, que se partiu. Os sobreviventes dão outro testemunho. "As águas estavam 5 metros abaixo do concreto", diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos. Erguida há 47 anos, a ponte já apresentara falhas de engenharia. Nos anos 70, seu vão central afundou, formando um enorme degrau. Seus alicerces não eram vistoriados havia três anos, e, dois anos atrás, os promotores estaduais começaram a apurar a negligência na manutenção da rodovia da qual ela faz parte. **S. narr**>

<**S. narr** Três séculos de história escorreram em poucas horas

Na noite de 31 de dezembro, quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, a garoa começou. Durante a madrugada, virou chuva grossa e, no início da tarde do dia 1º, o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava. "Ele subia 50 centímetros a cada meia hora", lembra a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle. Na madrugada do dia 2, com dezenas de casas submersas, a luz da cidade teve de ser desligada para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco. A essa altura, o Paraitinga estava quase 10 metros acima do nível normal e, nas ruas, a enchente invadia até o 2º andar dos sobrados. Foi só no começo da tarde do dia 2,



quando as águas finalmente começaram a baixar, que os 10 000 moradores de São Luiz do Paraitinga puderam ver toda a extensão da tragédia. O centro histórico, na parte mais baixa da cidade, parecia ter sido alvo de um bombardeio. Dezenas de casarões coloniais – construções de pau a pique e taipa do auge do período cafeeiro – foram ao chão. Estima-se que 25% do centro histórico tenha sido destruído. A Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa desapareceu da paisagem. Mais de 2 000 moradores, um terço da população urbana, tiveram suas casas destruídas ou interditadas.

Na semana passada, cinco dias depois do temporal, São Luiz ainda era só escombros. Bujões de gás podiam ser vistos em cima de telhados e carros se equilibravam por sobre os pedaços que haviam restado da igreja matriz, onde quase todo mundo na cidade se casou ou foi batizado. Praticamente só o que restou de São Luiz foram 1 000 toneladas de entulhos, que um vaivém de caminhões agora tenta recolher. A Igreja do Rosário, na parte alta do município, foi transformada em quartel-general, no qual centenas de pessoas, coordenadas por voluntários ao microfone, distribuem leite e alimentos aos desabrigados.

Além da agropecuária, São Luiz do Paraitinga tinha no turismo uma de suas principais fontes de renda. A cidade era dona de um dos maiores conjuntos arquitetônicos tombados do Estado – mais de 400 de suas construções eram consideradas patrimônio histórico. Só no Carnaval, o lugar recebia 200 000 turistas, atraídos pelo charme de suas casinhas coloridas, suas ladeiras e bandas de música especializadas em marchinhas antigas. Apenas daqui a noventa dias se saberá quanto tempo e dinheiro serão necessários para reerguer o que a chuva destruiu. Sem praça, sem banda de música, e com tantos motivos para tristeza, São Luiz terá neste ano o seu Carnaval mais silencioso. **S. narr>**



## ANEXO A2

### Análise da forma de organização sequencial

| Revistas                       | Datas das edições | Reportagens                           | Número de sequências |
|--------------------------------|-------------------|---------------------------------------|----------------------|
| Carta Capital                  | 13/01/2010        | (r1) A culpa não é só da natureza     | 04                   |
|                                | 20/01/2010        | (r2) São Paulo na lama                | 09                   |
|                                |                   | (r3) Uma história bipolar             | 11                   |
|                                |                   | (r4) Vanguarda do atraso              | 10                   |
| Época                          | 08/01/2010        | (r1) Um mensalão de R\$ 150 mil?      | 08                   |
|                                |                   | (r2) É possível evitar?               | 05                   |
|                                | 15/01/2010        | (r3) O bolívar forte ficou fraco      | 04                   |
|                                |                   | (r4) O pecado público                 | 05                   |
| IstoÉ                          | 13/01/2010        | (r1) Caça ao vazamento                | 04                   |
|                                |                   | (r2) Eles não deveriam estar aqui     | 11                   |
|                                | 20/01/2010        | (r3) O passado ainda presente         | 07                   |
|                                | 27/01/2010        | (r4) A hora do medo                   | 12                   |
| Veja                           | 06/01/2010        | (r1) Desvios subterrâneos             | 24                   |
|                                |                   | (r2) Ele tem 150 000 metros quadrados | 02                   |
|                                |                   | (r3) Sol, mar e organização           | 03                   |
|                                | 13/01/2010        | (r4) Trágico, absurdo, previsível     | 10                   |
| Total de sequências narrativas |                   |                                       | 129                  |

#### Convenções de transcrição:

Cada sequência narrativa foi identificada com um código, que indica o número da sequência narrativa (sn1), o número da reportagem (r1) e a letra inicial da revista (c = Carta Capital, e = Época, i = IstoÉ, v = Veja). As sequências encaixadas receberam ainda a indicação do episódio a que correspondem na sequência encaixante (por exemplo: EI = estágio inicial) e o número dessa sequência encaixante (por exemplo: sn1).

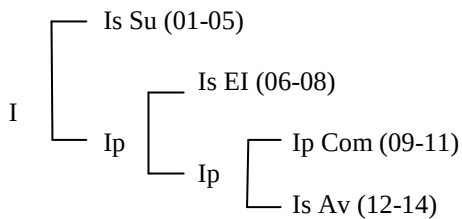
Os episódios do tipo narrativo são indicados nas sequências por meio das abreviaturas: Su = sumário, EI = estágio inicial, Com = complicação, Av = avaliação, Res = resolução, EF = estágio final.



**A culpa não é só da natureza (r1)**

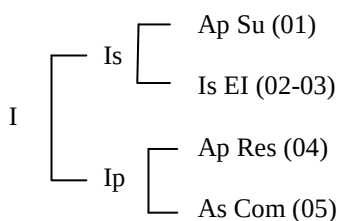
(sn1/r1/c)

**(Su)** (01) À medida que os dias passaram, (02) desde o fatídico 1º de janeiro, (03) ficou mais e mais evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas. (04) Estas, não resta dúvida, têm sido especialmente severas desde o último trimestre de 2009, (05) sob a influência do aquecimento anormal das águas do pacífico. **(EI)** (06) Em anos passados, (07) o *El Niño*, como é conhecido o fenômeno que atinge as águas equatoriais desse oceano, também causou estragos consideráveis, com enchentes e deslizamentos de terra em várias cidades do território nacional. (08) Também não resta dúvida de que neste ano a situação foi ainda mais grave. **(Com)** (09) O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande do Sul, sugerem que uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana, (10) como têm alertado alguns especialistas. (11) Ou sobre a inação, conforme o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades. **(Av)** (12) Em matéria de uso do solo, (13) a regra nacional ainda é a ausência de regulação pública ou o descaso com as leis existentes, (14) mantidas apenas no papel.



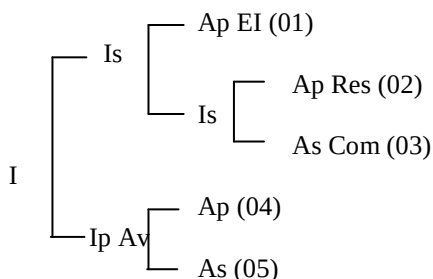
(sn2/r1/c)

**(Su)** (01) É o caso da Pousada Sankay, **(EI)** (02) na Ilha Grande, (03) construída na encosta de um morro, **(Res)** (04) e que veio abaixo nas primeiras horas do ano **(Com)** (05) por conta de um deslizamento de terra.



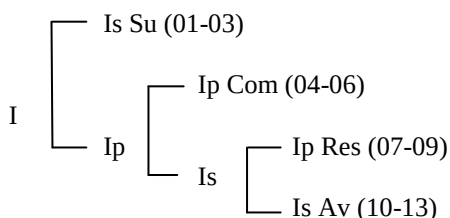
(sn3/r1/c)

**(EI)** (01) No caso do Rio Grande do Sul, **(Res)** (02) onde 13 rodovias tiveram de ser interditadas **(Com)** (03) por causa das chuvas, **(Av)** (04) faltou ao poder público verificar as estruturas da ponte sobre o rio Jacuí, de 314 metros e com mais de 40 anos de vida útil no momento da queda, (05) conforme alegação de engenheiros civis nos dias seguintes ao acidente.



(sn4/r1/c)

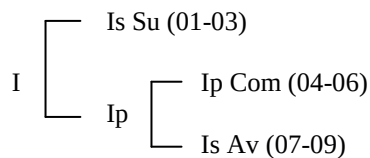
**(Su)** (01) No litoral paulista, (02) os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores. (03) Ainda assim não faltaram evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado. **(Com)** (04) Quem passou o réveillon em Ubatuba enfrentou até 18 horas de congestionamento para chegar a São Paulo (05) – e nada menos que 12 horas para alcançar a vizinha Caraguatatuba, um trajeto de 54 quilômetros. (06) A situação ali foi agravada pela interdição de rodovias e a falta de informações. **(Res)** (07) No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba, (08) os policiais preferiram manter os telefones fora do gancho (09) para não ser incomodados. **(Av)** (10) “Não sabemos como está a situação na direção de Caraguatatuba, (11) cuidamos apenas do trecho entre Ubatuba e Paraty. (12) Parece que o jeito é rodar mais 400 quilômetros e ir por Angra”, (13) afirma, na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento.



## São Paulo na lama (r2)

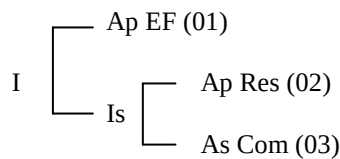
(sn1/r2/c)

**(Su)** (01) O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo. (02) Ao redor dos trabalhadores, (03) um cenário de destruição. **(Com)** (04) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, (05) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, (06) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro. **(Av)** (07) De uniforme azul, (08) o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta: (09) “Hoje derrubo a casa dos outros. Amanhã pode ser a minha”.



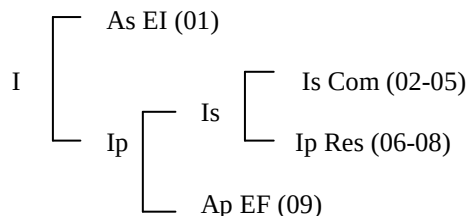
(sn2/r2/c/Com/sn1)

**(EF)** (01) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, **(Res)** (02) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, **(Com)** (03) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro.



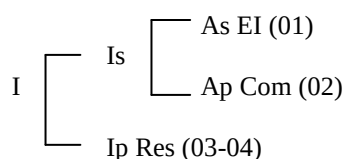
(sn3/r2/c)

**(EI)** (01) Crispim mora com a família em uma casa de quatro cômodos no Jardim Pantanal, próximo de onde cumpria a amarga tarefa de demolição. **(Com)** (02) No dia da cheia, (03) seus móveis ficaram meio metro submersos. (04) Somente após duas semanas, (05) a água saiu da residência. **(Res)** (06) Passados 35 dias da enchente, (07) a inundação persistia no quintal e nas ruas do bairro, (08) tomadas por um lodo escuro e f etido, mistura das águas da chuva com o esgoto que deixou de ser bombeado por uma estac o de tratamento atingida pelas chuvas. **(EF)** (09) O cenário   recorrente em ao menos sete bairros do distrito Jardim Helena, na divisa com os municípios de Guarulhos e Itaquaquecetuba, Grande São Paulo.



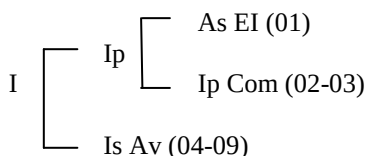
(sn4/r2/c/Com/sn3)

**(EI)** (01) No dia da cheia, **(Com)** (02) seus móveis ficaram meio metro submersos. **(Res)** (03) Somente após duas semanas, (04) a água saiu da residência.



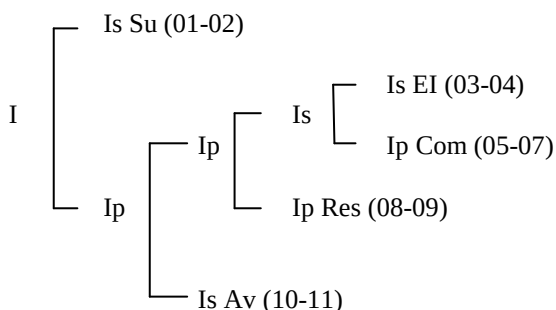
(sn5/r2/c)

**(EI)** (01) Diante das reclamações de moradores, **(Com)** (02) a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou com uma ação pedindo a suspensão das remoções (03) até que o processo seja discutido com a população. **(Av)** (04) “Estamos falando de pessoas, e não de objetos que podem ser removidos de um lugar para o outro. (05) Eles querem sair do local, (06) mas com um mínimo de dignidade”, (07) afirma Carlos Henrique Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria. (08) Ele também lembra que deslocar a população de forma não planejada é apenas uma forma de transferir o problema, (09) “você tira a pobreza de um lado e coloca do outro”.



(sn6/r2/c)

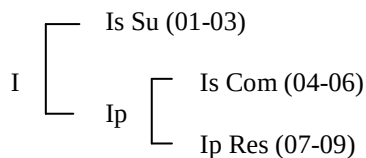
**(Su)** (01) Exemplos não são difíceis de ser encontrados, (02) como é o caso da família do pedreiro João Luiz da Silva, 55 anos. **(EI)** (03) Eles moravam na extinta Vila Nair, (04) removida para a construção do anel viário que liga a avenida Jacu Pêssego com a rodovia Ayrton Senna. **(Com)** (05) Com o dinheiro da indenização, 9 mil reais, (06) compraram uma casa no Jardim Iguatemi, (07) e foram novamente despejados, desta vez para a construção de um dos trechos do Rodoanel. **(Res)** (08) Com a indenização de 11 mil reais (09) compraram um barraco na Chácara Três Meninas, um dos bairros castigados pela cheia e alvo de novas desapropriações. **(Av)** (10) “É terceira vez que querem nos expulsar”, (11) diz Silva, cansado da vida etíperante.



(sn7/r2/c)

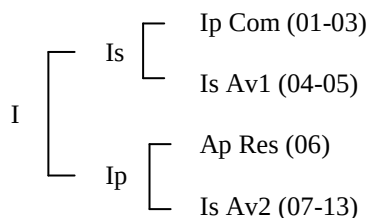
**(Su)** (01) Revoltada, (02) a moradora de um conjunto habitacional que sofreu com as inundações constrangeu o prefeito Gilberto Kassab (DEM), no início de janeiro, (03) ao cobrar ações mais efetivas da prefeitura. **(Com)** (04) “Vamos pôr o pé na lama? (05) Nós queremos o senhor lá para sentir na pele o que a gente sente”, (06) disse na ocasião. **(Res)** (07) “Todos estão fazendo o maior esforço possível em prol das famílias”, (08) respondeu o Kassab, (09) reiterando que a prefeitura está oferecendo o auxílio-aluguel e se empenha na busca de soluções.





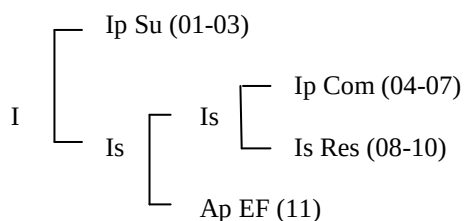
(sn8/r2/c)

**(Com)** (01) Além do interesse do governo estadual pela área, (02) uma reportagem publicada pelo portal UOL revelou que as seis comportas da barragem da Penha foram fechadas na madrugada da enchente, (03) e só foram reabertas dois dias depois. **(Av1)** (04) A ação teria evitado o alagamento da marginal do Tietê, (05) onde o governo realiza um conjunto de obras viárias orçado em 1,3 bilhão de reais. **(Res)** (06) A informação levou o promotor de Justiça Eduardo Valerio a instaurar um inquérito para apurar se o fechamento da barragem poderia ter causado a inundação da zona leste. **(Av2)** (07) “Ainda estamos investigando, (08) mas aparentemente este incidente não seria o suficiente para alagar toda a região, (09) já que é um procedimento de rotina, realizado mais de 30 vezes em 2009”, (10) afirma Valerio. (11) “Mas há fortes indícios de que o assoreamento do Tietê e as intervenções de grandes indústrias instaladas na região podem ter criado um ambiente favorável às enchentes. (12) Se ficar comprovado que o governo foi omissos, (13) o Estado pode ser responsabilizado.”



(sn9/r2/c)

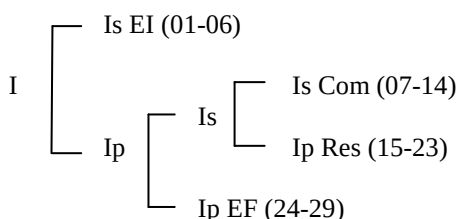
**(Su)** (01) Além disso, [a Defensoria] destaca que a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não devem ser atribuídas apenas às comunidades pobres, (02) uma vez que o poder público disponibilizou infraestrutura urbana, (03) como água encanada, escolas, asfaltamento e energia. **(Com)** (04) No Jardim Romano, por exemplo, (05) o prefeito Gilberto Kassab (DEM) inaugurou no ano passado um Centro Educacional Unificado (CEU). (06) Na mesma rua Capachós, (07) um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal também foi inaugurado recentemente. **(Res)** (08) Os investimentos fizeram com que a prefeitura revisasse os valores de imóveis na região, (09) com vistas ao cálculo do IPTU de 2010. (10) A valorização chega a 187%. **(EF)** (11) Só que, hoje, tanto a escola como a Cohab têm a entrada bloqueada pelo lodo.



### Uma história bipolar (r3)

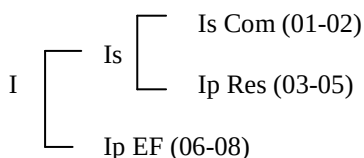
(sn1/r3/c)

**(EI)** (01) Para atender ao pagamento de 6,569 bilhões de dólares em vencimentos da dívida externa durante 2010, (02) Cristina Kirchner pretendia, desde dezembro de 2009, usar parte dos 48 bilhões de reservas acumuladas graças ao peso desvalorizado (03) e ordenou ao presidente do Banco Central, Martin Redrado, depositar esta quantia em um “Fundo Bicentenário” (alusão ao início do processo da independência argentina, em 1810) até dezembro. (04) Tratava-se, para o governo, de evitar usar recursos do Orçamento para essa finalidade, (05) de maneira a ter mais recursos para obras e gastos sociais neste ano de apoio popular em baixa, mercado internacional de crédito fechado para o país e dificuldades econômicas da Venezuela (06) que, em outras ocasiões, os ajudou. **(Com)** (07) Redrado, no cargo desde 2004 e um dos condutores da razoavelmente bem-sucedida renegociação de 2005 com credores externos, resistiu (08) e fez uma reunião não autorizada com líderes da oposição. (09) Cristina pediu a renúncia de Redrado (10) e em 6 de janeiro chegou a anunciar seu sucessor: Mario Blejer, (11) que dirigiu a instituição durante o governo Eduardo Duhalde, auge da crise do colapso da conversibilidade. (12) Mas Redrado não acatou seu pedido (13) e disse que se manteria até o fim de seu mandato, 27 de setembro, (14) em nome da autonomia do Banco Central e contra o que considera um mau uso dos seus recursos. **(Res)** (15) Ante o inesperado apego de Redrado ao cargo, (16) o presidente o demitiu no dia 7, por “decreto de urgência” (equivalente a medida provisória). (17) Redrado negou validade ao decreto (18) e pensou em ignorá-lo, (19) mas decidiu ficar em casa no dia 8, uma sexta-feira, (20) e recorreu à Justiça. (21) Como Blejer não quis entrar na bola dividida, (22) o cargo seria interinamente ocupado por Miguel Ángel Pesce, vice-presidente da instituição, (23) mas este não teve tempo de esquentar a cadeira. **(EF)** (24) Na segunda-feira 11, (25) o decreto foi declarado ilegal pela juíza Maria José Sarmiento, (26) que também negou ao governo o uso das reservas. (27) A juíza apoiou-se na Carta Orgânica do BC, (28) segundo a qual membros da diretoria só podem ser afastados com aprovação da comissão do Congresso. (29) O governo, naturalmente, contestou a decisão na Justiça.



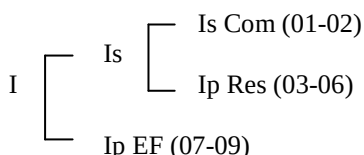
(sn2/r3/c/Com/sn1)

**(Com)** (01) Redrado, no cargo desde 2004 e um dos condutores da razoavelmente bem-sucedida renegociação de 2005 com credores externos, resistiu (02) e fez uma reunião não autorizada com líderes da oposição. **(Res)** (03) Cristina pediu a renúncia de Redrado (04) e em 6 de janeiro chegou a anunciar seu sucessor: Mario Blejer, (05) que dirigiu a instituição durante o governo Eduardo Duhalde, auge da crise do colapso da conversibilidade. **(EF)** (06) Mas Redrado não acatou seu pedido (07) e disse que se manteria até o fim de seu mandato, 27 de setembro, (08) em nome da autonomia do Banco Central e contra o que considera um mau uso dos seus recursos.



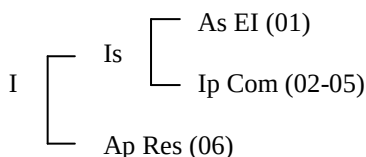
(sn3/r3/c/Res/sn1)

**(Com)** (01) Ante o inesperado apego de Redrado ao cargo, (02) o presidente o demitiu no dia 7, por “decreto de urgência” (equivalente a medida provisória). **(Res)** (03) Redrado negou validade ao decreto (04) e pensou em ignorá-lo, (05) mas decidiu ficar em casa no dia 8, uma sexta-feira, (06) e recorreu à Justiça. **(EF)** (07) Como Blejer não quis entrar na bola dividida, (08) o cargo seria interinamente ocupado por Miguel Ángel Pesce, vice-presidente da instituição, (09) mas este não teve tempo de esquentar a cadeira.



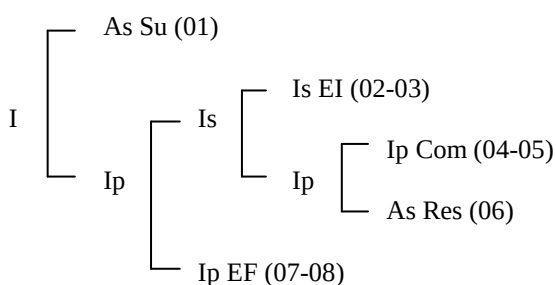
(sn4/r3/c/EF/sn1)

**(EI)** (01) Na segunda-feira 11, **(Com)** (02) o decreto foi declarado ilegal pela juíza Maria José Sarmiento, (03) que também negou ao governo o uso das reservas. (04) A juíza apoiou-se na Carta Orgânica do BC, (05) segundo a qual membros da diretoria só podem ser afastados com aprovação da comissão do Congresso. **(Res)** (06) O governo, naturalmente, contestou a decisão na Justiça.



(sn5/r3/c)

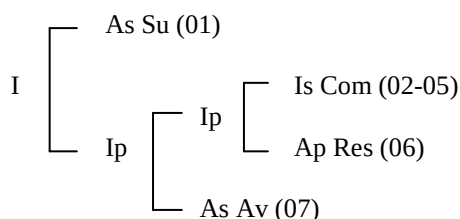
**(Su)** (01) O primeiro foi a traição do vice Julio Cobos, **(EI)** (02) que em 2007 rompeu com seu partido, a UCR, (03) para candidatar-se ao lado de Cristina, **(Com)** (04) mas em julho de 2008 a surpreendeu (05) e desempatou contra o governo a votação decisiva sobre a taxa das exportações de grãos, **(Res)** (06) derrotando-a numa crítica queda de braço com os ruralistas. **(EF)** (07) Como Redrado, (08) Cobos rejeitou pressões para renunciar.



(sn6/r3/c)

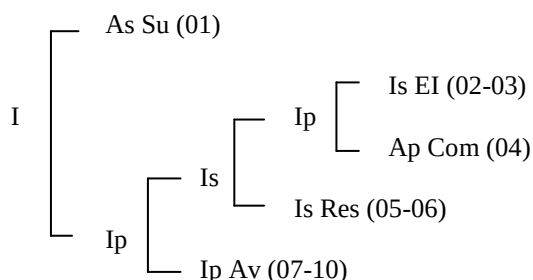
**(Su)** (01) O segundo foi o fraco resultado do governo nas eleições legislativas de junho de 2009. **(Com)** (02) O Partido Justicialista perdeu a maioria, (03) apesar de manobras casuísticas que incluíram a

antecipação do pleito em quatro meses. (04) De 129 deputados em uma Câmara de 257, caiu para 110 (05) e, de 38 em 72 senadores, caiu para 34. **(Res)** (06) Ficou impossível para Cristina contar com o Legislativo para medidas controvertidas. **(Av)** (07) Se tiver de confirmar a demissão pelo Congresso, (08) dificilmente conseguirá os votos necessários.



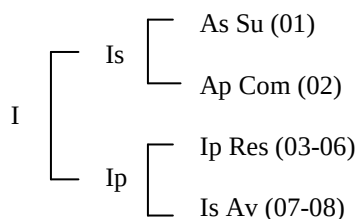
(sn7/r3/c)

**(Su)** (01) O casal Kirchner tem boa parte da culpa pela perda de votos e apoio. **(EI)** (02) Em 2003, (03) ante a gravidade da crise **(Com)** (04) tomou medidas contrárias ao consenso da elite econômico-financeira que se mostraram acertadas. **(Res)** (05) A economia se reergueu do abismo onde havia caído (06) e as famílias começaram a sair da súbita pobreza na qual haviam mergulhado. **(Av)** (07) Mas tanto em economia como em outros temas, (08) as iniciativas, embora ruidosas e surpreendentes, foram orientadas pela busca de resultados imediatos, (09) principalmente em termos de apoio interno, (10) com pouco planejamento e pouca consideração pelas consequências a longo prazo.



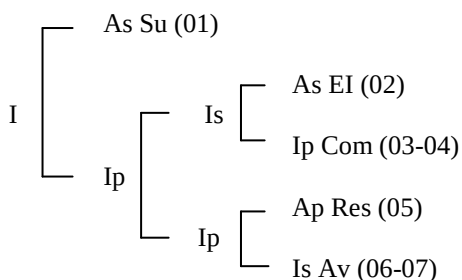
(sn8/r3/c)

**(Su)** (01) Um dos exemplos mais gritantes foi a intervenção no INDEC (equivalente argentino do IBGE) em janeiro de 2007, **(Com)** (02) quando a então diretora Graciela Bevacqua recusou-se a mudar a metodologia e a informar os comércios que seriam pesquisados. **(Res)** (03) Os índices oficiais deixaram de ser confiáveis: (04) nos últimos três anos, (05) apontaram inflações anuais de 7% a 9%, (06) enquanto instituições privadas e de governos provinciais calcularam de 15% a 25%. **(Av)** (07) É evidente aos argentinos que, no mundo real, seus ganhos estão sendo rapidamente corroídos (08) e a pobreza e o desemprego voltaram a crescer.



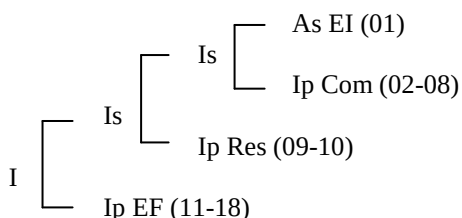
(sn9/r3/c)

**(Su)** (01) Também Hugo Chávez, depois de anos de razoável bonança, enfrenta uma tempestade. **(EI)** (02) De 2005 ao fim de 2009, **(Com)** (03) apesar da inflação que atingiu 30% no ano passado, (04) usou as divisas do petróleo para manter artificialmente a taxa de câmbio em 2,15 bolívares por dólar. **(Res)** (05) Isso vinha minando a competitividade das indústrias e dos produtos agrícolas venezuelanos ante as importações, **(Av)** (06) realimentando uma praga que há décadas mina o desenvolvimento e a diversificação da economia (07) e corroendo o superávit comercial gerado pelas exportações de petróleo.



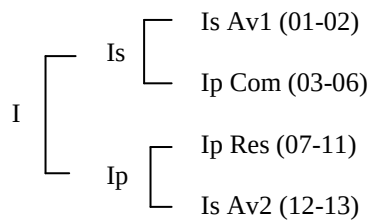
(sn10/r3/c)

**(EI)** (01) Em 11 de janeiro, **(Com)** (02) Caracas decretou uma maxidesvalorização (03) e impôs um câmbio duplo: (04) 2,60 bolívares por dólar para importação de produtos de primeira necessidade (05) e 4,30 bolívares para demais transações, (06) incluindo importações de “supérfluos” e importações em geral. (07) No semioficial mercado paralelo, (08) a cotação do dólar chegou a 6,40 bolívares. **(Res)** (09) Enormes filas se criaram para comprar eletrodomésticos, (10) que todos receiam ver subir de preço. **(EF)** (11) O governo puniu centenas de lojas e supermercados com 24 horas de fechamento, (12) por remarcar preços (13) e prepara um “exército” de 200 mil fiscais populares (14) para vigiar as lojas (15) e processar por usura os comerciantes que façam reajustes considerados excessivos. (16) Também ameaçou intervir em mais bancos, (17) além dos oito que já fechou e estatizou, (18) observando 25% do setor financeiro.



(sn11/r3/c)

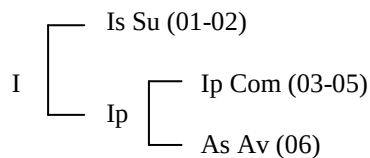
**(Av1)** (01) Seguindo o conselho de Maquiavel, (02) para o qual medidas impopulares devem ser tomadas de uma só vez, **(Com)** (03) o governo anunciou um severo racionamento de energia, (04) incluindo cortes de até quatro horas por dia em Caracas e Zulia. (05) As medidas foram previstas para durar até maio, (06) quando se espera que as chuvas voltem a encher os reservatórios, **(Res)** (07) mas os apagões criaram tamanha confusão e insatisfação na capital que, após o primeiro dia, Chávez demitiu o ministro da Energia Elétrica (08) e os cancelou, (09) mantendo outras medidas de racionamento, (10) mas de olho nas eleições legislativas previstas para setembro, (11) nas quais pode perder o controle do Congresso. **(Av2)** (12) A oposição não deve repetir o erro de cálculo de 2005, (13) quando boicotou a eleição para tentar deslegitimá-la.



#### Vanguarda do atraso (r4)

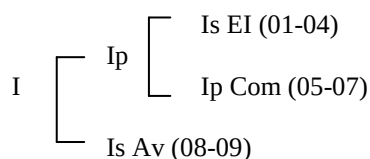
(sn1/r4/c)

**(Su)** (01) Na semana que passou, (02) requintes de desfaçatez. **(Com)** (03) Arruda conseguiu colocar aliados no domínio das comissões que vão investigá-lo. (04) Como se não bastasse, (05) o deputado distrital que apareceu para todo o Brasil colocando notas de dinheiro na meia, Leonardo Prudente, voltou a presidir a Câmara Legislativa **(Av)** (06) para ajudar a salvar a pele do chefe.



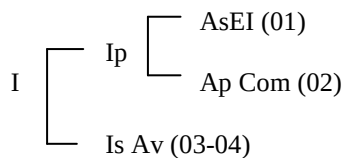
(sn2/r4/c)

**(EI)** (01) No fim de 2009, (02) policiais a cavalo apareceram nas telas de tevê pisoteando manifestantes. (03) “É a polícia mais bem paga do Brasil e uma verdadeira guarda pretoriana do governador”, (04) diz o cientista político Paulo Kramer, da Universidade de Brasília (UnB). **(Com)** (05) Nos últimos dias, (06) os soldados voltaram a reprimir as manifestações contra o governador, (07) agarrando estudantes pelo pescoço em cenas dignas do auge do domínio de Antonio Carlos Magalhães sobre a Bahia. **(Av)** (08) Não à toa, o finado coronel ACM e Arruda foram comparsas no episódio da violação do painel eletrônico do Senado, em 2001, (09) que motivaria a renúncia e as lágrimas de crocodilo do atual governador do Distrito Federal.



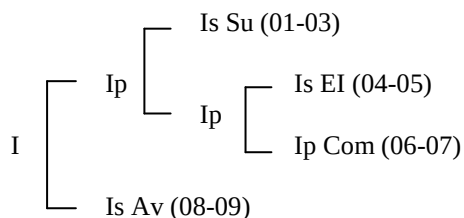
(sn3/r4/c/EI/sn2)

**(EI)** (01) No fim de 2009, **(Com)** (02) policiais a cavalo apareceram nas telas de tevê pisoteando manifestantes. **(Av)** (03) “É a polícia mais bem paga do Brasil e uma verdadeira guarda pretoriana do governador”, (04) diz o cientista político Paulo Kramer, da Universidade de Brasília (UnB).



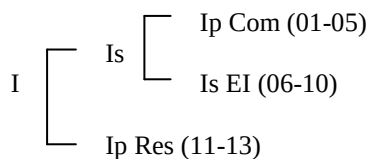
(sn4/r4/c)

**(Su)** (01) Diante das denúncias reveladas pela imprensa nacional, (02) causaram espécie as manchetes anódinas do *Correio Braziliense*, principal jornal da capital, (03) que evitou até o último momento citar o nome do governador na primeira página. **(EI)** (04) Na terça-feira 12, (05) após a dominação por Arruda das comissões de investigação, **(Com)** (06) o *Correio* titulava simplesmente: (07) “Distritais instalam CPI”. **(Av)** (08) A ligação umbilical do diário com o governador foi explicitada por *CartaCapital* em julho, (09) na reportagem que revelou o contrato no valor de 2,9 milhões de reais entre o GDF e o *Correio* para a distribuição de exemplares do jornal nas escolas públicas.



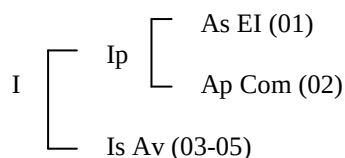
(sn5/r4/c)

**(Com)** (01) De fato, desde que se tornou governador biônico, em 1988, e eleito outras três vezes, em 1990, 1998 e 2002, (02) o goiano Joaquim Roriz pautou suas administrações pela farta distribuição de lotes. (03) Ele mesmo se orgulha de ser o responsável pela “construção” de sete novas cidades-satélites (04) – na realidade, não houve planejamento urbano algum, (05) apenas ocupação do espaço. **(EI)** (06) O mineiro José Aparecido, que o antecedeu como governador nomeado, havia feito o oposto, (07) ao realizar a desastrosa campanha Retorno com Dignidade, em 1987, (08) que consistia basicamente em dar um banho no migrante ainda na rodoviária, (09) cortar os cabelos (10) e embarcá-lo de volta ao estado de origem. **(Res)** (11) Roriz não só deu terra pública como atraiu mais migração (12) ao defender uma política de “cada cidadão, um lote”, (13) causando o inchaço da capital, atualmente com cerca de 2 milhões de habitantes.



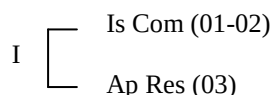
(sn6/r4/c/Com/sn5)

**(EI)** (01) De fato, desde que se tornou governador biônico, em 1988, e eleito outras três vezes, em 1990, 1998 e 2002, **(Com)** (02) o goiano Joaquim Roriz pautou suas administrações pela farta distribuição de lotes. **(Av)** (03) Ele mesmo se orgulha de ser o responsável pela “construção” de sete novas cidades-satélites (04) – na realidade, não houve planejamento urbano algum, (05) apenas ocupação do espaço.



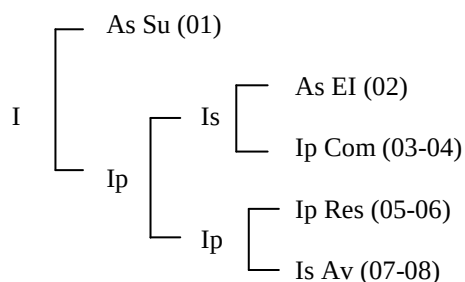
(sn7/r4/c/Res/sn5)

**(Com)** (01) Roriz não só deu terra pública como atraiu mais migração (02) ao defender uma política de “cada cidadão, um lote”, **(Res)** (03) causando o inchaço da capital, atualmente com cerca de 2 milhões de habitantes.



(sn8/r4/c)

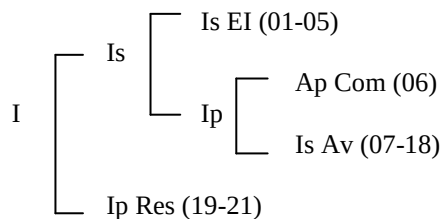
**(Su)** (01) Roriz que o diga. **(EI)** (02) Envolvido em denúncias de corrupção em 2007, **(Com)** (03) renunciou ao mandato de senador (04) para evitar o processo de cassação, **(Res)** (05) mas, ante as acusações contra Arruda, (06) já aparece como franco favorito à sucessão. **(Av)** (07) Na última pesquisa do Datafolha, divulgada em dezembro, (08) tinha entre 44% e 48% dos votos, com possibilidade de eleição no primeiro turno.



(sn9/r4/c)

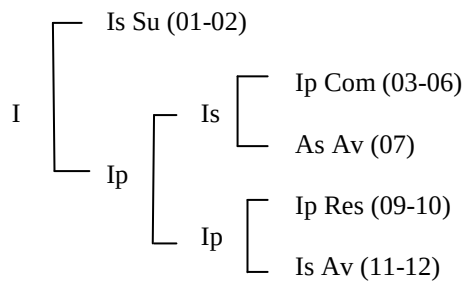
**(EI)** (01) Até 1990, (02) não havia eleição para governador e deputados distritais em Brasília, (03) somente, a partir de 1986, para senadores e deputados federais. (04) O administrador de Brasília era indicado pelo presidente da República, (05) e as questões da cidade, decididas por uma comissão do Senado. **(Com)** (06) Foi durante a Constituinte de 1988 que os brasilienses conseguiram a autonomia política para a capital. **(Av)** (07) O relator do projeto, o ex-deputado Sigmaringa Seixas, recorda que foi preciso vencer a enorme resistência dos parlamentares de outros estados, (08) que comparavam a criação de uma Câmara Distrital com a histórica Gaiola de Ouro, (09) como foi apelidada a Câmara de Vereadores do Rio quando era Distrito Federal. (10) “Lembro que, nas reuniões finais, alguém virou-se para mim (11) e disse: (12) ‘Vamos aprovar este texto, (13) mas um dia você terá um profundo arrependimento disso’”, (14) conta Sigmaringa, (15) garantindo não ter se arrependido. (16) “Não tem sentido um governante sem ser eleito (17) e é razoável a necessidade de uma Câmara Legislativa. (18) O que ninguém imaginava é que houvesse tantos problemas.” **(Res)** (19) Após as denúncias contra Arruda, (20) não foram poucos os que levantaram a voz (21) para defender que era melhor antes de haver eleições.





(sn10/r4/c)

**(Su)** (01) Sigmaringa Seixas lembra, (02) a culpa pela vinda de Roriz deve recair também sobre os parlamentares locais. **(Com)** (03) “Imaturos”, recorda, os senadores e deputados da capital rejeitaram o primeiro nome indicado por Sarney, o do ex-senador Alexandre Costa, (04) que exigia uma emenda constitucional (05) para que pudesse voltar ao Senado (06) depois que a primeira eleição direta se realizasse. **(Av)** (07) Se fosse Costa, (08) ficaria só dois anos. **(Res)** (09) Roriz instalou-se no Distrito Federal (10) para não mais sair. **(Av)** (11) Por ironia do destino, (12) desde então o epíteto “vanguarda do atraso” passou a caber em Brasília como uma luva.

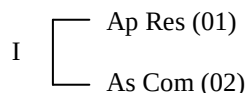


## Revista Época

### Um mensalão de R\$ 150 mil? (r1)

(sn1/r1/e)

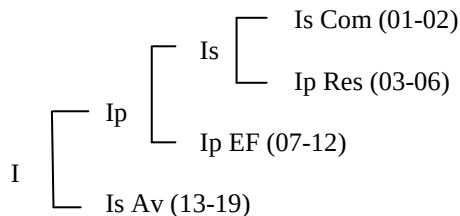
**(Res)** (01) Integrantes do Ministério Público do Distrito Federal estão sob suspeita **(Com)** (02) desde que a Operação Caixa de Pandora, deflagrada pela Polícia Federal em novembro, revelou um grande esquema de corrupção no governo de José Roberto Arruda.



(sn2/r1/e)

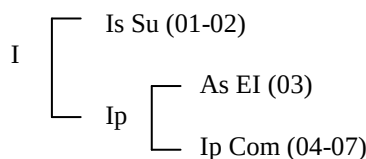
**(Com)** (01) Às procuradoras da República, (02) Durval descreveu uma reunião em que o governador Arruda teria afirmado que, por conta do negócio do lixo, pagava propina de R\$ 150 mil por mês ao procurador Bandarra. **(Res)** (02) Presente à reunião, o advogado Aristides Junqueira – ex-procurador-geral da República, que atuou na defesa de Durval – teria reagido à afirmação de Arruda: (03) “Governador, (04) o senhor me desculpe, (05) mas tenho muita resistência em acreditar que um procurador-geral de Justiça e presidente do Conselho de Ministérios Públicos se envolveria em coisas tão pequenas (06) e mancharia sua biografia por isso”. **(EF)** (07) Segundo Durval, (08) Arruda encerrou o

assunto com a seguinte resposta a Aristides: (09) “Pois não duvide, (10) quem paga sou eu. (11) Quando atrasa, (12) ele cobra de mim pessoalmente”. **(Av)** (13) ÉPOCA ouviu Aristides Junqueira sobre o depoimento de Durval. (14) “Não posso confirmar e nem desmentir fatos e confissões que teriam ocorrido quando advogava nessa causa. (15) Sou obrigado a manter sigilo (16) por dever de ofício. (17) Se eu for convocado a depor, (18) darei essa mesma resposta à Polícia Federal e ao Ministério Público”, (19) afirmou.



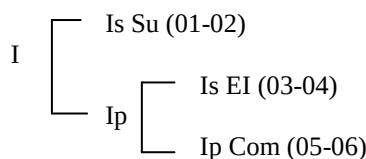
(sn3/r1/e)

**(Su)** (01) No depoimento, (02) Durval disse que Arruda não fazia segredo do pagamento de propinas a integrantes do MP. **(EI)** (03) Numa reunião com seus secretários, **(Com)** (04) Arruda teria se queixado de dificuldades para aprovação de contratos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal. (05) “Será que é falta de agrado? (06) Vamos fazer um agradozinho igual ao que a gente tem feito à Câmara Legislativa e ao Ministério Público”, (07) teria dito Arruda.



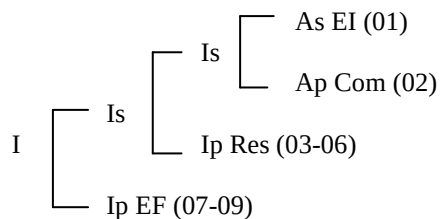
(sn4/r1/e)

**(Su)** (01) De acordo com Durval, (02) o esquema do lixo foi acertado antes mesmo de Arruda assumir o governo, em janeiro de 2007. **(EI)** (03) Segundo ele, (04) houve uma reunião, em dezembro de 2006, na casa da promotora Deborah Guerner, com a participação de Arruda, do vice-governador Paulo Octávio e do procurador Leonardo Bandarra. **(Com)** (05) Ali, (06) teriam sido acertados a prorrogação dos contratos sobre o lixo e o apoio de Arruda à recondução de Bandarra à chefia do MP do DF.



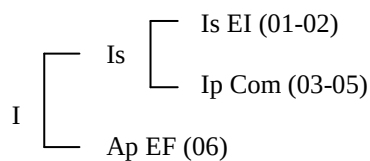
(sn5/r1/e)

**(EI)** (01) Depois de Arruda ter assumido o governo, **(Com)** (02) um site de Brasília publicou uma denúncia sobre o esquema do lixo. **(Res)** (03) Por meio de Cláudia Marques – uma assessora de Arruda –, (04) Deborah pediu a Durval, responsável nos últimos dez anos pelos contratos do governo do DF com empresas de informática, para sumir com a denúncia. (05) No depoimento, (06) Durval diz que, com a ajuda de especialistas em segurança de informática, conseguiu apagar a publicação. **(EF)** (07) Por conta do episódio, (08) Durval diz ter obtido o reconhecimento dos promotores (09) e foi escolhido por Arruda para fazer os pagamentos das propinas aos integrantes do MP.



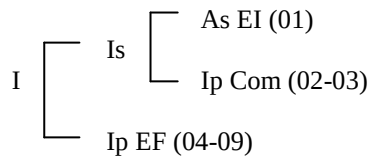
(sn6/r1/e)

**(EI)** (01) Em uma das vezes em que esteve na casa de Deborah, em 16 de maio de 2008, (02) Durval disse que a promotora exigiu que a conversa ocorresse dentro de uma sauna. **(Com)** (03) Na sauna, (04) Deborah teria lhe mostrado um mandado de busca e apreensão na casa de Durval, (05) pedido por Leonardo Bandarra. **(EF)** (06) O mandado só foi cumprido pela PF 20 dias depois dessa conversa.



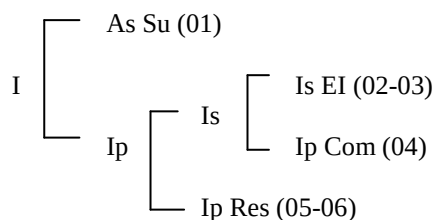
(sn7/r1/e)

**(EI)** (01) Depois da operação da PF em sua casa, **(Com)** (02) ele diz que se negou a continuar a fazer pagamentos aos integrantes por intermédio de Deborah. (03) Ele teria passado, então, a entregar o dinheiro a Marcelo Carvalho, o principal executivo do grupo empresarial do vice-governador Paulo Octávio. **(EF)** (04) Essa intermediação teria durado pouco. (05) No depoimento, (06) Durval contou que foi chamado por Marcelo Carvalho para uma reunião (07) e foi informado de que Bandarra não queria Carvalho no negócio e que os pagamentos deveriam continuar sendo feitos a Deborah Guerner. (08) No mesmo dia, (09) Arruda teria mandado Durval atender ao pedido de Bandarra.



(sn8/r1/e/EF/sn7)

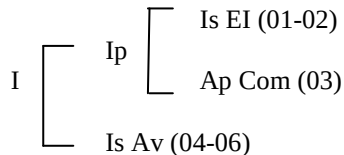
**(Su)** (01) Essa intermediação teria durado pouco. **(EI)** (02) No depoimento, (03) Durval contou que foi chamado por Marcelo Carvalho para uma reunião **(Com)** (04) e foi informado de que Bandarra não queria Carvalho no negócio e que os pagamentos deveriam continuar sendo feitos a Deborah Guerner. **(Res)** (05) No mesmo dia, (06) Arruda teria mandado Durval atender ao pedido de Bandarra.



## É possível evitar? (r2)

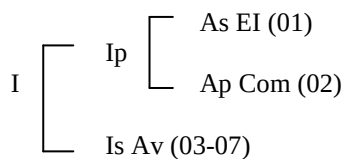
(sn1/r2/e)

**(EI)** (01) Na semana passada, (02) depois de sobrevoar de helicóptero o trecho do litoral fluminense mais castigado pelas chuvas, **(Com)** (03) o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que o governo federal vai liberar R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense. **(Av)** (04) O ministro admitiu que, em 2009, o governo gastou apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas. (05) A maior parte do orçamento serviu para reconstruir estradas e casas em Santa Catarina, (06) cujo Vale do Itajaí foi arrasado pelas chuvas no fim de 2008.



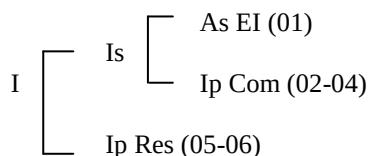
(sn2/r2/e)

**(EI)** (01) No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, **(Com)** (02) só se gastou 1,17% em ações preventivas. **(Av)** (03) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil. (04) Para ele, (05) no Estado do Rio (06) a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é mais grave (07) “porque associa a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime”.



(sn3/r2/e)

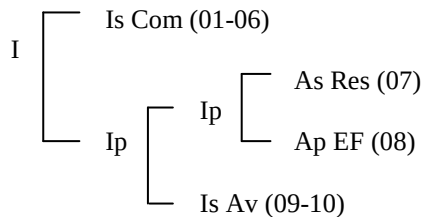
**(EI)** (01) No final de 2007, **(Com)** (02) a Operação Carta Marcada, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, tentou varrer de Angra dos Reis os responsáveis por fraudar licenças ambientais (03) para liberar obras irregulares. (04) Figuravam da lista de presos funcionários da prefeitura suspeitos de desviar R\$ 80 milhões dos cofres públicos. **(Res)** (05) Só dois anos depois (06) o prefeito Tuca Brandão anuncia a proibição de construções e ampliações em 15 morros do município.



(sn4/r2/e)

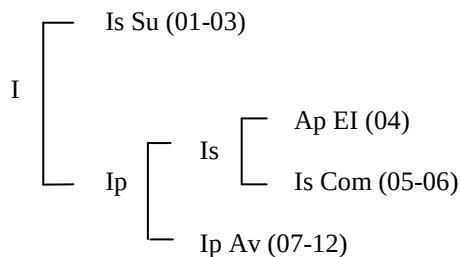
**(Com)** (01) Antes de remover as casas, (02) o governo “congelou” a área invadida. (03) Cerca de 70 homens da Polícia Militar Ambiental circulavam diariamente na região – a pé e motorizados – (04) para interditar novas edificações. (05) O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) identificou ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. (06) As famílias nesses locais seriam prioritárias para desocupação. **(Res)** (07) O programa seguiu com a construção de novos bairros. **(EF)**

(08) A entrega das casas, prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida. **(Av)** (09) “Parte das famílias contempladas poderá ocupar as habitações ainda no primeiro semestre deste ano”, (10) diz Edmur Mesquita, coordenador do programa.



(sn5/r2/e)

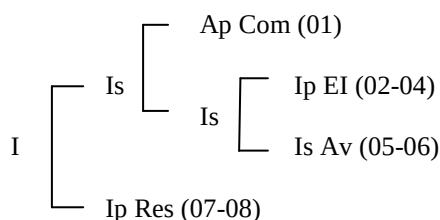
**(Su)** (01) Decretos estaduais não podem violar a Constituição Federal, (02) que proíbe obras em áreas de risco (03) como encostas, manguezais e rochas. **(EI)** (04) Ambientalistas criticaram o decreto assinado em junho passado pelo governador Sérgio Cabral, **(Com)** (05) acusando-o de favorecer novas construções na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios, (06) que engloba a Ilha Grande. **(Av)** (07) “APA não é sinônimo de não poder fazer nada”, (08) afirma Luiz Firmino, presidente do Inea. (09) Segundo Firmino, (10) o decreto ajuda a diminuir a degradação, (11) pois permite construções em 10% de algumas áreas degradadas (12) apenas com a condição de que o proprietário recupere os outros 90% do terreno.



### O bolívar forte ficou fraco (r3)

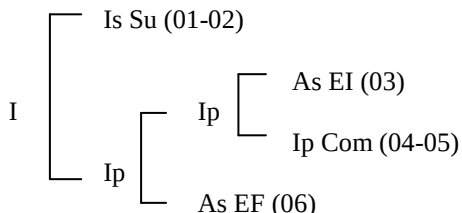
(sn1/r3/e)

**(Com)** (01) A economia da Venezuela entrou cambaleante em 2010. **(EI)** (02) A crise global reduziu a demanda por petróleo, responsável por 94% das exportações venezuelanas, (03) e levou o país a sua primeira recessão em cinco anos (04) – queda de 2,9% do PIB em 2009. **(Av)** (05) O presidente Hugo Chávez estava pressionado a tomar medidas (06) para inverter o cenário recessivo. **(Res)** (07) E a solução chavista veio na semana passada: (08) desvalorizar o bolívar forte, a moeda venezuelana.



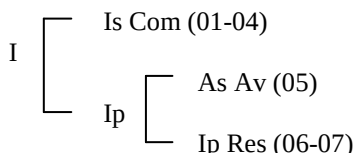
(sn2/r3/e)

**(Su)** (01) O mercado financeiro internacional gostou. (02) Não se pode dizer o mesmo do povo venezuelano. **(EI)** (03) No fim de semana anterior à adoção do novo câmbio, **(Com)** (04) milhares de pessoas correram aos supermercados (05) para comprar o que fosse possível, **(Res)** (06) antes de o comércio aumentar o preço dos produtos.



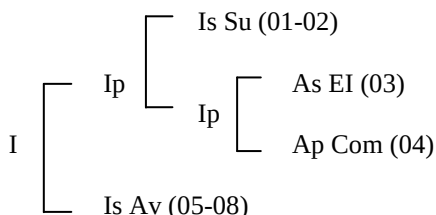
(sn3/r3/e)

**(Com)** (01) Em seu já conhecido estilo, (02) Chávez mandou o Exército às lojas (03) para impedir a remarcação de preços, (04) dizendo não haver motivos para “especulação”. **(Av)** (05) Em outra medida pirotécnica, **(Res)** (06) anunciou que um navio está vindo da China carregado de televisores, geladeiras e máquinas de lavar, (07) para serem vendidos a preços baixos à população.



(sn4/r3/e)

**(Su)** (01) Enquanto a população se vira para ajustar a renda ao novo cenário, (02) o governo não faz esforço para conter suas despesas. **(EI)** (03) No ano passado, **(Com)** (04) os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, 17% a mais que em 2008. **(Av)** (05) “Não há mágica para melhorar a situação fiscal. (06) Tem de haver redução de gastos (07) e, eventualmente, aumento de arrecadação”, (08) diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil.

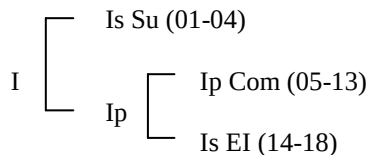


#### O pecado público (r4)

(sn1/r4/e)

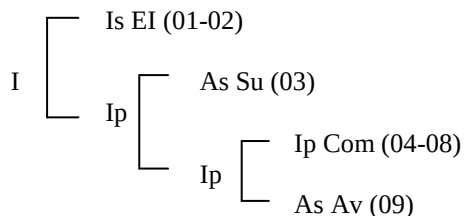
**(Su)** (01) “O pior pecado depois do pecado é a publicação do pecado”, (02) escreveu Machado de Assis. (03) É virtualmente impossível que Iris Robinson, a primeira-dama da Irlanda do Norte, tenha lido o grande romancista brasileiro, (04) mas raras vezes um caso ilustrou tão bem a verdade dolorosa da sábia frase machadiana. **(Com)** (05) Desde que o programa de TV *Spotlight*, da BBC, colocou no ar no começo de janeiro a história sensacional do caso de amor e desamor de Iris com um garoto 40 anos mais novo, (06) o céu não parou mais de despejar raios e tempestades sobre ela. (07) Novas revelações e

especulações aparecem com a velocidade alucinante típica da era da internet. (08) Fala-se que Kirk McCambley, o jovem amante, só conseguiu se livrar do amor obsessivo de Iris (09) quando alegou que seu baixo desempenho sexual se devia a um câncer no testículo. (10) Afirma-se, também, que Kirk substituiu o pai morto, Billy, em tudo. (11) Açougueiro alcoólatra de Belfast, capital da Irlanda do Norte, (12) Billy tinha uma relação forte o bastante com Iris para pedir-lhe, próximo da morte prematura, que olhasse por seu filho único. (13) Uma das poucas coisas indiscutíveis desse escândalo sexual é que a solicitação paterna foi atendida. **(EI)** (14) Casada há 30 anos com o primeiro-ministro Peter Robinson, com quem tem três filhos, frequentadora ostensiva de igreja, pródiga em citações moralistas extraídas da Bíblia, apelidada pela imprensa local como a “nova Tiger Woods”, (15) Iris Robinson é muito mais que uma primeira-dama. (16) Tem, ou tinha, uma vida política de alto relevo, como deputada do mesmo partido de seu marido, o DUP, de centro. (17) É uma agremiação de essência protestante e com um vínculo forte com a liderança da Inglaterra no Reino Unido, (18) ao qual a Irlanda do Norte pertence.



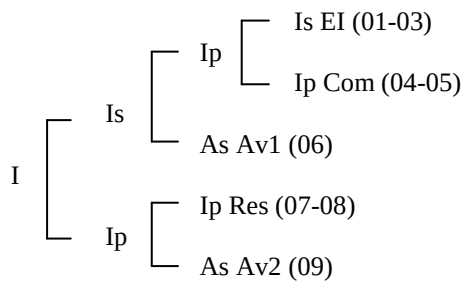
(sn2/r4/e/Com/sn1)

**(EI)** (01) Desde que o programa de TV *Spotlight*, da BBC, colocou no ar no começo de janeiro a história sensacional do caso de amor e desamor de Iris com um garoto 40 anos mais novo, (02) o céu não parou mais de despejar raios e tempestades sobre ela. **(Su)** (03) Novas revelações e especulações aparecem com a velocidade alucinante típica da era da internet. **(Com)** (04) Fala-se que Kirk McCambley, o jovem amante, só conseguiu se livrar do amor obsessivo de Iris (05) quando alegou que seu baixo desempenho sexual se devia a um câncer no testículo. (06) Afirma-se, também, que Kirk substituiu o pai morto, Billy, em tudo. (07) Açougueiro alcoólatra de Belfast, capital da Irlanda do Norte, (08) Billy tinha uma relação forte o bastante com Iris para pedir-lhe, próximo da morte prematura, que olhasse por seu filho único. **(Av)** (09) Uma das poucas coisas indiscutíveis desse escândalo sexual é que a solicitação paterna foi atendida.



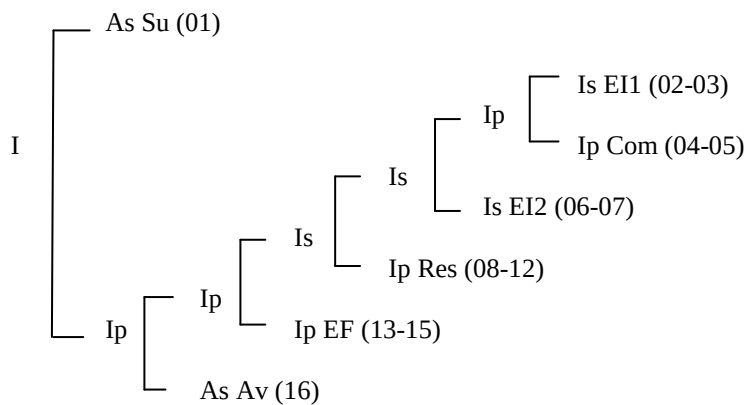
(sn3/r4/e)

**(EI)** (01) No final do ano passado, (02) antes que o romance viesse à tona, (03) mas quando a vida de Iris já estava suficientemente complicada, **(Com)** (04) ela informou que estava se afastando da vida pública (05) pelo preço que lhe estava sendo cobrado em paz mental. **(Av1)** (06) É um momento de afastamento para o casal. **(Res)** (07) Também o marido, Peter, que pelo menos diante das informações iniciais disse que perdoava a mulher, a quem alega ter sido sempre fiel, pediu licença do cargo por seis semanas (08) para cuidar dos negócios da família. **(Av2)** (09) É preciso muito otimismo para acreditar que ele vá retornar.



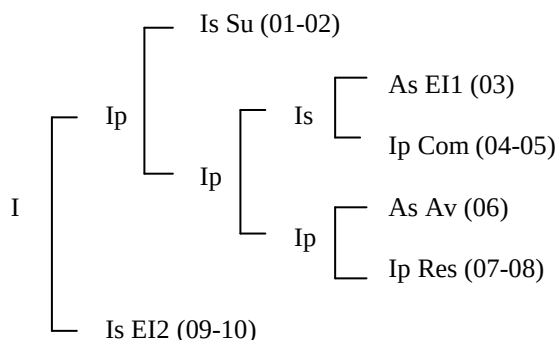
(sn4/r4/e)

**(Su)** (01) Também o premiê está sob pressão crescente. **(EI1)** (02) Em 2008, (03) quando começou seu romance com Kirk, **(Com)** (04) Iris convenceu dois empreiteiros a doar, cada um deles, 25 mil libras, (05) ou cerca de R\$ 75 mil. **(EI2)** (06) Na época, (07) Iris tinha mais que o triplo da idade de Kirk, 59 a 19. **(Res)** (08) O dinheiro foi entregue, em dois cheques, a Kirk (09) para que ele montasse um café. (10) A legislação local obriga que doações sejam registradas, (11) o que Iris não fez. (12) O que ela fez, segundo Kirk, foi pedir-lhe na mesma hora 5 mil libras em espécie. **(EF)** (13) Depois, rompido o romance, (14) Iris comprovadamente exigiu o dinheiro de volta. (15) Em vão. **(Av)** (16) É um escândalo sexual e financeiro, portanto.



(sn5/r4/e)

**(Su)** (01) A atmosfera começou a pesar para ela (02) quando fez uma declaração absurdamente inoportuna sobre preferências sexuais. **(EI1)** (03) Numa entrevista, **(Com)** (04) ela disse que o homossexualismo é uma “abominação”. (05) “Pior” que, e não é piada, a pedofilia. **(Av)** (06) Colocada na parede pelo entrevistador, **(Res)** (07) ela não apenas não amenizou como acrescentou: (08) “Sem dúvida”. **(EI2)** (09) Na mesma semana, (10) a Irlanda do Norte ficara chocada com uma agressão homofóbica.

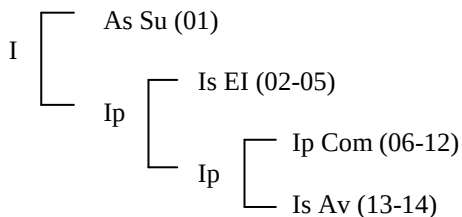




**Caça ao vazamento (r1)**

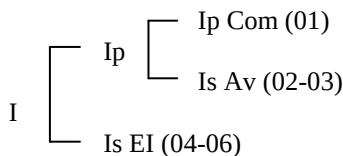
(sn1/r1/i)

**(Su)** (01) Um compromisso delicado aguarda o presidente Lula na volta de suas férias, nos próximos dias. **(EI)** (02) Da praia do Guarujá, no litoral paulista, (03) onde passou a semana passada, (04) ele convocou para uma reunião o ministro da Defesa, Nelson Jobim, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, e o brigadeiro Dirceu Tondolo Nolo, responsável pela Copac, comissão que coordena o programa FX-2, (05) que resultará na bilionária compra de 36 jatos de combate para a Força Aérea Brasileira (FAB). **(Com)** (06) Lula e Jobim querem saber como um relatório indicando o caça Gripen NG, da empresa sueca Saab, como o favorito dos militares para vencer a concorrência – disputada também pelo francês Rafale, da Dassault, e o americano F-18 Super Hornet, da Boeing – vazou para a imprensa no início da semana passada, (07) constrangendo o presidente e o ministro (08) e acirrando uma crise entre eles e os comandos das Forças Armadas. (09) A julgar pelo relatório divulgado pelo jornal “Folha de S. Paulo”, (10) a Copac fez ouvidos moucos à recomendação de Jobim (11) para que a análise técnica não hierarquizasse os três aviões finalistas (12) e apresentou uma classificação em que prioriza o preço em detrimento de requisitos técnicos, logísticos, de transferência tecnológica e contrapartidas industriais (off-set). **(Av)** (13) O episódio pode terminar com a punição dos membros da Copac (14) e ainda precipitar a decisão pela escolha do avião francês, favorito do governo.



(sn2/r1/i/Com/sn1)

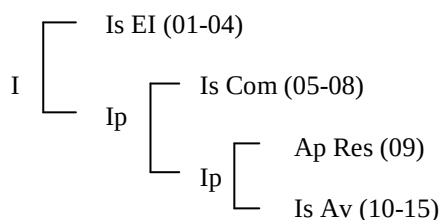
**(Com)** (01) Lula e Jobim querem saber como um relatório indicando o caça Gripen NG, da empresa sueca Saab, como o favorito dos militares para vencer a concorrência – disputada também pelo francês Rafale, da Dassault, e o americano F-18 Super Hornet, da Boeing – vazou para a imprensa no início da semana passada, **(Av)** (02) constrangendo o presidente e o ministro (03) e acirrando uma crise entre eles e os comandos das Forças Armadas. **(EI)** (04) A julgar pelo relatório divulgado pelo jornal “Folha de S. Paulo”, (05) a Copac fez ouvidos moucos à recomendação de Jobim para que a análise técnica não hierarquizasse os três aviões finalistas (06) e apresentou uma classificação em que prioriza o preço em detrimento de requisitos técnicos, logísticos, de transferência tecnológica e contrapartidas industriais (off-set).



(sn3/r1/i)

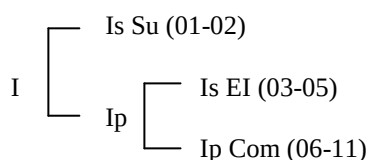
**(EI)** (01) De posse dessa papelada, (02) a Copac resolveu fazer um sumário executivo (03) e tentou emplacar a classificação: (04) o Gripen NG apareceu em 1º lugar, seguido do F-18 e do Rafale, em terceiro. **(Com)** (05) O documento passou nas mãos de Saito e Jobim, (06) que mandou os militares

elaborarem uma nova versão, (07) sem o ranking. (08) Isso foi feito, **(Res)** (09) mas o documento anterior, em vez de ser destruído, acabou vazando. **(Av)** (10) Para o consultor de segurança nacional Salvador Ghelfi Raza, da Universidade de Defesa dos EUA, braço acadêmico do Pentágono, (11) vazamentos como esse devem ser apurados. (12) “É preciso investigar (13) para saber se há uma manipulação do resultado da concorrência (14) por interesses escusos”, (15) afirma.



(sn4/r1/i)

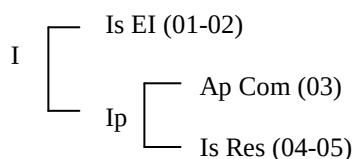
**(Su)** (01) Um outro dado importante parece ter sido esquecido no sumário que foi vazado à imprensa: (02) o teste de pilotagem. **(EI)** (03) Em outubro, (04) Jobim convocou os pilotos que testaram os caças (05) para que emitissem um parecer. **(Com)** (06) Os militares destacaram o desempenho do Rafale (07) e também elogiaram o F-18, (08) mas não tiveram o que dizer do Gripen NG, (09) pelo simples fato de que não puderam voar nele. (10) O que está disponível para testes é um “demonstrador”, uma espécie de protótipo feito com base num modelo de treinamento (11) que tem muito pouco a ver com a versão final.



## Eles não deveriam estar aqui (r2)

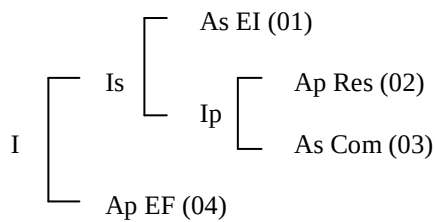
(sn1/r2/i)

**(EI)** (01) Já em São Luiz do Paraitinga (02) não havia nenhum indício de que o centro histórico dessa cidade famosa por seu Carnaval estivesse em uma área de risco. **(Com)** (03) Mas mesmo assim a enxurrada simplesmente destruiu todo o comércio e o seu patrimônio histórico, **(Res)** (04) abalando de forma consistente a principal indústria do município: (05) o turismo.



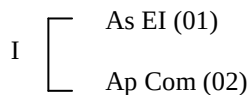
(sn2/r2/i)

**(EI)** (01) Em Belo Horizonte, **(Res)** (02) a garagem de um edifício de classe média foi invadida pela lama **(Com)** (03) após uma chuva torrencial **(EF)** (04) e os moradores tiveram de deixá-la na primeira manhã de 2010.



(sn3/r2/i)

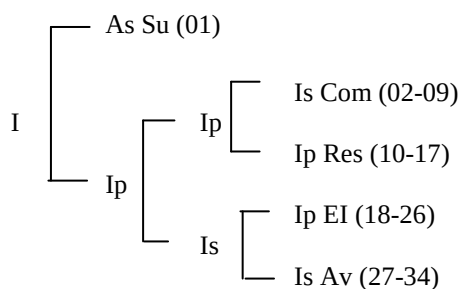
**(EI)** (01) E na ilha do cirurgião plástico Ivo Pintanguy, em Angra, **(Com)** (02) ocorreram dois grandes deslizamentos.



(sn4/r2/i)

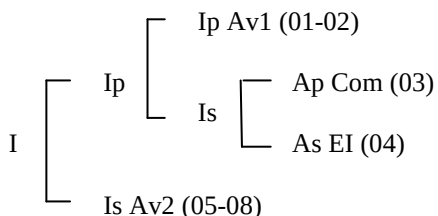
**(Su)** (01) A cidade histórica que desapareceu sob as águas

**(Com)** (02) São Luiz do Paraitinga não existe mais. (03) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase (04) desde a inundação que castigou a região, (05) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. (06) E, de certa forma, eles não estão errados. (07) Apesar de o poder público garantir que abrirá os cofres para ela ser reerguida (08) – 80% do centro histórico praticamente desapareceu –, (09) especialistas explicam que grande parte do valor do patrimônio foi embora com a enxurrada que jogou a localidade num pesadelo. **(Res)** (10) Da população de pouco mais de 12 mil habitantes, (11) cinco mil ficaram desabrigados. (12) O centro, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), ruiu. (13) Duas escolas municipais, o prédio da prefeitura, cartórios e correios, além de um dos grandes símbolos do município, a Igreja da Matriz, foram reduzidos a uma ou outra parede mais resistente e a uma enorme pilha de entulho. (14) “Ouvíamos dos moradores mais antigos que na pior enchente de São Luiz a água chegou ao terceiro degrau da Igreja da Matriz”, (15) conta o jornalista Luiz Egypto. (16) “Dessa vez a água cobriu o prédio inteiro.” (17) E ele veio abaixo. **(EI)** (18) Famosa pelo patrimônio histórico e arquitetônico, (19) São Luiz do Paraitinga ganhou ainda mais importância no cenário cultural (20) por promover, a partir dos anos 1980, eventos musicais (21) como a Semana da Canção e o Festival de Marchinhas. (22) Seu Carnaval também atraía milhares de turistas. (23) O povo se aglomerava (24) para brincar em torno de construções coloniais erguidas com técnicas antigas, (25) como a taipa de pilão, (26) mantidas com zelo pelo poder público. **(Av)** (27) “Neste ano (28) não teremos Carnaval”, (29) sentenciou a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB-SP). (30) Segundo o secretário de Cultura, Benedito Filadelfo de Campos Netto, (31) estuda-se reproduzir o evento em cidades vizinhas. (32) “Queremos levantar fundos (33) para reconstruir a cidade”, (34) afirma Netto.



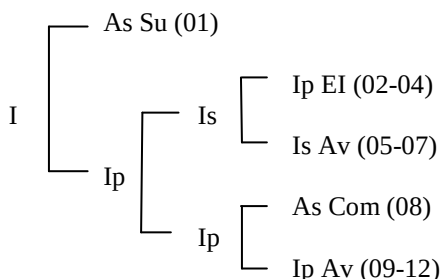
(sn5/r2/i/Com/sn4)

**(Av1)** (01) São Luiz do Paraitinga não existe mais. (02) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase **(Com)** (03) desde a inundação que castigou a região, **(EI)** (04) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. **(Av2)** (05) E, de certa forma, eles não estão errados. (06) Apesar de o poder público garantir que abrirá os cofres para ela ser reerguida (07) – 80% do centro histórico praticamente desapareceu –, (08) especialistas explicam que grande parte do valor do patrimônio foi embora com a enxurrada que jogou a localidade num pesadelo.



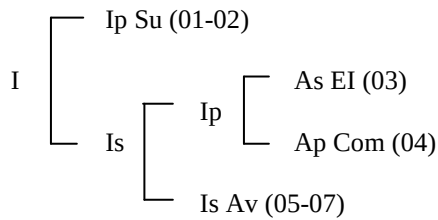
(sn6/r2/i)

**(Su)** (01) Mas reconstruir uma cidade histórica não depende apenas de financiamento. **(EI)** (02) Já no dia 5, (03) técnicos do Condephaat, órgão estadual, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é federal, visitaram São Luiz (04) para avaliar os danos causados pela enxurrada. **(Av1)** (05) “Não temos método para uma reconstrução dessa escala”, (06) avaliou Luiz Fernando Almeida, presidente do Iphan. (07) “Ele precisa ser criado.” **(Com)** (08) Boa parte dos documentos que registram as medidas e a aparência dos prédios tombados foi destruída com o alagamento da prefeitura. **(Av2)** (09) Cópias terão de ser resgatadas nos arquivos dos dois órgãos de preservação. (10) “Avaliar o estrago é prioridade (11) e isso leva tempo”, (12) disse um porta-voz do órgão estadual.



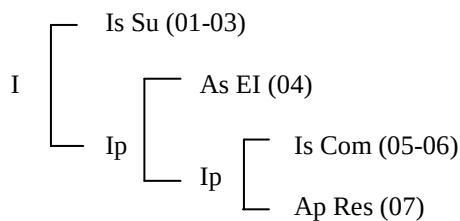
(sn7/r2/i)

**(Su)** (01) Enquanto o poder público se apressa para apagar as marcas da tragédia, (02) o trabalho dos moradores é lento e doloroso. **(EI)** (03) A advogada Andreia Globo, por exemplo, 28 anos trabalhava na prefeitura, morava no centro histórico **(Com)** (04) e só conseguiu tirar os pais e a irmã de casa. **(Av)** (05) “Nem as fotos e os documentos eu consegui salvar, (06) só a vida”, (07) diz ela.



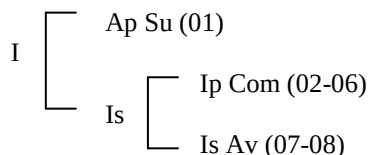
(sn8/r2/i)

**(Su)** (01) Além das mortes, do rastro de destruição e das vidas esfaceladas de quem perdeu tudo e todos, (02) as tragédias de verão também estão criando um novo problema para as autoridades brasileiras: (03) os refugiados climáticos. **(EI)** (04) O tema foi discutido amplamente na frustrada reunião da ONU em Copenhague, em dezembro. **(Com)** (05) Muito se falou das populações de ilhas do Pacífico que terão que ser removidas, (06) dos milhares de pessoas que terão que abandonar suas terras por conta das cheias e das secas. **(Res)** (07) Mas poucos se atentaram para o fato de que esse refugiados possam ser urbanos.



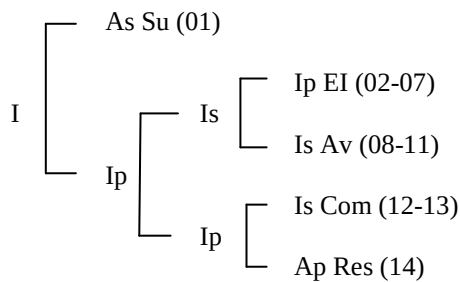
(sn9/r2/i)

**(Su)** (01) A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo com que milhares de brasileiros abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram. **(Com)** (02) Em Angra dos Reis, por exemplo, (03) o governo já afirmou que cerca de três mil famílias terão que ser removidas de áreas de risco. (04) Em São Luiz do Paraitinga, (05) cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas, (06) e muitas delas não têm mais para onde ir. **(Av)** (07) Esses são os exemplos recentes. (08) Mas casos semelhantes vêm se espalhando pelo País com uma rapidez impressionante.



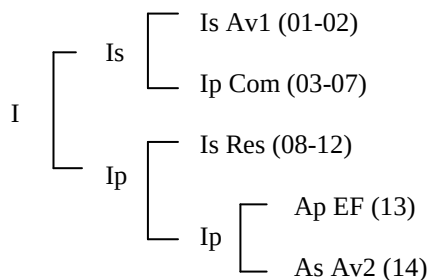
(sn10/r2/i)

**(Su)** (01) Atenilto Bispo Santos, um baiano de Itabuna que vive em São Paulo como pedreiro há 20 anos, seguiu esse roteiro. **(EI)** (02) Construiu sua casa sobre uma lagoa sazonal, (03) que enche na época de chuvas. (04) Junto com um amigo, (05) conseguiu cerca de 40 caminhões de terra (06) para ampliar o nível do terreno (07) e evitar que alagasse no verão. **(Av)** (08) “Cheguei (09) e coloquei a terra, (10) depois comecei a construir”, (11) conta ele. **(Com)** (12) No início de janeiro (13) as chuvas fortes fizeram o nível do Tietê subir **(Res)** (14) e a área de várzea, é óbvio, foi alagada.



(sn11/r2/i)

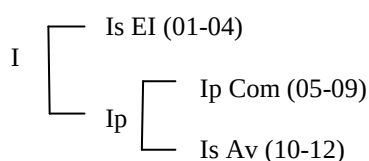
**(Av1)** (01) Sem que nada de anormal ocorresse (02) e com vista nos dividendos políticos, **(Com)** (03) o poder público não só não coibiu a invasão protagonizada por Atenilto e outras centenas de famílias como municiou a região com equipamentos públicos. (04) (05) Levou água e luz para as pequenas casas, (06) pavimentou algumas das ruas, (07) construiu um Centro de Educação Unificada (CEU). **(Res)** (08) Agora a prefeitura inicia um plano de remoção das quase duas mil famílias que se instalaram por lá. (09) A 100 delas ofereceu um apartamento popular na cidade de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, (10) e aos restantes está oferecendo uma bolsa aluguel, no valor de R\$ 300, por seis meses, (11) com a promessa de realocá-los para conjuntos habitacionais. (12) Atenilto aceitou o apartamento. **(EF)** (13) Mas boa parte daqueles que só conseguiram a bolsa aluguel se recusam a deixar o bairro. **(Av2)** (14) Eles temem que o compromisso não seja honrado.



### O passado ainda presente (r3)

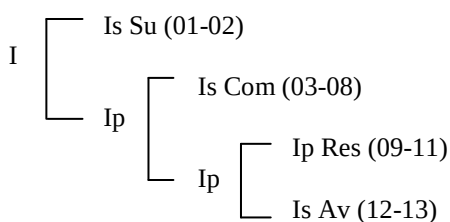
(sn1/r3/i)

**(EI)** (01) Na quarta-feira 13, (02) o presidente Lula convocou os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. (03) A reunião tinha como objetivo acalmar os ânimos em torno de um decreto assinado pelo próprio Lula em dezembro, (04) criando o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **(Com)** (05) Por intervenção direta do presidente, (06) o ponto mais polêmico foi, então, modificado: (07) a chamada Comissão da Verdade, que investigaria crimes de tortura durante os anos de chumbo, teve suas atribuições revistas. (08) O trecho sobre delitos de agentes da repressão política foi suprimido (09) e um grupo de trabalho vai discutir como fazer a comissão funcionar sem arranhar a Lei de Anistia. **(Av)** (10) “Esse negócio de punir os crimes da repressão política é um assunto para a Justiça, (11) não é para o Executivo”, (12) disse Lula.



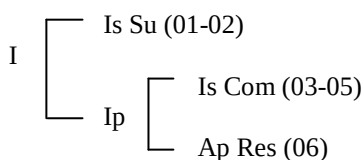
(sn2/r3/i)

**(Su)** (01) Poucas horas depois, (02) as redes de tevê escancaravam para todo o Brasil que o absurdo da tortura não foi uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder. **(Com)** (03) Por meio de uma câmera de celular, (04) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. (05) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (06) o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico (07) para asfixiar sua vítima, (08) que desmaiou. **(Res)** (09) Diante da barbárie registrada em vídeo, (10) Araújo foi demitido (11) e responderá a processo. **(Av)** (12) Na maioria das vezes, no entanto, (13) os agressores ficam impunes.



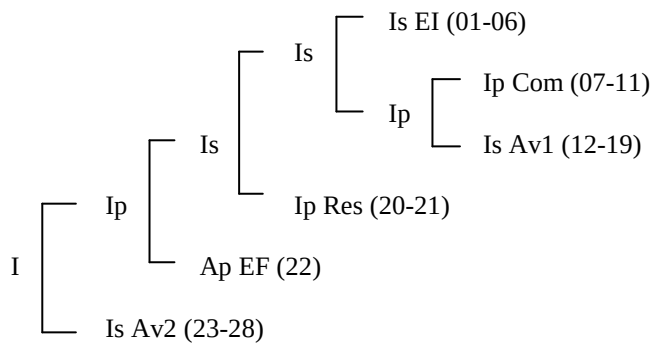
(sn3/r3/i/Com/sn2)

**(Su)** (01) Por meio de uma câmera de celular, (02) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. **(Com)** (03) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (04) o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico (05) para asfixiar sua vítima, **(Res)** (06) que desmaiou.



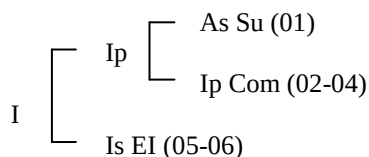
(sn4/r3/i)

**(EI)** (01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. (05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez. **(Com)** (07) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 (08) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (09) Revidou. (10) Foi espancado (11) e não viveu para contar a história. **(Av1)** (12) Segundo testemunhas, (13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento. (14) “Quebraram cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”, (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. (18) “As testemunhas dizem que eles encheram sacos com cascas de coco vazio (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.” **(Res)** (20) O laudo do hospital para onde fora levado atestou “agressão física” (21) e também o laudo da perícia apontou vários indícios de agressão. **(EF)** (22) Apesar disso, ninguém foi punido até agora. **(Av2)** (23) Deize não se cansa de denunciar a tortura que matou seu filho (24) e já foi ameaçada por isso. (25) “Se me matarem, (26) pelo menos vão saber que não desisti”, (27) diz ela, (28) que tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.



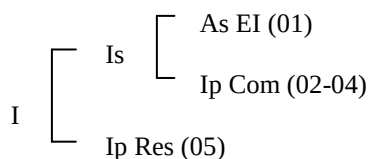
(sn5/r3/i/EI/sn4)

**(Su)** (01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, **(Com)** (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. **(EI)** (05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.



(sn6/r3/i/Com/sn4)

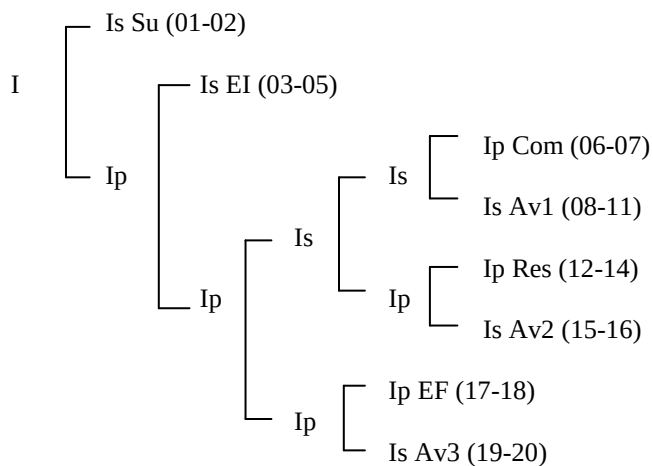
**(EI)** (01) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 **(Com)** (02) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (03) Revidou. (04) Foi espancado **(Res)** (05) e não viveu para contar a história.



(sn7/r3/i)

**(Su)** (01) Também as Forças Armadas, tantos anos depois do fim da ditadura, continuam a cometer excessos. (02) O jovem carioca J.O., 17 anos, foi vítima dos militares. **(EI)** (03) No dia 5 de novembro de 2008, (04) ele e um amigo pularam o muro de um quartel do Exército desativado, em Realengo, zona oeste do Rio, (05) para fumar maconha. **(Com)** (06) Foram flagrados pelos sentinelas (07) e passaram a ser agredidos. **(Av1)** (08) “Fomos torturados com choques elétricos, (09) o que fez com que a pele de minhas costas pegasse fogo. (10) Pensei que ia morrer naquele momento”, (11) diz. **(Res)** (12) J.O. sobreviveu, (13) mas com sequelas: (14) perdeu 20% da visão do olho esquerdo, teve cortado um pedaço da orelha e tem marcas nas costas. **(Av2)** (15) “Queremos que o Exército pague os remédios e o tratamento dele”, (16) reclama Maria Célia Furtado, a mãe adotiva. **(EF)** (17) Dois anos depois, (18) o processo corre na auditoria militar, sem previsão de término. **(Av3)** (19) Procurado por ISTOÉ, (20) o Exército preferiu não se manifestar sobre o assunto.

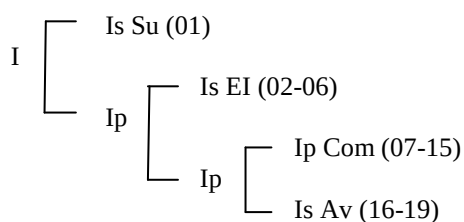




#### A hora do medo (r4)

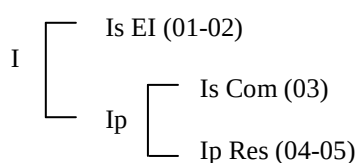
(sn1/r4/i)

**(Su)** (01) O resultado das eleições no Chile, com a derrota do candidato da presidente Michelle Bachelet, foi o suficiente para acender um sinal de alerta na campanha da ministra Dilma Rousseff. **(EI)** (02) Como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, (03) a chilena está no último ano de mandato com uma popularidade superior a 80% (04) e empenhou-se na campanha do sucessor. (05) Mas, apesar da dedicação, (06) não conseguiu a necessária transferência de prestígio. **(Com)** (07) No QG ainda informal de Dilma (08) a analogia foi imediata (09) e o medo do chamado “fator Chile” provocou rápidas reações (10) que desagradaram ao presidente Lula (11) e o obrigou a terminar a semana dando um puxão de orelha nos ministros. (12) Setores do PT, capitaneados pelo ex-ministro José Dirceu, aproveitaram o desespero instalado pelos votos dos chilenos (13) e conseguiram impor, ainda que por pouco espaço de tempo, uma rota mais agressiva na campanha de Dilma (14) e o medo do fator Chile levou a ministra a colocar em marcha no Brasil a campanha do medo, (15) recorrendo a práticas que no passado alvejavam o PT. **(Av)** (16) “Quando sem nenhum fundamento espalhavam que o Lula iria confiscar as cadernetas de poupança, (17) os petistas diziam que se tratava de terrorismo eleitoral. (18) Agora, usam a mesma estratégia”, (19) disse o líder do PSDB na Câmara, deputado José Aníbal (SP), em uma reunião com a cúpula Tucana.



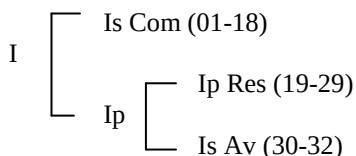
(sn2/r4/i/EI/sn1)

**(EI)** (01) Como o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, (02) a chilena está no último ano de mandato com uma popularidade superior a 80% **(Com)** (03) e empenhou-se na campanha do sucessor. **(Res)** (04) Mas, apesar da dedicação, (05) não conseguiu a necessária transferência de prestígio.



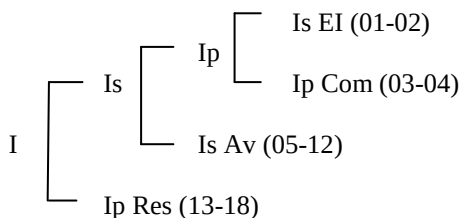
(sn3/r4/i)

**(Com)** (01) Na terça-feira 19, (02) durante inauguração de uma barragem, em Minas Gerais, (03) Dilma, ao lado de Lula, disse que o PSDB acabará com o PAC, (04) caso ganhe a eleição. (05) Não foi a primeira vez que a ministra usou esse argumento, (06) mas nunca o tinha feito de forma tão enfática e ao lado do presidente no alto de um palanque. (07) “Vira e mexe (08) eles querem acabar com alguns programas do governo Lula. (09) O objetivo, agora, é acabar com obras como essa, (10) que hoje nós estamos aqui inaugurando. (11) E isso nós não vamos deixar”, (12) discursou a ministra. (13) Lula ficou surpreso com o tom e com o conteúdo da mensagem. (14) À noite, (15) em conversa com assessores, (16) revelou seu descontentamento. (17) Disse que estava preocupado e que gostaria de encontrar uma fórmula para conhecer com antecedência os discursos de Dilma, (18) sem que isso magoasse a ministra. **(Res)** (19) As declarações da ministra desencadearam uma troca de ofensas entre tucanos e petistas, (20) baixando o nível do debate eleitoral. (21) Em dura resposta, (22) o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), chamou Dilma de mentirosa. (23) “Mentir, omitir, esconder-se, dissimular e transferir responsabilidades são a base do discurso de Dilma”, (24) disse em nota. (25) O presidente eleito do PT, José Eduardo Dutra, contra-atacou: (26) “O Sérgio Guerra falou com todas as letras que ia acabar com o PAC. (27) Eles falam as coisas, (28) descubram que falaram bobagem (29) e ficam dizendo que não é bem assim.” **(Av)** (30) O governador paulista, José Serra, pré-candidato tucano à sucessão de Lula, preferiu não entrar na polêmica. (31) “Não vou fazer baixaria eleitoral”, (32) afirmou Serra.



(sn4/r4/i/Com/sn3)

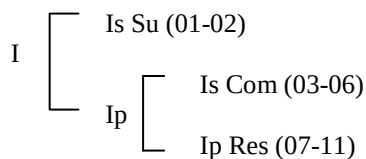
**(EI)** (01) Na terça-feira 19, (02) durante inauguração de uma barragem, em Minas Gerais, **(Com)** (03) Dilma, ao lado de Lula, disse que o PSDB acabará com o PAC, (04) caso ganhe a eleição. **(Av)** (05) Não foi a primeira vez que a ministra usou esse argumento, (06) mas nunca o tinha feito de forma tão enfática e ao lado do presidente no alto de um palanque. (07) “Vira e mexe (08) eles querem acabar com alguns programas do governo Lula. (09) O objetivo, agora, é acabar com obras como essa, (10) que hoje nós estamos aqui inaugurando. (11) E isso nós não vamos deixar”, (12) discursou a ministra. **(Res)** (13) Lula ficou surpreso com o tom e com o conteúdo da mensagem. (14) À noite, (15) em conversa com assessores, (16) revelou seu descontentamento. (17) Disse que estava preocupado e que gostaria de encontrar uma fórmula para conhecer com antecedência os discursos de Dilma, (18) sem que isso magoasse a ministra.



(sn5/r4/i/Res/sn3)

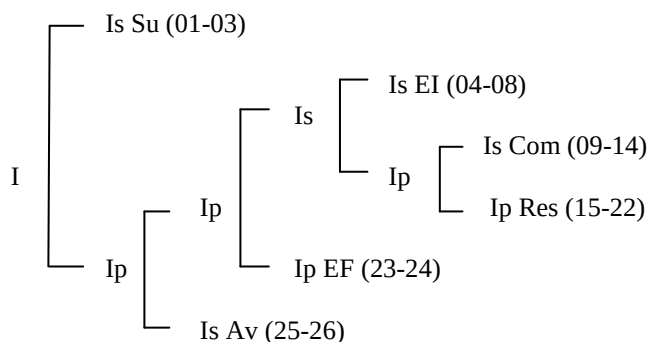
**(Su)** (01) As declarações da ministra desencadearam uma troca de ofensas entre tucanos e petistas, (02) baixando o nível do debate eleitoral. **(Com)** (03) Em dura resposta, (04) o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), chamou Dilma de mentirosa. (05) “Mentir, omitir, esconder-se, dissimular e transferir responsabilidades são a base do discurso de Dilma”, (06) disse em nota. **(Res)** (07) O presidente

eleito do PT, José Eduardo Dutra, contra-atacou: (08) “O Sérgio Guerra falou com todas a letras que ia acabar com o PAC. (09) Eles falam as coisas, (10) descobrem que falaram bobagem (11) e ficam dizendo que não é bem assim.”



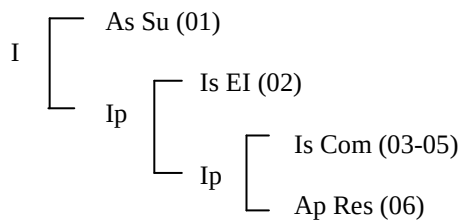
(sn6/r4/i)

**(Su)** (01) Nos bastidores, (02) eles aproveitaram o medo do fator Chile (03) para mirar baterias contra o marqueteiro João Santana. **(EI)** (04) Escalado por Lula para comandar a comunicação da campanha de Dilma, (05) Santana foi um dos idealizadores do “Lulinha Paz e Amor” (06) que levou o ex-metalúrgico à Presidência da República em 2002. (07) Ele defende um debate de alto nível (08) e é contra a ideia de uma campanha agressiva. **(Com)** (09) Suas relações com Dilma, no entanto, já foram melhores. (10) O marqueteiro e a ministra não falam a mesma língua desde o fim de 2009. (11) Dilma teria ficado contrariada com uma intervenção de Santana, segundo ela, “acima do tom”, (12) depois que ela se referiu a uma repórter como “minha filha”. (13) Santana aconselhou-a a evitar termos que denotassem agressividade. (14) Dilma não gostou. **(Res)** (15) No rastro do episódio, (16) aconselhada por José Dirceu, (17) a ministra procurou o publicitário Duda Mendonça (18) e fez um desabafo. (19) “Cansei de tentar ser outra pessoa. (20) Vou ser quem eu sou”, (21) disse ela. (22) Desde então, Dilma tem sido mais coerente com o seu perfil. **(EF)** (23) Apesar das pressões de setores do PT e das divergências com a ministra, (24) Santana permanece à frente do marketing da campanha. **(Av)** (25) “Não há rompimento”, (26) disse à ISTOÉ o líder do PT na Câmara, deputado Cândido Vaccarezza (SP).



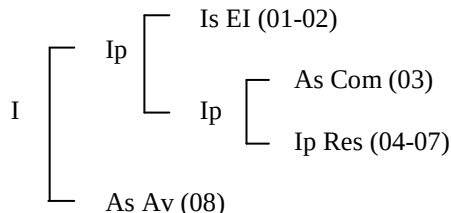
(sn7/r4/i/Com/sn6)

**(Su)** (01) Suas relações com Dilma, no entanto, já foram melhores. **(EI)** (02) O marqueteiro e a ministra não falam a mesma língua desde o fim de 2009. **(Com)** (03) Dilma teria ficado contrariada com uma intervenção de Santana, segundo ela, “acima do tom”, (04) depois que ela se referiu a uma repórter como “minha filha”. (05) Santana aconselhou-a a evitar termos que denotassem agressividade. **(Res)** (06) Dilma não gostou.



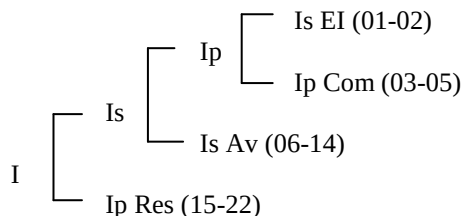
(sn8/r4/i/Res/sn6)

**(EI)** (01) No rastro do episódio, (02) aconselhada por José Dirceu, **(Com)** (03) a ministra procurou o publicitário Duda Mendonça **(Res)** (04) e fez um desabafo. (05) “Cansei de tentar ser outra pessoa. (06) Vou ser quem eu sou”, (07) disse ela. **(Av)** (08) Desde então, Dilma tem sido mais coerente com o seu perfil.



(sn9/r4/i)

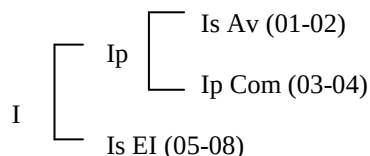
**(EI)** (01) Na quinta-feira 21, (02) durante reunião ministerial, **(Com)** (03) Lula tornou pública sua contrariedade com os rumos que a campanha tomou na última semana. (04) “Não quero que entrem no jogo sujo do debate eleitoral”, (05) disse. **(Av)** (06) Afinado com a orientação de Lula, (07) o ministro Alexandre Padilha, das Relações Institucionais reforçou. (08) “Temos que fazer campanha de alto nível. (09) Nossa campanha não é de guerra, (10) mas de forte defesa do governo, (11) das ações do governo. (12) O nosso bloco é o bloco da paz. (13) A Dilma é da paz, (14) a guerra está lá no PSDB.” **(Res)** (15) Para evitar uma nova crise, (16) como a deflagrada a partir da edição do decreto do programa de direitos humanos, (17) Lula também ordenou que Dilma adiasse o anúncio do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa. (18) O documento é torpedeado por evangélicos e pela Igreja Católica. (19) Até ser desautorizada a tocar o projeto adiante, (20) Dilma estava animada com o plano, (21) que prevê a legalização fundiária dos imóveis ocupados por terreiros de umbanda e candomblé (22) e até o tombamento de casas de culto.



(sn10/r4/i/Res/sn9)

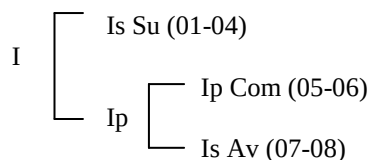
**(Av)** (01) Para evitar uma nova crise, (02) como a deflagrada a partir da edição do decreto do programa de direitos humanos, **(Com)** (03) Lula também ordenou que Dilma adiasse o anúncio do Plano Nacional de Proteção à Liberdade Religiosa. (04) O documento é torpedeado por evangélicos e pela Igreja Católica.

**(EI)** (05) Até ser desautorizada a tocar o projeto adiante, (06) Dilma estava animada com o plano, (07) que prevê a legalização fundiária dos imóveis ocupados por terreiros de umbanda e candomblé (08) e até o tombamento de casas de culto.



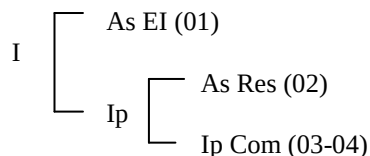
(sn11/r4/i)

**(Su)** (01) Na última semana, (02) horas antes de apertar o botão para pôr em funcionamento uma usina, (03) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início a um projeto (04) com o objetivo de fortalecer ainda mais a candidatura de Dilma Rousseff. **(Com)** (05) Ele encomendou um parecer jurídico (06) para saber se o governo terá respaldo para criar o Ministério Extraordinário do PAC. **(Av)** (07) A disposição do presidente é tanta que ele até admite fundir órgãos (08) para que a criação da pasta do PAC seja possível.



(sn12/r4/i/Su/sn11)

**(EI)** (01) Na última semana, **(Res)** (02) horas antes de apertar o botão para pôr em funcionamento uma usina, **(Com)** (03) o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deu início a um projeto (04) com o objetivo de fortalecer ainda mais a candidatura de Dilma Rousseff.

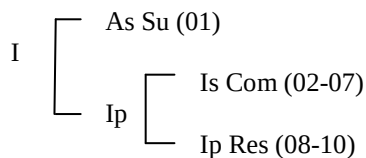


## Revista Veja

### Desvios subterrâneos (r1)

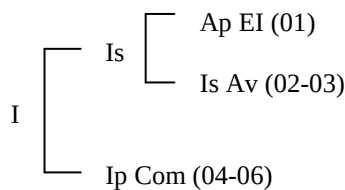
(sn1/r1/v)

**(Su)** (01) A principal delas diz respeito à incrível elevação que o preço da obra sofreu ao longo dos anos. **(Com)** (02) O projeto começou a ser tocado em 1999. (03) A previsão inicial era que ficasse pronto em 2002, (04) ao custo de 357 milhões de reais. (05) Em 2007, (06) quando o governo federal encampou a obra, (07) seu valor foi recalculado para 681 milhões de reais. **(Res)** (08) Ainda não há trilhos assentados, (09) e o Ceará diz que precisará de 1,4 bilhão de reais (10) para colocar os trens para rodar.



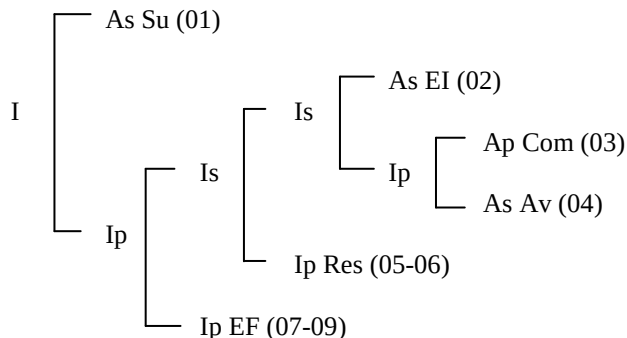
(sn2/r1/v/Com/sn1)

**(EI)** (01) O projeto começou a ser tocado em 1999. **(Av)** (02) A previsão inicial era que ficasse pronto em 2002, (03) ao custo de 357 milhões de reais. **(Com)** (04) Em 2007, (05) quando o governo federal encampou a obra, (06) seu valor foi recalculado para 681 milhões de reais.



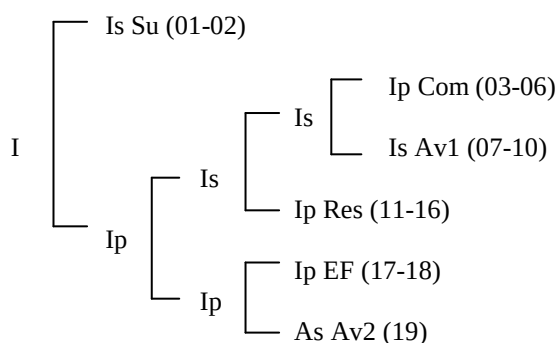
(sn3/r1/v)

**(Su)** (01) Esse incrível aumento de custo só veio à luz graças ao trabalho do Tribunal de Contas da União (TCU). **(EI)** (02) Depois de analisarem cada etapa do projeto cearense, **(Com)** (03) os auditores chegaram à conclusão de que, numa perspectiva conservadora, ao menos 133 milhões de reais do meu, do seu, do nosso suado dinheirinho foram enterrados por lá **(Av)** (04) sem nenhuma justificativa. **(Res)** (05) Os indícios de irregularidades são tão fortes que o tribunal chegou a solicitar a paralisação da obra (06) até que as empreiteiras se explicassem. **(EF)** (07) Como não houve respostas convincentes, (08) o TCU abriu uma batalha contra o governo do Ceará (09) para que os valores sejam ressarcidos aos cofres federais.



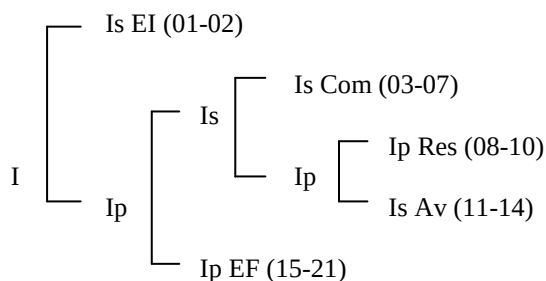
(sn4/r1/v)

**(Su)** (01) Apesar da relevância do trabalho que realiza, (02) o TCU esteve na berlinda em 2009. **(Com)** (03) Não foram poucos os políticos que se incomodaram (04) por ter seus contratos escrutinados. (05) Os que mais reclamaram foram os petistas, (06) entre eles o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva. **(Av1)** (07) "Não é justo mandar parar uma obra, (08) mesmo quando haja algo errado, (09) porque o custo fica muito mais caro ao país e ao povo", (10) disse ele, em agosto. **(Res)** (11) Depois dessa manifestação, (12) o TCU passou a ser metralhado por políticos da base aliada. (13) Ora era acusado de estar a serviço da oposição, (14) por revelar desvios em obras do governo, (15) ora de tentar atravancar o crescimento do país (16) por apontar irregularidades em projetos do PAC, o Programa de Aceleração do Crescimento. **(EF)** (17) O bombardeio foi tamanho que o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, instituiu um grupo de estudos (18) para criar outro órgão fiscalizador "mais ágil" **(Av2)** (19) (leia-se, "mais dócil").



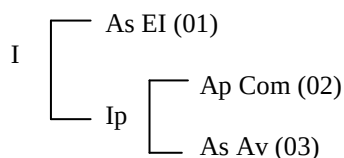
(sn5/r1/v)

**(EI)** (01) VEJA decidiu, então, verificar se o TCU cumpre suas funções com equilíbrio (02) ou se, de fato, apenas tenta atrapalhar a vida do governo. **(Com)** (03) A reportagem debruçou-se sobre uma lista de quinze obras – todas de orçamentos milionários – (04) nas quais o tribunal encontrou indícios gravíssimos de desvios. (05) Os extensos relatórios de auditoria foram lidos linha a linha. (06) As obras, localizadas em onze estados e no Distrito Federal, foram visitadas (07) e seus gestores, entrevistados. **(Res)** (08) Ao cabo de quatro meses de trabalho, (09) é possível afirmar que as análises do TCU seguem critérios técnicos e estão bem fundamentadas, (10) já que se baseiam em cifras e cruzamentos de informações que não deixam dúvidas a respeito das irregularidades. **(Av)** (11) "O TCU cumpre o seu papel (12) e não se curvará a pressões políticas que interfiram em suas atividades", (13) diz o ministro Aroldo Cedraz, (14) que integra o tribunal. **(EF)** (15) Se a eficácia do trabalho dos auditores do tribunal é animadora, (16) o quadro que emergiu da análise dessas quinze obras, no que diz respeito à forma como os políticos gastam o nosso dinheiro, é aterrador. (17) Somados, os valores dos contratos atingem 7,65 bilhões de reais. (18) Segundo o TCU, (19) a parcela correspondente ao sobrepreço – gastos feitos por valores superiores aos da média do mercado – chega a 1,35 bilhão de reais, (20) ou 17,6% do total. (21) Isso significa que, de cada 100 reais investidos pelo governo federal nesses projetos, 17 foram desviados.



(sn6/r1/v/Res/sn5)

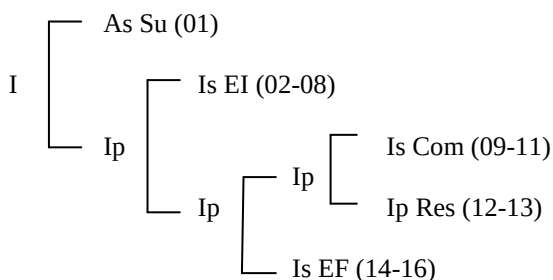
**(EI)** (01) Ao cabo de quatro meses de trabalho, **(Com)** (02) é possível afirmar que as análises do TCU seguem critérios técnicos e estão bem fundamentadas, **(Av)** (03) já que se baseiam em cifras e cruzamentos de informações que não deixam dúvidas a respeito das irregularidades.



(sn7/r1/v)

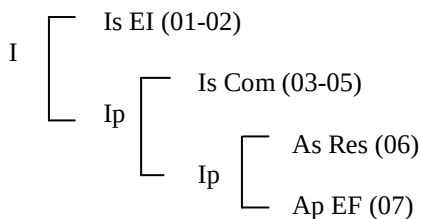
**(Su) (01) ACABOU NAS MÃOS DO EXÉRCITO**

**(EI)** (02) A BR-163, que liga o Pará a Mato Grosso, é uma típica estrada amazônica: (03) vira um rio de lama no inverno e um amontoado de poeira no verão. (04) Nos anos 90, (05) o governo contratou um grupo de empreiteiras (06) para asfaltá-la. (07) A obra foi paralisada por falta de recursos (08) e só pôde ser retomada quase dez anos depois. **(Com)** (09) Mas os auditores do TCU identificaram um cipoal de problemas. (10) Havia sido feitas tantas emendas ao contrato original que a obra ficou quatro vezes mais cara. (11) Alguns dos serviços, como terraplenagem, apresentavam sobrepreço de 250%. **(Res)** (12) Eram tantas irregularidades que o tribunal cancelou o contrato (13) – e a obra foi repassada ao Exército. **(EF)** (14) As empreiteiras que queriam ganhar mais do que deviam (Norberto Odebrecht, Estacon, Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão) reclamam na Justiça (15) por terem perdido a parada (16) e querem uma indenização de 82 milhões de reais.



(sn8/r1/v/EI/sn7)

**(EI)** (01) A BR-163, que liga o Pará a Mato Grosso, é uma típica estrada amazônica: (02) vira um rio de lama no inverno e um amontoado de poeira no verão. **(Com)** (03) Nos anos 90, (04) o governo contratou um grupo de empreiteiras (05) para asfaltá-la. **(Res)** (06) A obra foi paralisada por falta de recursos **(EF)** (07) e só pôde ser retomada quase dez anos depois.



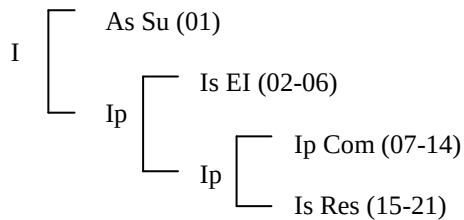
(sn9/r1/v)

**(Su) (01) REDUÇÃO DE PREÇOS ATÔMICA**

**(EI)** (02) Em 1983, (03) o governo decidiu construir a usina de Angra 3. (04) A licitação das obras civis foi vencida pela empreiteira Andrade Gutierrez. (05) O dinheiro, no entanto, nunca foi liberado, (06) e a usina empacou. **(Com)** (07) Em 2007, (08) o projeto foi desengavetado. (09) A Andrade Gutierrez refez seus cálculos, (10) converteu os valores que estavam em cruzeiros (11) e pediu 1,6 bilhão de reais pelo serviço. (12) A Eletronuclear regateou para 1,4 bilhão de reais. (13) A empreiteira ficou satisfeita, (14) mas o TCU não. **(Res)** (15) Ao analisar o contrato, (16) o tribunal chegou à conclusão de que seria possível fazer a usina por um preço ainda mais baixo: (17) 800 milhões de reais. (18) Após muita

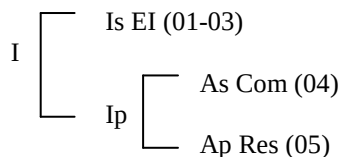


conversa, e um rigoroso encontro de contas, (19) fixou-se o preço final em 1,2 bilhão de reais. (20) A empreiteira admitiu que havia itens caros demais, (21) e o TCU concordou que, por se tratar de uma usina nuclear, alguns materiais tinham, de fato, preços mais altos que os da média do mercado.



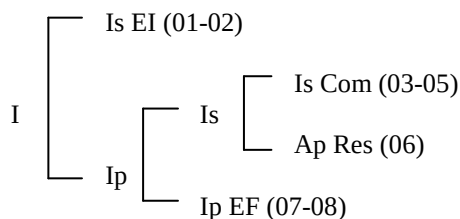
(sn10/r1/v/EI/sn9)

**(EI)** (01) Em 1983, (02) o governo decidiu construir a usina de Angra 3. (03) A licitação das obras civis foi vencida pela empreiteira Andrade Gutierrez. **(Com)** (04) O dinheiro, no entanto, nunca foi liberado, **(Res)** (05) e a usina empacou.



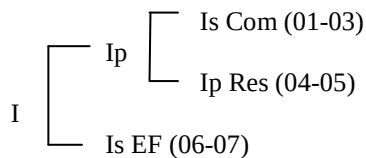
(sn11/r1/v/Com/sn9)

**(EI)** (01) Em 2007, (02) o projeto foi desengavetado. **(Com)** (03) A Andrade Gutierrez refez seus cálculos, (04) converteu os valores que estavam em cruzeiros (05) e pediu 1,6 bilhão de reais pelo serviço. **(Res)** (06) A Eletronuclear regateou para 1,4 bilhão de reais. **(EF)** (07) A empreiteira ficou satisfeita, (08) mas o TCU não.



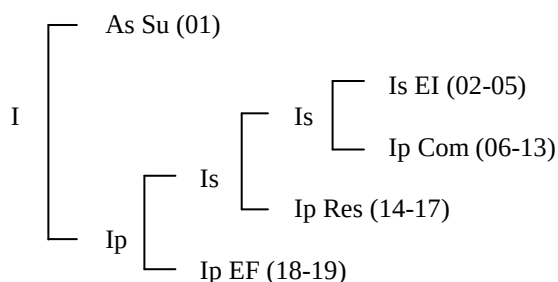
(sn12/r1/v/Res/sn9)

**(Com)** (01) Ao analisar o contrato, (02) o tribunal chegou à conclusão de que seria possível fazer a usina por um preço ainda mais baixo: (03) 800 milhões de reais. **(Res)** (04) Após muita conversa, e um rigoroso encontro de contas, (05) fixou-se o preço final em 1,2 bilhão de reais. **(EF)** (06) A empreiteira admitiu que havia itens caros demais, (07) e o TCU concordou que, por se tratar de uma usina nuclear, alguns materiais tinham, de fato, preços mais altos que os da média do mercado.



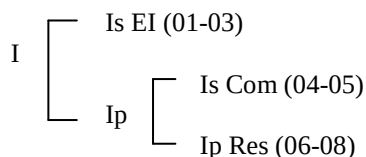
(sn13/r1/v)

**(Su)** (01) Para os técnicos do TCU, (02) a construção da Refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, exemplifica a fraude conhecida como "jogo de planilha". **(EI)** (02) Na licitação para a terraplenagem, (03) a Petrobras informou aos concorrentes que seria possível escavar quase todo o solo a ser aplainado (04) – mas acrescentou que uma pequena fração do terreno precisaria ser drenada, (05) para assentar a terra. **(Com)** (06) As empreiteiras Camargo Corrêa, Odebrecht, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia se uniram em um consórcio (07) e ofereceram um preço baixíssimo (08) para escavar a terra (09) – mas estipularam um valor 319% maior que o usual (10) para fazer a drenagem. (11) Na média, (12) seu preço foi o mais baixo (13) e elas ganharam o contrato. **(Res)** (14) No entanto, quando a obra começou, (15) as empreiteiras alegaram que era impossível escavar o solo, (16) por questões geológicas. (17) Disseram que a única saída era drenar praticamente a área inteira. **(EF)** (18) Como haviam fixado um preço exorbitante para esse serviço, (19) o valor total da obra aumentou em 46 milhões de reais.



(sn14/r1/v/Com/sn13)

**(EI)** (01) As empreiteiras Camargo Corrêa, Odebrecht, Queiroz Galvão e Galvão Engenharia se uniram em um consórcio (02) e ofereceram um preço baixíssimo (03) para escavar a terra **(Com)** (04) – mas estipularam um valor 319% maior que o usual (05) para fazer a drenagem. **(Res)** (06) Na média, (07) seu preço foi o mais baixo (08) e elas ganharam o contrato.

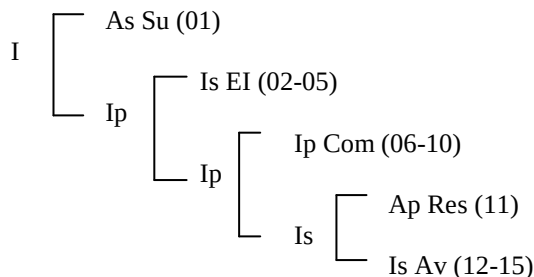


(sn15/r1/v)

### **(Su) (01) ELES COBRARAM OS TUBOS**

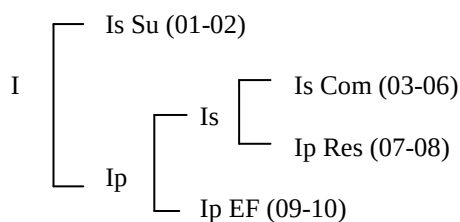
**(EI)** (02) A região metropolitana do Recife vive sob um rodízio de água permanente. (03) Para pôr fim a esse absurdo, (04) a Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa) decidiu construir a adutora de Pirapama, (05) que aumentará em 50% o abastecimento. **(Com)** (06) Mas a obra não resistiu à fiscalização do TCU. (07) Ao analisarem o contrato, de 421 milhões de reais, (08) os auditores

encontraram sobrepreço de 69,5 milhões de reais na compra de matérias-primas. (09) A maior parte do problema estava na aquisição dos tubos de aço-carbono, (10) pelos quais a Compesa pagou o dobro do valor de mercado. **(Res)** (11) O atual presidente da estatal, João Bosco de Almeida (que assumiu o cargo com a obra já em andamento), admitiu que o preço era mais salgado que a água do mar. **(Av)** (12) "Infelizmente, (13) não havia referências para construções desse tipo (14) quando o contrato foi assinado", (15) disse ele.



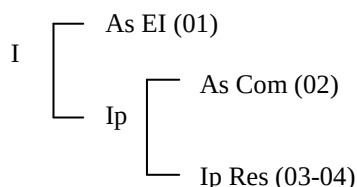
(sn16/r1/v)

**(Su)** (01) Foi o que aconteceu com o Hospital da Mulher, obra da prefeitura de Fortaleza. (02) O estudo do solo onde está sendo erguido o prédio foi uma vergonha. **(Com)** (03) Quando a obra começou, (04) descobriu-se que o terreno era mais arenoso do que se pensava, (05) e foi preciso alterar todo o sistema de estacas (06) para que o prédio parasse em pé. **(Res)** (07) Como as fundações reforçadas não estavam no contrato, (08) o preço do hospital ficou 7% mais alto. **(EF)** (09) O TCU apontou a irregularidade, (10) e quer rediscutir os valores que já foram aplicados.



(sn17/r1/v/Com/sn16)

**(EI)** (01) Quando a obra começou, **(Com)** (02) descobriu-se que o terreno era mais arenoso do que se pensava, **(Res)** (03) e foi preciso alterar todo o sistema de estacas (04) para que o prédio parasse em pé.

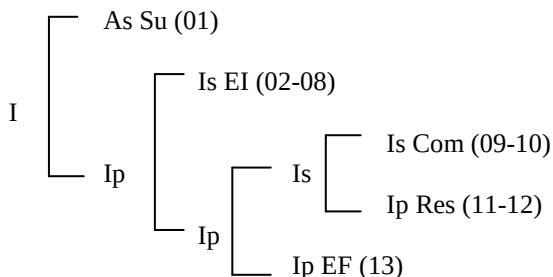


(sn18/r1/v)

**(Su)** (01) **RUMO CORRIGIDO**

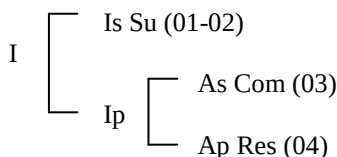
**(EI)** (02) A BR-101 é a principal ligação entre as cidades do litoral nordestino. (03) Havia décadas esperava por uma duplicação que desse mais segurança aos milhares de turistas e caminhoneiros que passam por lá todos os dias. (04) No governo Lula, (05) a obra foi incluída no PAC (06) e deslanchou. (07) O projeto é excelente: (08) prevê pista dupla em toda a extensão e longos trechos com pavimento de

concreto, menos propenso ao surgimento de buracos do que o asfalto. **(Com)** (09) Mas o TCU descobriu que a obra, além de provocar desvios temporários no caminho dos veículos, estava sendo usada como caminho para o desvio de dinheiro público. (10) O preço que as empreiteiras haviam fixado para fazer o serviço estava claramente sobrevalorizado. **(Res)** (11) Depois que os auditores do tribunal descobriram a farra, (12) as empresas tiveram de abrir mão de 16% de tudo o que esperavam receber. **(EF)** (13) Com isso, o Erário deixou de ser sangrado em 236 milhões de reais.



(sn19/r1/v)

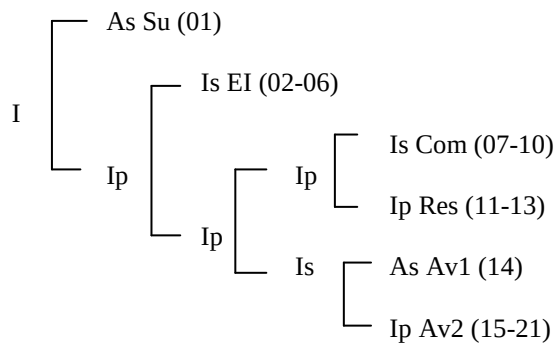
**(Su)** (01) "Antieconômica", "recheada de graves falhas" e "superdimensionada". (02) É assim que o TCU descreve em seus relatórios a construção da nova sede do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. **(Com)** (03) Os auditores do tribunal analisaram os contratos firmados entre a corte brasiliense e as empreiteiras **(Res)** (04) e, data venia, descobriram um sobrepreço de 35 milhões de reais.



(sn20/r1/v)

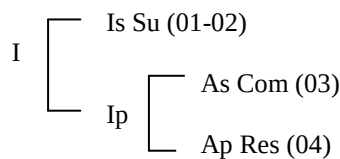
#### **(Su) (01) UMA OBRA "DIFERENTE"**

**(EI)** (02) Na divisa entre os estados de Alagoas e Bahia, (03) está sendo escavado o Canal Adutor do Sertão, (04) que vai desviar as águas da Bacia do São Francisco para o interior alagoano. (05) Licitado em 1992, (06) o canal só começou a ser construído dez anos depois. **(Com)** (07) Agora, (08) foi posto em xeque pelo TCU. (09) Os fiscais esmiuçaram o destino de 245 milhões de reais empregados na obra (10) e apontaram que, desse montante, 37 milhões de reais haviam sido gastos sem nenhuma justificativa. **(Res)** (11) A construtora Queiroz Galvão foi obrigada a contratar um seguro (12) para garantir que devolverá essa soma aos cofres públicos (13) caso seja condenada em definitivo. **(Av1)** (14) O secretário de Infraestrutura de Alagoas, Marco Fireman, tenta apagar o incêndio. **(Av2)** (15) Segundo ele, (16) o problema é que o TCU exige preços baixos demais, (17) fora da realidade. (18) "Nosso serviço não se encaixa nesses balizadores, (19) porque a obra é cheia de especificidades. (20) O que fazemos aqui é diferente", (21) diz.



(sn21/r1/v/Com/sn20)

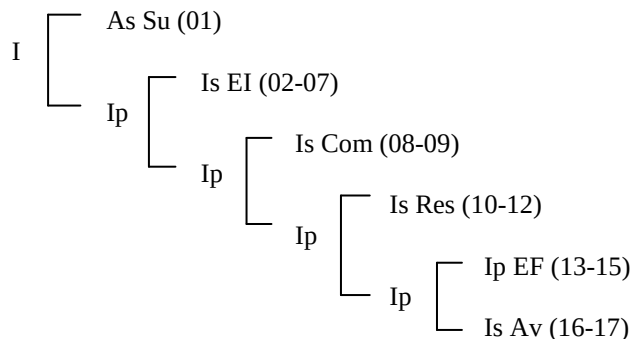
**(Su)** (01) Agora, (02) foi posto em xeque pelo TCU. **(Com)** (03) Os fiscais esmiuçaram o destino de 245 milhões de reais empregados na obra **(Res)** (04) e apontaram que, desse montante, 37 milhões de reais haviam sido gastos sem nenhuma justificativa.



(sn22/r1/v)

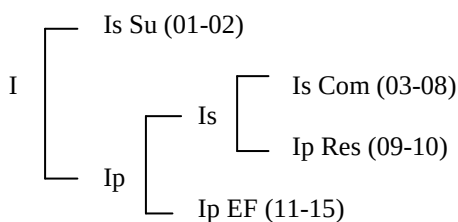
#### **(Su) (01) ENCOLHE E ESTICA**

**(EI)** (02) O metrô de Salvador foi projetado para ter 12 quilômetros de extensão. (03) O projeto encolheu pela metade, (04) mas o preço quase dobrou. (05) É isso mesmo: (06) o metrô terá apenas 6 quilômetros, (07) mas custará 76% mais que o previsto. **(Com)** (08) A prefeitura acha isso normal, (09) mas o TCU descobriu que, do valor total que já foi pago, 100 milhões foram superfaturados. **(Res)** (10) Diante disso, o tribunal pediu que os custos de todos os itens do contrato fossem recalculados. (11) A prefeitura explicou que era impossível, (12) pois não fazia ideia nem dos preços nem da quantidade de materiais utilizados. **(EF)** (13) Como se não bastasse, (14) o consórcio que toca o projeto, formado por Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Siemens, ainda tentou conseguir um dinheiro extra – mais 88 milhões de reais – (15) para acabar o serviço. **(Av)** (16) Se não fosse pelo TCU, (17) o dinheiro já teria saído.



(sn23/r1/v)

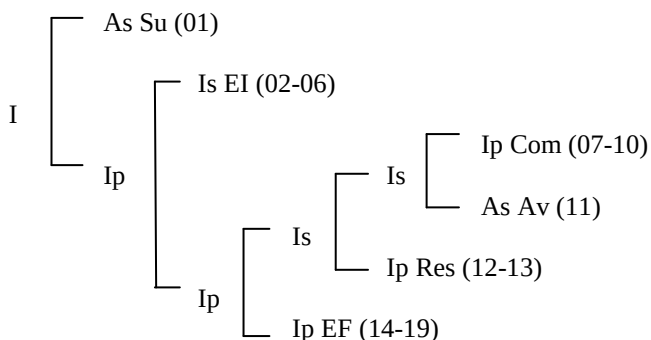
**(Su)** (01) Em uma ação exemplar, (02) o TCU cancelou o contrato firmado entre a Infraero e o consórcio formado pelas empreiteiras Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon para a reestruturação do Aeroporto de Vitória. **(Com)** (03) A medida drástica foi tomada (04) depois que uma auditoria descobriu que havia 44 milhões de reais de superfaturamento no projeto, (05) ou 12% do valor total. (06) Para estancarem a sangria, (07) os ministros do tribunal tiveram de enfrentar não só as empreiteiras, como também a Infraero, (08) que se opôs à redução das despesas. **(Res)** (09) O TCU venceu a queda de braço (10) e a obra foi cancelada. **(EF)** (11) Agora, (12) uma nova licitação terá de ser feita, (13) mas, como a Infraero e as empreiteiras não se entendem sobre os valores que já foram pagos (14) (e que eventualmente terão de ser ressarcidos), (15) o processo ainda nem começou.



(sn24/r1/v)

### **(Su) (01) MAR DE LAMA**

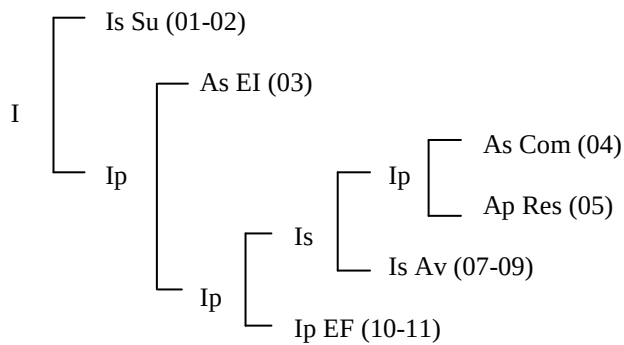
**(EI)** (02) Em 1998, (03) mineiros e capixabas se animaram com o início da construção da BR-342, (04) que ligaria o norte do Espírito Santo a Minas Gerais. (05) Para pavimentar os 106 quilômetros da rodovia, (06) foram celebrados três contratos com duas empreiteiras. **(Com)** (07) Nos três (08) o TCU encontrou sobrepreço – sempre na casa de 50% do valor global. (09) Além disso, parte dos serviços que as empreiteiras alegam ter executado não foi fiscalizada pelo governo. (10) Por fim, o valor dos contratos aumentou sem nenhuma justificativa técnica. **(Av)** (11) Uma estranheza atrás da outra. **(Res)** (12) Como a obra se tornou um sorvedouro de dinheiro público, (13) o TCU pediu sua paralisação. **(EF)** (14) Hoje, (15) há apenas 33 quilômetros asfaltados. (16) Outros 27 quilômetros são transitáveis, (17) mas ainda não receberam uma gota de asfalto. (18) Nos 46 quilômetros restantes, (19) a obra nem sequer foi iniciada.



### **Ele tem 150 000 metros quadrados (r2)**

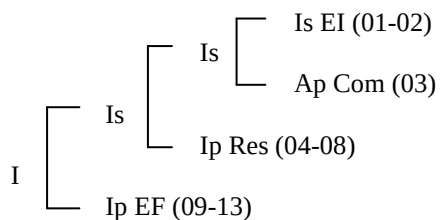
(sn1/r2/v)

**(Su)** (01) Desde 2003, (02) a apreensão de veículos usados no transporte de muamba cresceu 1 900%. **(EI)** (03) No início, a repartição acomodava os ônibus usados por sacoleiros, contrabandistas de cigarros e bebidas e traficantes de drogas e armas em um terreno de 3 000 metros quadrados. **(Com)** (04) Mas não demorou para que os bandidos passassem a camuflar suas mercadorias principalmente em carros de passeio. **(Res)** (05) Hoje, (06) 70% dos veículos retidos estão nessa categoria. **(Av)** (07) "De quatro anos para cá, (08) eles se tornaram o meio de transporte preferido dos criminosos da fronteira", (09) diz Gilberto Tragancin, delegado da Receita em Foz do Iguaçu. **(EF)** (10) Resultado: (11) o estacionamento da muamba teve de ser aumentado.



(sn2/r2/v)

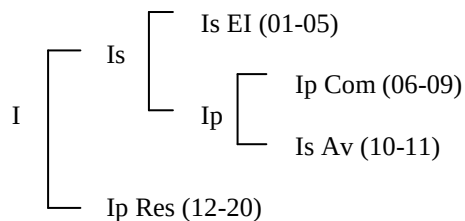
**(EI)** (01) Em 2006, (02) o terreno já não era mais suficiente para acolher as apreensões. **(Com)** (03) A Receita decidiu, então, pavimentar uma área de 110 000 metros quadrados para os carros recolhidos. **(Res)** (04) A capacidade também se esgotou dois anos depois. (05) Enquanto fazia as obras de ampliação para as dimensões atuais, (06) o Fisco acelerou as vendas de carros em leilões e as doações a órgãos públicos e instituições de caridade. (07) Mesmo assim, o estacionamento não mantém espaço ocioso. (08) O volume de contrabando é tal que suas 6 500 vagas já estão lotadas com uma frota avaliada em mais de 100 milhões de reais. **(EF)** (09) A Receita desistiu de executar novas expansões. (10) A orientação, agora, é apenas tentar manter o estoque. (11) Quando um carro novo entra, (12) outro sai, seja por venda, seja por doação. (13) E isso ocorre quinze vezes por dia.



### Sol, mar e organização (r3)

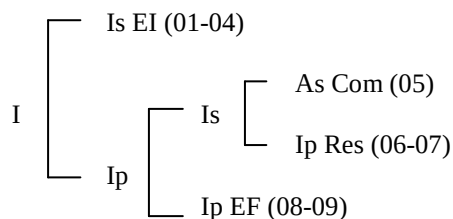
(sn1/r3/v)

**(EI)** (01) Quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram *Garota de Ipanema*, em 1962, (02) o Rio de Janeiro tinha metade do número de habitantes de hoje. (03) Havia espaço de sobra (04) para que a musa andasse, em doce balanço, a caminho do mar (05) – sem tropeçar. **(Com)** (06) Nos últimos anos, porém, (07) as praias cariocas tornaram-se lugares quase intransitáveis. (08) Não apenas porque há mais gente. (09) O maior tumulto é provocado pela turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas que tomou conta do pedaço. **(Av)** (10) A ideia de que a orla do Rio era um espaço de convivência extremamente democrático serviu apenas como pretexto para a falta de organização. (11) A baderna se espalhou. **(Res)** (12) Neste verão, (13) a prefeitura do Rio resolveu pôr ordem na casa. (14) A primeira providência foi dar um banho de loja nas barracas que funcionam como ponto de venda de bebidas e de aluguel de cadeiras e guarda-sóis. (15) Em vez das tendas improvisadas e das caixas de isopor imundas, espalhadas pela areia, (16) só serão permitidas barracas padronizadas e caixas térmicas de plástico. (17) O número de barraqueiros, agora uniformizados, foi reduzido. (18) No primeiro trecho em implantação, (19) que compreende as praias do Arpoador, Ipanema e Leblon, (20) baixou de 300 para 193.



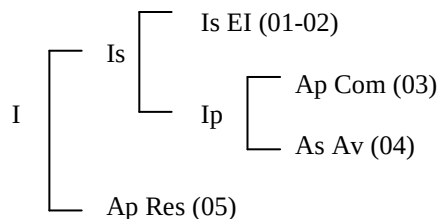
(sn2/r3/v)

**(EI)** (01) Desde o início do ano, (02) a prefeitura já vinha tentando acabar com a bagunça provocada pelos barraqueiros. (03) Eles estacionavam Kombis velhas nos melhores pontos em frente à praia (04) apenas para servir como depósito de seus produtos. **(Com)** (05) Depois de algumas tentativas de driblar a fiscalização, **(Res)** (06) as sucatas desapareceram (07) e um esquema de abastecimento racional foi adotado. **(EF)** (08) Mas persistiam as barracas, de aparência lastimável, (09) que começam a ser removidas agora.



(sn3/r3/v)

**(EI)** (01) Apenas em 2005 (02) se começou a tirar a ideia do papel, **(Com)** (03) mas a iniciativa esbarrou em uma série de pendências judiciais, **(Av)** (04) promovidas pelos chatos de plantão. **(Res)** (05) A consequência é que somente 28 dos 309 quiosques previstos ficaram prontos.

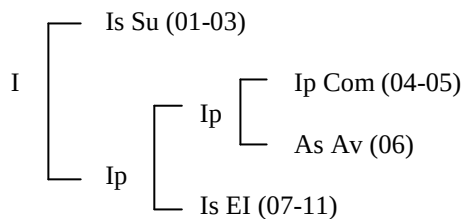


### Trágico, absurdo, previsível (r4)

(sn1/r4/v)

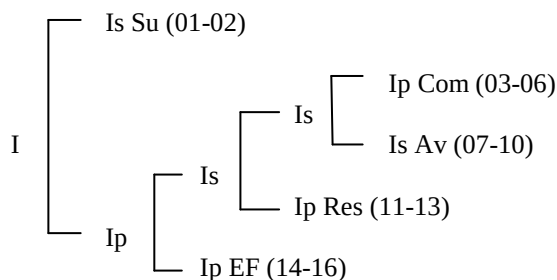
**(Su)** (01) Entre eles, (02) Angra dos Reis é o caso mais dramático (03) e, também, o retrato mais preciso do conjunto de fatores que desencadeia esse tipo de tragédia. **(Com)** (04) Ali, (05) morreram 52 pessoas, na virada do ano, vítimas de deslizamentos de encostas. **(Av)** (06) Tudo era previsível. **(EI)** (07) Na bela região em torno da Baía de Angra, com suas 365 ilhas e mais de 2 000 praias, (08) chove quase o dobro da média do Rio de Janeiro, (09) e a instabilidade das encostas é conhecida. (10) Em 2002, (11) 39 pessoas morreram em Angra num deslizamento com características semelhantes às de agora.





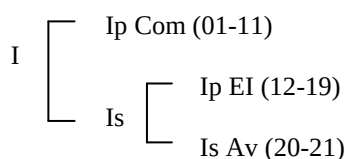
(sn2/r4/v)

**(Su)** (01) Mas não é essa a principal explicação para o que aconteceu na cidade, (02) que experimentou um vertiginoso crescimento populacional a partir dos anos 1970. **(Com)** (03) A construção da Rodovia Rio-Santos aumentou o fluxo de turistas, (04) e grandes obras, como a usina nuclear de Angra 1, levaram multidões de trabalhadores à região. (05) A população do município, que era de 40 000 habitantes na década de 70, dobrou em 1990 e triplicou em 2000, (06) quando 5,5% já moravam em favelas. **(Av)** (07) É um crescimento de quase três vezes a média brasileira no período. (08) E num local onde o problema de espaço é crônico. (09) Espremida entre a serra e o mar, (10) a cidade não tem para onde crescer. **(Res)** (11) Casas e casebres foram se aglomerando no pé dos morros (12) e, quando não havia espaço, (13) em cima deles. **(EF)** (14) Hoje, (15) 60% dos moradores vivem em áreas de encosta. (16) E as características do relevo da região tornam tudo mais perigoso.



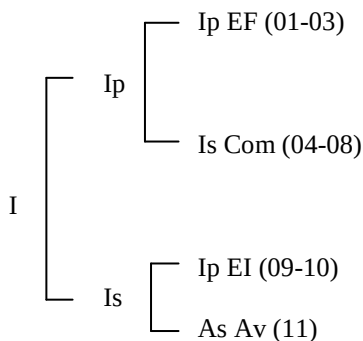
(sn3/r4/v)

**(Com)** (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram 31 pessoas soterradas. (03) Elas estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. (04) A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, (05) mas não a licença ambiental do estado. (06) Mesmo se tivesse, (07) o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. (08) As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área, (11) como se não houvesse um grave problema de segurança. **(EI)** (12) Em Angra (13) sempre foi mais fácil construir (14) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. (15) Entre 2006 e 2007, (16) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos (17) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções. (18) A situação chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental, (19) como se legalizar o que foi feito na marra fosse solução. **(Av)** (20) Cabral, aliás, não visitou a região imediatamente, (21) como era seu dever.



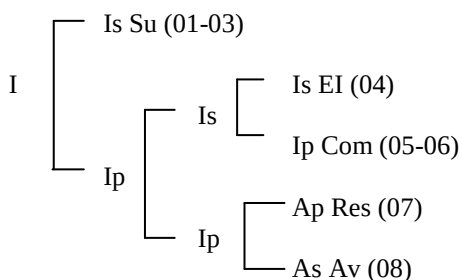
(sn4/r4/v/Com/sn3)

**(EF)** (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram 31 pessoas soterradas. (03) Elas estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. **(Com)** (04) A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, (05) mas não a licença ambiental do estado. (06) Mesmo se tivesse, (07) o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. (08) As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. **(EI)** (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área, **(Av)** (11) como se não houvesse um grave problema de segurança.



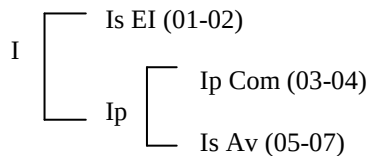
(sn5/r4/v/EI/sn3)

**(Su)** (01) Em Angra (02) sempre foi mais fácil construir (03) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. **(EI)** (04) Entre 2006 e 2007, **(Com)** (05) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos (06) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções. **(Res)** (07) A situação chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental, **(Av)** (08) como se legalizar o que foi feito na marra fosse solução.



(sn6/r4/v)

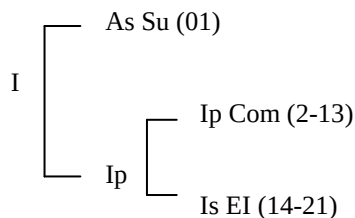
**(EI)** (01) No réveillon, (02) Pierre Sarkozy, filho mais velho do presidente da França, estava entre os hóspedes da Ilha dos Porcos Grande, do cirurgião plástico Ivo Pitanguy. **(Com)** (03) A chuva causou dois deslizamentos de terra, (04) que abriram um gigantesco clarão na propriedade. **(Av)** (05) "Em quarenta anos na ilha, (06) nunca vimos nada parecido", (07) diz Helcius Pitanguy, filho do cirurgião.



(sn7/r4/v)

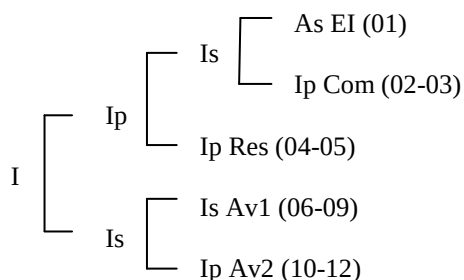
#### (Su) (01) Não foi o rio que derrubou a ponte

**(Com)** (02) No último dia 5, (03) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despencou. (04) Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre a estrutura de 132 metros que desabou. (05) Três delas morreram. (06) Outras duas ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira. (07) O governo gaúcho atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí. (08) Por essa versão, (09) o rio subiu até a pista, (10) que se partiu. (11) Os sobreviventes dão outro testemunho. (12) "As águas estavam 5 metros abaixo do concreto", (13) diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos. **(EI)** (14) Erguida há 47 anos, (15) a ponte já apresentara falhas de engenharia. (16) Nos anos 70, (17) seu vão central afundou, (18) formando um enorme degrau. (19) Seus alicerces não eram vistoriados havia três anos, (20) e, dois anos atrás, (21) os promotores estaduais começaram a apurar a negligência na manutenção da rodovia da qual ela faz parte.



(sn8/r4/v/com/sn7)

**(EI)** (01) No último dia 5, **(Com)** (02) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despencou. (03) Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre a estrutura de 132 metros que desabou. **(Res)** (04) Três delas morreram. (05) Outras duas ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira. **(Av1)** (06) O governo gaúcho atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí. (07) Por essa versão, (08) o rio subiu até a pista, (09) que se partiu. **(Av2)** (10) Os sobreviventes dão outro testemunho. (11) "As águas estavam 5 metros abaixo do concreto", (12) diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos.

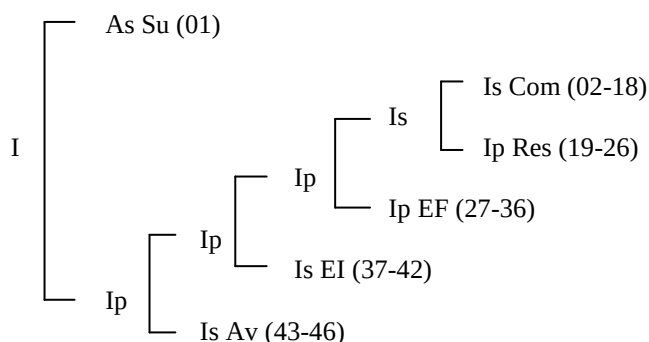


(sn9/r4/v)

#### (Su) (01) Três séculos de história escorreram em poucas horas

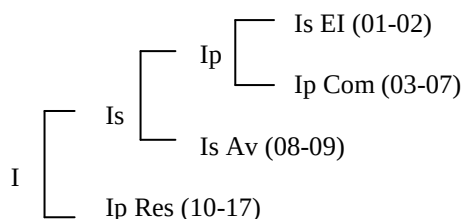
**(Com)** (02) Na noite de 31 de dezembro, (03) quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, (04) a garoa começou. (05) Durante a madrugada, (06) virou chuva grossa (07) e, no início da tarde do dia 1º, (08) o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava. (09) "Ele subia 50 centímetros a cada meia hora", (10) lembra a prefeita

Ana Lúcia Bilard Sicherle. (11) Na madrugada do dia 2, (12) com dezenas de casas submersas, (13) a luz da cidade teve de ser desligada (14) para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco. (15) A essa altura, (16) o Paraitinga estava quase 10 metros acima do nível normal (17) e, nas ruas, (18) a enchente invadia até o 2º andar dos sobrados. **(Res)** (19) Foi só no começo da tarde do dia 2, (20) quando as águas finalmente começaram a baixar, (21) que os 10 000 moradores de São Luiz do Paraitinga puderam ver toda a extensão da tragédia. (22) O centro histórico, na parte mais baixa da cidade, parecia ter sido alvo de um bombardeio. (23) Dezenas de casarões coloniais – construções de pau a pique e taipa do auge do período cafeeiro – foram ao chão. (24) Estima-se que 25% do centro histórico tenha sido destruído. (25) A Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa desapareceu da paisagem. (26) Mais de 2 000 moradores, um terço da população urbana, tiveram suas casas destruídas ou interditadas. **(EF)** (27) Na semana passada, (28) cinco dias depois do temporal, (29) São Luiz ainda era só escombros. (30) Bujões de gás podiam ser vistos em cima de telhados (31) e carros se equilibravam por sobre os pedaços que haviam restado da igreja matriz, (32) onde quase todo mundo na cidade se casou ou foi batizado. (33) Praticamente só o que restou de São Luiz foram 1 000 toneladas de entulhos, (34) que um vaivém de caminhões agora tenta recolher. (35) A Igreja do Rosário, na parte alta do município, foi transformada em quartel-general, (36) no qual centenas de pessoas, coordenadas por voluntários ao microfone, distribuem leite e alimentos aos desabrigados. **(EI)** (37) Além da agropecuária, (38) São Luiz do Paraitinga tinha no turismo uma de suas principais fontes de renda. (39) A cidade era dona de um dos maiores conjuntos arquitetônicos tombados do Estado (40) – mais de 400 de suas construções eram consideradas patrimônio histórico. (41) Só no Carnaval, (42) o lugar recebia 200 000 turistas, atraídos pelo charme de suas casinhas coloridas, suas ladeiras e bandas de música especializadas em marchinhas antigas. **(Av)** (43) Apenas daqui a noventa dias (44) se saberá quanto tempo e dinheiro serão necessários para reerguer o que a chuva destruiu. (45) Sem praça, sem banda de música, e com tantos motivos para tristeza, (46) São Luiz terá neste ano o seu Carnaval mais silencioso.



(sn10/r4/v/Com/sn9)

**(EI)** (01) Na noite de 31 de dezembro, (02) quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, **(Com)** (03) a garoa começou. (04) Durante a madrugada, (05) virou chuva grossa (06) e, no início da tarde do dia 1º, (07) o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava. **(Av)** (08) "Ele subia 50 centímetros a cada meia hora", (09) lembra a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle. **(Res)** (10) Na madrugada do dia 2, (11) com dezenas de casas submersas, (12) a luz da cidade teve de ser desligada (13) para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco. (14) A essa altura, (15) o Paraitinga estava quase 10 metros acima do nível normal (16) e, nas ruas, (17) a enchente invadia até o 2º andar dos sobrados.



## ANEXO A3

### Distribuição das sequências narrativas pelos subtipos dos episódios

#### 1 Sumário

- a) Busca despertar a curiosidade do leitor sobre as causas de um acontecimento informado no próprio sumário, acontecimento de que trata a sequência.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de sumário são: sn1/r1/c, sn4/r1/c, sn1/r2/c, sn7/r3/c, sn9/r3/c, sn4/r4/c, sn10/r4/c, sn3/r1/e, sn4/r1/e, sn8/r1/e/EF/sn7, sn2/r3/e, sn4/r3/e, sn1/r4/e, sn4/r4/e, sn4/r2/i, sn6/r2/i, sn7/r3/i, sn1/r4/i, sn6/r4/i, sn7/r4/i/Com/sn6, sn3/r1/v, sn4/r1/v, sn13/r1/v, sn19/r1/v, sn21/r1/v/Com/sn20, sn23/r1/v, sn1/r2/v, sn1/r4/v, sn7/r4/v.

- b) Anuncia que os episódios seguintes vão exemplificar um problema ou uma questão mencionada no cotexto.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de sumário são: sn2/r1/c, sn6/r2/c, sn5/r3/c, sn6/r3/c, sn8/r3/c, sn8/r4/c, sn10/r2/i, sn5/r3/i/EI/sn4, sn1/r1/v, sn16/r1/v.

- c) Indica que os episódios seguintes vão esclarecer uma informação implícita, que pode ser inferida de termo elíptico, ou o sentido de termo linguístico presente no próprio sumário (expressões indefinidas, nominalizações de verbos, orações subordinadas, todo o sumário).

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de sumário são: sn7/r2/c, sn1/r4/c, sn2/r4/e/Com/sn1, sn5/r4/e, sn1/r1/i, sn4/r1/i, sn8/r2/i, sn2/r3/i, sn3/r3/i/Com/sn2, sn5/r4/i/Res/sn3, sn11/r4/i, sn7/r1/v, sn9/r1/v, sn15/r1/v, sn18/r1/v, sn20/r1/v, sn22/r1/v, sn24/r1/v, sn2/r4/v, sn9/r4/v.

- d) Apresenta um problema geral, que será particularizado nos episódios seguintes.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de sumário são: sn9/r2/c, sn5/r2/e, sn7/r2/i, sn9/r2/i, sn5/r4/v/EI/sn3.

## **2 Estágio inicial**

- a) Ancora os acontecimentos narrados em relação a um marco temporal, que costuma ser a data de publicação da revista.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de estágio inicial são: sn4/r2/c/Com/sn3, sn4/r3/c/EF/sn1, sn7/r3/c, sn9/r3/c, sn10/r3/c, sn3/r4/c/EI/sn2, sn3/r2/e, sn2/r3/e, sn4/r3/e, sn3/r4/e, sn4/r4/e(EI 1 e 2), sn5/r2/i/Com/sn4, sn2/r4/i/EI/sn1, sn4/r4/i/Com/sn3, sn7/r4/i/Com/sn6, sn9/r4/i, sn12/r4/i/Su/sn11, sn2/r1/v/Com/sn1, sn6/r1/v/Res/sn5, sn11/r1/v/Com/sn9, sn17/r1/v/Com/sn16, sn3/r3/v, sn5/r4/v/EI/sn3, sn9/r4/v/com/sn7, sn10/r4/v/Com/sn9.

- b) Ancora espacialmente os acontecimentos narrados, sinalizando o local ou a circunstância em que ocorreram.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de estado inicial são: sn2/r1/c, sn3/r1/c, sn3/r2/c, sn6/r2/c, sn4/r1/e, sn6/r1/e, sn2/r2/e, sn1/r2/i, sn2/r2/i, sn3/r2/i, sn6/r2/i, sn8/r1/v/EI/sn7, sn6/r4/v, sn3/r1/e, sn8/r1/e/EF/sn7, sn5/r4/e(EI 1), sn1/r1/i, sn8/r2/i.

- c) Apresenta os acontecimentos que antecederam a complicação, contextualizando-a.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de estágio inicial são: sn1/r1/c, sn5/r2/c, sn1/r3/c, sn5/r3/c, sn2/r4/c, sn4/r4/c, sn5/r4/c, sn6/r4/c/Com/sn5, sn8/r4/c, sn9/r4/c, sn5/r1/e, sn7/r1/e, sn1/r2/e, sn5/r2/e, sn1/r3/e, sn1/r4/e, sn2/r4/e/Com/sn1, sn5/r4/e(EI 2), sn2/r1/i/Com/sn1, sn3/r1/i, sn4/r1/i, sn4/r2/i, sn7/r2/i, sn10/r2/i, sn1/r3/i, sn4/r3/i, sn5/r3/i/EI/sn4, sn6/r3/i/Com/sn4, sn7/r3/i, sn1/r4/i, sn6/r4/i, sn8/r4/i/Res/sn6, sn10/r4/i/Res/sn9, sn3/r1/v, sn5/r1/v, sn7/r1/v, sn9/r1/v,

sn10/r1/v/EI/sn9, sn13/r1/v, sn14/r1/v/Com/sn13, sn15/r1/v, sn18/r1/v, sn20/r1/v, sn22/r1/v, sn24/r1/v, sn1/r2/v, sn2/r2/v, sn1/r3/v, sn2/r3/v, sn1/r4/v, sn3/r4/v, sn4/r4/v/Com/sn3, sn7/r4/v, sn9/r4/v.

### 3 Complicação

As sequências constantes do corpus permitiram o estabelecimento de dez tipos de complicação, que são:

a) exemplos de descaso do poder público para com a população.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn1/r1/c, sn2/r2/e, sn5/r2/e, sn11/r2/i, sn3/r4/v, sn4/r4/v/Com/sn3, sn7/r4/v.

b) desastres naturais.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn2/r1/c, sn3/r1/c, sn2/r2/c/Com/sn1, sn1/r2/i, sn2/r2/i, sn3/r2/i, sn4/r2/i, sn5/r2/i/Com/sn4, sn6/r2/i, sn10/r2/i, sn1/r4/v, sn6/r4/v, sn9/r4/v, sn10/r4/v/Com/sn9.

c) problemas enfrentados por cidadãos.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn4/r1/c, sn3/r2/c, sn4/r2/c/Com/sn3, sn6/r2/c, sn2/r4/c, sn3/r4/c/EI/sn2, sn2/r3/e, sn7/r2/i, sn8/r2/i, sn9/r2/i, sn4/r3/i, sn5/r3/i/EI/sn4, sn6/r3/i/Com/sn4, sn1/r3/v, sn8/r4/v/com/sn7.

d) ações (linguageiras ou não) realizadas por empresas, órgãos ou figuras públicas.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn1/r2/c, sn5/r2/c, sn7/r2/c, sn8/r2/c, sn9/r2/c, sn1/r3/c, sn2/r3/c/Com/sn1, sn3/r3/c/Res/sn1, sn5/r3/c, sn7/r3/c, sn11/r3/c, sn4/r4/c, sn3/r1/e, sn5/r1/e, sn6/r1/e,

sn1/r2/e, sn4/r2/e, sn3/r3/e, sn3/r4/e, sn5/r4/e, sn3/r1/i, sn1/r3/i, sn2/r4/i/EI/sn1, sn4/r4/i/Com/sn3, sn5/r4/i/Res/sn3, sn8/r4/i/Res/sn6, sn9/r4/i, sn10/r4/i/Res/sn9, sn2/r1/v/Com/sn1, sn5/r1/v, sn8/r1/v/EI/sn7, sn10/r1/v/EI/sn9, sn2/r2/v.

e) acontecimentos relativos a negociações políticas.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn4/r3/c/EF/sn1, sn6/r3/c, sn1/r4/i, sn3/r4/i, sn6/r4/i, sn7/r4/i/Com/sn6, sn11/r4/i, sn12/r4/i/Su/sn11.

f) vazamentos de informações sigilosas.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn1/r4/e, sn2/r4/e/Com/sn1, sn1/r1/i, sn2/r1/i/Com/sn1.

g) problemas ou irregularidades na gestão de órgãos públicos.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn8/r3/c, sn9/r3/c, sn10/r3/c, sn5/r4/c, sn6/r4/c/Com/sn5, sn7/r4/c/Res/sn5, sn1/r3/e, sn4/r3/e, sn4/r1/i, sn3/r3/v.

h) investigação sobre a atuação de empresa, órgão público ou figura política.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn1/r1/e, sn3/r2/e, sn1/r1/v, sn3/r1/v, sn4/r1/v, sn6/r1/v/Res/sn5, sn7/r1/v, sn9/r1/v, sn11/r1/v/Com/sn9, sn12/r1/v/Res/sn9, sn13/r1/v, sn14/r1/v/Com/sn13, sn15/r1/v, sn16/r1/v, sn17/r1/v/Com/sn16, sn18/r1/v, sn19/r1/v, sn20/r1/v, sn21/r1/v/Com/sn20, sn22/r1/v, sn23/r1/v, sn24/r1/v.

i) ação praticada por criminosos (contrabandistas, traficantes, políticos corruptos, etc).



As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn1/r4/c, sn8/r4/c, sn2/r1/e, sn4/r1/e, sn7/r1/e, sn8/r1/e/EF/sn7, sn4/r4/e, sn2/r3/i, sn3/r3/i/Com/sn2, sn7/r3/i, sn1/r2/v, sn2/r3/v, sn5/r4/v/EI/sn3.

j) acontecimento histórico relativo ao tópico da reportagem ou da sequência narrativa.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de complicação são: sn9/r4/c, sn10/r4/c, sn2/r4/v.

#### **4 Avaliação**

1) Por meio da avaliação, o próprio jornalista faz:

a) uma denúncia.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de avaliação são: sn1/r1/c, sn8/r2/c(Av 1), sn8/r3/c, sn4/r4/e, sn11/r2/i(Av 1), sn2/r3/i, sn1/r4/v.

b) um esclarecimento (que não precisa ser imparcial).

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de avaliação são: sn2/r4/c, sn4/r4/c, sn8/r4/c, sn10/r4/c(Av 1), sn2/r4/e/Com/sn1, sn3/r4/e(Av 1), sn5/r4/e, sn2/r1/i/Com/sn1, sn5/r2/i/Com/sn4(Av 2), sn9/r2/i, sn7/r3/i(Av 3), sn8/r4/i/Res/sn6, sn10/r4/i/Res/sn9, sn22/r1/v, sn2/r4/v.

c) uma crítica.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de avaliação são: sn7/r3/c, sn9/r3/c, sn11/r3/c(Av 1), sn1/r4/c, sn6/r4/c/Com/sn5, sn10/r4/c(Av 2), sn1/r3/e, sn3/r3/e, sn11/r4/i, sn3/r1/v, sn4/r1/v(Av 2), sn20/r1/v(Av1), sn24/r1/v, sn1/r3/v, sn3/r3/v, sn3/r4/v, sn4/r4/v/Com/sn3, sn5/r4/v/EI/sn3.

d) um elogio.

A única sequência narrativa do corpus que apresenta esse tipo de avaliação é: sn6/r1/v/Res/sn5.

e) uma previsão.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de avaliação são: sn6/r3/c, sn11/r3/c(Av 2), sn3/r4/e(Av 2), sn1/r1/i, sn9/r4/v.

2) Por meio da avaliação, o jornalista representa personagens (policiais, ministros, empresas, presidentes de empresas, delegados, governadores, especialistas, integrantes da população, etc) fazendo:

a) uma reclamação.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de avaliação são: sn1/r2/c, sn6/r2/c, sn5/r2/i/Com/sn4(Av 1), sn7/r2/i, sn1/r3/i, sn7/r3/i(Av 2), sn1/r4/i, sn4/r1/v(Av 1).

b) uma acusação.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de avaliação são: sn3/r1/c, sn3/r4/c/EI/sn2, sn2/r2/e, sn11/r2/i(Av 2), sn4/r3/i(Av 1 e 2), sn7/r3/i(Av 1), sn4/r4/i/Com/sn3.

c) uma previsão.

A única sequência narrativa do corpus que apresenta esse tipo de avaliação é: sn2/r1/v/Com/sn1.

d) um esclarecimento.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de avaliação são: sn4/r1/c, sn5/r2/c, sn8/r2/c(Av 2), sn9/r4/c, sn2/r1/e, sn1/r2/e, sn4/r2/e, sn4/r3/e, sn3/r1/i, sn4/r2/i, sn6/r2/i, sn10/r2/i, sn3/r4/i, sn6/r4/i(Av 1 2), sn9/r4/i, sn5/r1/v, sn1/r2/v, sn6/r4/v, sn8/r4/v/com/sn7(Av 1), sn10/r4/v/Com/sn9.

e) uma contestação.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de avaliação são: sn5/r2/e, sn20/r1/v(Av2), sn8/r4/v/com/sn7(Av 2).

## 5 Resolução

a) Acontecimento previsto (resultado esperado).

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de resolução são: sn2/r1/c, sn3/r1/c, sn2/r2/c/Com/sn1, sn4/r2/c/Com/sn3, sn6/r2/c, sn7/r2/c, sn8/r2/c, sn9/r2/c, sn1/r3/c, sn2/r3/c/Com/sn1, sn4/r3/c/EF/sn1, sn6/r3/c, sn7/r3/c, sn8/r3/c, sn9/r3/c, sn10/r3/c, sn5/r4/c, sn7/r4/c/Res/sn5, sn9/r4/c, sn10/r4/c, sn1/r1/e, sn5/r1/e, sn8/r1/e/EF/sn7, sn4/r2/e, sn1/r3/e, sn2/r3/e, sn3/r3/e, sn3/r4/e, sn4/r4/e, sn5/r4/e, sn1/r2/i, sn2/r2/i, sn4/r2/i, sn10/r2/i, sn2/r3/i, sn3/r3/i/Com/sn2, sn4/r3/i, sn6/r3/i/Com/sn4, sn3/r4/i, sn5/r4/i/Res/sn3, sn6/r4/i, sn7/r4/i/Com/sn6, sn8/r4/i/Res/sn6, sn9/r4/i, sn12/r4/i/Su/sn11, sn3/r1/v, sn4/r1/v, sn5/r1/v, sn7/r1/v, sn9/r1/v, sn10/r1/v/EI/sn9, sn14/r1/v/Com/sn13, sn15/r1/v, sn16/r1/v, sn17/r1/v/Com/sn16, sn18/r1/v, sn19/r1/v, sn20/r1/v, sn21/r1/v/Com/sn20, sn22/r1/v, sn24/r1/v, sn1/r2/v, sn3/r3/v, sn2/r4/v, sn8/r4/v/com/sn7, sn10/r4/v/Com/sn9.

b) Acontecimento imprevisto (resultado inesperado).

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de resolução são: sn4/r1/c, sn3/r2/c, sn3/r3/c/Res/sn1, sn5/r3/c, sn11/r3/c, sn8/r4/c, sn2/r1/e, sn3/r2/e, sn3/r1/i, sn8/r2/i, sn11/r2/i, sn7/r3/i, sn2/r4/i/EI/sn1, sn4/r4/i/Com/sn3, sn1/r1/v, sn8/r1/v/EI/sn7, sn11/r1/v/Com/sn9, sn12/r1/v/Res/sn9, sn13/r1/v, sn23/r1/v, sn2/r2/v, sn1/r3/v, sn2/r3/v, sn5/r4/v/EI/sn3, sn9/r4/v.

## 6 Estágio final

Esse episódio pode ser:

- a) a ação motivada por acontecimento expresso geralmente na resolução.

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de estágio final são: sn2/r2/c/Com/sn1, sn1/r3/c, sn2/r3/c/Com/sn1, sn3/r3/c/Res/sn1, sn5/r3/c, sn10/r3/c, sn2/r1/e, sn5/r1/e, sn6/r1/e, sn7/r1/e, sn4/r4/e, sn2/r2/i, sn3/r1/v, sn4/r1/v, sn7/r1/v, sn8/r1/v/EI/sn7, sn11/r1/v/Com/sn9, sn12/r1/v/Res/sn9, sn13/r1/v, sn16/r1/v, sn22/r1/v, sn1/r2/v, sn2/r2/v, sn2/r3/v.

- b) o estado atual dos personagens da sequência narrativa (como tudo ficou ou está após os acontecimentos narrados).

As sequências narrativas do corpus que apresentam esse tipo de estágio final são: sn9/r2/c, sn3/r2/c, sn4/r2/e, sn11/r2/i, sn4/r3/i, sn7/r3/i, sn6/r4/i, sn5/r1/v, sn18/r1/v, sn23/r1/v, sn24/r1/v, sn2/r4/v, sn4/r4/v/Com/sn3, sn9/r4/v.

## ANEXO B1

### Análise do módulo sintático

**Abreviaturas das formas verbais:** presente (P), pretérito perfeito 1 (PP1), pretérito perfeito 2 (PP2), pretérito imperfeito (PI), futuro do presente (FPs), futuro do pretérito (FPt), futuro do pretérito composto (FPtC), pretérito-mais-que-perfeito (PMP), pretérito-mais-que-perfeito composto (PMPC), pretérito perfeito composto (PPC).

#### Revista Carta Capital

##### A culpa não é só da natureza (r1)

(sn1/r1/c)

**(Su)** (01) À medida que os dias passaram [PP1], (02) desde o fatídico 1º de janeiro, (03) ficou [PP1] mais e mais evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados [PP1] apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas. (04) Estas, não resta [P] dúvida, têm sido [PPC] especialmente severas desde o último trimestre de 2009, (05) sob a influência do aquecimento anormal das águas do pacífico. **(EI)** (06) Em anos passados, (07) o *El Niño*, como é [P] conhecido o fenômeno que atinge [P] as águas equatoriais desse oceano, também causou [PP1] estragos consideráveis, com enchentes e deslizamentos de terra em várias cidades do território nacional. (08) Também não resta [P] dúvida de que neste ano a situação foi [PP1] ainda mais grave. **(Com)** (09) O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande do Sul, sugerem [P] que uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai [P] sobre a ação humana, (10) como têm alertado [PPC] alguns especialistas. (11) Ou sobre a inação, conforme o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades. **(Av)** (12) Em matéria de uso do solo, (13) a regra nacional ainda é [P] a ausência de regulação pública ou o descaso com as leis existentes, (14) mantidas apenas no papel.

(sn2/r1/c)

**(Su)** (01) É [P] o caso da Pousada Sankay, **(EI)** (02) na Ilha Grande, (03) construída na encosta de um morro, **(Res)** (04) e que veio [PP1] abaixo nas primeiras horas do ano **(Com)** (05) por conta de um deslizamento de terra.

(sn3/r1/c)

**(EI)** (01) No caso do Rio Grande do Sul, **(Res)** (02) onde 13 rodovias tiveram de ser [PP1] interditadas **(Com)** (03) por causa das chuvas, **(Av)** (04) faltou [PP1] ao poder público verificar as estruturas da ponte

sobre o rio Jacuí, de 314 metros e com mais de 40 anos de vida útil no momento da queda, (05) conforme alegação de engenheiros civis nos dias seguintes ao acidente.

(sn4/r1/c)

**(Su)** (01) No litoral paulista, (02) os estragos materiais e o número de vítimas foram [PP1] bem menores. (03) Ainda assim não faltaram [PP1] evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão [P] acesso ao litoral norte do estado. **(Com)** (04) Quem passou [PP1] o réveillon em Ubatuba enfrentou [PP1] até 18 horas de congestionamento para chegar a São Paulo (05) – e nada menos que 12 horas para alcançar a vizinha Caraguatatuba, um trajeto de 54 quilômetros. (06) A situação ali foi agravada [PP1] pela interdição de rodovias e a falta de informações. **(Res)** (07) No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba, (08) os policiais preferiram manter [PP1] os telefones fora do gancho (09) para não ser incomodados. **(Av)** (10) “Não sabemos [P] como está [P] a situação na direção de Caraguatatuba, (11) cuidamos [P] apenas do trecho entre Ubatuba e Paraty. (12) Parece [P] que o jeito é [P] rodar mais 400 quilômetros e ir por Angra”, (13) afirma [P/PP1], na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento.

#### **São Paulo na lama (r2)**

(sn1/r2/c)

**(Su)** (01) O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa [P/PP1] pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo. (02) Ao redor dos trabalhadores, (03) um cenário de destruição. **(Com)** (04) Ao menos uma dezena de casas já *havia sido demolida* [PMPC/PP1] por ordem da prefeitura, (05) após a remoção das famílias que concordaram [PP1] em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, (06) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro. **(Av)** (07) De uniforme azul, (08) o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta [P/PP1]: (09) “Hoje derrubo [P] a casa dos outros. (10) Amanhã pode ser [P/FPs] a minha”.

(sn2/r2/c/Com/sn1)

**(EF)** (01) Ao menos uma dezena de casas já *havia sido demolida* [PMPC/PP1] por ordem da prefeitura, **(Res)** (02) após a remoção das famílias que concordaram [PP1] em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, **(Com)** (03) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro.

(sn3/r2/c)

**(EI)** (01) Crispim mora [P] com a família em uma casa de quatro cômodos no Jardim Pantanal, próximo de onde *cumpria* [PI/P] a amarga tarefa de demolição. **(Com)** (02) No dia da cheia, (03) seus móveis *ficaram* [PP2] meio metro submersos. (04) Somente após duas semanas, (05) a água *saiu* [PP2] da

residência. **(Res)** (06) Passados 35 dias da enchente, (07) a inundação *persistia* [PI] no quintal e nas ruas do bairro, (08) tomadas por um lodo escuro e fétido, mistura das águas da chuva com o esgoto que *deixou de ser* [PP2] bombeado por uma estação de tratamento atingida pelas chuvas. **(EF)** (09) O cenário é [P] recorrente em ao menos sete bairros do distrito Jardim Helena, na divisa com os municípios de Guarulhos e Itaquaquetuba, Grande São Paulo.

(sn4/r2/c/Com/sn3)

**(EI)** (01) No dia da cheia, **(Com)** (02) seus móveis *ficaram* [PP2] meio metro submersos. **(Res)** (03) Somente após duas semanas, (04) a água *saiu* [PP2] da residência.

(sn5/r2/c)

**(EI)** (01) Diante das reclamações de moradores, **(Com)** (02) a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou [PP1] com uma ação pedindo a suspensão das remoções (03) até que o processo seja discutido com a população. **(Av)** (04) “Estamos falando [P] de pessoas, e não de objetos que podem ser removidos [P] de um lugar para o outro. (05) Eles querem [P] sair do local, (06) mas com um mínimo de dignidade”, (07) afirma [P/PP1] Carlos Henrique Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria. (08) Ele também lembra [P/PP1] que deslocar a população de forma não planejada é [P] apenas uma forma de transferir o problema, (09) “você tira [P] a pobreza de um lado e coloca [P] do outro”.

(sn6/r2/c)

**(Su)** (01) Exemplos não são [P] difíceis de ser encontrados, (02) como é [P] o caso da família do pedreiro João Luiz da Silva, 55 anos. **(EI)** (03) Eles *moravam* [PI] na extinta Vila Nair, (04) removida para a construção do anel viário que liga [P] a avenida Jacu Pêssego com a rodovia Ayrton Senna. **(Com)** (05) Com o dinheiro da indenização, 9 mil reais, (06) *compraram* [PP2] uma casa no Jardim Iguatemi, (07) e *foram novamente despejados* [PP2], desta vez para a construção de um dos trechos do Rodoanel. **(Res)** (08) Com a indenização de 11 mil reais (09) *compraram* [PP2] um barraco na Chácara Três Meninas, um dos bairros castigados pela cheia e alvo de novas desapropriações. **(Av)** (10) “É [P] terceira vez que querem nos expulsar [P]”, (11) diz [P/PP1] Silva, cansado da vida itinerante.

(sn7/r2/c)

**(Su)** (01) Revoltada, (02) a moradora de um conjunto habitacional que sofreu [PP1] com as inundações constrangeu [PP1] o prefeito Gilberto Kassab (DEM), no início de janeiro, (03) ao cobrar ações mais efetivas da prefeitura. **(Com)** (04) “Vamos pôr [P/FPs] o pé na lama? (05) Nós queremos [P] o senhor lá para sentir na pele o que a gente sente [P]”, (06) disse [PP1] na ocasião. **(Res)** (07) “Todos estão fazendo [P] o maior esforço possível em prol das famílias”, (08) respondeu [PP1] o Kassab, (09) reiterando que a prefeitura está oferecendo [P] o auxílio-aluguel e se empenha [P] na busca de soluções.

(sn8/r2/c)

**(Com)** (01) Além do interesse do governo estadual pela área, (02) uma reportagem publicada pelo portal UOL revelou [PP1] que as seis comportas da barragem da Penha *foram fechadas* [PP2] na madrugada da enchente, (03) e só *foram reabertas* [PP2] dois dias depois. **(Av1)** (04) A ação *teria evitado* [FPtC] o alagamento da marginal do Tietê, (05) onde o governo realiza [P] um conjunto de obras viárias orçado em 1,3 bilhão de reais. **(Res)** (06) A informação levou [PP1] o promotor de Justiça Eduardo Valerio a instaurar um inquérito para apurar se o fechamento da barragem *poderia ter causado* [FPtC/PP2] a inundação da zona leste. **(Av2)** (07) “Ainda estamos investigando [P], (08) mas aparentemente este incidente não *seria* [FPt/P] o suficiente para alagar toda a região, (09) já que é [P] um procedimento de rotina, realizado mais de 30 vezes em 2009”, (10) afirma [P/PP1] Valerio. (11) “Mas há [P] fortes indícios de que o assoreamento do Tietê e as intervenções de grandes indústrias instaladas na região podem ter criado [P/PP2] um ambiente favorável às enchentes. (12) Se ficar comprovado que o governo *foi* [PP2] omissos, (13) o Estado pode ser responsabilizado [P/FPs].”

(sn9/r2/c)

**(Su)** (01) Além disso, [a Defensoria] destaca [P/PP1] que a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não devem ser atribuídas [P] apenas às comunidades pobres, (02) uma vez que o poder público disponibilizou [PP2] infraestrutura urbana, (03) como água encanada, escolas, asfaltamento e energia. **(Com)** (04) No Jardim Romano, por exemplo, (05) o prefeito Gilberto Kassab (DEM) inaugurou [PP1] no ano passado um Centro Educacional Unificado (CEU). (06) Na mesma rua Capachós, (07) um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal também foi inaugurado [PP1] recentemente. **(Res)** (08) Os investimentos fizeram [PP1] com que a prefeitura revisasse os valores de imóveis na região, (09) com vistas ao cálculo do IPTU de 2010. (10) A valorização chega [P] a 187%. **(EF)** (11) Só que, hoje, tanto a escola como a Cohab têm [P] a entrada bloqueada pelo lodo.

## Revista Época

### É possível evitar? (r2)

(sn1/r2/e)

**(EI)** (01) Na semana passada, (02) depois de sobrevoar de helicóptero o trecho do litoral fluminense mais castigado pelas chuvas, **(Com)** (03) o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou [PP1] que o governo federal vai liberar [P/FPs] R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense. **(Av)** (04) O ministro admitiu [PP1] que, em 2009, o governo *gastou* [PP2] apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas. (05) A maior parte do orçamento *serviu* [PP2] para reconstruir estradas e casas em Santa Catarina, (06) cujo Vale do Itajaí *foi arrasado* [PP2] pelas chuvas no fim de 2008.



(sn2/r2/e)

**(EI)** (01) No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, **(Com)** (02) só se *gastou* [PP2] 1,17% em ações preventivas. **(Av)** (03) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou [PP1] os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil. (04) Para ele, (05) no Estado do Rio (06) a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é [P] mais grave (07) “porque associa [P] a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime”.

(sn3/r2/e)

**(EI)** (01) No final de 2007, **(Com)** (02) a Operação Carta Marcada, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, *tentou varrer* [PP2] de Angra dos Reis os responsáveis por fraudar licenças ambientais (03) para liberar obras irregulares. (04) *Figuravam* [PI] da lista de presos funcionários da prefeitura suspeitos de desviar R\$ 80 milhões dos cofres públicos. **(Res)** (05) Só dois anos depois (06) o prefeito Tuca Brandão anuncia [P/FPt] a proibição de construções e ampliações em 15 morros do município.

(sn4/r2/e)

**(Com)** (01) Antes de remover as casas, (02) o governo “*congelou*” [PP2] a área invadida. (03) Cerca de 70 homens da Polícia Militar Ambiental *circulavam* [PI] diariamente na região – a pé e motorizados – (04) para interditar novas edificações. (05) O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) *identificou* [PP2] ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. (06) As famílias nesses locais *seriam* [FPt] prioritárias para desocupação. **(Res)** (07) O programa *seguir* [PP2] com a construção de novos bairros. **(EF)** (08) A entrega das casas, prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida [PP1]. **(Av)** (09) “Parte das famílias contempladas poderá ocupar [FPs] as habitações ainda no primeiro semestre deste ano”, (10) diz [P/PP1] Edmur Mesquita, coordenador do programa.

(sn5/r2/e)

**(Su)** (01) Decretos estaduais não podem violar [P] a Constituição Federal, (02) que proíbe [P] obras em áreas de risco (03) como encostas, manguezais e rochas. **(EI)** (04) Ambientalistas criticaram [PP1] o decreto assinado em junho passado pelo governador Sérgio Cabral, **(Com)** (05) acusando-o de favorecer novas construções na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios, (06) que engloba [P] a Ilha Grande. **(Av)** (07) “APA não é [P] sinônimo de não poder fazer nada”, (08) afirma [P/PP1] Luiz Firmino, presidente do Inea. (09) Segundo Firmino, (10) o decreto ajuda [P] a diminuir a degradação, (11) pois permite [P] construções em 10% de algumas áreas degradadas (12) apenas com a condição de que o proprietário recupere os outros 90% do terreno.

### O bolívar forte ficou fraco (r3)

(sn1/r3/e)

**(Com)** (01) A economia da Venezuela *entrou* [PP2] cambaleante em 2010. **(EI)** (02) A crise global *reduziu* [PP2] a demanda por petróleo, responsável por 94% das exportações venezuelanas, (03) e *levou* [PP2] o país a sua primeira recessão em cinco anos (04) – queda de 2,9% do PIB em 2009. **(Av)** (05) O presidente Hugo Chávez *estava pressionado* [PI] a tomar medidas (06) para inverter o cenário recessivo. **(Res)** (07) E a solução chavista veio [PP1] na semana passada: (08) desvalorizar o bolívar forte, a moeda venezuelana.

(sn2/r3/e)

**(Su)** (01) O mercado financeiro internacional gostou [PP1]. (02) Não se pode dizer [P] o mesmo do povo venezuelano. **(EI)** (03) No fim de semana anterior à adoção do novo câmbio, **(Com)** (04) milhares de pessoas *correram* [PP2] aos supermercados (05) para comprar o que fosse possível, **(Res)** (06) antes de o comércio aumentar o preço dos produtos.

(sn3/r3/e)

**(Com)** (01) Em seu já conhecido estilo, (02) Chávez *mandou* [PP2] o Exército às lojas (03) para impedir a remarcação de preços, (04) dizendo não haver motivos para “especulação”. **(Av)** (05) Em outra medida pirotécnica, **(Res)** (06) *anunciou* [PP2] que um navio está vindo [P/PI] da China carregado de televisores, geladeiras e máquinas de lavar, (07) para serem vendidos a preços baixos à população.

(sn4/r3/e)

**(Su)** (01) Enquanto a população se vira [P] para ajustar a renda ao novo cenário, (02) o governo não faz [P] esforço para conter suas despesas. **(EI)** (03) No ano passado, **(Com)** (04) os gastos públicos chegaram [PP1] a cerca de R\$ 145 bilhões, (05) 17% a mais que em 2008. **(Av)** (06) “Não há [P] mágica para melhorar a situação fiscal. (07) Tem de haver [P] redução de gastos (08) e, eventualmente, aumento de arrecadação”, (09) diz [P/PP1] Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil.

**Eles não deveriam estar aqui (r2)**

(sn1/r2/i)

**(EI)** (01) Já em São Luiz do Paraitinga (02) não *havia* [PI] nenhum indício de que o centro histórico dessa cidade famosa por seu Carnaval estivesse em uma área de risco. **(Com)** (03) Mas mesmo assim a enxurrada simplesmente *destruiu* [PP2] todo o comércio e o seu patrimônio histórico, **(Res)** (04) abalando de forma consistente a principal indústria do município: (05) o turismo.

(sn2/r2/i)

**(EI)** (01) Em Belo Horizonte, **(Res)** (02) a garagem de um edifício de classe média *foi invadida* [PP2] pela lama **(Com)** (03) após uma chuva torrencial **(EF)** (04) e os moradores *tiveram de deixá-la* [PP2] na primeira manhã de 2010.

(sn3/r2/i)

**(EI)** (01) E na ilha do cirurgião plástico Ivo Pintanguy, em Angra, **(Com)** (02) *ocorreram* [PP2] dois grandes deslizamentos.

(sn4/r2/i)

**(Su) (01) A cidade histórica que desapareceu [PP1] sob as águas**

**(Com)** (02) São Luiz do Paraitinga não existe [P] mais. (03) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam [P] de repetir esta frase (04) desde a inundação que castigou [PP1] a região, (05) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. (06) E, de certa forma, eles não estão [P] errados. (07) Apesar de o poder público garantir que abrirá [FPs] os cofres para ela ser reerguida (08) – 80% do centro histórico praticamente desapareceu [PP1] –, (09) especialistas explicam [P] que grande parte do valor do patrimônio foi [PP1] embora com a enxurrada que jogou [PP1] a localidade num pesadelo. **(Res)** (10) Da população de pouco mais de 12 mil habitantes, (11) cinco mil ficaram [PP1] desabrigados. (12) O centro, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), ruiu [PP1]. (13) Duas escolas municipais, o prédio da prefeitura, cartórios e correios, além de um dos grandes símbolos do município, a Igreja da Matriz, foram reduzidos [PP1] a uma ou outra parede mais resistente e a uma enorme pilha de entulho. (14) “*Ouvíamos* [PI] dos moradores mais antigos que na pior enchente de São Luiz a água *chegou* [PP2] ao terceiro degrau da Igreja da Matriz”, (15) conta [P/PP1] o jornalista Luiz Egypto. (16) “Dessa vez a água cobriu [PP1] o prédio inteiro.” (17) E ele veio [PP1] abaixo. **(EI)** (18) Famosa pelo patrimônio histórico e arquitetônico, (19) São Luiz do Paraitinga *ganhou* [PP2] ainda mais importância no cenário cultural (20) por promover, a partir dos anos 1980, eventos musicais (21) como a Semana da Canção e o Festival de Marchinhas. (22) Seu Carnaval também

*atraía* [PI] milhares de turistas. (23) O povo se *aglomerava* [PI] (24) para brincar em torno de construções coloniais erguidas com técnicas antigas, (25) como a taipa de pilão, (26) mantidas com zelo pelo poder público. **(Av)** (27) “Neste ano (28) não teremos [FPs] Carnaval”, (29) sentenciou [PP1] a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB-SP). (30) Segundo o secretário de Cultura, Benedito Filadelfo de Campos Netto, (31) estuda-se [P] reproduzir o evento em cidades vizinhas. (32) “Queremos [P] levantar fundos (33) para reconstruir a cidade”, (34) afirma [P/PP1] Netto.

(sn5/r2/i/Com/sn4)

**(Av1)** (01) São Luiz do Paraitinga não existe [P] mais. (02) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam [P] de repetir esta frase **(Com)** (03) desde a inundação que castigou [PP1] a região, **(EI)** (04) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. **(Av2)** (05) E, de certa forma, eles não estão [P] errados. (06) Apesar de o poder público garantir que abrirá [FPs] os cofres para ela ser reerguida (07) – 80% do centro histórico praticamente desapareceu [PP1] –, (08) especialistas explicam [P] que grande parte do valor do patrimônio foi [PP1] embora com a enxurrada que jogou [PP1] a localidade num pesadelo.

(sn6/r2/i)

**(Su)** (01) Mas reconstruir uma cidade histórica não depende [P] apenas de financiamento. **(EI)** (02) Já no dia 5, (03) técnicos do Condephaat, órgão estadual, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é [P] federal, visitaram [PP1] São Luiz (04) para avaliar os danos causados pela enxurrada. **(Av1)** (05) “Não temos [P] método para uma reconstrução dessa escala”, (06) avaliou [PP1] Luiz Fernando Almeida, presidente do Iphan. (07) “Ele precisa [P] ser criado.” **(Com)** (08) Boa parte dos documentos que registram [P] as medidas e a aparência dos prédios tombados foi destruída [PP1] com o alagamento da prefeitura. (09) Cópias terão de ser resgatadas [FPs] nos arquivos dos dois órgãos de preservação. **(Av2)** (10) “Avaliar o estrago é [P] prioridade (11) e isso leva [P] tempo”, (12) disse [PP1] um porta-voz do órgão estadual.

(sn7/r2/i)

**(Su)** (01) Enquanto o poder público se apressa [P] para apagar as marcas da tragédia, (02) o trabalho dos moradores é [P] lento e doloroso. **(EI)** (03) A advogada Andreia Globo, por exemplo, 28 anos *trabalhava* [PI] na prefeitura, *morava* [PI] no centro histórico **(Com)** (04) e só *conseguiu tirar* [PP2] os pais e a irmã de casa. **(Av)** (05) “Nem as fotos e os documentos eu *consegui* [PP2] salvar, (06) só a vida”, (07) diz [P/PP1] ela.

(sn8/r2/i)

**(Su)** (01) Além das mortes, do rastro de destruição e das vidas esfaceladas de quem perdeu [PP1] tudo e todos, (02) as tragédias de verão também estão criando [P] um novo problema para as autoridades

brasileiras: (03) os refugiados climáticos. **(EI)** (04) O tema foi discutido [PP1] amplamente na frustrada reunião da ONU em Copenhague, em dezembro. **(Com)** (05) Muito se falou [PP1] das populações de ilhas do Pacífico que terão que ser removidas [FPs], (06) dos milhares de pessoas que terão que abandonar [FPs] suas terras por conta das cheias e das secas. **(Res)** (07) Mas poucos se atentaram [PP1] para o fato de que esse refugiados possam ser urbanos.

(sn9/r2/i)

**(Su)** (01) A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou [PP1] tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo [P] com que milhares de brasileiros abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram [PP1]. **(Com)** (02) Em Angra dos Reis, por exemplo, (03) o governo já afirmou [PP1] que cerca de três mil famílias terão que ser removidas [FPs] de áreas de risco. (04) Em São Luiz do Paraitinga, (05) cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas [PP1], (06) e muitas delas não têm [P] mais para onde ir. **(Av)** (07) Esses são [P] os exemplos recentes. (08) Mas casos semelhantes vêm se espalhando [P] pelo País com uma rapidez impressionante.

(sn10/r2/i)

**(Su)** (01) Atenilto Bispo Santos, um baiano de Itabuna que vive [P] em São Paulo como pedreiro há 20 anos, seguuiu [PP2] esse roteiro. **(EI)** (02) Construiu [PP2] sua casa sobre uma lagoa sazonal, (03) que enche [P] na época de chuvas. (04) Junto com um amigo, (05) conseguiu [PP2] cerca de 40 caminhões de terra (06) para ampliar o nível do terreno (07) e evitar que alagasse no verão. **(Av)** (08) “Cheguei [PP2] (09) e coloquei [PP2] a terra, (10) depois comecei a construir [PP2]”, (11) conta [P/PP1] ele. **(Com)** (12) No início de janeiro (13) as chuvas fortes fizeram [PP1] o nível do Tietê subir **(Res)** (14) e a área de várzea, é [P] óbvio, foi alagada [PP1].

(sn11/r2/i)

**(Av1)** (01) Sem que nada de anormal ocorresse (02) e com vista nos dividendos políticos, **(Com)** (03) o poder público não só não coibiu [PP2] a invasão protagonizada por Atenilto e outras centenas de famílias como municiou [PP2] a região com equipamentos públicos. (04) Levou [PP2] água e luz para as pequenas casas, (05) pavimentou [PP2] algumas das ruas, (06) construiu [PP2] um Centro de Educação Unificada (CEU). **(Res)** (07) Agora a prefeitura inicia [P] um plano de remoção das quase duas mil famílias que se instalaram [PP2] por lá. (08) A 100 delas ofereceu [PP1] um apartamento popular na cidade de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, (09) e aos restantes está oferecendo [P] uma bolsa aluguel, no valor de R\$ 300, por seis meses, (10) com a promessa de realocá-los para conjuntos habitacionais. (11) Atenilto aceitou [PP1] o apartamento. **(EF)** (12) Mas boa parte daqueles que só conseguiram [PP1] a bolsa aluguel se recusam [P] a deixar o bairro. **(Av2)** (13) Eles temem [P] que o compromisso não seja honrado.

### O passado ainda presente (r3)

(sn1/r3/i)

**(EI)** (01) Na quarta-feira 13, (02) o presidente Lula *convocou* [PP2] os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. (03) A reunião *tinha* [PI] como objetivo acalmar os ânimos em torno de um decreto assinado pelo próprio Lula em dezembro, (04) criando o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **(Com)** (05) Por intervenção direta do presidente, (06) o ponto mais polêmico *foi*, então, *modificado* [PP2]: (07) a chamada Comissão da Verdade, que *investigaria* [FPt] crimes de tortura durante os anos de chumbo, *teve* [PP2] suas atribuições revistas. (08) O trecho sobre delitos de agentes da repressão política *foi suprimido* [PP2] (09) e um grupo de trabalho *vai discutir* [P/FPs] como fazer a comissão funcionar sem arranhar a Lei de Anistia. **(Av)** (10) “Esse negócio de punir os crimes da repressão política *é* [P] um assunto para a Justiça, (11) não *é* [P] para o Executivo”, (12) *disse* [PP2] Lula.

(sn2/r3/i)

**(Su)** (01) Poucas horas depois, (02) as redes de tevê *escancaravam* [PI/FPt] para todo o Brasil que o absurdo da tortura não *foi* [PP1] uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se *resumem* [P] à elite intelectual e política que hoje *está* [P] no poder. **(Com)** (03) Por meio de uma câmera de celular, (04) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, *filmaram* [PP2] mais um caso de tortura no País. (05) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (06) o agente penitenciário Kalil Araújo *utilizou* [PP2] um saco plástico (07) para asfixiar sua vítima, (08) que *desmaiou* [PP2]. **(Res)** (09) Diante da barbárie registrada em vídeo, (10) Araújo *foi demitido* [PP2] (11) e *responderá* [FPs] a processo. **(Av)** (12) Na maioria das vezes, no entanto, (13) os agressores *ficam* [P] impunes.

(sn3/r3/i/Com/sn2)

**(Su)** (01) Por meio de uma câmera de celular, (02) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, *filmaram* [PP2] mais um caso de tortura no País. **(Com)** (03) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (04) o agente penitenciário Kalil Araújo *utilizou* [PP2] um saco plástico (05) para asfixiar sua vítima, **(Res)** (06) que *desmaiou* [PP2].

(sn4/r3/i)

**(EI)** (01) *Foi* [PP2] assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, (02) que *tinha* [PI] 17 anos (03) quando *foi torturado* [PP2] até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde *ficam* [P] presos os menores infratores do Rio de Janeiro. (05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele *tinha sido mandado* [PMPC] para aquela prisão pela segunda vez. **(Com)**

(07) *Entrou* [PP2] no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 (08) e *recebeu* [PP2] como cartão de visita um soco no rosto. (09) *Revidou* [PP2]. (10) *Foi espancado* [PP2] (11) e não *viveu* [PP2] para contar a história. **(Av1)** (12) Segundo testemunhas, (13) cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, *submeteram* [PP2] Andreu a uma bárbara sessão de espancamento. (14) “*Quebraram* [PP2] cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) *jogaram* [PP2] cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”, (17) *relata* [P/PP1] a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. (18) “As testemunhas *dizem* [P/PP1] que eles *encheram* [PP2] sacos com cascas de coco vazio (19) e *bateram* [PP2] na cabeça do meu filho com eles.” **(Res)** (20) O laudo do hospital para onde *fora levado* [PMP/FPt] *atestou* [PP2] “agressão física” (21) e também o laudo da perícia *apontou* [PP2] vários indícios de agressão. **(EF)** (22) Apesar disso, ninguém *foi punido* [PP1] até agora. **(Av2)** (23) Deize não se *cansa* [P] de denunciar a tortura que *matou* [PP2] seu filho (24) e já *foi ameaçada* [PP1] por isso. (25) “Se me matarem, (26) pelo menos *vão saber* [P/FPs] que não *desisti* [P]”, (27) *diz* [P/PP1] ela, (28) que *tem* [P] outros três filhos e *mora* [P] no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.

(sn5/r3/i/EI/sn4)

**(Su)** (01) *Foi* [PP2] assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, **(Com)** (02) que *tinha* [PI] 17 anos (03) quando *foi torturado* [PP2] até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde *ficam* [P] presos os menores infratores do Rio de Janeiro. **(EI)** (05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele *tinha sido mandado* [PMPC] para aquela prisão pela segunda vez.

(sn6/r3/i/Com/sn4)

**(EI)** (01) *Entrou* [PP2] no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 **(Com)** (02) e *recebeu* [PP2] como cartão de visita um soco no rosto. (03) *Revidou* [PP2]. (04) *Foi espancado* [PP2] **(Res)** (05) e não *viveu* [PP2] para contar a história.

(sn7/r3/i)

**(Su)** (01) Também as Forças Armadas, tantos anos depois do fim da ditadura, *continuam a cometer* [P] excessos. (02) O jovem carioca J.O., 17 anos, *foi* [PP2] vítima dos militares. **(EI)** (03) No dia 5 de novembro de 2008, (04) ele e um amigo *pularam* [PP2] o muro de um quartel do Exército desativado, em Realengo, zona oeste do Rio, (05) para fumar maconha. **(Com)** (06) *Foram flagrados* [PP2] pelos sentinelas (07) e *passaram a ser agredidos* [PP2]. **(Av1)** (08) “*Fomos torturados* [PP2] com choques elétricos, (09) o que *fez* [PP2] com que a pele de minhas costas pegasse fogo. (10) *Pensei* [PP2] que *ia morrer* [PI/FPt] naquele momento”, (11) *diz* [P/PP1]. **(Res)** (12) J.O. *sobreviveu* [PP2], (13) mas com sequelas: (14) *perdeu* [PP2] 20% da visão do olho esquerdo, *teve* [PP2] cortado um pedaço da orelha e *tem* [P] marcas nas costas. **(Av2)** (15) “*Queremos* [P] que o Exército pague os remédios e o tratamento dele”, (16) *reclama* [P/PP1] Maria Célia Furtado, a mãe adotiva. **(EF)** (17) Dois anos depois, (18) o processo *corre* [P] na auditoria militar, sem previsão de término. **(Av3)** (19) Procurado por ISTOÉ, (20) o Exército *preferiu* [PP1] não se manifestar sobre o assunto.

## Revista Veja

### Sol, mar e organização (r3)

(sn1/r3/v)

**(EI)** (01) Quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes *compuseram* [PP2] *Garota de Ipanema*, em 1962, (02) o Rio de Janeiro *tinha* [PI] metade do número de habitantes de hoje. (03) *Havia* [PI] espaço de sobra (04) para que a musa andasse, em doce balanço, a caminho do mar (05) – sem tropeçar. **(Com)** (06) Nos últimos anos, porém, (07) as praias cariocas tornaram-se [PP1] lugares quase intransitáveis. (08) Não apenas porque há [P] mais gente. (09) O maior tumulto é [P] provocado pela turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas que tomou [PP1] conta do pedaço. **(Av)** (10) A ideia de que a orla do Rio *era* [PI/P] um espaço de convivência extremamente democrático serviu [PP1] apenas como pretexto para a falta de organização. (11) A baderna se espalhou [PP1]. **(Res)** (12) Neste verão, (13) a prefeitura do Rio resolveu [PP1] pôr ordem na casa. (14) A primeira providência foi [PP1] dar um banho de loja nas barracas que funcionam [P] como ponto de venda de bebidas e de aluguel de cadeiras e guarda-sóis. (15) Em vez das tendas improvisadas e das caixas de isopor imundas, espalhadas pela areia, (16) só serão permitidas [FPs] barracas padronizadas e caixas térmicas de plástico. (17) O número de barraqueiros, agora uniformizados, foi reduzido [PP1]. (18) No primeiro trecho em implantação, (19) que compreende [P] as praias do Arpoador, Ipanema e Leblon, (20) baixou [PP1] de 300 para 193.

(sn2/r3/v)

**(EI)** (01) Desde o início do ano, (02) a prefeitura já *vinha tentando acabar* [PI/P] com a bagunça provocada pelos barraqueiros. (03) Eles *estacionavam* [PI] Kombis velhas nos melhores pontos em frente à praia (04) apenas para servir como depósito de seus produtos. **(Com)** (05) Depois de algumas tentativas de driblar a fiscalização, **(Res)** (06) as sucatas desapareceram [PP1] (07) e um esquema de abastecimento racional foi adotado [PP1]. **(EF)** (08) Mas *persistiam* [PI/P] as barracas, de aparência lastimável, (09) que começam a ser removidas [P] agora.

(sn3/r3/v)

**(EI)** (01) Apenas em 2005 (02) se *começou a tirar* [PP2] a ideia do papel, **(Com)** (03) mas a iniciativa *esbarrou* [PP2] em uma série de pendências judiciais, **(Av)** (04) promovidas pelos chatos de plantão. **(Res)** (05) A consequência é [P/PP2] que somente 28 dos 309 quiosques previstos *ficaram* [PP2] prontos.



#### Trágico, absurdo, previsível (r4)

(sn1/r4/v)

**(Su)** (01) Entre eles, (02) Angra dos Reis é [P] o caso mais dramático (03) e, também, o retrato mais preciso do conjunto de fatores que desencadeia [P] esse tipo de tragédia. **(Com)** (04) Ali, (05) morreram [PP1] 52 pessoas, na virada do ano, vítimas de deslizamentos de encostas. **(Av)** (06) Tudo *era* [PI] previsível. **(EI)** (07) Na bela região em torno da Baía de Angra, com suas 365 ilhas e mais de 2 000 praias, (08) chove [P] quase o dobro da média do Rio de Janeiro, (09) e a instabilidade das encostas é [P] conhecida. (10) Em 2002, (11) 39 pessoas *morreram* [PP2] em Angra num deslizamento com características semelhantes às de agora.

(sn2/r4/v)

**(Su)** (01) Mas não é [P] essa a principal explicação para o que aconteceu [PP1] na cidade, (02) que *experimentou* [PP2] um vertiginoso crescimento populacional a partir dos anos 1970. **(Com)** (03) A construção da Rodovia Rio-Santos *aumentou* [PP2] o fluxo de turistas, (04) e grandes obras, como a usina nuclear de Angra 1, *levaram* [PP2] multidões de trabalhadores à região. (05) A população do município, que *era* [PI] de 40 000 habitantes na década de 70, *dobrou* [PP2] em 1990 e *triplicou* [PP2] em 2000, (06) quando 5,5% já *moravam* [PI] em favelas. **(Av)** (07) É [P] um crescimento de quase três vezes a média brasileira no período. (08) E num local onde o problema de espaço é [P] crônico. (09) Espremida entre a serra e o mar, (10) a cidade não tem [P] para onde crescer. **(Res)** (11) Casas e casebres *foram se aglomerando* [PP2] no pé dos morros (12) e, quando não *havia* [PI] espaço, (13) em cima deles. **(EF)** (14) Hoje, (15) 60% dos moradores vivem [P] em áreas de encosta. (16) E as características do relevo da região tornam [P] tudo mais perigoso.

(sn3/r4/v)

**(Com)** (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram [PP1] 31 pessoas soterradas. (03) Elas *estavam* [PI] na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. (04) A pousada *tinha* [PI] licença de funcionamento da prefeitura, (05) mas não a licença ambiental do estado. (06) Mesmo se tivesse, (07) o risco de deslizamento da encosta não *teria sido analisado* [FPtC]. (08) As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram [PP1] 21 pessoas, tampouco *tinham* [PI] licença. (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura *dispunha* [PI] de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área, (11) como se não houvesse um grave problema de segurança. **(EI)** (12) Em Angra (13) sempre foi [PP1] mais fácil construir (14) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. (15) Entre 2006 e 2007, (16) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama *foram* [PP2] presos (17) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções. (18) A situação *chegou* [PP2] a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou [PP1] um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não *eram* [PI] edificáveis

na zona de proteção ambiental, (19) como se legalizar o que foi feito [PP1] na marra fosse solução. **(Av)** (20) Cabral, aliás, não visitou [PP1] a região imediatamente, (21) como *era* [PI/P] seu dever.

(sn4/r4/v/Com/sn3)

**(EF)** (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram [PP1] 31 pessoas soterradas. (03) Elas *estavam* [PI] na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. **(Com)** (04) A pousada *tinha* [PI] licença de funcionamento da prefeitura, (05) mas não a licença ambiental do estado. (06) Mesmo se tivesse, (07) o risco de deslizamento da encosta não *teria sido analisado* [FPtC]. (08) As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram [PP1] 21 pessoas, tampouco *tinham* [PI] licença. **(EI)** (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura *dispunha* [PI] de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área, **(Av)** (11) como se não houvesse um grave problema de segurança.

(sn5/r4/v/EI/sn3)

**(Su)** (01) Em Angra (02) sempre foi [PP1] mais fácil construir (03) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. **(EI)** (04) Entre 2006 e 2007, **(Com)** (05) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama *foram* [PP2] presos (06) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções. **(Res)** (07) A situação *chegou* [PP2] a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou [PP1] um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não *eram* [PI] edificáveis na zona de proteção ambiental, **(Av)** (08) como se legalizar o que foi feito [PP1] na marra fosse solução.

(sn6/r4/v)

**(EI)** (01) No réveillon, (02) Pierre Sarkozy, filho mais velho do presidente da França, *estava* [PI] entre os hóspedes da Ilha dos Porcos Grande, do cirurgião plástico Ivo Pitanguy. **(Com)** (03) A chuva *causou* [PP2] dois deslizamentos de terra, (04) que *abriram* [PP2] um gigantesco clarão na propriedade. **(Av)** (05) "Em quarenta anos na ilha, (06) nunca *vimos* [PP2] nada parecido", (07) diz [P/PP1] Helcius Pitanguy, filho do cirurgião.

(sn7/r4/v)

**(Su)** (01) Não foi [PP1] o rio que derrubou a ponte

**(Com)** (02) No último dia 5, (03) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despencou [PP1]. (04) Entre vinte e trinta pessoas *estavam* [PI] sobre a estrutura de 132 metros que *desabou* [PP2]. (05) Três delas *morreram* [PP2]. (06) Outras duas ainda *estavam* [PI] desaparecidas na noite da sexta-feira. (07) O governo gaúcho atribui [P/PP1] o desastre à elevação das águas do Jacuí. (08) Por essa versão, (09) o rio *subiu* [PP2] até a pista, (10) que se *partiu* [PP2]. (11) Os sobreviventes dão [P/PP1] outro testemunho. (12) "As águas *estavam* [PI] 5 metros abaixo do concreto", (13) diz [P/PP1] o aposentado Élio Prade, de 57 anos. **(EI)** (14) Erguida há 47 anos, (15) a ponte já

*apresentara* [PMP] falhas de engenharia. (16) Nos anos 70, (17) seu vão central *afundou* [PP2], (18) formando um enorme degrau. (19) Seus alicerces não *eram* [PI] vistoriados *havia* [PI] três anos, (20) e, dois anos atrás, (21) os promotores estaduais começaram a apurar [PP1] a negligência na manutenção da rodovia da qual ela faz [P] parte.

(sn8/r4/v/com/sn7)

**(EI)** (01) No último dia 5, **(Com)** (02) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despencou [PP1]. (03) Entre vinte e trinta pessoas *estavam* [PI] sobre a estrutura de 132 metros que *desabou* [PP2]. **(Res)** (04) Três delas *morreram* [PP2]. (05) Outras duas ainda *estavam* [PI] desaparecidas na noite da sexta-feira. **(Av1)** (06) O governo gaúcho atribui [P/PP1] o desastre à elevação das águas do Jacuí. (07) Por essa versão, (08) o rio *subiu* [PP2] até a pista, (09) que se *partiu* [PP2]. **(Av2)** (10) Os sobreviventes dão [P/PP1] outro testemunho. (11) "As águas *estavam* [PI] 5 metros abaixo do concreto", (12) diz [P/PP1] o aposentado Élio Prade, de 57 anos.

(sn9/r4/v)

**(Su)** (01) **Três séculos de história escorreram [PP1] em poucas horas**

**(Com)** (02) Na noite de 31 de dezembro, (03) quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, *comemoravam* [PI] o réveillon na praça principal, (04) a garoa *começou* [PP2]. (05) Durante a madrugada, (06) *virou* [PP2] chuva grossa (07) e, no início da tarde do dia 1º, (08) o rio que corta [P] o município, o Paraitinga, já *transbordava* [PI]. (09) "Ele *subia* [PI] 50 centímetros a cada meia hora", (10) lembra [P/PP1] a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle. (11) Na madrugada do dia 2, (12) com dezenas de casas submersas, (13) a luz da cidade *teve de ser desligada* [PP2] (14) para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco. (15) A essa altura, (16) o Paraitinga *estava* [PI] quase 10 metros acima do nível normal (17) e, nas ruas, (18) a enchente *invasia* [PI] até o 2º andar dos sobrados. **(Res)** (19) *Foi* [PP2] só no começo da tarde do dia 2, (20) quando as águas finalmente *começaram* [PP2] a baixar, (21) que os 10 000 moradores de São Luiz do Paraitinga *puderam ver* [PP2] toda a extensão da tragédia. (22) O centro histórico, na parte mais baixa da cidade, *parecia ter sido* [PMPC] alvo de um bombardeio. (23) Dezenas de casarões coloniais – construções de pau a pique e taipa do auge do período cafeeiro – *foram* [PP2] ao chão. (24) Estima-se [P] que 25% do centro histórico tenha sido destruído. (25) A Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa *desapareceu* [PP2] da paisagem. (26) Mais de 2 000 moradores, um terço da população urbana, *tiveram* [PP2] suas casas destruídas ou interditadas. **(EF)** (27) Na semana passada, (28) cinco dias depois do temporal, (29) São Luiz ainda *era* [PI/PP1] só escombros. (30) Bujões de gás *podiam ser* [PI/PP1] vistos em cima de telhados (31) e carros se *equilibravam* [PI/PP1] por sobre os pedaços que *havam restado* [PMPC/PP1] da igreja matriz, (32) onde quase todo mundo na cidade se *casou* [PP2] ou *foi batizado* [PP2]. (33) Praticamente só o que restou [PP1] de São Luiz foram 1 000 toneladas de entulhos, (34) que um vaivém de caminhões agora tenta [P] recolher. (35) A Igreja do Rosário, na parte alta do município, foi transformada [PP1] em quartel-general, (36) no qual centenas de pessoas, coordenadas por voluntários ao microfone, distribuem [P] leite e alimentos aos desabrigados.

**(EI)** (37) Além da agropecuária, (38) São Luiz do Paraitinga *tinha* [PI] no turismo uma de suas principais fontes de renda. (39) A cidade *era* [PI] dona de um dos maiores conjuntos arquitetônicos tombados do Estado (40) – mais de 400 de suas construções *eram* [PI] consideradas patrimônio histórico. (41) Só no Carnaval, (42) o lugar *recebia* [PI] 200 000 turistas, atraídos pelo charme de suas casinhas coloridas, suas ladeiras e bandas de música especializadas em marchinhas antigas. **(Av)** (43) Apenas daqui a noventa dias (44) se saberá [FPs] quanto tempo e dinheiro serão [FPs] necessários para reerguer o que a chuva destruiu [PP1]. (45) Sem praça, sem banda de música, e com tantos motivos para tristeza, (46) São Luiz terá [FPs] neste ano o seu Carnaval mais silencioso.

(sn10/r4/v/Com/sn9)

**(EI)** (01) Na noite de 31 de dezembro, (02) quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, *comemoravam* [PI] o réveillon na praça principal, **(Com)** (03) a garoa *começou* [PP2]. (04) Durante a madrugada, (05) *virou* [PP2] chuva grossa (06) e, no início da tarde do dia 1º, (07) o rio que corta [P] o município, o Paraitinga, já *transbordava* [PI]. **(Av)** (08) "Ele *subia* [PI] 50 centímetros a cada meia hora", (09) lembra [P/PP1] a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle. **(Res)** (10) Na madrugada do dia 2, (11) com dezenas de casas submersas, (12) a luz da cidade *teve de ser desligada* [PP2] (13) para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco. (14) A essa altura, (15) o Paraitinga *estava* [PI] quase 10 metros acima do nível normal (16) e, nas ruas, (17) a enchente *invadia* [PI] até o 2º andar dos sobrados.

## ANEXO B2

### Análise da forma de organização relacional

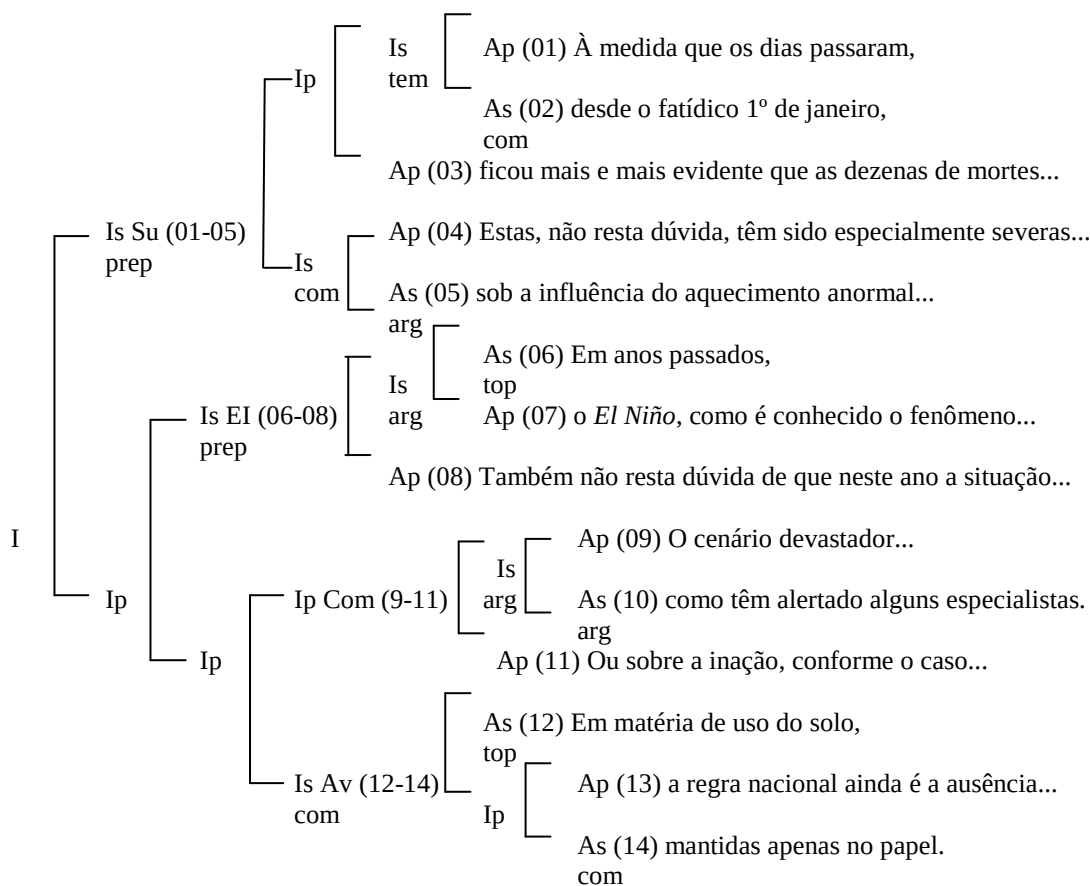
**Abreviaturas dos constituintes textuais:** troca (T), intervenção (I), ato (A), principal (p), subordinado (s).

**Abreviaturas das relações de discurso:** argumento (arg), contra-argumento (c-a), tempo (tem), preparação (prep), topicalização (top), comentário (com), reformulação (ref).

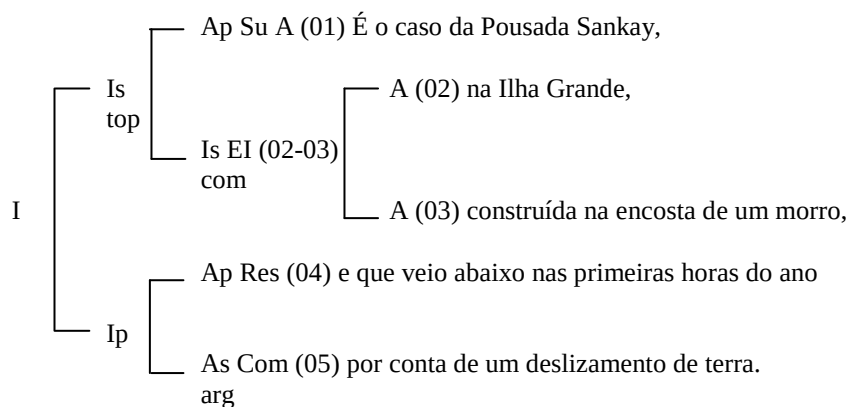
#### Revista Carta Capital

#### A culpa não é só da natureza (r1)

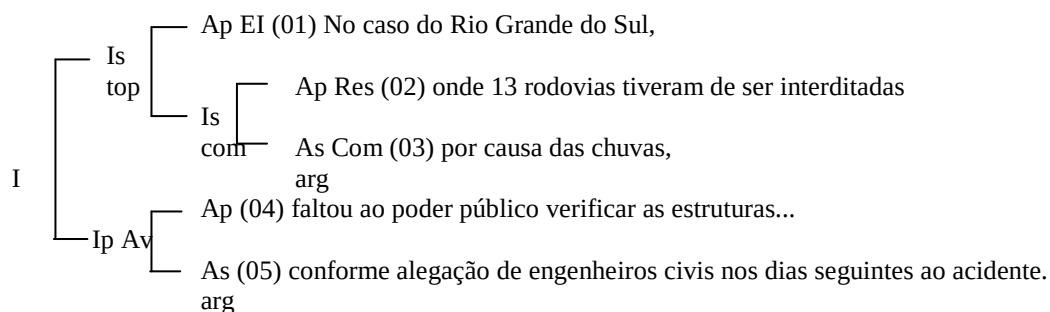
(sn1/r1/c)



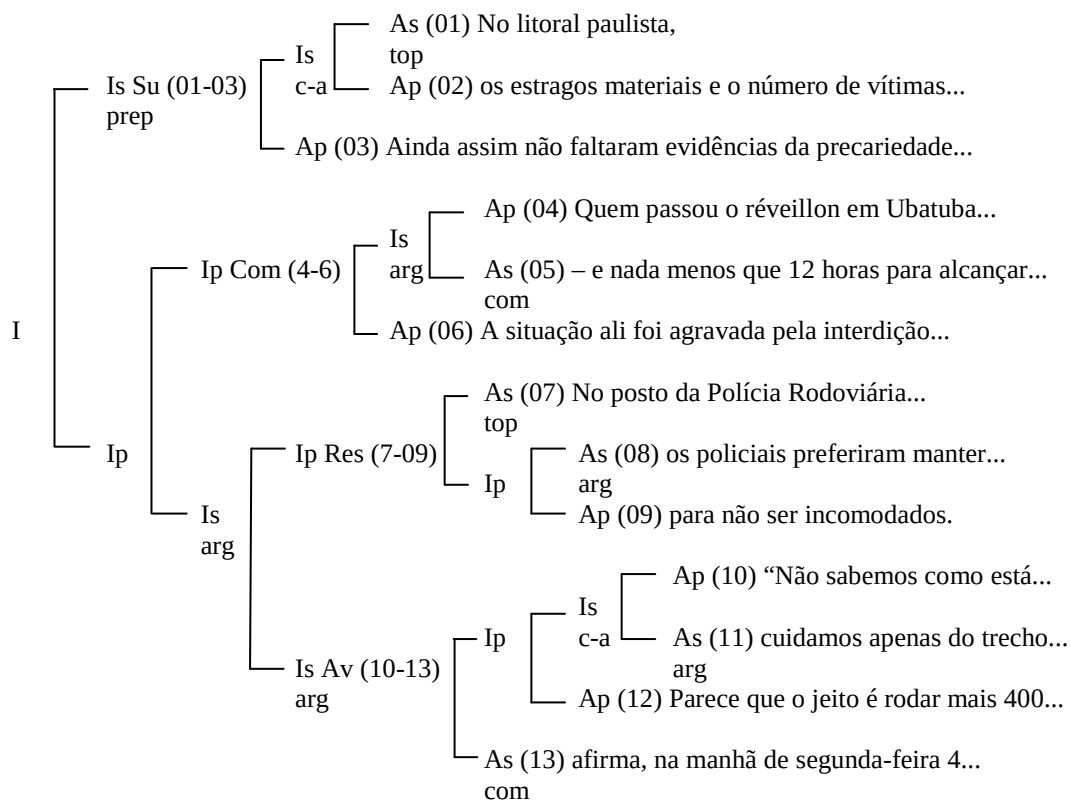
(sn2/r1/c)



(sn3/r1/c)

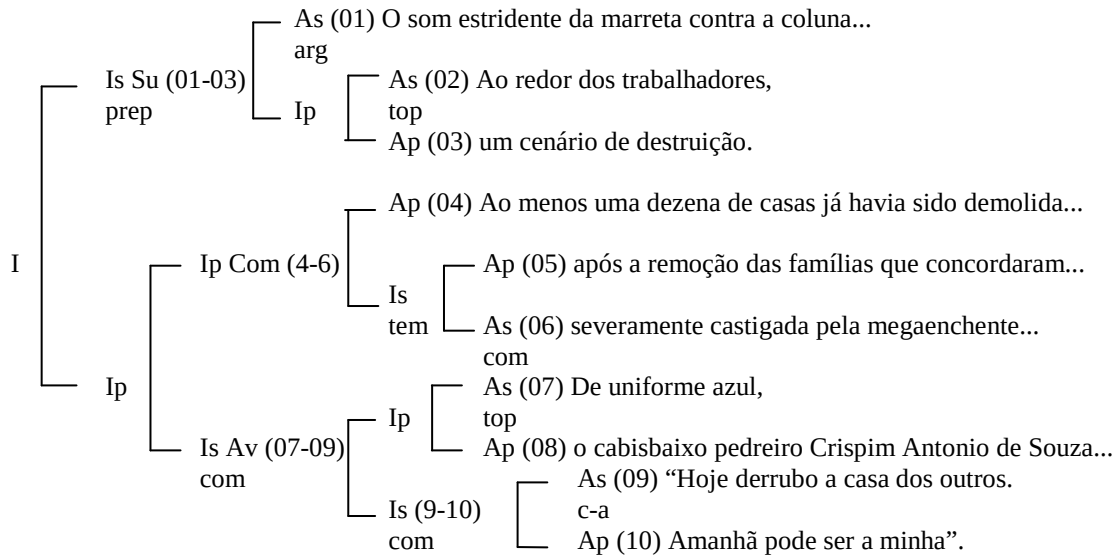


(sn4/r1/c)

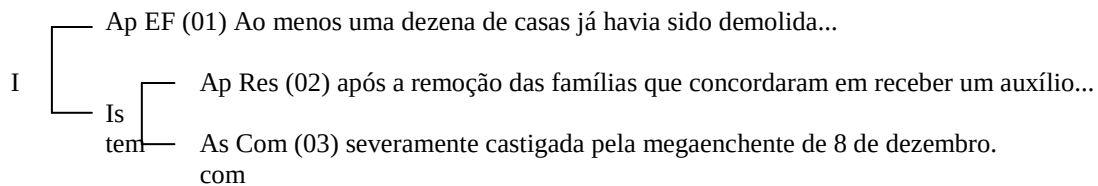


## São Paulo na lama (r2)

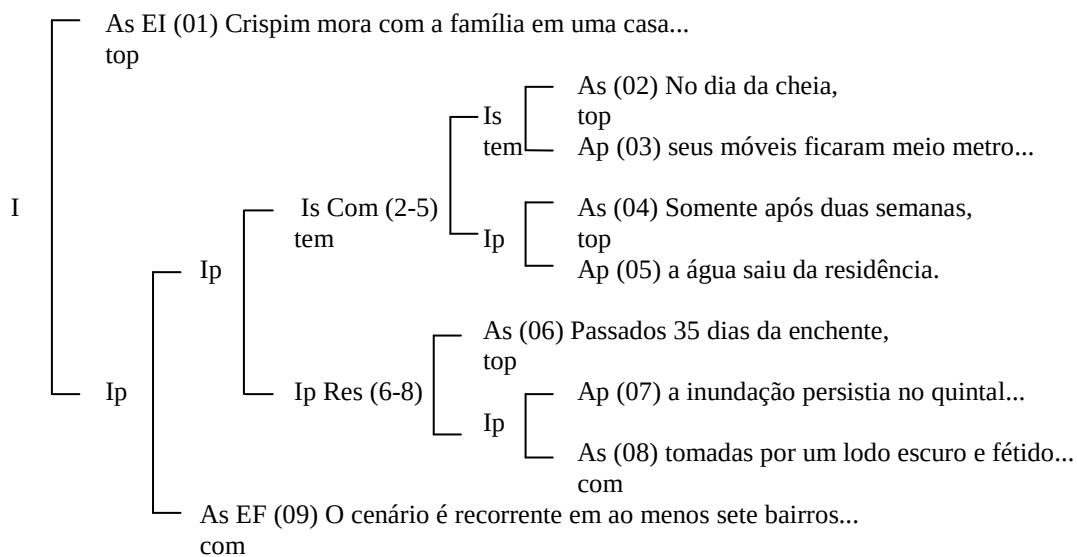
(sn1/r2/c)



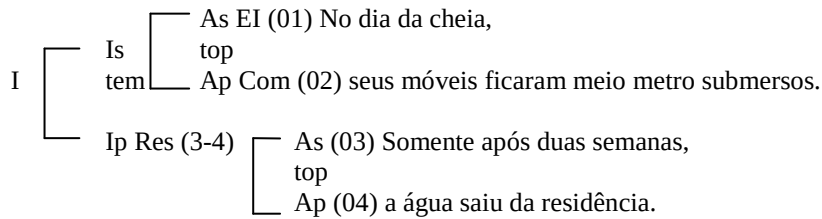
(sn2/r2/c/Com/sn1)



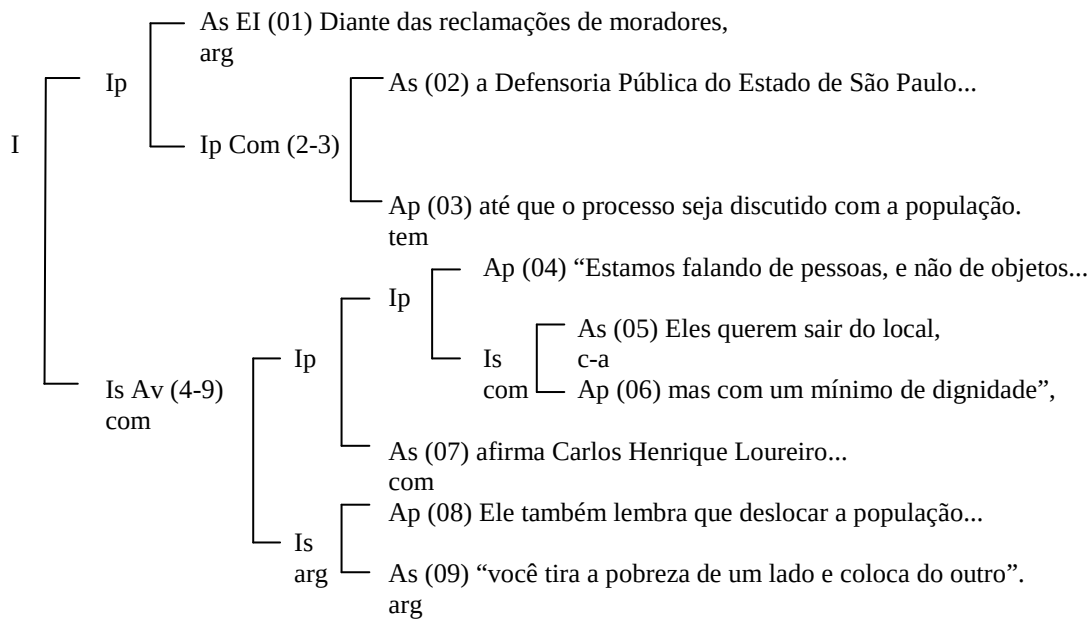
(sn3/r2/c)



(sn4/r2/c/Com/sn3)

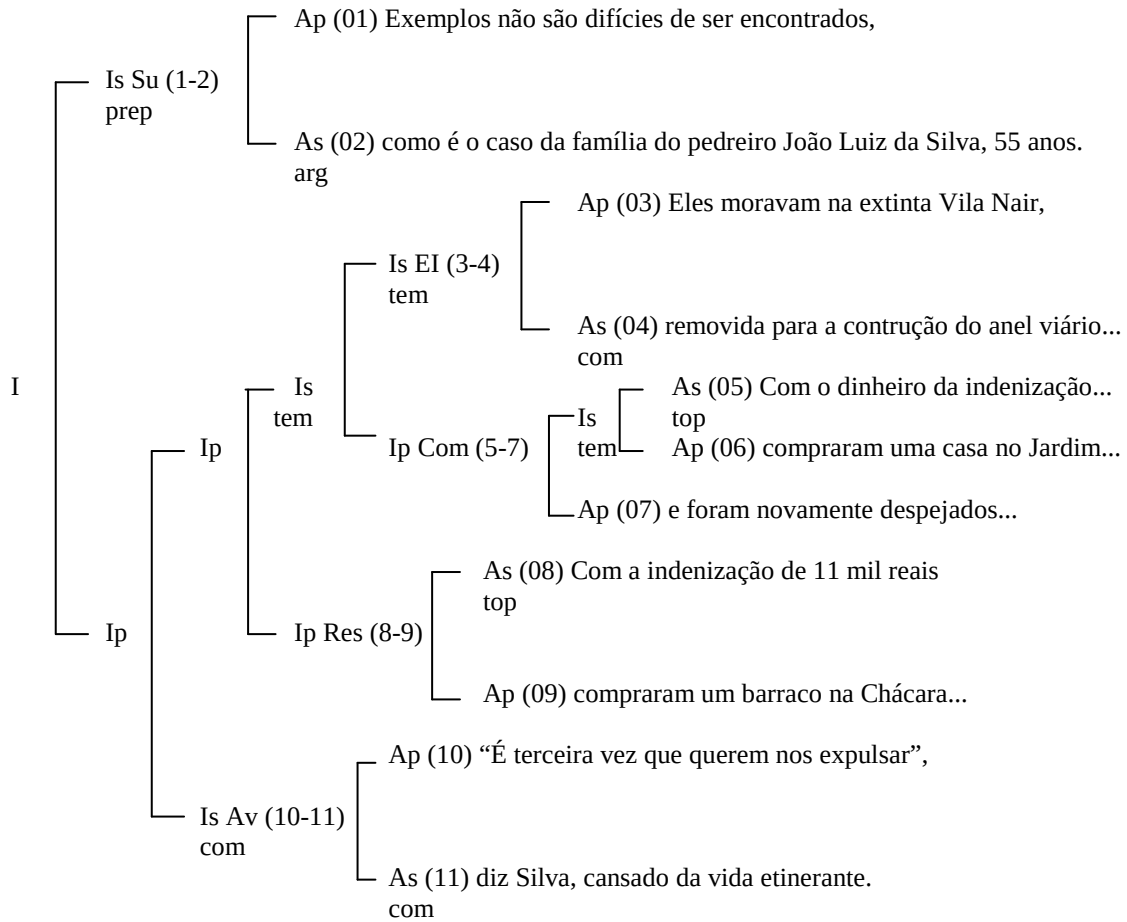


(sn5/r2/c)

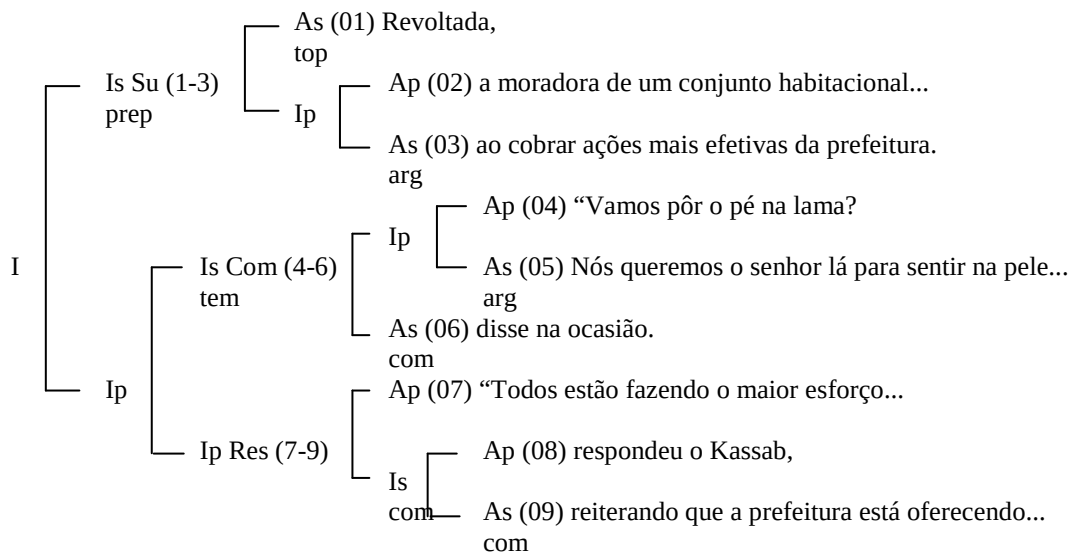




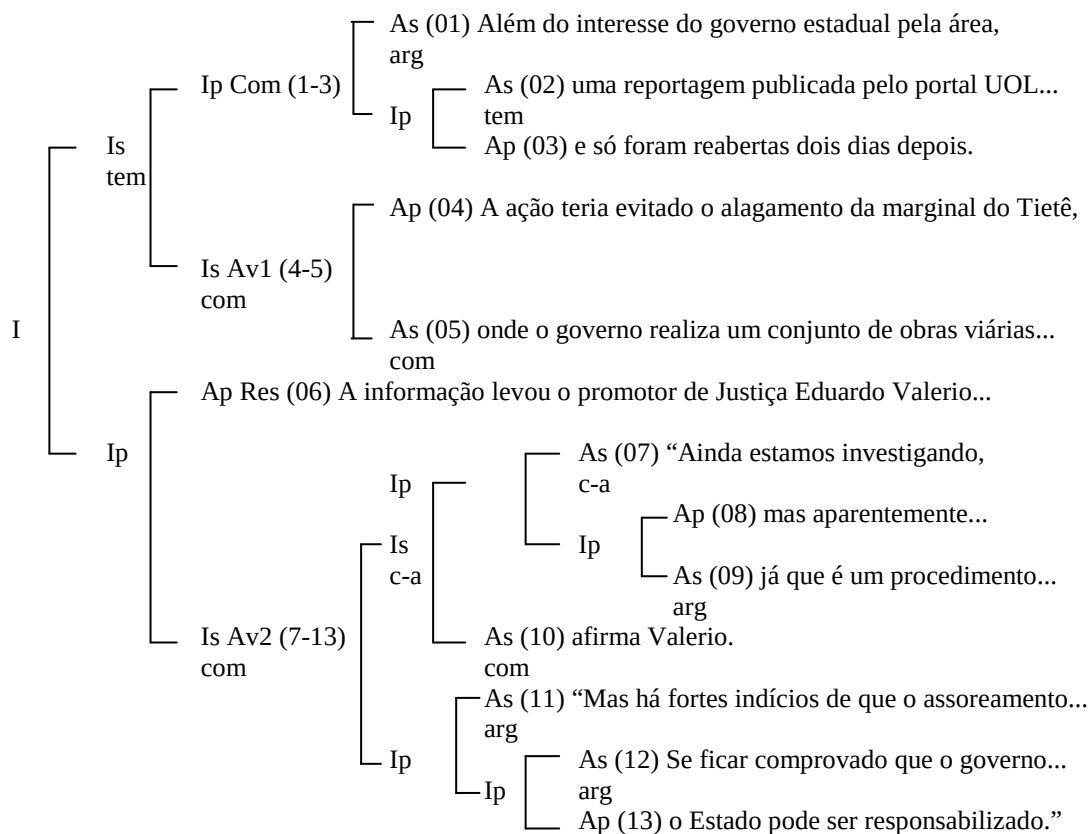
(sn6/r2/c)



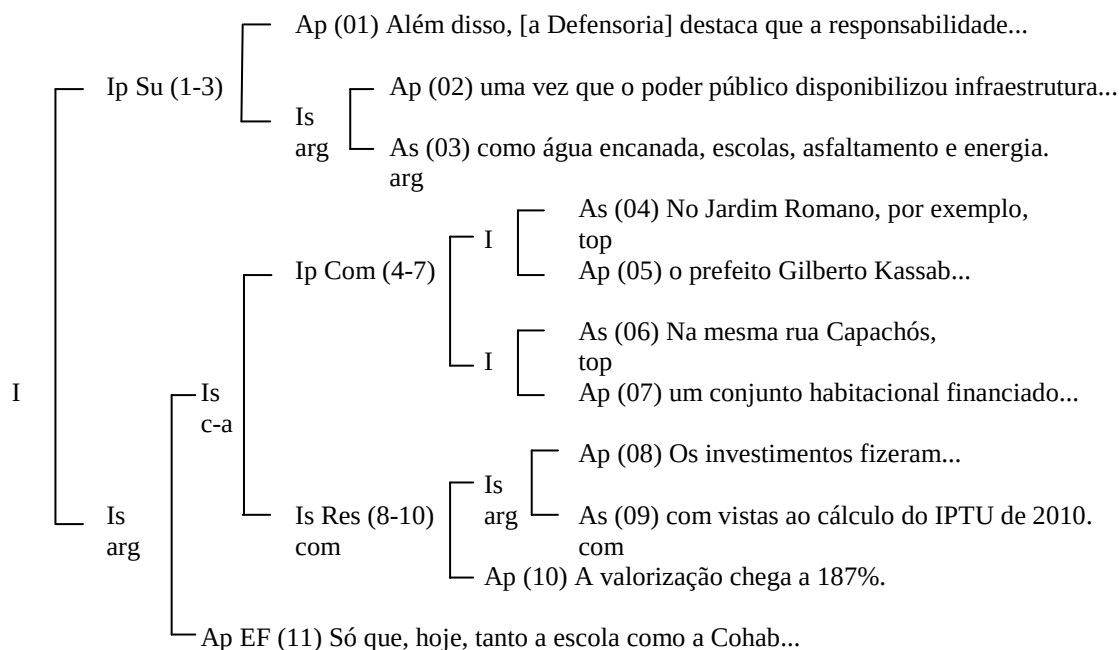
(sn7/r2/c)



(sn8/r2/c)

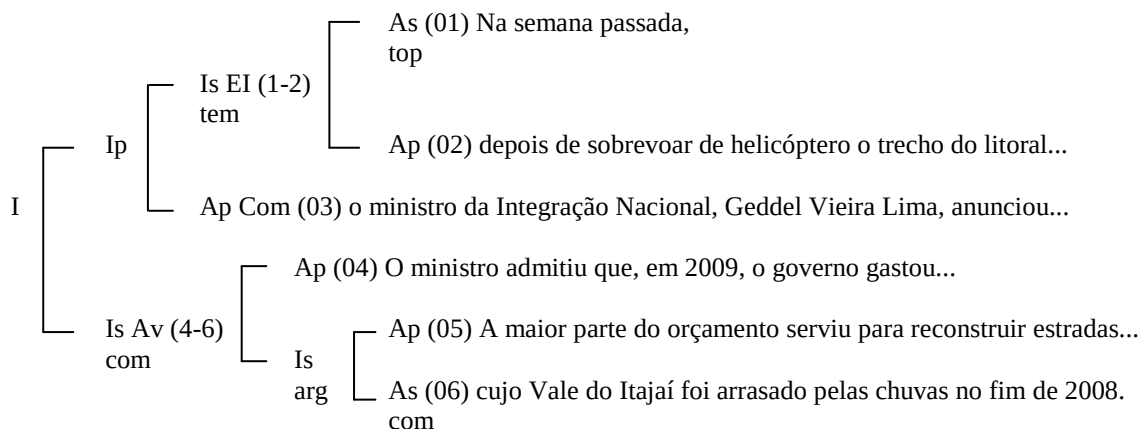


(sn9/r2/c)

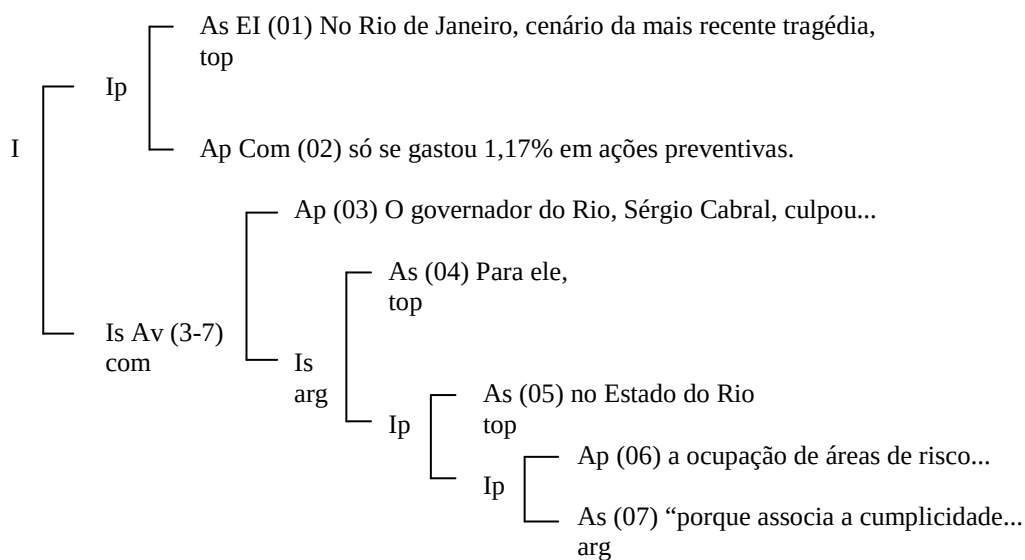


É possível evitar? (r2)

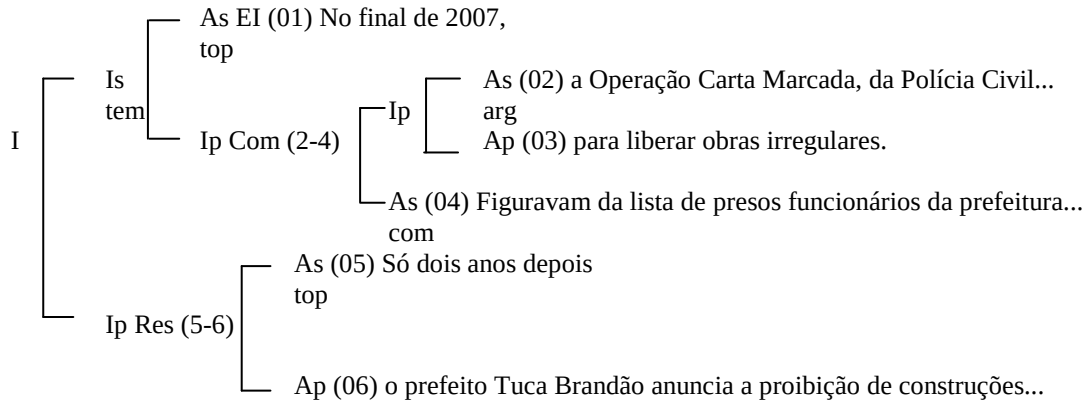
(sn1/r2/e)



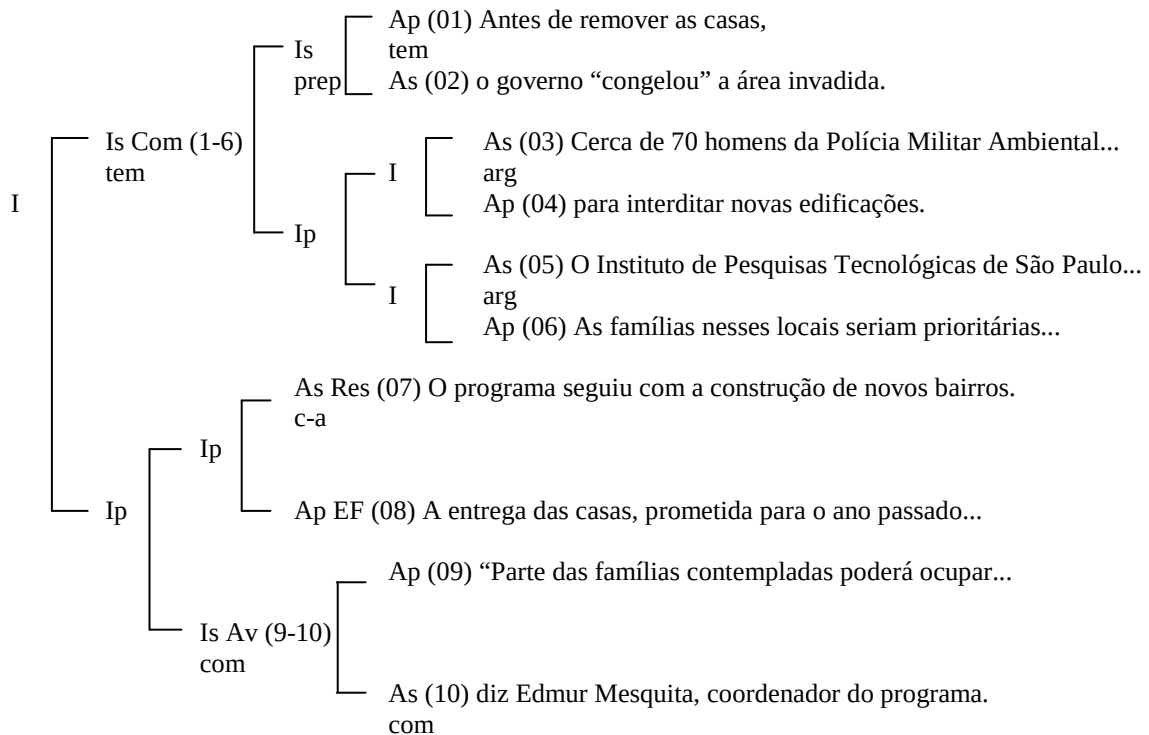
(sn2/r2/e)



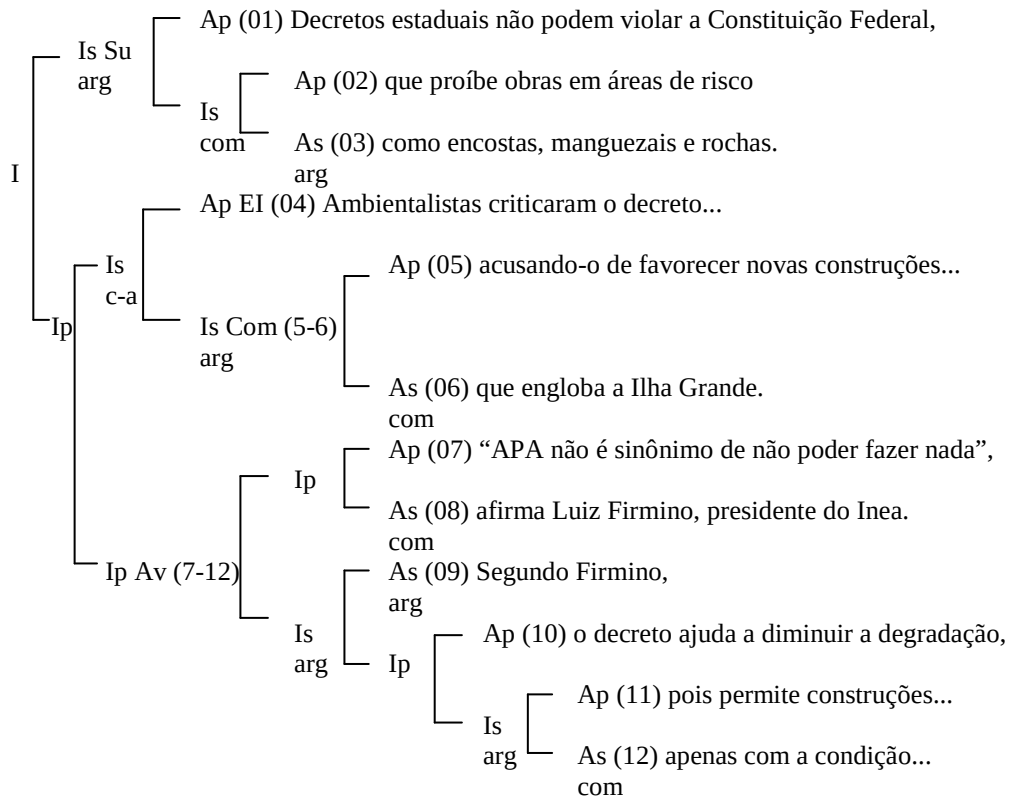
(sn3/r2/e)



(sn4/r2/e)

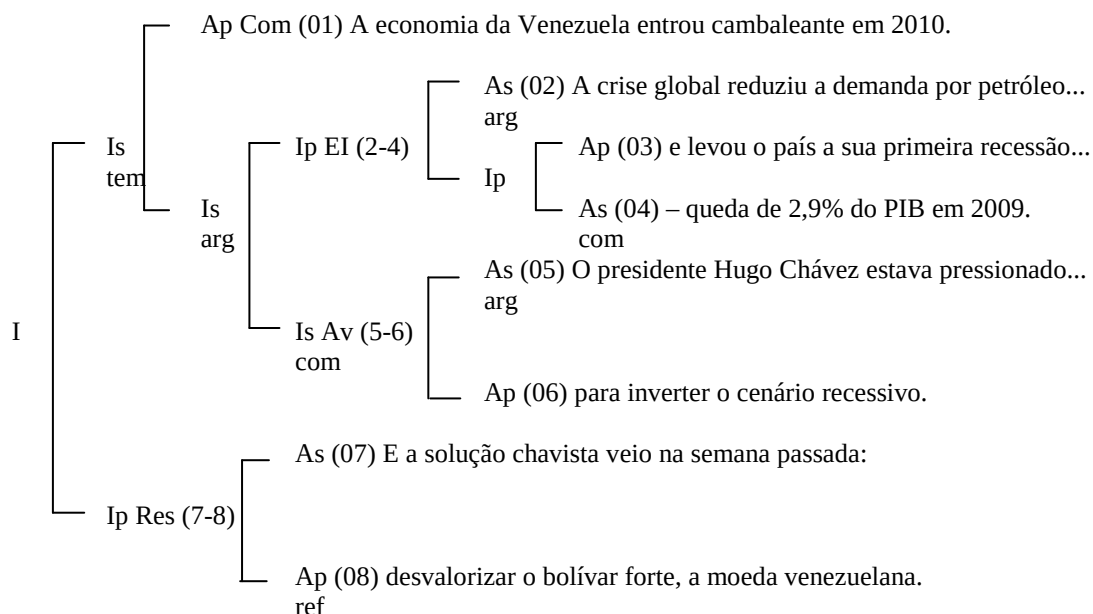


(sn5/r2/e)

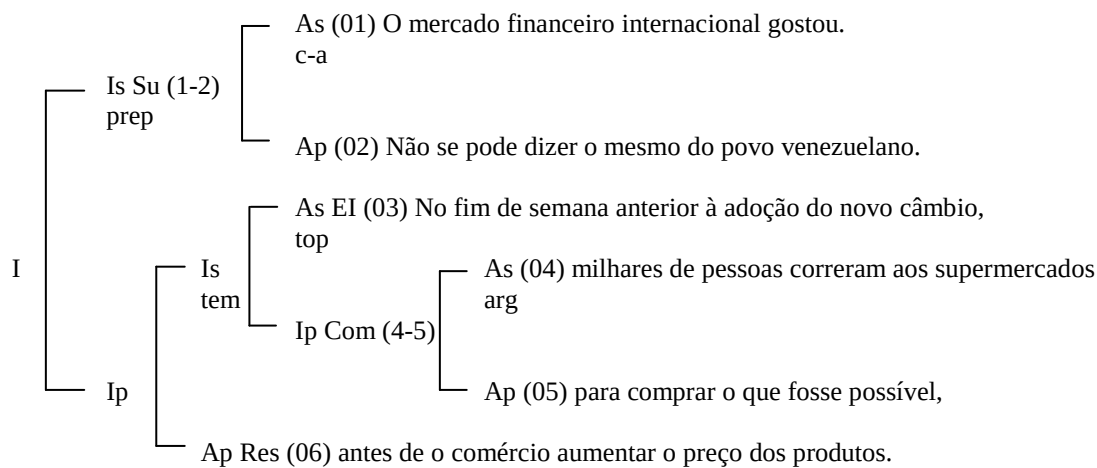


## O bolívar forte ficou fraco (r3)

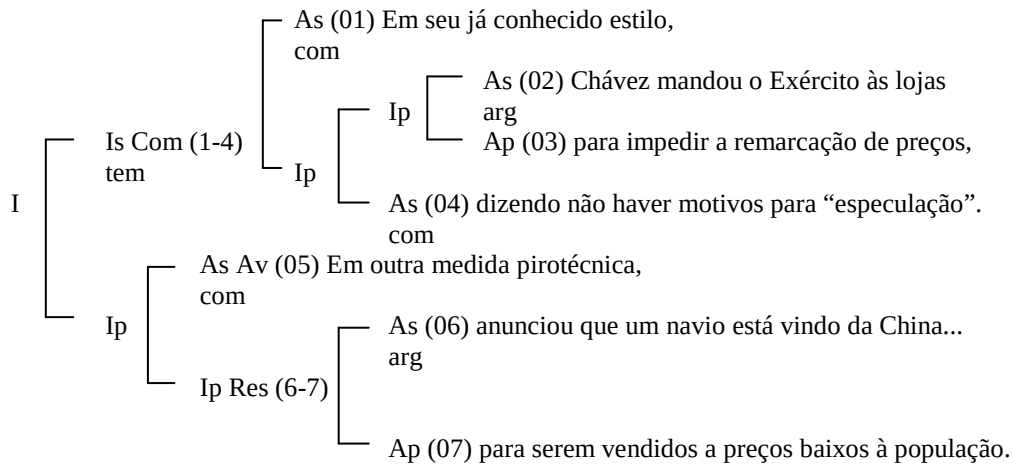
(sn1/r3/e)



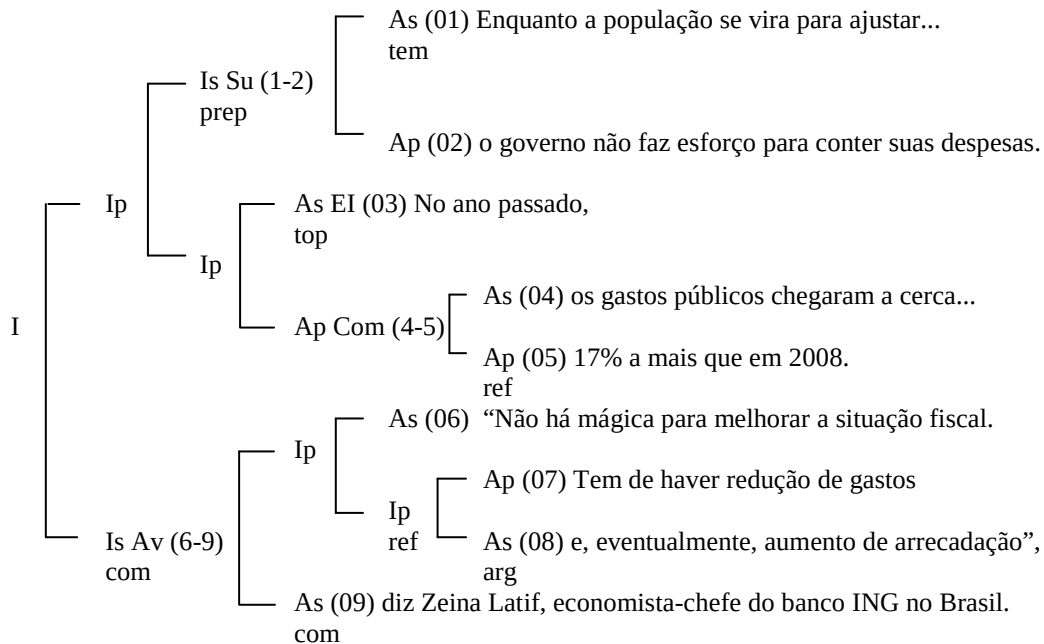
(sn2/r3/e)



(sn3/r3/e)

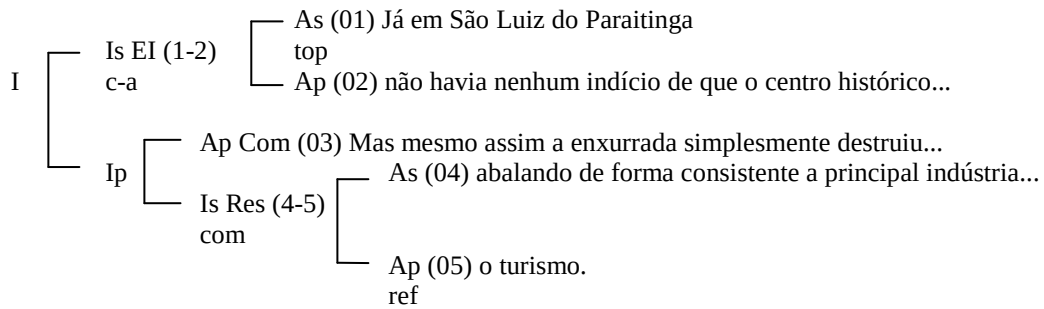


(sn4/r3/e)

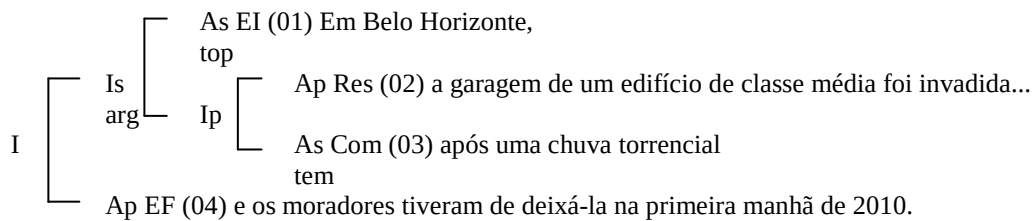


**Eles não deveriam estar aqui (r2)**

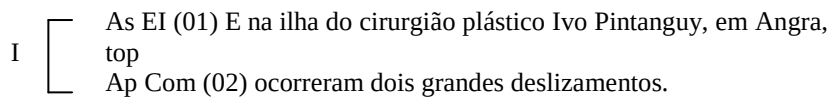
(sn1/r2/i)



(sn2/r2/i)

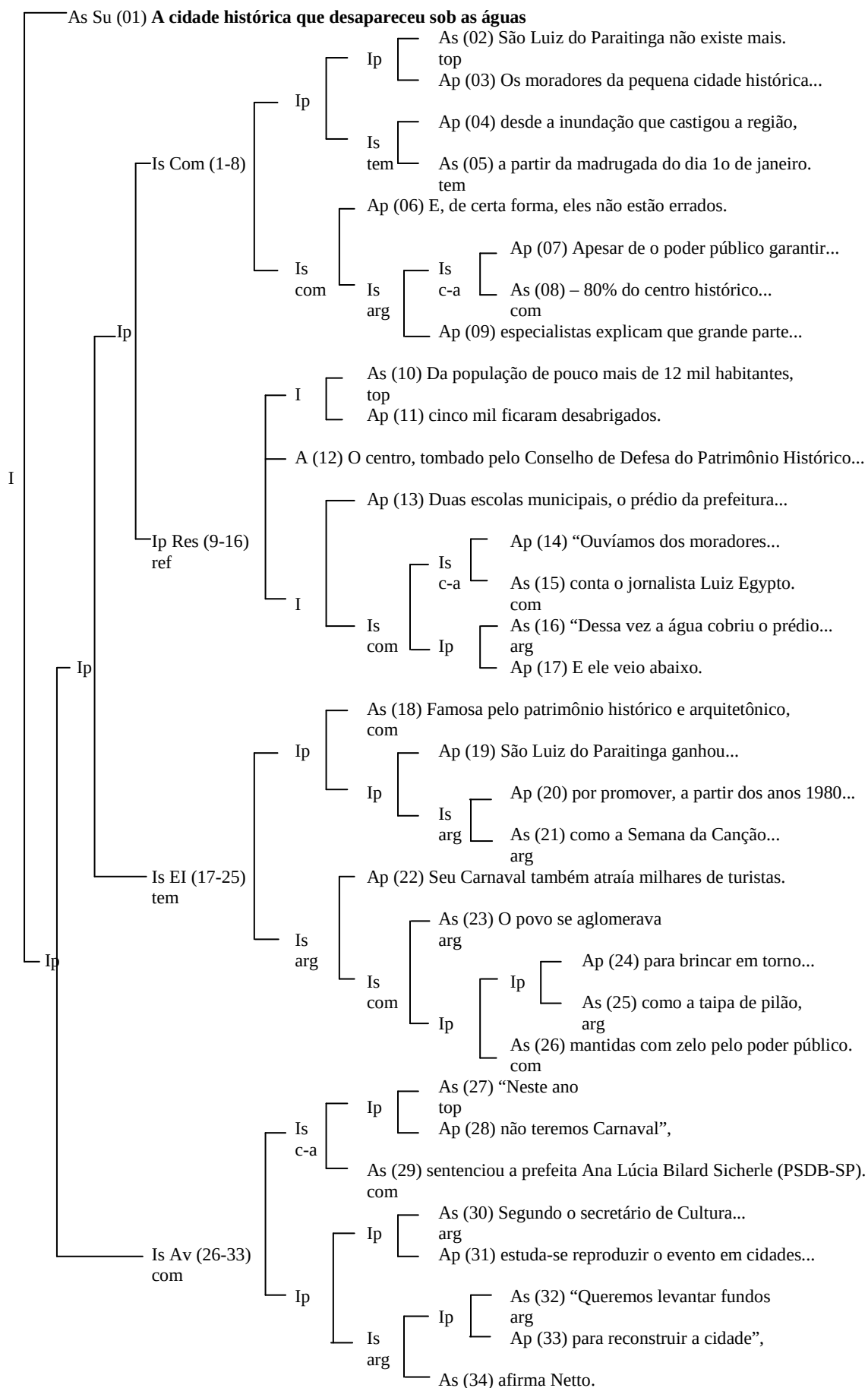


(sn3/r2/i)



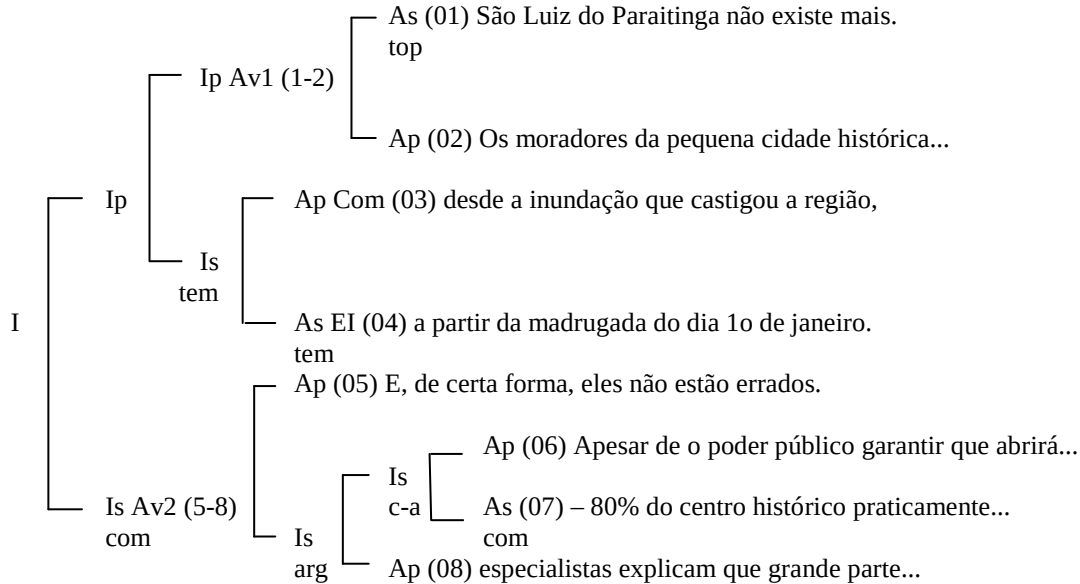
(sn4/r2/i)



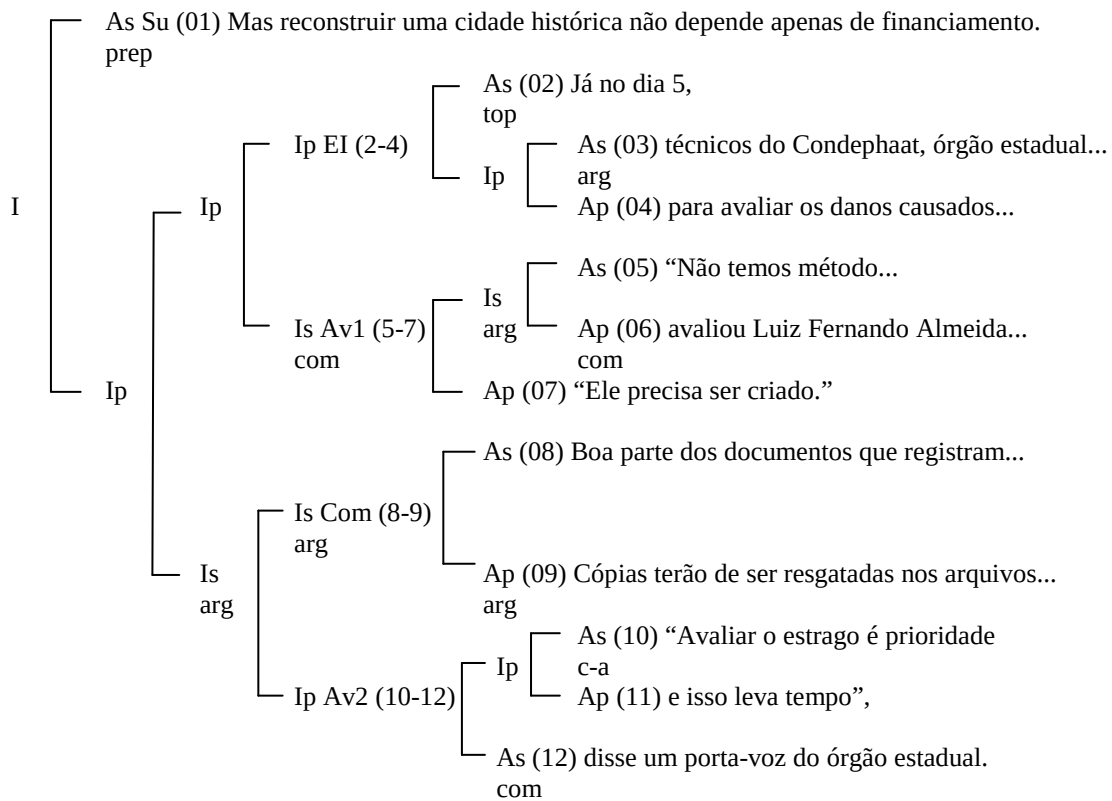


com

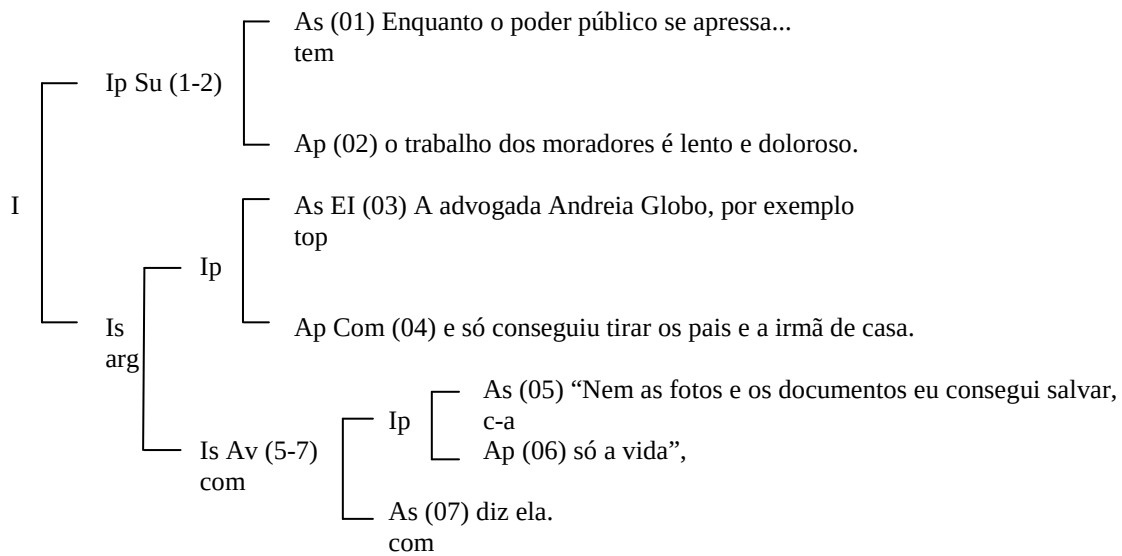
(sn5/r2/i/Com/sn4)



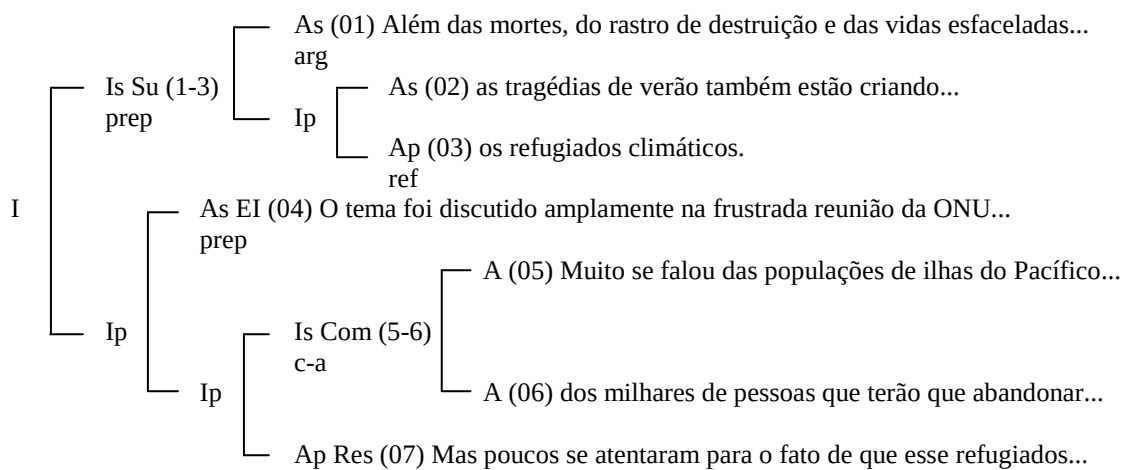
(sn6/r2/i)



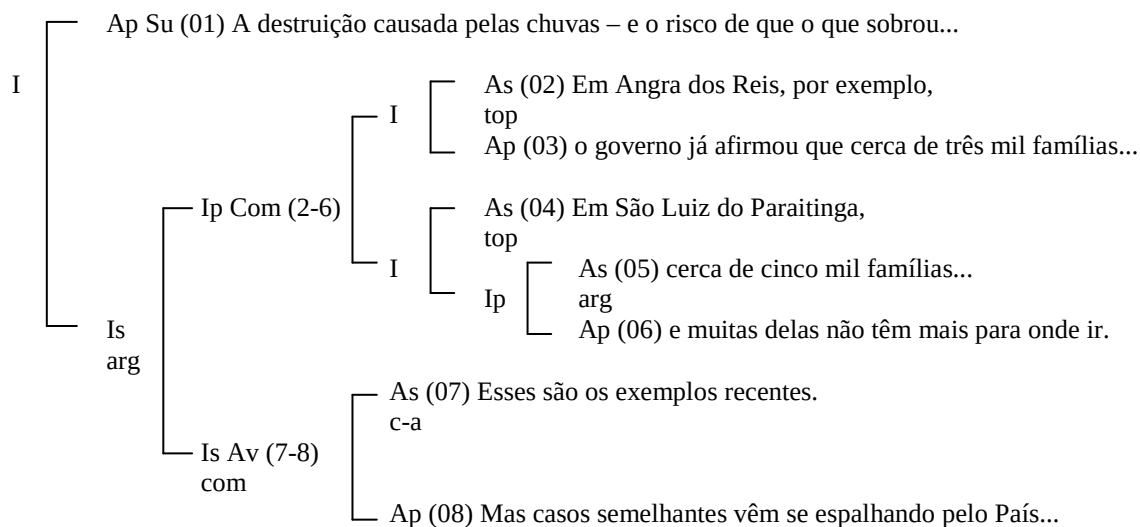
(sn7/r2/i)



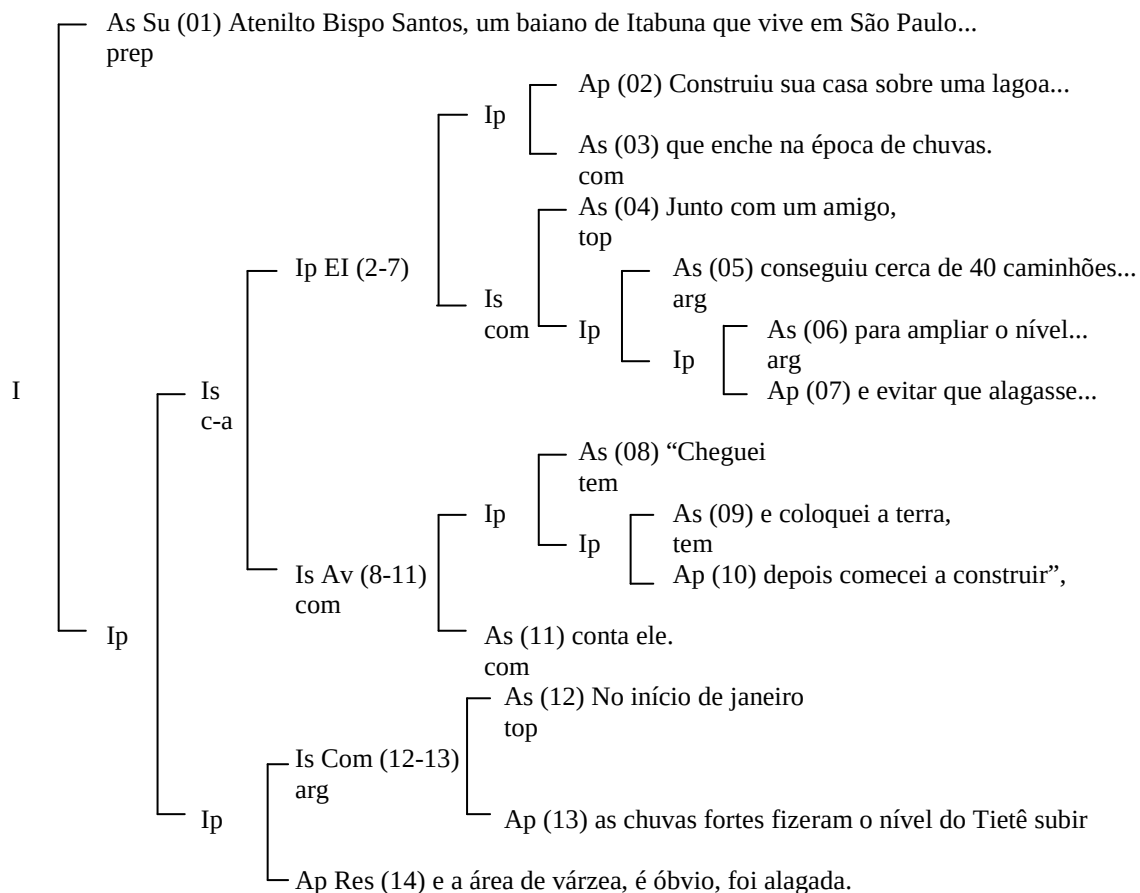
(sn8/r2/i)



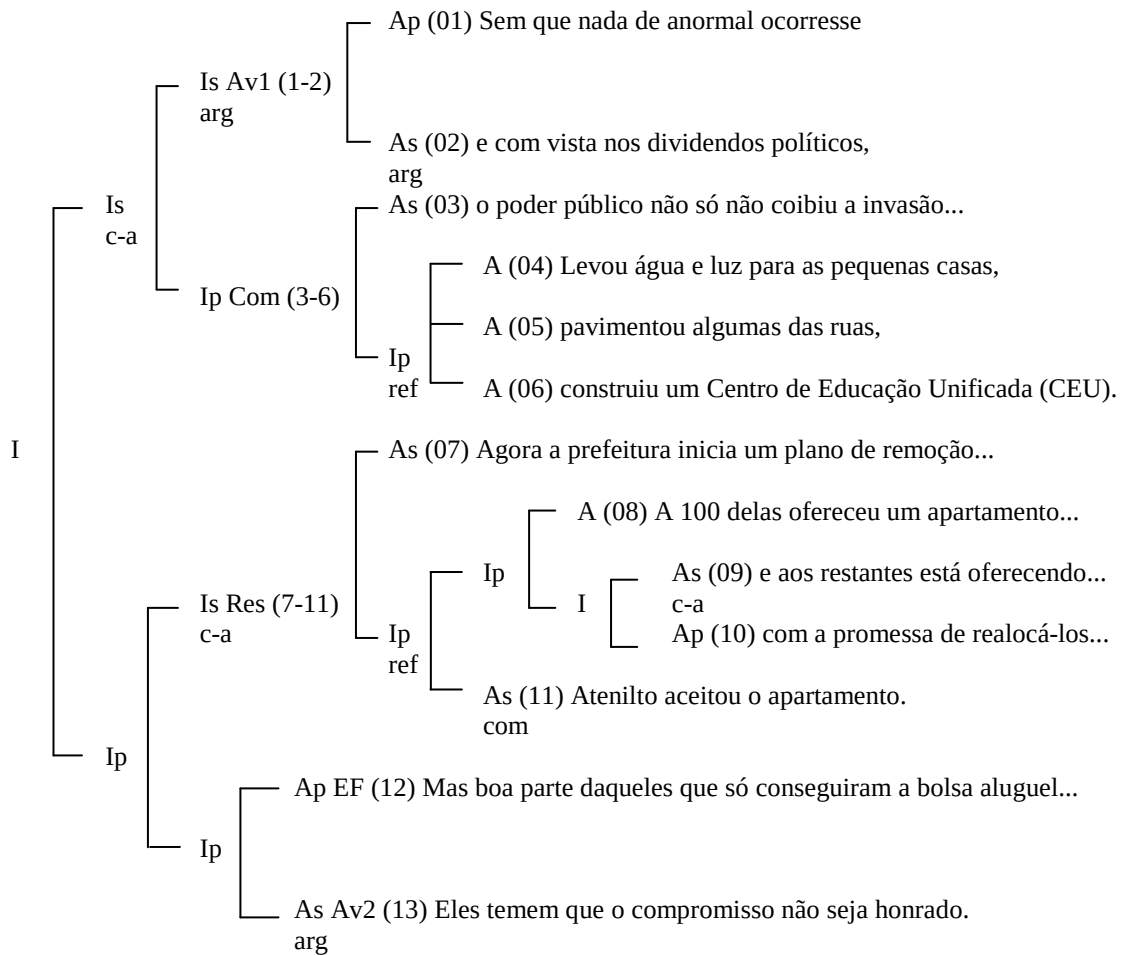
(sn9/r2/i)



(sn10/r2/i)

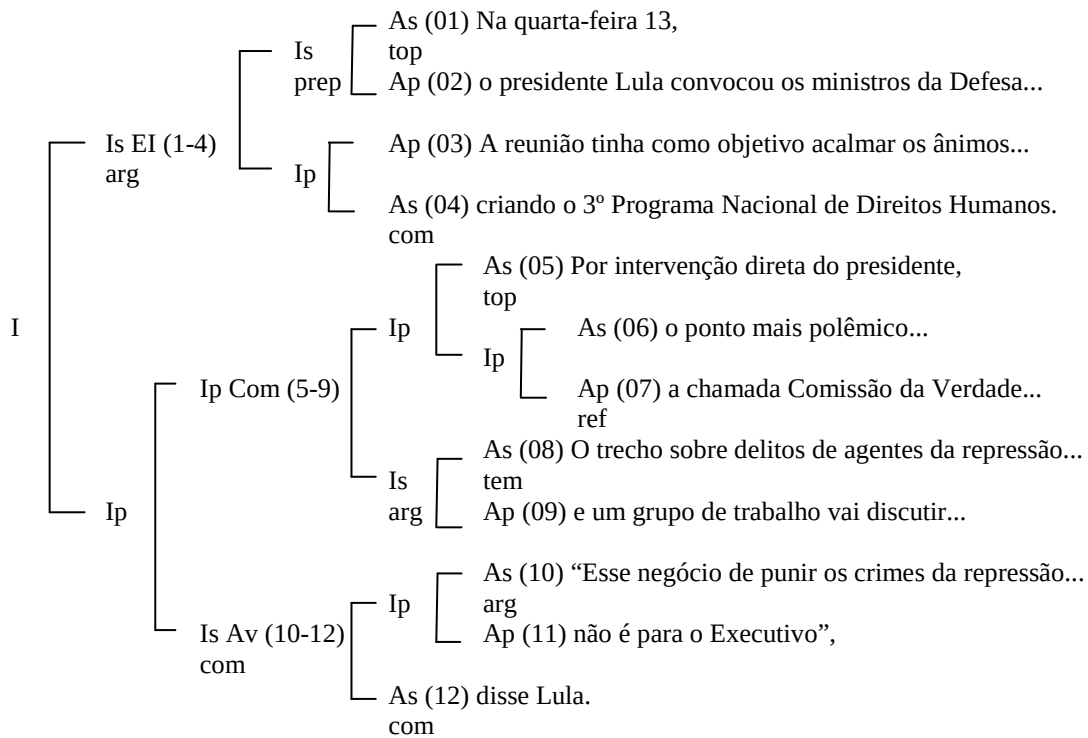


(sn11/r2/i)

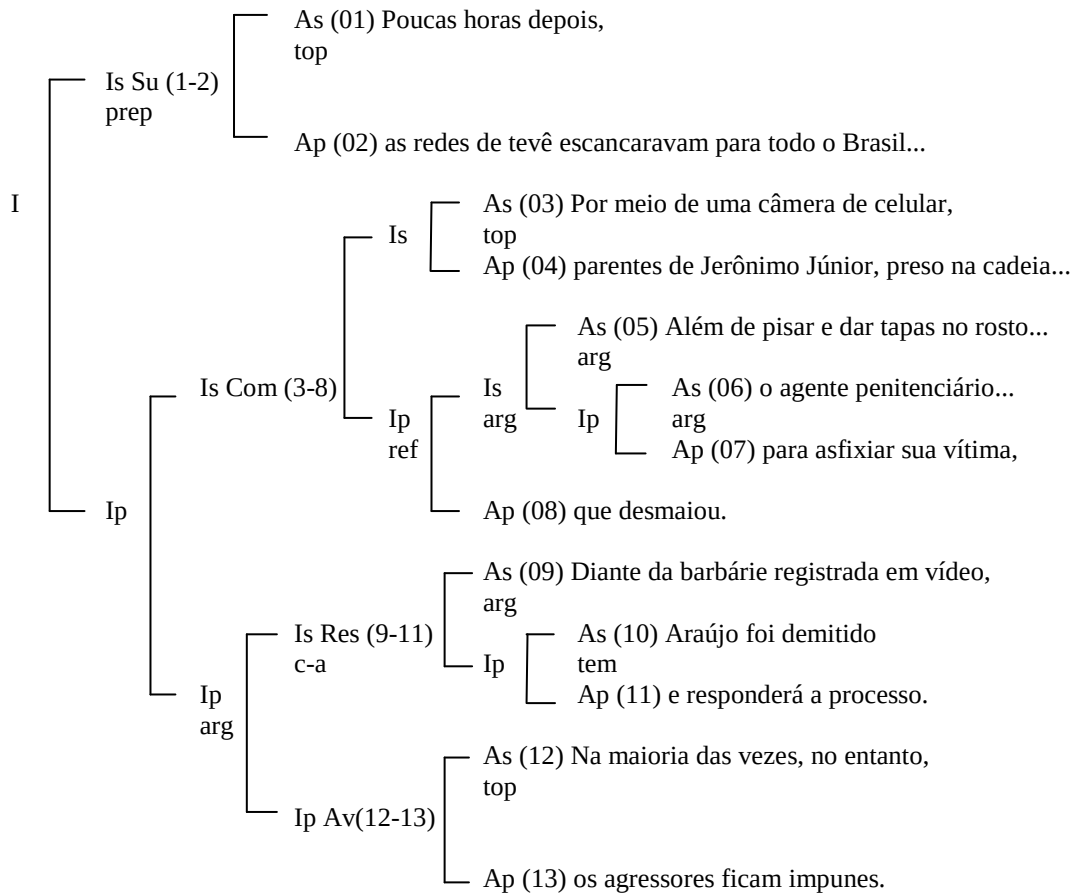


## O passado ainda presente (r3)

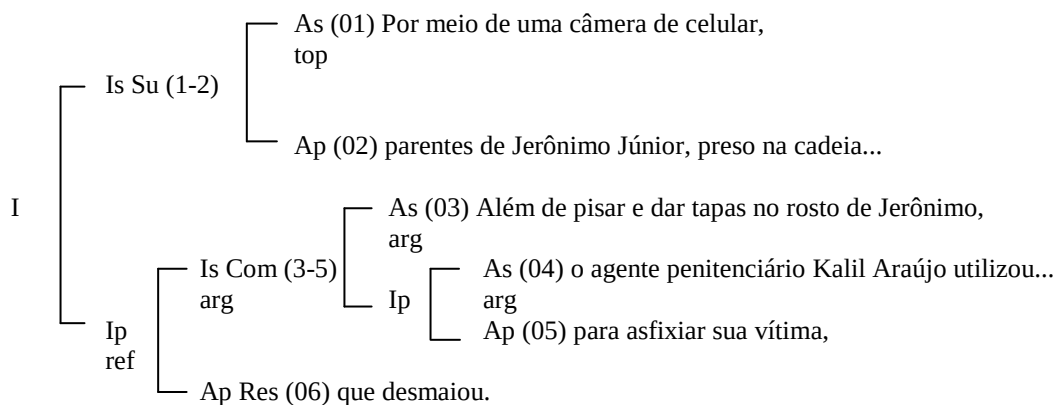
(sn1/r3/i)

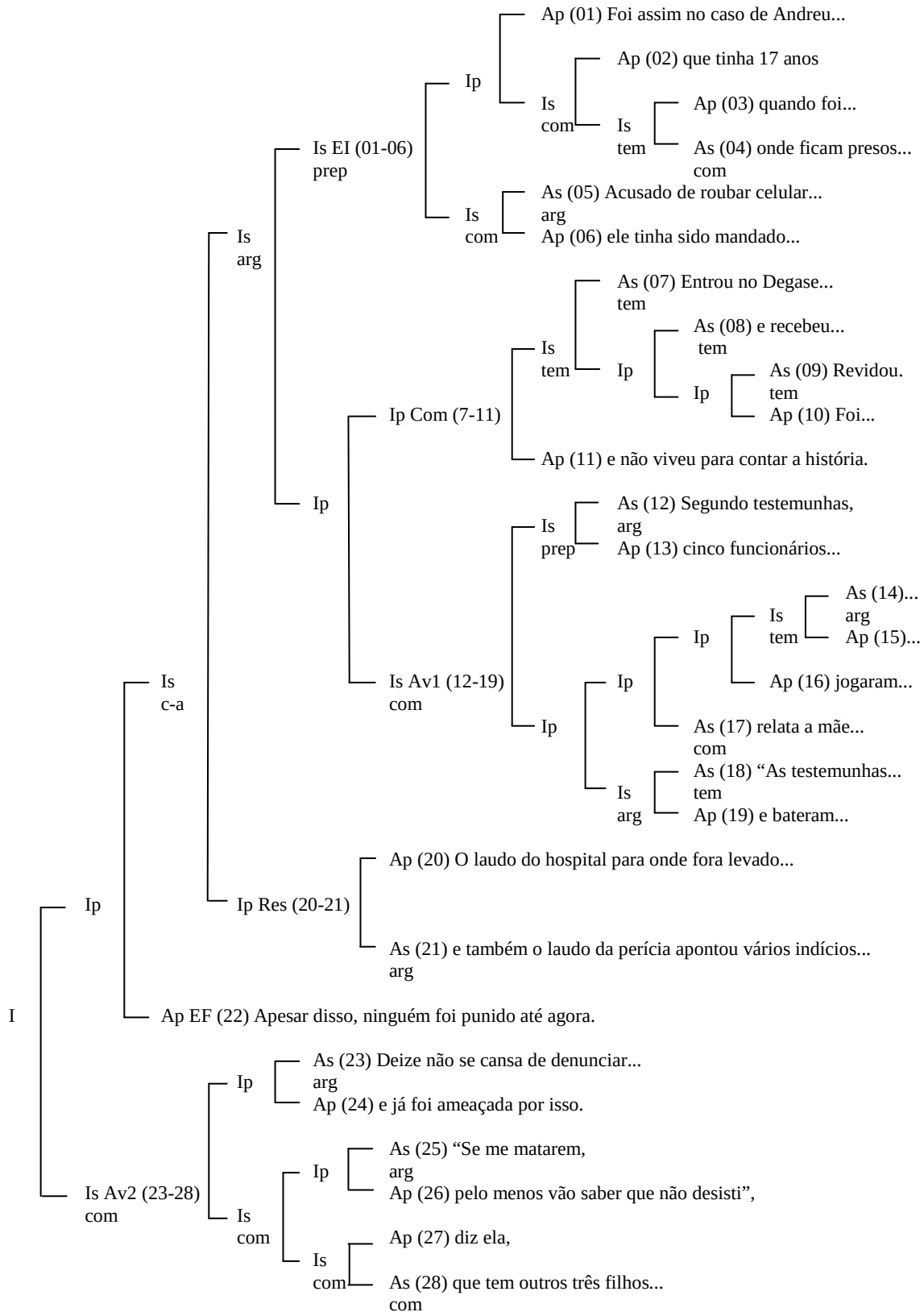


(sn2/r3/i)



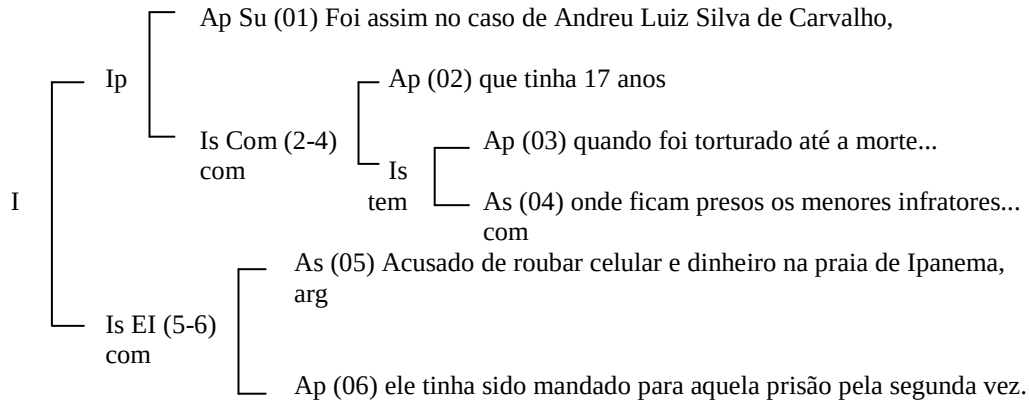
(sn3/r3/i/Com/sn2)



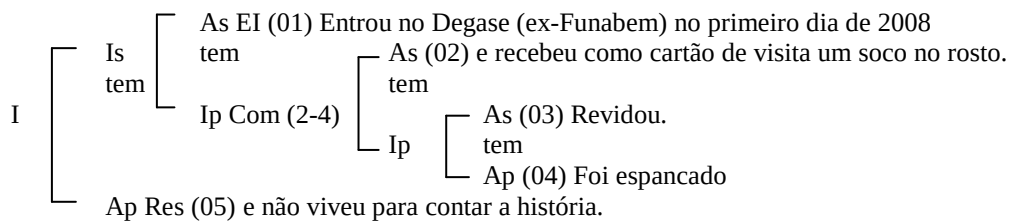




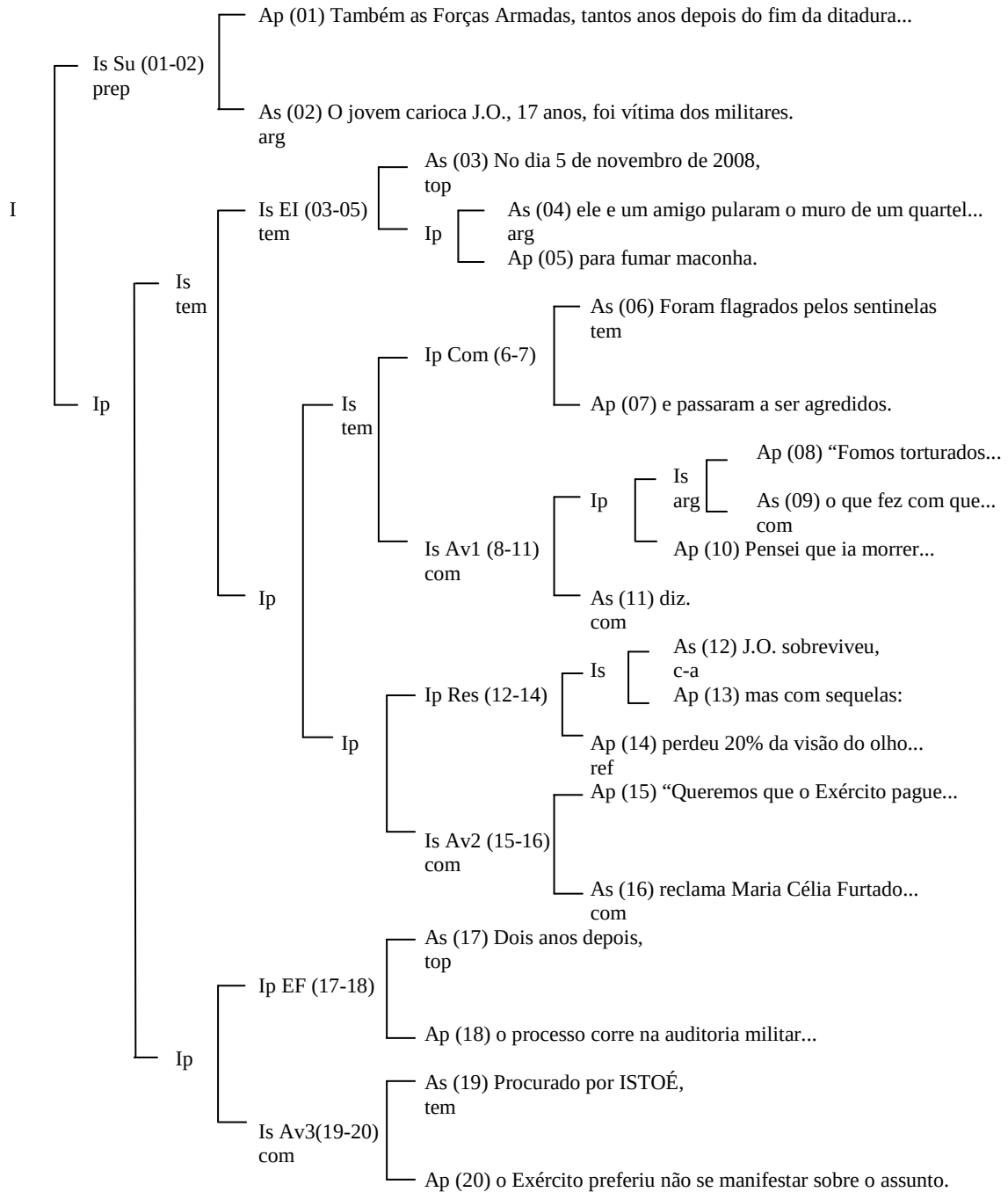
(sn5/r3/i/EI/sn4)



(sn6/r3/i/Com/sn4)

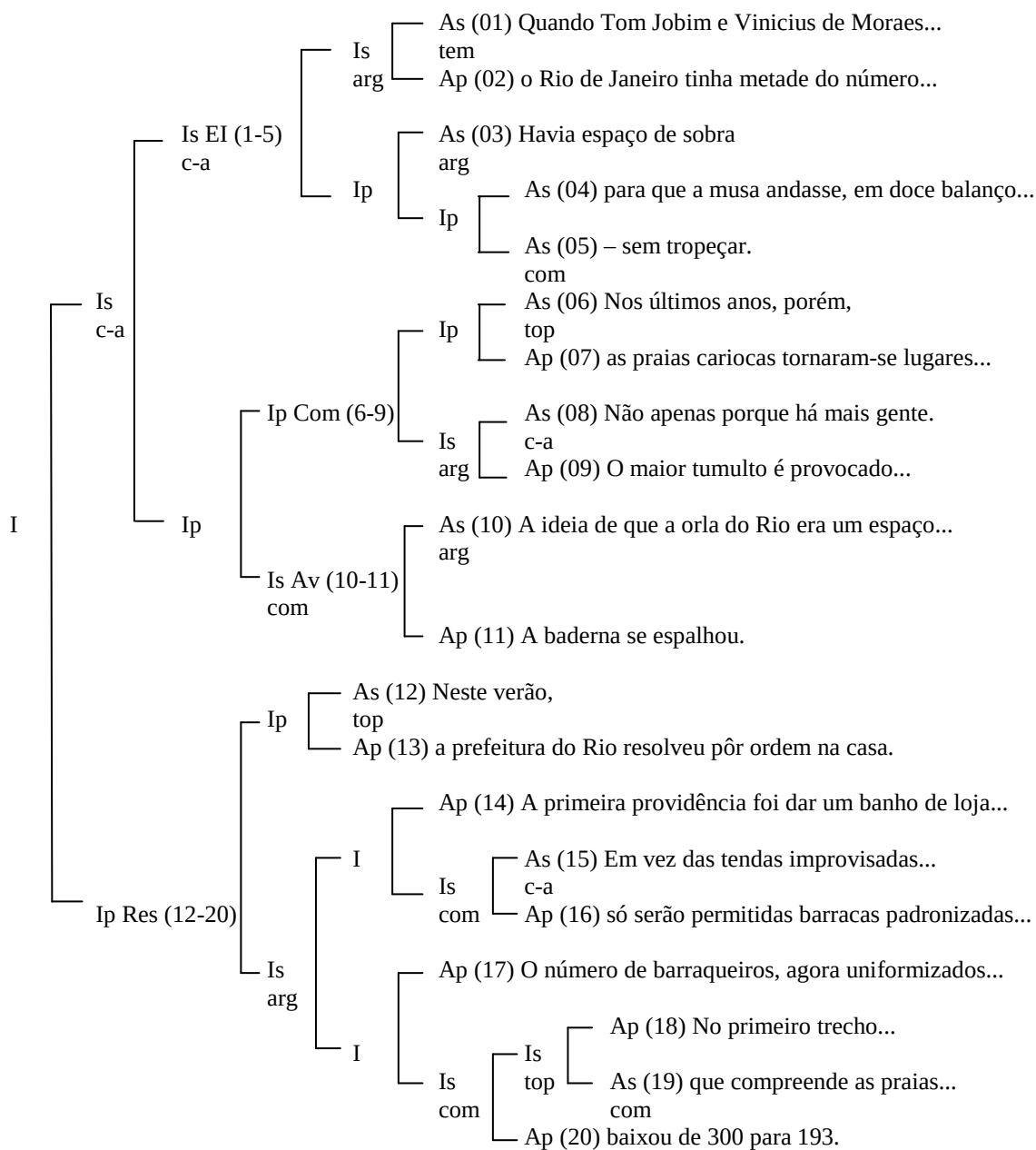


(sn7/r3/i)

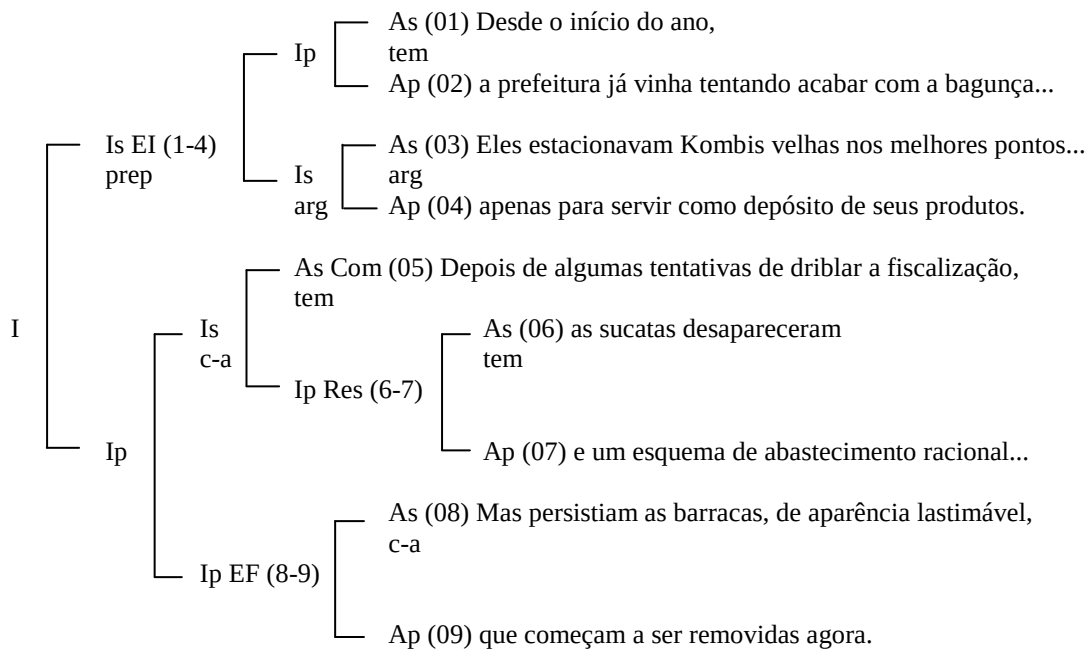


Sol, mar e organização (r3)

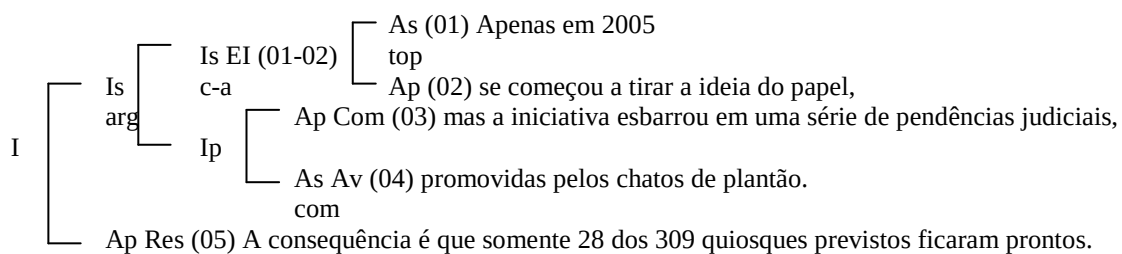
(sn1/r3/v)



(sn2/r3/v)

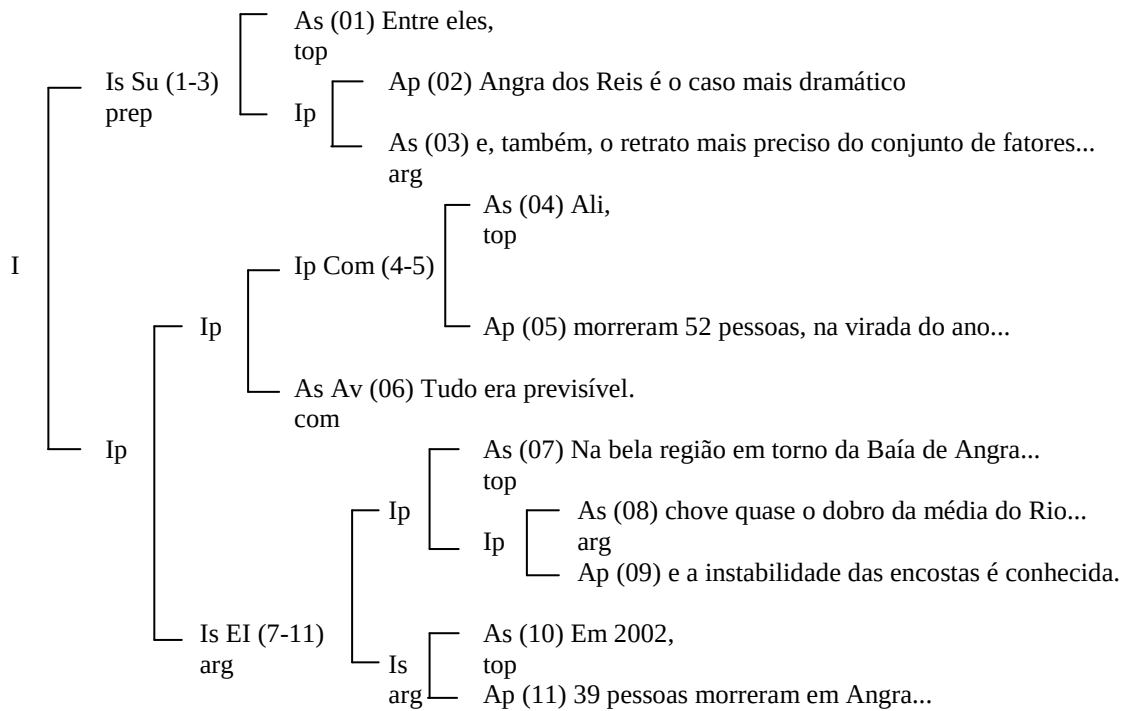


(sn3/r3/v)

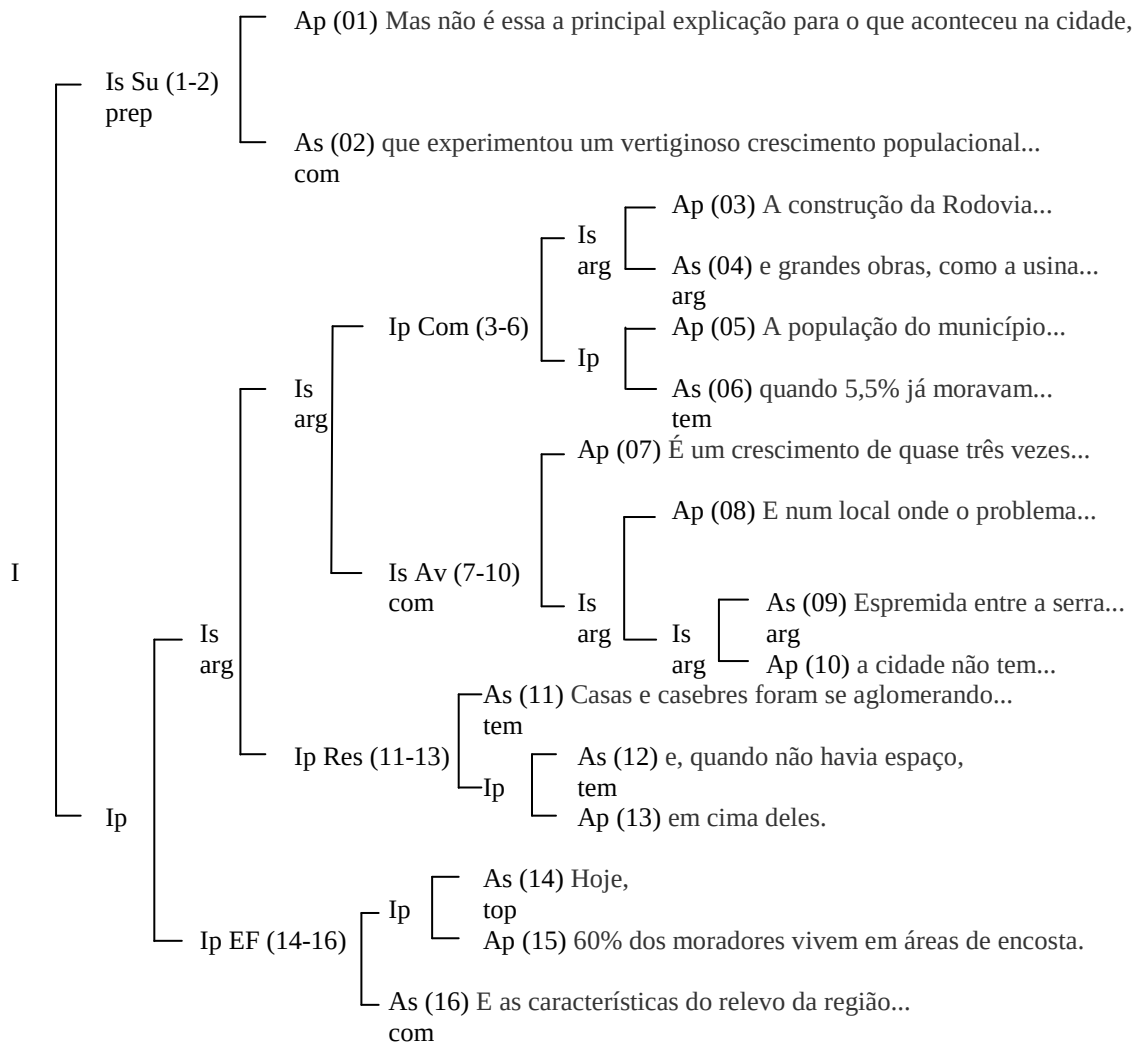


## Trágico, absurdo, previsível (r4)

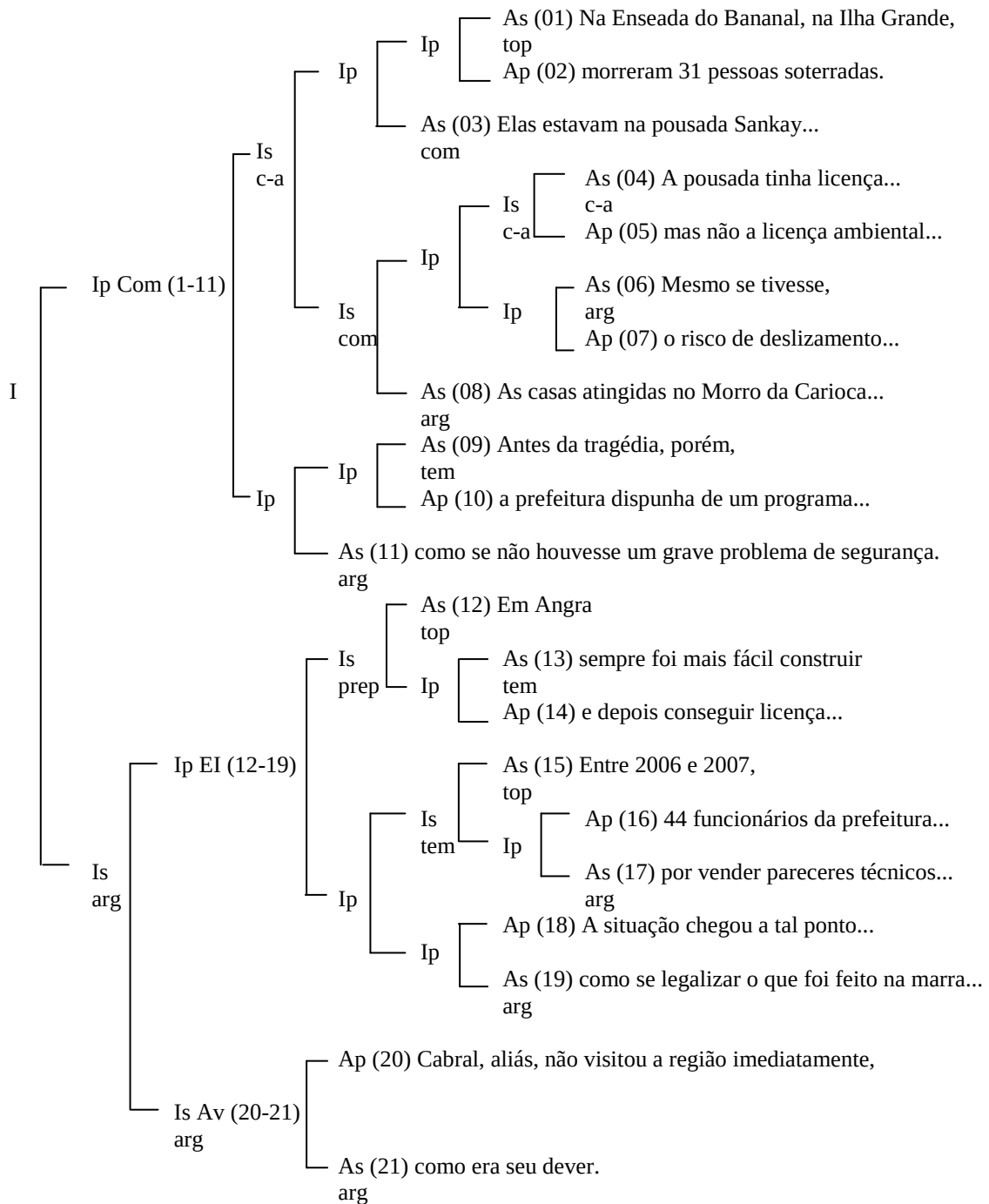
(sn1/r4/v)



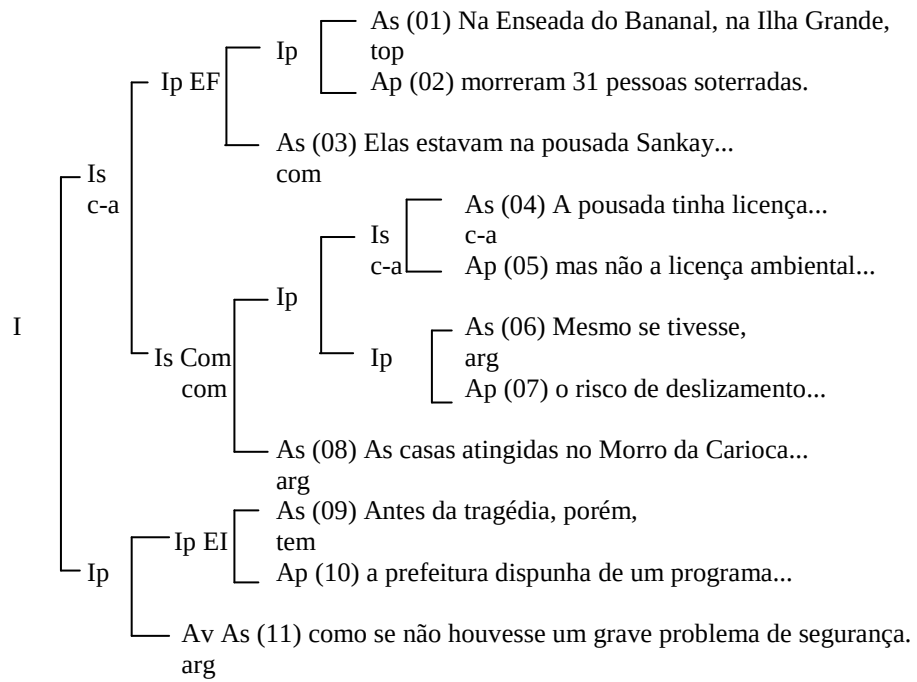
(sn2/r4/v)



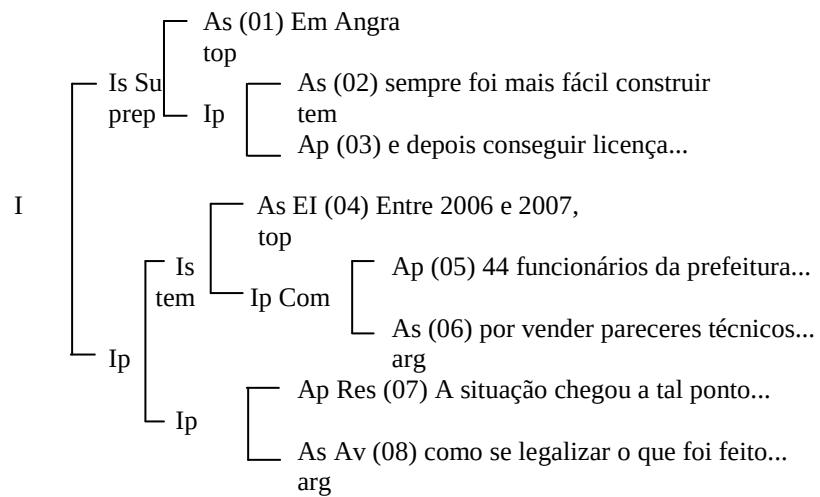
(sn3/r4/v)



(sn4/r4/v/Com/sn3)

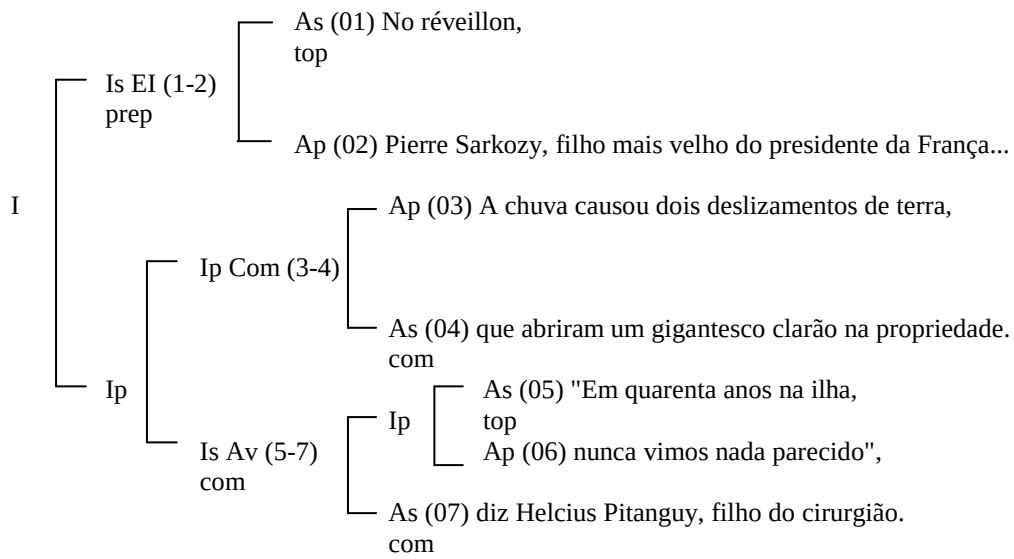


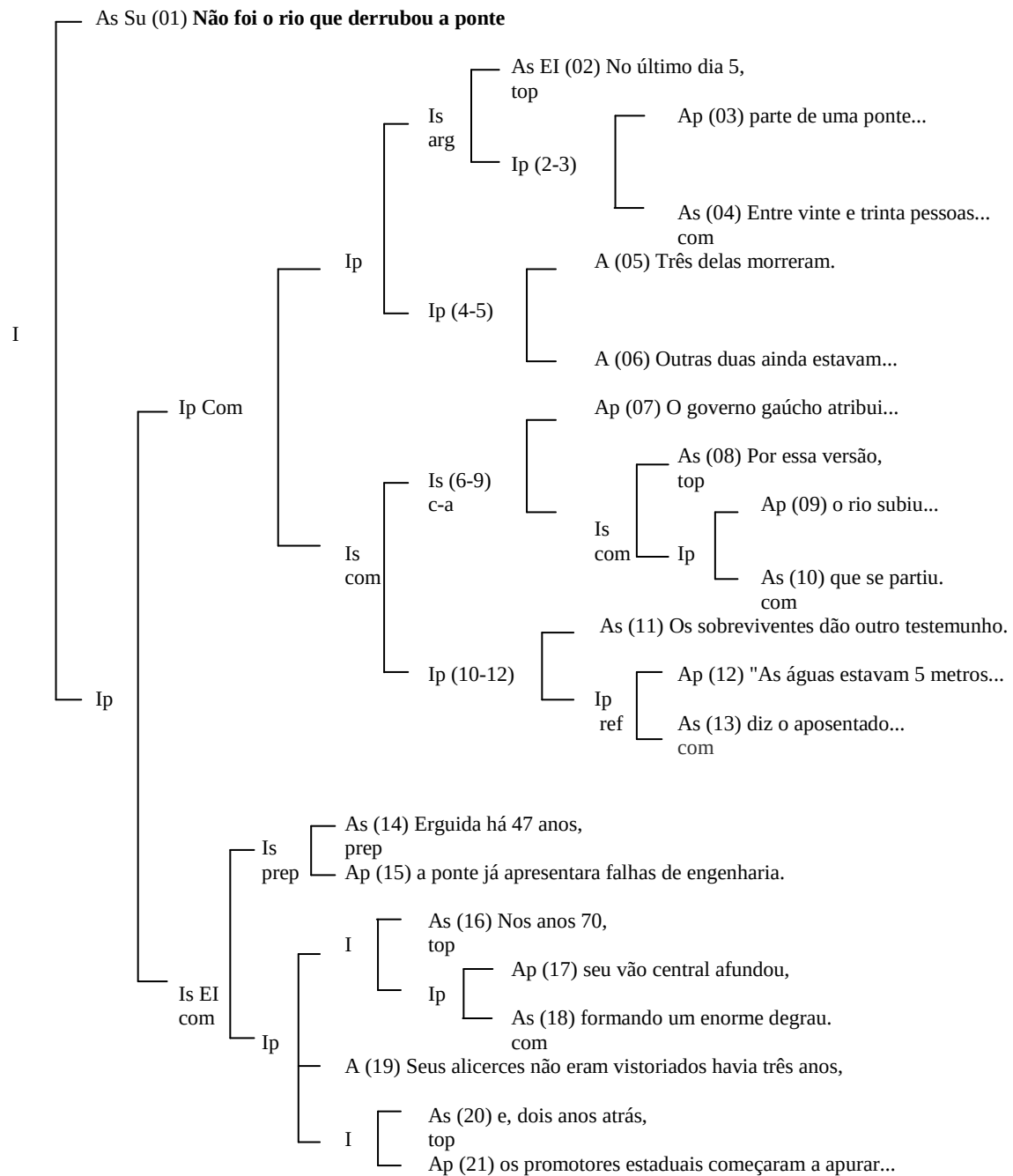
(sn5/r4/v/EI/sn3)



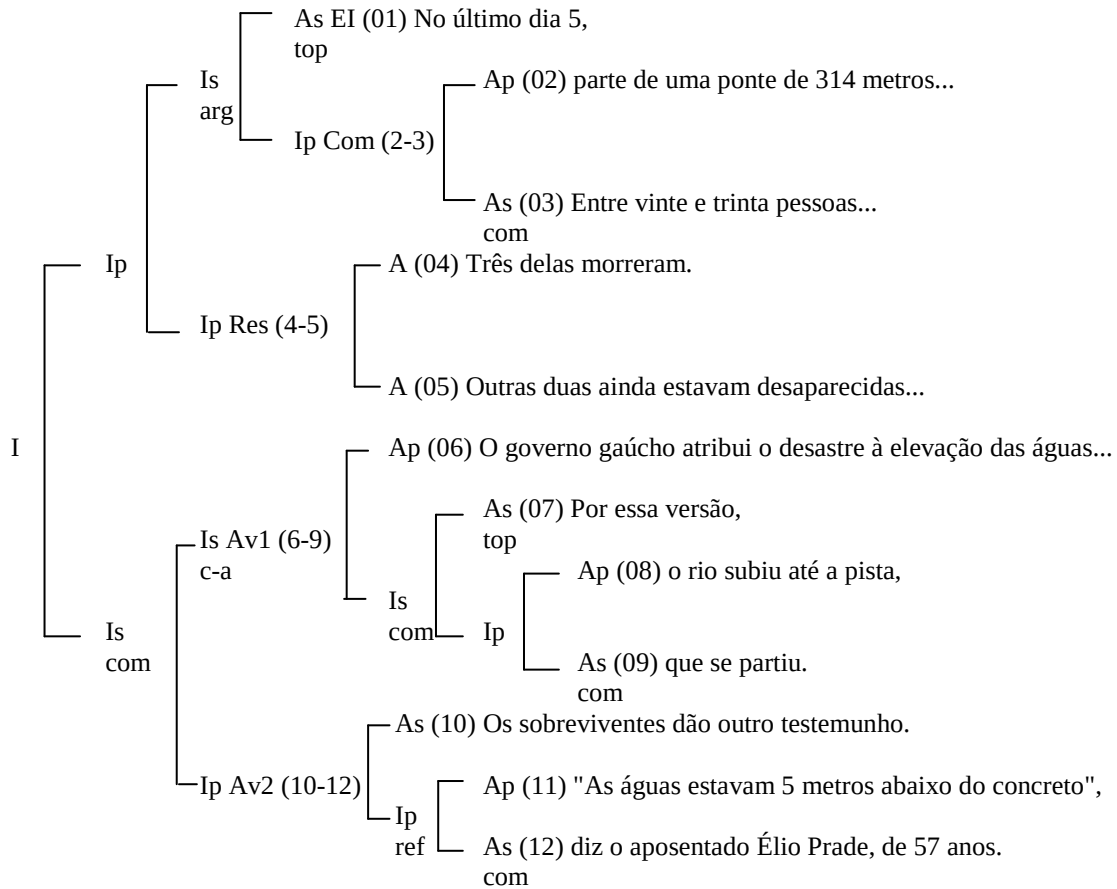


(sn6/r4/v)



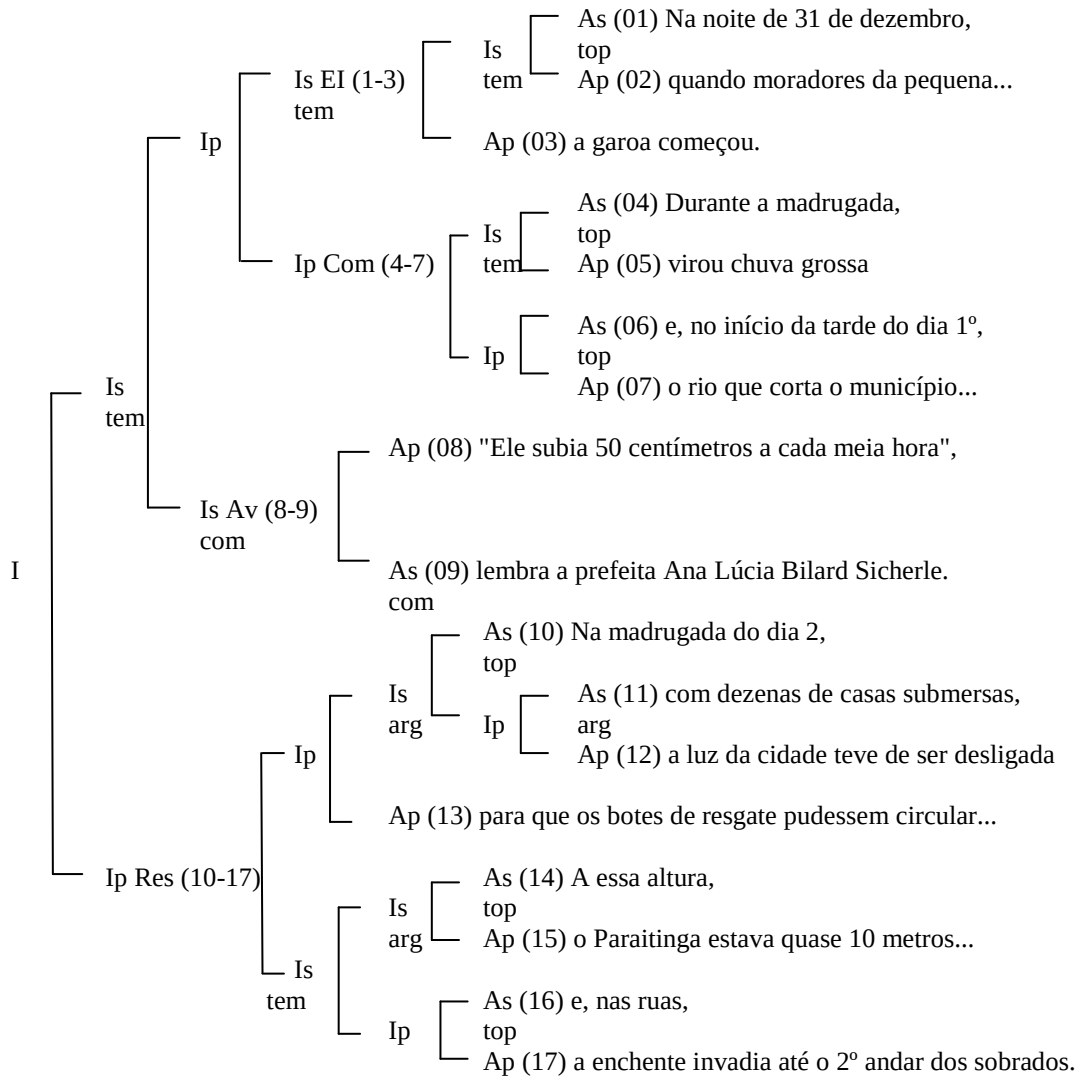


(sn8/r4/v/com/sn7)



(sn9/r4/v)







## ANEXO B3

### Análise da forma de organização informacional

#### Revista Carta Capital

#### A culpa não é só da natureza (r1)

| sn1/r1/c |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                          |
|----------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (Su)     | (01) | (a prevalência do interesse privado nas cidades brasileiras tem o seu quinhão) À medida que os dias passaram,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Progressão linear        |
|          | (02) | (À medida que os dias passaram) desde o fatídico 1º de janeiro,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   | Progressão linear        |
|          | (03) | (À medida que os dias passaram, desde o fatídico 1º de janeiro) ficou mais e mais evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas.                                                                                                                                                                                                                                                  | Progressão linear        |
|          | (04) | <b>Estas</b> [chuvas], não resta dúvida, têm sido especialmente severas desde o último trimestre de 2009,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Progressão linear        |
|          | (05) | (Estas, não resta dúvida, têm sido especialmente severas desde o último trimestre de 2009,) sob a influência do aquecimento anormal das águas do pacífico.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Progressão linear        |
| (EI)     | (06) | (2009) Em anos passados,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Tópico constante         |
|          | (07) | (Em anos passados) o <i>El Niño</i> , como é conhecido o fenômeno que atinge as águas equatoriais desse oceano, também causou estragos consideráveis, com enchentes e deslizamentos de terra em várias cidades do território nacional.                                                                                                                                                                                                                                                            | Progressão linear        |
|          | (08) | Também não resta dúvida de que neste ano <b>a situação</b> [chuvas] foi ainda mais grave.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Encadeamento à distância |
| (Com)    | (09) | O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande do Sul, sugerem que uma parcela considerável da responsabilidade <b>pelas catástrofes</b> [as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas] ocorridas recai sobre a ação humana, | Encadeamento à distância |
|          | (10) | (uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana,) como têm alertado alguns especialistas.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Progressão linear        |
|          | (11) | (uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana,) Ou sobre a inação, conforme o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades.                                                                                                                                                                                                                                                                                                     | Tópico constante         |
| (Av)     | (12) | (Ou sobre a inação, conforme o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades.) Em matéria de uso do solo,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                              | Progressão linear        |
|          | (13) | (Em matéria de uso do solo) a regra nacional ainda é a ausência de regulação pública ou o descaso com as leis existentes,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                         | Progressão linear        |
|          | (14) | (as leis existentes) mantidas apenas no papel.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                    | Progressão linear        |

| sn2/r1/c     |      |                                                                                                           |                   |
|--------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| <b>(Su)</b>  | (01) | (no litoral fluminense, os licenciamentos ambientais não são levados a sério) É o caso da Pousada Sankay, | Progressão linear |
| <b>(EI)</b>  | (02) | (a Pousada Sankay) na Ilha Grande,                                                                        | Progressão linear |
|              | (03) | (a Pousada Sankay) construída na encosta de um morro,                                                     | Tópico constante  |
| <b>(Res)</b> | (04) | e <b>que</b> [a Pousada Sankay] veio abaixo nas primeiras horas do ano                                    | Tópico constante  |
| <b>(Com)</b> | (05) | (a Pousada Sankay veio abaixo nas primeiras horas do ano) por conta de um deslizamento de terra.          | Progressão linear |

| sn3/r1/c     |      |                                                                                                                                                                                                                                                     |                          |
|--------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(EI)</b>  | (01) | (o histórico de ocupações irregulares e em condições inapropriadas no litoral brasileiro não é, porém, de responsabilidade da administração atual, muito menos restringe-se ao litoral fluminense) No caso do Rio Grande do Sul,                    | Encadeamento à distância |
| <b>(Res)</b> | (02) | <b>onde</b> [Rio Grande do Sul] 13 rodovias tiveram de ser interditadas                                                                                                                                                                             | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b> | (03) | (13 rodovias tiveram de ser interditadas) por causa das chuvas,                                                                                                                                                                                     | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (04) | (No caso do Rio Grande do Sul, onde 13 rodovias tiveram de ser interditadas por causa das chuvas) faltou ao poder público verificar as estruturas da ponte sobre o rio Jacuí, de 314 metros e com mais de 40 anos de vida útil no momento da queda, | Progressão linear        |
|              | (05) | (faltou ao poder público verificar as estruturas da ponte sobre o rio Jacuí, de 314 metros e com mais de 40 anos de vida útil no momento da queda) conforme alegação de engenheiros civis nos dias seguintes ao acidente.                           | Progressão linear        |

| Sn4/r1/c     |      |                                                                                                                                                                                                                         |                          |
|--------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(Su)</b>  | (01) | (o histórico de ocupações irregulares e em condições inapropriadas no litoral brasileiro não é, porém, de responsabilidade da administração atual, muito menos restringe-se ao litoral fluminense) No litoral paulista, | Encadeamento à distância |
|              | (02) | (No litoral paulista) os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores.                                                                                                                                    | Progressão linear        |
|              | (03) | (No litoral paulista, os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores) Ainda assim não faltaram evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado.    | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b> | (04) | (evidências) Quem passou o réveillon em Ubatuba enfrentou até 18 horas de congestionamento para chegar a São Paulo                                                                                                      | Progressão linear        |
|              | (05) | (Quem passou o réveillon em Ubatuba enfrentou até 18 horas de congestionamento para chegar a São Paulo) – e nada menos que 12 horas para alcançar a vizinha Caraguatatuba, um trajeto de 54 quilômetros.                | Progressão linear        |
|              | (06) | <b>A situação</b> [congestionamento] ali foi agravada pela interdição de rodovias e a falta de informações.                                                                                                             | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (07) | (serviços públicos) No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba,                                                                                                                                      | Encadeamento à distância |
|              | (08) | <b>os policiais</b> [a Polícia Rodoviária] preferiram manter os telefones fora do gancho                                                                                                                                | Progressão linear        |
|              | (09) | (os policiais) para não ser incomodados.                                                                                                                                                                                | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (10) | (os policiais) “Não sabemos como está a situação na                                                                                                                                                                     | Tópico constante         |



|  |      |                                                                                                                                                     |                          |
|--|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|  |      | direção de Caraguatatuba,                                                                                                                           |                          |
|  | (11) | (os policiais) cuidamos apenas do trecho entre Ubatuba e Paraty.                                                                                    | Tópico constante         |
|  | (12) | (a situação na direção de Caraguatatuba) Parece que o jeito é rodar mais 400 quilômetros e ir por Angra”,                                           | Encadeamento à distância |
|  | (13) | (“Não sabemos como está a situação... e ir por Angra”) afirma, na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento. | Progressão linear        |

### São Paulo na lama (r2)

| sn1/r2/c |      |                                                                                                                                                                                                   |                          |
|----------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (Su)     | (01) | O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa <b>pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo</b> [áreas inundadas às margens do rio Tietê].                   | Progressão linear        |
|          | (02) | Ao redor <b>dos trabalhadores</b> [a marreta contra a coluna de concreto],                                                                                                                        | Progressão linear        |
|          | (03) | (Ao redor dos trabalhadores) um cenário de destruição.                                                                                                                                            | Progressão linear        |
| (Com)    | (04) | (Na ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura,                                                     | Encadeamento à distância |
|          | (05) | após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar <b>a várzea do rio Tietê</b> [ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo], | Tópico constante         |
|          | (06) | (a várzea do rio Tietê) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro.                                                                                                                 | Progressão linear        |
| (Av)     | (07) | (os trabalhadores) De uniforme azul,                                                                                                                                                              | Encadeamento à distância |
|          | (08) | <b>o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos</b> [os trabalhadores], lamenta:                                                                                                    | Tópico constante         |
|          | (09) | “Hoje derrubo <b>a casa dos outros</b> [uma dezena de casas].                                                                                                                                     | Encadeamento à distância |
|          | (10) | Amanhã pode ser <b>a minha</b> [a casa dos outros]”.                                                                                                                                              | Progressão linear        |

| sn2/r2/c/Com/sn1 |      |                                                                                                                                                                                                   |                          |
|------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EF)             | (01) | (Na ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura,                                                     | Encadeamento à distância |
| (Res)            | (02) | após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar <b>a várzea do rio Tietê</b> [ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo], | Tópico constante         |
| (Com)            | (03) | (a várzea do rio Tietê) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro.                                                                                                                 | Progressão linear        |

| sn3/r2/c |      |                                                                                                                                                                      |                          |
|----------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | <b>Crispim</b> [Crispim Antonio de Souza] mora com a família em uma casa de quatro cômodos no Jardim Pantanal, próximo de onde cumpria a amarga tarefa de demolição. | Encadeamento à distância |
| (Com)    | (02) | No dia <b>da cheia</b> [megaenchente de 8 de dezembro],                                                                                                              | Encadeamento à distância |

|              |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                       |                          |
|--------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|              | (03) | <b>seus móveis</b> [de Crispim e família] ficaram meio metro submersos.                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Encadeamento à distância |
|              | (04) | (o dia da cheia) Somente após duas semanas,                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                           | Encadeamento à distância |
|              | (05) | <b>a água</b> [da cheia] saiu da residência.                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                          | Tópico constante         |
| <b>(Res)</b> | (06) | Passados 35 dias <b>da enchente</b> [a cheia],                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                        | Tópico constante         |
|              | (07) | <b>a inundação</b> [a cheia] persistia no quintal e nas ruas do bairro,                                                                                                                                                                                                                                                                                                               | Tópico constante         |
|              | (08) | (as ruas do bairro)tomadas por um lodo escuro e fétido, mistura das águas da chuva com o esgoto que deixou de ser bombeado por uma estação de tratamento atingida pelas chuvas.                                                                                                                                                                                                       | Progressão linear        |
| <b>(EF)</b>  | (09) | <b>O cenário</b> [a inundação persistia no quintal e nas ruas do bairro, tomadas por um lodo escuro e fétido, mistura das águas da chuva com o esgoto que deixou de ser bombeado por uma estação de tratamento atingida pelas chuvas.] é recorrente em ao menos sete bairros do distrito Jardim Helena, na divisa com os municípios de Guarulhos e Itaquaquecetuba, Grande São Paulo. | Progressão linear        |

|                  |      |                                                                      |                          |
|------------------|------|----------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn4/r2/c/Com/sn3 |      |                                                                      |                          |
| <b>(EI)</b>      | (01) | No dia <b>da cheia</b> [megaenchente de 8 de dezembro],              | Encadeamento à distância |
| <b>(Com)</b>     | (02) | <b>seus móveis</b> [Crispim e família] ficaram meio metro submersos. | Encadeamento à distância |
| <b>(Res)</b>     | (03) | (o dia da cheia) Somente após duas semanas,                          | Encadeamento à distância |
|                  | (04) | <b>a água</b> [da cheia] saiu da residência.                         | Tópico constante         |

|              |      |                                                                                                                                                  |                   |
|--------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| sn5/r2/c     |      |                                                                                                                                                  |                   |
| <b>(EI)</b>  | (01) | Diante <b>das reclamações de moradores</b> [Crispim, Cledionice, Rosalvo],                                                                       | Progressão linear |
| <b>(Com)</b> | (02) | (as reclamações de moradores) a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou com uma ação pedindo a suspensão das remoções                   | Progressão linear |
|              | (03) | até que <b>o processo</b> [das remoções] seja discutido com a população.                                                                         | Progressão linear |
| <b>(Av)</b>  | (04) | (as remoções) “Estamos falando de pessoas, e não de objetos que podem ser removidos de um lugar para o outro.                                    | Tópico constante  |
|              | (05) | <b>Eles</b> [pessoas] querem sair do local,                                                                                                      | Progressão linear |
|              | (06) | (Eles querem sair do local,) mas com um mínimo de dignidade”,                                                                                    | Progressão linear |
|              | (07) | (“Estamos falando de pessoas... dignidade”) afirma Carlos Henrique Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria.       | Progressão linear |
|              | (08) | <b>Ele</b> [Carlos Henrique Loureiro] também lembra que deslocar a população de forma não planejada é apenas uma forma de transferir o problema, | Progressão linear |
|              | (09) | (deslocar a população de forma não planejada) “você tira a pobreza de um lado e coloca do outro”.                                                | Progressão linear |

| sn6/r2/c |      |                                                                                                                                                                                           |                          |
|----------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (Su)     | (01) | (deslocar a população de forma não planejada é apenas uma forma de transferir o problema, “você tira pobreza de um lado e coloca do outro”) Exemplos não são difíceis de ser encontrados, | Progressão linear        |
|          | (02) | como é <b>o caso da família do pedreiro João Luiz da Silva</b> [Exemplos], 55 anos.                                                                                                       | Progressão linear        |
| (EI)     | (03) | <b>Eles</b> [a família do pedreiro João Luiz da Silva] moravam na extinta Vila Nair,                                                                                                      | Progressão linear        |
|          | (04) | (Vila Nair) removida para a construção do anel viário que liga a avenida Jacu Pêssego com a rodovia Ayrton Senna.                                                                         | Progressão linear        |
| (Com)    | (05) | (remoção) Com o dinheiro da indenização, 9 mil reais,                                                                                                                                     | Progressão linear        |
|          | (06) | (a família do pedreiro João Luiz da Silva) compraram uma casa no Jardim Iguatemi,                                                                                                         | Encadeamento à distância |
|          | (07) | (a família do pedreiro João Luiz da Silva) e foram novamente despejados, desta vez para a construção de um dos trechos do Rodoanel.                                                       | Tópico constante         |
| (Res)    | (08) | (despejo) Com a indenização de 11 mil reais                                                                                                                                               | Progressão linear        |
|          | (09) | (a família do pedreiro João Luiz da Silva) compraram um barraco na Chácara Três Meninas, um dos bairros castigados pela cheia e alvo de novas desapropriações.                            | Encadeamento à distância |
| (Av)     | (10) | (novas desapropriações) “É terceira vez que querem nos expulsar”,                                                                                                                         | Progressão linear        |
|          | (11) | (“É terceira vez que querem nos expulsar”) diz Silva, cansado da vida itinerante.                                                                                                         | Progressão linear        |

| sn7/r2/c |      |                                                                                                                                                     |                          |
|----------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (Su)     | (01) | (o governo não moveu uma palha para tentar drenar a água e limpar os córregos) Revoltada,                                                           | Progressão linear        |
|          | (02) | (Revoltada) a moradora de um conjunto habitacional que sofreu com as inundações constrangeu o prefeito Gilberto Kassab (DEM), no início de janeiro, | Progressão linear        |
|          | (03) | (a moradora) ao cobrar ações mais efetivas da prefeitura.                                                                                           | Progressão linear        |
| (Com)    | (04) | “Vamos pôr o pé <b>na lama</b> [das inundações]?”                                                                                                   | Encadeamento à distância |
|          | (05) | Nós queremos o senhor lá para sentir na pele <b>o que a gente sente</b> [as inundações]”,                                                           | Encadeamento à distância |
|          | (06) | (“Vamos pôr o pé na lama? Nós queremos o senhor lá para sentir na pele o que a gente sente”) disse na ocasião.                                      | Progressão linear        |
| (Res)    | (07) | “ <b>Todos</b> [a prefeitura] estão fazendo o maior esforço possível em prol das famílias”,                                                         | Encadeamento à distância |
|          | (08) | (“Todos estão fazendo o maior esforço possível em prol das famílias”) respondeu o Kassab,                                                           | Progressão linear        |
|          | (09) | (Kassab) reiterando que a prefeitura está oferecendo o auxílio-aluguel e se empenha na busca de soluções.                                           | Progressão linear        |

| sn8/r2/c |      |                                                                                                                                                             |                          |
|----------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (Com)    | (01) | Além do interesse <b>do governo estadual</b> [o governo] pela área,                                                                                         | Encadeamento à distância |
|          | (02) | uma reportagem publicada pelo portal UOL revelou que as seis comportas da barragem da Penha foram fechadas na madrugada <b>da enchente</b> [as inundações], | Encadeamento à distância |
|          | (03) | (as seis comportas) e só foram reabertas dois dias depois.                                                                                                  | Progressão linear        |
| (Av1)    | (04) | <b>A ação</b> [o fechamento das comportas] teria evitado o                                                                                                  | Progressão linear        |

|              |      |                                                                                                                                                                                                                                         |                          |
|--------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|              |      | alagamento da marginal do Tietê,                                                                                                                                                                                                        |                          |
|              | (05) | <b>onde</b> [a marginal do Tietê] o governo realiza um conjunto de obras viárias orçado em 1,3 bilhão de reais.                                                                                                                         | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (06) | <b>A informação</b> [as seis comportas só foram reabertas dois dias depois] levou o promotor de Justiça Eduardo Valerio a instaurar um inquérito para apurar se o fechamento da barragem poderia ter causado a inundação da zona leste. | Encadeamento à distância |
| <b>(Av2)</b> | (07) | (as seis comportas só foram reabertas dois dias depois) “Ainda estamos investigando,                                                                                                                                                    | Tópico constante         |
|              | (08) | mas aparentemente <b>este incidente</b> [as seis comportas só foram reabertas dois dias depois] não seria o suficiente para alagar toda a região,                                                                                       | Tópico constante         |
|              | (09) | (as seis comportas só foram reabertas dois dias depois) já que é um procedimento de rotina, realizado mais de 30 vezes em 2009”,                                                                                                        | Tópico constante         |
|              | (10) | (“Ainda estamos investigando... de 30 vezes em 2009”) afirma Valerio.                                                                                                                                                                   | Progressão linear        |
|              | (11) | “Mas há fortes indícios de que o assoreamento do Tietê e as intervenções de grandes indústrias instaladas na região podem ter criado um ambiente favorável <b>às enchentes</b> [enchente].                                              | Encadeamento à distância |
|              | (12) | Se ficar comprovado que <b>o governo</b> [governo] foi omissos,                                                                                                                                                                         | Encadeamento à distância |
|              | (13) | <b>o Estado</b> [governo] pode ser responsabilizado.”                                                                                                                                                                                   | Tópico constante         |

|              |      |                                                                                                                                                             |                          |
|--------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn9/r2/c     |      |                                                                                                                                                             |                          |
| <b>(Su)</b>  | (01) | (a Defensoria) Além disso, destaca que a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não devem ser atribuídas apenas às comunidades pobres, | Encadeamento à distância |
|              | (02) | uma vez que <b>o poder público</b> [prefeitura e governo do estado] disponibilizou infraestrutura urbana,                                                   | Encadeamento à distância |
|              | (03) | (infraestrutura urbana) como água encanada, escolas, asfaltamento e energia.                                                                                | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b> | (04) | (as margens do Tietê) No Jardim Romano, por exemplo,                                                                                                        | Encadeamento à distância |
|              | (05) | <b>o prefeito Gilberto Kassab (DEM)</b> [poder público] inaugurou no ano passado um Centro Educacional Unificado (CEU).                                     | Encadeamento à distância |
|              | (06) | (Jardim Romano) Na mesma rua Capachós,                                                                                                                      | Encadeamento à distância |
|              | (07) | (Na mesma rua Capachós) um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal também foi inaugurado recentemente.                                | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (08) | <b>Os investimentos</b> [infraestrutura urbana] fizeram com que a prefeitura revisasse os valores de imóveis na região,                                     | Encadeamento à distância |
|              | (09) | (revisão dos valores de imóveis na região) com vistas ao cálculo do IPTU de 2010.                                                                           | Progressão linear        |
|              | (10) | (revisão dos valores de imóveis na região) A valorização chega a 187%.                                                                                      | Tópico constante         |
| <b>(EF)</b>  | (11) | (Jardim Romano) Só que, hoje, tanto a escola como a Cohab têm a entrada bloqueada pelo lodo.                                                                | Encadeamento à distância |

É possível evitar? (r2)

| sn1/r2/e |      |                                                                                                                                                                                                                                               |                          |
|----------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | (litoral sul do Rio de Janeiro) Na semana passada,                                                                                                                                                                                            | Encadeamento à distância |
|          | (02) | depois de sobrevoar de helicóptero <b>o trecho do litoral fluminense mais castigado pelas chuvas</b> [litoral sul do Rio de Janeiro],                                                                                                         | Tópico constante         |
| (Com)    | (03) | (litoral sul do Rio de Janeiro) o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que o governo federal vai liberar R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense. | Tópico constante         |
| (Av)     | (04) | <b>O ministro</b> [o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima] admitiu que, em 2009, o governo gastou apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas.              | Progressão linear        |
|          | (05) | <b>A maior parte do orçamento</b> [verba de R\$ 650 milhões] serviu para reconstruir estradas e casas em Santa Catarina,                                                                                                                      | Progressão linear        |
|          | (06) | <b>cujo</b> [Santa Catarina] Vale do Itajaí foi arrasado pelas chuvas no fim de 2008.                                                                                                                                                         | Progressão linear        |

| sn2/r2/e |      |                                                                                                                          |                          |
|----------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | No Rio de Janeiro, cenário <b>da mais recente tragédia</b> [deslizamentos de encostas no litoral sul do Rio de Janeiro], | Encadeamento à distância |
| (Com)    | (02) | (No Rio de Janeiro) só se gastou 1,17% em ações preventivas.                                                             | Progressão linear        |
| (Av)     | (03) | <b>O governador do Rio, Sérgio Cabral</b> [Rio de Janeiro], culpou os “40 anos de omissão dos políticos” no Brasil.      | Tópico constante         |
|          | (04) | Para <b>ele</b> [Sérgio Cabral],                                                                                         | Progressão linear        |
|          | (05) | <b>No Estado do Rio</b> [No Rio de Janeiro]                                                                              | Encadeamento à distância |
|          | (06) | (No Rio de Janeiro) a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é mais grave                              | Tópico constante         |
|          | (07) | (a ocupação de áreas de risco do Rio) “porque associa a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime”.        | Progressão linear        |

| sn3/r2/e |      |                                                                                                                                                                  |                          |
|----------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | (ocupação de áreas de risco) No final de 2007,                                                                                                                   | Progressão linear        |
| (Com)    | (02) | (No final de 2007) a Operação Carta Marcada, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, tentou varrer de Angra dos Reis os responsáveis por fraudar licenças ambientais | Progressão linear        |
|          | (03) | (os responsáveis por fraudar licenças ambientais) para liberar obras irregulares.                                                                                | Progressão linear        |
|          | (04) | (a Operação Carta Marcada) Figuravam da lista de presos funcionários da prefeitura suspeitos de desviar R\$ 80 milhões dos cofres públicos.                      | Encadeamento à distância |
| (Res)    | (05) | (divulgação da lista de presos) Só dois anos depois                                                                                                              | Progressão linear        |
|          | (06) | <b>o prefeito Tuca Brandão</b> [Angra dos Reis] anuncia a proibição de construções e ampliações em 15 morros do município.                                       | Encadeamento à distância |

|              |      |                                                                                                                                                     |                          |
|--------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn4/r2/e     |      |                                                                                                                                                     |                          |
| <b>(Com)</b> | (01) | (governo de São Paulo) Antes de remover as casas,                                                                                                   | Encadeamento à distância |
|              | (02) | <b>o governo</b> “congelou” a área invadida.                                                                                                        | Tópico constante         |
|              | (03) | Cerca de 70 homens <b>da Polícia Militar Ambiental</b> [governo] circulavam diariamente na região – a pé e motorizados –                            | Tópico constante         |
|              | (04) | (70 homens da Polícia Militar Ambiental) para interditar novas edificações.                                                                         | Progressão linear        |
|              | (05) | <b>O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT)</b> [governo] identificou ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. | Encadeamento à distância |
|              | (06) | As famílias <b>nesses locais</b> [encostas] seriam prioritárias para desocupação.                                                                   | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (07) | <b>O programa</b> [Programa de Recuperação Socioambiental da Serra do Mar] seguiu com a construção de novos bairros.                                | Encadeamento à distância |
| <b>(EF)</b>  | (08) | <b>A entrega das casas</b> [novos bairros], prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida.                                                   | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (09) | “Parte das famílias contempladas poderá ocupar <b>as habitações</b> [casas] ainda no primeiro semestre deste ano”,                                  | Progressão linear        |
|              | (10) | (“Parte das famílias contempladas poderá ocupar as habitações ainda no primeiro semestre deste ano”) diz Edmur Mesquita, coordenador do programa.   | Progressão linear        |

|              |      |                                                                                                                          |                          |
|--------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn5/r2/e     |      |                                                                                                                          |                          |
| <b>(Su)</b>  | (01) | <b>Decretos estaduais</b> [leis estaduais] não podem violar a Constituição Federal,                                      | Progressão linear        |
|              | (02) | <b>que</b> [Constituição Federal] proíbe obras em áreas de risco                                                         | Progressão linear        |
|              | (03) | (áreas de risco) como encostas, manguezais e rochas.                                                                     | Progressão linear        |
| <b>(EI)</b>  | (04) | Ambientalistas criticaram <b>o decreto</b> [decretos estaduais] assinado em junho passado pelo governador Sérgio Cabral, | Encadeamento à distância |
| <b>(Com)</b> | (05) | acusando-o [governador Sérgio Cabral] de favorecer novas construções na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios,    | Progressão linear        |
|              | (06) | <b>que</b> [na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios] engloba a Ilha Grande.                                      | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (07) | “ <b>APA</b> [Área de Proteção Ambiental] não é sinônimo de não poder fazer nada”,                                       | Tópico constante         |
|              | (08) | (“APA não é sinônimo de não poder fazer nada”) afirma Luiz Firmino, presidente do Inea.                                  | Progressão linear        |
|              | (09) | Segundo <b>Firmino</b> [Luiz Firmino, presidente do Inea],                                                               | Progressão linear        |
|              | (10) | <b>o decreto</b> [o decreto assinado em junho passado pelo governador Sérgio Cabral] ajuda a diminuir a degradação,      | Encadeamento à distância |
|              | (11) | (o decreto) pois permite construções em 10% de algumas áreas degradadas                                                  | Tópico constante         |
|              | (12) | apenas com a condição de que <b>o proprietário</b> [de algumas áreas degradadas] recupere os outros 90% do terreno.      | Progressão linear        |

### O bolívar forte ficou fraco (r3)

| sn1/r3/e     |      |                                                                                                                                 |                          |
|--------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(Com)</b> | (01) | <b>A economia da Venezuela</b> [o país] entrou cambaleante em 2010.                                                             | Progressão linear        |
| <b>(EI)</b>  | (02) | A crise global reduziu a demanda por petróleo, responsável por 94% <b>das exportações venezuelanas</b> [economia da Venezuela], | Progressão linear        |
|              | (03) | (A crise global) e levou o país a sua primeira recessão em cinco anos                                                           | Progressão linear        |
|              | (04) | (sua primeira recessão) – queda de 2,9% do PIB em 2009.                                                                         | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (05) | <b>O presidente Hugo Chávez</b> [Venezuela] estava pressionado a tomar medidas                                                  | Encadeamento à distância |
|              | (06) | para inverter <b>o cenário recessivo</b> [recessão].                                                                            | Encadeamento à distância |
| <b>(Res)</b> | (07) | E <b>a solução chavista</b> [medidas a serem tomadas pelo presidente Hugo Chávez] veio na semana passada:                       | Encadeamento à distância |
|              | (08) | (a solução chavista) desvalorizar o bolívar forte, a moeda venezuelana.                                                         | Progressão linear        |

| sn2/r3/e     |      |                                                                                      |                          |
|--------------|------|--------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(Su)</b>  | (01) | (mudança no câmbio) O mercado financeiro internacional gostou.                       | Encadeamento à distância |
|              | (02) | (mudança no câmbio) Não se pode dizer o mesmo do povo venezuelano.                   | Tópico constante         |
| <b>(EI)</b>  | (03) | No fim de semana anterior <b>à adoção do novo câmbio</b> [mesmo tópico de 1 - FORA], | Tópico constante         |
| <b>(Com)</b> | (04) | <b>milhares de pessoas</b> [povo venezuelano] correram aos supermercados             | Encadeamento à distância |
|              | (05) | (milhares de pessoas) para comprar o que fosse possível,                             | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (06) | (comprar o que fosse possível) antes de o comércio aumentar o preço dos produtos.    | Progressão linear        |

| sn3/r3/e     |      |                                                                                                                              |                          |
|--------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(Com)</b> | (01) | Em <b>seu já conhecido estilo</b> [presidente Hugo Chávez],                                                                  | Encadeamento à distância |
|              | (02) | <b>Chávez</b> mandou o Exército às lojas                                                                                     | Tópico constante         |
|              | (03) | (o Exército às lojas) para impedir a remarcação de preços,                                                                   | Progressão linear        |
|              | (04) | (presidente Hugo Chávez) dizendo não haver motivos para “especulação”.                                                       | Encadeamento à distância |
| <b>(Av)</b>  | (05) | Em <b>outra medida pirotécnica</b> [do presidente Hugo Chávez],                                                              | Tópico constante         |
| <b>(Res)</b> | (06) | (presidente Hugo Chávez) anunciou que um navio está vindo da China carregado de televisores, geladeiras e máquinas de lavar, | Tópico constante         |
|              | (07) | (televisores, geladeiras e máquinas de lavar) para serem vendidos a preços baixos à população.                               | Progressão linear        |

| sn4/r3/e |      |                                                                                                                                         |                          |
|----------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (Su)     | (01) | Enquanto <b>a população</b> [povo venezuelano] se vira para ajustar a renda ao novo cenário,                                            | Encadeamento à distância |
|          | (02) | <b>o governo</b> [governo da Venezuela] não faz esforço para conter suas despesas.                                                      | Encadeamento à distância |
| (EI)     | (03) | (governo da Venezuela) No ano passado,                                                                                                  | Tópico constante         |
| (Com)    | (04) | <b>os gastos públicos</b> [governo da Venezuela] chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões,                                                   | Tópico constante         |
|          | (05) | (os gastos públicos) 17% a mais que em 2008.                                                                                            | Progressão linear        |
| (Av)     | (06) | “Não há mágica para melhorar <b>a situação fiscal</b> [os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, 17% a mais que em 2008]. | Progressão linear        |
|          | (07) | (a situação fiscal) Tem de haver redução de gastos                                                                                      | Progressão linear        |
|          | (08) | (a situação fiscal) e, eventualmente, aumento de arrecadação”,                                                                          | Tópico constante         |
|          | (09) | (“Não há mágica... mento de arrecadação”) diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil.                                     | Progressão linear        |

### Revista IstoÉ

Eles não deveriam estar aqui (r2)

| sn1/r2/i |      |                                                                                                                                                          |                          |
|----------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | (exemplos de que a classe média brasileira está se tornando vítima do clima) Já em São Luiz do Paraitinga                                                | Encadeamento à distância |
|          | (02) | não havia nenhum indício de que o centro histórico <b> dessa cidade famosa por seu Carnaval</b> [São Luiz do Paraitinga] estivesse em uma área de risco. | Progressão linear        |
| (Com)    | (03) | Mas mesmo assim a enxurrada simplesmente destruiu <b>todo o comércio e o seu patrimônio histórico</b> [de São Luiz do Paraitinga],                       | Tópico constante         |
| (Res)    | (04) | (a enxurrada) abalando de forma consistente a principal indústria do município:                                                                          | Progressão linear        |
|          | (05) | <b>o turismo</b> [a principal indústria do município].                                                                                                   | Progressão linear        |

| sn2/r2/i |      |                                                                                                       |                          |
|----------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | (exemplos de que a classe média brasileira está se tornando vítima do clima) Em Belo Horizonte,       | Encadeamento à distância |
| (Res)    | (02) | (Em Belo Horizonte) a garagem de um edifício de classe média foi invadida pela lama                   | Progressão linear        |
| (Com)    | (03) | (a garagem de um edifício de classe média foi invadida pela lama) após uma chuva torrencial           | Progressão linear        |
| (EF)     | (04) | e <b>os moradores</b> [de um edifício de classe média] tiveram de deixá-la na primeira manhã de 2010. | Tópico constante         |

| sn3/r2/i |      |                                                                                                                                       |                          |
|----------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | (exemplos de que a classe média brasileira está se tornando vítima do clima) E na ilha do cirurgião plástico Ivo Pintanguy, em Angra, | Encadeamento à distância |
| (Com)    | (02) | (na ilha do cirurgião plástico Ivo Pintanguy, em Angra) ocorreram dois grandes deslizamentos.                                         | Progressão linear        |



|          |      |                                                                                                                                                                                                                                                                    |                          |
|----------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn4/r2/i |      |                                                                                                                                                                                                                                                                    |                          |
| (Su)     | (01) | <b>A cidade histórica que desapareceu sob as águas</b> [São Luiz do Paraitinga]                                                                                                                                                                                    | Encadeamento à distância |
| (Com)    | (02) | <b>São Luiz do Paraitinga</b> não existe mais.                                                                                                                                                                                                                     | Tópico constante         |
|          | (03) | <b>Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo</b> [São Luiz do Paraitinga] não se cansam de repetir esta frase                                                                                                                              | Tópico constante         |
|          | (04) | desde a inundação que castigou <b>a região</b> [interior de São Paulo],                                                                                                                                                                                            | Progressão linear        |
|          | (05) | (a inundação que castigou a região) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro.                                                                                                                                                                                    | Progressão linear        |
|          | (06) | E, de certa forma, <b>eles</b> [os moradores] não estão errados.                                                                                                                                                                                                   | Encadeamento à distância |
|          | (07) | Apesar de o poder público garantir que abrirá os cofres para <b>ela</b> [a cidade de São Luiz do Paraitinga] ser reerguida                                                                                                                                         | Encadeamento à distância |
|          | (08) | – 80% <b>do centro histórico</b> [da cidade de São Luiz do Paraitinga] praticamente desapareceu –,                                                                                                                                                                 | Tópico constante         |
|          | (09) | especialistas explicam que grande parte do valor do patrimônio foi embora com <b>a enxurrada que jogou a localidade num pesadelo</b> [a inundação que castigou a região].                                                                                          | Encadeamento à distância |
| (Res)    | (10) | <b>Da população de pouco mais de 12 mil habitantes</b> [Os moradores de São Luiz do Paraitinga],                                                                                                                                                                   | Encadeamento à distância |
|          | (11) | (Da população de pouco mais de 12 mil habitantes) cinco mil ficaram desabrigados.                                                                                                                                                                                  | Progressão linear        |
|          | (12) | <b>O centro</b> [de São Luiz do Paraitinga], tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), ruiu.                                                                                                      | Encadeamento à distância |
|          | (13) | <b>Dois escolas municipais, o prédio da prefeitura, cartórios e correios, além de um dos grandes símbolos do município, a Igreja da Matriz</b> [de São Luiz do Paraitinga], foram reduzidos a uma ou outra parede mais resistente e a uma enorme pilha de entulho. | Tópico constante         |
|          | (14) | “Ouvíamos <b>dos moradores mais antigos</b> [os moradores] que na pior enchente de São Luiz a água chegou ao terceiro degrau da Igreja da Matriz”,                                                                                                                 | Encadeamento à distância |
|          | (15) | (“Ouvíamos dos moradores mais antigos que na pior enchente de São Luiz a água chegou ao terceiro degrau da Igreja da Matriz”) conta o jornalista Luiz Egypto.                                                                                                      | Progressão linear        |
|          | (16) | “Dessa vez a água cobriu <b>o prédio inteiro</b> [Igreja da Matriz].”                                                                                                                                                                                              | Tópico constante         |
|          | (17) | E <b>ele</b> [o prédio da Igreja da Matriz] veio abaixo.                                                                                                                                                                                                           | Tópico constante         |
| (EI)     | (18) | (São Luiz do Paraitinga) Famosa pelo patrimônio histórico e arquitetônico,                                                                                                                                                                                         | Encadeamento à distância |
|          | (19) | <b>São Luiz do Paraitinga</b> ganhou ainda mais importância no cenário cultural                                                                                                                                                                                    | Tópico constante         |
|          | (20) | (São Luiz do Paraitinga) por promover, a partir dos anos 1980, eventos musicais                                                                                                                                                                                    | Tópico constante         |
|          | (21) | (eventos musicais) como a Semana da Canção e o Festival de Marchinhas.                                                                                                                                                                                             | Progressão linear        |
|          | (22) | <b>Seu Carnaval</b> [de São Luiz do Paraitinga] também atraía milhares de turistas.                                                                                                                                                                                | Encadeamento à distância |
|          | (23) | <b>O povo</b> [milhares de turistas] se aglomerava                                                                                                                                                                                                                 | Progressão linear        |
|          | (24) | (O povo) para brincar em torno de construções coloniais erguidas com técnicas antigas,                                                                                                                                                                             | Progressão linear        |
|          | (25) | como <b>a taipa de pilão</b> [técnicas antigas],                                                                                                                                                                                                                   | Progressão linear        |

|      |      |                                                                                                         |                          |
|------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|      | (26) | (construções coloniais) mantidas com zelo pelo poder público.                                           | Encadeamento à distância |
| (Av) | (27) | (São Luiz do Paraitinga) “Neste ano                                                                     | Encadeamento à distância |
|      | (28) | (São Luiz do Paraitinga) não teremos Carnaval”,                                                         | Tópico constante         |
|      | (29) | (“Neste ano não teremos Carnaval”) sentenciou a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB-SP).           | Progressão linear        |
|      | (30) | Segundo <b>o secretário de Cultura, Benedito Filadelfo de Campos Netto</b> [de São Luiz do Paraitinga], | Encadeamento à distância |
|      | (31) | estuda-se reproduzir <b>o evento</b> [Carnaval] em cidades vizinhas.                                    | Encadeamento à distância |
|      | (32) | (Carnaval) “Queremos levantar fundos                                                                    | Tópico constante         |
|      | (33) | (Queremos levantar fundos) para reconstruir a cidade”,                                                  | Progressão linear        |
|      | (34) | (“Queremos levantar fundos para reconstruir a cidade”) afirma Netto.                                    | Progressão linear        |

|                  |      |                                                                                                                                                                           |                          |
|------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn5/r2/i/Com/sn4 |      |                                                                                                                                                                           |                          |
| (Av1)            | (01) | <b>São Luiz do Paraitinga</b> não existe mais.                                                                                                                            | Tópico constante         |
|                  | (02) | <b>Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo</b> [São Luiz do Paraitinga] não se cansam de repetir esta frase                                     | Tópico constante         |
| (Com)            | (03) | desde a inundação que castigou <b>a região</b> [interior de São Paulo],                                                                                                   | Progressão linear        |
| (EI)             | (04) | (a inundação que castigou a região) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro.                                                                                           | Progressão linear        |
| (Av2)            | (05) | E, de certa forma, <b>eles</b> [os moradores] não estão errados.                                                                                                          | Encadeamento à distância |
|                  | (06) | Apesar de o poder público garantir que abrirá os cofres para <b>ela</b> [a cidade de São Luiz do Paraitinga] ser reerguida                                                | Encadeamento à distância |
|                  | (07) | – 80% <b>do centro histórico</b> [da cidade de São Luiz do Paraitinga] praticamente desapareceu –,                                                                        | Tópico constante         |
|                  | (08) | especialistas explicam que grande parte do valor do patrimônio foi embora com <b>a enxurrada que jogou a localidade num pesadelo</b> [a inundação que castigou a região]. | Encadeamento à distância |

|          |      |                                                                                                                                                              |                          |
|----------|------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn6/r2/i |      |                                                                                                                                                              |                          |
| (Su)     | (01) | (“Queremos levantar fundos para reconstruir a cidade”) Mas reconstruir uma cidade histórica não depende apenas de financiamento.                             | Encadeamento à distância |
| (EI)     | (02) | (Mas reconstruir uma cidade histórica não depende apenas de financiamento.) Já no dia 5,                                                                     | Progressão linear        |
|          | (03) | (Já no dia 5) técnicos do Condephaat, órgão estadual, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é federal, visitaram São Luiz | Progressão linear        |
|          | (04) | (técnicos do Condephaat, órgão estadual, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para avaliar os danos causados pela enxurrada.         | Progressão linear        |
| (Av1)    | (05) | (Mas reconstruir uma cidade histórica não depende apenas de financiamento) “Não temos método para uma reconstrução dessa escala”,                            | Encadeamento à distância |
|          | (06) | (“Não temos método para uma reconstrução dessa escala”) avaliou Luiz Fernando Almeida, presidente do Iphan.                                                  | Progressão linear        |

|              |      |                                                                                                                                                                       |                          |
|--------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|              | (07) | “ <b>Ele</b> [método] precisa ser criado.”                                                                                                                            | Encadeamento à distância |
| <b>(Com)</b> | (08) | (os danos causados pela enxurrada) Boa parte dos documentos que registram as medidas e a aparência dos prédios tombados foi destruída com o alagamento da prefeitura. | Encadeamento à distância |
|              | (09) | <b>Cópias</b> [dos documentos] terão de ser resgatadas nos arquivos dos dois órgãos de preservação.                                                                   | Progressão linear        |
| <b>(Av2)</b> | (10) | “Avaliar <b>o estrago</b> [os danos causados pela enxurrada] é prioridade                                                                                             | Encadeamento à distância |
|              | (11) | e <b>isso</b> [Avaliar o estrago] leva tempo”,                                                                                                                        | Progressão linear        |
|              | (12) | (“Avaliar o estrago... leva tempo”) disse um porta-voz do órgão estadual.                                                                                             | Progressão linear        |

|              |      |                                                                                                                        |                          |
|--------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn7/r2/i     |      |                                                                                                                        |                          |
| <b>(Su)</b>  | (01) | Enquanto <b>o poder público</b> [o governador José Serra] se apressa para apagar as marcas da tragédia,                | Encadeamento à distância |
|              | (02) | <b>o trabalho dos moradores</b> [moradores] é lento e doloroso.                                                        | Encadeamento à distância |
| <b>(EI)</b>  | (03) | <b>A advogada Andreia Globo</b> [moradores], por exemplo, 28 anos trabalhava na prefeitura, morava no centro histórico | Tópico constante         |
| <b>(Com)</b> | (04) | (A advogada Andreia Globo) e só conseguiu tirar os pais e a irmã de casa.                                              | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (05) | “Nem as fotos e os documentos <b>eu</b> [A advogada Andreia Globo] consegui salvar,                                    | Tópico constante         |
|              | (06) | (A advogada Andreia Globo) só a vida”,                                                                                 | Tópico constante         |
|              | (07) | (“Nem as fotos... a vida”) diz ela.                                                                                    | Progressão linear        |

|              |      |                                                                                                                                 |                          |
|--------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn8/r2/i     |      |                                                                                                                                 |                          |
| <b>(Su)</b>  | (01) | (desastres naturais) Além das mortes, do rastro de destruição e das vidas esfaceladas de quem perdeu tudo e todos,              | Encadeamento à distância |
|              | (02) | <b>as tragédias de verão</b> [desastres naturais] também estão criando um novo problema para as autoridades brasileiras:        | Tópico constante         |
|              | (03) | <b>os refugiados climáticos</b> [um novo problema para as autoridades brasileiras].                                             | Progressão linear        |
| <b>(EI)</b>  | (04) | <b>O tema</b> [os refugiados climáticos] foi discutido amplamente na frustrada reunião da ONU em Copenhague, em dezembro.       | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b> | (05) | Muito se falou <b>das populações de ilhas do Pacífico que terão que ser removidas</b> [os refugiados climáticos],               | Tópico constante         |
|              | (06) | <b>dos milhares de pessoas que terão que abandonar suas terras</b> [os refugiados climáticos] por conta das cheias e das secas. | Tópico constante         |
| <b>(Res)</b> | (07) | Mas poucos se atentaram para o fato de que <b>esse refugiados</b> [os refugiados climáticos] possam ser urbanos.                | Tópico constante         |

|             |      |                                                                                                                  |                   |
|-------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| sn9/r2/i    |      |                                                                                                                  |                   |
| <b>(Su)</b> | (01) | A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo | Progressão linear |

|              |      |                                                                                                                                         |                          |
|--------------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|              |      | com que <b>milhares de brasileiros</b> [refugiados urbanos] abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram. |                          |
| <b>(Com)</b> | (02) | (refugiados urbanos) Em Angra dos Reis, por exemplo,                                                                                    | Tópico constante         |
|              | (03) | (Em Angra dos Reis) o governo já afirmou que cerca de três mil famílias terão que ser removidas de áreas de risco.                      | Progressão linear        |
|              | (04) | (refugiados urbanos) Em São Luiz do Paraitinga,                                                                                         | Encadeamento à distância |
|              | (05) | (Em São Luiz do Paraitinga) cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas,                                                            | Progressão linear        |
|              | (06) | e <b>muitas delas</b> [famílias] não têm mais para onde ir.                                                                             | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (07) | Esses são <b>os exemplos recentes</b> [de refugiados urbanos].                                                                          | Encadeamento à distância |
|              | (08) | (os exemplos recentes) Mas casos semelhantes vêm se espalhando pelo País com uma rapidez impressionante.                                | Progressão linear        |

|              |      |                                                                                                                                                                           |                          |
|--------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn10/r2/i    |      |                                                                                                                                                                           |                          |
| <b>(Su)</b>  | (01) | Atenilto Bispo Santos, um baiano de Itabuna que vive em São Paulo como pedreiro há 20 anos, seguiu <b>esse roteiro</b> [de ter a casa invadida pelas águas do rio Tietê]. | Progressão linear        |
|              | (02) | (Atenilto Bispo Santos) Construiu sua casa sobre uma lagoa sazonal,                                                                                                       | Progressão linear        |
| <b>(EI)</b>  | (03) | <b>que</b> [uma lagoa sazonal] enche na época de chuvas.                                                                                                                  | Progressão linear        |
|              | (04) | (Atenilto Bispo Santos) Junto com um amigo,                                                                                                                               | Encadeamento à distância |
|              | (05) | (Atenilto Bispo Santos) conseguiu cerca de 40 caminhões de terra                                                                                                          | Tópico constante         |
|              | (06) | (Atenilto Bispo Santos) para ampliar o nível do terreno                                                                                                                   | Tópico constante         |
|              | (07) | (Atenilto Bispo Santos) e evitar que alagasse no verão.                                                                                                                   | Tópico constante         |
| <b>(Av)</b>  | (08) | (Atenilto Bispo Santos) “Cheguei                                                                                                                                          | Tópico constante         |
|              | (09) | (Atenilto Bispo Santos) e coloquei a terra,                                                                                                                               | Tópico constante         |
|              | (10) | (Atenilto Bispo Santos) depois comecei a construir”,                                                                                                                      | Tópico constante         |
|              | (11) | (“Cheguei... a construir”) conta ele.                                                                                                                                     | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b> | (12) | (neste início de verão) No início de janeiro                                                                                                                              | Encadeamento à distância |
|              | (13) | (No início de janeiro) as chuvas fortes fizeram o nível do Tietê subir                                                                                                    | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (14) | e <b>a área de várzea</b> [uma lagoa sazonal], é óbvio, foi alagada.                                                                                                      | Encadeamento à distância |

|              |      |                                                                                                                                                               |                          |
|--------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn11/r2/i    |      |                                                                                                                                                               |                          |
| <b>(Av1)</b> | (01) | (o poder público) Sem que nada de anormal ocorresse                                                                                                           | Encadeamento à distância |
|              | (02) | (o poder público) e com vista nos dividendos políticos,                                                                                                       | Tópico constante         |
| <b>(Com)</b> | (03) | <b>o poder público</b> não só não coibiu a invasão protagonizada por Atenilto e outras centenas de famílias como municiou a região com equipamentos públicos. | Tópico constante         |
|              | (04) | (o poder público) Levou água e luz para as pequenas casas,                                                                                                    | Tópico constante         |
|              | (05) | (o poder público) pavimentou algumas das ruas,                                                                                                                | Tópico constante         |
|              | (06) | (o poder público) construiu um Centro de Educação Unificada (CEU).                                                                                            | Tópico constante         |
| <b>(Res)</b> | (07) | Agora <b>a prefeitura</b> [o poder público] inicia um plano de remoção das quase duas mil famílias que se instalaram por lá.                                  | Tópico constante         |
|              | (08) | (o poder público) A 100 delas ofereceu um apartamento popular na cidade de Itaquaquecetuba, na Grande São                                                     | Tópico constante         |

|       |      |                                                                                                                |                          |
|-------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|       |      | Paulo,                                                                                                         |                          |
|       | (09) | (o poder público) e aos restantes está oferecendo uma bolsa aluguel, no valor de R\$ 300, por seis meses,      | Tópico constante         |
|       | (10) | (o poder público) com a promessa de realocá-los para conjuntos habitacionais.                                  | Tópico constante         |
|       | (11) | <b>Atenilto</b> aceitou o apartamento.                                                                         | Encadeamento à distância |
| (EF)  | (12) | Mas <b>boa parte daqueles que só conseguiram a bolsa aluguel</b> [aos restantes] se recusam a deixar o bairro. | Encadeamento à distância |
| (Av2) | (13) | <b>Eles</b> [aos restantes] temem que o compromisso não seja honrado.                                          | Tópico constante         |

### O passado ainda presente (r3)

|          |      |                                                                                                                                                                                                                                                                       |                          |
|----------|------|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn1/r3/i |      |                                                                                                                                                                                                                                                                       |                          |
| (EI)     | (01) | (a tortura continua uma prática comum no Brasil) Na quarta-feira 13,                                                                                                                                                                                                  | Encadeamento à distância |
|          | (02) | (Na quarta-feira 13) o presidente Lula convocou os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi.                                                                                                                  | Progressão linear        |
|          | (03) | <b>A reunião</b> [o presidente Lula convocou os ministros] tinha como objetivo acalmar os ânimos em torno de um decreto assinado pelo próprio Lula em dezembro,                                                                                                       | Progressão linear        |
|          | (04) | (um decreto) criando o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos.                                                                                                                                                                                                      | Progressão linear        |
| (Com)    | (05) | Por intervenção direta <b>do presidente</b> ,                                                                                                                                                                                                                         | Encadeamento à distância |
|          | (06) | <b>o ponto mais polêmico</b> [do decreto] foi, então, modificado:                                                                                                                                                                                                     | Encadeamento à distância |
|          | (07) | <b>a chamada Comissão da Verdade</b> [o ponto mais polêmico], que investigaria crimes de tortura durante os anos de chumbo, teve suas atribuições revistas.                                                                                                           | Progressão linear        |
|          | (08) | <b>O trecho</b> [do decreto] sobre delitos de agentes da repressão política foi suprimido                                                                                                                                                                             | Encadeamento à distância |
|          | (09) | e um grupo de trabalho vai discutir como fazer <b>a comissão</b> [Comissão da Verdade] funcionar sem arranhar a Lei de Anistia.                                                                                                                                       | Encadeamento à distância |
| (Av)     | (10) | <b>“Esse negócio de punir os crimes da repressão política</b> [O trecho sobre delitos de agentes da repressão política foi suprimido e um grupo de trabalho vai discutir como fazer a comissão funcionar sem arranhar a Lei de Anistia.] é um assunto para a Justiça, | Progressão linear        |
|          | (11) | (Esse negócio de punir os crimes da repressão política) não é para o Executivo”,                                                                                                                                                                                      | Progressão linear        |
|          | (12) | (“Esse negócio de punir... o Executivo”) disse Lula.                                                                                                                                                                                                                  | Progressão linear        |

|          |      |                                                                                                                  |                          |
|----------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn2/r3/i |      |                                                                                                                  |                          |
| (Su)     | (01) | (a reunião de Lula com ministros) Poucas horas depois,                                                           | Encadeamento à distância |
|          | (02) | as redes de tevê escancaravam para todo o Brasil que <b>o absurdo da tortura</b> [crimes de tortura] não foi uma | Encadeamento à distância |

|              |      |                                                                                                                                                                                                                                           |                          |
|--------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|              |      | exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder.                                                                                                                        |                          |
| <b>(Com)</b> | (03) | (as redes de tevê escancaravam... hoje está no poder.) Por meio de uma câmera de celular,                                                                                                                                                 | Progressão linear        |
|              | (04) | (Por meio de uma câmera de celular) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. | Progressão linear        |
|              | (05) | Além de pisar e dar tapas <b>no rosto de Jerônimo</b> [Jerônimo Júnior],                                                                                                                                                                  | Progressão linear        |
|              | (06) | <b>o agente penitenciário Kalil Araújo</b> [cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto] utilizou um saco plástico                                                                                                                    | Encadeamento à distância |
|              | (07) | para asfixiar <b>sua vítima</b> [do agente penitenciário],                                                                                                                                                                                | Progressão linear        |
|              | (08) | <b>que</b> [vítima] desmaiou.                                                                                                                                                                                                             | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (09) | Diante <b>da barbárie registrada em vídeo</b> [Por meio de uma câmera de celular... que desmaiou],                                                                                                                                        | Progressão linear        |
|              | (10) | <b>Araújo</b> foi demitido                                                                                                                                                                                                                | Encadeamento à distância |
|              | (11) | (Araújo) e responderá a processo.                                                                                                                                                                                                         | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (12) | (o absurdo da tortura) Na maioria das vezes, no entanto,                                                                                                                                                                                  | Encadeamento à distância |
|              | (13) | <b>os agressores</b> [o absurdo da tortura] ficam impunes.                                                                                                                                                                                | Tópico constante         |

sn3/r3/i/Com/sn2

|              |      |                                                                                                                                                                                                                                           |                          |
|--------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(Su)</b>  | (01) | (as redes de tevê escancaravam... hoje está no poder.) Por meio de uma câmera de celular,                                                                                                                                                 | Progressão linear        |
|              | (02) | (Por meio de uma câmera de celular) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b> | (03) | Além de pisar e dar tapas <b>no rosto de Jerônimo</b> [Jerônimo Júnior],                                                                                                                                                                  | Progressão linear        |
|              | (04) | <b>o agente penitenciário Kalil Araújo</b> [cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto] utilizou um saco plástico                                                                                                                    | Encadeamento à distância |
|              | (05) | para asfixiar <b>sua vítima</b> [do agente penitenciário],                                                                                                                                                                                | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (06) | <b>que</b> [vítima] desmaiou.                                                                                                                                                                                                             | Progressão linear        |

sn4/r3/i

|             |      |                                                                                                                                                         |                          |
|-------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(EI)</b> | (01) | Foi <b>assim</b> [o resultado é uma rotina de abusos cujas vítimas agora são majoritariamente os mais pobres] no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, | Progressão linear        |
|             | (02) | <b>que</b> [Andreu Luiz Silva de Carvalho] tinha 17 anos                                                                                                | Progressão linear        |
|             | (03) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase),                               | Tópico constante         |
|             | (04) | <b>onde</b> [Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase)] ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro.                                | Progressão linear        |
|             | (05) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema,                                                               | Encadeamento à distância |
|             | (06) | <b>ele</b> [Andreu Luiz Silva de Carvalho] tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.                                                      | Tópico constante         |

|              |      |                                                                                                                                                                                                 |                          |
|--------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(Com)</b> | (07) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008                                                                                                           | Tópico constante         |
|              | (08) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto.                                                                                                               | Tópico constante         |
|              | (09) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) Revidou.                                                                                                                                                        | Tópico constante         |
|              | (10) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) Foi espancado                                                                                                                                                   | Tópico constante         |
|              | (11) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) e não viveu para contar a história.                                                                                                                             | Tópico constante         |
| <b>(Av1)</b> | (12) | (a tortura de Andreu Luiz Silva de Carvalho) Segundo testemunhas,                                                                                                                               | Progressão linear        |
|              | (13) | cinco funcionários <b>da instituição</b> [Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase)], tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento. | Encadeamento à distância |
|              | (14) | (torturadores) “Quebraram cabos de vassoura                                                                                                                                                     | Progressão linear        |
|              | (15) | (torturadores) para furar o corpo dele,                                                                                                                                                         | Tópico constante         |
|              | (16) | (torturadores) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,                                                                                                                   | Tópico constante         |
|              | (17) | (“Quebraram cabos... em cima do garoto”) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos.                                                                                                        | Progressão linear        |
|              | (18) | “As testemunhas dizem que <b>eles</b> [torturadores] encheram sacos com cascas de coco vazio                                                                                                    | Encadeamento à distância |
|              | (19) | (torturadores) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”                                                                                                                                      | Tópico constante         |
| <b>(Res)</b> | (20) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) O laudo do hospital para onde fora levado atestou “agressão física”                                                                                             | Progressão linear        |
|              | (21) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) e também o laudo da perícia apontou vários indícios de agressão.                                                                                                | Tópico constante         |
| <b>(EF)</b>  | (22) | <b>Apesar disso</b> [dos laudos], ninguém foi punido até agora.                                                                                                                                 | Progressão linear        |
| <b>(Av2)</b> | (23) | <b>Deize</b> não se cansa de denunciar a tortura que matou seu filho                                                                                                                            | Encadeamento à distância |
|              | (24) | (Deize) e já foi ameaçada por isso.                                                                                                                                                             | Tópico constante         |
|              | (25) | (Deize) “Se me matarem,                                                                                                                                                                         | Tópico constante         |
|              | (26) | (Deize) pelo menos vão saber que não desisti”,                                                                                                                                                  | Tópico constante         |
|              | (27) | (“Se me matarem, pelo menos vão saber que não desisti”) diz ela,                                                                                                                                | Progressão linear        |
|              | (28) | <b>que</b> [Deize] tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.                                                                                         | Progressão linear        |

|                 |      |                                                                                                                                                         |                          |
|-----------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn5/r3/i/EI/sn4 |      |                                                                                                                                                         |                          |
| <b>(Su)</b>     | (01) | Foi <b>assim</b> [o resultado é uma rotina de abusos cujas vítimas agora são majoritariamente os mais pobres] no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b>    | (02) | <b>que</b> [Andreu Luiz Silva de Carvalho] tinha 17 anos                                                                                                | Progressão linear        |
|                 | (03) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase),                               | Tópico constante         |
|                 | (04) | <b>onde</b> [Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase)] ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro.                                | Progressão linear        |
| <b>(EI)</b>     | (05) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema,                                                               | Encadeamento à distância |
|                 | (06) | <b>ele</b> [Andreu Luiz Silva de Carvalho] tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.                                                      | Tópico constante         |

| sn6/r3/i/Com/sn4 |      |                                                                                       |                  |
|------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------|------------------|
| <b>(EI)</b>      | (01) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 | Tópico constante |
| <b>(Com)</b>     | (02) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto.     | Tópico constante |
|                  | (03) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) Revidou.                                              | Tópico constante |
|                  | (04) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) Foi espancado                                         | Tópico constante |
| <b>(Res)</b>     | (05) | (Andreu Luiz Silva de Carvalho) e não viveu para contar a história.                   | Tópico constante |

| sn7/r3/i     |      |                                                                                                                                          |                          |
|--------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(Su)</b>  | (01) | (o absurdo da tortura) Também as Forças Armadas, tantos anos depois do fim da ditadura, continuam a cometer excessos.                    | Encadeamento à distância |
|              | (02) | (excessos) O jovem carioca J.O., 17 anos, foi vítima dos militares.                                                                      | Progressão linear        |
| <b>(EI)</b>  | (03) | (excessos) No dia 5 de novembro de 2008,                                                                                                 | Tópico constante         |
|              | (04) | <b>ele</b> [O jovem carioca J.O.] e um amigo pularam o muro de um quartel do Exército desativado, em Realengo, zona oeste do Rio,        | Encadeamento à distância |
|              | (05) | (O jovem J.O. e um amigo) para fumar maconha.                                                                                            | Tópico constante         |
| <b>(Com)</b> | (06) | (O jovem J.O. e um amigo) Foram flagrados pelos sentinelas                                                                               | Tópico constante         |
|              | (07) | (O jovem J.O. e um amigo) e passaram a ser agredidos.                                                                                    | Tópico constante         |
| <b>(Av1)</b> | (08) | (O jovem J.O. e um amigo) “Fomos torturados com choques elétricos,                                                                       | Tópico constante         |
|              | (09) | <b>o que</b> [Fomos torturados com choques elétricos] fez com que a pele de minhas costas pegasse fogo.                                  | Progressão linear        |
|              | (10) | (O jovem J.O.) Pensei que ia morrer naquele momento”,                                                                                    | Encadeamento à distância |
|              | (11) | (“Fomos torturados... naquele momento”) diz.                                                                                             | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b> | (12) | <b>J.O.</b> sobreviveu,                                                                                                                  | Tópico constante         |
|              | (13) | (J.O. sobreviveu) mas com sequelas:                                                                                                      | Progressão linear        |
|              | (14) | (O jovem J.O.) perdeu 20% da visão do olho esquerdo, teve cortado um pedaço da orelha e tem marcas nas costas.                           | Tópico constante         |
| <b>(Av2)</b> | (15) | “Queremos que o Exército pague os remédios e o tratamento <b>dele</b> [O jovem J.O.]”,                                                   | Tópico constante         |
|              | (16) | (“Queremos que o Exército pague os remédios e o tratamento dele”) reclama Maria Célia Furtado, a mãe adotiva.                            | Progressão linear        |
| <b>(EF)</b>  | (17) | (a tortura sofrida por J.O. e um amigo) Dois anos depois,                                                                                | Encadeamento à distância |
|              | (18) | <b>o processo</b> [“Queremos que o Exército pague os remédios e o tratamento dele”] corre na auditoria militar, sem previsão de término. | Encadeamento à distância |
| <b>(Av3)</b> | (19) | (o Exército) Procurado por ISTOÉ,                                                                                                        | Encadeamento à distância |
|              | (20) | <b>o Exército</b> preferiu não se manifestar sobre o assunto.                                                                            | Tópico constante         |



Sol, mar e organização (r3)

| sn1/r3/v |      |                                                                                                                                                                                 |                          |
|----------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | (Rio de Janeiro) Quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram <i>Garota de Ipanema</i> , em 1962,                                                                           | Encadeamento à distância |
|          | (02) | <b>o Rio de Janeiro</b> tinha metade do número de habitantes de hoje.                                                                                                           | Tópico constante         |
|          | (03) | (no Rio de Janeiro) Havia espaço de sobra                                                                                                                                       | Tópico constante         |
|          | (04) | (Havia espaço de sobra) para que a musa andasse, em doce balanço, a caminho do mar                                                                                              | Progressão linear        |
|          | (05) | (andar) – sem tropeçar.                                                                                                                                                         | Progressão linear        |
| (Com)    | (06) | (em relação a 1962) Nos últimos anos, porém,                                                                                                                                    | Encadeamento à distância |
|          | (07) | <b>as praias cariocas</b> [Rio de Janeiro] tornaram-se lugares quase intransitáveis.                                                                                            | Encadeamento à distância |
|          | (08) | (as praias cariocas tornaram-se lugares quase intransitáveis) Não apenas porque há mais gente.                                                                                  | Progressão linear        |
|          | (09) | <b>O maior tumulto</b> [as praias cariocas tornaram-se lugares quase intransitáveis] é provocado pela turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas que tomou conta do pedaço.   | Tópico constante         |
| (Av)     | (10) | A ideia de que <b>a orla do Rio</b> [as praias cariocas] era um espaço de convivência extremamente democrático serviu apenas como pretexto para a falta de organização.         | Tópico constante         |
|          | (11) | <b>A baderna</b> [a falta de organização] se espalhou.                                                                                                                          | Progressão linear        |
| (Res)    | (12) | (em relação aos últimos anos) Neste verão,                                                                                                                                      | Encadeamento à distância |
|          | (13) | (Neste verão) a prefeitura do Rio resolveu pôr ordem na casa.                                                                                                                   | Progressão linear        |
|          | (14) | <b>A primeira providência</b> [da prefeitura do Rio] foi dar um banho de loja nas barracas que funcionam como ponto de venda de bebidas e de aluguel de cadeiras e guarda-sóis. | Progressão linear        |
|          | (15) | (barracas) Em vez das tendas improvisadas e das caixas de isopor imundas, espalhadas pela areia,                                                                                | Progressão linear        |
|          | (16) | só serão permitidas <b>barracas</b> padronizadas e caixas térmicas de plástico.                                                                                                 | Tópico constante         |
|          | (17) | <b>O número de barraqueiros</b> [barracas], agora uniformizados, foi reduzido.                                                                                                  | Tópico constante         |
|          | (18) | (barracas) No primeiro trecho em implantação,                                                                                                                                   | Tópico constante         |
|          | (19) | <b>que</b> [primeiro trecho em implantação] compreende as praias do Arpoador, Ipanema e Leblon,                                                                                 | Progressão linear        |
|          | (20) | (barraqueiros) baixou de 300 para 193.                                                                                                                                          | Encadeamento à distância |

| sn2/r3/v |      |                                                                                             |                          |
|----------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| (EI)     | (01) | (a prefeitura do Rio) Desde o início do ano,                                                | Encadeamento à distância |
|          | (02) | <b>a prefeitura</b> já vinha tentando acabar com a bagunça provocada pelos barraqueiros.    | Tópico constante         |
|          | (03) | <b>Eles</b> [barraqueiros] estacionavam Kombis velhas nos melhores pontos em frente à praia | Progressão linear        |
|          | (04) | (Kombis velhas) apenas para servir como depósito de seus produtos.                          | Progressão linear        |
| (Com)    | (05) | (barraqueiros) Depois de algumas tentativas de driblar a                                    | Encadeamento à distância |

|       |      |                                                                            |                          |
|-------|------|----------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|       |      | fiscalização,                                                              | distância                |
| (Res) | (06) | <b>as sucatas</b> [Kombis velhas] desapareceram                            | Encadeamento à distância |
|       | (07) | (ação da prefeitura) e um esquema de abastecimento racional foi adotado.   | Encadeamento à distância |
| (EF)  | (08) | Mas persistiam <b>as barracas</b> [barraqueiros], de aparência lastimável, | Encadeamento à distância |
|       | (09) | <b>que</b> [barracas] começam a ser removidas agora.                       | Progressão linear        |

|          |      |                                                                                                                |                          |
|----------|------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn3/r3/v |      |                                                                                                                |                          |
| (EI)     | (01) | (implantação de novos quiosques) Apenas em 2005                                                                | Encadeamento à distância |
|          | (02) | se começou a tirar <b>a ideia</b> [da implantação de novos quiosques] do papel,                                | Tópico constante         |
| (Com)    | (03) | mas <b>a iniciativa</b> [da implantação de novos quiosques] esbarrou em uma série de pendências judiciais,     | Tópico constante         |
| (Av)     | (04) | (pendências judiciais) promovidas pelos chatos de plantão.                                                     | Progressão linear        |
| (Res)    | (05) | <b>A consequência</b> [das pendências judiciais] é que somente 28 dos 309 quiosques previstos ficaram prontos. | Tópico constante         |

#### Trágico, absurdo, previsível (r4)

|          |      |                                                                                                                  |                          |
|----------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn1/r4/v |      |                                                                                                                  |                          |
| (Su)     | (01) | Entre <b>eles</b> (municípios em estado de emergência ou calamidade pública),                                    | Progressão linear        |
|          | (02) | <b>Angra dos Reis</b> [municípios em estado de emergência ou calamidade pública] é o caso mais dramático         | Tópico constante         |
|          | (03) | (Angra dos Reis) e, também, o retrato mais preciso do conjunto de fatores que desencadeia esse tipo de tragédia. | Progressão linear        |
| (Com)    | (04) | <b>Ali</b> [Angra dos Reis],                                                                                     | Tópico constante         |
|          | (05) | (Angra dos Reis) morreram 52 pessoas, na virada do ano, vítimas de deslizamentos de encostas.                    | Tópico constante         |
| (Av)     | (06) | <b>Tudo</b> [morreram 52 pessoas] era previsível.                                                                | Progressão linear        |
| (EI)     | (07) | <b>Na bela região em torno da Baía de Angra</b> [Angra dos Reis], com suas 365 ilhas e mais de 2 000 praias,     | Encadeamento à distância |
|          | (08) | (Em Angra dos Reis) chove quase o dobro da média do Rio de Janeiro,                                              | Tópico constante         |
|          | (09) | (Em Angra dos Reis) e a instabilidade das encostas é conhecida.                                                  | Tópico constante         |
|          | (10) | (Angra dos Reis) Em 2002,                                                                                        | Tópico constante         |
|          | (11) | (Em 2002) 39 pessoas morreram em Angra num deslizamento com características semelhantes às de agora.             | Progressão linear        |

|          |      |                                                                                                             |                   |
|----------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| sn2/r4/v |      |                                                                                                             |                   |
| (Su)     | (01) | Mas não é <b>essa</b> [quantidade elevada de chuvas] a principal explicação para o que aconteceu na cidade, | Progressão linear |
|          | (02) | <b>que</b> [cidade] experimentou um vertiginoso crescimento populacional a partir dos anos 1970.            | Progressão linear |
| (Com)    | (03) | (Angra dos Reis) A construção da Rodovia Rio-Santos aumentou o fluxo de turistas,                           | Tópico constante  |
|          | (04) | e grandes obras, como a usina nuclear de Angra 1, levaram                                                   | Tópico constante  |

|              |      |                                                                                                                                     |                          |
|--------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|              |      | multidões de trabalhadores <b>à região</b> [(Angra dos Reis)].                                                                      |                          |
|              | (05) | <b>A população do município</b> [Angra dos Reis], que era de 40 000 habitantes na década de 70, dobrou em 1990 e triplicou em 2000, | Tópico constante         |
|              | (06) | <b>quando</b> [2000] 5,5% já moravam em favelas.                                                                                    | Progressão linear        |
| <b>(Av)</b>  | (07) | (A população do município dobrou em 1990 e triplicou em 2000,) É um crescimento de quase três vezes a média brasileira no período.  | Encadeamento à distância |
|              | (08) | (crescimento populacional) E num local onde o problema de espaço é crônico.                                                         | Progressão linear        |
|              | (09) | (Angra dos Reis) Espremida entre a serra e o mar,                                                                                   | Progressão linear        |
|              | (10) | <b>a cidade</b> [Angra dos Reis] não tem para onde crescer.                                                                         | Tópico constante         |
| <b>(Res)</b> | (11) | (Angra dos Reis) Casas e casebres foram se aglomerando no pé dos morros                                                             | Tópico constante         |
|              | (12) | (no pé dos morros) e, quando não havia espaço,                                                                                      | Progressão linear        |
|              | (13) | em cima <b>deles</b> [morros].                                                                                                      | Tópico constante         |
| <b>(EF)</b>  | (14) | (Aglomerado de casas e casebres nos morros) Hoje,                                                                                   | Progressão linear        |
|              | (15) | <b>60% dos moradores</b> [de Angra dos Reis] vivem em áreas de encosta.                                                             | Encadeamento à distância |
|              | (16) | E as características do relevo <b>da região</b> [de Angra dos Reis] tornam tudo mais perigoso.                                      | Tópico constante         |

|              |      |                                                                                                                                                       |                          |
|--------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn3/r4/v     |      |                                                                                                                                                       |                          |
| <b>(Com)</b> | (01) | (região de Angra dos Reis) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande,                                                                                     | Progressão linear        |
|              | (02) | (Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande) morreram 31 pessoas soterradas.                                                                               | Progressão linear        |
|              | (03) | <b>Elas</b> [31 pessoas] estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º.                  | Progressão linear        |
|              | (04) | <b>A pousada</b> [pousada Sankay] tinha licença de funcionamento da prefeitura,                                                                       | Progressão linear        |
|              | (05) | (pousada Sankay) mas não a licença ambiental do estado.                                                                                               | Tópico constante         |
|              | (06) | (pousada Sankay) Mesmo se tivesse,                                                                                                                    | Tópico constante         |
|              | (07) | <b>o risco de deslizamento da encosta</b> [uma avalanche] não teria sido analisado.                                                                   | Encadeamento à distância |
|              | (08) | As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham <b>licença</b> [a licença ambiental do estado]. | Encadeamento à distância |
|              | (09) | Antes <b>da tragédia</b> [As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas], porém,                               | Progressão linear        |
|              | (10) | <b>a prefeitura</b> [de Angra] dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área,                                   | Tópico constante         |
|              | (11) | (aquela área) como se não houvesse um grave problema de segurança.                                                                                    | Progressão linear        |
| <b>(EI)</b>  | (12) | Em <b>Angra</b>                                                                                                                                       | Encadeamento à distância |
|              | (13) | (Em Angra) sempre foi mais fácil construir                                                                                                            | Progressão linear        |
|              | (14) | (Em Angra) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização.                                                | Tópico constante         |
|              | (15) | (a facilidade de se construir e conseguir licença em Angra) Entre 2006 e 2007,                                                                        | Progressão linear        |
|              | (16) | (Entre 2006 e 2007) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos                                               | Progressão linear        |
|              | (17) | (44 funcionários foram presos) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções.                                                               | Progressão linear        |

|      |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                   |
|------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
|      | (18) | <b>A situação</b> [venda de pareceres técnicos favoráveis às construções] chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental, | Progressão linear |
|      | (19) | como se <b>legalizar o que foi feito na marra</b> [o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental] fosse solução.                                                          | Progressão linear |
| (Av) | (20) | <b>Cabral</b> [o governador Sérgio Cabral], aliás, não visitou a região imediatamente,                                                                                                                                                                                                   | Tópico constante  |
|      | (21) | como era <b>seu dever</b> [o governador Sérgio Cabral].                                                                                                                                                                                                                                  | Tópico constante  |

|                  |      |                                                                                                                                                       |                          |
|------------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn4/r4/v/Com/sn3 |      |                                                                                                                                                       |                          |
| (EF)             | (01) | (região de Angra dos Reis) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande,                                                                                     | Progressão linear        |
|                  | (02) | (Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande) morreram 31 pessoas soterradas.                                                                               | Progressão linear        |
|                  | (03) | <b>Elas</b> [31 pessoas] estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º.                  | Progressão linear        |
| (Com)            | (04) | <b>A pousada</b> [pousada Sankay] tinha licença de funcionamento da prefeitura,                                                                       | Progressão linear        |
|                  | (05) | (pousada Sankay) mas não a licença ambiental do estado.                                                                                               | Tópico constante         |
|                  | (06) | (pousada Sankay) Mesmo se tivesse,                                                                                                                    | Tópico constante         |
|                  | (07) | <b>o risco de deslizamento da encosta</b> [uma avalanche] não teria sido analisado.                                                                   | Encadeamento à distância |
|                  | (08) | As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham <b>licença</b> [a licença ambiental do estado]. | Encadeamento à distância |
| (EI)             | (09) | Antes <b>da tragédia</b> [As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas], porém,                               | Progressão linear        |
|                  | (10) | <b>a prefeitura</b> [de Angra] dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área,                                   | Tópico constante         |
| (Av)             | (11) | (aquela área) como se não houvesse um grave problema de segurança.                                                                                    | Progressão linear        |

|                 |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                          |
|-----------------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| sn5/r4/v/EI/sn3 |      |                                                                                                                                                                                                                                                                                          |                          |
| (Su)            | (01) | Em <b>Angra</b>                                                                                                                                                                                                                                                                          | Encadeamento à distância |
|                 | (02) | (Em Angra) sempre foi mais fácil construir                                                                                                                                                                                                                                               | Progressão linear        |
|                 | (03) | (Em Angra) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização.                                                                                                                                                                                   | Tópico constante         |
| (EI)            | (04) | (a facilidade de se construir e conseguir licença em Angra) Entre 2006 e 2007,                                                                                                                                                                                                           | Progressão linear        |
| (Com)           | (05) | (Entre 2006 e 2007) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos                                                                                                                                                                                  | Progressão linear        |
|                 | (06) | (44 funcionários foram presos) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções.                                                                                                                                                                                                  | Progressão linear        |
| (Res)           | (07) | <b>A situação</b> [venda de pareceres técnicos favoráveis às construções] chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental, | Progressão linear        |
| (Av)            | (08) | como se <b>legalizar o que foi feito na marra</b> [o governador                                                                                                                                                                                                                          | Progressão linear        |

|  |  |                                                                                                                                                                 |  |
|--|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|
|  |  | Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental] fosse solução. |  |
|--|--|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--|

|          |      |                                                                                                                                                                  |                   |
|----------|------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|
| sn6/r4/v |      |                                                                                                                                                                  |                   |
| (EI)     | (01) | (visita de estrangeiros e celebridades em Angra) No réveillon,                                                                                                   | Progressão linear |
|          | (02) | (No réveillon) Pierre Sarkozy, filho mais velho do presidente da França, estava entre os hóspedes da Ilha dos Porcos Grande, do cirurgião plástico Ivo Pitanguy. | Progressão linear |
| (Com)    | (03) | (na Ilha dos Porcos Grande) A chuva causou dois deslizamentos de terra,                                                                                          | Progressão linear |
|          | (04) | <b>que</b> [dois deslizamentos de terra] abriram um gigantesco clarão na propriedade.                                                                            | Progressão linear |
| (Av)     | (05) | (dois deslizamentos de terra) "Em quarenta anos na ilha,                                                                                                         | Tópico constante  |
|          | (06) | (dois deslizamentos de terra) nunca vimos nada parecido",                                                                                                        | Tópico constante  |
|          | (07) | ("Em quarenta anos na ilha, nunca vimos nada parecido") diz Helcius Pitanguy, filho do cirurgião.                                                                | Progressão linear |

|          |      |                                                                                                                           |                          |
|----------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| Sn7/r4/v |      |                                                                                                                           |                          |
| (Su)     | (01) | Não foi o rio que derrubou a ponte                                                                                        | Encadeamento à distância |
| (Com)    | (02) | (Não foi o rio que derrubou a ponte) No último dia 5,                                                                     | Progressão linear        |
|          | (03) | (No último dia 5) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despençou.       | Progressão linear        |
|          | (04) | Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre <b>a estrutura de 132 metros</b> [uma ponte de 314 metros] que desabou.        | Progressão linear        |
|          | (05) | <b>Três delas</b> [vinte e trinta pessoas] morreram.                                                                      | Progressão linear        |
|          | (06) | <b>Outras duas</b> [vinte e trinta pessoas] ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira.                          | Tópico constante         |
|          | (07) | <b>O governo gaúcho</b> [Porto Alegre] atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí.                                  | Encadeamento à distância |
|          | (08) | Por <b>essa versão</b> [O governo gaúcho atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí],                               | Progressão linear        |
|          | (09) | <b>o rio</b> [Rio Jacuí] subiu até a pista,                                                                               | Tópico constante         |
|          | (10) | <b>que</b> [a pista] se partiu.                                                                                           | Progressão linear        |
|          | (11) | <b>Os sobreviventes</b> [vinte e trinta pessoas] dão outro testemunho.                                                    | Encadeamento à distância |
|          | (12) | " <b>As águas</b> [do Rio Jacuí] estavam 5 metros abaixo do concreto",                                                    | Encadeamento à distância |
|          | (13) | ("As águas estavam 5 metros abaixo do concreto") diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos.                                 | Progressão linear        |
| (EI)     | (14) | (ponte sobre o rio Jacuí) Erguida há 47 anos,                                                                             | Encadeamento à distância |
|          | (15) | <b>a ponte</b> já apresentara falhas de engenharia.                                                                       | Tópico constante         |
|          | (16) | (a ponte) Nos anos 70,                                                                                                    | Tópico constante         |
|          | (17) | <b>seu vão central</b> [da ponte] afundou,                                                                                | Tópico constante         |
|          | (18) | (vão central da ponte afundou) formando um enorme degrau.                                                                 | Progressão linear        |
|          | (19) | <b>Seus alicerces</b> [da ponte] não eram vistoriados havia três anos,                                                    | Tópico constante         |
|          | (20) | (a ponte) e, dois anos atrás,                                                                                             | Tópico constante         |
|          | (21) | os promotores estaduais começaram a apurar a negligência na manutenção da rodovia da qual <b>ela</b> [a ponte] faz parte. | Tópico constante         |

| Sn8/r4/v/Com/sn7 |      |                                                                                                                     |                          |
|------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(EI)</b>      | (01) | (Não foi o rio que derrubou a ponte) No último dia 5,                                                               | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b>     | (02) | (No último dia 5) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despenhou. | Progressão linear        |
|                  | (03) | Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre <b>a estrutura de 132 metros</b> [uma ponte de 314 metros] que desabou.  | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b>     | (04) | <b>Três delas</b> [vinte e trinta pessoas] morreram.                                                                | Progressão linear        |
|                  | (05) | <b>Outras duas</b> [vinte e trinta pessoas] ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira.                    | Tópico constante         |
| <b>(Av1)</b>     | (06) | <b>O governo gaúcho</b> [Porto Alegre] atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí.                            | Encadeamento à distância |
|                  | (07) | Por <b>essa versão</b> [O governo gaúcho atribui o desastre à elevação das águas do Jacuí],                         | Progressão linear        |
|                  | (08) | <b>o rio</b> [Rio Jacuí] subiu até a pista,                                                                         | Tópico constante         |
|                  | (09) | <b>que</b> [a pista] se partiu.                                                                                     | Progressão linear        |
| <b>(Av2)</b>     | (10) | <b>Os sobreviventes</b> [vinte e trinta pessoas] dão outro testemunho.                                              | Encadeamento à distância |
|                  | (11) | " <b>As águas</b> [do Rio Jacuí] estavam 5 metros abaixo do concreto",                                              | Encadeamento à distância |
|                  | (12) | ("As águas estavam 5 metros abaixo do concreto") diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos.                           | Progressão linear        |

| Sn9/r4/v     |      |                                                                                                                                                               |                          |
|--------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(Su)</b>  | (01) | (desastres anuais) Três séculos de história escorreram em poucas horas                                                                                        | Encadeamento à distância |
| <b>(Com)</b> | (02) | (Três séculos de história escorreram em poucas horas) Na noite de 31 de dezembro,                                                                             | Progressão linear        |
|              | (03) | <b>quando</b> [Na noite de 31 de dezembro] moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, | Progressão linear        |
|              | (04) | (quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal,) a garoa começou.                  | Progressão linear        |
|              | (05) | (a garoa) Durante a madrugada,                                                                                                                                | Progressão linear        |
|              | (06) | (a garoa) virou chuva grossa                                                                                                                                  | Tópico constante         |
|              | (07) | (chuva grossa) e, no início da tarde do dia 1º,                                                                                                               | Progressão linear        |
|              | (08) | (chuva grossa) o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava.                                                                                    | Tópico constante         |
|              | (09) | " <b>Ele</b> [o rio que corta o município] subia 50 centímetros a cada meia hora",                                                                            | Progressão linear        |
|              | (10) | ("Ele subia 50 centímetros a cada meia hora") lembra a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle.                                                                    | Progressão linear        |
|              | (11) | (transbordamento do rio) Na madrugada do dia 2,                                                                                                               | Tópico constante         |
|              | (12) | (Na madrugada do dia 2,) com dezenas de casas submersas,                                                                                                      | Progressão linear        |
|              | (13) | <b>a luz da cidade</b> [São Luiz do Paraitinga] teve de ser desligada                                                                                         | Encadeamento à distância |
|              | (14) | (a luz da cidade teve de ser desligada) para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco.                                                       | Progressão linear        |
|              | (15) | A <b>essa altura</b> [Na madrugada do dia 2],                                                                                                                 | Encadeamento à distância |
|              | (16) | <b>o Paraitinga</b> [o rio que corta o município] estava quase 10 metros acima do nível normal                                                                | Encadeamento à distância |
|              | (17) | e, <b>nas ruas</b> [do município],                                                                                                                            | Tópico constante         |
|              | (18) | <b>a enchente</b> [o Paraitinga estava quase 10 metros acima do nível normal] invadia até o 2º andar dos sobrados.                                            | Encadeamento à distância |
| <b>(Res)</b> | (19) | (o Paraitinga estava quase 10 metros acima do nível normal) Foi só no começo da tarde do dia 2,                                                               | Tópico constante         |

|             |      |                                                                                                                                                                                           |                          |
|-------------|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
|             | (20) | <b>quando</b> [no começo da tarde do dia 2] as águas finalmente começaram a baixar,                                                                                                       | Progressão linear        |
|             | (21) | que <b>os 10 000 moradores de São Luiz do Paraitinga</b> [moradores da pequena São Luiz do Paraitinga] puderam ver toda a extensão da tragédia.                                           | Encadeamento à distância |
|             | (22) | <b>O centro histórico</b> [de São Luiz do Paraitinga], na parte mais baixa da cidade, parecia ter sido alvo de um bombardeio.                                                             | Progressão linear        |
|             | (23) | (centro histórico) Dezenas de casarões coloniais – construções de pau a pique e taipa do auge do período cafeeiro – foram ao chão.                                                        | Progressão linear        |
|             | (24) | Estima-se que 25% <b>do centro histórico</b> tenha sido destruído.                                                                                                                        | Tópico constante         |
|             | (25) | <b>A Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa</b> [do centro histórico] desapareceu da paisagem.                                                                                               | Tópico constante         |
|             | (26) | <b>Mais de 2 000 moradores</b> [moradores da pequena São Luiz do Paraitinga], um terço da população urbana, tiveram suas casas destruídas ou interditadas.                                | Encadeamento à distância |
| <b>(EF)</b> | (27) | (a extensão da tragédia) Na semana passada,                                                                                                                                               | Encadeamento à distância |
|             | (28) | cinco dias depois <b>do temporal</b> [chuva grossa],                                                                                                                                      | Encadeamento à distância |
|             | (29) | <b>São Luiz</b> [São Luiz do Paraitinga] ainda era só escombros.                                                                                                                          | Encadeamento à distância |
|             | (30) | (São Luiz do Paraitinga) Bujões de gás podiam ser vistos em cima de telhados                                                                                                              | Tópico constante         |
|             | (31) | (São Luiz do Paraitinga) e carros se equilibravam por sobre os pedaços que haviam restado da igreja matriz,                                                                               | Tópico constante         |
|             | (32) | <b>onde</b> [igreja matriz] quase todo mundo na cidade se casou ou foi batizado.                                                                                                          | Progressão linear        |
|             | (33) | Praticamente só o que restou de <b>São Luiz</b> [São Luiz do Paraitinga] foram 1 000 toneladas de entulhos,                                                                               | Encadeamento à distância |
|             | (34) | <b>que</b> [1 000 toneladas de entulhos] um vaivém de caminhões agora tenta recolher.                                                                                                     | Progressão linear        |
|             | (35) | A Igreja do Rosário, na parte alta <b>do município</b> [São Luiz do Paraitinga], foi transformada em quartel-general,                                                                     | Encadeamento à distância |
|             | (36) | <b>no qual</b> [quartel-general] centenas de pessoas, coordenadas por voluntários ao microfone, distribuem leite e alimentos aos desabrigados.                                            | Progressão linear        |
| <b>(EI)</b> | (37) | (São Luiz do Paraitinga) Além da agropecuária,                                                                                                                                            | Encadeamento à distância |
|             | (38) | <b>São Luiz do Paraitinga</b> tinha no turismo uma de suas principais fontes de renda.                                                                                                    | Tópico constante         |
|             | (39) | <b>A cidade</b> [São Luiz do Paraitinga] era dona de um dos maiores conjuntos arquitetônicos tombados do Estado                                                                           | Tópico constante         |
|             | (40) | – mais de 400 de <b>suas construções</b> [São Luiz do Paraitinga] eram consideradas patrimônio histórico.                                                                                 | Tópico constante         |
|             | (41) | (São Luiz do Paraitinga) Só no Carnaval,                                                                                                                                                  | Tópico constante         |
|             | (42) | <b>o lugar</b> [São Luiz do Paraitinga] recebia 200 000 turistas, atraídos pelo charme de suas casinhas coloridas, suas ladeiras e bandas de música especializadas em marchinhas antigas. | Tópico constante         |
| <b>(Av)</b> | (43) | (temporal) Apenas daqui a noventa dias                                                                                                                                                    | Encadeamento à distância |
|             | (44) | se saberá quanto tempo e dinheiro serão necessários para reerguer o que <b>a chuva</b> [temporal] destruiu.                                                                               | Tópico constante         |
|             | (45) | (destruição causada pela chuva) Sem praça, sem banda de música, e com tantos motivos para tristeza,                                                                                       | Progressão linear        |
|             | (46) | <b>São Luiz</b> [São Luiz do Paraitinga] terá neste ano o seu Carnaval mais silencioso.                                                                                                   | Encadeamento à distância |

| Sn10/r4/v/Com/sn9 |      |                                                                                                                                                               |                          |
|-------------------|------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------|
| <b>(EI)</b>       | (01) | (Três séculos de história escorreram em poucas horas) Na noite de 31 de dezembro,                                                                             | Progressão linear        |
|                   | (02) | <b>quando</b> [Na noite de 31 de dezembro] moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, | Progressão linear        |
|                   | (03) | (quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal,) a garoa começou.                  | Progressão linear        |
| <b>(Com)</b>      | (04) | (a garoa) Durante a madrugada,                                                                                                                                | Progressão linear        |
|                   | (05) | (a garoa) virou chuva grossa                                                                                                                                  | Tópico constante         |
|                   | (06) | (chuva grossa) e, no início da tarde do dia 1º,                                                                                                               | Progressão linear        |
|                   | (07) | (chuva grossa) o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava.                                                                                    | Tópico constante         |
| <b>(Av)</b>       | (08) | " <b>Ele</b> [o rio que corta o município] subia 50 centímetros a cada meia hora",                                                                            | Progressão linear        |
|                   | (09) | ("Ele subia 50 centímetros a cada meia hora") lembra a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle.                                                                    | Progressão linear        |
| <b>(Res)</b>      | (10) | (transbordamento do rio) Na madrugada do dia 2,                                                                                                               | Tópico constante         |
|                   | (11) | (Na madrugada do dia 2,) com dezenas de casas submersas,                                                                                                      | Progressão linear        |
|                   | (12) | <b>a luz da cidade</b> [São Luiz do Paraitinga] teve de ser desligada                                                                                         | Encadeamento à distância |
|                   | (13) | (a luz da cidade teve de ser desligada) para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco.                                                       | Progressão linear        |
|                   | (14) | A <b>essa altura</b> [Na madrugada do dia 2],                                                                                                                 | Encadeamento à distância |
|                   | (15) | <b>o Paraitinga</b> [o rio que corta o município] estava quase 10 metros acima do nível normal                                                                | Encadeamento à distância |
|                   | (16) | e, <b>nas ruas</b> [do município],                                                                                                                            | Tópico constante         |
|                   | (17) | <b>a enchente</b> [o Paraitinga estava quase 10 metros acima do nível normal] invadia até o 2º andar dos sobrados.                                            | Encadeamento à distância |



## ANEXO B4

### Análise da forma de organização enunciativa

#### Revista Carta Capital

##### A culpa não é só da natureza (r1)

(sn1/r1/c)

**N[(Su)** (01) À medida que os dias passaram, (02) desde o fatídico 1º de janeiro, (03) ficou mais e mais evidente que as dezenas de mortes e os prejuízos incalculáveis provocados pelas chuvas foram causados apenas parcialmente pelas condições climáticas adversas. (04) Estas, não resta dúvida, têm sido especialmente severas desde o último trimestre de 2009, (05) sob a influência do aquecimento anormal das águas do pacífico. **FI[(EI)** (06) Em anos passados, (07) o *El Niño*, como é conhecido o fenômeno que atinge as águas equatoriais desse oceano, também causou estragos consideráveis, com enchentes e deslizamentos de terra em várias cidades do território nacional.] (08) Também não resta dúvida de que neste ano a situação foi ainda mais grave. **(Com)** (09) O cenário devastador na pequena São Luís do Paraitinga, cidade paulista de 20 mil habitantes encravada entre montanhas no Vale do Paraíba, os desmoronamentos em Angra dos Reis e Ilha Grande, no litoral fluminense, ou a queda da ponte sobre o rio Jacuí, no interior do Rio Grande do Sul, sugerem que **Es**[uma parcela considerável da responsabilidade pelas catástrofes ocorridas recai sobre a ação humana,] (10) como têm alertado alguns especialistas. (11) Ou sobre a inação, conforme o caso, das prefeituras, estados ou Ministério das Cidades. **(Av)** (12) Em matéria de uso do solo, (13) a regra nacional ainda é a ausência de regulação pública ou o descaso com as leis existentes, (14) mantidas apenas no papel.]

N = narrador.

FI = fonte indefinida (outros jornalistas, jornais da época, especialistas).

Es = especialistas.

(sn2/r1/c)

**N[(Su)** (01) É o caso da Pousada Sankay, **(EI)** (02) na Ilha Grande, (03) construída na encosta de um morro, **(Res)** (04) e que veio abaixo nas primeiras horas do ano **(Com)** (05) por conta de um deslizamento de terra.]

(sn3/r1/c)

**N[(EI)** (01) No caso do Rio Grande do Sul, **(Res)** (02) onde 13 rodovias tiveram de ser interditadas **(Com)** (03) por causa das chuvas, **En[(Av)** (04) faltou ao poder público verificar as estruturas da ponte sobre o rio Jacuí, de 314 metros e com mais de 40 anos de vida útil no momento da queda, **]** (05) conforme alegação de engenheiros civis nos dias seguintes ao acidente.**]**

En = engenheiros.

(sn4/r1/c)

**N[(Su)** (01) No litoral paulista, (02) os estragos materiais e o número de vítimas foram bem menores. (03) Ainda assim não faltaram evidências da precariedade das estradas e serviços públicos que dão acesso ao litoral norte do estado. **(Com)** (04) Quem passou o réveillon em Ubatuba enfrentou até 18 horas de congestionamento para chegar a São Paulo (05) – e nada menos que 12 horas para alcançar a vizinha Caraguatatuba, um trajeto de 54 quilômetros. (06) A situação ali foi agravada pela interdição de rodovias e a falta de informações. **(Res)** (07) No posto da Polícia Rodoviária, na praia do Félix, em Ubatuba, (08) os policiais preferiram manter os telefones fora do gancho **P[(09)** para não ser incomodados.**]** **(Av)** (10) **O[**“Não sabemos como está a situação na direção de Caraguatatuba, (11) cuidamos apenas do trecho entre Ubatuba e Paraty. (12) Parece que o jeito é rodar mais 400 quilômetros e ir por Angra”, **]** (13) afirma, na manhã de segunda-feira 4, um desinteressado oficial responsável pelo atendimento.**]**

P = policiais.

O = oficial.

### **São Paulo na lama (r2)**

(sn1/r2/c)

**N[(Su)** (01) O som estridente da marreta contra a coluna de concreto ecoa pela ladeira dos Peixes, na Vila Aimoré, zona leste de São Paulo. (02) Ao redor dos trabalhadores, (03) um cenário de destruição. **FI[(Com)** (04) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, (05) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, (06) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro.**]** **(Av)** (07) De uniforme azul, (08) o cabisbaixo pedreiro Crispim Antonio de Souza, de 50 anos, lamenta: **C[(09)** “Hoje derrubo a casa dos outros. (10) Amanhã pode ser a minha”.**]]**

FI = fonte indefinida (moradores, trabalhadores, funcionários da prefeitura, Crispim).

C = Crispim.

(sn2/r2/c/Com/sn1)

**N[FI(EF)** (01) Ao menos uma dezena de casas já havia sido demolida por ordem da prefeitura, **(Res)** (02) após a remoção das famílias que concordaram em receber um auxílio aluguel de 300 reais para abandonar a várzea do rio Tietê, **(Com)** (03) severamente castigada pela megaenchente de 8 de dezembro.]]

FI = fonte indefinida.

(sn3/r2/c)

**N[(EI)** (01) Crispim mora com a família em uma casa de quatro cômodos no Jardim Pantanal, próximo de onde cumpria a amarga tarefa de demolição. **CI(Com)** (02) No dia da cheia, (03) seus móveis ficaram meio metro submersos. (04) Somente após duas semanas, (05) a água saiu da residência.]] **(Res)** (06) Passados 35 dias da enchente, (07) a inundação persistia no quintal e nas ruas do bairro, (08) tomadas por um lodo escuro e fétido, mistura das águas da chuva com o esgoto que deixou de ser bombeado por uma estação de tratamento atingida pelas chuvas. **(EF)** (09) O cenário é recorrente em ao menos sete bairros do distrito Jardim Helena, na divisa com os municípios de Guarulhos e Itaquaquetuba, Grande São Paulo.]]

C = Crispim.

(sn4/r2/c/Com/sn3)

**N[C[(EI)** (01) No dia da cheia, **(Com)** (02) seus móveis ficaram meio metro submersos. **(Res)** (03) Somente após duas semanas, (04) a água saiu da residência.]]

C = Crispim.

(sn5/r2/c)

**N[(EI)** (01) Diante das reclamações de moradores **M[ ]**, **(Com)** (02) a Defensoria Pública do Estado de São Paulo entrou com uma ação pedindo **D[ ]** a suspensão das remoções (03) até que o processo seja discutido **M+P[ ]** com a população. **Co[(Av)** (04) “Estamos falando de pessoas, e não de objetos que podem ser removidos de um lugar para o outro. (05) Eles querem sair do local, (06) mas com um mínimo de dignidade”,] (07) afirma Carlos Henrique Loureiro, coordenador do Núcleo de Habitação e Urbanismo da Defensoria. (08) Ele também lembra que **Co[deslocar a população de forma não planejada é apenas uma forma de transferir o problema,]** **Co[(09) “você tira a pobreza de um lado e coloca do outro”.]]**

M = moradores.

D = defensoria.

P = prefeitura.

M+P = moradores e prefeitura.

Co = coordenador.

(sn6/r2/c)

**N[(Su)** (01) Exemplos não são difíceis de ser encontrados, (02) como é o caso da família do pedreiro João Luiz da Silva, 55 anos. **S[(EI)** (03) Eles moravam na extinta Vila Nair, (04) removida para a construção do anel viário que liga a avenida Jacu Pêssego com a rodovia Ayrton Senna. **(Com)** (05) Com o dinheiro da indenização, 9 mil reais, (06) compraram uma casa no Jardim Iguatemi, (07) e foram novamente despejados, desta vez para a construção de um dos trechos do Rodoanel. **(Res)** (08) Com a indenização de 11 mil reais (09) compraram um barraco na Chácara Três Meninas, um dos bairros castigados pela cheia e alvo de novas desapropriações.] **S[(Av)** (10) “É terceira vez que querem nos expulsar”,] (11) diz Silva, cansado da vida etíperante.]

S = Silva.

(sn7/r2/c)

**N[(Su)** (01) Revoltada, (02) a moradora de um conjunto habitacional que sofreu com as inundações constrangeu o prefeito Gilberto Kassab (DEM), no início de janeiro, (03) ao cobrar ações mais efetivas da prefeitura **M[ J. M[(Com)** (04) “Vamos pôr o pé na lama? (05) Nós queremos o senhor lá para sentir na pele o que a gente sente”,] (06) disse na ocasião. **K[(Res)** (07) “Todos estão fazendo o maior esforço possível em prol das famílias”,] (08) respondeu o Kassab, (09) reiterando que **K[a** prefeitura está oferecendo o auxílio-aluguel e se empenha na busca de soluções.]]

M = moradora.

K = Kassab.

(sn8/r2/c)

**N[(Com)** (01) Além do interesse do governo estadual pela área, (02) uma reportagem publicada pelo portal UOL revelou que **U[as** seis comportas da barragem da Penha foram fechadas na madrugada da enchente, (03) e só foram reabertas dois dias depois.] **(Av1)** (04) A ação teria evitado o alagamento da marginal do Tietê, (05) onde o governo realiza um conjunto de obras viárias orçado em 1,3 bilhão de reais. **P[(Res)** (06) A informação levou o promotor de Justiça Eduardo Valerio a instaurar um inquérito para apurar se o fechamento da barragem poderia ter causado a inundação da zona leste.] **PI[(Av2)** (07) “Ainda estamos investigando, (08) mas aparentemente este incidente não seria o suficiente para alagar toda a região, (09) já que é um procedimento de rotina, realizado mais de 30 vezes em 2009”,] (10) afirma Valerio. **P[(11)** “Mas há fortes indícios de que o assoreamento do Tietê e as intervenções de grandes indústrias instaladas na região podem ter criado um ambiente favorável às enchentes. (12) Se ficar comprovado que o governo foi omissivo, (13) o Estado pode ser responsabilizado.”]]

U = Uol.

P = promotor.

(sn9/r2/c)

**N[(Su)** (01) Além disso, [a Defensoria] destaca que **D**[a responsabilidade das ocupações ilegais nas margens do Tietê não devem ser atribuídas apenas às comunidades pobres, (02) uma vez que o poder público disponibilizou infraestrutura urbana, (03) como água encanada, escolas, asfaltamento e energia.] **(Com)** (04) No Jardim Romano, por exemplo, (05) o prefeito Gilberto Kassab (DEM) inaugurou no ano passado um Centro Educacional Unificado (CEU). (06) Na mesma rua Capachós, (07) um conjunto habitacional financiado pela Caixa Econômica Federal também foi inaugurado recentemente. **FI[(Res)** (08) Os investimentos fizeram com que a prefeitura revisasse os valores de imóveis na região, (09) com vistas ao cálculo do IPTU de 2010. (10) A valorização chega a 187%.] **(EF)** (11) Só que, hoje, tanto a escola como a Cohab têm a entrada bloqueada pelo lodo.]

D = defensoria.

FI = fonte indefinida (funcionários da prefeitura, moradores).

### Revista Época

#### É possível evitar? (r2)

(sn1/r2/e)

**N[(EI)** (01) Na semana passada, (02) depois de sobrevoar de helicóptero o trecho do litoral fluminense mais castigado pelas chuvas, **(Com)** (03) o ministro da Integração Nacional, Geddel Vieira Lima, anunciou que **M**[o governo federal vai liberar R\$ 80 milhões para recuperar a cidade de Angra dos Reis e outros R\$ 50 milhões para a Baixada Fluminense.] **(Av)** (04) O ministro admitiu que, **M**[em 2009, o governo gastou apenas 21% da verba de R\$ 650 milhões destinada à assistência contra acidentes naturais, especialmente chuvas. (05) A maior parte do orçamento serviu para reconstruir estradas e casas em Santa Catarina, (06) cujo Vale do Itajaí foi arrasado pelas chuvas no fim de 2008.]]

M = ministro.

(sn2/r2/e)

**N[FI[(EI)** (01) No Rio de Janeiro, cenário da mais recente tragédia, **(Com)** (02) só se gastou 1,17% em ações preventivas.] **(Av)** (03) O governador do Rio, Sérgio Cabral, culpou **G**[ ] os **G**["40 anos de omissão dos políticos"] no Brasil. (04) Para ele, **G**[(05) no Estado do Rio (06) a ocupação de áreas de risco pela população de baixa renda é mais grave] **G**[(07) "porque associa a cumplicidade das autoridades ao poder paralelo do crime".]]

FI = fonte indefinida (ministro da Integração Nacional, governador do Rio).

G = governador do Rio.

(sn3/r2/e)

**N[FI](EI)** (01) No final de 2007, **(Com)** (02) a Operação Carta Marcada, da Polícia Civil do Rio de Janeiro, tentou varrer de Angra dos Reis os responsáveis por fraudar licenças ambientais (03) para liberar obras irregulares. (04) Figuravam da lista de presos funcionários da prefeitura suspeitos de desviar R\$ 80 milhões dos cofres públicos.] **(Res)** (05) Só dois anos depois (06) o prefeito Tuca Brandão anuncia **P[ ]** a proibição de construções e ampliações em 15 morros do município.]

FI = fonte indefinida (um policial, assessoria de imprensa da polícia, jornais da época, outro jornalista).  
P = prefeito.

(sn4/r2/e)

**N[FI](Com)** (01) Antes de remover as casas, (02) o governo “congelou” a área invadida. (03) Cerca de 70 homens da Polícia Militar Ambiental circulavam diariamente na região – a pé e motorizados – (04) para interditar novas edificações. (05) O Instituto de Pesquisas Tecnológicas de São Paulo (IPT) identificou ocupações em encostas, com alta probabilidade de desabamento. (06) As famílias nesses locais seriam prioritárias para desocupação. **(Res)** (07) O programa seguiu com a construção de novos bairros.] **(EF)** (08) A entrega das casas, prometida para o ano passado, ainda não foi cumprida. **Co[(Av)** (09) “Parte das famílias contempladas poderá ocupar as habitações ainda no primeiro semestre deste ano”,] (10) diz Edmur Mesquita, coordenador do programa.]

FI = fonte indefinida (coordenador do programa, policiais, moradores, funcionários do governo de SP).  
Co = coordenador.

(sn5/r2/e)

**N[(Su)** (01) Decretos estaduais não podem violar a Constituição Federal, (02) que proíbe **CF[ ]** obras em áreas de risco (03) como encostas, manguezais e rochas. **(EI)** (04) Ambientalistas criticaram **A[ ]** o decreto assinado em junho passado pelo governador Sérgio Cabral, **(Com)** (05) acusando-o **A[ ]** de favorecer novas construções na Área de Proteção Ambiental (APA) dos Tamoios, (06) que engloba a Ilha Grande. **P[(Av)** (07) “APA não é sinônimo de não poder fazer nada”,] (08) afirma Luiz Firmino, presidente do Inea. (09) Segundo Firmino, **P[(10)** o decreto ajuda a diminuir a degradação, (11) pois permite **D[ ]** construções em 10% de algumas áreas degradadas (12) apenas com a condição de que o proprietário recupere os outros 90% do terreno.]]

CF = Constituição Federal.  
A = ambientalistas.  
P = presidente do Inea.  
D = decreto.

### O bolívar forte ficou fraco (r3)

(sn1/r3/e)

**N[(Com)** (01) A economia da Venezuela entrou cambaleante em 2010. **FI[(EI)** (02) A crise global reduziu a demanda por petróleo, responsável por 94% das exportações venezuelanas, (03) e levou o país a sua primeira recessão em cinco anos (04) – queda de 2,9% do PIB em 2009.] **(Av)** (05) O presidente Hugo Chávez estava pressionado a tomar medidas (06) para inverter o cenário recessivo. **(Res)** (07) E a solução chavista veio na semana passada: (08) desvalorizar o bolívar forte, a moeda venezuelana.]

FI = fonte indefinida (jornais, funcionários do governo, dados do governo).

(sn2/r3/e)

**N[(Su)** (01) O mercado financeiro internacional gostou. (02) Não se pode dizer o mesmo do povo venezuelano. **(EI)** (03) No fim de semana anterior à adoção do novo câmbio, **(Com)** (04) milhares de pessoas correram aos supermercados (05) para comprar o que fosse possível, **(Res)** (06) antes de o comércio aumentar o preço dos produtos.]

(sn3/r3/e)

**N[(Com)** (01) Em seu já conhecido estilo, (02) Chávez mandou **P[ ]** o Exército às lojas (03) para impedir a remarcação de preços, (04) dizendo **P[ ]** não haver motivos para “especulação”.] **(Av)** (05) Em outra medida pirotécnica, **(Res)** (06) anunciou que **P[ ]** um navio está vindo da China carregado de televisores, geladeiras e máquinas de lavar, (07) para serem vendidos a preços baixos à população.]]

P = presidente Hugo Chávez.

(sn4/r3/e)

**N[(Su)** (01) Enquanto a população se vira para ajustar a renda ao novo cenário, (02) o governo não faz esforço para conter suas despesas. **FI[(EI)** (03) No ano passado, **(Com)** (04) os gastos públicos chegaram a cerca de R\$ 145 bilhões, (05) 17% a mais que em 2008.] **E[(Av)** (06) “Não há mágica para melhorar a situação fiscal. (07) Tem de haver redução de gastos (08) e, eventualmente, aumento de arrecadação”,] (09) diz Zeina Latif, economista-chefe do banco ING no Brasil.]

FI = fonte indefinida (dados do governo).

E = economista.

**Eles não deveriam estar aqui (r2)**

(sn1/r2/i)

**N[(EI)** (01) Já em São Luiz do Paraitinga (02) não havia nenhum indício de que o centro histórico dessa cidade famosa por seu Carnaval estivesse em uma área de risco. **(Com)** (03) Mas mesmo assim a enxurrada simplesmente destruiu todo o comércio e o seu patrimônio histórico, **(Res)** (04) abalando de forma consistente a principal indústria do município: (05) o turismo.]

(sn2/r2/i)

**N[(EI)** (01) Em Belo Horizonte, **(Res)** (02) a garagem de um edifício de classe média foi invadida pela lama **(Com)** (03) após uma chuva torrencial **(EF)** (04) e os moradores tiveram de deixá-la na primeira manhã de 2010.]

(sn3/r2/i)

**N[(EI)** (01) E na ilha do cirurgião plástico Ivo Pintanguy, em Angra, **(Com)** (02) ocorreram dois grandes deslizamentos.]

(sn4/r2/i)

**N[(Su)** (01) **A cidade histórica que desapareceu sob as águas**

**MI(Com)** (02) São Luiz do Paraitinga não existe mais.] (03) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase (04) desde a inundação que castigou a região, (05) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. (06) E, de certa forma, eles não estão errados. (07) Apesar de o poder público garantir que **PP**[abrirá os cofres para ela ser reerguida] (08) – 80% do centro histórico praticamente desapareceu –, (09) especialistas explicam que **E**[grande parte do valor do patrimônio foi embora com a enxurrada que jogou a localidade num pesadelo.] **(Res)** (10) Da população de pouco mais de 12 mil habitantes, (11) cinco mil ficaram desabrigados. (12) O centro, tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), ruiu. (13) Duas escolas municipais, o prédio da prefeitura, cartórios e correios, além de um dos grandes símbolos do município, a Igreja da Matriz, foram reduzidos a uma ou outra parede mais resistente e a uma enorme pilha de entulho. **J**[(14) “Ouvíamos dos moradores mais antigos que na pior enchente de São Luiz a água chegou ao terceiro degrau da Igreja da Matriz”,] (15) conta o jornalista Luiz Egypto. **J**[(16) “Dessa vez a água cobriu o prédio inteiro.”] (17) E ele veio abaixo. **FI(EI)** (18) Famosa pelo patrimônio histórico e arquitetônico, (19) São Luiz do Paraitinga ganhou ainda mais importância no cenário cultural (20) por promover, a partir dos anos 1980, eventos musicais (21) como a Semana da Canção e o Festival de Marchinhas. (22) Seu Carnaval também atraía milhares de turistas. (23) O povo se aglomerava (24) para



brincar em torno de construções coloniais erguidas com técnicas antigas, (25) como a taipa de pilão, (26) mantidas com zelo pelo poder público.] **P[(Av)** (27) “Neste ano (28) não teremos Carnaval”,] (29) sentenciou a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB-SP). (30) Segundo o secretário de Cultura, Benedito Filadelfo de Campos Netto, **S[(31)** estuda-se reproduzir o evento em cidades vizinhas.] **S[(32)** “Queremos levantar fundos (33) para reconstruir a cidade”,] (34) afirma Netto.]

M = moradores.

PP = poder público.

E = especialistas.

J = jornalista Luiz Egypto.

FI = fonte indefinida (moradores, prefeita, jornalista, secretário de Cultura, etc).

P = prefeita.

S = secretário de Cultura.

(sn5/r2/i/Com/sn4)

**N[M[(Av1)** (01) São Luiz do Paraitinga não existe mais.] (02) Os moradores da pequena cidade histórica no interior de São Paulo não se cansam de repetir esta frase **(Com)** (03) desde a inundação que castigou a região, **(EI)** (04) a partir da madrugada do dia 1o de janeiro. **(Av2)** (05) E, de certa forma, eles não estão errados. (06) Apesar de o poder público garantir que **PP[**abrirá os cofres para ela ser reerguida] (07) – 80% do centro histórico praticamente desapareceu –, (08) especialistas explicam que **E[**grande parte do valor do patrimônio foi embora com a enxurrada que jogou a localidade num pesadelo.]]

M = moradores.

PP = poder público.

E = especialistas.

(sn6/r2/i)

**N[(Su)** (01) **S[** ]Mas reconstruir uma cidade histórica não depende apenas de financiamento. **(EI)** (02) Já no dia 5, (03) técnicos do Condephaat, órgão estadual, e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), que é federal, visitaram São Luiz (04) para avaliar os danos causados pela enxurrada. **P[(Av1)** (05) “Não temos método para uma reconstrução dessa escala”,] (06) avaliou Luiz Fernando Almeida, presidente do Iphan. **P[(07)** “Ele precisa ser criado.”] **FI[(Com)** (08) Boa parte dos documentos que registram as medidas e a aparência dos prédios tombados foi destruída com o alagamento da prefeitura. (09) Cópias terão de ser resgatadas nos arquivos dos dois órgãos de preservação.] **PV[(Av2)** (10) “Avaliar o estrago é prioridade (11) e isso leva tempo”,] (12) disse um porta-voz do órgão estadual.]

S = secretário de Cultura (o “mas” se encadeia na fala do secretário de Cultura presente no cotexto imediato).

P = presidente do Iphan.

FI = fonte indefinida (presidente do Iphan, técnicos do Iphan, funcionários da prefeitura).

PV = porta-voz.

(sn7/r2/i)

**N[(Su)** (01) Enquanto o poder público se apressa para apagar as marcas da tragédia, (02) o trabalho dos moradores é lento e doloroso. **A[(EI)** (03) A advogada Andreia Globo, por exemplo, 28 anos trabalhava na prefeitura, morava no centro histórico **(Com)** (04) e só conseguiu tirar os pais e a irmã de casa.] **A[(Av)** (05) “Nem as fotos e os documentos eu consegui salvar, (06) só a vida”,] (07) diz ela.]

A = advogada Andreia.

(sn8/r2/i)

**N[(Su)** (01) Além das mortes, do rastro de destruição e das vidas esfaceladas de quem perdeu tudo e todos, (02) as tragédias de verão também estão criando um novo problema para as autoridades brasileiras: (03) os refugiados climáticos. **(EI)** (04) O tema foi discutido **C[ ]** amplamente na frustrada reunião da ONU em Copenhague, em dezembro. **C[(Com)** (05) Muito se falou das populações de ilhas do Pacífico que terão que ser removidas, (06) dos milhares de pessoas que terão que abandonar suas terras por conta das cheias e das secas.] **(Res)** (07) Mas poucos se atentaram para o fato de que esse refugiados possam ser urbanos.]

C = chefes de estado.

(sn9/r2/i)

**N[(Su)** (01) A destruição causada pelas chuvas – e o risco de que o que sobrou tenha o mesmo destino no futuro – está fazendo com que milhares de brasileiros abandonem suas casas, seus bairros ou mesmo as cidades onde sempre viveram. **(Com)** (02) Em Angra dos Reis, por exemplo, (03) o governo já afirmou que **G**[cerca de três mil famílias terão que ser removidas de áreas de risco.] (04) Em São Luiz do Paraitinga, (05) cerca de cinco mil famílias ficaram desalojadas, (06) e muitas delas não têm mais para onde ir. **(Av)** (07) Esses são os exemplos recentes. (08) Mas casos semelhantes vêm se espalhando pelo País com uma rapidez impressionante.]

G = governo.

(sn10/r2/i)

**N[(Su)** (01) Atenilto Bispo Santos, um baiano de Itabuna que vive em São Paulo como pedreiro há 20 anos, seguiu esse roteiro. **A[(EI)** (02) Construiu sua casa sobre uma lagoa sazonal, (03) que enche na época de chuvas. (04) Junto com um amigo, (05) conseguiu cerca de 40 caminhões de terra (06) para ampliar o nível do terreno (07) e evitar que alagasse no verão.] **A[(Av)** (08) “Cheguei (09) e coloquei a terra, (10) depois comecei a construir”,] (11) conta ele. **(Com)** (12) No início de janeiro (13) as chuvas fortes fizeram o nível do Tietê subir **(Res)** (14) e a área de várzea, é óbvio, foi alagada.]

A = Atenildo.

(sn11/r2/i)

**N[(Av1)** (01) Sem que nada de anormal ocorresse (02) e com vista nos dividendos políticos, **(Com)** (03) o poder público não só não coibiu a invasão protagonizada por Atenildo e outras centenas de famílias como municiou a região com equipamentos públicos. (04) Levou água e luz para as pequenas casas, (05) pavimentou algumas das ruas, (06) construiu um Centro de Educação Unificada (CEU). **FI[(Res)** (07) Agora a prefeitura inicia um plano de remoção das quase duas mil famílias que se instalaram por lá. (08) A 100 delas ofereceu um apartamento popular na cidade de Itaquaquecetuba, na Grande São Paulo, (09) e aos restantes está oferecendo uma bolsa aluguel, no valor de R\$ 300, por seis meses, (10) com a promessa **P[ ]** de realocá-los para conjuntos habitacionais.] **A[(11)** Atenildo aceitou o apartamento.] **M[(EF)** (12) **P[ ]** Mas boa parte daqueles que só conseguiram a bolsa aluguel se recusam a deixar o bairro. **(Av2)** (13) Eles temem que o compromisso não seja honrado.]]

P = prefeitura.

FI = fonte indefinida (funcionários da prefeitura, moradores, Atenildo).

A = Atenildo.

M = moradores.

### **O passado ainda presente (r3)**

(sn1/r3/i)

**N[(EI)** (01) Na quarta-feira 13, (02) o presidente Lula convocou **L[ ]** os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi. **FI[(03)** A reunião tinha como objetivo acalmar os ânimos em torno de um decreto assinado pelo próprio Lula em dezembro, (04) criando o 3º Programa Nacional de Direitos Humanos. **(Com)** (05) Por intervenção direta do presidente, (06) o ponto mais polêmico foi, então, modificado: (07) a chamada Comissão da Verdade, que investigaria crimes de tortura durante os anos de chumbo, teve suas atribuições revistas. (08) O trecho sobre delitos de agentes da repressão política foi suprimido (09) e um grupo de trabalho vai discutir **GT[**como fazer a comissão funcionar sem arranhar a Lei de Anistia.]] **L[(Av)** (10) “Esse negócio de punir os crimes da repressão política é um assunto para a Justiça, (11) não é para o Executivo”,] (12) disse Lula.]

L = Lula.

GT = grupo de trabalho.

FI = fonte indefinida (assessor, outro jornalista, funcionário do governo, etc).

(sn2/r3/i)

**N[(Su)** (01) Poucas horas depois, (02) as redes de tevê escancaravam para todo o Brasil que **R[**o absurdo da tortura não foi uma exclusividade da ditadura e que suas vítimas não se resumem à elite intelectual e política que hoje está no poder.] **R[(Com)** (03) Por meio de uma câmera de celular, (04) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. **P[(05)** Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (06) o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico (07) para asfixiar sua vítima, (08) que desmaiou.]] **FI[(Res)** (09) Diante da barbárie registrada em vídeo, (10) Araújo foi demitido (11) e responderá a processo.] **(Av)** (12) Na maioria das vezes, no entanto, (13) os agressores ficam impunes.]

R = redes de tevê.

P = parentes.

FI = fonte indefinida (redes de tevê, policiais, funcionários da penitenciária, etc).

(sn3/r3/i/Com/sn2)

**N[R[(Su)** (01) Por meio de uma câmera de celular, (02) parentes de Jerônimo Júnior, preso na cadeia municipal de Santo Antônio do Descoberto, em Goiás, a poucas centenas de quilômetros do gabinete presidencial, filmaram mais um caso de tortura no País. **P[(Com)** (03) Além de pisar e dar tapas no rosto de Jerônimo, (04) o agente penitenciário Kalil Araújo utilizou um saco plástico (05) para asfixiar sua vítima, **(Res)** (06) que desmaiou.]]

R = redes de tevê.

P = parentes.

(sn4/r3/i)

**N[(EI)** (01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. **FI[(05)** Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.] **Tel[(Com)** (07) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 (08) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (09) Revidou. (10) Foi espancado (11) e não viveu para contar **A[a história.]] (Av1)** (12) Segundo testemunhas, **Te[(13)** cinco funcionários da instituição, tendo à frente o agente Wilson Santos, submeteram Andreu a uma bárbara sessão de espancamento.] **M[(14)** “Quebraram cabos de vassoura (15) para furar o corpo dele, (16) jogaram cadeiras, mesas e uma lata de lixo em cima do garoto”,] (17) relata a mãe, Deize Silva de Carvalho, 38 anos. **M[(18)** “As testemunhas dizem que **Te[**eles encheram sacos com cascas de coco vazio (19) e bateram na cabeça do meu filho com eles.”]] **(Res)** (20) O laudo do hospital para onde fora levado atestou **LH [ ]** “agressão física” (21) e também o laudo da perícia apontou **LP [ ]** vários indícios de agressão. **(EF)** (22) Apesar disso, ninguém foi punido até agora. **(Av2)** (23) Deize não se cansa de denunciar **M[a** tortura que matou seu filho] (24) e já foi ameaçada **To [ ]** por isso. **M[(25)** “Se

me matarem, (26) pelo menos vão saber que não desisti”,] (27) diz ela, (28) que tem outros três filhos e mora no Morro do Cantagalo, em Copacabana, zona sul do Rio.]

Te = testemunhas.

FI = fonte indefinida (testemunhas, mãe do garoto, policiais, etc).

A = Andreu.

M = mãe.

LH = laudo do hospital.

LP = laudo da perícia.

To = torturadores.

(sn5/r3/i/EI/sn4)

**N[(Su)** (01) Foi assim no caso de Andreu Luiz Silva de Carvalho, **(Com)** (02) que tinha 17 anos (03) quando foi torturado até a morte no Departamento-Geral de Ações Socioeducativas (Degase), (04) onde ficam presos os menores infratores do Rio de Janeiro. **FI[(EI)** (05) Acusado de roubar celular e dinheiro na praia de Ipanema, (06) ele tinha sido mandado para aquela prisão pela segunda vez.]]

FI = fonte indefinida (testemunhas, mãe do garoto, policiais, etc).

(sn6/r3/i/Com/sn4)

**N[Te[(EI)** (01) Entrou no Degase (ex-Funabem) no primeiro dia de 2008 **(Com)** (02) e recebeu como cartão de visita um soco no rosto. (03) Revidou. (04) Foi espancado **(Res)** (05) e não viveu para contar **A[**a história.]]]

Te = testemunhas.

A = Andreu.

(sn7/r3/i)

**N[(Su)** (01) Também as Forças Armadas, tantos anos depois do fim da ditadura, continuam a cometer excessos. (02) O jovem carioca J.O., 17 anos, foi vítima dos militares. **J.O.[(EI)** (03) No dia 5 de novembro de 2008, (04) ele e um amigo pularam o muro de um quartel do Exército desativado, em Realengo, zona oeste do Rio, (05) para fumar maconha. **(Com)** (06) Foram flagrados pelos sentinelas (07) e passaram a ser agredidos.] **J.O.[(Av1)** (08) “Fomos torturados com choques elétricos, (09) o que fez com que a pele de minhas costas pegasse fogo. (10) Pensei que ia morrer naquele momento”,] (11) diz. **(Res)** (12) J.O. sobreviveu, (13) mas com sequelas: (14) perdeu 20% da visão do olho esquerdo, teve cortado um pedaço da orelha e tem marcas nas costas. **M[(Av2)** (15) “Queremos que o Exército pague os remédios e o tratamento dele”,] (16) reclama Maria Célia Furtado, a mãe adotiva. **FI[(EF)** (17) Dois anos depois, (18) o processo corre na auditoria militar, sem previsão de término.] **(Av3)** (19) Procurado por ISTOÉ, (20) o Exército preferiu não se manifestar sobre o assunto **E [ ]**.]

J.O.

M = mãe.

E = Exército.

FI = fonte indefinida (familiares de J.O., funcionários do Exército, etc).

## Revista Veja

### Sol, mar e organização (r3)

(sn1/r3/v)

**N[(EI)** (01) Quando Tom Jobim e Vinicius de Moraes compuseram **T+V**[*Garota de Ipanema*], em 1962, (02) o Rio de Janeiro tinha metade do número de habitantes de hoje. (03) Havia espaço de sobra (04) para que a musa andasse, em doce balanço, a caminho do mar (05) – sem tropeçar. **(Com)** (06) Nos últimos anos, porém, (07) as praias cariocas tornaram-se lugares quase intransitáveis. (08) Não apenas porque há mais gente. (09) O maior tumulto é provocado pela turba de barraqueiros, camelôs e flanelinhas que tomou conta do pedaço. **(Av)** (10) A ideia de que a orla do Rio era um espaço de convivência extremamente democrático serviu apenas como pretexto para a falta de organização. (11) A baderna se espalhou. **P[(Res)** (12) Neste verão, (13) a prefeitura do Rio resolveu pôr ordem na casa. (14) A primeira providência foi dar um banho de loja nas barracas que funcionam como ponto de venda de bebidas e de aluguel de cadeiras e guarda-sóis. (15) Em vez das tendas improvisadas e das caixas de isopor imundas, espalhadas pela areia, (16) só serão permitidas barracas padronizadas e caixas térmicas de plástico. (17) O número de barraqueiros, agora uniformizados, foi reduzido. (18) No primeiro trecho em implantação, (19) que compreende as praias do Arpoador, Ipanema e Leblon, (20) baixou de 300 para 193.]]

T+V = Tom Jobim e Vinicius de Moraes.

P = prefeitura.

(sn2/r3/v)

**N[(EI)** (01) Desde o início do ano, (02) a prefeitura já vinha tentando acabar com a bagunça provocada pelos barraqueiros. (03) Eles estacionavam Kombis velhas nos melhores pontos em frente à praia (04) apenas para servir como depósito de seus produtos. **(Com)** (05) Depois de algumas tentativas de driblar a fiscalização, **(Res)** (06) as sucatas desapareceram (07) e um esquema de abastecimento racional foi adotado. **(EF)** (08) Mas persistiam as barracas, de aparência lastimável, (09) que começam a ser removidas agora.]

(sn3/r3/v)

**N[P[(EI)** (01) Apenas em 2005 (02) se começou a tirar a ideia do papel, **(Com)** (03) mas a iniciativa esbarrou em uma série de pendências judiciais, **(Av)** (04) promovidas pelos chatos de plantão. **(Res)** (05) A consequência é que somente 28 dos 309 quiosques previstos ficaram prontos.]]

P = prefeitura.

### Trágico, absurdo, previsível (r4)

(sn1/r4/v)

**N[(Su)** (01) Entre eles, (02) Angra dos Reis é o caso mais dramático (03) e, também, o retrato mais preciso do conjunto de fatores que desencadeia esse tipo de tragédia. **FI1[(Com)** (04) Ali, (05) morreram 52 pessoas, na virada do ano, vítimas de deslizamentos de encostas.] **(Av)** (06) Tudo era previsível. **FI2[(EI)** (07) Na bela região em torno da Baía de Angra, com suas 365 ilhas e mais de 2 000 praias, (08) chove quase o dobro da média do Rio de Janeiro, (09) e a instabilidade das encostas é conhecida. (10) Em 2002, (11) 39 pessoas morreram em Angra num deslizamento com características semelhantes às de agora.]]

FI1 = fonte indefinida (testemunhas, fontes da prefeitura, etc).

FI2 = fonte indefinida (especialistas, fontes da prefeitura, outros jornalistas, etc).

(sn2/r4/v)

**N[(Su)** (01) **E[ ]** Mas não é essa a principal explicação para o que aconteceu na cidade, (02) que experimentou um vertiginoso crescimento populacional a partir dos anos 1970. **FI1[(Com)** (03) A construção da Rodovia Rio-Santos aumentou o fluxo de turistas, (04) e grandes obras, como a usina nuclear de Angra 1, levaram multidões de trabalhadores à região. (05) A população do município, que era de 40 000 habitantes na década de 70, dobrou em 1990 e triplicou em 2000, (06) quando 5,5% já moravam em favelas.] **(Av)** (07) É um crescimento de quase três vezes a média brasileira no período. (08) E num local onde o problema de espaço é crônico. (09) Espremida entre a serra e o mar, (10) a cidade não tem para onde crescer. **(Res)** (11) Casas e casebres foram se aglomerando no pé dos morros (12) e, quando não havia espaço, (13) em cima deles. **FI2[(EF)** (14) Hoje, (15) 60% dos moradores vivem em áreas de encosta.] (16) E as características do relevo da região tornam tudo mais perigoso.]

E = especialista (o “mas” se encadeia na explicação implícita de um especialista dada no contexto).

FI1 = fonte indefinida (especialista, livro de geografia, etc).

FI2 = fonte indefinida (especialista, funcionário/relatório da prefeitura, etc).

(sn3/r4/v)

**N[(Com)** (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram 31 pessoas soterradas. (03) Elas estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. **FI1[(04)** A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, (05) mas não a licença ambiental do estado. (06) Mesmo se tivesse, (07) o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. (08) As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área,] (11) como se não houvesse um grave problema de segurança. **FI2[(EI)** (12) Em Angra (13) sempre foi mais fácil construir (14) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. (15) Entre 2006 e 2007, (16)

44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos (17) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções.] **FI3**[(18) A situação chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental,] (19) como se legalizar o que foi feito na marra fosse solução. **(Av)** (20) Cabral, aliás, não visitou a região imediatamente, (21) como era seu dever.]

FI1 = fonte indefinida (funcionários da prefeitura, moradores da região, etc).

FI2 = fonte indefinida (funcionários da prefeitura e/ou do governo, outros jornalistas, vereadores da oposição, etc).

FI3 = fonte indefinida (funcionários da prefeitura e/ou do governo, etc).

(sn4/r4/v/Com/sn3)

**N**[(**EF**) (01) Na Enseada do Bananal, na Ilha Grande, (02) morreram 31 pessoas soterradas. (03) Elas estavam na pousada Sankay e em cinco outras residências engolidas por uma avalanche na madrugada do dia 1º. **FI**[(**Com**) (04) A pousada tinha licença de funcionamento da prefeitura, (05) mas não a licença ambiental do estado. (06) Mesmo se tivesse, (07) o risco de deslizamento da encosta não teria sido analisado. (08) As casas atingidas no Morro da Carioca, no centro de Angra, onde morreram 21 pessoas, tampouco tinham licença. **(EI)** (09) Antes da tragédia, porém, (10) a prefeitura dispunha de um programa para levar saneamento e iluminação pública para aquela área,] **(Av)** (11) como se não houvesse um grave problema de segurança.]

FI = fonte indefinida (funcionários da prefeitura, moradores da região, etc).

(sn5/r4/v/EI/sn3)

**N**[(**FI1**[(**Su**) (01) Em Angra (02) sempre foi mais fácil construir (03) e depois conseguir licença, fosse por acordo, fosse simplesmente comprando uma autorização. **(EI)** (04) Entre 2006 e 2007, **(Com)** (05) 44 funcionários da prefeitura de Angra, do governo estadual e do Ibama foram presos (06) por vender pareceres técnicos favoráveis às construções.] **FI2**[(**Res**) (07) A situação chegou a tal ponto que, em junho do ano passado, o governador Sérgio Cabral assinou um decreto autorizando retroativamente a construção em áreas que antes não eram edificáveis na zona de proteção ambiental,] **(Av)** (08) como se legalizar o que foi feito na marra fosse solução.]

FI1 = fonte indefinida (funcionários da prefeitura e/ou do governo, outros jornalistas, vereadores da oposição, etc).

FI2 = fonte indefinida (funcionários da prefeitura e/ou do governo, etc).

(sn6/r4/v)

**N**[(**FI**[(**EI**) (01) No réveillon, (02) Pierre Sarkozy, filho mais velho do presidente da França, estava entre os hóspedes da Ilha dos Porcos Grande, do cirurgião plástico Ivo Pitanguy.] **(Com)** (03) A chuva causou dois deslizamentos de terra, (04) que abriram um gigantesco clarão na propriedade. **HI**[(**Av**) (05) "Em quarenta anos na ilha, (06) nunca vimos nada parecido",] (07) diz Helcius Pitanguy, filho do cirurgião.]



H = Helcius.

FI = fonte indefinida (o filho de Pitangy, outros veículos de comunicação, agências de informação internacionais, etc).

(sn7/r4/v)

#### **N[(Su) (01) Não foi o rio que derrubou a ponte**

**FI1[(Com) (02)** No último dia 5, (03) parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despençou. (04) Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre a estrutura de 132 metros que desabou. (05) Três delas morreram. (06) Outras duas ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira.] (07) O governo gaúcho atribui **G[ ]** o desastre à elevação das águas do Jacuí. (08) Por essa versão, **G[(09)** o rio subiu até a pista, (10) que se partiu.] (11) Os sobreviventes dão outro testemunho **S[ ]**. **A[(12)** "As águas estavam 5 metros abaixo do concreto",] (13) diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos. **FI2[(EI) (14)** Erguida há 47 anos, (15) a ponte já apresentara falhas de engenharia. (16) Nos anos 70, (17) seu vão central afundou, (18) formando um enorme degrau. (19) Seus alicerces não eram vistoriados havia três anos, (20) e, dois anos atrás, (21) os promotores estaduais começaram a apurar a negligência na manutenção da rodovia da qual ela faz parte.]]

G = governo gaúcho.

S = sobreviventes.

A = aposentado.

FI1 = fonte indefinida (testemunhas, moradores da região, outros jornalistas).

FI2 = fonte indefinida (funcionários da prefeitura e/ou do governo, especialistas).

(sn8/r4/v/com/sn7)

**N[FI[(EI) (01)** No último dia 5, (**Com) (02)** parte de uma ponte de 314 metros sobre o Rio Jacuí, a 240 quilômetros de Porto Alegre, despençou. (03) Entre vinte e trinta pessoas estavam sobre a estrutura de 132 metros que desabou. (**Res) (04)** Três delas morreram. (05) Outras duas ainda estavam desaparecidas na noite da sexta-feira.] (**Av1) (06)** O governo gaúcho atribui **G[ ]** o desastre à elevação das águas do Jacuí. (07) Por essa versão, **G[(08)** o rio subiu até a pista, (09) que se partiu.] (**Av2) (10)** Os sobreviventes dão outro testemunho **S[ ]**. **A[(11)** "As águas estavam 5 metros abaixo do concreto",] (12) diz o aposentado Élio Prade, de 57 anos.]

G = governo gaúcho.

S = sobreviventes.

A = aposentado.

FI = fonte indefinida (testemunhas, moradores da região, outros jornalistas).

(sn9/r4/v)

#### **N[(Su) (01) Três séculos de história escorreram em poucas horas**

**FI1[(Com) (02)** Na noite de 31 de dezembro, (03) quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, (04) a garoa começou. (05)

Durante a madrugada, (06) virou chuva grossa (07) e, no início da tarde do dia 1º, (08) o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava.] **P**[(09) "Ele subia 50 centímetros a cada meia hora",] (10) lembra a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle. **FI2**[(11) Na madrugada do dia 2, (12) com dezenas de casas submersas, (13) a luz da cidade teve de ser desligada (14) para que os botes de resgate pudessem circular com menos risco. (15) A essa altura, (16) o Paraitinga estava quase 10 metros acima do nível normal (17) e, nas ruas, (18) a enchente invadia até o 2º andar dos sobrados.] **(Res)** (19) Foi só no começo da tarde do dia 2, (20) quando as águas finalmente começaram a baixar, (21) que os 10 000 moradores de São Luiz do Paraitinga puderam ver toda a extensão da tragédia. **M**[(22) O centro histórico, na parte mais baixa da cidade, parecia ter sido alvo de um bombardeio.] (23) Dezenas de casarões coloniais – construções de pau a pique e taipa do auge do período cafeeiro – foram ao chão. (24) Estima-se que **FI3**[25% do centro histórico tenha sido destruído]. (25) A Igreja Matriz de São Luiz de Tolosa desapareceu da paisagem. **FI4**[(26) Mais de 2 000 moradores, um terço da população urbana, tiveram suas casas destruídas ou interditadas.] **(EF)** (27) Na semana passada, (28) cinco dias depois do temporal, (29) São Luiz ainda era só escombros. (30) Bujões de gás podiam ser vistos em cima de telhados (31) e carros se equilibravam por sobre os pedaços que haviam restado da igreja matriz, (32) onde quase todo mundo na cidade se casou ou foi batizado. (33) Praticamente só o que restou de São Luiz foram 1 000 toneladas de entulhos, (34) que um vaivém de caminhões agora tenta recolher. (35) A Igreja do Rosário, na parte alta do município, foi transformada em quartel-general, (36) no qual centenas de pessoas, coordenadas por voluntários ao microfone, distribuem leite e alimentos aos desabrigados. **FI5****(EI)** (37) Além da agropecuária, (38) São Luiz do Paraitinga tinha no turismo uma de suas principais fontes de renda. (39) A cidade era dona de um dos maiores conjuntos arquitetônicos tombados do Estado (40) – mais de 400 de suas construções eram consideradas patrimônio histórico. (41) Só no Carnaval, (42) o lugar recebia 200 000 turistas, atraídos pelo charme de suas casinhas coloridas, suas ladeiras e bandas de música especializadas em marchinhas antigas.] **FI6****(Av)** (43) Apenas daqui a noventa dias (44) se saberá quanto tempo e dinheiro serão necessários para reerguer o que a chuva destruiu.] (45) Sem praça, sem banda de música, e com tantos motivos para tristeza, (46) São Luiz terá neste ano o seu Carnaval mais silencioso.]

P = prefeita.

M = moradores.

FI1e 2 = fonte indefinida (moradores e/ou prefeita).

FI3, 4 e 6 = fonte indefinida (prefeita e/ou funcionários da prefeitura).

FI5 = fonte indefinida (funcionários da prefeitura e/ou moradores).

(sn10/r4/v/Com/sn9)

**N****[FI1****(EI)** (01) Na noite de 31 de dezembro, (02) quando moradores da pequena São Luiz do Paraitinga, no interior de São Paulo, comemoravam o réveillon na praça principal, **(Com)** (03) a garoa começou. (04) Durante a madrugada, (05) virou chuva grossa (06) e, no início da tarde do dia 1º, (07) o rio que corta o município, o Paraitinga, já transbordava.] **P****(Av)** (08) "Ele subia 50 centímetros a cada meia hora",] (09) lembra a prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle. **FI2****(Res)** (10) Na madrugada do dia 2, (11) com dezenas de casas submersas, (12) a luz da cidade teve de ser desligada (13) para que os botes de resgate pudessem

circular com menos risco. (14) A essa altura, (15) o Paraitinga estava quase 10 metros acima do nível normal (16) e, nas ruas, (17) a enchente invadia até o 2º andar dos sobrados.]]

P = prefeita.

FI1e 2 = fonte indefinida (moradores e/ou prefeita).



## ANEXO B5

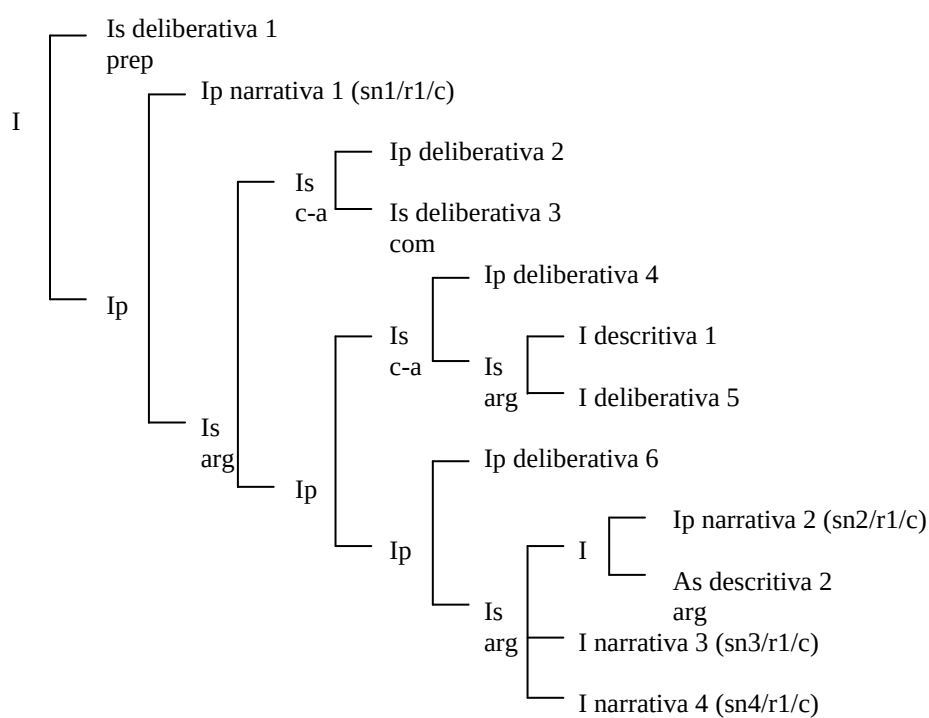
### Análise da função cotextual das sequências

**Abreviaturas dos constituintes textuais:** troca (T), intervenção (I), ato (A), principal (p), subordinado (s).

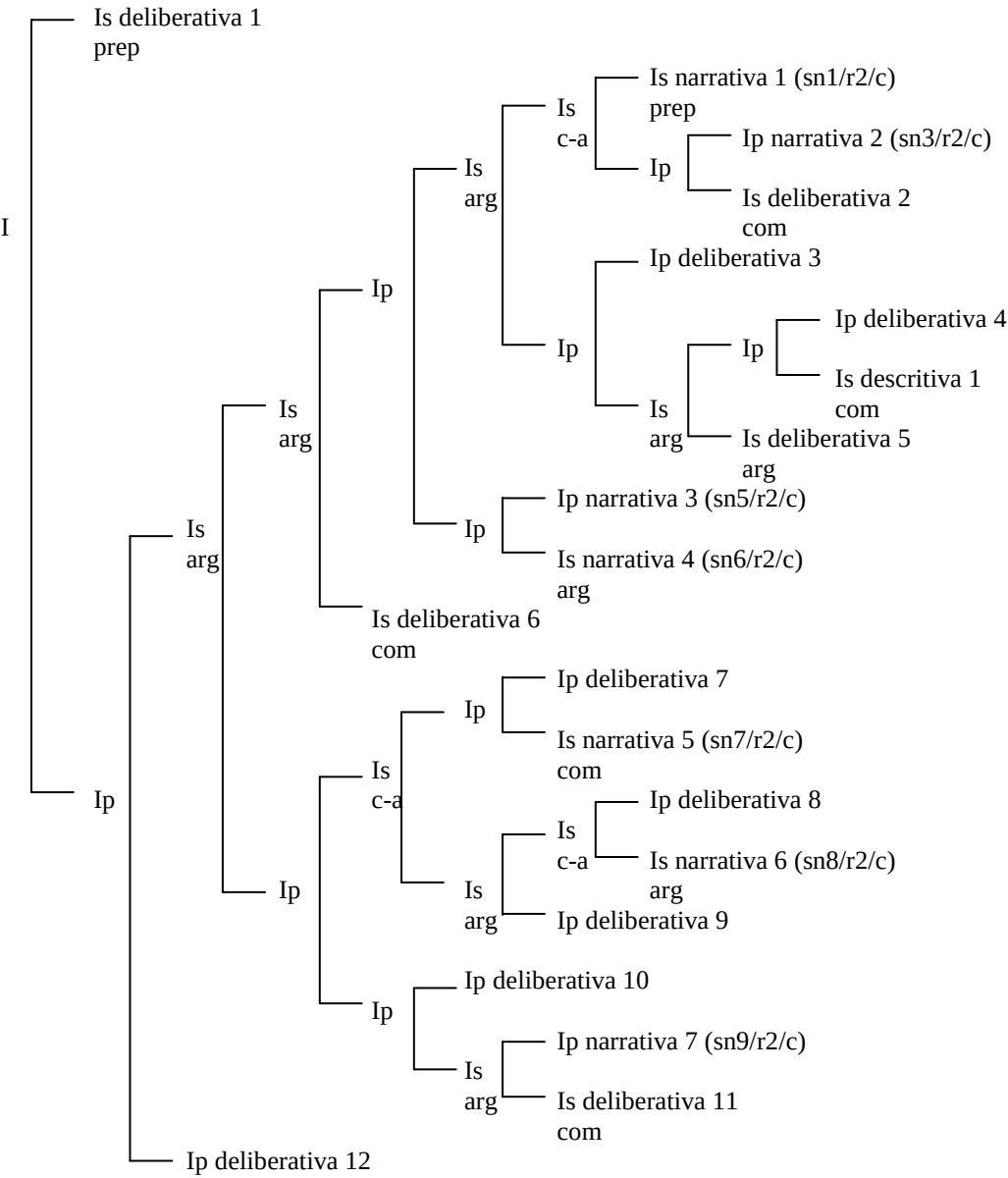
**Abreviaturas das relações de discurso:** argumento (arg), contra-argumento (c-a), tempo (tem), preparação (prep), comentário (com), iniciativa (IN), reativa (RE).

### Revista Carta Capital

#### A culpa não é só da natureza

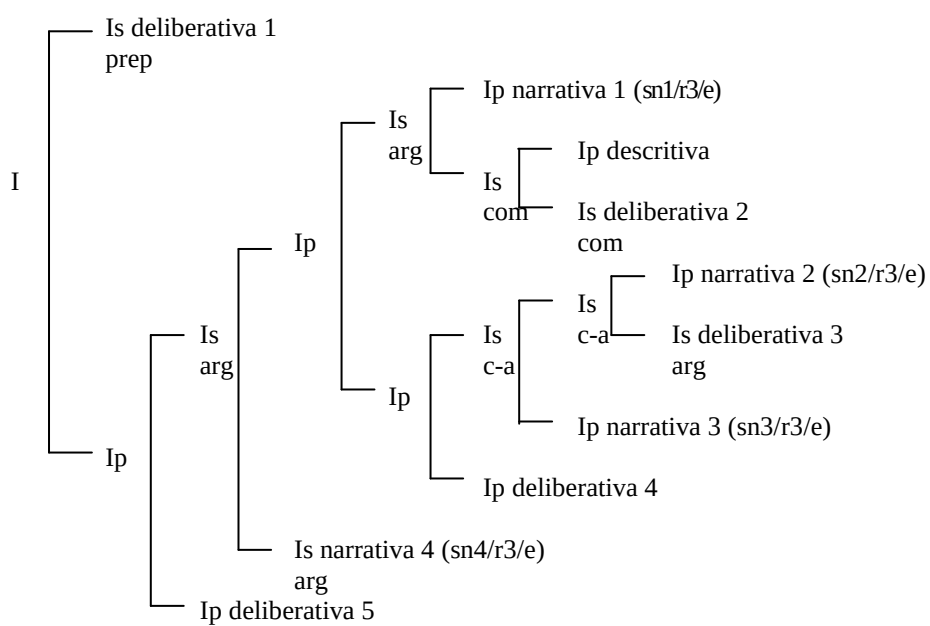


São Paulo na lama



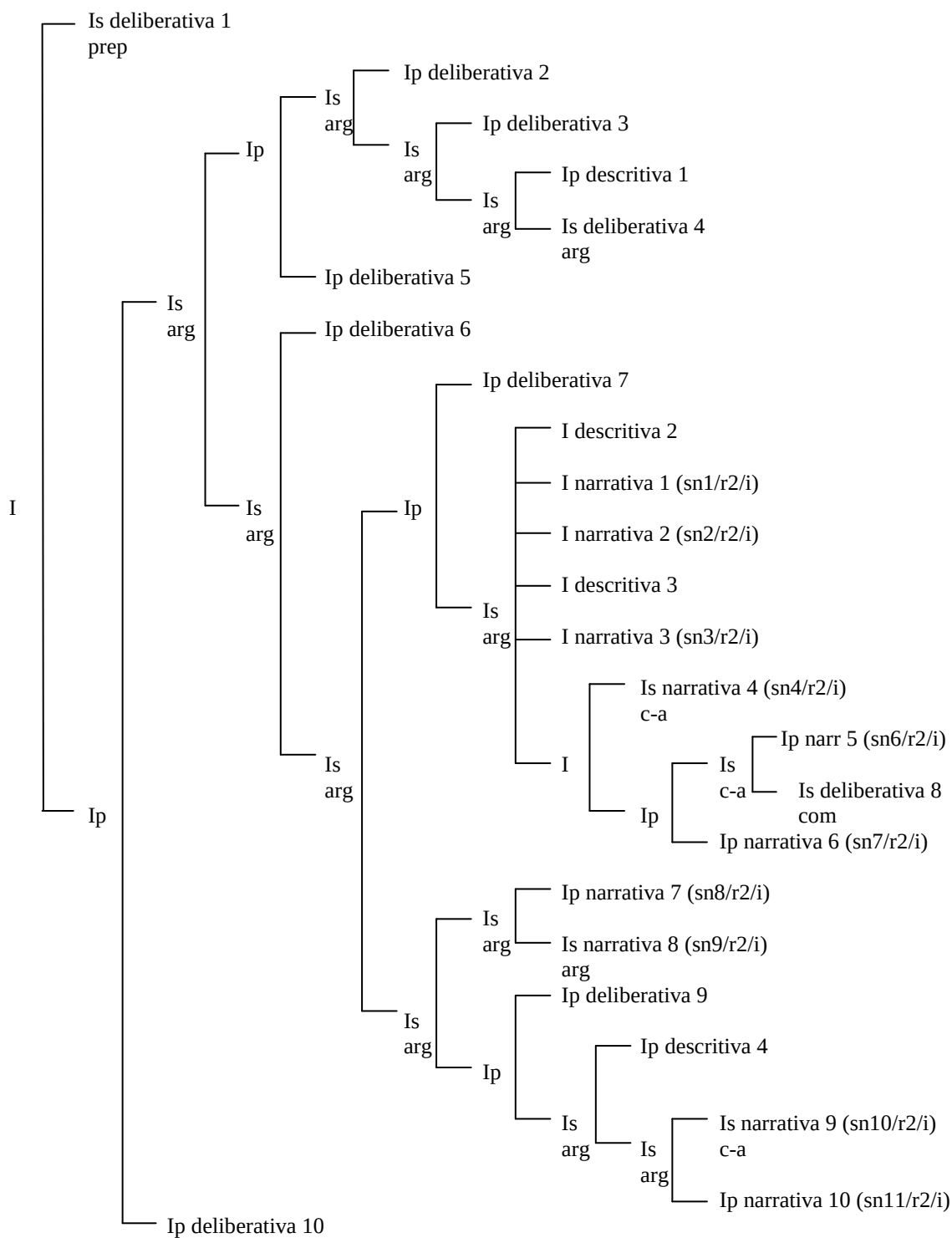


## O Bolívar forte ficou fraco

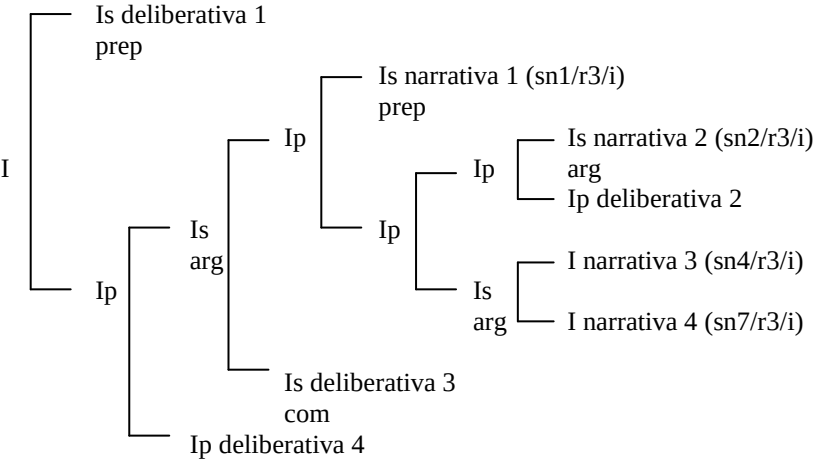




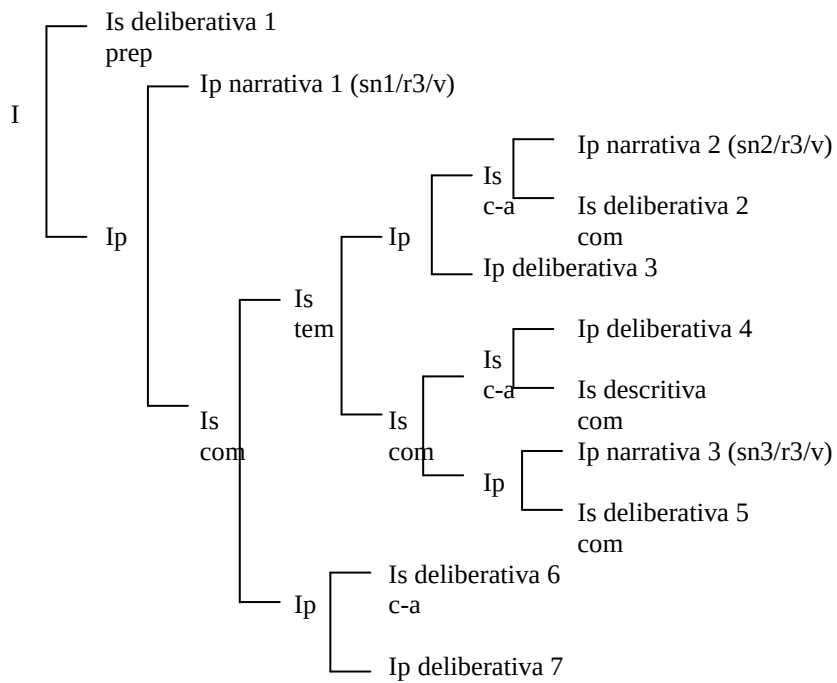
Eles não deveriam estar aqui



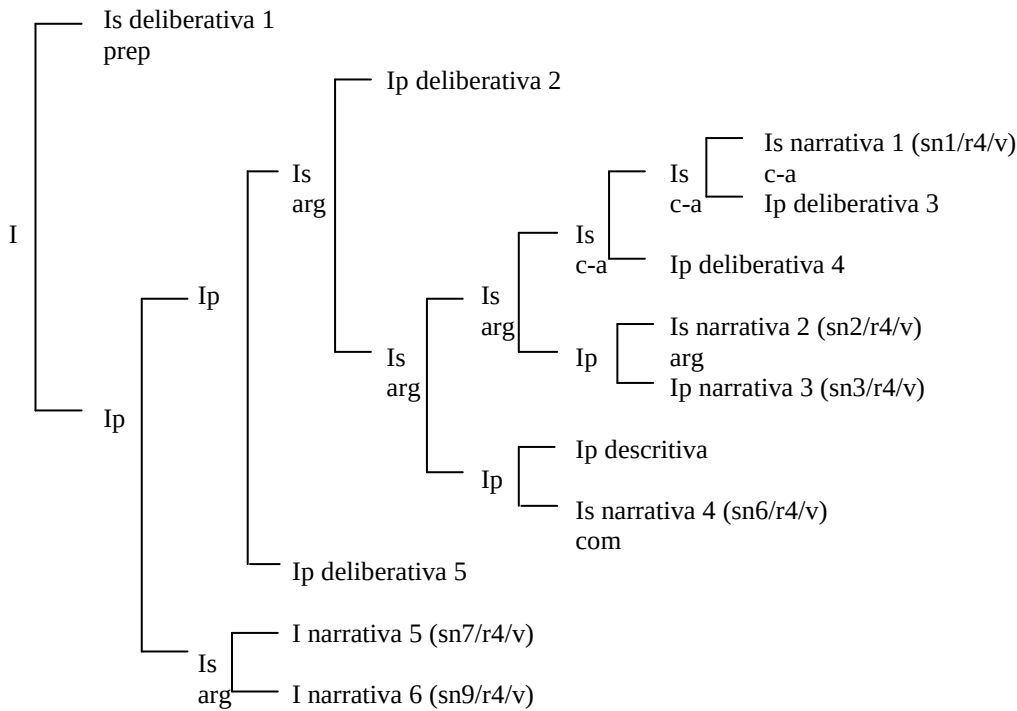
O passado ainda presente



Sol, mar e organização



Trágico, absurdo, previsível

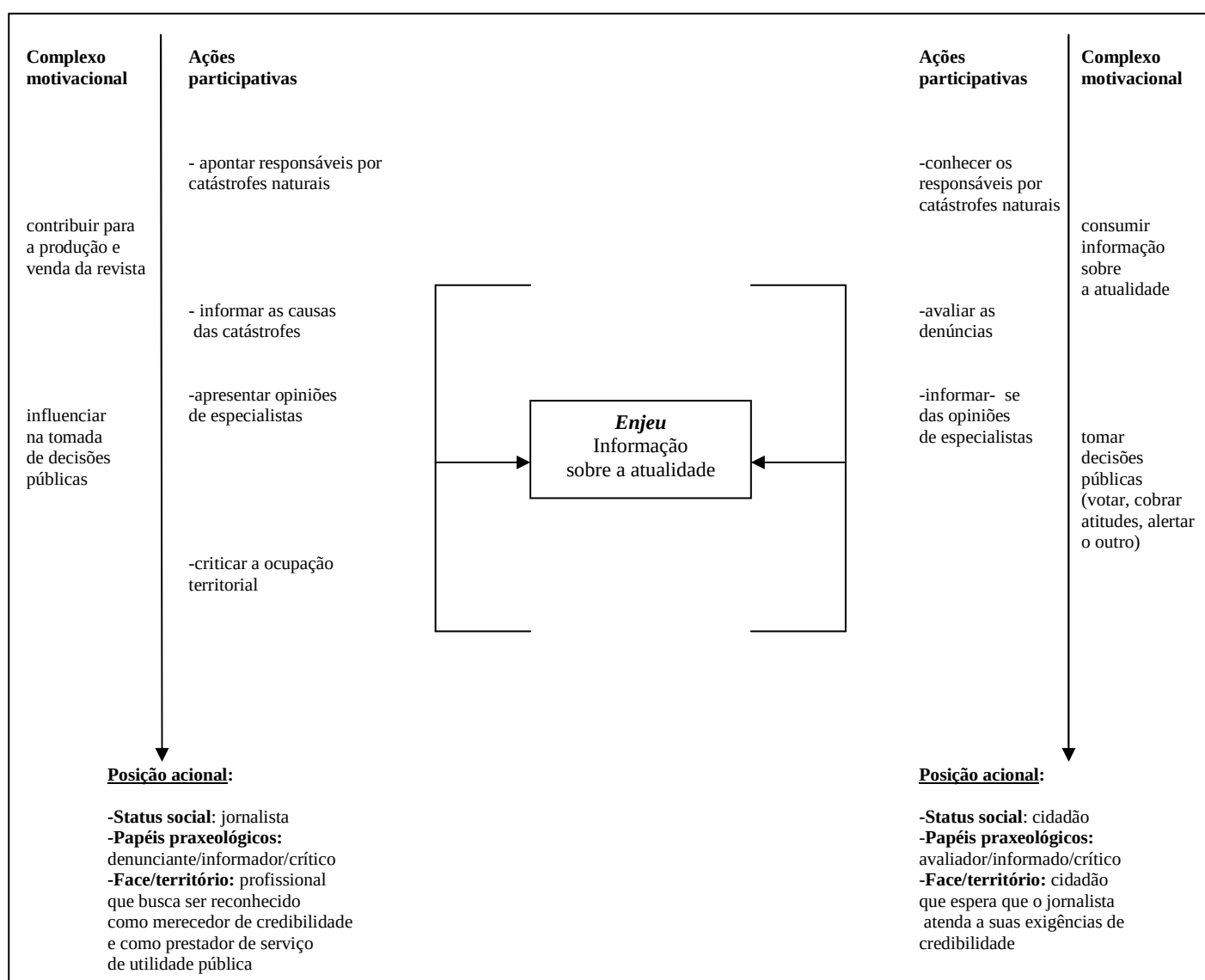


## ANEXO C1

### Enquadres acionais

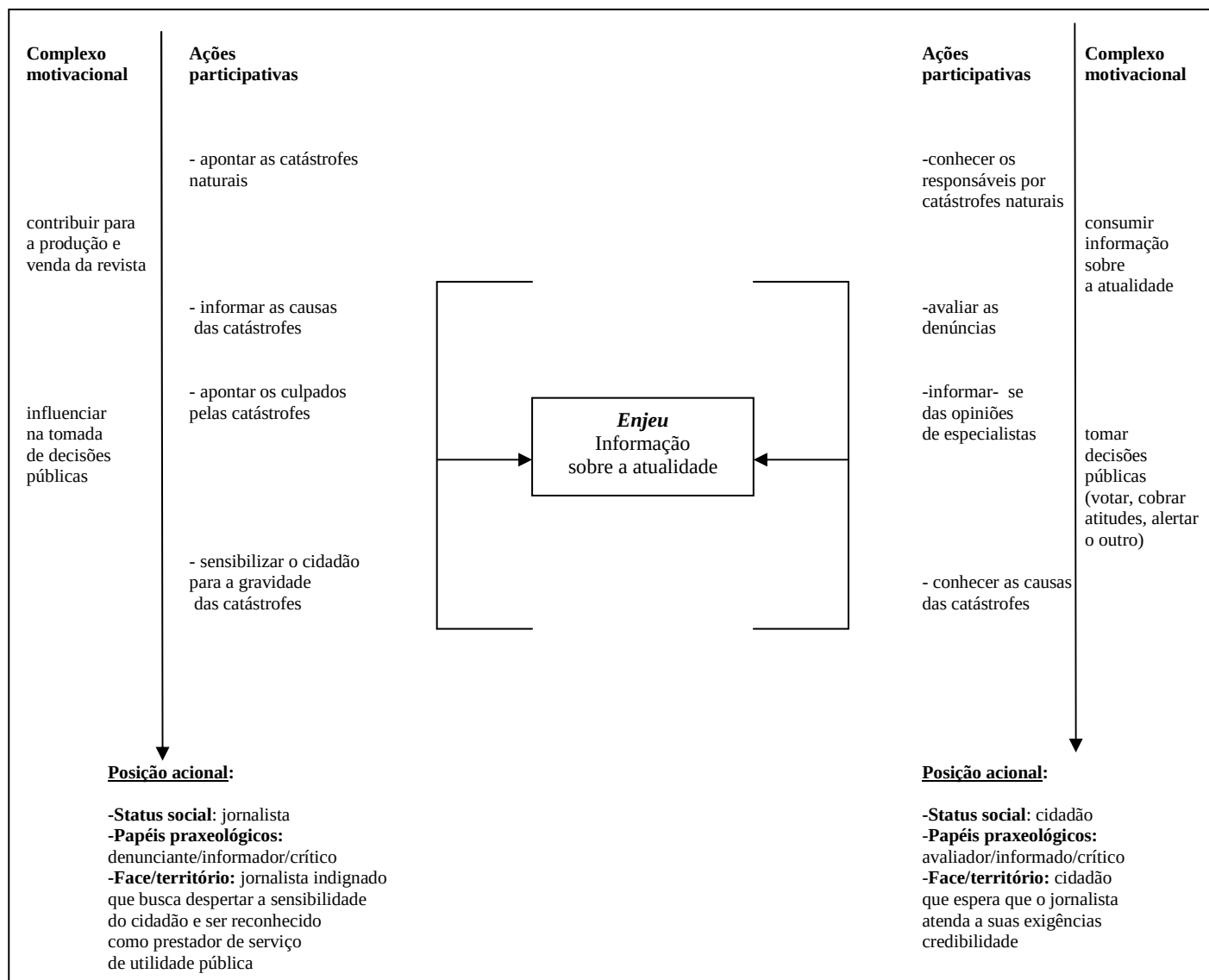
#### Revista Carta Capital

#### A culpa não é só da natureza

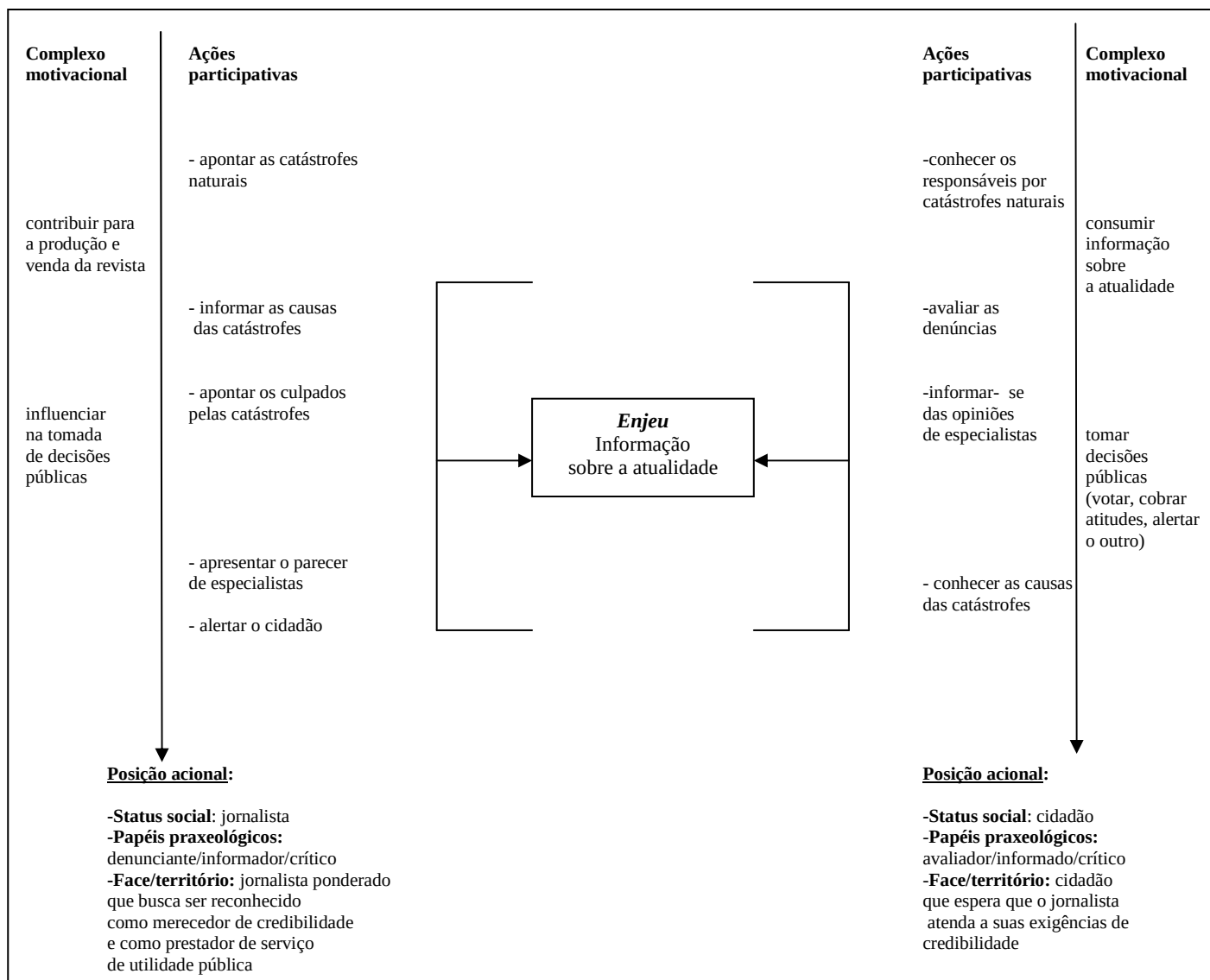


## É possível evitar?

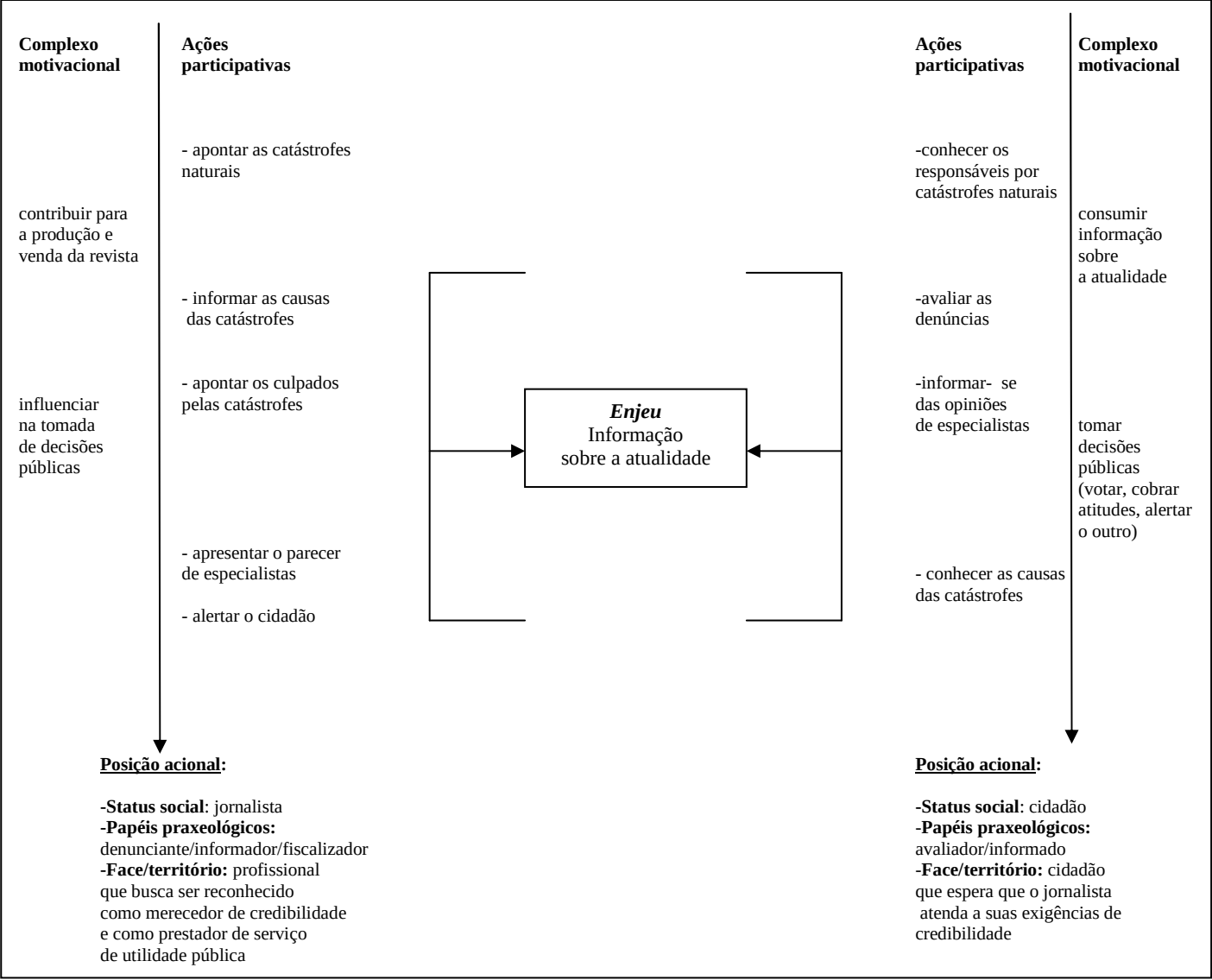
## Enquadre 1



## Enquadre 2



Eles não deveriam estar aqui





Trágico, absurdo, previsível

